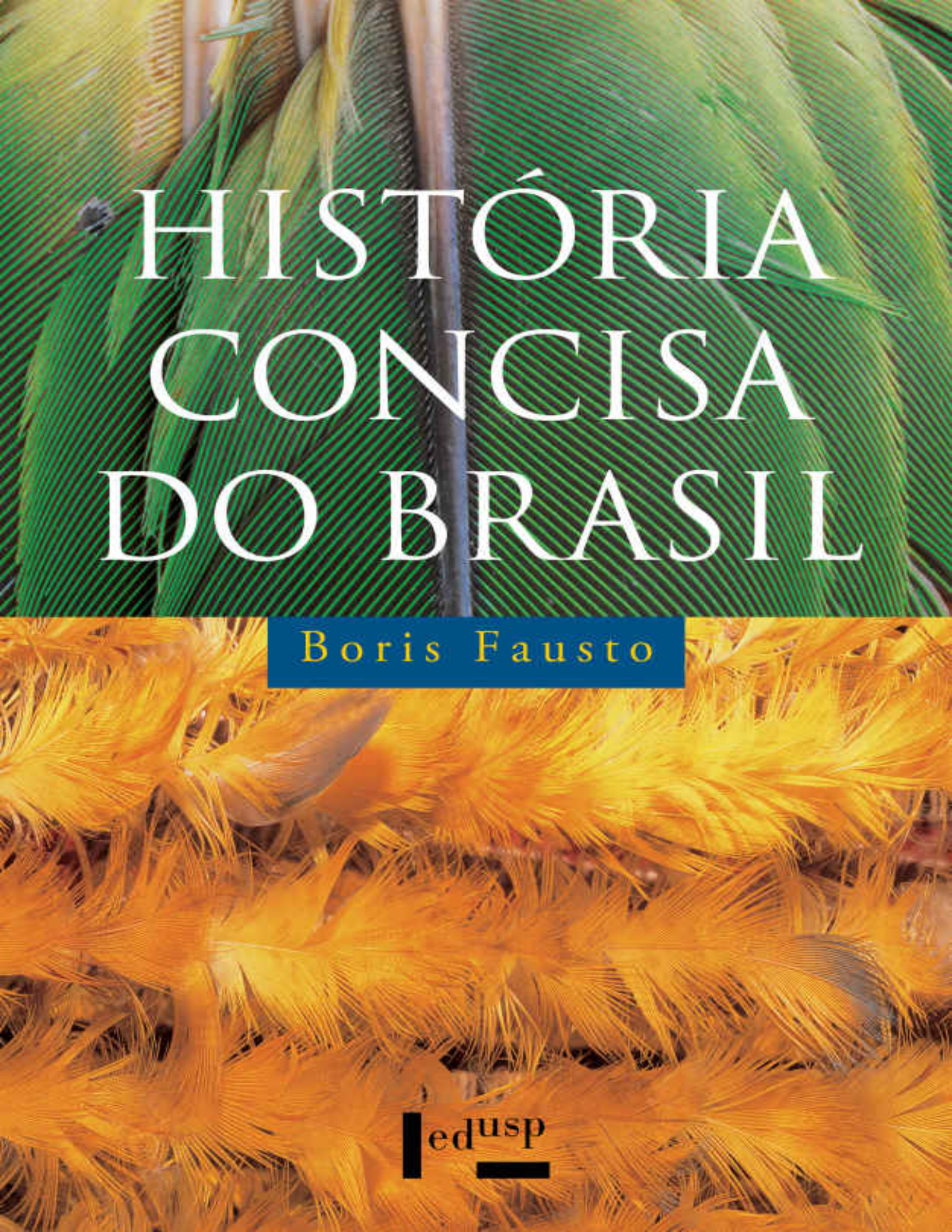




HISTÓRIA CONCISA DO BRASIL

Boris Fausto

edusp



HISTÓRIA CONCISA DO BRASIL

Boris Fausto

edusp

História Concisa do Brasil

BORIS FAUSTO

Colaboração de Sérgio Fausto



Sumário

• Pré-textuais

Capa

Abertura

Sumário

1. O Brasil Colonial (1500-1822)

1.1 A Expansão Marítima e a Chegada dos Portugueses ao Brasil

1.2 Os Índios

1.3 A Colonização

1.4 A Sociedade Colonial

1.5 As Atividades Econômicas

1.6 A União Ibérica e seus Reflexos no Brasil

1.7 A Colonização da Periferia

1.8 As Bandeiras e a Sociedade Paulista

1.9 Um Balanço da Economia Colonial: O Mercado Interno

1.10 A Crise do Sistema Colonial

1.11 Movimentos de Rebeldia e Consciência Nacional

1.12 O Brasil no Fim do Período Colonial

2. O Brasil Monárquico (1822-1889)

2.1 A Consolidação da Independência e a Construção do Estado

2.2 O Segundo Reinado

2.3 A Estrutura Socioeconômica e a Escravidão

2.4 A Modernização e a Expansão Cafeeira

2.5 O Início da Grande Imigração

2.6 A Guerra do Paraguai

2.7 A Crise do Segundo Reinado

2.8 O Republicanismo

2.9 A Queda da Monarquia

2.10 Economia e Demografia

3. A Primeira República (1889-1930)

3.1 Os Anos de Consolidação

3.2 As Oligarquias e os Coronéis

3.3 Relações entre a União e os Estados

3.4 As Mudanças Socioeconômicas

3.5 Os Movimentos Sociais

3.6 O Processo Político nos Anos 1920

3.7 A Revolução de 1930

4. O Estado Getulista (1930-1945)

4.1 A Ação Governamental

4.2 O Processo Político

4.3 O Estado Novo

4.4 O Fim do Estado Novo

4.5 O Quadro Socioeconômico

5. A Experiência Democrática (1945-1964)

5.1 As Eleições e a Nova Constituição

5.2 O Retorno de Getúlio

5.3 A Queda de Getúlio

5.4 Do Nacionalismo ao Desenvolvimentismo

5.5 A Crise do Regime e o Golpe de 1964

6. O Regime Militar e a Transição para a Democracia (1964-1990)

6.1 A Modernização Conservadora

6.2 O Fechamento Político e a Luta Armada

6.3 O Processo de Abertura Política

6.4 O Quadro Estrutural de 1950 em Diante

– Gráfico 1. Taxa de Fecundidade Total (1940-2000)

– Gráfico 2. Taxas de Analfabetismo da População de 15 Anos ou mais de Idade (1900-2020)

– Gráfico 3. Taxas de Analfabetismo da População de 15 Anos ou mais de Idade por Países Selecionados (1995)

– Tabela 1. Taxas de Escolarização das Pessoas de 7 a 14 Anos por Situação do Domicílio (1997)

– Gráfico 4. Gastos Totais com Educação como Percentual do Produto Nacional Bruto, por Países Selecionados (1996)

– Gráfico 5. Esperança de Vida ao Nascer (1930-2000)

– Gráfico 6. Qualidade de Vida. Infraestrutura. Percentual de Domicílios Brasileiros Atendidos por Alguns Serviços

– Gráfico 7. Concentração de Renda no Brasil. Rendimentos sobre o
Total da Renda do País, em Porcentagem

6.5 Conclusão

Descrições dos Gráficos para Acessibilidade

7. A Modernização pela Via Democrática (1990-2010) • SÉRGIO FAUSTO

7.1 Introdução

7.2 O Governo Sarney: Democratização e Descontrole Inflacionário

7.3 A Crise Política e a Mudança Econômica: O Breve Mandato de Fernando Collor

7.4 O Governo Itamar Franco: Da Crise Política ao Plano Real

7.5 O Governo FHC : Estabilização Econômica e Reformas Estruturais

7.5.1 O Encerramento da Era Vargas

A Batalha das Privatizações

As Batalhas no Congresso

7.5.2 A Sinuosa Estrada da Estabilização

O Debate Sobre a Política Econômica

Os Efeitos Colaterais da Queda da Inflação

O Fim do Gradualismo e o Teste da Desvalorização Cambial

7.5.3 A Estabilização e a Modernização da Economia: Breve Balanço

7.6 A Democracia e os Direitos Sociais

7.7 A Crise das Metrópoles: (In)Segurança e (Des)Emprego

7.8 A Política Externa: A Autonomia pela Inserção

7.9 Uma Herança Maldita ou Bendita?

7.10 A Alternância no Poder: A Vitória de Lula

7.11 A Formação do Novo Governo

7.12 Lula e o Presidencialismo de Coalizão

7.13 A Aceleração do Crescimento e a Distribuição de Renda

7.13.1 A Política Econômica no Primeiro Mandato

7.13.2 O Surgimento de uma Nova Classe Média

7.13.3 A Política Econômica no Segundo Mandato

7.14 A Política Social: Mais Continuidade do que Ruptura

7.15 A Crise Política e a Crise da Política: Sucessão de Escândalos

7.15.1 O Mensalão

7.16 Um Novo Modelo de Desenvolvimento?

7.17 A Controvérsia sobre o Pré-Sal

7.18 O Crescimento e o Meio Ambiente

7.19 A Posição do Brasil nas Negociações sobre o Clima

7.20 A Identidade da Política Externa

7.20.1 A América do Sul no Centro da Agenda

7.20.2 As Relações com os Estados Unidos

7.21 A Sucessão de Lula

7.22 A Democracia sob Lula

7.23 Conclusão

Referências Bibliográficas

1. O Brasil Colonial (1500-1822)

2. O Brasil Monárquico (1822-1889)

3. A Primeira República (1889-1930)

4. O Estado Getulista (1930-1945)

5. A Experiência Democrática (1945-1964)

6. O Regime Militar e a Transição para a Democracia (1964-1990).

7. A Modernização pela Via Democrática (1990-2010).

Lista de Nomes

Textos da Capa

Créditos

1.

O Brasil Colonial (1500-1822)

1.1 A EXPANSÃO MARÍTIMA E A CHEGADA DOS PORTUGUESES AO BRASIL

Desde cedo, aprendemos em casa ou na escola que o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral, em abril de 1500. Esse fato constitui um dos episódios da expansão marítima portuguesa, iniciada em princípios do século XV.

Por que um pequeno país como Portugal lançou pioneiramente a expansão, no começo do século XV, quase cem anos antes de Cristóvão Colombo, enviado pelos espanhóis, chegar às terras da América? A resposta não é única, e uma série de fatores devem ser considerados. Para começar, Portugal se afirmava no conjunto da Europa como um país autônomo, com tendência a voltar-se para fora. Os portugueses tinham já experiência acumulada ao longo dos séculos XIII e XIV no comércio de longa distância, embora não se comparassem ainda a venezianos e genoveses, a quem

ultrapassariam. Aliás, antes de os portugueses assumirem o controle de seu comércio internacional, os genoveses investiram em sua expansão, transformando Lisboa em um grande centro do comércio genovês.

A experiência comercial foi facilitada também pelo envolvimento econômico de Portugal com o mundo islâmico do Mediterrâneo, onde o avanço das trocas pode ser medido pela crescente utilização da moeda como meio de pagamento. Sem dúvida, a atração para o mar foi incentivada pela posição geográfica do país, próximo às ilhas do Atlântico e à costa da África. Dada a tecnologia da época, era importante contar com correntes marítimas favoráveis, partindo dos portos portugueses ou dos situados no sudoeste da Espanha.

Mas há outros fatores da história política portuguesa tão ou mais importantes do que os já citados. Portugal não escapou à crise geral do ocidente da Europa. Entretanto, enfrentou-a em condições políticas melhores do que as de outros reinos. Durante todo o século xv , Portugal foi um reino unificado e menos sujeito a convulsões e disputas, contrastando nesse sentido com a França, a Inglaterra, a Espanha e a Itália, todas envolvidas em guerras e complicações dinásticas.

A monarquia portuguesa consolidou-se através de uma história que teve um de seus pontos mais significativos na revolução de 1383-1385. A partir de uma disputa em torno da sucessão ao trono português, a burguesia comercial de Lisboa se revoltou. Seguiu-se uma grande sublevação popular, a “revolta do povo miúdo” , no dizer do cronista Fernão Lopes. A revolução era semelhante a outros acontecimentos que agitaram o ocidente europeu na mesma época,

mas teve um desfecho diferente das revoltas camponesas, esmagadas em outros países pelos grandes senhores. O problema da sucessão dinástica confundiu-se com uma guerra de independência quando o rei de Castela, apoiado pela grande nobreza lusa, entrou em Portugal para assumir a regência do trono. No confronto, firmaram-se, ao mesmo tempo, a independência portuguesa e a ascensão ao poder da figura central da revolução, dom João, Mestre de Avis, filho bastardo do rei Pedro I .

Embora alguns historiadores considerem a revolução de 1383 como uma revolução burguesa, ela resultou na realidade, a partir da política posta em prática pelo Mestre de Avis, em um reforço e centralização do poder monárquico. Em torno dele foram-se reagrupando os vários setores sociais influentes da sociedade portuguesa: a nobreza, os comerciantes, a burocracia nascente. Esse é um ponto fundamental na discussão sobre as razões da expansão portuguesa, porque nas condições da época era o Estado, ou mais propriamente a Coroa, que podia se transformar em um grande empreendedor se alcançasse as condições de força e estabilidade para tanto.

Por último, lembremos que, no início do século XV , a expansão correspondia aos interesses de classes, grupos sociais e instituições que compunham a sociedade portuguesa. Para os comerciantes, era a perspectiva de um bom negócio; para o rei, era a oportunidade de criar novas fontes de receita em uma época em que os rendimentos da Coroa tinham descido muito, além de ser uma boa forma de ocupar os nobres e motivo de prestígio; para os nobres e os membros da Igreja, servir ao rei ou servir a Deus, cristianizando

“povos bárbaros”, resultava em recompensas e em cargos cada vez mais difíceis de conseguir nos estreitos quadros da metrópole; para o povo, lançar-se ao mar significava sobretudo emigrar, a tentativa de uma vida melhor, a fuga de um sistema social opressivo. Dessa convergência de interesses só ficavam de fora os empresários agrícolas, para quem a saída de braços do país provocava o encarecimento da mão de obra.

Daí a expansão ter-se convertido em uma espécie de grande projeto nacional, ao qual todos ou quase todos aderiram e que atravessou os séculos.

Os impulsos para a aventura marítima não eram apenas comerciais. Há cinco séculos, havia continentes mal ou inteiramente desconhecidos, oceanos inteiros ainda não atravessados. As chamadas regiões ignotas concentravam a imaginação dos povos europeus, que aí vislumbravam, conforme o caso, reinos fantásticos, habitantes monstruosos, a sede do paraíso terrestre.

Por exemplo, ao descobrir a América, Colombo pensava que, mais para o interior da terra por ele descoberta, encontraria homens de um só olho e outros com focinho de cachorro. Viu três sereias pularem fora do mar, decepcionando-se com seu rosto: não eram tão belas quanto imaginara. Em uma de suas cartas, referia-se às pessoas que, na direção do poente, nasciam com rabo. Em 1487, quando deixaram Portugal encarregados de descobrir o caminho terrestre para as Índias, Afonso de Paiva e Pero da Covilhã levavam instruções de dom João II para localizar o reino do Preste João. A lenda do Preste João, descendente dos reis magos e inimigo ferrenho dos muçulmanos, fazia parte do imaginário europeu desde

pelo menos meados do século XII . Ela se construiu tomando-se por base um dado real: a existência da Etiópia, no leste da África, onde vivia uma população negra que adotara um ramo do cristianismo.

Os sonhos associados à aventura marítima não devem ser encarados como fantasias desprezíveis, encobrindo o interesse material. Mas não há dúvida de que este último prevaleceu, sobretudo quando os contornos do mundo foram sendo cada vez mais conhecidos e questões práticas de colonização entraram na ordem do dia.

Dois últimos pontos devem ser notados ao se analisar, em termos gerais, a expansão marítima portuguesa. De um lado, ela representou uma importante renovação das chamadas técnicas de marear. Quando principiaram as viagens lusitanas rumo à Guiné, as cartas de navegação não indicavam ainda latitudes ou longitudes, mas apenas rumos e distâncias. O aperfeiçoamento de instrumentos como o quadrante e o astrolábio, permitindo conhecer a localização de um navio pela posição dos astros, representou uma importante inovação. Os portugueses desenvolveram também um tipo de arquitetura naval mais apropriada, com a construção da caravela, utilizada a partir de 1441. Era uma embarcação leve e veloz para as condições da época, de pequeno calado, permitindo por isso aproximar-se bastante da terra firme e evitar até certo ponto o perigo de encalhar. A caravela foi a menina dos olhos dos portugueses, que a empregaram bastante nos séculos XVI e XVII , nas viagens para o Brasil.

O outro ponto diz respeito a uma gradual mudança de mentalidade, notável em humanistas portugueses como Duarte

Pacheco Pereira, Diogo Gomes e dom João de Castro. A expansão marítima foi mostrando cada vez mais como antigas concepções eram equivocadas – por exemplo, a descrição do mundo na *Geografia* de Cláudio Ptolomeu –, através de uma valorização do conhecimento baseado na experiência. Com isso, o critério de autoridade começou a ser posto em dúvida. Ou seja, o prestígio de um autor cada vez mais deixava de ser garantia da veracidade de suas afirmações.

A dupla formada pelo ouro e pelas especiarias constituiu os bens mais buscados na expansão portuguesa. É fácil perceber o interesse pelo ouro. De um lado, ele era utilizado como moeda confiável; de outro lado, era empregado pelos aristocratas asiáticos na decoração de templos, palácios e na confecção de roupas. Mas por que as especiarias, ou seja, os condimentos?

O alto valor dos condimentos se explica pelos limites das técnicas de conservação existentes na época e também por hábitos alimentares. A Europa Ocidental da Idade Média foi “uma civilização carnívora”. Grandes quantidades de gado eram abatidas no início do verão, quando as forragens acabavam no campo. A carne era armazenada e precariamente conservada pelo sal, pelo fumo ou simplesmente pelo Sol. Esses processos alimentares, usados também para conservar o peixe, deixavam os alimentos intragáveis e a pimenta servia para disfarçar a podridão. Os condimentos representavam também um gosto alimentar da época, como o café, que bem mais tarde passou a ser consumido em grande escala em todo o mundo. Ouro e especiarias foram assim bens sempre muito procurados nos séculos XV e XVI, mas havia outros, como o peixe e

a carne, a madeira, os corantes, as drogas medicinais e, pouco a pouco, um instrumento dotado de voz – os escravos africanos.

Costuma-se considerar a conquista de Ceuta, no norte da África, em 1415, como o ponto de partida da expansão ultramarina portuguesa. A expansão metódica desenvolveu-se ao longo da costa ocidental africana e nas ilhas do oceano Atlântico. O reconhecimento da costa ocidental africana não se fez da noite para o dia. Levou 53 anos, da ultrapassagem do cabo Bojador por Gil Eanes (1434) até a temida passagem do cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias (1487). A partir da entrada no oceano Índico, foi possível a chegada de Vasco da Gama à Índia, a sonhada e ilusória Índia das especiarias. Depois os portugueses alcançaram a China e o Japão, onde sua influência foi considerável, a ponto de historiadores japoneses chamarem de “século cristão” o período compreendido entre 1540 e 1630.

Sem penetrar profundamente no território africano, os portugueses foram estabelecendo na costa uma série de feitorias, que eram postos de comércio fortificados. A Coroa portuguesa organizou o comércio africano, estabelecendo o monopólio real sobre as transações com ouro, que obrigava a cunhagem de moeda em uma Casa da Moeda, criando também, por volta de 1481, a Casa da Mina ou Casa da Guiné como uma alfândega especial para o comércio africano. Da costa ocidental da África, os portugueses levaram escassas quantidades de ouro em pó; marfim, cujo comércio se achava até então em mãos de mercadores árabes e era feito através do Egito; pimenta-malagueta; e, a partir de 1441, sobretudo escravos. Estes foram a princípio encaminhados a

Portugal, sendo utilizados em trabalhos domésticos e ocupações urbanas.

A história da ocupação das ilhas do Atlântico é bem diferente. Aí os portugueses realizaram experiências significativas de plantio em grande escala, empregando trabalho escravo. Após disputar e perder para os espanhóis a posse das ilhas Canárias, conseguiram se implantar nas outras ilhas: na Madeira (c. 1420), nos Açores (c. 1427), nas ilhas de Cabo Verde (1460) e na de São Tomé (1471). Na ilha da Madeira, dois sistemas agrícolas paralelos competiram pela predominância econômica. O cultivo tradicional do trigo atraiu um número considerável de modestos camponeses portugueses que tinham a posse de suas terras. Ao mesmo tempo surgiram as plantações de cana-de-açúcar, incentivadas por mercadores e agentes comerciais genoveses e judeus, baseadas no trabalho escravo.

A economia açucareira acabou por triunfar, mas seu êxito foi breve. O rápido declínio deveu-se tanto a fatores internos quanto à concorrência do açúcar do Brasil e de São Tomé. Nessa ilha, situada no golfo da Guiné, os portugueses implantaram um sistema de grande lavoura da cana-de-açúcar, com muitas semelhanças ao criado no Brasil. Próxima da costa africana e especialmente das feitorias de São Jorge da Mina e Axim, a ilha contou com um abundante suprimento de escravos. Nela existiram engenhos que, segundo uma descrição de 1554, chegavam a ter de 150 a trezentos cativos. São Tomé foi sempre um entreposto de escravos vindos do continente para serem distribuídos na América e na Europa, e essa

acabou sendo a atividade principal da ilha quando, no século XVII , a indústria açucareira atravessou tempos difíceis.

A primeira nau de regresso da viagem de Vasco da Gama chegou a Portugal, produzindo grande entusiasmo, em julho de 1499. Meses depois, em 9 de março de 1500, partia do rio Tejo em Lisboa uma frota de treze navios, a mais aparatosa que até então tinha deixado o reino, aparentemente com destino às Índias, sob o comando de um fidalgo de pouco mais de 30 anos, Pedro Álvares Cabral. A frota, após passar as ilhas de Cabo Verde, tomou rumo oeste, afastando-se da costa africana até avistar o que seria a terra brasileira em 21 de abril. Nessa data houve apenas uma breve descida à terra e só no dia seguinte a frota ancoraria no litoral do atual estado da Bahia, em Porto Seguro.

Desde o século XIX , vem-se discutindo se a chegada dos portugueses ao Brasil foi obra do acaso, sendo produzida pelas correntes marítimas, ou se já havia conhecimento anterior do Novo Mundo e uma espécie de missão secreta para que Cabral tomasse o rumo do ocidente. Tudo indica que a expedição de Cabral se destinava efetivamente às Índias. Isso não elimina a probabilidade de navegantes europeus, sobretudo portugueses, terem frequentado a costa do Brasil antes de 1500.

1.2 OS ÍNDIOS

Quando os europeus chegaram à terra que viria a ser o Brasil, encontraram uma população ameríndia bastante homogênea em termos culturais e linguísticos, distribuída ao longo da costa e na bacia dos rios Paraná-Paraguai.

Admitida a homogeneidade, podemos distinguir dois grandes blocos subdividindo essa população: os tupis-guaranis e os tapuias. Os tupis-guaranis estendiam-se por quase toda a costa brasileira, desde pelo menos o Ceará até a lagoa dos Patos, no extremo sul. Os tupis, também denominados tupinambás, dominavam a faixa litorânea do norte até Cananeia, no sul do atual estado de São Paulo; os guaranis localizavam-se na bacia Paraná-Paraguai e no trecho do litoral entre Cananeia e o extremo sul do que viria a ser o Brasil. Apesar dessa localização geográfica diversa, falamos em conjunto tupi-guarani, dada a semelhança de cultura e de língua.

Em alguns pontos do litoral, a presença tupi-guarani era interrompida por outros grupos, como os goitacases, na foz do rio Paraíba, pelos aimorés no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo, pelos tremembés na faixa entre o Ceará e o Maranhão. Essas populações eram chamadas tapuias, uma palavra genérica usada pelos tupis-guaranis para designar índios que falavam outra língua.

É difícil analisar a sociedade e os costumes indígenas porque se lida com povos com uma cultura muito diferente da nossa, sobre a qual existiram e ainda existem fortes preconceitos. Isso se reflete em maior ou menor grau nos relatos escritos por cronistas, viajantes e padres, especialmente jesuítas.

Existe nesses relatos uma diferenciação entre índios com qualidades positivas e negativas, de acordo com o maior ou menor grau de resistência oposto aos portugueses. Por exemplo, os aimorés, que se destacaram pela eficiência militar e pela rebeldia, foram sempre apresentados de forma desfavorável. Segundo as descrições, os índios viviam em geral em casas, como homens; os aimorés, como animais na floresta. Os tupinambás comiam os inimigos por vingança; os aimorés, porque apreciavam carne humana. Quando a Coroa publicou a primeira lei proibindo a escravização dos índios (1570), só os aimorés foram especificamente excluídos da proibição.

Há também uma falta de dados que não decorre nem da incompreensão nem do preconceito, mas da dificuldade de sua obtenção. Por exemplo, não se sabe quantos índios existiam no território abrangido pelo que são hoje o Brasil e o Paraguai quando os portugueses chegaram ao Novo Mundo, oscilando os cálculos em números tão variados como 2 milhões para todo o território e cerca de 5 milhões só para a Amazônia brasileira.

Os grupos tupis praticavam a caça, a pesca, a coleta de frutas e a agricultura. Quando ocorria uma relativa exaustão da terra, migravam temporária ou definitivamente para outras áreas. Para praticar a agricultura, derrubavam árvores e faziam a queimada – técnica que seria incorporada pelos colonizadores. Plantavam feijão, milho, abóbora e principalmente mandioca, cuja farinha se tornou também um alimento básico da colônia. A economia era basicamente de subsistência e destinada ao consumo próprio. Cada

aldeia produzia para satisfazer às suas necessidades, havendo poucas trocas de gêneros alimentícios com outras aldeias.

Mas existiam contatos entre elas para a troca de mulheres e de bens de luxo, como penas de tucano e pedras para fazer botoque. Dos contatos resultavam alianças em que grupos de aldeias se posicionavam uns contra os outros. A guerra e a captura de inimigos – mortos em meio à celebração de um ritual canibalístico – eram elementos integrantes da sociedade tupi. Dessas atividades, reservadas aos homens, dependiam a obtenção de prestígio e a renovação de mulheres.

A chegada dos portugueses representou para os índios uma verdadeira catástrofe. Vindos de muito longe, com enormes embarcações, os portugueses e em especial os padres foram associados na imaginação dos tupis aos grandes xamãs, que andavam pela terra, de aldeia em aldeia, curando, profetizando e falando de uma terra de abundância. Os brancos eram ao mesmo tempo respeitados, temidos e odiados, como homens dotados de poderes especiais.

Por outro lado, por não existir uma nação indígena, e sim grupos dispersos muitas vezes em conflito, foi possível aos portugueses encontrar aliados indígenas na luta contra os grupos que lhes resistiam. Em seus primeiros anos de existência, sem o auxílio dos tupis de São Paulo, a vila de São Paulo de Piratininga muito provavelmente teria sido conquistada pelos tamoios. Tudo isso não quer dizer que os índios não tenham resistido fortemente aos colonizadores, sobretudo quando se tratou de escravizá-los. Uma forma excepcional de resistência consistiu no isolamento, alcançado

através de contínuos deslocamentos para regiões cada vez mais pobres. Em limites muito estreitos, esse recurso permitiu a preservação de uma herança biológica, social e cultural.

Os índios que se submeteram ou foram submetidos sofreram a violência cultural, as epidemias e mortes. Do contato com o europeu resultou uma população mestiça que mostra até hoje sua presença silenciosa na formação da sociedade brasileira.

Mas, no conjunto, a palavra catástrofe é mesmo a mais adequada para designar o destino da população ameríndia. Milhões de índios viviam no Brasil na época da conquista, e apenas entre 300 mil e 350 mil existem nos dias de hoje.

1.3 A COLONIZAÇÃO

O dito achamento do Brasil não provocou nem de longe o entusiasmo despertado pela chegada de Vasco da Gama à Índia. O Brasil aparece como uma terra cujas possibilidades de exploração e contornos geográficos eram desconhecidos. Por vários anos, pensou-se que não passava de uma grande ilha. As atrações exóticas – índios, papagaios, araras – prevaleceram, a ponto de alguns informantes, particularmente italianos, darem-lhe o nome de Terra dos Papagaios. O rei dom Manuel preferiu chamá-la de Vera Cruz e, logo depois, de Santa Cruz. O nome Brasil começou a aparecer em 1503. Ele tem sido associado à principal riqueza da terra em seus primeiros tempos, o pau-brasil. Seu cerne, muito vermelho, era usado como corante; e a madeira, de grande resistência, era

utilizada na construção de móveis e de navios. É curioso lembrar que as “ilhas Brasil” ou algo parecido são uma referência fantasiosa na Europa medieval. Em uma carta geográfica de 1367 aparecem três ilhas com esse nome, espalhadas no grupo dos Açores, na latitude da Bretanha (França) e na costa da Irlanda.

As primeiras tentativas de exploração do litoral brasileiro se basearam no sistema de feitorias, adotado na costa africana. O Brasil foi arrendado por três anos a um consórcio de comerciantes de Lisboa, liderado pelo cristão-novo Fernão de Loronha ou Noronha, que recebeu o monopólio comercial, obrigando-se em troca, ao que parece, a enviar seis navios a cada ano para explorar trezentas léguas (cerca de 2 mil quilômetros) da costa e a construir aí uma feitoria. O consórcio realizou algumas viagens, mas aparentemente, quando, em 1505, o arrendamento terminou, a Coroa portuguesa tomou a exploração da nova terra em suas mãos.

Nesses anos iniciais, entre 1500 e 1535, a principal atividade econômica foi a extração do pau-brasil, obtido principalmente mediante troca com os índios. As árvores não cresciam juntas em grandes áreas, mas se encontravam dispersas. À medida que a madeira foi se esgotando no litoral, os europeus passaram a recorrer aos índios para obtê-la. O trabalho coletivo, especialmente a derrubada de árvores, era uma tarefa comum na sociedade tupinambá. Assim, o corte do pau-brasil podia integrar-se com relativa facilidade aos padrões tradicionais da vida indígena. Os índios forneciam a madeira e, em menor escala, farinha de mandioca, trocadas por peças de tecido, facas, canivetes e quinquilharias.

O Brasil foi inicialmente muito referido à Índia, seja como ponto de descanso na rota já conhecida, seja como possível passagem de um novo caminho, buscado principalmente pelos espanhóis. Por exemplo, ao chegar à América, em 1492, especificamente às Antilhas, Colombo pensara ter alcançado o mar da China. A posse da nova terra foi contestada por Portugal, daí resultando uma série de negociações que desembocaram no Tratado de Tordesilhas (1494). O mundo foi dividido em dois hemisférios, separados por uma linha que imaginariamente passava 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. As terras descobertas a oeste da linha pertenceriam à Espanha; as que se situassem a leste da linha caberiam a Portugal.

A divisão se prestava a controvérsias, pois nunca foi possível estabelecer com exatidão por onde passava a linha de Tordesilhas. Só em fins do século XVII os holandeses conseguiram desenvolver uma técnica precisa de medição de longitudes. Por exemplo, a foz do Amazonas no norte ou a do rio da Prata no sul, vistas como possíveis rotas no rumo das Índias pela via do ocidente, estariam em território português ou espanhol? Várias expedições dos dois países se sucederam ao longo da costa brasileira na direção sul, até que um português a serviço da Espanha, Fernão de Magalhães, atravessou o estreito que hoje tem seu nome e, navegando pelo oceano Pacífico, chegou às Filipinas (1521). Esse feito espetacular de navegação foi ao mesmo tempo uma decepção para os espanhóis. O caminho das Índias pelo ocidente fora encontrado, mas era demasiado longo e difícil para ser economicamente vantajoso. Os olhos espanhóis se fixaram nas riquezas em ouro e prata que iam sendo encontradas nas terras americanas sob seu domínio.

A maior ameaça à posse do Brasil por Portugal não veio dos espanhóis, e sim dos franceses. A França não reconhecia os tratados de partilha do mundo, sustentando o princípio do *uti possidetis*, segundo o qual era possuidor de uma área quem efetivamente a ocupasse. Os franceses entraram no comércio do pau-brasil e praticaram a pirataria, ao longo de uma costa demasiado extensa para que pudesse ser guarnecida pelas patrulhas portuguesas. Em momentos diversos, mais tarde se estabeleceriam na Guanabara (1555-1560) e no Maranhão (1612-1615).

Considerações políticas levaram a Coroa portuguesa à convicção de que era necessário colonizar a nova terra. A expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533) representou um momento de transição entre o velho e o novo período. Tinha por objetivo patrulhar a costa, estabelecer uma colônia através da concessão não hereditária de terras aos povoadores que trazia (São Vicente, 1532) e explorar a terra tendo em vista a necessidade de sua efetiva ocupação.

Há indícios de que Martim Afonso de Sousa ainda se encontrava no Brasil quando dom João III decidiu-se pela criação das capitanias hereditárias. O Brasil foi dividido em quinze quinhões por uma série de linhas paralelas ao Equador que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, sendo os quinhões entregues aos chamados capitães-donatários. Eles constituíam um grupo diversificado em que havia gente da pequena nobreza, burocratas e comerciantes, tendo em comum suas ligações com a Coroa.

Estavam entre os donatários o experiente navegador Martim Afonso de Sousa; Duarte Coelho, militar de destaque no Oriente,

sem grandes recursos, cuja história no Brasil seria ressaltada pelo êxito em Pernambuco; Jorge Figueiredo Correia, escrivão da Fazenda Real e grande negociante, associado a Mem de Sá e a Lucas Giraldes, da família dos Giraldi, negociantes e banqueiros de origem florentina; Pero do Campo Tourinho, que vendeu suas propriedades em Portugal e seguiu para o Brasil com seiscentos colonos, vindo a ser denunciado à Inquisição após conflitos com os colonos e embarcado de volta a Portugal. Antes de 1532, Fernão de Noronha recebeu do rei a primeira capitania do Brasil – a ilha de São João, que hoje tem seu nome. Nenhum representante da grande nobreza se incluía na lista, pois os negócios na Índia, em Portugal e nas ilhas atlânticas eram por essa época bem mais atrativos.

Os donatários receberam uma doação da Coroa pela qual se tornaram possuidores, mas não proprietários da terra. Não podiam vender ou dividir a capitania, cabendo ao rei o direito de modificá-la ou mesmo extingui-la. A posse dava aos donatários extensos poderes tanto na esfera econômica e na de arrecadação de tributos como na esfera administrativa. A instalação de engenhos de açúcar e de moinhos de água, assim como o uso de depósitos de sal, dependia do pagamento de direitos; parte dos tributos devidos à Coroa pela exploração do pau-brasil, de metais preciosos e dos derivados da pesca cabia também aos capitães-donatários. Do ponto de vista administrativo, tinham o monopólio da justiça e autorização para fundar vilas, doar sesmarias, alistar colonos para fins militares e formar milícias sob seu comando.

A atribuição de doar sesmarias deu origem à formação de vastos latifúndios. A sesmaria foi conceituada no Brasil como uma extensão

de terra virgem, cuja propriedade era doada a um sesmeiro, com a obrigação – raramente cumprida – de cultivá-la no prazo de cinco anos e de pagar um tributo à Coroa. Os direitos reservados pela Coroa incluíam o monopólio das drogas e especiarias, assim como a percepção de uma parte dos tributos. O rei assegurou ainda o direito de aplicar a justiça quando a hipótese fosse de morte ou retalhamento de partes do corpo de pessoas de condição nobre. Pôde nomear, além disso, uma série de funcionários para garantir que as rendas da Coroa fossem recolhidas.

Ao instituir as capitanias, a Coroa lançou mão de algumas fórmulas cuja origem se encontra na sociedade medieval europeia. É o caso, por exemplo, do direito concedido aos donatários de obter pagamento para licenciar a instalação de engenhos de açúcar, análogo às banalidades pagas pelos lavradores aos senhores feudais. Mas, em essência, mesmo em sua forma original, as capitanias representaram uma tentativa transitória e ainda tateante de colonização, com o objetivo de integrar a colônia à economia mercantil europeia.

Com exceção das capitanias de São Vicente e Pernambuco, as outras fracassaram, em maior ou menor grau, por falta de recursos, desentendimentos internos, inexperiência e ataques de índios. Não por acaso, as mais prósperas combinaram a atividade açucareira e um relacionamento menos agressivo com as tribos indígenas. As capitanias foram sendo retomadas pela Coroa, ao longo dos anos, por meio de compra. Subsistiram como unidade administrativa, mas mudaram de caráter por passarem a pertencer ao Estado. Entre 1752 e 1754, o marquês de Pombal completou praticamente o

processo de passagem das capitanias do domínio privado para o público.

A decisão tomada por dom João III de estabelecer o governo-geral do Brasil ocorreu em um momento em que alguns fatos significativos aconteciam com relação à Coroa portuguesa, na esfera internacional. Em primeiro lugar, surgiam os primeiros sinais de crise nos negócios da Índia. Portugal sofrera também várias derrotas militares no Marrocos, embora o sonho de um império africano ainda não estivesse extinto. No mesmo ano em que Tomé de Sousa foi enviado ao Brasil como primeiro governador-geral (1549), fechou-se o entreposto comercial português de Flandres, por ser deficitário. Por último, em contraste com as terras do Brasil, os espanhóis tinham crescente êxito na exploração de metais preciosos em sua colônia americana e, em 1545, haviam descoberto a grande mina de prata de Potosí. Se todos esses fatores podem ter pesado na decisão da Coroa, devemos lembrar que, internamente, o fracasso das capitanias tornou mais claros os problemas da precária administração da América lusitana.

A instituição do governo-geral representaria um passo importante na organização administrativa da colônia. Tomé de Sousa – um fidalgo com experiência na África e na Índia – chegou à Bahia acompanhado de mais de mil pessoas, incluindo quatrocentos degredados, e trazia longas instruções por escrito. Essas instruções revelam o propósito de garantir a posse territorial da nova terra, colonizá-la e organizar as rendas da Coroa. Foram criados alguns

cargos para o cumprimento dessas finalidades, sendo os mais importantes o de ouvidor, a quem cabia administrar a justiça, o de capitão-mor, responsável pela vigilância da costa, e o de provedor-mor, encarregado do controle e crescimento da arrecadação.

Entretanto, no século XVI o Brasil não proporcionava riquezas consideráveis aos cofres reais. Pelo contrário, segundo cálculos do historiador Vitorino Magalhães Godinho, em 1558 a arrecadação proveniente do Brasil representava apenas algo em torno de 2,5% das rendas da Coroa, enquanto ao comércio com a Índia correspondiam 26%.

Vinham com o governador-geral os primeiros jesuítas – Manuel da Nóbrega e cinco companheiros –, com o objetivo de catequizar os índios e disciplinar o ralo clero de má fama existente na colônia. Posteriormente (1533), criou-se o bispado de São Salvador, sujeito ao arcebispado de Lisboa, caminhando-se assim para a organização do Estado e da Igreja estreitamente aproximados. O início dos governos-gerais representou também a fixação de um polo administrativo na organização da colônia. Obedecendo às instruções recebidas, Tomé de Sousa empreendeu o longo trabalho de construção de São Salvador, capital do Brasil até 1763.

A instituição de um governo-geral representou um esforço de centralização administrativa, mas o governador-geral não detinha todos os poderes nem, em seus primeiros tempos, podia exercer uma atividade muito abrangente. A ligação entre as capitanias era bastante precária, limitando o raio de ação dos governadores. A correspondência dos jesuítas dá claras indicações desse isolamento. Assim, em 1552, escrevendo da Bahia aos irmãos de Coimbra, o

padre Francisco Pires queixa-se de só poder tratar de assuntos locais porque “às vezes passa um ano e não sabemos uns dos outros, por causa dos tempos e dos poucos navios que andam pela costa e às vezes se veem mais cedo navios de Portugal que das capitanias” . Um ano depois, metido no sertão de São Vicente, Manuel da Nóbrega diz praticamente a mesma coisa: “Mais fácil é vir de Lisboa recado a esta capitania que da Bahia” .

Após as três primeiras décadas, marcadas pelo esforço de garantir a posse da nova terra, a colonização começou a tomar forma. Como aconteceu em toda a América Latina, o Brasil viria a ser uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minérios de grande importância. A política da metrópole portuguesa consistirá no incentivo à empresa comercial com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala, assentada na grande propriedade. Essa diretriz deveria atender aos interesses de acumulação de riqueza na metrópole lusa, em mãos dos grandes comerciantes, da Coroa e seus afilhados. Como Portugal não tinha o controle dos circuitos comerciais na Europa, que estavam nas mãos de espanhóis, holandeses e ingleses, a mencionada diretriz acabou por atender também ao conjunto da economia europeia.

A opção pela grande propriedade ligou-se ao pressuposto da conveniência da produção em larga escala. Além disso, pequenos proprietários autônomos tenderiam a produzir para sua subsistência,

vendendo no mercado apenas um reduzido excedente, o que contrariaria os objetivos do empreendimento mercantil.

Ao lado da empresa comercial, do regime de grande propriedade, acrescentemos um terceiro elemento: o trabalho compulsório. Também nesse aspecto, a regra será comum a toda a América Latina, ainda que com variações. Diferentes formas de trabalho servil predominaram na América espanhola, enquanto a escravidão foi dominante no Brasil.

Por que se apelou para uma relação de trabalho odiosa a nossos olhos, que parecia semimorta, exatamente na época chamada pomposamente de aurora dos tempos modernos? Uma resposta sintética consiste em dizer que nem havia grande oferta de trabalhadores em condições de emigrar como semidependentes ou assalariados nem o trabalho assalariado era conveniente para os fins da colonização. Dada a disponibilidade de terras, pois uma coisa era a concessão de sesmarias, outra sua efetiva ocupação, não seria fácil manter trabalhadores assalariados nas grandes propriedades. Eles poderiam tentar a vida de outra forma, criando problemas de fluxo adequado de mão de obra para a empresa mercantil.

Mas, se a introdução do trabalho escravo se explica resumidamente dessa forma, por que se optou de preferência pelo negro, e não pelo índio? A principal razão reside no fato de que o comércio internacional de escravos, trazidos da costa africana, era em si mesmo um negócio tentador, que acabou se transformando no grande negócio da colônia. Portugueses, holandeses e brasileiros, estes na fase final da colônia, disputaram o controle dessa área. O tráfico representava, pois, uma fonte potencial de acumulação de

riqueza, e não apenas um meio de prover de braços a grande lavoura de exportação. Devemos lembrar que houve uma passagem da escravidão do índio para o negro variável no tempo e no espaço. Ela foi menos longa no núcleo central e mais rentável na empresa mercantil, ou seja, na economia açucareira, em condições de absorver o preço da compra do escravo negro, bem mais elevado do que o do índio. Foi mais longa nas regiões periféricas, como é o caso de São Paulo, que só no início do século XVIII , com a descoberta das minas de ouro, passou a receber escravos negros em número regular e considerável.

Além da atração exercida pelo comércio negreiro, a escravização do índio chocou-se com uma série de inconvenientes, tendo em vista os fins da colonização. Os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo regular e mais ainda compulsório, como pretendido pelos europeus. Não eram vadios ou preguiçosos. Apenas faziam o necessário para garantir sua subsistência, o que não se tornava difícil em uma época de peixes abundantes, frutas e animais. Muito de sua energia e imaginação era empregado nos rituais, nas celebrações e nas guerras. As noções de trabalho contínuo ou do que hoje chamaríamos de produtividade eram estranhas a eles.

Podemos distinguir duas tentativas básicas de sujeição dos índios por parte dos portugueses. Uma delas, realizada pelos colonos segundo um frio cálculo econômico, consistiu na escravização pura e simples. A outra foi tentada pelas ordens religiosas, principalmente pelos jesuítas, por motivos que tinham muito a ver com suas concepções missionárias. Ela consistiu no esforço para transformar

os índios através do ensino em “bons cristãos” , reunindo-os em pequenos povoados ou aldeias. Ser bom cristão significava também adquirir os hábitos de trabalho dos europeus, com o que se criaria um grupo de cultivadores indígenas flexível em relação às necessidades da colônia.

As duas políticas não se equivaliam. As ordens religiosas tiveram o mérito de tentar proteger os índios da escravidão imposta pelos colonos, nascendo daí inúmeros atritos entre colonos e padres. Mas estes não tinham respeito pela cultura indígena. Ao contrário, para eles chegava a ser duvidoso que os índios fossem pessoas. O padre Manuel da Nóbrega, por exemplo, dizia que “índios são cães em se comerem e matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem” .

Os índios resistiram às várias formas de sujeição, pela guerra, pela fuga, pela recusa ao trabalho compulsório. Em termos comparativos, as populações indígenas tinham melhores condições de resistir do que os escravos africanos. Enquanto estes se viam diante de um território desconhecido onde eram implantados à força, os índios se encontravam em sua casa.

Outro fator importante para colocar em segundo plano a escravização indígena foi a catástrofe demográfica. Os índios foram vítimas de doenças como sarampo, varíola, gripe, para as quais não tinham defesa biológica. Duas ondas epidêmicas se destacaram por sua virulência entre 1562 e 1563, matando mais de 60 mil índios segundo parece, sem contar as vítimas do sertão. A morte da população indígena, que em parte se dedicava a plantar gêneros

alimentícios, resultou em uma terrível fome no nordeste do território e em perda de braços.

Não por acaso, a partir da década de 1570, incentivou-se a importação de africanos e a Coroa começou a tomar medidas por meio de várias leis para tentar impedir o morticínio e a escravização desenfreada dos índios. As leis continham ressalvas e eram burladas com facilidade. Escravizavam-se índios em decorrência de “guerras justas”, isto é, guerras consideradas defensivas; como punição pela prática de antropofagia; por meio do resgate etc. O resgate consistia na compra de indígenas prisioneiros de outras tribos que estavam para ser devorados em ritual antropofágico. Só em 1758 a Coroa determinou a libertação definitiva dos indígenas. Mas, no essencial, a escravidão indígena fora abandonada muito antes, pelas dificuldades apontadas e pela existência de uma solução alternativa.

Ao percorrer a costa africana no século XV, os portugueses haviam começado o tráfico de africanos, facilitado pelo contato com sociedades que, em sua maioria, já conheciam o valor mercantil do escravo. Nas últimas décadas do século XVI, não só o comércio negreiro estava razoavelmente montado como também vinha demonstrando sua lucratividade. Os colonizadores tinham conhecimento das habilidades dos negros, sobretudo por sua rentável utilização na atividade açucareira das ilhas do Atlântico. Muitos escravos provinham de culturas em que os trabalhos com ferro e a criação de gado eram usuais. Sua capacidade produtiva era assim bem superior à do indígena. Calcula-se que durante a primeira metade do século XVII, nos anos de apogeu da economia do açúcar, o custo de aquisição de um escravo negro era amortizado entre

treze e dezesseis meses de trabalho, e mesmo depois de uma forte alta nos preços de compra de cativos, após 1700, um escravo se pagava em trinta meses.

Os africanos foram trazidos do chamado “continente negro” para o Brasil em um fluxo de intensidade variável. Os cálculos sobre o número de pessoas transportadas como escravos variam muito. Estima-se que entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, em sua maioria jovens do sexo masculino.

A região de proveniência dependeu da organização do tráfico, das condições locais na África e, em menor grau, das preferências dos senhores brasileiros. No século XVI, a costa da Guiné, especificamente núcleos como Bissau, Cacheu e São Jorge da Mina, forneceu o maior número de escravos. Do século XVII em diante, as regiões mais ao sul da costa africana – Congo e Angola – tornaram-se os centros exportadores mais importantes, a partir dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda. Os angolanos foram trazidos em maior número no século XVIII, correspondendo ao que parece a 70% da massa de escravos trazidos para o Brasil naquele século.

Costuma-se dividir os povos africanos em dois grandes ramos étnicos: os “sudaneses”, predominantes na África ocidental, no Sudão egípcio e na costa norte do golfo da Guiné, e os “bantos”, da África equatorial e tropical, de parte do golfo da Guiné, do Congo, Angola e Moçambique. Essa grande divisão não nos deve levar a esquecer que os negros escravizados no Brasil provinham de muitas tribos ou reinos, com suas culturas próprias – por exemplo, os iorubas, jejes, tapas e hauçás entre os sudaneses, e os angolas, bengalas, monjolos e moçambiques entre os bantos.

Os grandes centros importadores de escravos foram Salvador e depois o Rio de Janeiro, cada qual com sua organização própria e fortemente concorrentes. Os traficantes baianos utilizaram-se de uma valiosa moeda de troca no litoral africano, o fumo produzido no Recôncavo – região que circunda Salvador. Estiveram sempre mais ligados à Costa da Mina, à Guiné e ao golfo de Benin, neste último caso após meados de 1770, quando o tráfico da Costa da Mina declinou. O Rio de Janeiro recebeu sobretudo escravos de Angola, superando a Bahia com a descoberta das minas de ouro, o avanço da economia açucareira e o grande crescimento urbano da cidade a partir do início do século XIX .

Seria errôneo pensar que, enquanto os índios se opuseram à escravidão, os negros a aceitaram passivamente. Fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores e resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e escravos desde os primeiros tempos. Os quilombos, estabelecimentos de negros que escapavam à escravidão pela fuga e recompunham no Brasil formas de organização social semelhantes às africanas, existiram às centenas no Brasil colonial. Palmares – uma rede de povoados situada em uma região que hoje corresponde em parte ao estado de Alagoas – foi um desses quilombos, e certamente o mais importante. Formado no início do século XVII , resistiu aos ataques de portugueses e holandeses por quase cem anos, vindo a sucumbir em 1695.

Pouco se sabe sobre o quilombo dos Palmares, referido apenas por algumas fontes portuguesas, que dão notícia da prisão e do enforcamento de Zumbi, líder dos rebeldes, em sua última fase de

existência. Com o correr do tempo, Zumbi se transformou em símbolo da resistência dos negros escravos. Nos dias de hoje, sua figura está presente em todos os movimentos de afirmação da população negra. Pesquisas arqueológicas recentes, na região em que existiu o quilombo, sugerem a existência de uma comunidade socialmente diversificada, abrangendo não apenas negros ex-escravos mas também brancos perseguidos pela Coroa, por razões religiosas ou pela prática de crimes e infrações menores.

Admitidas as várias formas de resistência, pelo menos até as últimas décadas do século XIX os escravos africanos ou afro-brasileiros não tiveram condições de desorganizar o trabalho compulsório. Bem ou mal, viram-se obrigados a se adaptar a ele. Entre os vários fatores que limitaram as possibilidades de rebeldia coletiva, lembremos que, ao contrário dos índios, os negros eram desenraizados de seu meio, separados arbitrariamente, lançados em levadas sucessivas em território estranho.

Por outro lado, nem a Igreja nem a Coroa se opuseram à escravização do negro. Ordens religiosas como a dos beneditinos estiveram mesmo entre os grandes proprietários de cativos. Vários argumentos foram utilizados para justificar a escravidão africana. Dizia-se que se tratava de uma instituição já existente na África, e assim apenas se transportavam cativos para o mundo cristão onde seriam civilizados e salvos pelo conhecimento da verdadeira religião. Além disso, o negro era considerado um ser racialmente inferior. No decorrer do século XIX, "teorias científicas" reforçaram o preconceito: o tamanho e a forma do crânio dos negros, o peso de seu cérebro etc. "demonstravam" que se estava diante de uma raça

de baixa inteligência e emocionalmente instável, destinada biologicamente à sujeição.

Lembremos também o tratamento dado ao negro na legislação. O contraste com os indígenas é nesse aspecto evidente. Estes contavam com leis protetoras contra a escravidão, ainda que fossem pouco aplicadas e contivessem muitas ressalvas. O negro escravizado não tinha direitos, mesmo porque era considerado juridicamente uma coisa.

Sob o aspecto demográfico, embora os números apurados variem, há dados sobre a alta taxa de mortalidade dos escravos negros, especialmente das crianças e dos recém-chegados, quando comparada, por exemplo, à população escrava nos Estados Unidos. Observadores de princípios do século XIX calculavam que a população escrava declinava a uma taxa entre 5% a 8% ao ano. Dados recentes revelam que a expectativa de vida de um escravo do sexo masculino ao nascer, em 1872, girava em torno dos 20 anos, enquanto a da população como um todo era de 27,4 anos. Por sua vez, um cativo homem nascido nos Estados Unidos em torno de 1850 tinha uma expectativa de vida de 35,5 anos.

Apesar desses números gritantes, não se pode dizer que os escravos negros tenham sido atingidos por uma catástrofe demográfica tão grande como a que dizimou os índios. Aparentemente, negros provenientes do Congo, do norte de Angola e do Daomé – atual Benin – eram menos suscetíveis ao contágio de doenças como a varíola. De qualquer forma, mesmo com a destruição física prematura dos negros, os senhores de escravos tiveram sempre a possibilidade de renovar o suprimento pela

importação. A escravidão brasileira se tornou mesmo totalmente dependente dessa fonte. Com raras exceções, não houve tentativas de ampliar o crescimento da população escrava já instalada no Brasil. A fertilidade das mulheres escravas era baixa. Além disso, criar uma criança por doze ou catorze anos era considerado um investimento de risco, tendo-se em conta as altas taxas de mortalidade, decorrentes das próprias condições de existência.

A forma pela qual, ao longo de alguns séculos, a Coroa portuguesa tratou de assegurar os maiores ganhos do empreendimento colonial relaciona-se com as concepções da política econômica mercantilista, vigente na época. No âmbito dessa política, as colônias deveriam contribuir para a autossuficiência da metrópole, transformando-se em áreas reservadas de cada potência colonizadora na concorrência internacional com as demais. Para isso era preciso estabelecer uma série de normas e práticas que afastassem os concorrentes da exploração das respectivas colônias, constituindo o sistema colonial. O eixo básico era o “exclusivo” metropolitano, ou seja, a exclusividade do comércio externo da colônia em favor da metrópole.

Tratava-se de impedir ao máximo que navios estrangeiros transportassem mercadorias da colônia sobretudo para vender diretamente em outros países da Europa e que, inversamente, mercadorias, em especial as não produzidas na metrópole, chegassem à colônia em navios desses países. Em termos simplificados, buscava-se deprimir até onde fosse possível os preços

pagos na colônia por seus produtos para vendê-los com maior lucro na metrópole. Buscava-se também obter maiores lucros da venda na colônia, sem concorrência, dos bens por ela importados. O exclusivo colonial teve várias formas: arrendamento, exploração direta pelo Estado, criação de companhias privilegiadas de comércio beneficiando determinados grupos comerciais metropolitanos etc.

No caso português, os preceitos mercantilistas não foram aplicados consistentemente. Curiosamente, a aplicação mais consequente da política mercantilista só se deu em meados do século XVIII , sob o comando do marquês de Pombal, quando seus princípios já eram postos em dúvida no resto da Europa Ocidental. A Coroa abriu brechas nesses princípios, principalmente por causa dos limites de sua capacidade de impô-los. Não se trata apenas da existência do contrabando, pois o contrabando era uma quebra pura e simples das regras do jogo. Trata-se, sobretudo, da posição de Portugal no conjunto das nações europeias. Os portugueses estiveram na vanguarda da expansão marítima, mas não tinham os meios de monopolizar seu comércio colonial. Já durante o século XVI as grandes praças comerciais não se situavam em Portugal, mas na Holanda. Os holandeses foram importantes parceiros comerciais de Portugal, transportando sal e vinho portugueses e açúcar brasileiro em troca de produtos manufaturados, queijos, cobre e tecidos. Entraram também no tráfico internacional de escravos.

Posteriormente, ao longo do século XVII , a Coroa seria levada a estabelecer relações desiguais com uma das novas potências emergentes, a Inglaterra. Dessas condições resulta que o exclusivo colonial luso oscilou de acordo com as circunstâncias, ficando entre

a relativa liberdade e um sistema centralizado e dirigido, combinado com concessões especiais. Essas concessões representavam, no fundo, a participação de outros países no usufruto da exploração do sistema colonial português.

Sem percorrer todas as marchas e contramarchas, vejamos alguns exemplos. Houve uma fase de relativa liberdade comercial de 1530 até 1571, data em que o rei dom Sebastião decretou a exclusividade dos navios portugueses no comércio da colônia, coincidindo a medida com os anos iniciais da grande expansão da economia açucareira. O período da união das duas Coroas (1580-1640), quando o rei da Espanha ocupou também o trono de Portugal, caracterizou-se por crescentes restrições à participação de outros países no comércio colonial, visando especialmente à Holanda, em guerra com a Espanha. Mesmo assim, há notícias de um tráfego regular e direto entre Brasil e Hamburgo, na Alemanha, por volta de 1590.

Após o fim do período de união das duas Coroas, com a aclamação de dom João IV como rei de Portugal, seguiu-se uma breve fase de "livre comércio", com pouca regulamentação e ausência de controle sobre o mercado colonial de importação. Mas, em 1649, passou-se a um novo sistema de comércio centralizado e dirigido, por meio de frotas. Com capital obtido principalmente de cristãos-novos, foi criada a Companhia-geral do Comércio do Brasil. A companhia deveria manter uma frota de 36 navios armados para comboiar navios mercantes que saíam e chegavam ao Brasil duas vezes por ano, usufruindo em troca do monopólio das importações de vinho, farinha, azeite de oliva e bacalhau na colônia e do direito

de estabelecer os preços para esses artigos. A partir de 1694, a companhia foi transformada em órgão governamental.

Entretanto, a criação da empresa não impediu concessões feitas por Portugal à Holanda e especialmente à Inglaterra. Em poucas palavras, a Coroa buscava a proteção política inglesa em troca de vantagens comerciais. Um bom exemplo disso é o tratado imposto por Oliver Cromwell em 1654, garantindo aos ingleses o direito de negociar com a colônia brasileira, exceto no tocante aos produtos monopolizados pela Companhia-geral do Comércio do Brasil. O sistema de frotas só foi abandonado em 1765, quando o marquês de Pombal resolveu estimular o comércio e restringir o crescente papel dos ingleses. Isso se fez através da criação de novas companhias (Companhia do Grão-Pará e Maranhão, Companhia de Pernambuco e Paraíba), que representaram as últimas expressões da política mercantilista no Brasil.

As duas instituições básicas que, por sua natureza, estavam destinadas a organizar a colonização do Brasil foram o Estado e a Igreja católica. Uma estava ligada à outra, sendo o catolicismo reconhecido como religião do Estado. Em princípio, houve uma divisão de trabalho entre as duas instituições. Ao Estado coube o papel fundamental de garantir a soberania portuguesa sobre a colônia, dotá-la de uma administração, desenvolver uma política de povoamento, resolver problemas básicos como o da mão de obra, estabelecer o tipo de relacionamento que deveria existir entre metrópole e colônia. Essa tarefa pressupunha o reconhecimento da

autoridade do Estado por parte dos colonizadores que se instalariam no Brasil, seja pela força, seja pela aceitação dessa autoridade, seja por ambas as coisas.

Nesse sentido, o papel da Igreja se tornava relevante. Como tinha em suas mãos a educação das pessoas, o “controle das almas” era um instrumento muito eficaz para veicular a ideia geral de obediência e mais restritamente de obediência ao poder do Estado. O papel da Igreja não se limitava a isso. Ela estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos como nascimento, casamento e morte. O ingresso na comunidade, o enquadramento nos padrões de uma vida decente, a partida sem pecado deste “vale de lágrimas” dependiam de atos monopolizados pela Igreja: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão e a extrema-unção na hora da morte, o enterro em um cemitério designado pela significativa expressão “campo santo” .

Como se sabe, na história do mundo ocidental, as relações entre Estado e Igreja variaram muito de país a país e não foram uniformes no âmbito de cada país ao longo do tempo. No caso português, ocorreu uma subordinação da Igreja ao Estado através de um mecanismo conhecido como padroado real. O padroado consistiu em uma ampla concessão da Igreja de Roma ao Estado português, em troca da garantia de que a Coroa promoveria e asseguraria os direitos e a organização da Igreja em todas as terras descobertas. O rei de Portugal ficava com o direito de recolher o tributo devido pelos fiéis, conhecido como dízimo, correspondente a um décimo dos ganhos obtidos em qualquer atividade. Cabia também à Coroa criar dioceses e nomear os bispos.

Muitos dos encargos da Coroa resultavam, pelo menos em tese, em maior subordinação da Igreja, como é o caso da incumbência de remunerar o clero e de construir e zelar pela conservação dos edifícios destinados ao culto. Para supervisionar todas essas tarefas, o governo português criou uma espécie de departamento religioso do Estado, a Mesa da Consciência e Ordens.

O controle da Coroa sobre a Igreja foi em parte limitado pelo fato de que a Companhia de Jesus até a época do marquês de Pombal (1750-1777) teve forte influência na Corte. Na colônia, o controle sofreu outras restrições. De um lado, era muito difícil enquadrar as atividades do clero secular, disperso pelo território; de outro, as ordens religiosas conseguiram alcançar maior grau de autonomia. A maior autonomia das ordens dos franciscanos, mercedários, beneditinos, carmelitas e principalmente jesuítas resultou de várias circunstâncias. Elas obedeciam a regras próprias de cada instituição e tinham uma política definida com relação a questões vitais da colonização, como a indígena. Além disso, na medida em que se tornaram proprietárias de grandes extensões de terra e empreendimentos agrícolas, não dependiam da Coroa para sua sobrevivência.

Padres seculares buscavam fugir ao peso do Estado e da própria Igreja, quando havia oportunidade, por um caminho individual. A presença de padres pode ser também constatada praticamente em todos os movimentos de rebelião a partir de 1789, prolongando-se após a Independência do Brasil até meados do século XIX . Seria engano, porém, atribuir a todo o clero essa característica de rebeldia, visível, mas excepcional. Na atividade do dia a dia,

silenciosamente e às vezes com pompa, a Igreja tratou de cumprir sua missão de converter índios e negros e de inculcar na população a obediência aos seus preceitos, assim como aos preceitos do Estado.

O Estado português na época de colonização é um Estado absolutista. Em teoria, todos os poderes se concentram, por direito divino, na pessoa do rei. O reino – ou seja, o território, os súditos e seus bens – pertence ao rei, constitui seu patrimônio. Trata-se, pois, de um Estado absolutista, qualificado pelo patrimonialismo. Isso não quer dizer que o rei não devesse levar em conta os interesses dos diferentes estratos sociais – nobres, comerciantes, clero, gente do povo – nem que governasse sozinho. A preferência pela expressão “Coroa”, em vez de “Rei” para designar o poder da monarquia portuguesa é indicativa desta última constatação. Se a palavra decisiva cabia ao rei, tinha muito peso na decisão uma burocracia por ele escolhida, formando um corpo de governo. Mesmo a indefinição do público e do privado foi limitada por uma série de medidas, tomadas principalmente no âmbito fiscal, com o objetivo de estabelecer limites à ação do rei. O “bem comum” surgia como uma ideia nova que justificava a restrição aos poderes reais de impor empréstimos ou tomar bens privados para seu uso.

A montagem da administração colonial desdobrou e enfraqueceu o poder da Coroa. Por certo, era na metrópole que se tomavam as decisões centrais. Mas os administradores do Brasil tinham uma esfera de atribuições, tinham de improvisar medidas diante de

situações novas e ficavam muitas vezes se equilibrando entre as pressões imediatas dos colonizadores e as instruções emanadas da distante Lisboa.

1.4 A SOCIEDADE COLONIAL

No âmbito da estrutura social da colônia, um princípio básico de exclusão distinguia determinadas categorias, pelo menos até a Carta-lei de 1773. Era o princípio da pureza de sangue. Impuros eram os cristãos-novos, os negros, mesmo quando livres, em certa medida os índios e as várias espécies de mestiços. Desse princípio racial decorria a impossibilidade de ocupar cargos, receber títulos de nobreza, participar de irmandades de prestígio etc. A Carta-lei de 1773 acabou com a distinção entre cristãos antigos e novos, o que não quer dizer que daí para a frente o preconceito se tenha extinguido.

O critério discriminatório se referia essencialmente a pessoas. Mais profundo do que ele, existia um corte separando pessoas de não pessoas, ou seja, gente livre dos escravos, considerados juridicamente como coisas. A condição de livre ou de escravo estava muito ligada à etnia e à cor, pois escravos eram negros, em primeiro lugar, índios e mestiços. Toda uma nomenclatura se aplicava aos mestiços, distinguindo-se os mulatos, os mamelucos, curibocas ou caboclos, nascidos da união entre branco e índio, e os cafuzos, resultantes da união entre negro e índio.

Convém distinguir, porém, entre escravidão indígena e negra. Do início da colonização até ser extinta formalmente a escravidão indígena, houve índios cativos e os chamados forros ou administrados. Estes eram índios que, após a captura, tinham sido colocados sob a tutela dos colonizadores. Sua situação não era muito diversa da dos cativos. Entretanto, se em geral a situação do índio era muito penosa, não equivalia à do negro. A proteção das ordens religiosas nos aldeamentos indígenas impôs limites à exploração pura e simples. A própria Coroa procurou estabelecer uma política menos discriminatória.

Por exemplo, um alvará de 1755 chegou a estimular os casamentos mistos de índios e brancos, os quais não tinham “infâmia alguma” . Previa-se uma preferência em “empregos e honras” para os descendentes dessas uniões e proibia-se que eles fossem chamados de “caboclos” ou outros nomes semelhantes que se possam reputar “injuriosos” . Anos mais tarde, o vice-rei do Brasil mandou dar baixa do posto de capitão-mor a um índio porque “se mostrara de tão baixos sentimentos que casou com uma preta, manchando seu sangue com esta aliança e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto” .

A significativa presença de africanos e afro-brasileiros na sociedade brasileira pode ser constatada pelos indicadores de população no fim do período colonial. Nas quatro maiores regiões – Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro –, negros e mulatos representavam, respectivamente, cerca de 75%, 68%, 79% e 64% da população. Apenas São Paulo tinha uma população majoritariamente branca (56%). Cativos trabalharam nos campos,

nos engenhos, nas minas, como criados de servir na casa-grande. Realizavam nas cidades tarefas penosas, no transporte de cargas e pessoas, de dejetos malcheirosos, ou na indústria da construção. Foram também artesãos, quitandeiros, vendedores de rua, meninos de recado etc.

As relações escravistas não se resumiram a um vínculo direto entre senhor e escravo, sem envolver outras pessoas. Houve cativos alugados para a prestação de serviços a terceiros, e nos centros urbanos existiram os escravos de ganho – uma figura comum no Rio de Janeiro dos primeiros decênios do século XIX . Os senhores permitiam que os escravos fizessem seu “ganho” , prestando serviços ou vendendo mercadorias, e cobravam em troca uma quantia fixa paga por dia ou por semana. Escravos de ganho foram utilizados em pequena e em larga escala, de um único cativo a trinta ou até quarenta. Se a maioria deles exercia sua atividade nas ruas, caindo inclusive na prostituição e na mendicância com o assentimento de seus senhores, existiram também barbeiros instalados em lojas ou operários enquadrados nessa modalidade.

Nem mesmo entre os escravos deixaram de existir distinções. Algumas se referiam ao trabalho exercido, pois havia diferenças entre servir na casa-grande ou trabalhar no campo, ser escravo na grande propriedade ou escravo de ganho nas cidades. Outras distinções referiam-se à nacionalidade, ao tempo de permanência no país ou à cor da pele. Boçal era o cativo recém-chegado da África, ignorante da língua e dos costumes; ladino o que já estava relativamente “adaptado” , falando e entendendo português; crioulo era o nascido no Brasil. Uma coisa era o preto retinto em um

extremo e o mulato claro em outro. Em geral, mulatos e crioulos eram preferidos para as tarefas domésticas, artesanais e de supervisão, cabendo aos escuros, sobretudo aos africanos, os trabalhos mais pesados.

Além das distinções no âmbito da massa escrava, devemos considerar que houve no Brasil colonial um grande número de africanos ou afro-brasileiros livres ou libertos. Dados referentes ao fim do período indicam que cerca de 42% da população negra ou mulata era constituída dessa categoria. Sua condição era ambígua. Considerados formalmente livres, voltavam na prática a ser escravizados de forma arbitrária, sobretudo quando a cor da pele e os traços mostravam tratar-se de um negro. Não podiam pertencer à Câmara Municipal ou a prestigiosas irmandades leigas, como a Ordem Terceira de São Francisco. Mesmo a liberdade de um ex-escravo podia ser revogada por atitudes consideradas de desrespeito para com seu antigo senhor.

A escravidão foi uma instituição nacional. Penetrou toda a sociedade, condicionando seu modo de agir e de pensar. O desejo de ser dono de escravos, o esforço para obtê-los ia da classe dominante ao modesto artesão das cidades. Houve senhores de engenho e proprietários de minas com centenas de escravos, pequenos lavradores com dois ou três, lares domésticos com apenas um escravo. O preconceito contra o negro ultrapassou o fim da escravidão e chegou modificado a nossos dias. Até pelo menos a introdução em massa de trabalhadores europeus no centro-sul do

Brasil, o trabalho manual foi socialmente desprezado como “coisa de negro” .

Em teoria, as pessoas livres da colônia foram enquadradas em uma hierarquia de ordens. A divisão social em ordens – nobreza, clero e povo – era uma característica do Antigo Regime. A transplantação desse modelo vigente em Portugal teve pouco efeito prático no Brasil. Os títulos de nobreza foram ambicionados pela elite branca, mas não existiu uma aristocracia hereditária. Os fidalgos eram raros, e a gente comum com pretensões à nobreza, grande maioria.

Isso não significa que a sociedade colonial fosse composta apenas de senhores e escravos. Roceiros, pequenos lavradores, trabalhadores povoaram os campos; as poucas cidades reuniram vendedores de rua, pequenos comerciantes, artesãos. Esse quadro não foi estático. A expansão do comércio internacional de escravos deu origem a um importante setor de elite, representado pelos traficantes do Rio de Janeiro e também de Salvador. A descoberta do ouro e dos diamantes em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a partir de princípios do século XVIII , e a vinda da família real para o Rio de Janeiro no início do século XIX foram, cada um à sua maneira, fatores de diversificação social e de alteração das relações entre campo e cidade. É no tocante à região mineira e aos centros urbanos como Salvador e o Rio de Janeiro que podemos falar da existência de uma burocracia administrativa, de letrados e gente dedicada às chamadas profissões liberais, especialmente a advocacia.

As diferentes atividades eram desigualmente valorizadas. A de maior prestígio, sobretudo nos primeiros tempos, era não propriamente uma atividade, mas “o ser senhor de engenho” . Na famosa expressão do padre André João Antonil, em sua obra *Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas* , escrita no início do século XVIII , “o ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram porque traz consigo o ser servido e respeitado de muitos. E [...] bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino” .

O comércio era considerado uma profissão menos digna e, em teoria, os homens de negócios estavam excluídos das Câmaras e das honrarias. O fato de que muitos deles fossem cristãos-novos acrescentava outro elemento de discriminação. Os artesãos também eram depreciados, pois considerava-se o trabalho manual uma atividade inferior. Quase sempre sem representação nas Câmaras, conseguiram às vezes se fazer ouvir através do “juiz de fora” , magistrado profissional indicado pela Coroa que presidia a Câmara, nas cidades maiores.

Na cúpula da pirâmide social da população livre, ao lado da elite de traficantes, ficavam os grandes proprietários rurais e os comerciantes voltados para o comércio externo. Esse era um quadro típico do litoral do nordeste do Brasil e mais tarde do Rio de Janeiro. Desempenhando um papel estratégico na vida da colônia, os

grandes comerciantes não foram incluídos na discriminação imposta em teoria à sua atividade. Ao contrário, descreveram uma curva de ascensão social e política a partir de meados do século XVII . Participaram cada vez mais das Câmaras e irmandades de prestígio e ocuparam postos elevados nas milícias.

Entre os dois setores de cúpula, houve pontos de aproximação e de rivalidade. De um lado, eles constituíam em conjunto as forças socialmente dominantes da colônia, diante da massa de escravos e homens livres de condição inferior. A ascensão econômica dos comerciantes facilitou seu ingresso na elite colonial. Por meio do casamento e da compra de terras, muitos comerciantes se tornaram também senhores de engenho no nordeste do Brasil, a ponto de borrar, às vezes, a distinção entre os dois setores.

De outro lado, existiam razões potenciais de conflito. Os grandes comerciantes influíam nos preços dos produtos de exportação e importação, sobretudo quando conseguiam ocupar postos nas companhias privilegiadas de comércio, organizadas pela Coroa. Além disso, adiantavam recursos aos grandes proprietários rurais para financiar o plantio e a compra de escravos e equipamentos, com garantia de hipoteca sobre as terras. As questões de dívida, as controvérsias sobre pedidos de moratória foram frequentes na área dos engenhos de açúcar do nordeste do Brasil. As disputas se acirravam quando vinham acompanhadas de uma divisão de origem entre senhores rurais nativos e comerciantes portugueses.

Um exemplo extremo das divergências foi a chamada Guerra dos Mascates, ocorrida em Pernambuco, entre 1710 e 1711. A rivalidade entre duas cidades – Olinda e Recife – refletiu na superfície a

desavença mais profunda entre a velha Olinda dos senhores de engenho e o Recife dos “mascates” , que pouco tinham de mascates. Tratava-se na realidade de grandes comerciantes, alguns dos quais tinham seu poder acrescido ao arrematarem, em leilões realizados pela Coroa, o direito de cobrar impostos.

Uma divisão da sociedade diretamente relacionada com o princípio de pureza de sangue dizia respeito à religião. Os súditos da Coroa residentes no Brasil eram, por definição, católicos. Mas havia os mais e os menos católicos. Estes eram os cristãos-novos, judeus ou seus descendentes, obrigados a converter-se ao cristianismo por decisão da monarquia lusa (1497). Sobre eles pesava a suspeita adicional de praticar em segredo a religião judaica. Os cristãos-novos tiveram um papel relevante, desde os primeiros tempos da colônia, como mercadores, artesãos ou senhores de engenho, ocupando também cargos civis e eclesiásticos. Apesar desse papel relevante e talvez por isso mesmo, os cristãos-novos foram discriminados, alguns deles presos e mortos nas mãos de inquisidores. Comparativamente, entretanto, as perseguições não tiveram a eficiência das desencadeadas na América espanhola. A Inquisição não se instalou em caráter permanente no Brasil, e suas aterrorizantes visitas, com exceção da realizada ao Estado do Grão-Pará em 1763-1769, ocorreram na época em que a Coroa portuguesa esteve nas mãos dos reis da Espanha. O Santo Ofício inquisitório esteve na Bahia e em Pernambuco entre 1591 e 1595, voltando à Bahia em 1618.

Por último, lembremos a divisão entre homens e mulheres que se liga à análise da família. Tradicionalmente, sobretudo por influência dos estudos de Gilberto Freyre, a noção de família na colônia é vinculada ao modelo patriarcal – uma família extensiva, constituída de parentes de sangue e afins, agregados e protegidos, sob a chefia indiscutível de uma figura masculina. A família patriarcal teve grande importância, marcando as relações entre sociedade e Estado. Mas ela foi característica da classe dominante, mais propriamente da classe dominante do nordeste do Brasil. Entre a gente de condição social inferior, a família extensiva não existiu e as mulheres tenderam a ter maior independência quando não tinham marido ou companheiro. Por exemplo, em Ouro Preto (1804), considerando-se 203 unidades domésticas, apenas 93 eram encabeçadas por homens.

Mesmo em relação às famílias de elite, o quadro de submissão das mulheres tem exceções. Em determinadas circunstâncias, elas desempenharam um relevante papel nas atividades econômicas. Isso ocorreu na região de São Paulo, onde as mulheres, descritas por um governador da capitania, por volta de 1692, como “formosas e varonis”, assumiam a administração da casa e dos bens quando os homens se lançavam por vários anos às expedições do sertão.

A população colonial viveu em sua maioria no campo. As cidades cresceram aos poucos e foram dependentes do meio rural. A própria capital da colônia foi descrita por frei Vicente do Salvador no século XVI como “cidade esquisita, de casas sem moradores, pois os

proprietários passavam mais tempo em suas roças rurais, só acudindo no tempo das festas. A população urbana constava de mecânicos que exerciam seus ofícios, de mercadores, de oficiais de justiça, de fazenda, de guerra, obrigados à residência” . Um padre jesuíta refere-se à pobreza da pequena São Paulo no século XVII como resultado da “constante ausência dos habitantes porque fora por ocasião de três ou quatro festas principais eles ficam em suas herdades ou andam por bosques e campos, em busca de índios, no que gastam suas vidas” .

Esse quadro modificou-se em parte pela crescente influência dos grandes comerciantes, entre os quais se incluía a elite de traficantes de escravos, e pelo aumento do aparelho administrativo, aumentando o peso qualitativo das cidades. Fatos como a invasão holandesa e sobretudo a vinda da família real para o Rio de Janeiro tiveram também importância no crescimento dos centros urbanos.

Na historiografia brasileira há duas interpretações básicas, radicalmente opostas, acerca das relações entre Estado e sociedade. Uma delas localiza no Estado o polo dominante. A origem da dominação seria encontrada na formação do Estado português, que desde o século XIV caracterizava-se pela centralização precoce e pela vigência de um corpo de leis, como um Estado patrimonialista. Na colônia, a burocracia estatal teria reforçado sua obra centralizadora, acentuando os mecanismos de poder e de repressão. Seus braços atingiriam até mesmo o sertão distante através de caudilhos e bandeirantes que, em última análise, agiam em nome do Estado.

A orientação oposta, mais antiga, considera que um setor da sociedade impera na colônia diante de um Estado fraco e sem expressão. O polo dominante residiria nos grandes proprietários de terras. Seriam eles quem governa, quem legisla, quem faz justiça, quem guerreia contra as tribos do interior, em defesa das populações que habitam próximo às suas fazendas, que são como seus castelos feudais e as cortes de seus senhores.

Não é possível colocar-se na linha de uma ou outra dessas interpretações por duas razões principais: 1ª porque elas se apresentam como um modelo imposto a espaços e momentos históricos diversos; 2ª porque ao separar radicalmente Estado de um lado e sociedade de outro tende-se a excluir a possibilidade de entrelaçamento dos dois níveis. Começando pela mais antiga, podemos dizer que a ausência do Estado e o preenchimento de suas funções por grupos privados ocorreu em certas áreas, como no sertão nordestino, voltadas para a pecuária. Mas isso não serve para definir o quadro mais geral da colônia.

Por outro lado, o Estado português não se ajusta à ideia de uma máquina burocrática esmagadora, transposta com êxito para a colônia. A tentativa de transpor a organização administrativa lusa para o Brasil chocou-se com inúmeros obstáculos, dada a extensão da colônia, a distância da metrópole e a novidade dos problemas a serem enfrentados. O Estado foi estendendo seu alcance ao longo do tempo, diríamos melhor ao longo dos séculos, sendo mais presente nas regiões que eram o núcleo fundamental da economia de exportação. Até meados do século XVII, a ação das autoridades somente se exerceu com eficácia na sede do governo-geral e das

capitanias à sua volta. Nas outras regiões predominaram as ordens religiosas, especialmente a dos jesuítas, considerada um Estado dentro do Estado, ou os grandes proprietários rurais e apresadores de índios.

Com a descoberta das minas de ouro e diamantes, no início do século XVIII , o Estado aumentou seus controles com o objetivo de organizar uma sociedade em rápido crescimento e de assegurar a percepção dos tributos sobre as novas riquezas. Mas mesmo aí só o Distrito Diamantino, instalado em Minas Gerais, correspondeu à imagem de um Estado sobreposto à sociedade, amputando todos os membros que resistissem a seu domínio.

Isso não quer dizer que seja inviável estabelecer um padrão geral das relações entre Estado e sociedade no Brasil colonial, respeitadas as diferenças de tempo e espaço. Em primeiro lugar, sobretudo quando nos referimos aos níveis mais altos da atividade do Estado, será quase sempre possível distinguir entre a ação do Estado e os interesses dominantes da sociedade. A Coroa e seus prepostos no Brasil assumiram um papel de organizador geral da vida da colônia que não correspondia necessariamente a esses interesses. Por exemplo, medidas tendentes a limitar a escravização dos índios ou a garantir o suprimento de gêneros alimentícios por meio do plantio obrigatório nas fazendas foram recebidas até com revolta pelos apresadores de índios e proprietários rurais.

Mas Estado e sociedade não são dois mundos estranhos. Pelo contrário, há um duplo movimento do Estado em direção à sociedade e desta em direção ao Estado, caracterizando-se pela indefinição dos espaços público e privado. Se, por um lado, o Estado

é penetrado por interesses particulares, por outro, sua ação não tem limites claros, decorrentes de garantias individuais dos cidadãos. Os traços do Estado patrimonial luso, em que tudo, em última análise, é patrimônio do rei, ajustam-se aos traços da sociedade colonial em que a representação de classe, pensada como representação coletiva de um setor social, cede terreno à solidariedade familiar.

A família ou as famílias em aliança da classe dominante surgem como redes formadas não apenas por parentes de sangue mas por padrinhos e afilhados, por protegidos e amigos. Para a Coroa, o Estado é um patrimônio régio e os governantes devem ser escolhidos entre os homens leais ao rei. Por sua vez, os setores dominantes da sociedade tratam de abrir caminho na máquina estatal ou de receber as graças dos governantes em benefício da rede familiar.

Por caminhos diversos, resulta disso um governo que se exerce não segundo critérios de impessoalidade e de respeito à lei, mas segundo critérios de lealdade. Uma conhecida expressão, “para os amigos tudo, para os inimigos a lei” , resume a concepção e a prática descritas.

1.5 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

A diversidade regional caracterizou a vida econômica da colônia.

Na faixa litorânea, o nordeste do Brasil representou o primeiro centro de colonização e de urbanização da nova terra. A atual situação da região nordestina não é fruto da fatalidade, mas de um

processo histórico. Até meados do século XVIII , essa região concentrou as atividades econômicas e a vida social mais significativas da colônia; nesse período, o sul da colônia foi uma área periférica, menos urbanizada, sem vinculação direta com a economia exportadora. Salvador foi a capital do Brasil até 1763 e, por muito tempo, sua única cidade importante. Embora não haja dados de população seguros até meados do século XVIII , calcula-se que tinha 14 mil habitantes em 1585, 25 mil em 1724 e cerca de 40 mil em 1750, metade dos quais eram escravos. Esses números podem parecer modestos, mas têm muita significação quando confrontados com os de outras regiões: São Paulo, por exemplo, tinha menos de 2 mil habitantes em 1600.

A empresa açucareira foi o núcleo central da ativação socioeconômica do nordeste da colônia. O açúcar tem uma longa e variada história, tanto no que se refere a seu uso quanto à localização geográfica. No século XV era ainda uma especiaria, utilizada como remédio ou condimento exótico. Livros de receitas do século XVI indicam que estava ganhando lugar no consumo da aristocracia europeia. Logo passaria de um produto de luxo a um bem de consumo de massa.

Nas décadas de 1530 e 1540, a produção açucareira se estabeleceu no Brasil em bases sólidas. Em sua expedição de 1532, Martim Afonso de Sousa trouxe um perito na manufatura do açúcar, bem como portugueses, italianos e flamengos com experiência na atividade açucareira da ilha da Madeira. Plantou-se cana e construíram-se engenhos em todas as capitanias, de São Vicente a Pernambuco. Um dos objetivos centrais da criação do governo-geral

foi incentivar a produção na abandonada capitania da Bahia. As instruções trazidas por Tomé de Sousa continham uma série de preceitos destinados a estimular o plantio e a moenda de cana, concedendo entre outras vantagens isenção de impostos por certo tempo. Além disso, o governador-geral, ainda por determinação do regimento, construiu um engenho de propriedade da Coroa em Pirajá, próximo a Salvador.

Na capitania de São Vicente, Martim Afonso de Sousa foi sócio, com portugueses e estrangeiros, de um engenho que talvez tenha sido o maior do sul da colônia – o São Jorge dos Erasmos –, nome derivado do alemão Erasmo Schetz, que o comprou dos sócios originais. A produção de cana no Rio de Janeiro, especialmente na região de Campos, teve também expressão, mas até o século XVIII a cachaça, e não o açúcar, foi o principal produto obtido, sendo utilizada sobretudo como moeda de troca no comércio de escravos com Angola.

Os grandes centros açucareiros na colônia foram Pernambuco e Bahia. Fatores climáticos, geográficos, políticos e econômicos explicam essa localização. As duas capitanias combinavam, na região costeira, boa qualidade de solos e um adequado regime de chuvas. Estavam mais próximas dos centros importadores europeus e contavam com relativa facilidade de escoamento da produção à medida que Salvador e Recife se tornavam portos importantes.

A instalação de um engenho constituía um empreendimento considerável. Em regra, abrangia as plantações de cana, o

equipamento para processá-la, as construções, os escravos e outros itens, como gado, pastagens, carros de transporte, além da casa-grande. A operação de processamento de cana até chegar ao açúcar era complexa. Já nos primeiros tempos requeria capacidade administrativa e uso de tecnologia, aprimorada ao longo dos anos. Várias fases se sucediam, passando pela extração do líquido, sua purificação e purgação. A cana era moída por um sistema de tambores, impulsionados por força hidráulica ou por animais. Os engenhos movidos a água, por seu maior tamanho e produtividade, ficaram conhecidos como engenhos reais.

Tanto no Brasil quanto em Portugal não foram instaladas refinarias no período colonial. O açúcar do Brasil era chamado de barreado porque utilizava-se barro em sua preparação. Isso não significa que fosse de má qualidade. O açúcar barreado resultava no açúcar branco, muito apreciado na Europa, assim como no mascavo, de cor pardacenta, considerado de qualidade inferior na época. Desse modo, a técnica de obter açúcar branco com o emprego de barro compensava, em parte, a inexistência de refinarias.

A instalação e a atividade de um engenho eram operações custosas, que dependiam da obtenção de créditos. No século XVI, boa parte desses créditos provinha de investidores estrangeiros, flamengos e italianos, ou da própria metrópole. Posteriormente, no século XVII, essas fontes parecem ter-se tornado pouco significativas. Pelo menos na Bahia, as duas principais fontes de crédito vieram a ser as instituições religiosas e beneficentes, em primeiro lugar, e os comerciantes. Os comerciantes tinham com os senhores de engenho um relacionamento especial. Financiavam

instalações, adiantavam recursos para tocar o negócio e, pela própria posição que ocupavam, tinham facilidade de fornecer bens de consumo importados. As contas entre as duas partes eram acertadas no fim da safra. Muitas vezes os comerciantes aceitavam receber açúcar em pagamento de dívidas, mas a preço abaixo do mercado. A história final do comércio açucareiro escapava de mãos locais e mesmo de mãos portuguesas. Os grandes centros importadores estavam em Amsterdã, Londres, Hamburgo e Gênova, e tinham grande poder na fixação dos preços, por maiores que fossem os esforços de Portugal para monopolizar o produto mais rentável de sua colônia americana.

Foi no âmbito da produção açucareira que se deu com maior nitidez a gradativa passagem da escravidão indígena para a africana. Nas décadas de 1550 e 1560, praticamente não havia africanos nos engenhos do nordeste do Brasil. A mão de obra era constituída de escravos índios ou, em muito menor escala, de índios provenientes das aldeias jesuíticas, que recebiam um salário ínfimo. Tomando o exemplo de um grande engenho – Sergipe do Conde, na Bahia –, cujos registros sobreviveram até hoje, podemos ter uma ideia de como se deu a transição. Em 1574, os africanos representavam apenas 7% da força de trabalho escrava; em 1591 eram 37% e, em torno de 1638, africanos e afro-brasileiros compunham a totalidade da força de trabalho.

Os cativos realizavam um grande número de tarefas, sendo concentrados em sua maioria nos pesados trabalhos do campo. A situação de quem trabalhava na moenda, nas fornalhas e nas caldeiras podia ser pior. Não era incomum que escravos perdessem a

mão ou um braço na moenda. Fornalhas e caldeiras produziam um calor insuportável e ali os trabalhadores se arriscavam a sofrer queimaduras. Muitos cativos eram treinados desde cedo para esse serviço, considerado também um castigo para os rebeldes. Apesar de tudo, excepcionalmente, escravos subiam na hierarquia de funções e chegavam a “banqueiros” – um auxiliar do mestre de açúcar – ou mesmo a mestre. Este era um trabalhador especializado, responsável pelas operações finais e, em última análise, pela qualidade do açúcar.

Vários senhores de engenho tiveram poder econômico, social e político na vida da colônia. Constituíram uma aristocracia de riqueza e poder, mas não uma nobreza hereditária, do tipo que existia na Europa. O rei concedeu títulos de nobreza por serviços prestados ou mediante pagamento. Entretanto, esses títulos não passavam aos herdeiros. Não exageremos, porém, a estabilidade social e a riqueza dos senhores de engenho, generalizando para o conjunto de uma classe social aquilo que foi característica de algumas famílias. O negócio da cana trazia riscos, dependendo da oscilação de preços, de uma boa administração, do controle da massa escrava. Os engenhos foram mais permanentes do que seus senhores. Existiram com os mesmos nomes por centenas de anos, porém mudaram várias vezes de mãos.

Quem eram os senhores de engenho nos primeiros tempos? Algumas famílias de origem nobre ou com altos cargos na administração portuguesa, imigrantes com posses, comerciantes que se dedicavam ao mesmo tempo à produção. Bem poucos eram fidalgos, além disso nem todos eram católicos de longa data.

Cristãos-novos estiveram bem representados entre os primeiros senhores de engenho baianos. De 41 engenhos cujos proprietários tiveram suas origens identificadas no período de 1587 a 1592, doze pertenciam a cristãos-novos. Com o correr do tempo, com base em muitos casamentos realizados entre as mesmas famílias, os senhores de engenho se converteram em uma classe homogênea. Seus membros mais prestigiosos trataram então de traçar uma genealogia que estabelecesse suas raízes nobres em Portugal.

Entre os dois extremos de senhores e escravos ficavam os libertos e os trabalhadores brancos que trabalhavam em serviços especializados como artesãos (ferreiros, carpinteiros, serralheiros etc.) e mestres de açúcar. O grupo mais numeroso de homens livres cujas atividades se ligavam ao engenho era o dos plantadores de cana, produtores independentes que não possuíam recursos para montar um engenho. Dependiam dos senhores, mas, às vezes, tinham algum poder de negociar quando a produção de cana nos engenhos era escassa. Raramente mulatos ou negros libertos foram plantadores de cana. Admitida essa exclusão racial, o poder econômico do setor variou muito. Havia desde humildes, cultivando pequenas extensões de terra com dois ou três escravos, até outros que possuíam vinte ou trinta cativos e eram candidatos a senhor de engenho.

Sem entrar nas minúcias dos vaivéns do negócio açucareiro, podemos distinguir algumas fases básicas de sua história no período colonial, demarcadas pelas guerras, pelas invasões estrangeiras e pela concorrência. Entre 1570 e 1620 houve uma conjuntura de expansão, dado o crescimento da demanda na Europa e por não

haver praticamente concorrência. A partir daí, os negócios se complicaram como consequência do início da Guerra dos Trinta Anos no continente europeu (1618) e, depois, por causa das invasões holandesas no nordeste da colônia.

As invasões tiveram em geral um efeito muito negativo, embora seja necessário fazer algumas distinções. A ocupação de Salvador (1624-1625) foi desastrosa para a economia açucareira do Recôncavo Baiano, mas não para Pernambuco. Por sua vez, enquanto Pernambuco sofria as consequências das lutas resultantes de uma nova invasão holandesa entre 1630 e 1637, a Bahia beneficiou-se da escassez do produto no mercado internacional e da consequente elevação de preços.

Na década de 1630 surgiu a concorrência. Nas pequenas ilhas das Antilhas, a Inglaterra, a França e a Holanda iniciaram o plantio em grande escala, provocando uma série de efeitos negativos na economia açucareira do nordeste do Brasil. A formação de preços fugiu ainda mais das mãos dos comerciantes portugueses e dos produtores coloniais no Brasil. A produção antilhana, também com base no trabalho escravo, gerou uma elevação do preço dos escravos e incentivou a concorrência de holandeses, ingleses e franceses no comércio negreiro da costa africana. Nunca mais a economia açucareira do Brasil voltaria aos "velhos bons tempos". Mas no período colonial a renda das exportações do açúcar sempre ocupou o primeiro lugar. Mesmo no auge da exportação do ouro, o açúcar continuou a ser o produto mais importante, pelo menos no comércio legal. Assim, em 1760 ele correspondeu a 50% do valor total das exportações e o ouro, a 46%. Afora isso, no fim do período

colonial a produção teve um novo alento, e não só na área nordestina. Medidas tomadas pelo marquês de Pombal e uma série de acontecimentos internacionais favoreceram a expansão. Dentre esses acontecimentos, devemos destacar a grande rebelião de escravos ocorrida em 1791 em São Domingos, colônia francesa nas Antilhas. Durante dez anos de guerra, São Domingos – grande produtor de açúcar e café – saiu da cena internacional. No início do século XIX, produziam açúcar, pela ordem de importância, a Bahia, Pernambuco e o Rio de Janeiro. São Paulo começava a despontar, mas ainda como modesto exportador.

Do ponto de vista econômico e social, o nordeste colonial não foi só açúcar, até porque o próprio açúcar gerou uma diversificação de atividades dentro de certos limites. A tendência à especialização no cultivo da cana trouxe como consequência uma contínua escassez de alimentos, incentivando a produção de gêneros alimentícios, especialmente da mandioca. A criação de gado esteve também em parte vinculada às necessidades da economia açucareira.

O fumo foi a segunda maior atividade destinada à exportação, embora estivesse muito longe de competir com o açúcar. A grande região produtora localizou-se no Recôncavo Baiano. Produziram-se vários tipos de fumo, desde os mais finos, exportados para a Europa, até os mais grosseiros, que foram importantes como moeda de troca na costa da África. A viabilidade da produção em reduzida escala permitiu a existência de um setor de pequenos proprietários, formado por antigos produtores de mandioca ou imigrantes

portugueses com poucos recursos. Ao longo dos anos, cresceu no setor a presença de mulatos. Uma amostra de 450 lavradores de fumo baianos entre 1684 e 1725 revelou que somente 3% eram mulatos, enquanto em um estudo semelhante realizado no fim do século XVIII esse percentual subiu para 27%.

A criação de gado começou nas proximidades dos engenhos, mas a tendência à ocupação das terras mais férteis para o cultivo da cana foi empurrando os criadores para o interior. Em 1701 a administração portuguesa proibiu a criação em uma faixa de oitenta quilômetros da costa para o interior. A pecuária foi responsável pelo desbravamento do “grande sertão”. Os criadores penetraram nos atuais estados do Piauí, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e, a partir da área do rio São Francisco, chegaram aos rios Tocantins e Araguaia. Foram essas regiões, mais do que o litoral, que se caracterizaram por imensos latifúndios, onde o gado se esparramava a perder de vista. No fim do século XVII existiam propriedades no sertão baiano maiores do que Portugal e um grande fazendeiro chegava a possuir mais de 1 milhão de hectares em terras.

1.6 A UNIÃO IBÉRICA E SEUS REFLEXOS NO BRASIL

Uma mudança de rumos da monarquia portuguesa teve importantes consequências na colônia. Na esteira de uma crise que deixou vago

o trono de Portugal, a nobreza e a grande burguesia lusa aclamaram Filipe II da Espanha como rei português, pondo fim à dinastia de Avis (1580). A presença dos Habsburgo de Espanha no trono de Portugal perduraria até 1640. Além das íntimas ligações entre as nobrezas espanhola e portuguesa, pesaram nessa resolução interesses vinculados ao mundo colonial. Com a união das duas Coroas, a burguesia mercantil portuguesa esperava ter maior acesso ao mercado espanhol na América, trocando prata por escravos e alimentos.

A União Ibérica provocou, na prática, o desconhecimento temporário do meridiano de Tordesilhas, abrindo à penetração de desbravadores portugueses territórios situados na região amazônica e em áreas que hoje fazem parte do Brasil central, na direção de Goiás e Mato Grosso.

Do ponto de vista institucional, uma das medidas de maior importância do período foi a promulgação das Ordenações Filipinas (1603), legislação que consolidou e ampliou as leis portuguesas. As ordenações tiveram uma longa vigência no Brasil, a ponto de algumas de suas determinações só terem sido revogadas pela entrada em vigor do Código Civil (1917).

A consequência mais significativa da união das duas Coroas se deu no plano das relações internacionais. A proximidade entre Portugal e os Países Baixos desaparecia, dando lugar a um período de confrontação aberta, como decorrência do conflito existente entre os Países Baixos e a Espanha. No mundo colonial americano, a luta girou em torno do controle do comércio de açúcar e do tráfico de escravos.

Foi no âmbito desse quadro que se deram as invasões holandesas no Brasil – o maior conflito político-militar da época colonial. Os holandeses iniciaram suas investidas pilhando a costa africana (1595) e a cidade de Salvador (1604). Mas a Trégua dos Doze Anos entre a Espanha e os Países Baixos (1609-1621) deixou Portugal em situação relativamente calma. O fim da trégua e a criação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais marcam a mudança do quadro. Formada com capitais do Estado e de financistas particulares, a companhia teria como alvos principais a ocupação das zonas de produção açucareira na América portuguesa e o controle do suprimento de escravos.

As invasões começaram com a ocupação de Salvador em 1624. Os holandeses levaram pouco mais de 24 horas para dominar a cidade, mas praticamente não conseguiram sair de seus limites. Os chamados homens bons refugiaram-se nas fazendas próximas à capital e organizaram a resistência, a cargo de Matias de Albuquerque, novo governador por eles escolhido e do bispo dom Marcos Teixeira. Utilizando-se da tática de guerrilhas e com reforços chegados da Europa, impediram a expansão dos invasores. Uma frota composta de 52 navios e mais de 12 mil homens juntou-se a seguir às tropas combatentes. Depois de duros combates, os holandeses se renderam (maio de 1625). Tinham permanecido na Bahia por um ano.

O ataque a Pernambuco se iniciou em 1630 pela conquista de Olinda. A partir desse episódio a guerra pode ser dividida em três períodos distintos. Entre 1630 e 1637 travou-se uma guerra de resistência, terminando com a afirmação do poder holandês sobre

toda a região compreendida entre o Ceará e o rio São Francisco. Nesse período destacou-se de forma negativa, na visão luso-brasileira, a figura de Domingos Fernandes Calabar, nascido em Porto Calvo (Alagoas), perfeito conhecedor do terreno onde se travavam os combates. Calabar passou das forças luso-brasileiras para as holandesas, tornando-se um eficaz colaborador destas até ser preso e executado.

O segundo período, entre 1637 e 1644, caracteriza-se por ser de relativa paz, relacionada com o governo do conde, e mais tarde príncipe, alemão Maurício de Nassau. O nome de Nassau se associa a uma série de importantes iniciativas políticas e realizações. Visando pôr fim à paralisação da economia e estabelecer vínculos com a sociedade local, mandou vender a crédito os engenhos abandonados pelos donos, que haviam fugido para a Bahia. Preocupou-se em enfrentar as crises de abastecimento, obrigando os proprietários rurais a plantar na proporção do número de seus escravos o “pão do país” , ou seja, a mandioca.

O príncipe, que era calvinista, foi tolerante com os católicos e, ao que tudo indica, apesar de controvérsias a respeito, com os israelitas. Os chamados criptojudеus, isto é, os cristãos-novos que praticavam o antigo culto às escondidas, foram autorizados a professá-lo abertamente. Duas sinagogas existiram em Recife na década de 1640 e muitos judeus vieram da Holanda. Quando os holandeses se retiraram do Brasil, uma das cláusulas da rendição autorizou os judeus que haviam estado do lado dos flamengos a emigrar. Eles seguiram para o Suriname, a Jamaica e Nova Amsterdã (Nova York), ou retornaram à Holanda.

Nassau favoreceu a vinda de artistas, naturalistas e letrados para Pernambuco. Entre os artistas encontrava-se Frans Post , pintor das primeiras paisagens e cenas da vida brasileira. O príncipe teve ainda seu nome ligado aos melhoramentos feitos em Recife, elevada pelos holandeses à categoria de capital da capitania, no lugar de Olinda. Construiu ao lado do velho Recife a Cidade Maurícia, com traçado geométrico e canais – uma tentativa de réplica tropical da distante Amsterdã. Em razão de desavenças com a Companhia das Índias Ocidentais, Nassau regressou à Europa em 1644.

O terceiro período de guerra, entre 1645 a 1654, define-se pela reconquista. O fim do período de união das duas Coroas não trouxe a paz. O quadro das relações entre Portugal e Holanda, anterior ao domínio espanhol, modificara-se. As relações pacíficas entre os dois países, anteriores a 1580, não seriam restabelecidas automaticamente. Os holandeses ocupavam agora parte do território do Brasil e dele não pretendiam sair.

O principal centro da revolta contra a presença holandesa localizou-se em Pernambuco, onde se destacaram as figuras de André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, este último um dos mais ricos proprietários da região. A eles se juntaram o negro Henrique Dias e o índio Filipe Camarão. Depois de alguns êxitos iniciais dos luso-brasileiros a guerra entrou em um impasse, prolongando-se por vários anos. Enquanto os revoltosos dominavam o interior, Recife permanecia em mãos holandesas. O impasse foi quebrado nas duas batalhas de Guararapes, com a vitória dos insurretos (1648 e 1649). Além disso, uma série de circunstâncias complicou a situação dos invasores. A Companhia das Índias

Ocidentais entrara em crise e ninguém queria mais investir nela seus recursos. Existia na Holanda um grupo favorável à paz com Portugal, sob a alegação de que o comércio do sal de Setúbal era básico para a indústria pesqueira holandesa e de maior importância econômica do que os lucros duvidosos da colônia ultramarina. Por último, o início da guerra entre a Holanda e a Inglaterra, em 1652, tornou escassos os recursos para operações militares no Brasil. No ano seguinte, uma esquadra portuguesa cercou Recife por mar, chegando-se afinal à capitulação dos holandeses em 1654.

A história da ocupação flamenga é um claro exemplo das relações entre produção colonial e tráfico de escravos. Tão logo conseguiram estabilizar razoavelmente a indústria açucareira no nordeste do Brasil, os holandeses trataram de garantir o suprimento de escravos, controlando suas fontes na África. Na verdade, houve duas frentes de combate, muito distantes geograficamente, mas interligadas. Vários pontos da Costa da Mina foram ocupados em 1637. Uma trégua estabelecida entre Portugal e Holanda logo após a Restauração foi rompida por Nassau, com a ocupação de Luanda e Benguela, em Angola (1641). Foram tropas luso-brasileiras, sob o comando de Salvador Correia de Sá, as responsáveis pela retomada de Angola em 1648. Não por acaso, homens como João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros estiveram à frente da administração portuguesa naquela colônia africana.

Os recursos levantados localmente para a guerra no nordeste representaram dois terços dos gastos na fase de resistência e a quase totalidade na luta de reconquista. Da mesma forma, enquanto na primeira fase da guerra tropas formadas por portugueses,

castelhanos e mercenários napolitanos foram amplamente majoritárias, na segunda fase soldados da terra e, mais ainda, gente de Pernambuco tiveram superioridade numérica. A mesma coisa ocorreu com relação ao comando militar. Foram esses homens os principais responsáveis pela tática de guerra volante, “a guerra do Brasil” , em oposição à “guerra da Europa” , de que resultaram vitórias decisivas sobre os holandeses.

Sublinhar o papel das forças locais não significa que elas constituíssem um exército democrático, um modelo da “união das três raças” . Por sua importância, Calabar ficou conhecido como “o grande traidor” na primeira fase da guerra. Mas ele não foi um caso único. Na realidade, os holandeses contaram sempre com a ajuda de gente da terra, entre vários senhores de engenho e lavradores de cana ou entre grupos mal ou não integrados à ordem colonial portuguesa, como cristãos-novos, negros escravos, índios tapuias, mestiços pobres e miseráveis. É certo que os índios de Filipe Camarão e os negros de Henrique Dias formaram com os luso-brasileiros. Porém a mobilização se deu em níveis reduzidos. Por exemplo, em 1648 o contingente de Henrique Dias contava com trezentos soldados, o que equivalia a 10% do total dos homens em armas e a 0,75% da população escrava da região.

A forma pela qual se deu a expulsão dos holandeses impulsionou o nativismo pernambucano. Ao longo de duzentos anos, até a Revolução Praieira (1848), Pernambuco tornou-se um centro de manifestações de autonomia, de independência e de revolta aberta. Até a Independência, o alvo principal era a metrópole portuguesa; depois dela, preponderou a afirmação de autonomia da província,

muitas vezes colorida com tintas de reivindicação social. O nativismo teve conteúdos variados, ao longo dos anos, de acordo com as situações históricas específicas e os grupos sociais envolvidos. Mas se manteve como referência básica no imaginário social pernambucano.

1.7 A COLONIZAÇÃO DA PERIFERIA

Longe do centro principal da vida da colônia, o norte do Brasil viveu uma existência muito diversa do nordeste. A colonização ocorreu aí lentamente, a integração econômica com o mercado europeu foi precária até fins do século XVIII e o trabalho compulsório indígena dominante. Para simplificar, estamos falando da região como se fosse um todo, mas não devemos esquecer as profundas diferenças entre o Maranhão, de um lado, e a Amazônia, de outro.

Até 1612, quando os franceses se estabeleceram no Maranhão, fundando São Luís, os portugueses não tinham demonstrado maior interesse ou possibilidade de se instalar na região. Os riscos de perda territorial levaram à expulsão dos franceses e, em 1616, à fundação de Belém. Esta foi a base de uma gradual penetração pelo rio Amazonas, percorrido na viagem de Pedro Teixeira (1637) até o Peru. Em 1690, os portugueses instalaram um pequeno posto avançado perto de onde hoje se localiza Manaus, na boca do rio Negro. A Coroa estabeleceu uma administração à parte do norte do país, criando o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com governador e

administração separados do Estado do Brasil. O Estado do Maranhão teve existência pelo menos formal e intermitente até 1774.

A influência indígena foi nítida, tanto em termos numéricos como culturais. A língua dominante em pleno século XVIII era a língua franca, uma variante do tupi. Houve uma extensa mestiçagem da população, mesmo porque as mulheres brancas eram raras, apesar dos esforços de enviar emigrantes dos Açores para São Luís.

Se todas as regiões do Brasil colonial tiveram problemas de escassez de moeda, no norte esse fato seria ainda mais acentuado. Até meados do século XVIII , foram frequentes as trocas diretas de produtos ou a utilização de pano de algodão ou de cacau como moeda. As tentativas de implantar uma agricultura exportadora baseada no açúcar e no algodão em grande medida fracassaram até as últimas décadas do século XVIII . Por essa época, o Maranhão transformou-se rapidamente em importante região produtora de algodão e seu plantio se estendeu ao nordeste. Em seu conjunto, a produção do norte baseou-se nos produtos da floresta, as chamadas drogas do sertão, como a baunilha, a salsaparrilha e sobretudo o cacau nativo, colhido por índios e mestiços ao longo dos rios e levado até Belém.

A grande presença de indígenas fez do norte um dos principais campos de atividade missionária das ordens religiosas, com os jesuítas à frente. Estima-se que, em torno de 1740, cerca de 50 mil índios viviam nas aldeias jesuíticas e franciscanas. Foi importante a ação do padre Antônio Vieira, que chegou ao Brasil em 1653 como provincial da Ordem dos Jesuítas, desenvolvendo uma intensa pregação a fim de limitar os abusos cometidos contra os índios. Os

conflitos entre representantes da Coroa, colonizadores e religiosos foram constantes na região. Os jesuítas eram muito visados, pois tinham um projeto de aculturação e controle dos indígenas diverso do dos colonizadores. Além disso, possuíam extensas fazendas de gado, plantações de algodão e engenhos, e participavam ativamente do comércio das drogas do sertão. Enfrentaram uma série de problemas, sendo expulsos do Maranhão em 1684. Com o apoio da Coroa, voltaram dois anos depois, mas o equilíbrio entre missionários e colonos seria sempre precário até a expulsão definitiva dos jesuítas, em 1759.

Escrevendo a primeira história do Brasil, em 1627, frei Vicente do Salvador lamentava o caráter predatório da colonização e o fato de que os portugueses tinham sido até então incapazes de povoar o interior da nova terra, “arranhando as costas como caranguejos” . Esta última afirmação era em boa parte verdadeira, mas começava a ser contrariada em algumas regiões, especialmente no centro-sul do Brasil.

A colonização da capitania de São Vicente começou pelo litoral, com o plantio de cana e a construção de engenhos. Essa atividade não foi muito longe. O açúcar produzido concorria desvantajosamente com o do nordeste da colônia, seja pela qualidade do solo, seja pela maior distância dos portos europeus.

Por outro lado, a existência de índios, em grande número, atraiu para a região os primeiros jesuítas. Com objetivos diferentes, padres e colonizadores se atirariam a uma grande aventura no rumo do interior: a escalada da serra do Mar, abrindo caminho por trilhas indígenas até chegar ao planalto de Piratininga, a uma altura de

oitocentos metros. Em 1554, os padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta fundaram no planalto a povoação de São Paulo, convertida em vila em 1561, aí instalando o colégio dos jesuítas. Separados da costa pela barreira natural, os primeiros colonizadores e os missionários se voltaram cada vez mais para o sertão, percorrendo caminhos com a ajuda dos índios e utilizando-se da rede fluvial formada pelo Tietê, o Paranaíba e outros rios.

Houve algumas semelhanças entre a região paulista, em seus tempos mais remotos, e a periferia do norte: fraqueza de uma agricultura exportadora, forte presença de índios, disputa entre colonizadores e missionários pelo controle destes, escassez de moeda e frequente uso da troca. Particularmente notável foi a influência indígena. Um extenso cruzamento, incentivado pelo número muito pequeno de mulheres brancas, deu origem ao mestiço de branco com índio, chamado de mameluco. O tupi era uma língua dominante até o século XVIII . Os portugueses de São Paulo adotaram muitos dos hábitos e habilidades indígenas, tornando-se capazes de usar tanto o arco e flecha como as armas de fogo.

Mais uma vez, missionários e colonizadores se chocaram, dados os seus métodos e objetivos diversos na subordinação dos índios. Por exemplo, decisões do papa e da Coroa (1639-1640), reiterando os limites à escravização indígena, provocaram violentas reações no Rio de Janeiro, em Santos e em São Paulo. Os jesuítas foram expulsos da região, só retornando a São Paulo em 1653.

Apesar das semelhanças iniciais com o norte, a região de São Paulo teria já a partir de fins do século XVI uma história bem peculiar. Os povoadores combinaram o plantio da uva, do algodão e

sobretudo do trigo com outras atividades que os levaram a uma profunda interiorização nas áreas desconhecidas ou pouco exploradas do Brasil. Paulistas criadores de gado espalharam-se pelo nordeste do Brasil, penetrando no vale do rio São Francisco até chegar ao Piauí. No sul, o atual Paraná – onde ocorreram algumas tentativas de mineração – tornou-se uma extensão de São Paulo. O gado esparramou-se por Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a Banda Oriental (Uruguai).

Iniciativas individuais combinaram-se com a ação da Coroa, interessada em assegurar a ocupação da área e estender quanto possível a fronteira com a América espanhola. Imigrantes trazidos do arquipélago dos Açores e paulistas fundaram Laguna em Santa Catarina (1684). Alguns anos antes (1680), os portugueses haviam estabelecido às margens do rio da Prata, em frente a Buenos Aires, a Colônia do Sacramento, pretendendo com isso interferir no comércio do Alto Peru, especialmente da prata, que transitava pelo rio no rumo do exterior.

1.8 AS BANDEIRAS E A SOCIEDADE PAULISTA

A grande marca deixada pelos paulistas na vida colonial do século XVII foram as bandeiras. Expedições reunindo às vezes milhares de índios lançaram-se pelo sertão, aí passando meses e às vezes anos, em busca de indígenas a serem escravizados e metais preciosos. Não é difícil entender que índios já cativos participassem dessas expedições, pois a guerra – ao contrário da agricultura – era uma

atividade própria do homem nas sociedades indígenas. O número de mamelucos e índios sempre superou o dos brancos. Por exemplo, a grande bandeira de Manuel Preto e Raposo Tavares, que atacou a região do Guaíra em 1629, era composta de 69 brancos, novecentos mamelucos e 2 mil indígenas.

As bandeiras tomaram uma série de direções: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e as regiões onde se localizavam as aldeias de índios guaranis organizadas pelos jesuítas espanhóis. Dentre elas destacava-se o Guaíra, situado no oeste do Paraná, entre os rios Paranapanema e Iguaçu, região onde os bandeirantes empreenderam seguidas campanhas de saques, destruição e apresamento de índios. Algumas bandeiras realizaram imensas viagens, em que a atração por uma grande aventura se mesclava com os objetivos econômicos. Já veterano, Raposo Tavares percorreu, entre 1648 e 1652, um roteiro de 12 mil quilômetros: caminhou em direção ao Paraguai até os contrafortes dos Andes, seguiu depois no rumo nordeste, atravessando o atual estado de Rondônia, para em seguida descer os rios Mamoré e Madeira, e, pelo Amazonas, chegar afinal a Belém.

As relações entre os interesses da Coroa e o bandeirismo foram complexas. Houve bandeiras que contaram com o direto incentivo da administração portuguesa; outras não. De um modo geral, a busca de metais preciosos, o apresamento de índios em determinados períodos e a expansão territorial eram compatíveis com os objetivos da metrópole. Os bandeirantes serviram também aos propósitos de repressão de populações submetidas no norte e no nordeste do país. Domingos Jorge Velho e outro paulista, Matias Cardoso de Almeida,

participaram do combate no Rio Grande do Norte à longa rebelião indígena conhecida como Guerra dos Bárbaros (1683-1713). O mesmo Domingos Jorge Velho conduziu a campanha final de liquidação do quilombo dos Palmares em Alagoas (1690-1695).

Observadores jesuítas estimaram em 300 mil o número de índios capturados apenas nas missões do Paraguai. Esses números podem ser exagerados, mas outras estimativas também são sempre elevadas. O que teria sido feito desses índios? Os indícios mais fortes vão no sentido de que muitos foram vendidos como escravos em São Vicente e principalmente no Rio de Janeiro, onde a produção de açúcar desenvolveu-se ao longo do século XVII . Segundo dados da Congregação de São Bento, de um terço a um quarto da força de trabalho dos engenhos beneditinos do Rio de Janeiro era constituída de índios. Devemos também levar em conta a conjuntura da escassez de suprimento de escravos africanos entre 1625 e 1650, em consequência da intervenção dos holandeses. Não é uma simples coincidência que naqueles anos tenha ocorrido uma ativação das bandeiras.

Em anos recentes, demonstrou-se que uma parte considerável dos índios apresados foi utilizada na própria economia paulista, em especial no cultivo do trigo. O fato se concentrou no século XVII , ligando-se às invasões holandesas. Com a destruição da frota portuguesa, a importação de trigo se tornou precária. Ao mesmo tempo, a presença numerosa de tropas estrangeiras no nordeste da colônia ampliou as possibilidades de consumo. Com o fim da guerra, o cultivo do trigo decaiu e acabou se extinguindo diante do declínio das reservas de índios e a concorrência do produto importado.

Em suas andanças pelos sertões, os paulistas afinal realizariam um velho sonho dos colonizadores portugueses. Em 1695, no rio das Velhas, próximo às atuais Sabará e Caeté, no estado de Minas Gerais, ocorreram as primeiras descobertas significativas de ouro. A tradição associa a essas primeiras descobertas o nome de Borba Gato, genro de Fernão Dias, conhecido como “o caçador de esmeraldas” . Durante os quarenta anos seguintes foi encontrado ouro em Minas Gerais, na Bahia, em Goiás e em Mato Grosso. Ao lado do ouro surgiram os diamantes, cuja importância econômica foi menor, descobertos no Serro Frio, norte de Minas, por volta de 1730.

A exploração de metais preciosos teve importantes efeitos na metrópole e na colônia. A corrida do ouro provocou em Portugal a primeira grande corrente imigratória para o Brasil. Durante os primeiros sessenta anos do século XVIII , chegaram de Portugal e das ilhas do Atlântico cerca de 600 mil pessoas, em média anual de 8 mil a 10 mil, gente da mais variada condição: pequenos proprietários, padres, comerciantes, prostitutas e aventureiros de todo tipo.

Por outro lado, os metais preciosos vieram aliviar momentaneamente os problemas financeiros de Portugal. O desequilíbrio da balança comercial entre Portugal e Inglaterra, que se tornara um dado estrutural a partir do início do século XVIII , foi por vários anos compensado pelo ouro advindo do Brasil. Os metais preciosos realizaram um circuito triangular: uma parte ficou no Brasil, dando origem à relativa riqueza da região das minas; outra

segiu para Portugal, onde foi consumida no longo reinado de dom João v (1706-1750), em especial nos gastos da Corte e em obras como o gigantesco palácio-convento de Mafra; outra parte, finalmente, de forma direta, via contrabando, ou indireta, foi parar em mãos britânicas, acelerando a acumulação de capitais na Inglaterra.

O *boom* dos metais preciosos afetou a economia açucareira do nordeste da colônia. Ela já estava em dificuldades vinte anos antes da descoberta do ouro e não morreu. Mas não há dúvida de que foi afetada pelos deslocamentos de população e, sobretudo, pelo aumento do preço da mão de obra escrava, dada a ampliação da procura. Em termos administrativos, o eixo da vida da colônia deslocou-se para o centro-sul e especialmente para o Rio de Janeiro, por onde entravam escravos e suprimentos e por onde saía o ouro. Em 1763, a capital do vice-reinado foi transferida de Salvador para o Rio. Ambas as cidades tinham aproximadamente a mesma população (cerca de 40 mil habitantes), mas uma coisa era ser a capital e outra apenas a principal cidade do nordeste.

A economia mineradora gerou certa articulação entre áreas distantes da colônia. Gado e alimentos foram transportados da Bahia para Minas Gerais e um comércio se estabeleceu em sentido inverso. Do sul vieram não apenas o gado mas as mulas, tão necessárias ao carregamento de mercadorias. Sorocaba, no interior de São Paulo, com sua famosa feira, transformou-se na passagem obrigatória dos comboios de animais, distribuídos principalmente em Minas.

A extração de ouro e diamantes deu origem à intervenção regulamentadora mais ampla que a Coroa realizou no Brasil. O governo português fez um grande esforço para arrecadar os tributos. Tomou também várias medidas para organizar a vida social nas minas e em outras partes da colônia, seja em proveito próprio, seja para evitar que a corrida ao ouro resultasse em caos. Na tentativa de reduzir o contrabando e aumentar suas receitas, a Coroa estabeleceu formas de arrecadação dos tributos que variaram no curso dos anos.

De um modo geral, houve dois sistemas básicos: o do quinto e o da capitação. O primeiro consistia na determinação de que a quinta parte de todos os metais extraídos devia pertencer ao rei. O quinto do ouro era deduzido do ouro em pó ou em pepitas levado às casas de fundição. A capitação, lançada pela Coroa em busca de maiores rendas, em substituição ao quinto, era bem mais abrangente. Consistia, quanto aos mineradores, em um imposto cobrado por cabeça de escravo, produtivo ou não, de sexo masculino ou feminino, maior de 12 anos. Os faiscadores, ou seja, os mineradores sem escravos, também pagavam o imposto por cabeça, no caso sobre si mesmos. Além disso, o tributo era cobrado sobre estabelecimentos como oficinas, lojas, hospedarias, matadouros etc.

Outra preocupação da Coroa foi a de estabelecer limites à entrada na região das minas. Nos primeiros tempos da atividade mineradora, a Câmara de São Paulo reivindicou ao rei de Portugal que somente os moradores da vila de São Paulo, a quem se devia a

descoberta do ouro, poderiam obter concessões de exploração. Os fatos se encarregaram de demonstrar a inviabilidade do pretendido, diante da onda não só de portugueses mas de brasileiros, sobretudo baianos, que chegavam à região das minas. Disso resultou a guerra civil conhecida como Guerra dos Emboabas, opondo paulistas de um lado, estrangeiros e baianos de outro (1708-1709). Os paulistas não tiveram êxito na sua pretensão, mas conseguiram que se criasse a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro separada do Rio de Janeiro (1709) e a elevação da vila de São Paulo à categoria de cidade (1711). Em 1720, Minas Gerais se tornaria uma capitania separada.

Se os paulistas não conseguiram ter o monopólio das minas, a Coroa procurou evitar que elas se transformassem em território livre. Tentou-se impedir o despovoamento de Portugal, estabelecendo-se normas para a emigração. A entrada de frades foi proibida e uma ordem régia ao governador da capitania determinou a prisão de todos os religiosos que nela estivessem “sem emprego ou licença” (1738). Desde as primeiras explorações, os frades eram suspeitos de contrabando. Os ourives foram também muito visados pela própria natureza de sua profissão, sendo obrigados a renunciar a ela sob pena de serem expulsos das áreas de mineração.

Outros esforços da Coroa buscaram impedir um grande desequilíbrio entre a região das minas e outras regiões do país. Foi proibida a exportação interna de mercadorias importadas de Portugal e tomaram-se medidas a fim de assegurar o suprimento de escravos para o nordeste da colônia, estabelecendo-se cotas de entrada de cativos na região mineira.

Na tentativa de assegurar “a lei e a ordem” , a Coroa criou juntas de julgamento e nomeou ouvidores. Estes foram muitas vezes incumbidos não só de julgar questões como de supervisionar a arrecadação do quinto do ouro, tarefa que, em princípio, devia caber ao provedor-mor. Para controlar escravos, escoltar o transporte do ouro e reprimir distúrbios vieram de Portugal para Minas Gerais, em 1719, duas companhias de dragões – forças militares profissionais. Criaram-se também milícias para enfrentar casos de emergência, lideradas por brancos e compostas não só de brancos como de negros e mulatos livres.

A administração portuguesa não alcançou plenamente seus objetivos básicos na região das minas. As grandes distâncias, a corrupção das autoridades locais, a posição dessas autoridades entre a Coroa e o mundo da colônia, os conflitos de atribuição dos funcionários foram alguns dos fatores que dificultaram a ação do governo português. Além disso, as diretrizes provenientes de Lisboa não representavam um todo coerente. Dúvidas, demoras, mudanças de rumo contribuíram para introduzir distâncias entre as intenções e a realidade.

Não foi apenas de Portugal que gente de toda condição afluiu para Minas Gerais. A partir da chegada dos paulistas, acompanhados de seus escravos índios, houve migração de várias partes do Brasil. Nasceu assim uma sociedade diferenciada, constituída não só de mineradores como de negociantes, advogados, padres, fazendeiros, artesãos, burocratas, militares. Muitas dessas figuras tinham seus

interesses estreitamente vinculados à colônia, e não por acaso ocorreu em Minas uma série de revoltas e conspirações contra as autoridades coloniais. Embora os setores mais ricos da população fossem às vezes proprietários de fazendas e investissem na mineração em locais distantes, a vida social concentrou-se nas cidades, centro de residência, dos negócios, das festas comemorativas. Nelas ocorreram manifestações culturais notáveis no campo das artes, das letras e da música. A proibição de ingresso das ordens religiosas em Minas incentivou o surgimento de associações religiosas leigas – as irmandades e ordens terceiras. Elas patrocinaram a construção das igrejas barrocas mineiras, em que se destacou a figura do mulato Antônio Francisco Lisboa – o Aleijadinho –, filho ilegítimo de um construtor português e de uma escrava.

Na base da sociedade estavam os escravos. O trabalho mais duro era o da mineração, especialmente quando o ouro do leito dos rios escasseou e teve de ser buscado nas galerias subterrâneas. Doenças como a disenteria, a malária, as infecções pulmonares e as mortes por acidente foram comuns. Há estimativas de que a vida útil de um escravo minerador não passava de sete a doze anos. Seguidas importações atenderam às necessidades da economia mineira, até mesmo para substituir mão de obra inutilizada. O número de cativos exportados para o Brasil cresceu entre 1720 e 1750, apesar da crise do açúcar. Os dados de população da capitania de Minas levantados em 1776 mostram a esmagadora presença de negros e mulatos. Dos cerca de 320 mil habitantes, os negros representavam em torno de 52%, os mulatos 26% e os brancos 22%.

Ao longo dos anos, houve uma intensa mestiçagem de raças, cresceu a proporção de mulheres, que em 1776 era de cerca de 38% do total, e ocorreu um fenômeno cuja interpretação é controvertida: o grande número de alforrias, ou seja, de libertação de escravos. Para ter uma ideia de sua extensão, enquanto nos anos de 1735 a 1749 os libertos representavam menos de 1,4% da população de ascendência africana, em torno de 1786 eles passaram a constituir cerca de 41% dessa população e 34% do número total de habitantes da capitania. A hipótese mais provável para explicar a magnitude dessas proporções, que superam, por exemplo, as da Bahia, é que, nas minas, a progressiva decadência da mineração tornou secundária, ou economicamente inviável para muitos proprietários, a posse de escravos.

A sociedade das minas está associada, pelo ouro, à ideia de riqueza. Vista de perto, a riqueza merece muitas restrições. Desde logo, devemos distinguir entre o período inicial de corrida ao ouro e a fase que se seguiu. No período inicial, isto é, na última década do século XVII e no início do século XVIII, a busca de metais preciosos, sem o suporte de outras atividades, gerou falta de alimentos e uma inflação que atingiu toda a colônia. A fome chegou a limites extremos, e muitos acampamentos foram abandonados. Com o correr do tempo, o cultivo de roças e a diversificação das atividades econômicas mudaram esse quadro de privações. A sociedade mineira acabou por acumular riquezas cujos vestígios estão nas construções e nas obras de arte das hoje cidades históricas.

Porém essas riquezas ficaram nas mãos de uns poucos: um grupo dedicado não só à extração incerta do ouro mas aos vários

negócios e oportunidades que se formaram em torno dela, inclusive o da contratação de serviços com a administração pública. Abaixo desse grupo, a ampla camada de população livre foi constituída de gente pobre ou de pequenos funcionários, empreendedores ou comerciantes, com limitadas possibilidades econômicas. Certamente a sociedade mineira foi mais aberta, mais complexa do que a do açúcar. Mas nem por isso deixou de ser, em seu conjunto, uma sociedade pobre. O período de apogeu do ouro situou-se entre 1733 e 1748, começando a partir daí o declínio. No início do século XIX, a produção aurífera já não tinha maior peso no conjunto da economia brasileira. O retrocesso da região das minas foi nítido, bastando lembrar que cidades de vida intensa se transformaram em cidades históricas, com o sentido também de estagnadas. Ouro Preto, por exemplo, tinha 20 mil habitantes em 1740 e apenas 7 mil em 1804.

Mas o retrocesso não atingiu toda a capitania de Minas Gerais. Nela, nem tudo era mineração. Mesmo nos tempos de glória do ouro, a fazenda mineira muitas vezes combinava a pecuária, o engenho de açúcar e a produção de farinha com a lavra de ouro. Graças à pecuária, aos cereais e mais tarde à manufatura, Minas não regrediu como um todo. Pelo contrário, no correr do século XIX expandiria essas atividades e manteria um constante fluxo de importação de escravos. A província mineira representaria uma curiosa combinação de regime escravista com uma economia que não era de *plantation* nem estava orientada principalmente para o mercado externo.

1.9 UM BALANÇO DA ECONOMIA COLONIAL: O MERCADO INTERNO

Tradicionalmente, a partir sobretudo dos livros de Caio Prado Júnior, a maioria dos historiadores considerou que o sentido mais profundo da colonização é dado pelos objetivos da metrópole portuguesa de fazer do Brasil uma colônia de exploração. Esse objetivo consistia em organizar a economia colonial de tal forma que a produção em grande escala para a exportação geraria ganhos e acumulação de capitais na metrópole.

Ninguém duvida de que essa tenha sido a intenção da Coroa portuguesa, mas trabalhos mais recentes começaram a pôr em dúvida se tal intenção foi alcançada. Pelo menos um setor vital da colônia não se enquadrou nessa moldura: o dos grandes traficantes de escravos. Estudos como os de Manolo Florentino e João Luis Fragoso demonstraram que, pelo menos a partir de fins do século XVIII, os traficantes do Rio de Janeiro constituíram um grupo muito poderoso, quase todo composto de brasileiros ou portugueses radicados na colônia. Partindo principalmente de ganhos acumulados no setor imobiliário, eles formaram uma extensa rede de negócios que envolvia o fornecimento de escravos e várias atividades em torno dele, como a compra de mercadorias, em portos da Ásia, para trocá-las por escravos nas costas da África. Os trabalhos da historiadora Kátia Mattoso indicam a existência, em Salvador, de um quadro semelhante.

Ao lado dessa demonstração de que os habitantes da colônia foram ganhando uma posição dominante no chamado comércio de

almas, retomou-se também uma linha de interpretação histórica, cujo maior representante no passado foi Capistrano de Abreu, que volta sua atenção para as atividades econômicas destinadas ao mercado interno. Nessa linha, os trabalhos de Jorge Caldeira foram os que levaram mais longe a tese do significado relevante do mercado interno e, portanto, do desligamento cada vez maior da colônia com relação à metrópole.

O autor lembra a importância da produção gaúcha (gado, carne-seca, trigo, muares enviados à feira de Sorocaba, no interior de São Paulo), o caso de Minas Gerais, já apontado, no período de decadência da mineração, o abastecimento interno de escravos provenientes dos portos etc., concluindo que o Brasil já caminhava com seus próprios passos bem antes do que se imagina.

As pesquisas recentes tiveram o grande mérito de demonstrar que a economia do Brasil colonial não pode ser entendida como uma sucessão de ciclos – ciclo do açúcar, do ouro etc. –, tendo características bem mais complexas. Também é importante insistir no significado do comércio de escravos, dando origem a um setor social que chegou a ser mais relevante do que o dos grandes proprietários rurais.

Convém, entretanto, ter cuidado e não ir demasiado longe. A economia de exportação, que muitas vezes impulsionou atividades ligadas ao mercado interno, foi um eixo vital da colônia, e não só dela, quando se recorda o papel central desempenhado pela economia cafeeira desde meados do século XIX até em torno de 1930.

1.10 A CRISE DO SISTEMA COLONIAL

As últimas décadas do século XVIII se caracterizaram por uma série de transformações no mundo ocidental, tanto no plano das ideias quanto no plano dos fatos. O Antigo Regime, ou seja, o conjunto de monarquias absolutas imperantes na Europa desde o início do século XVI, ao qual estavam ligadas determinadas concepções e práticas, entrou em crise. A partir dos filósofos franceses e dos economistas ingleses, o pensamento ilustrado e o liberalismo começaram a se implantar e a ganhar terreno.

Alguns fatos significativos balizaram as transformações do mundo ocidental. Em 1776, as colônias inglesas da América do Norte proclamaram sua independência. A partir de 1789, a Revolução Francesa pôs fim ao Antigo Regime na França, repercutindo em toda a Europa, inclusive pela força das armas. Ao mesmo tempo, ocorria na Inglaterra uma revolução silenciosa, sem data precisa, tão ou mais importante do que as mencionadas – a Revolução Industrial. A utilização de novas fontes de energia, a invenção das máquinas introduzidas principalmente na indústria têxtil, o desenvolvimento agrícola, o controle do comércio internacional são fatores que transformariam a Inglaterra na maior potência mundial da época.

Na busca pela ampliação dos mercados, os ingleses vão impondo ao mundo o livre comércio e o abandono dos princípios mercantilistas, ao mesmo tempo que tratam de proteger seu próprio mercado e suas colônias com tarifas protecionistas. Em suas relações com a América espanhola e portuguesa, abrem brechas cada vez maiores no sistema colonial por meio dos acordos

comerciais, do contrabando e da aliança com os comerciantes locais. O mundo colonial é afetado também por outro fator importante: a tendência a limitar ou a extinguir a escravidão, manifestada pelas maiores potências da época, a Inglaterra e a França. Em fevereiro de 1794, a França revolucionária decretou o fim da escravidão em suas colônias; a Inglaterra faria o mesmo em 1807. Ressalvemos, porém, quanto à França, que Napoleão revogou a medida em 1802.

O quadro internacional afetou as relações entre a Coroa portuguesa e sua maior colônia. Em meados do século XVIII, Portugal se tornara um país atrasado com relação às grandes potências europeias. Dependia da Inglaterra, de quem em troca recebia proteção diante da França e da Espanha. Ainda assim, a monarquia lusa procurava manter o sistema colonial e limitar a crescente presença inglesa no Brasil.

Um marco importante nesse período é o da ascensão de dom José I ao trono, em 1750. Não propriamente pelo rei, mas por seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal. Até sua indicação para o ministério, com mais de 50 anos, Pombal tivera uma carreira relativamente obscura como representante de Portugal na Inglaterra e diplomata na Corte austríaca. Sua obra, realizada ao longo de muitos anos (1750-1777), representou um grande esforço para tornar mais eficaz a administração portuguesa e introduzir modificações no relacionamento metrópole-colônia. A reforma seria uma peculiar mistura de velho e de novo, explicável pelas características de

Portugal. Ela combinava o absolutismo ilustrado com a tentativa de uma aplicação consequente das doutrinas mercantilistas. Essa fórmula geral se concretizou em uma série de medidas. Vamos acentuar as que disseram respeito mais de perto ao Brasil.

Afinado com as concepções mercantilistas, Pombal criou duas companhias privilegiadas de comércio – a Companhia-geral do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia-geral de Pernambuco e Paraíba (1759). A primeira tinha por objetivo desenvolver a região norte, oferecendo preços atraentes para mercadorias aí produzidas e consumidas na Europa, como o cacau, o cravo, a canela e já agora o algodão e o arroz, transportadas com exclusividade nos navios da companhia. Introduziu também escravos negros, que, dada a pobreza regional, foram em sua maior parte reexportados para as minas de Mato Grosso. A segunda companhia buscou reativar o nordeste da colônia, dentro da mesma linha de atuação.

A política pombalina prejudicou setores comerciais do Brasil marginalizados pelas companhias privilegiadas, mas não teve por objetivo perseguir a elite colonial. Pelo contrário, colocou membros dessa elite nos órgãos administrativos e fiscais do governo, na magistratura e nas instituições militares.

O programa econômico de Pombal foi em grande medida frustrado porque em meados do século XVIII a colônia entrou em um período de depressão econômica que se prolongou até o fim da década de 1770. As principais causas da depressão foram a crise do açúcar e, a partir de 1760, a queda da produção de ouro. Ao mesmo tempo que as rendas da metrópole caíam, cresciam as despesas extraordinárias destinadas a reconstruir Lisboa, destruída por um

terremoto em 1755, e a sustentar as guerras contra a Espanha pelo controle da extensa região que ia do sul de São Paulo ao rio da Prata.

Pombal tentou coibir o contrabando de ouro e diamantes, e tratou de melhorar a arrecadação de tributos. Em Minas Gerais, o imposto de capitação foi substituído pelo antigo quinto do ouro, com a exigência de que deveria render anualmente pelo menos cem arrobas do metal. Depois de uma série de falências, a Coroa se incumbiu de explorar diretamente as minas de diamante (1771). Ao mesmo tempo, procurou tornar a metrópole menos dependente das importações de produtos industrializados, incentivando a instalação de manufaturas em Portugal e mesmo no Brasil.

Uma das medidas mais controvertidas da administração pombalina foi a expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios, acompanhada do confisco de seus bens (1759). Ela pode ser compreendida no quadro dos objetivos de centralizar a administração portuguesa e impedir áreas de atuação autônoma por ordens religiosas cujos fins eram diversos dos da Coroa. Além dos jesuítas, em meados da década de 1760 os mercedários – segunda ordem em importância na Amazônia – foram expulsos da região e tiveram suas propriedades confiscadas. Mas o alvo principal foi a Companhia de Jesus, acusada de formar “um Estado dentro do Estado” .

No Brasil, a consolidação do domínio português nas fronteiras do norte e do sul passava, segundo Pombal, pela integração dos índios à civilização portuguesa. Se não se contasse com uma população nascida no Brasil, identificada com os objetivos lusos, seria inviável

assegurar o controle de vastas regiões semidespovoadas. Daí a adoção de uma série de medidas com relação aos indígenas. A escravidão dos índios foi extinta em 1757; muitas aldeias na Amazônia foram transformadas em vilas sob administração civil; a legislação incentivou os casamentos mistos entre brancos e índios. Essa política de assimilação se chocava com o paternalismo jesuíta, sendo um ponto central de conflito.

Ao mesmo tempo, os jesuítas espanhóis eram acusados de fomentar uma rebelião indígena na região dos Sete Povos das Missões do Uruguai contra a entrega daquele território aos portugueses – a chamada Guerra dos Guaranis, que durou de 1754 a 1756. Não podemos esquecer também que as extensas propriedades da Companhia de Jesus tinham-se tornado objeto de cobiça por parte de membros da elite colonial e da própria Coroa.

A maioria das propriedades urbanas e rurais confiscadas aos jesuítas foi arrematada em leilão por grandes fazendeiros e comerciantes. Suas maiores igrejas passaram para as mãos dos bispos não integrados nas ordens religiosas. Muitos dos colégios da Companhia de Jesus se transformaram em palácios de governadores ou hospitais militares. No todo, houve um grande desperdício, em especial de bens culturais, como as bibliotecas, que foram consideradas coisa de pouco valor.

A expulsão da ordem abriu um vazio no já pobre ensino da colônia. A Coroa portuguesa, ao contrário da espanhola, temeu a formação na própria colônia de uma elite letrada. Já no século XVI, a Espanha criou na América várias universidades: a de São Domingos, em 1538, a de São Marcos, em Lima, e a da Cidade do

México, em 1551. Nada disso ocorreu na América lusa durante todo o período colonial. A mesma coisa aconteceu com a imprensa, que surgiu nas maiores cidades da América espanhola também no século XVI . Enquanto isso, ressaltando-se uma oficina gráfica aberta em 1747 no Rio de Janeiro e logo depois fechada por ordem real, a imprensa no Brasil só nasceria no século XIX , com a vinda de dom João VI .

Para remediar os problemas criados com a expulsão dos jesuítas na área do ensino, a Coroa tomou algumas medidas. Foi criado um imposto especial – o subsídio literário – para sustentar o ensino promovido pelo Estado. O bispo de Pernambuco criou o seminário de Olinda, que se voltou em parte para as ciências naturais e a matemática. Pequenos clubes de intelectuais surgiram no Rio de Janeiro e na Bahia.

As medidas de Pombal contra as ordens religiosas faziam parte de uma política de subordinação da Igreja ao Estado português. Este tratou, porém, de evitar conflitos diretos com o papa. A Igreja, por sua vez, aceitou a expulsão dos jesuítas. Mais do que isso, em 1773 o papa Clemente XIV extinguiu a Companhia de Jesus, convencido de que ela trazia mais problemas do que vantagens. A ordem dos jesuítas só voltaria a existir em 1814.

A grande controvérsia entre os historiadores portugueses, a favor ou contra Pombal, levou à visão de um corte profundo entre a época pombalina e a que a ela se seguiu, o reinado de dona Maria I . A própria expressão “viradeira” , empregada para definir o período

posterior à morte de dom José, em 1797, e à queda de Pombal é um indício dessa visão. Muita coisa mudou: as companhias de comércio foram extintas e a colônia foi proibida de manter fábricas ou manufaturas de tecidos, exceto as de pano grosso de algodão para uso dos escravos. Esse fato e a repressão dos integrantes da Inconfidência Mineira deixaram na historiografia brasileira uma imagem muito negativa da época que se seguiu à queda de Pombal.

É certo, porém, que, nos anos entre 1777 e 1808, a Coroa continuou tentando realizar reformas para se adaptar aos novos tempos e salvar o colonialismo mercantilista. O reinado de dona Maria I e do príncipe regente dom João, ao contrário do anterior, beneficiou-se de uma conjuntura favorável à reativação das atividades agrícolas da colônia: a produção de açúcar, como vimos, valorizou-se e expandiu-se favorecida pela insurreição dos escravos em São Domingos. Além disso, uma nova cultura ganhou força: o algodão, desenvolvido pela companhia de comércio pombalina e incentivado pela Guerra de Independência dos Estados Unidos, transformou o Maranhão, por algum tempo, na zona mais próspera da América portuguesa.

1.11 MOVIMENTOS DE REBELDIA E CONSCIÊNCIA NACIONAL

Ao mesmo tempo que a Coroa lusa mantinha uma política de reforma do absolutismo, surgiram na colônia várias conspirações contra Portugal e tentativas de independência. Elas tinham a ver

com as novas ideias e os fatos ocorridos na esfera internacional, mas refletiam também a realidade local. Podemos mesmo dizer que foram movimentos de revolta regional e não revoluções nacionais. Esse foi o traço comum de episódios diversos como a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaiates (1798) e a Revolução de 1817 em Pernambuco.

Em que momento membros da sociedade colonial nascidos na colônia e mesmo alguns portugueses nela residentes começaram a pensar o Brasil como uma unidade diversa de Portugal? Por outras palavras, em que momento teria surgido a consciência de ser brasileiro?

Não há resposta rígida para uma pergunta dessa natureza. A consciência nacional foi-se definindo na medida em que setores da sociedade da colônia passaram a ter interesses distintos dos da metrópole ou a identificar nela a fonte de seus problemas. Longe de constituir um grupo homogêneo, esses setores abrangiam desde grandes proprietários rurais, de um lado, até artesãos ou soldados mal pagos, de outro, passando pelos bacharéis e letrados. Também não tinham em comum exatamente a mesma ideologia. As “ideias francesas” ou o liberalismo da Revolução Americana eram suas fontes inspiradoras. Mas os setores dominantes tratavam de limitá-las, sendo, por exemplo, muito prudentes no tocante ao tema da abolição da escravidão, que viria ferir seus interesses. Pelo contrário, para as camadas dominadas a ideia de independência vinha acompanhada de propósitos igualitários de reforma social.

A Guerra dos Mascates em Pernambuco (1710), as rebeliões que ocorreram na região de Minas Gerais a partir da Revolta de Filipe dos

Santos em 1720 e principalmente as conspirações e revoluções ocorridas nos últimos decênios do século XVIII e nos dois primeiros do século XIX são frequentemente apontadas como exemplos afirmativos da consciência nacional. Se é possível dizer que eles indicam essa direção, devemos lembrar que até a Independência e mesmo depois a consciência nacional passa pela regional. Os rebeldes do período se afirmam como mineiros, baianos, pernambucanos e, em alguns casos, como pobres, tanto ou mais do que como brasileiros.

A manifestação de rebeldia mais importante ocorrida no Brasil, a partir de fins do século XVIII , foi a chamada Inconfidência Mineira (Minas Gerais, 1789). Sua importância não decorre do fato material, mas da construção simbólica de que foi objeto. O movimento teve relação direta com o agravamento dos problemas da sociedade regional naquele período. Ao mesmo tempo, seus integrantes foram influenciados pelas novas ideias que surgiam na Europa e na América do Norte. Muitos membros da elite mineira circulavam pelo mundo e estudavam na Europa. Por exemplo, um ex-estudante de Coimbra – José Joaquim da Maia – ingressou na Faculdade de Medicina de Montpellier , na França, em 1786. Naquele ano e no ano seguinte teve contatos com Thomas Jefferson , então embaixador dos Estados Unidos na França, solicitando apoio para uma revolução que, segundo ele, estava sendo tramada no Brasil. Um participante da Inconfidência – José Álvares Maciel – formou-se em Coimbra e viveu na Inglaterra por um ano e meio. Aí aprendeu técnicas fabris e discutiu com negociantes ingleses as possibilidades de apoio a um movimento pela independência do Brasil.

Em sua maioria, os inconfidentes constituíam um grupo da elite colonial formado por mineradores e fazendeiros, por padres envolvidos em negócios, funcionários e advogados de prestígio e uma alta patente militar. Todos eles tinham vínculos com as autoridades coloniais na capitania e, em alguns casos, ocupavam cargos na magistratura.

Joaquim José da Silva Xavier constituía, em parte, uma exceção. Desfavorecido pela morte prematura dos pais, que deixaram sete filhos, perdera suas propriedades por dívidas e tentara sem êxito o comércio. Em 1775 entrou na carreira militar, no posto de alferes, correspondente ao grau inicial do quadro de oficiais. Nas horas vagas exercia o ofício de dentista, de onde lhe veio o apelido algo depreciativo de Tiradentes.

Nas últimas décadas do século XVIII a sociedade mineira entrara em uma fase de declínio, marcada pela queda contínua da produção de ouro e pelas iniciativas da Coroa portuguesa para garantir a arrecadação do quinto. Ao mesmo tempo, o entrosamento entre a elite local e a administração da capitania sofreu um abalo com a chegada a Minas do governador Luís da Cunha Meneses, em 1782. Cunha Meneses marginalizou os membros mais significativos da elite, favorecendo seu grupo de amigos. Embora não pertencesse à elite, o próprio Tiradentes se viu prejudicado ao perder o comando do destacamento militar que patrulhava a estratégica estrada da serra da Mantiqueira, porta de entrada para as minas.

A situação agravou-se com a nomeação do visconde de Barbacena para substituir Cunha Meneses. Barbacena recebeu do ministro português Melo e Castro instruções a fim de garantir o

recebimento do tributo anual de cem arrobas de ouro. Para completar essa quota, o governador poderia apropriar-se de todo o ouro existente e, se isso não fosse suficiente, decretar a derrama, um imposto a ser pago por cada habitante da capitania. Recebeu ainda instruções para investigar os devedores da Coroa e os contratos realizados entre a administração pública e os particulares. As instruções faziam pairar uma ameaça geral sobre a capitania e mais diretamente sobre o grupo de elite, em que se encontravam os maiores devedores da Coroa.

Os inconfidentes começaram a preparar o movimento de rebeldia nos últimos meses de 1788, incentivados pela expectativa do lançamento da derrama. Não chegaram, porém, a tentar a realização de seus planos. Em março de 1789, Barbacena decretou a suspensão da derrama, enquanto os conspiradores eram denunciados. Seguiram-se as prisões em Minas e a de Tiradentes no Rio de Janeiro. O longo processo realizado na capital da colônia só terminou em 18 de abril de 1792. Tiradentes e vários outros réus foram condenados à forca. Algumas horas depois, uma carta de clemência da rainha dona Maria transformava todas as penas em expulsão do Brasil, com exceção do caso de Tiradentes. Na manhã de 21 de abril de 1792, Tiradentes foi enforcado como protagonista de um cenário típico das execuções do Antigo Regime. Entre os ingredientes desse cenário se incluíam a presença da tropa, discursos e aclamações à rainha. Seguiu-se a retalhação do corpo e o corte de sua cabeça, exibida na praça principal de Ouro Preto.

Que pretendiam os inconfidentes? A resposta não é simples, pois deriva em grande parte do que disseram os réus e as testemunhas

no processo aberto pela Coroa onde se decidia, literalmente, uma questão de vida ou morte. Aparentemente, a intenção da maioria era a de proclamar uma república, tomando como modelo a Constituição dos Estados Unidos. O Distrito Diamantino seria liberado das restrições que pesavam sobre ele, os devedores da Coroa seriam perdoados, a instalação de manufaturas seria incentivada. Não haveria um exército permanente. Em vez dele, os cidadãos deveriam portar armas e servir, quando necessário, na milícia nacional. O ponto mais interessante das muitas medidas propostas refere-se à escravidão. Divididos entre a coerência ideológica e seus interesses, os inconfidentes optaram por uma via intermediária ao defender, aparentemente, a libertação dos escravos nascidos no Brasil.

A Inconfidência Mineira é um exemplo de como acontecimentos históricos de alcance aparentemente limitado podem ter impacto na história de um país. Como fato material, o movimento de rebeldia não chegou a se concretizar e suas possibilidades de êxito eram quase nulas. Sob esse aspecto, a Revolução de 1817, que a partir de Pernambuco se espalhou por uma grande área do nordeste do Brasil, teve maior importância. Mas a relevância do movimento deriva de sua força simbólica: Tiradentes transformou-se em herói nacional e as cenas de sua morte, incluindo o esquartejamento de seu corpo e a exibição de sua cabeça, passaram a ser evocados com muita emoção e horror nos bancos escolares. Isso não aconteceu da noite para o dia, e sim através de um longo processo de formação de um mito que tem sua própria história. Em um primeiro momento, enquanto o Brasil não se tornou independente, prevaleceu a versão

dos colonizadores. A própria expressão “inconfidência mineira” , utilizada na época, que a tradição curiosamente manteve até hoje, mostra isso. “Inconfidência” é uma palavra com sentido negativo que significa a falta de fidelidade, a não observância de um dever especialmente com relação ao soberano ou ao Estado. Durante o Império o episódio incomodava, pois os conspiradores tinham pouca simpatia pela forma monárquica de governo. Além disso, os dois imperadores do Brasil eram descendentes em linha direta da rainha dona Maria, responsável pela condenação dos revolucionários.

A Proclamação da República favoreceu a projeção do movimento e a transformação da figura de Tiradentes em mártir republicano. Existia uma base real para isso. Há indícios de que o grande espetáculo montado pela Coroa portuguesa para intimidar a população da colônia causou efeito oposto, mantendo viva a memória do acontecimento e a simpatia pelos inconfidentes. A atitude de Tiradentes, assumindo toda a responsabilidade pela conspiração a partir de certo momento do processo, e o sacrifício final facilitaram a mitificação de sua figura logo após a Proclamação da República. O dia 21 de abril passou a ser feriado, Tiradentes foi cada vez mais retratado nas pinturas com traços semelhantes às imagens mais divulgadas de Cristo. Assim se tornou um dos poucos heróis nacionais, cultuado como mártir não só pela direita e pela esquerda como pelo povo da rua.

A Independência do Brasil não viria pela via de um corte revolucionário com a metrópole, mas por um processo de que

resultaram algumas mudanças e muitas continuidades com relação ao período colonial. A história desse processo passa pela transferência da família real portuguesa para o Brasil e pela abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior, pondo fim ao sistema colonial.

A guerra que Napoleão movia na Europa contra a Inglaterra, em princípios do século XIX , acabou por ter consequências para a Coroa portuguesa. Após controlar quase toda a Europa Ocidental, Napoleão impôs um bloqueio ao comércio entre a Inglaterra e o continente. Portugal representava uma brecha no bloqueio que era preciso fechar. Em novembro de 1807, tropas francesas cruzaram a fronteira de Portugal com a Espanha e avançaram em direção a Lisboa.

O príncipe dom João, que regia o reino desde 1792 quando sua mãe dona Maria fora declarada louca, decidiu-se em poucos dias pela transferência da Corte para o Brasil. Entre 25 e 27 de novembro de 1807, cerca de 10 mil a 15 mil pessoas embarcaram em navios portugueses rumo ao Brasil, sob proteção da frota inglesa. Todo um aparelho burocrático vinha para a colônia: ministros, conselheiros, juízes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do Exército e da Marinha, membros do alto clero. Seguiam também o Tesouro real, os arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Logo ao chegar, durante sua breve estada na Bahia, dom João decretou a abertura dos portos do Brasil às nações amigas, em 28 de janeiro de 1808. Mesmo sabendo-se que naquele momento a expressão “nações amigas” era equivalente à Inglaterra, o ato punha

fim a trezentos anos de sistema colonial. Já no Rio de Janeiro, no mês de abril, o príncipe regente revogou os decretos que proibiam a instalação de manufaturas na colônia, isentou de tributos a importação de matérias-primas destinadas à indústria, ofereceu subsídios para as indústrias da lã, da seda e do ferro, encorajou a invenção e a introdução de novas máquinas.

A abertura dos portos foi um ato historicamente previsível, mas impulsionado, ao mesmo tempo, pelas circunstâncias. Portugal estava ocupado por tropas francesas e o comércio não podia ser feito através dele. Para a Coroa, era preferível legalizar o extenso contrabando existente entre a colônia e a Inglaterra e perceber os tributos devidos.

A Inglaterra foi a principal beneficiária da medida. O Rio de Janeiro se tornou o porto de entrada dos produtos manufaturados ingleses, com destino não só ao Brasil como ao rio da Prata e à costa do Pacífico. Já em agosto de 1808 existia na cidade um importante núcleo de 150 a duzentos comerciantes e agentes comerciais ingleses. A abertura dos portos favoreceu também os proprietários rurais produtores de bens destinados à exportação (açúcar, algodão principalmente), os quais se livravam do monopólio comercial da metrópole. Daí para a frente, seria possível vender a quem quer que fosse sem as restrições impostas pelo sistema colonial.

Pelo contrário, a medida provocou grandes protestos entre os comerciantes do Rio de Janeiro e de Lisboa, a ponto de o príncipe dom João ter de fazer-lhes algumas concessões. Por decreto de junho de 1808, o comércio livre foi limitado aos portos de Belém,

São Luís, Recife, Salvador e Rio de Janeiro; o chamado comércio de cabotagem – entre portos da colônia – ficou reservado a navios portugueses; o imposto sobre produtos importados, que fora fixado em 24% do valor, foi reduzido para 16% quando se tratasse de embarcações portuguesas. Só a última dessas decisões tinha real importância, mas logo seria ultrapassada.

A escalada inglesa pelo controle do mercado colonial brasileiro culminou no Tratado de Navegação e Comércio, assinado após longas negociações em fevereiro de 1810. A Coroa portuguesa tinha pouco campo de manobra. Ela dependia do resultado da guerra contra Napoleão para recuperar o território metropolitano e suas colônias eram protegidas pela esquadra britânica. O tratado de 1810 fixou em 15% do valor a tarifa a ser paga pelas mercadorias inglesas exportadas para o Brasil. Com isso, os produtos ingleses ficaram em vantagem até com relação aos portugueses. Mesmo quando logo depois as duas tarifas foram igualadas, a vantagem continuou sendo imensa. Sem proteção tarifária, as mercadorias de um país atrasado, como se tornara Portugal no âmbito do capitalismo europeu, não tinham condições de competir em preço e variedade com os produtos ingleses. Os propósitos industrializantes das primeiras iniciativas de dom João tornaram-se também, com raras exceções, letra morta.

Um ponto da política britânica seria motivo de preocupações para os diferentes setores dominantes da sociedade colonial. Após ter sido grande beneficiária do comércio de escravos, a partir de fins do século XVIII a Inglaterra passara a combater a escravidão. Pelo Tratado de Aliança e Amizade, firmado junto com o Tratado de

Navegação e Comércio de 1810, a Coroa portuguesa se obrigava a limitar o tráfico de escravos aos territórios sob seu domínio e prometia vagamente tomar medidas para restringi-lo. Alguns anos mais tarde, quando as potências vencedoras na guerra contra Napoleão se reuniram no Congresso de Viena (1815), o governo português assinou novo tratado, concordando com a cessação do tráfico ao norte do equador. Em princípio, deveria assim terminar o tráfico de escravos da Costa da Mina para o Brasil. Uma cláusula adicional ao tratado concedeu à Inglaterra o “direito de visita” em alto-mar a navios suspeitos de transportar cativos, autorizando sua apreensão. Nenhuma dessas medidas impediu o tráfico, que, pelo contrário, se tornou maior no início de 1820 do que era no começo do século. Mas desenhava-se no horizonte uma disputa entre governo inglês, de um lado, e autoridades e setores sociais dominantes no Brasil, de outro, que se tornaria aguda no Brasil independente.

A transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil mudou o quadro das relações internacionais no contexto da América do Sul. A política externa de Portugal passou a ser decidida na colônia, instalando-se no Rio de Janeiro o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Além de realizar uma expedição à Guiana Francesa, incentivada pela Inglaterra, a Coroa concentrou sua ação na área do Prata, especificamente na Banda Oriental – atual Uruguai –, região onde espanhóis e portugueses se chocavam desde as últimas décadas do século XVII .

Com o objetivo de anexar a Banda Oriental ao Brasil, dom João VI realizou duas intervenções militares, em 1811 e a partir de 1816.

A derrota de José Artigas – principal figura na luta pela independência uruguaia – garantiu aos portugueses a posse da região e a incorporação da Banda Oriental ao Brasil, em 1821, com o nome de Província Cisplatina. Entretanto, os conflitos no Prata estavam longe de terminar.

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se aí uma vida cultural, com o acesso aos livros e a existência de uma relativa circulação das ideias. Em setembro de 1808 veio a público o primeiro jornal editado na colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas para atender aos requisitos da Corte e de uma população urbana em rápida expansão. Basta dizer que, durante o período de permanência de dom João VI no Brasil, o número de habitantes da capital dobrou, passando de cerca de 50 mil a 100 mil pessoas. Muitos dos novos habitantes eram imigrantes, não apenas portugueses mas também espanhóis, franceses, ingleses, que viriam a formar uma classe média de profissionais e artesãos qualificados.

Além deles, vieram ao Brasil cientistas e viajantes estrangeiros, como o naturalista e mineralogista inglês John Mawe , o zoólogo bávaro Johann von Spix e o botânico Carl von Martius , também bávaro, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire , autores de trabalhos que são uma fonte indispensável para o conhecimento daquela época. Em março de 1816 chegou ao Rio de Janeiro a missão artística francesa, incluindo entre outros o arquiteto Grandjean de Montigny , autor de projetos de edificações urbanas, e

os pintores Nicolas-Antoine Taunay e Jean-Baptiste Debret . Estes deixaram desenhos e aquarelas retratando paisagens e costumes do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX .

Ao transferir-se para o Brasil, a Coroa não deixou de ser portuguesa e de favorecer os interesses portugueses no Brasil. Um dos principais focos de descontentamento estava nas forças militares. Dom João chamou tropas de Portugal para guarnecer as principais cidades e organizou o Exército reservando os melhores postos para a nobreza lusa. O peso dos impostos aumentou, pois agora a colônia tinha de suportar sozinha as despesas da Corte e os gastos das campanhas militares que o rei promoveu no Prata.

Acrescente-se a isso o problema da desigualdade regional. O sentimento imperante no nordeste era o de que, com a vinda da família real para o Brasil, o domínio político da colônia passara de uma cidade estranha para outra, ou seja, de Lisboa para o Rio de Janeiro. A revolução que estourou em Pernambuco em março de 1817 fundiu esse sentimento com vários descontentamentos resultantes das condições econômicas e dos privilégios concedidos aos portugueses. Ela abrangeu amplas camadas da população: militares, proprietários rurais, juízes, artesãos, comerciantes e um grande número de padres, a ponto de ficar conhecida como a Revolução dos Padres. Chama a atenção a presença de grandes comerciantes brasileiros ligados ao comércio externo, os quais começavam a concorrer com os portugueses em uma área até então controlada em grande medida por estes.

Outro dado importante da Revolução de 1817 se encontra no fato de que ela passou de Recife para o sertão, estendendo-se a

Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. O desfavorecimento regional, acompanhado de um forte antilusitanismo, foi o denominador comum dessa espécie de revolta geral de toda a área nordestina. Os diferentes grupos sociais não tinham, porém, os mesmos objetivos. Para as camadas pobres da cidade, a independência estava associada à ideia de igualdade. Já o principal objetivo dos grandes proprietários rurais era acabar com a centralização imposta pela Coroa e tomar em suas mãos o destino, se não da colônia, pelo menos do nordeste do Brasil.

Os revolucionários tomaram Recife e implantaram um governo provisório baseado em uma “lei orgânica” que proclamou a república, estabeleceu a igualdade de direitos e a tolerância religiosa, mas não tocou no problema da escravidão. Foram enviados emissários às outras capitanias em busca de apoio e aos Estados Unidos, à Inglaterra e à Argentina, tratando também de conseguir apoio e reconhecimento. A revolta avançou pelo sertão, porém logo em seguida veio o ataque das forças portuguesas, a partir do bloqueio de Recife e do desembarque em Alagoas. As lutas se desenrolaram no interior, revelando o despreparo e as desavenças entre os revolucionários. Afinal, as tropas portuguesas ocuparam Recife, em maio de 1817. Seguiram-se as prisões e execuções dos líderes da rebelião. O movimento durara mais de dois meses e deixaria uma profunda marca no nordeste brasileiro.

Por volta de 1817, quem dissesse que dentro de cinco anos o Brasil se tornaria independente estaria fazendo uma previsão duvidosa. A

revolução pernambucana, confinada ao nordeste, fora derrotada. A Coroa tomava medidas para integrar Portugal e Brasil como partes de um mesmo reino, levando-se em conta que a guerra terminara na Europa, em 1814, com a derrota de Napoleão. As razões de permanência da Corte no Brasil aparentemente já não existiam. Dom João decidiu, entretanto, permanecer na colônia americana e, em dezembro de 1815, elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Meses depois, após a morte da rainha, seria sagrado rei de Portugal, do Brasil e Algarves, com o título de dom João VI .

A Independência se explica por um conjunto de fatores, tanto internos quanto externos. Mas foram os ventos trazidos de fora que imprimiram aos acontecimentos um rumo imprevisto pela maioria dos atores envolvidos, em uma escalada que passou da defesa da autonomia brasileira à alternativa de independência.

Em agosto de 1820 irrompeu em Portugal uma revolução liberal inspirada nas ideias ilustradas. Os revolucionários procuravam encontrar saídas para uma conjuntura de profunda crise na vida portuguesa. Crise política, causada pela ausência do rei e dos órgãos de governo; crise econômica, resultante em parte da liberdade de comércio de que se beneficiava o Brasil; crise militar, resultante da presença de oficiais ingleses nos altos postos do Exército e a preterição de oficiais portugueses nas promoções. Basta lembrar que, na ausência de dom João, Portugal foi governado por um conselho de regência presidido pelo marechal inglês Beresford . Depois da guerra, Beresford se tornou o comandante do Exército português.

A revolução portuguesa de 1820 tinha aspectos contraditórios. Podia ser definida como liberal, por considerar a monarquia absoluta um regime ultrapassado e opressivo e por tratar de dar vida a órgãos de representação da sociedade, como é o caso das Cortes. Ao mesmo tempo, ao promover os interesses da burguesia lusa e tentar limitar a influência inglesa, pretendia fazer com que o Brasil voltasse a se subordinar inteiramente a Portugal.

No fim de 1820, os revolucionários estabeleceram em Portugal uma Junta Provisória para governar em nome do rei e exigiram sua volta à metrópole. Decidiram convocar as Cortes, a serem eleitas em todo o mundo português, com o propósito de redigir e aprovar uma Constituição. Previu-se a criação no Brasil de juntas governativas leais à revolução nas várias capitanias, que passavam a se chamar províncias.

Os militares descontentes iniciaram o movimento de 1820 em Portugal. Foi também entre os militares, inclusive portugueses, que ocorreram as primeiras repercussões do movimento no Brasil. As tropas se rebelaram em Belém e em Salvador, instituindo ali as juntas governativas. No Rio de Janeiro, manifestações populares e das tropas portuguesas forçaram o rei a reformular o ministério, a criar juntas onde elas não existiam e a preparar as eleições indiretas para as Cortes.

Naquela altura, as linhas de divisão passavam pelo retorno ou não de dom João VI a Portugal. O retorno era defendido no Rio de Janeiro pela “facção portuguesa”, formada por altas patentes militares, burocratas e comerciantes interessados em subordinar o Brasil à metrópole, se possível nas linhas do sistema colonial.

Opunha-se ao retorno, por razões opostas a essas, o “partido brasileiro”, constituído de grandes proprietários rurais das capitanias próximas à capital, burocratas e membros do Judiciário nascidos no Brasil. Acrescentem-se a eles portugueses cujos interesses tinham passado a vincular-se com a colônia, comerciantes ajustados às novas circunstâncias do livre comércio, investidores em terras e propriedades urbanas, muitas vezes ligados por laços de casamento à gente da colônia. Falamos em “partido brasileiro” entre aspas porque com essa expressão se designa não propriamente um partido, mas uma corrente de opinião. As articulações políticas se fizeram nesse período sobretudo através das lojas maçônicas, cujos membros mais extremados defendiam a independência.

A questão do regresso ou não de dom João VI logo se esvaziou. Temendo perder o trono caso não regressasse a Portugal, o rei decidiu-se afinal pelo retorno. Embarcou em abril de 1821, acompanhado de 4 mil portugueses. Em seu lugar ficava como príncipe regente seu filho Pedro, futuro dom Pedro I. Nos meses seguintes ocorreram no Brasil as eleições para designar a representação brasileira às Cortes. Quase todos os eleitos eram nascidos no Brasil. Entre eles estavam alguns defensores radicais ou ex-radicais da independência, como Cipriano Barata (Bahia), Muniz Tavares (Pernambuco) e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (São Paulo), que haviam participado da Revolução de 1817.

As Cortes começaram a se reunir em janeiro de 1821, meses antes da chegada dos deputados eleitos no Brasil. Tomou-se uma série de medidas que produziram profundo descontentamento na colônia. Os governos provinciais passariam a ser independentes do

Rio de Janeiro, subordinando-se diretamente a Lisboa. Houve uma tentativa de revogar os acordos comerciais com a Inglaterra que eram do interesse tanto dos ingleses quanto dos grandes proprietários rurais brasileiros e dos consumidores urbanos. Acrescente-se a isso o fato de que os líderes da revolução liberal punham lenha na fogueira, com suas referências desdenhosas à colônia. Para muitos deles, o Brasil era “uma terra de macacos, de bananas e de negrinhos apanhados na costa da África” que estava precisando de um cão de fila para entrar em ordem.

Entre fins de setembro e outubro de 1821, novas medidas tomadas pelas Cortes fortaleceram no Brasil a opção pela independência, até aí apenas esboçada. Decidiu-se transferir para Lisboa as principais repartições instaladas no Brasil por dom João VI, destacaram-se novos contingentes de tropas para o Rio de Janeiro e Pernambuco e, ponto decisivo, determinou-se a volta para Portugal do príncipe regente.

O “partido brasileiro” concentrou seus esforços no objetivo de conseguir a permanência de dom Pedro no Brasil. A decisão do príncipe de ficar no país, solenizada no Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822, representou a escolha de um caminho sem retorno. Os atos do príncipe regente posteriores ao Dia do Fico foram atos de ruptura. As tropas portuguesas que se recusaram a jurar fidelidade a dom Pedro viram-se obrigadas a deixar o Rio de Janeiro. Esboçava-se a partir daí a criação de um exército brasileiro. Dom Pedro formou um novo ministério, composto de portugueses, mas cuja chefia coube a um brasileiro, José Bonifácio de Andrada e Silva.

Os irmãos Andrada – Antônio Carlos, Martim Francisco e José Bonifácio –, especialmente este último, foram figuras centrais da política brasileira naqueles anos. José Bonifácio provinha de uma das famílias mais ricas de Santos, onde seu pai se dedicara à exportação de açúcar. Estudou em Coimbra e permaneceu na Europa entre 1783 e 1819. Ocupou cargos administrativos importantes em Portugal, tendo sido professor universitário em Coimbra. De volta ao Brasil, foi chamado a presidir em março de 1821 a junta provisória de São Paulo. Não é fácil rotular o pensamento de José Bonifácio. Defendia ideias progressistas no campo social, como a gradativa extinção do tráfico de escravos e da escravidão, uma reforma agrária e a livre entrada de imigrantes no país. Politicamente, era um liberal conservador, adversário das “esfarrapadas bandeiras da suja e caótica democracia”, como disse em certa ocasião. Considerava adequada para o Brasil a forma monárquica de governo, sustentada por uma representação dos cidadãos restrita às camadas dominantes e ilustradas.

Ao longo dos acontecimentos que resultaram na independência, definiram-se com alguma clareza as correntes conservadoras e radicais do “partido brasileiro”. No quadro dos anos imediatamente anteriores à independência, a corrente conservadora defendia a maior autonomia do Brasil com relação a Portugal, assumindo só em um segundo momento a ideia de independência. A forma de governo desejável segundo os conservadores era a monarquia constitucional, com representação limitada, como garantia da ordem e da estabilidade social. É mais difícil definir a corrente radical, pois nela se incluíam desde monarquistas, preocupados em assegurar

maior representação popular e as liberdades – especialmente a de imprensa –, até os chamados “extremados”, para quem a independência se associava à ideia de república, de voto popular e, em alguns casos, de reforma da sociedade.

Após a decisão de se convocar uma Constituinte, aceleraram-se as decisões de rompimento, mesmo quando se invocava ainda o propósito de “união com Portugal”. Passou-se a exigir como requisito para aproveitamento no serviço público a adesão à causa da união e independência do Brasil; recomendou-se aos governos provinciais não dar posse a empregados vindos de Portugal. Em agosto de 1822, o príncipe regente decretou que as tropas vindas da metrópole seriam consideradas inimigas; Gonçalves Ledo e logo depois José Bonifácio dirigiram manifestos às nações amigas.

A chegada de despachos de Lisboa que revogavam os decretos do príncipe regente, determinavam mais uma vez seu regresso a Lisboa e acusavam os ministros de traição deu alento à ideia de rompimento definitivo. A princesa dona Leopoldina e José Bonifácio enviaram às pressas as notícias ao príncipe, em viagem a caminho de São Paulo. Alcançado a 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga, dom Pedro proferiu o chamado grito do Ipiranga, formalizando a independência do Brasil. A 1º de dezembro, com apenas 24 anos, o príncipe regente era coroado imperador, recebendo o título de dom Pedro I. O Brasil se tornava independente, com manutenção da forma monárquica de governo. Mais do que isso, o novo país teria no trono um rei português.

1.12 O BRASIL NO FIM DO PERÍODO COLONIAL

Do ponto de vista territorial e populacional, o que era o Brasil que se tornara independente?

Desde o início do século XVIII , a extensão geográfica da colônia nada mais tinha a ver com a incerta linha de Tordesilhas. A expansão das bandeiras paulistas para oeste, dos criadores de gado e forças militares para sudoeste ampliaram de fato as fronteiras do país. O avanço minerador a partir do século XVIII deu mais um empurrão, de modo que a fisionomia territorial do Brasil já se aproximava bastante da atual.

Restava fazer reconhecer de direito as novas fronteiras, uma questão a ser definida principalmente com a Espanha. Isso ocorreu através do Tratado de Madri, firmado entre as Coroas portuguesa e espanhola, em que se reconheceu o princípio do *uti possidetis* , beneficiando os portugueses. Houve uma exceção referente às fronteiras do sul. Portugal renunciou à Colônia do Sacramento, fundada no rio da Prata, próximo a Montevideu. Em troca, recebeu uma área na margem esquerda do rio Uruguai – o chamado Território das Sete Missões, ocupado por índios e jesuítas.

Apesar do acordo, as controvérsias a respeito das fronteiras do sul não cessaram. Um acordo datado de 1761 anulou o Tratado de Madri. Em sequência, o Tratado de Santo Ildefonso (1777) restituiu aos espanhóis as Sete Missões. Os portugueses mantiveram suas pretensões à Colônia do Sacramento, base estratégica para o contrabando da prata trazida da Bolívia e do Peru pelo rio Paraná.

Mesmo com a definição de fronteiras, vastas regiões do país eram praticamente inexploradas ou ocupadas por índios sem contato com os colonizadores. Não há números confiáveis sobre a população do Brasil no fim do período colonial. As contagens realizadas a pedido da Coroa excluía com frequência os menores de 7 anos, os índios e algumas vezes até os escravos. Calcula-se que, em 1819, o Brasil tinha cerca de 3,6 milhões de habitantes, concentrados, pela ordem, nas províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. O sul do país era ainda uma região periférica.

Do ponto de vista racial, os dados existentes para as principais províncias sugerem que os brancos representavam menos de 30% da população total.

Essa era, em termos muito gerais, a fisionomia do Brasil no tocante ao território e à população no fim do período colonial. Seus habitantes já não se arrastavam como caranguejos pelo litoral, porém ainda se concentravam – cerca de 74% – em torno dos principais portos exportadores e no interior das capitanias costeiras do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Paraíba.

2.

O Brasil Monárquico (1822-1889)

2.1 A CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO

A consolidação da independência se deu em poucos anos. As tropas portuguesas resistiram na Província Cisplatina, da qual acabaram se retirando em novembro de 1823. Aí começaria uma longa guerra pela independência uruguaia, mas já agora contra os brasileiros, e não contra os portugueses. Outro núcleo de confronto se localizou na Bahia, onde os brasileiros acabaram derrotando os portugueses.

No plano internacional, os Estados Unidos reconheceram a independência em maio de 1824. Informalmente, ela já era reconhecida pela Inglaterra, interessada em garantir a ordem na antiga colônia portuguesa. Preservava assim suas vantagens comerciais em um país que, àquela altura, já era seu terceiro mercado externo. O reconhecimento só foi retardado porque os ingleses tentaram conseguir do Brasil a imediata extinção do tráfico

de escravos. Mas, direta ou indiretamente, estiveram presentes na consolidação da independência, servindo também de mediadores no reconhecimento da nova nação por Portugal.

Isso ocorreu em agosto de 1825, por um tratado em que o Brasil concordou em compensar a metrópole, em 2 milhões de libras, pela perda da antiga colônia e em não permitir a união de qualquer outra colônia com o Brasil. A necessidade de indenizar a Coroa portuguesa deu origem ao primeiro empréstimo externo, contraído pelo Brasil em Londres. A segunda cláusula citada, aparentemente estranha, explica-se pelo fato de interesses brasileiros ligados ao comércio de escravos estarem fortemente implantados em algumas regiões da costa da África. Quando chegaram a Angola as notícias da separação, surgiram panfletos impressos no Brasil convidando Benguela a aderir à “causa brasileira” . A prevenção portuguesa não era, pois, sem fundamento.

É tradicional na historiografia brasileira contrastar a relativa facilidade da consolidação da independência do Brasil com o complicado processo de emancipação da América espanhola. Acentua-se ainda que, enquanto o Brasil permaneceu unificado, a América espanhola se fragmentou em várias nações. As duas observações estão inter-relacionadas. Vamos, porém, separá-las na narrativa porque a forma pela qual se manteve a unidade territorial se tornará mais clara após a análise dos acontecimentos ocorridos entre 1822 e 1840.

Cabe perguntar, de início, se a tradição ainda se sustenta. Não faltam objeções a ela. Seus críticos salientam que a independência, sob a forma de união em torno do Rio de Janeiro, resultou de uma luta, e não de um consenso geral. Nessa luta foram vencidos, nas províncias, os movimentos autonomistas e os que sustentavam a permanência da união com Portugal, como aconteceu no Pará.

As objeções têm o mérito de chamar a atenção para o fato de que a independência do Brasil não correspondeu a uma passagem pacífica. Mas elas não invalidam a constatação de que, admitido o uso da força e as mortes daí resultantes, a consolidação da independência se fez em poucos anos, sem grandes desgastes. Mais do que isso, a emancipação do Brasil não resultou em maiores alterações da ordem social e econômica existente ou da forma de governo. Exemplo único na história da América Latina, o Brasil ficou sendo uma monarquia entre repúblicas.

Uma das principais razões dessa relativa continuidade entre duas épocas se encontra na vinda da família real para o Brasil e na forma como se deu o processo de independência. A abertura dos portos estabeleceu uma ponte entre a Coroa portuguesa e os setores dominantes da Colônia, especialmente os que se concentravam no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais. Os benefícios trazidos para a região fluminense, com a presença do rei no Brasil, vinham incentivar a expansão econômica daquela área, ligada aos negócios do açúcar, do café e do tráfico de escravos.

Por certo, muitos descontentamentos com a Corte permaneceram, mas nada que lembrasse a insatisfação de algumas regiões do nordeste do Brasil onde despontaram as ideias de

república. A elite política promotora da independência não tinha interesse em favorecer rupturas que poderiam pôr em risco a estabilidade da vida da antiga colônia, nos moldes existentes. É significativo lembrar que os esforços pela autonomia, desembocando na independência, concentraram-se na figura do rei e depois na do príncipe regente. Nos primeiros anos após a independência, a monarquia se transformou em um símbolo de autoridade, mesmo quando a figura do imperador viesse a ser contestada.

A afirmativa de que a independência se realizou em tempo curto e sem grandes abalos não nos deve levar a tirar duas conclusões errôneas. Uma consistiria em dizer que nada mudara, pois o Brasil passava da dependência inglesa via Portugal à dependência direta da Inglaterra. A outra consistiria em supor a existência de uma elite política homogênea, com uma base social bem estruturada, portadora de um projeto claro de diretrizes para a nova nação.

A primeira conclusão seria equivocada por várias razões. A nova relação de dependência, que se vinha afirmando desde 1808 com a abertura dos portos, representava mais do que uma simples troca de nomes, importando em uma mudança da forma como a antiga colônia se inseria no sistema econômico internacional. Além disso, a independência impunha a tarefa de construir um Estado nacional para organizar o país e garantir sua unidade.

A segunda conclusão seria igualmente equivocada porque, mesmo no interior do núcleo promotor da independência, com José Bonifácio à frente, não havia um acordo sobre as linhas básicas que deveria ter a organização do Estado. Pelo contrário, os anos entre 1822 e 1840 seriam marcados por uma enorme flutuação política,

por uma série de rebeliões e pelas tentativas contrastantes de organizar o poder.

O debate político central nos dois primeiros anos após a independência do país se concentrou em torno da aprovação de uma Constituição. As eleições para uma Assembleia Constituinte já estavam previstas meses antes da independência. Elas ocorreram após o Sete de Setembro e a Constituinte começou a se reunir no Rio de Janeiro em maio de 1823. Logo surgiram desavenças entre a assembleia e dom Pedro, apoiado a princípio por seu ministro José Bonifácio, girando em torno do campo de atribuições do Poder Executivo (no caso, o imperador) e do Poder Legislativo.

Os constituintes queriam que o imperador não tivesse o poder de dissolver a futura Câmara dos Deputados, forçando assim, quando julgasse necessário, novas eleições. Queriam também que ele não tivesse o poder de veto absoluto, ou seja, o direito de negar validade a qualquer lei aprovada pelo Legislativo. Para dom Pedro I e os círculos políticos que o apoiavam, era necessário criar um Executivo forte, capaz de enfrentar as tendências “democráticas e desagregadoras”, justificando-se assim a concentração de maiores atribuições nas mãos do imperador. Os tempos eram de incerteza política. Menos de um ano após a Independência, em julho de 1823, José Bonifácio foi afastado do ministério. Ele ficara espremido entre a crítica dos liberais e as insatisfações dos conservadores. Estes viam com maus olhos o comando pessoal do governo pelo ministro que lhes fechava o acesso direto ao trono.

A disputa entre os poderes acabou resultando na dissolução da Assembleia Constituinte por dom Pedro, com apoio na tropa. Foram presos vários deputados, entre eles os três Andradas. Logo a seguir, cuidou-se de elaborar um projeto de Constituição que resultou no texto promulgado a 25 de março de 1824. A Constituição não diferia muito da proposta dos constituintes anterior à dissolução da assembleia. Mas há uma diferença a ser ressaltada. A primeira Constituição brasileira nascia de cima para baixo, imposta pelo rei ao “povo”, embora devamos entender por “povo” a minoria de brancos e mestiços que votava e de algum modo tinha participação na vida política.

Um contingente ponderável da população – os escravos – estava excluído dos dispositivos constitucionais. Deles não se cogita a não ser obliquamente, quando se fala dos libertos. Outro ponto a ser observado se refere à distância entre os princípios e a prática. A Constituição representava um avanço ao organizar os poderes, definir atribuições, garantir direitos individuais. O problema é que, sobretudo no campo dos direitos, sua aplicação seria muito relativa. Aos direitos se sobrepunha a realidade de um país onde mesmo a massa da população livre dependia dos grandes proprietários rurais, onde só um pequeno grupo tinha instrução e onde existia uma tradição autoritária.

A Constituição de 1824 vigorou com algumas modificações até o fim do império. Definiu o sistema político como monárquico, hereditário, constitucional. O império teria uma nobreza, mas não uma aristocracia. Ou seja, existiriam nobres por títulos concedidos pelo imperador, porém os títulos não seriam hereditários, o que daria

origem a uma “aristocracia de sangue” . A religião católica romana continuava a ser a religião oficial, permitindo-se apenas o culto particular de outras religiões.

O Poder Legislativo foi dividido em Câmara e Senado, prevendo-se eleições para as duas casas, com diferenças essenciais. A eleição para a Câmara era temporária, enquanto a do Senado era vitalícia. Além disso, o processo eleitoral, no caso do Senado, destinava-se a eleger uma lista tríplice em cada província, cabendo ao imperador escolher um dos três nomes eleitos. Na prática, essas restrições fizeram com que o Senado fosse um órgão cujos membros foram nomeados pelo imperador em caráter vitalício.

O voto era indireto e censitário. Indireto porque os votantes, correspondentes hoje à massa dos eleitores, votavam em um corpo eleitoral, nas eleições chamadas de primárias. O corpo eleitoral elegia os deputados. Pelo princípio do voto censitário, votavam nas eleições primárias os cidadãos brasileiros que tivessem renda anual de pelo menos 100 mil-réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego. Eram os votantes. Eles elegiam o corpo eleitoral, ou seja, os eleitores, escolhendo pessoas que, para candidatar-se, além dos requisitos indicados, deviam ter renda de 200 mil-réis e não serem libertos. Para ser deputado, o censo subia a 400 mil-réis e era necessário professar a religião católica, mantidas as outras exigências. Não houve referência expressa às mulheres, mas elas estavam excluídas dos direitos políticos pelas normas sociais. Curiosamente, até 1882 a praxe foi a de admitir o voto do grande número de analfabetos, tendo em vista o silêncio da Constituição a esse respeito.

O país foi dividido em províncias cujo presidente seria nomeado pelo imperador. Asseguraram-se os direitos individuais, entre eles a igualdade perante a lei, a liberdade de religião, com as restrições já apontadas, a liberdade de pensamento e de manifestação.

Um importante órgão da estrutura política era o Conselho de Estado, composto de conselheiros vitalícios nomeados pelo imperador entre cidadãos brasileiros com idade mínima de 40 anos (uma idade avançada para a época), renda não inferior a 800 mil-réis e que fossem “pessoas de saber, capacidade e virtude” . O Conselho de Estado deveria ser ouvido nos “negócios graves e medidas gerais da pública administração” , como a declaração de guerra, ajustes de pagamento, negociações em que o imperador se propusesse exercer atribuições próprias do Poder Moderador.

A ideia da instituição de um Poder Moderador provinha do escritor francês Benjamin Constant, cujos livros eram lidos por dom Pedro e por muitos políticos da época. Benjamin Constant defendia a separação entre o Poder Executivo, cujas atribuições caberiam aos ministros do rei, e o poder propriamente imperial, chamado de Neutro ou Moderador. O rei não interviria na política e na administração do dia a dia e teria o papel de moderar as disputas mais sérias e gerais, interpretando “a vontade e o interesse nacional” .

No Brasil, o Poder Moderador não foi tão claramente separado do Executivo. Disso resultou uma concentração de atribuições nas mãos do imperador. Pelos princípios constitucionais do Poder Moderador, a pessoa do imperador foi considerada inviolável e sagrada, não estando sujeita a responsabilidade alguma. Cabia a ele, entre outros

pontos, a nomeação dos senadores, a faculdade de dissolver a Câmara, convocando eleições para outra que a substituísse, o direito de aprovar ou vetar as decisões da Câmara e do Senado.

Os atos de dom Pedro I , dissolvendo a Constituinte e decretando uma Constituição, simbolizaram o predomínio do imperador, dos burocratas e comerciantes, muitos deles portugueses, que faziam parte do círculo dos íntimos. Em Pernambuco, os atos puseram lenha em uma fogueira que, desde 1817 e mesmo antes, não deixara de arder.

A propagação das ideias republicanas, antiportuguesas e federativas ganhou ímpeto na inquieta província. Como figura central das críticas ao império destacou-se frei Joaquim do Amor Divino – o Frei Caneca. Seu apelido indicava uma origem humilde como vendedor de canecas, quando garoto, nas ruas de Recife. Educado no seminário de Olinda, centro de difusão das ideias liberais, converteu-se em um intelectual erudito e homem de ação. A contrariedade provocada na província pela nomeação de um governador não desejado abriu caminho para a revolta. Seu chefe ostensivo, Manuel de Carvalho, proclamou a Confederação do Equador, a 2 de julho de 1824. Carvalho foi uma figura curiosa, casado com uma norte-americana e grande admirador dos Estados Unidos. No dia da outorga da Constituição de 1824, portanto antes da rebelião, enviou ofício dirigido ao secretário de Estado norte-americano solicitando a remessa de uma pequena esquadra ao porto do Recife para contrabalançar as ameaças à liberdade resultantes da

presença de navios de guerra ingleses e franceses. No ofício, invocava a recente doutrina, fixada pelo presidente James Monroe, contrária à intervenção de potências europeias nas Américas.

A Confederação do Equador deveria reunir sob forma federativa e republicana, além de Pernambuco, as províncias da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e, possivelmente, do Piauí e do Pará. O levante teve um conteúdo acentuadamente urbano e popular, diferenciando-se da ampla frente regional, com a liderança de proprietários rurais e alguns comerciantes, que caracterizara a revolução de 1817. A viajante inglesa Maria Graham, que esteve em Recife tentando alcançar um acordo entre as partes, assemelhou, guardadas as proporções, o ambiente do palácio governamental ocupado pelos rebeldes ao da Convenção Nacional na Revolução Francesa. Viu as dependências palacianas ocupadas por elementos populares – verdadeiros *sans-culottes* – de olhos arregalados e ouvidos à escuta, no pressuposto de traições e ciladas.

A Confederação do Equador não teve condições de se enraizar e de resistir militarmente às tropas de governo, sendo derrotada nas várias províncias do nordeste até terminar por completo em novembro de 1824. A punição dos revolucionários foi além das expectativas. Um tribunal manipulado pelo imperador condenou à morte Frei Caneca e outros revolucionários. Levado à força, Frei Caneca acabou sendo fuzilado, diante da recusa do carrasco em realizar o enforcamento.

As marcas da revolução de 1824 não se apagariam facilmente. De fato, ela pode ser vista como parte de uma série de rebeliões e

revoltas ocorridas em Pernambuco entre 1817 e 1848, fazendo da província um centro irradiador de muitas insatisfações do nordeste.

O recém-criado império brasileiro herdou os problemas gerados com a ocupação da Banda Oriental. Em 1825, uma rebelião regional proclamou a separação do Brasil e a incorporação do futuro Uruguai às Províncias Unidas do Rio da Prata. Esse fato precipitou a guerra entre Brasil e Buenos Aires, a partir de dezembro de 1825.

A guerra foi um desastre militar para os brasileiros, vencidos em Ituzaingó (1827), e uma catástrofe financeira para as duas partes envolvidas. A paz foi alcançada com a mediação da Inglaterra, interessada em restaurar as transações comerciais normais que o conflito aniquilara. O tratado de paz que pôs fim ao conflito garantiu o surgimento do Uruguai como país independente e a livre navegação do Prata e de seus afluentes. Este último ponto interessava às potências europeias, especialmente à Inglaterra, e também ao Brasil. No caso brasileiro, razões de natureza geopolítica mesclavam-se às razões econômicas, pois a navegação fluvial era a principal via de acesso à região de Mato Grosso.

Internamente, a guerra provocou o impopular e temido recrutamento da população por meio de métodos de pura força. O imperador decidiu contratar tropas no exterior para completar as fileiras do Exército. Essas tropas foram em sua maioria formadas por pessoas pobres que nada tinham de militares profissionais, recrutadas na Europa com a perspectiva de se tornarem pequenos proprietários no Brasil. Como era de esperar, em nada contribuíram para fazer pender a guerra em favor do império. Por acréscimo, algumas centenas de mercenários alemães e irlandeses desiludidos

se amotinaram no Rio de Janeiro em julho de 1828. A situação se tornou muito grave e o governo viu-se forçado a recorrer à humilhante proteção dos navios ingleses e franceses.

Os gastos militares vinham agravar os problemas econômico-financeiros já existentes. O volume físico de alguns produtos de exportação, como o café, aumentou consideravelmente ao longo da década de 1820. Mas os preços do algodão, couro, cacau, fumo e do próprio café tenderam a cair. As rendas do governo central, dependentes em grande medida do imposto sobre as importações, eram insuficientes. A Inglaterra impôs em agosto de 1827 um tratado comercial mantendo a tarifa de 15% sobre a entrada de seus produtos. Essa medida foi estendida depois às demais nações.

O Banco do Brasil, criado por dom João VI em 1808, entrou em dificuldades desde 1821, quando o rei retirou o ouro nele depositado antes de partir para Portugal, e acabou sendo fechado em 1829. Dom Pedro recorreu à emissão de grande quantidade de moedas de cobre, dando origem a falsificações e ao aumento do custo de vida, sobretudo nos centros urbanos. Ainda não se empregava o termo “inflação”, mas falava-se em algo parecido, quando se aludia à “inchação” do meio circulante.

Mesmo o papel-moeda emitido pelo Banco do Brasil e pelo Tesouro era mal recebido fora do Rio de Janeiro. Em 1829, o papel-moeda circulava em São Paulo por 57% de seu valor nominal. Por outro lado, a moeda brasileira se desvalorizou seguidamente com relação à libra inglesa no curso da década de 1820. Isso favoreceu as exportações, mas, ao mesmo tempo, encareceu as importações

de bens de consumo, tão desejados pelas elites e pelos nascentes setores médios urbanos.

Os descontentamentos aprofundaram os atritos entre brasileiros e portugueses. Os portugueses, que controlavam boa parte do comércio de varejo, eram um alvo privilegiado dos ataques nativistas. A contenda política tinha a ver com a divisão nacional, mas não se resumia a isso. Na época de dom Pedro, a elite política se dividia entre liberais e absolutistas. Os absolutistas eram defensores da ordem e da propriedade, garantidas por um imperador que desejavam forte e respeitado. Temiam que a “liberdade excessiva” pusesse em risco seus privilégios e aceitavam, em nome da ordem, os atos imperiais contrários à legalidade. Como os absolutistas, os liberais se alinhavam na defesa da ordem e da propriedade. Defendiam, porém, a liberdade constitucional como forma de assegurá-las e eram partidários das “novidades” , especialmente da grande novidade de estar em oposição ao governo e ao próprio monarca.

Muitos membros da elite brasileira se colocaram ao lado de dom Pedro, por desconfiarem do liberalismo, por terem assumido cargos na administração e recebido títulos honoríficos, fartamente concedidos pelo imperador. Entretanto, no correr dos acontecimentos, os brasileiros foram engrossando cada vez mais as críticas liberais, enquanto os portugueses se apegavam à figura do imperador. Na população urbana e no Exército, o sentimento antilusitano teve um forte poder mobilizador. Havia no ar uma suspeita de que dom Pedro tentaria voltar aos tempos do Reino Unido, especialmente porque com a morte de dom João VI , em 1826,

abria-se a possibilidade de ele assumir também, como filho mais velho, o trono português.

O Exército foi-se afastando do imperador. Sua base era recrutada na população mais pobre dos centros urbanos, em sua maioria mulatos que sofriam com as más condições de vida, o atraso no pagamento do soldo, a disciplina imposta. A cúpula estava descontente com as derrotas militares e a presença de oficiais portugueses em postos de comando.

A partir de meados de 1830, os fatos se precipitaram. A queda de Carlos X na França e o início da Monarquia de Julho, tida como liberal, repercutiram no Brasil, sendo objeto de discussões até mesmo no Conselho de Estado. Em março de 1831, a temperatura política subiu no Rio de Janeiro. O imperador regressava de uma viagem a Minas Gerais, onde fora recebido com a maior frieza. Os portugueses decidiram realizar festejos promovidos pela sociedade secreta Coluna do Trono para demonstrar-lhe seu apoio. Houve reação dos brasileiros, daí nascendo os primeiros tumultos, que se prolongaram por cinco dias. Seguiram-se tentativas de formação de um novo ministério e novas manifestações de protesto. Os comandantes militares brasileiros de maior prestígio, como os irmãos Lima e Silva, um deles pai do futuro duque de Caxias, aderiram à revolta. Por fim, dom Pedro foi forçado a abdicar em favor de seu filho, dom Pedro II, em 7 de abril de 1831.

O Brasil teria agora a perspectiva de sagrar um rei nascido no país, mas quase uma década se passaria antes que isso acontecesse. O menino Pedro tinha apenas 5 anos quando o pai

abdicou do trono e partiu para a Inglaterra sonhando em recuperar outro trono, o português, ocupado por seu irmão dom Miguel.

O período posterior à abdicação de dom Pedro I é chamado de Regência porque nele o país foi regido por figuras políticas em nome do imperador até a maioridade antecipada deste, em 1840. A princípio, os regentes eram três, passando a existir um único regente a partir de 1834.

O período regencial foi um dos mais agitados da história política do Brasil. Naqueles anos, esteve em jogo a unidade territorial do país, e os temas da centralização e da descentralização do poder, do grau de autonomia das províncias, da organização das Forças Armadas assumiram o centro do debate político. As reformas realizadas pelos regentes são também um bom exemplo das dificuldades de adotar uma prática liberal que fugisse aos males do absolutismo. Nas condições brasileiras, muitas medidas destinadas a dar alguma flexibilidade ao sistema político e a garantir as liberdades individuais acabaram resultando em violentos choques entre as elites e no predomínio do interesse de grupos locais. Nem tudo se decidiu na época regencial, pois só por volta de 1850 a monarquia centralizada se consolidou, quando as últimas rebeliões provinciais cessaram.

Um ponto importante a ser ressaltado para a compreensão das dificuldades desse período é o de que as elites não tinham chegado a um consenso sobre qual seria o arranjo institucional mais conveniente. Não havia também clareza sobre o papel do Estado

como organizador dos interesses gerais dominantes, tendo para isso de sacrificar, em certas circunstâncias, interesses específicos de um determinado setor social.

A tendência política vencedora após o Sete de Abril foi a dos liberais moderados que se organizaram, de acordo com a tradição maçônica, na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Entre eles, havia uma alta proporção de políticos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Havia também uma presença significativa de padres e alguns graduados por Coimbra. Muitos eram proprietários de terras e de escravos. Foram nomes de destaque da corrente Bernardo Pereira de Vasconcelos, magistrado mineiro educado em Coimbra; o padre Diogo Feijó, nascido em São Paulo e futuro regente; Evaristo da Veiga, responsável pela edição no Rio de Janeiro da *Aurora Fluminense*, o mais importante jornal liberal de seu tempo.

Na oposição ficavam, de um lado, os exaltados e, de outro, os absolutistas. Os exaltados defendiam a federação, as liberdades individuais e, em alguns casos, a república. Os absolutistas, chamados de caramurus, muitos deles portugueses, com postos na burocracia, no Exército e no alto comércio, lutavam pela volta ao trono de dom Pedro I. Os sonhos restauradores não duraram muito, pois dom Pedro I morreu em Portugal em 1834.

As reformas do período regencial trataram de suprimir ou diminuir as atribuições de órgãos da monarquia e de criar uma nova forma de organização militar, reduzindo o papel do Exército.

Em 1832 entrou em vigor o Código do Processo Criminal, que fixou normas para a aplicação do Código Criminal de 1830. O Código do Processo Criminal deu maiores poderes aos juízes de paz, eleitos nas localidades já no reinado de dom Pedro I , mas que agora podiam, por exemplo, prender e julgar pessoas acusadas de cometer pequenas infrações. Ao mesmo tempo, seguindo os modelos norte-americano e inglês, criou a instituição do júri para julgar a maioria dos crimes e o *habeas corpus* , a ser concedido a pessoas presas ilegalmente ou cuja liberdade fosse ameaçada.

Uma lei de agosto de 1834, chamada de ato adicional porque fez adições e alterações à Constituição de 1824, determinou que o Poder Moderador não poderia ser exercido durante a Regência. Suprimiu também o Conselho de Estado. Os presidentes de província continuaram a ser designados pelo governo central, mas criaram-se assembleias provinciais com maiores poderes, em substituição aos antigos conselhos-gerais.

Além disso, legislou-se sobre a repartição de rendas entre o governo central, as províncias e os municípios. Atribuiu-se às assembleias provinciais competência para fixar as despesas municipais e das províncias e para lançar os impostos necessários ao atendimento dessas despesas, contanto que não prejudicassem as rendas a serem arrecadadas pelo governo central. Essa fórmula vaga de repartição de impostos permitiu às províncias a obtenção de recursos próprios, à custa do enfraquecimento do governo central. Uma das atribuições mais importantes dadas às assembleias provinciais foi a de nomear e demitir funcionários públicos. Desse modo, colocava-se nas mãos dos políticos regionais uma arma

significativa, tanto para obter votos em troca de favores quanto para perseguir inimigos.

Quando começou o período regencial, o Exército era uma instituição mal-organizada, vista pelo governo com muita suspeita. Mesmo após a abdicação de dom Pedro, o número de oficiais portugueses continuou a ser significativo. A maior preocupação vinha, porém, da base do Exército, formada por gente mal paga, insatisfeita e propensa a aliar-se ao povo nas rebeliões urbanas.

Uma lei de agosto de 1831 criou a Guarda Nacional, em substituição às antigas milícias. Ela era cópia de uma lei francesa do mesmo ano. A ideia consistia em organizar um corpo armado de cidadãos confiáveis, capaz de reduzir, de um lado, os excessos do governo centralizado e, de outro, as ameaças das “classes perigosas”. Na prática, a nova instituição ficou incumbida de manter a ordem no município onde era formada. Foi chamada, em casos especiais, a enfrentar rebeliões fora do município e a proteger as fronteiras do país, sob o comando do Exército.

Compunham obrigatoriamente a Guarda Nacional, como regra geral, todos os cidadãos com direito ao voto nas eleições primárias que tivessem entre 21 e 60 anos. O alistamento obrigatório para a Guarda Nacional desfalcou os quadros do Exército, pois quem pertencesse a ela ficava dispensado do recrutamento para servir no Exército. Até 1850, os oficiais inferiores da Guarda Nacional eram eleitos pelos integrantes da corporação, em eleição presidida pelo juiz de paz. A realidade nacional e as necessidades de estabelecer uma hierarquia se sobrepuseram ao princípio eletivo. As eleições

foram-se tornando letra morta e desapareceram antes mesmo que a lei fosse mudada.

As revoltas do período regencial não se enquadram em uma moldura única. Tinham a ver com as dificuldades da vida cotidiana e as incertezas da organização política. Mas cada uma delas resultou de realidades específicas, provinciais ou locais. Muitas rebeliões, sobretudo até meados da década de 1830, ocorreram nas capitais mais importantes, tendo como protagonistas a tropa e o povo. No Rio de Janeiro, houve cinco levantes entre 1831 e 1832. Em 1832, a situação se tornou tão séria que o Conselho de Estado foi consultado sobre que medidas deveriam ser tomadas para salvar o imperador menino caso a anarquia se instalasse na cidade e as províncias do norte se separassem das do sul.

Em contraste com essas revoltas, eclodiu em Pernambuco a Guerra dos Cabanos, entre 1832 e 1835. Foi um movimento essencialmente rural, que se diferenciou também das anteriores insurreições pernambucanas por seu conteúdo. Os cabanos reuniam pequenos proprietários, trabalhadores do campo, índios, escravos e, no início, alguns senhores de engenho. Sob alguns aspectos, constituíram uma antecipação do que seria a revolta sertaneja de Canudos, no início da República. Lutaram pela religião e pelo retorno do imperador contra os chamados “carbonários jacobinos”, em uma referência crítica aos revolucionários franceses e às sociedades secretas liberais europeias do século XIX.

Dessa forma, as camadas pobres da população rural expressaram suas queixas contra mudanças que não entendiam e eram distantes de seu mundo. Dados os objetivos expressos da revolta, os cabanos contaram com o apoio inusitado de comerciantes portugueses de Recife e de políticos restauracionistas na capital do império.

Depois de uma guerra de guerrilhas, os rebeldes foram afinal derrotados, ironicamente, por Manuel de Carvalho Pais de Andrade, a mesma pessoa que proclamara em 1824 a Confederação do Equador e era agora presidente da província.

Após o ato adicional, ocorreram a Cabanagem no Pará (1835-1840), que não deve ser confundida com a Guerra dos Cabanos em Pernambuco, a Sabinada na Bahia (1837-1838), a Balaiada no Maranhão (1838-1840) e a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1836-1845).

Quando se sabe que muitas das antigas queixas das províncias se voltavam contra a centralização monárquica, pode parecer estranho o surgimento de tantas revoltas nesse período. Afinal de contas, a Regência procurava dar alguma autonomia às assembleias provinciais e organizar a distribuição de rendas entre o governo central e as províncias. Ocorre, porém, que, agindo nesse sentido, os regentes acabaram incentivando as disputas entre elites regionais pelo controle das províncias cuja importância crescia. Além disso, o governo perdera a aura de legitimidade que bem ou mal tivera enquanto um imperador esteve no trono. Algumas indicações equivocadas para presidente de província fizeram o resto.

A Cabanagem explodiu no Pará, região frouxamente ligada ao Rio de Janeiro. A estrutura social não tinha aí a estabilidade de outras

províncias, nem havia uma classe de proprietários rurais bem estabelecida. Era um mundo de índios, mestiços, trabalhadores escravos ou dependentes e de uma minoria branca formada por comerciantes portugueses e uns poucos ingleses e franceses. Essa minoria se concentrava em Belém, uma pequena cidade de 12 mil habitantes. Por ela escoava a modesta produção de tabaco, cacau, borracha e arroz.

Uma contenda entre grupos da elite local sobre a nomeação do presidente da província abriu caminho para a rebelião popular. Foi proclamada a independência do Pará. Uma tropa cuja base se compunha de negros, mestiços e índios atacou Belém e conquistou a cidade, após vários dias de dura luta. A partir daí a revolta se estendeu ao interior da província. Em meio à luta destacou-se na liderança dos rebeldes Eduardo Angelim, um cearense de apenas 21 anos que migrara para o Pará após uma grande seca ocorrida no Ceará em 1827. Angelim tentou organizar um governo, colocando como seu secretário um padre – uma das poucas pessoas capazes de escrever fluentemente.

Os cabanos não chegaram a oferecer uma organização alternativa ao Pará, concentrando-se no ataque aos estrangeiros, aos maçons e na defesa da religião católica, dos brasileiros, de dom Pedro II, do Pará e da liberdade. Embora entre os cabanos existissem muitos escravos, a escravidão não foi abolida. Uma insurreição de escravos foi mesmo reprimida por Angelim.

A rebelião foi vencida pelas tropas legalistas, depois do bloqueio da entrada do rio Amazonas e de uma série de longos e cruéis confrontos. Belém acabou sendo praticamente destruída e a

economia foi devastada. Calcula-se que 30 mil pessoas morreram, entre rebeldes e legalistas, ou seja, cerca de 20% da população estimada da província.

A Sabinada deriva da designação de seu principal líder, Sabino Barroso, jornalista e professor da Escola de Medicina. A Bahia vinha sendo cenário de várias revoltas urbanas desde a Independência, entre elas revoltas de escravos ou com sua participação. A Sabinada reuniu uma base ampla de apoio, incluindo pessoas da classe média e do comércio de Salvador, em torno de ideias federalistas e republicanas.

O movimento buscou um compromisso com relação aos escravos, dividindo-os entre nacionais e estrangeiros. Seriam libertados os cativos crioulos que houvessem pegado em armas pela revolução; os demais continuariam escravizados. Os sabinos não conseguiram penetrar no Recôncavo Baiano, onde os senhores de engenho apoiaram o governo. Após o cerco de Salvador por terra e mar, as forças governamentais recuperaram a cidade depois de uma luta corpo a corpo que resultou em cerca de 1.800 mortos.

A Balaiada maranhense começou com uma série de disputas entre grupos da elite local. As rivalidades acabaram resultando em uma revolta popular. Ela se concentrou no sul do Maranhão, junto à divisa com o Piauí, uma área de pequenos produtores de algodão e criadores de gado. À frente do movimento estiveram Raimundo Gomes, envolvido na política local, e Francisco dos Anjos Ferreira, de cujo ofício – fazer e vender balaios – derivou o nome da revolta. Ferreira aderiu à rebelião para vingar a honra de uma filha, violentada por um capitão de polícia. Paralelamente, surgiu um líder

negro conhecido como Cosme – sem sobrenome pelo menos nos relatos históricos – à frente de 3 mil escravos fugidos.

Os balaíos chegaram a ocupar Caxias, segunda cidade da província. De suas raras proclamações por escrito constam vivas à religião católica, à Constituição, a dom Pedro II , à “santa causa da liberdade” . Temas de natureza social ou econômica não são evocados, mas é difícil imaginar que Cosme e seus homens não estivessem lutando por sua causa pessoal de liberdade, fosse ela santa ou não.

As várias tendências existentes entre os balaíos resultaram em desentendimentos. Por sua vez, a ação das tropas do governo central foi rápida e eficaz. Os rebeldes foram derrotados em meados de 1840. Seguiu-se a concessão de uma anistia, condicionada à reescravização dos negros rebeldes. Cosme foi enforcado em 1842. No comando das tropas imperiais figurou um oficial com presença constante nos confrontos políticos e nas batalhas do Segundo Reinado: Luís Alves de Lima e Silva, que na ocasião recebeu o título de barão de Caxias.

A milhares de quilômetros do norte e do nordeste eclodiu em 1835, no Rio Grande do Sul, a Guerra dos Farrapos ou Farroupilhas. “Farrapos” ou “farroupilhas” são expressões sinônimas, significando maltrapilhos, gente vestida com farrapos. Os farrapos gaúchos receberam de seus adversários o apelido depreciativo. Mas a verdade é que, se suas tropas podiam ser farroupilhas, os dirigentes pouco tinham disso, pois representavam a elite dos estancieiros, criadores de gado da província.

O Rio Grande do Sul era um caso especial entre as regiões brasileiras desde os tempos da colônia. Por sua posição geográfica, formação econômica e vínculos sociais, os gaúchos tinham muitas ligações com o mundo platino, em especial com o Uruguai. Os chefes de grupos militarizados da fronteira – os caudilhos –, que eram também criadores de gado, mantinham extensas relações naquele país. Aí possuíam terras e se ligavam, pelo casamento, a muitas famílias da elite.

Por outro lado, a economia rio-grandense, do ponto de vista da destinação de seus produtos, estava tradicionalmente vinculada ao mercado interno. Era um centro de criação de mulas que teve um importante papel no transporte de mercadorias, no centro-sul do país, antes da construção das ferrovias. No período de renascimento agrícola das últimas décadas do século XVIII, colonos vindos dos Açores plantaram trigo, consumido sobretudo no Brasil. Quando se deu a independência do país, esse período de expansão do trigo já se encerrara, por causa das pragas e da concorrência norte-americana.

A criação de gado se generalizou, assim como a transformação da carne bovina em charque (carne-seca). O charque era um produto vital, destinado ao consumo da população pobre e dos escravos do sul e do centro-sul. Criadores de gado e charqueadores formavam dois grupos separados. Os criadores estavam estabelecidos na região da Campanha, situada na fronteira com o Uruguai. Os charqueadores tinham suas indústrias instaladas no litoral, nas áreas das lagoas, onde se concentravam cidades como

Rio Grande e Pelotas. Criadores e charqueadores utilizavam mão de obra escrava, além de trabalhadores seus dependentes.

As queixas do Rio Grande do Sul contra o governo central vinham de longe. Os gaúchos consideravam que, apesar da contribuição da província para a economia brasileira, ela era explorada por meio de um sistema de pesados impostos. As reivindicações de autonomia e mesmo de separação eram antigas e abrangiam muitas vezes tanto conservadores quanto liberais.

A Regência e o ato adicional não vieram abrandar as queixas. As províncias que não podiam arcar com todas as suas despesas recebiam recursos do governo central, provenientes em parte de outras províncias. Isso acontecia antes do ato adicional e continuou a acontecer depois dele. O Rio Grande do Sul mandava seguidamente fundos para cobrir despesas de Santa Catarina e de outras regiões.

Entretanto, a revolta não uniu todos os setores da população gaúcha. Preparada por estancieiros da fronteira e algumas figuras da classe média das cidades, obteve apoio principalmente nesses setores. Os charqueadores, que dependiam do Rio de Janeiro – maior centro consumidor brasileiro de charque e de couros –, ficaram do lado do governo central.

Além das queixas gerais já apontadas, os estancieiros tinham razões específicas de descontentamento. Pretendiam acabar com a taxaço de gado na fronteira com o Uruguai ou reduzi-la, estabelecendo a livre circulação dos rebanhos que possuíam nos dois países. Além disso, como já estavam organizados militarmente com seus pequenos exércitos particulares, baseados em uma chefia

indiscutível, consideravam uma novidade perigosa a criação da Guarda Nacional, com cargos eletivos de oficiais.

Os farrapos contaram com o concurso de alguns oficiais do Exército, chegados havia pouco ao Rio Grande do Sul. Em suas fileiras destacaram-se também pelo menos duas dezenas de revolucionários italianos refugiados no Brasil, sendo o mais célebre deles Giuseppe Garibaldi. A figura mais importante do movimento foi Bento Gonçalves, filho de um rico estancieiro, com larga experiência militar nas guerras da região. Organizou lojas maçônicas na fronteira e usou o serviço postal dos maçons como uma alternativa para sua correspondência secreta.

A luta foi longa e baseada na ação da cavalaria. Garibaldi e Davi Canabarro levaram a guerra ao norte da província, assumindo por uns tempos o controle de Santa Catarina. Na região gaúcha dominada pelos rebeldes foi proclamada na cidade de Piratini, em 1838, a República de Piratini, cuja presidência coube a Bento Gonçalves.

A posição do governo central foi entremeada de combates e concessões aos rebeldes. A liderança dos farrapos era constituída de gente de elite e a região onde lutavam tinha para o império grande importância estratégica. Por exemplo, em princípios de 1840 o governo cedeu a uma das principais exigências econômicas dos farrapos, decretando uma taxa de importação de 25% sobre a carne salgada vinda do Prata que concorria com a nacional.

Um passo importante para pôr fim ao conflito ocorreu quando, em 1842, Caxias foi nomeado presidente e comandante de armas da província. Ele combinou habilmente uma política de ataque militar e

medidas de apaziguamento. Afinal, em 1845, após acordos em separado com vários chefes rebeldes, Caxias e Canabarro assinaram a paz. Não era uma rendição incondicional. Foi concedida uma anistia geral aos revoltosos, os oficiais farroupilhas integraram-se, de acordo com suas patentes, ao Exército brasileiro, e o governo imperial assumiu as dívidas da República de Piratini.

Não se pode afirmar com segurança que os farrapos desejavam separar-se do Brasil, formando um novo país com o Uruguai e as províncias do Prata. Seja como for, um ponto comum entre os rebeldes era o de fazer do Rio Grande do Sul pelo menos uma província autônoma, com rendas próprias, livre da centralização do poder imposta pelo Rio de Janeiro.

A Revolução Farroupilha forçou o Brasil a realizar na região platina uma política externa bem diferente da tradicional. Durante anos, o Brasil ficaria na contingência de não ter uma política agressiva no Prata e de buscar acordos com Buenos Aires para poder ocupar-se de uma revolução em suas fronteiras. O fim da Revolução Farroupilha reacendeu as pretensões brasileiras de manter forte influência no Uruguai e os temores de que um mesmo poder controlasse as duas margens do rio da Prata. Esses temores cresciam na medida em que, à frente de Buenos Aires e outras províncias argentinas, Juan Manuel de Rosas promovia uma tentativa de consolidação do poder.

Uma coalizão antirrosista se formou entre o Brasil, facção dos *colorados*, tradicionais aliados do Brasil no Uruguai, e as províncias argentinas de Corrientes e Entre Ríos, rebeladas contra Rosas. A presença brasileira foi dominante na guerra iniciada em 1851,

quando dom Pedro II já assumira o trono. Cerca de 24 mil soldados brasileiros, recrutados principalmente no Rio Grande do Sul, participaram do conflito. Garantido o controle do Uruguai pelos *colorados*, as tropas rosistas foram derrotadas em território argentino (Monte Caseros), em fevereiro de 1852.

Enquanto as rebeliões agitavam o Brasil, as tendências políticas no centro dirigente definiam-se. Apareciam em germe os dois grandes partidos imperiais – o Conservador e o Liberal. Os conservadores reuniam magistrados e burocratas, uma parte dos proprietários rurais, especialmente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e os grandes comerciantes, entre os quais existiam muitos portugueses. Os liberais agrupavam a pequena classe média urbana, alguns padres e proprietários rurais de áreas menos tradicionais, sobretudo de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O sistema político, porém, ainda não se estabilizara. Nas eleições para a regência única, realizadas em abril de 1835, o padre Feijó derrotou seu principal competidor, Holanda Cavalcanti, proprietário rural em Pernambuco. Pouco mais de dois anos depois, em setembro de 1837, Feijó renunciou. Sofrera pressões do Congresso, sendo acusado de não empregar suficiente energia na repressão aos farrapos, entre cujos chefes estava um de seus primos.

Nas eleições que se seguiram triunfou Pedro de Araújo Lima, futuro marquês de Olinda, antigo presidente da Câmara e senhor de engenho em Pernambuco. A vitória de Araújo Lima simbolizou o início do “regresso”. A palavra indica a atuação da corrente

conservadora, desejosa de “regressar” à centralização política e ao reforço da autoridade. Uma das primeiras leis nesse sentido consistiu em uma “interpretação” do ato adicional de maio de 1840, retirando das províncias várias de suas atribuições, especialmente no que dizia respeito à nomeação de funcionários públicos.

2.2 O SEGUNDO REINADO

Por um desses paradoxos comuns à política, não foram os conservadores, mas os liberais, que apressaram a ascensão de dom Pedro ao trono. Superados pelas iniciativas “regressionistas” , promoveram no Congresso a antecipação da maioridade do rei, por mais uma interpretação arranjada do ato adicional. Assim, ainda adolescente, Pedro II assumiu aos 14 anos o trono do Brasil, em julho de 1840.

As medidas de “regresso” prosseguiram após 1840. O Conselho de Estado foi restabelecido e o Código do Processo Criminal modificado, em 1841. Todo o aparelho administrativo e judiciário voltou às mãos do governo central, com exceção dos juízes de paz. Mas estes perderam importância em favor da polícia.

Em cada capital de província havia agora um chefe de polícia nomeado pelo ministro da Justiça. Foram criados cargos de delegado e subdelegado nas paróquias e municípios. Eles assumiram muitas funções antes atribuídas aos juízes de paz, inclusive as de julgar pequenas causas criminais. Passava, pois, a polícia, em alguns

casos, a ter atribuições não só de investigar como de processar pessoas e aplicar penas.

O processo de centralização política e de reforço da figura do imperador – objetivos principais do “regresso” – completou-se com a reforma da Guarda Nacional. O princípio eletivo, que na prática não funcionara, desapareceu por completo. Os oficiais passaram a ser escolhidos pelo governo central ou pelos presidentes de província, aumentando-se as exigências de renda para assumirem os postos. A hierarquia ficava estabelecida e se garantia o recrutamento dos oficiais em círculos mais restritos. A partir daí, em vez de ocorrer uma concorrência entre Guarda Nacional e Exército, existiria uma divisão de funções: caberia à Guarda Nacional a manutenção da ordem e a defesa dos grupos dominantes em nível local, enquanto o Exército ficaria encarregado de arbitrar as disputas, garantir as fronteiras e manter a estabilidade geral do país.

Embora os liberais se beneficiassem das medidas centralizadoras quando estavam no poder, nem tudo ocorreu tranquilamente. Nos primeiros anos da década de 1840, o governo imperial carecia ainda de uma sólida base social de apoio. Revoltas liberais haviam eclodido em maio e junho de 1842, em duas províncias pouco afetadas por rebeliões – São Paulo e Minas Gerais –, estendendo-se ao Vale do Paraíba, na província do Rio de Janeiro. Os grandes proprietários rurais se dividiram entre os dois campos em luta. No Rio de Janeiro, o líder dos rebeldes era Joaquim de Sousa Breves, fazendeiro de café e o homem mais rico da província. Breves opunha-se ao

governo por suas tentativas de evitar a sonegação de impostos que incidiam sobre o café e as medidas de combate ao tráfico de escravos.

Alguns anos mais tarde, em 1848, irrompeu em Pernambuco a Revolução Praieira. A denominação deriva de um jornal liberal – o *Diário Novo* – cuja sede ficava na rua da Praia, em Recife. O ano de 1848 não foi um ano qualquer, pois em seu curso uma série de revoluções democráticas varreu a Europa. Em Olinda e Recife respirava-se o que um autor anônimo, adversário das revoluções, chamara muitos anos antes de “maligno vapor pernambucano” . O vapor se compunha agora também de crítica social e ideias socialistas. Um exemplo de crítico social contundente é Antônio Pedro de Figueiredo, que nas páginas de sua revista *O Progresso* , publicada entre 1846 e 1848, apontou como grandes males sociais da província a estrutura agrária, com a concentração da terra nas mãos de uns poucos proprietários e o monopólio do comércio pelos estrangeiros. Ideias socialistas foram veiculadas por gente tão diversa como Louis Vauthier , arquiteto francês contratado pelo presidente da província para embelezar Recife, e o general José Inácio de Abreu e Lima, autor anos mais tarde de um pequeno livro intitulado *O Socialismo* . Não se tratava do socialismo de Karl Marx , pouco conhecido naquela altura mesmo na Europa, mas de Pierre-Joseph Proudhon , Charles Fourier e Robert Owen .

A Praieira não era, porém, uma revolução socialista. Precedida por manifestações contra os portugueses, das quais originaram-se várias mortes no Recife, teve como base, no campo, senhores de engenho ligados ao partido liberal. Sua razão de queixa era a perda

do controle da província para os conservadores. O núcleo urbano dos praieiros, onde se destacava a figura do velho republicano Antônio Borges da Fonseca, sustentou um programa favorável ao federalismo, pela abolição do Poder Moderador, pela expulsão dos portugueses e a nacionalização do comércio a varejo, controlado em grande parte por eles. Uma novidade é a defesa do sufrágio universal, admitidas algumas restrições, como idade mínima para votar e ser votado, mas sem a exigência de um mínimo de renda. Cerca de 2.500 homens atacaram Recife, sendo, porém, derrotados. A luta, sob a forma de guerrilhas, prosseguiu até 1850, sem causar, entretanto, maiores problemas ao governo imperial.

A Praieira foi a última das rebeliões provinciais. Ao mesmo tempo marcou o fim do ciclo revolucionário em Pernambuco, que vinha desde a guerra contra os holandeses, com a integração da província à ordem imperial.

Bem antes de eclodir a Praieira, as elites imperiais vinham procurando formalizar as regras do jogo político. O grande acordo, afinal alcançado, tinha como pontos básicos o reforço da figura do imperador, com a restauração do Poder Moderador e do Conselho de Estado e um conjunto de normas escritas e não escritas. As últimas constituíam o que se chamava, de uma forma deliberadamente vaga, "o espírito do regime". Começou a funcionar um sistema de governo assemelhado ao parlamentar que não se confunde, porém, com o parlamentarismo, no sentido próprio da expressão. Em primeiro lugar, a Constituição de 1824 não tinha nada de

parlamentarista. De acordo com seus dispositivos, o Poder Executivo era chefiado pelo imperador e exercido por ministros de Estado livremente nomeados por ele. Durante o Primeiro Reinado e a Regência, não houve prática parlamentarista. Ela foi se desenhando e, mesmo assim, de uma forma peculiar e restrita, a partir de 1847. Naquele ano, um decreto criou a figura do presidente do Conselho de Ministros, indicado pelo imperador.

Esse personagem político passou a formar o ministério, cujo conjunto constituía o Conselho de Ministros ou Gabinete, encarregado do Poder Executivo. O funcionamento do sistema presumia que, para manter-se no governo, o Gabinete devia merecer a confiança tanto da Câmara quanto do imperador. Houve casos em que a Câmara forçou a mudança de composição do Conselho de Ministros. Mas o imperador detinha uma considerável soma de atribuições através do Poder Moderador, distinguindo-se, pois, o sistema político imperial do parlamentarismo, mesmo na fase que vai de 1850 a 1889. O imperador usava as prerrogativas do Poder Moderador quando a Câmara não apoiava o gabinete de sua preferência. Nesse caso, com base no Poder Moderador, dissolia a Câmara após ouvir o Conselho de Estado e convocava novas eleições. Como nas eleições o peso do governo era muito grande, o imperador conseguia eleger uma Câmara que se harmonizava com o Gabinete por ele preferido.

Através desse mecanismo houve, em um período de cinquenta anos, a sucessão de 36 gabinetes, com a média de um ano e três meses de duração. Na aparência, isso indicaria uma grande instabilidade. Mas, de fato, apesar das crises, o sistema político

permitiu o rodízio dos dois principais partidos no governo. Para o que estivesse na oposição, havia sempre a esperança de ser chamado a governar. O recurso às armas se tornou assim desnecessário.

Os dois grandes partidos imperiais – o Conservador e o Liberal – ficaram constituídos em fins da década de 1830. Afinal de contas, havia diferenças ideológicas ou sociais entre eles? Não passariam no fundo de grupos quase idênticos, separados por rivalidades pessoais? Muitos contemporâneos afirmavam isso. Ficou célebre uma frase atribuída ao político pernambucano Holanda Cavalcanti: “Nada se assemelha mais a um saquarema do que um luzia no poder”. Saquarema, nos primeiros anos do Segundo Reinado, era o apelido dos conservadores. Ele derivava do município fluminense de Saquarema, onde o visconde de Itaboraí, um dos principais chefes do partido, tinha uma fazenda. Luzia era o apelido dos liberais, em uma alusão à vila de Santa Luzia, em Minas Gerais, onde teve início a Revolução de 1842. A ideia de indiferenciação dos partidos pareceria também confirmada pelo fato de ser frequente a passagem de políticos de um campo para o outro.

Ao considerar a questão, devemos ter em conta que a política desse período, e não só dele, em boa medida não se fazia para se alcançarem grandes objetivos ideológicos. Chegar ao poder significava obter prestígio e benefícios para si próprio e sua gente. Nas eleições, não se esperava que o candidato cumprisse bandeiras programáticas, mas as promessas feitas a seus partidários.

Conservadores e liberais utilizaram-se dos mesmos recursos para lograr vitórias eleitorais, concedendo favores aos amigos e empregando a violência com relação aos indecisos e aos adversários. A divisão entre liberais e conservadores tinha assim muito de uma disputa entre clientelas opostas em busca das vantagens ou das migalhas do poder.

Ao mesmo tempo, a política não se reduzia ao interesse pessoal, devendo a elite política do império lidar, em um plano mais amplo, com os grandes temas da organização do Estado, das liberdades públicas, da representação, da escravatura. As linhas divisórias sobre essas questões corresponderiam às divisões partidárias e, se isso ocorreu, o que significariam essas divisões? Vamos deixar para mais adiante o problema da escravatura, por ser merecedor de um tratamento à parte, lidando aqui com as outras questões.

O tema da centralização ou da descentralização do poder dividiu conservadores e liberais. Porém na prática essa divisão foi relevante na década de 1830, quando as duas tendências ainda não chegavam a ser partidos. As medidas do “regresso” e a maioridade de dom Pedro, promovida pelos próprios liberais, assinalaram a vitória do modelo centralizador. Daí para a frente, os dois partidos aderiram a ele, embora os liberais insistissem da boca para fora em defender a descentralização.

A defesa das liberdades e de uma representação política mais ampla dos cidadãos foram bandeiras levantadas pelo Partido Liberal. Houve sob esse aspecto uma evolução das posições do partido. Foi só a partir da década de 1860 que esses temas ganharam força, juntamente com a retomada das propostas de descentralização. O

chamado novo Partido Liberal, organizado em 1870 com a adesão de conservadores como Nabuco de Araújo e Zacarias de Góis, tinha em seu programa a eleição direta nas cidades maiores; o Senado temporário; a redução das atribuições do Conselho de Estado; a garantia das liberdades de consciência, de educação, de comércio e de indústria; a abolição gradual da escravidão.

Se havia certa diferenciação ideológica entre os dois partidos, cabe perguntar a que isso se deve. Ao analisar a composição dos ministérios imperiais, o historiador José Murilo de Carvalho chega a algumas conclusões significativas. A seu ver, nas décadas de 1840 e 1850 sobretudo, o Partido Conservador representava uma coalizão de proprietários rurais e burocratas do governo, a que se juntou um setor de grandes comerciantes, preocupados com as agitações urbanas. O Partido Liberal reunia principalmente proprietários rurais e profissionais liberais.

Uma distinção importante dizia respeito às bases regionais dos dois partidos. Enquanto os conservadores extraíam sua maior força das províncias da Bahia e de Pernambuco, os liberais eram mais fortes em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A união entre burocratas, com destaque para os magistrados e os grandes proprietários rurais fluminenses, representou o coração da política centralizadora sustentada pelos conservadores.

A concepção de um império estável e unificado, originária da burocracia governamental, foi assumida pelos donos da terra fluminense, estritamente vinculados à Corte pela geografia e por seus negócios. O setor de proprietários rurais da Bahia e de Pernambuco, pertencente ao Partido Conservador, tinha vivido e

ainda estava vivendo a experiência das lutas pela autonomia regional, com conteúdo popular. Esta seria sua razão básica para apoiar a ideia de um governo central dotado de grande autoridade.

Por sua vez, em uma primeira fase, as propostas liberais de descentralização partiam de áreas como São Paulo e Rio Grande do Sul, onde havia uma tradição de autonomia na classe dominante regional. O liberalismo, no caso de Minas Gerais, provinha tanto de proprietários rurais quanto da população urbana das velhas cidades geradas pela mineração.

Por outro lado, a introdução dos temas de maior representação e a ênfase no papel da opinião pública resultariam da presença de profissionais liberais urbanos no Partido Liberal. Essa presença só se tornou significativa a partir da década de 1860, com o desenvolvimento das cidades e o aumento do número de pessoas com educação superior.

Lembremos por último que, em torno de 1870, principalmente em São Paulo, as transformações socioeconômicas haviam gerado uma classe baseada na produção cafeeira que assumiu com toda a consequência um dos aspectos principais da descentralização: a defesa da autonomia provincial. Ao mesmo tempo, entre grupos de base social diversa, como essa burguesia cafeeira e a classe média urbana, surgia uma convicção nova. Ela consistia na descrença de que reformas descentralizadoras ou de ampliação da representação política pudessem ocorrer nos quadros da monarquia. Nascia assim o movimento republicano.

Por que o Brasil não se fragmentou, mantendo a unidade territorial que vinha dos tempos da Colônia? As rebeliões provinciais, as incertezas sobre a forma de organizar o poder central indicam que a unidade do país não estava garantida ao ser proclamada a Independência. Ela foi produto da resolução de conflitos pela força e pela habilidade, e do esforço dos governantes para construir um Estado centralizado. Mas não há dúvida de que, nesse processo, a hipótese de separação das províncias foi sempre menos provável do que a permanência da unidade.

Na historiografia brasileira o tema é bastante controverso, havendo explicações conflitantes que enfatizam desde elementos socioculturais até a natureza das elites. Mas uma síntese dessas explicações não é impossível. Sob o aspecto estrutural, o elemento explicativo fundamental é o sistema escravista. O interesse em manter a escravidão levou as províncias mais importantes a descartar as alternativas de uma separação do império que as enfraqueceriam enormemente diante das pressões internacionais antiescravistas, lideradas pela Inglaterra. Ao mesmo tempo, a Inglaterra encorajou a unidade de um país que constituía seu maior mercado latino-americano e era uma monarquia relativamente estável rodeada de repúblicas turbulentas.

Por sua vez, a formação de uma elite homogênea, educada na Faculdade de Direito de Coimbra e, a seguir, nas faculdades de Olinda-Recife e de São Paulo, com uma concepção hierárquica e conservadora, favoreceu a implementação de uma política cujo

objetivo era o da construção de um império centralizado. A circulação dessa elite pelo país, ocupando postos administrativos em diferentes províncias, integrou-a ao poder central, reduzindo sua vinculação com os diferentes interesses regionais.

2.3 A ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA E A ESCRAVIDÃO

A grande novidade na economia brasileira das primeiras décadas do século XIX foi o surgimento da produção do café para exportação. A introdução do cafeeiro no Brasil deveu-se a Francisco de Melo Palheta, que em 1727 trouxe para o Pará as primeiras sementes da planta. Utilizado no consumo doméstico, o café chegou ao Rio de Janeiro por volta de 1760, misturando-se aos pequenos cultivos de pomares e hortas dos arredores da capital da colônia.

Foi, porém, no extenso vale do rio Paraíba, atravessando uma parte do Rio de Janeiro e de São Paulo, que se reuniram as condições para sua primeira grande expansão em níveis comerciais. A área era conhecida e cortada por alguns caminhos e trilhas que desde os tempos de apogeu da mineração se dirigiam a Minas Gerais; aí existiam terra virgem disponível e clima favorável. Além disso, a proximidade do porto do Rio de Janeiro, apesar de o transporte ser precário, facilitava o escoamento do produto e os contatos para a obtenção de crédito, a compra de mercadorias etc.

A implantação das fazendas se deu pela forma tradicional da grande propriedade, com o emprego de força de trabalho escrava.

Não havia impossibilidade de produzir café exportável em pequenas unidades produtivas, como o exemplo da Colômbia demonstraria. Entretanto, nas condições brasileiras de acesso à terra e de organização e suprimento de mão de obra, a grande propriedade se impôs.

A história da ocupação das terras seguiu um padrão que vinha do passado e se repetiria ao longo da história do Brasil. Havia uma total indefinição dos limites das propriedades e muitas terras inexploradas. Os títulos de propriedade, quando existentes, podiam ser contestados porque, entre outras coisas, uns se sobrepunham a outros. Em um quadro desse tipo, prevaleceu a lei do mais forte. O mais forte era quem reunia condições para manter-se na terra pela força, desalojar posseiros destituídos de recursos, contratar bons advogados, influenciar juízes e legalizar assim a posse de terras.

Para implantar uma fazenda de café, o fazendeiro tinha de fazer investimentos significativos que incluíam a derrubada da mata, o preparo da terra, o plantio, as instalações e a compra de escravos. Além disso, se o cafeeiro é uma planta perene – ou seja, o plantio não deve ser renovado a curto prazo –, as primeiras colheitas só ocorrem após quatro anos. A princípio, os recursos para implantar uma fazenda parecem ter-se originado principalmente da poupança obtida com a grande expansão do comércio, após a vinda de dom João VI para o Brasil. Com o tempo, os lucros da própria cafeicultura e, a partir de 1850, os capitais liberados pela extinção do tráfico de escravos foram fontes de investimento.

Durante quase todo o período monárquico, o cultivo do café foi feito com o emprego de técnicas bastante simples. Algumas dessas

técnicas de uso do solo, ou, em certos aspectos, de depredação do solo, existem até hoje. A produção era extensiva, isto é, não havia interesse ou preocupação com a produtividade da terra. Esgotado o solo pela ausência de adubos e outros cuidados, estendia-se o cultivo a novas áreas, ficando a antiga em abandono ou destinada a roças de alimentos.

Os instrumentos de trabalho básicos e quase exclusivos da grande lavoura cafeeira foram a enxada e a foice. Os escravos ajustaram-se a essas ferramentas tradicionais do trabalhador da terra no Brasil, e as condições topográficas do Vale do Paraíba favoreceram seu uso. O emprego do arado pelos fazendeiros de café só se generalizaria, por volta de 1870, nas zonas novas de São Paulo.

Deixando de lado casos excepcionais, as tarefas se desenvolviam do seguinte modo. Derrubada a mata, utilizava-se parte da madeira e tocava-se fogo no resto. O plantio era feito com o uso de mudas, e a princípio os fazendeiros não faziam nem mesmo o alinhamento delas. Seguindo o costume existente nas Antilhas, intercalavam-se culturas alimentícias de feijão, milho, mandioca, no intervalo de terra entre os pés de café novos. Isso tinha a vantagem de proporcionar sombra necessária às mudas em crescimento e de fornecer comida aos proprietários, seus dependentes e escravos.

O trato dos cafezais consistia essencialmente apenas em carpir a terra à sua volta para extirpá-la das ervas daninhas. Quando o arbusto começava a produzir, os escravos faziam manualmente a colheita anual. Calcula-se que, em média, nas lavouras fluminenses, um escravo tratava de 4 mil até 7 mil pés de café, uma proporção

indicativa de poucos cuidados. As técnicas de produção e beneficiamento eram pré-industriais. Também o transporte do café após ser ensacado, com destino à exportação, caracterizava-se pela precariedade. Antes da construção das ferrovias, o transporte para os portos era feito pelas tropas de burros, a cargo de um guia e de tropeiros escravos. As tropas percorriam várias vezes por ano os caminhos que iam do Vale do Paraíba ao Rio de Janeiro. Na ida carregavam a produção da fazenda e na volta traziam mantimentos como bacalhau, carne-seca, toucinho e ferramentas. Com o tempo, móveis e peças de luxo, entre eles cristais e porcelanas, foram comprados pelos fazendeiros.

Um personagem importante na comercialização do café era o comissário. Estabelecido nos portos, a princípio no Rio de Janeiro e depois também em Santos, o comissário atuava como intermediário entre produtores e exportadores. Recebia a mercadoria para vender aos exportadores no momento considerado oportuno. Por conta da mercadoria que lhe era entregue ou seria entregue, o comissário fornecia os bens de consumo e instrumentos encomendados pelo fazendeiro, ganhando comissões sobre o negócio. Estabelecia-se assim uma relação de confiança entre fazendeiro e comissário. Este abria uma conta-corrente, em que lançava os créditos e débitos do fazendeiro. Em certos casos, a relação chegou a ponto de os comissários guiarem seus clientes nas visitas à capital ou orientarem seus filhos que ali estudariam. Produtores e comissários eram, em regra, brasileiros. Mas a exportação do café esteve desde os primeiros tempos em mãos de grandes organizações norte-americanas e inglesas.

Embora o hábito de consumir café se generalizasse no Brasil, o mercado interno era insuficiente para absorver uma produção em larga escala. O destino dos negócios cafeeiros dependeu e ainda hoje depende do mercado externo. O avanço da produção caminhou lado a lado com a ampliação do hábito de consumir café entre a classe média, cada vez mais numerosa, nos Estados Unidos e nos países da Europa. Os Estados Unidos tornaram-se o principal país consumidor do café brasileiro, exportado também para a Alemanha, os Países Baixos e a Escandinávia.

A Inglaterra, onde o costume de tomar chá estava arraigado, nunca foi uma grande consumidora. O pouco que consumia vinha de suas colônias do Caribe, da América Central e do sul da Ásia. O café dessa proveniência entrava no mercado inglês mediante o pagamento de impostos reduzidos, tornando ainda mais inviável o ingresso do café brasileiro. Essa seria uma característica importante das relações internacionais do Brasil no plano econômico e financeiro durante o século XIX e parte do século XX. O país dependia essencialmente da Inglaterra para conseguir créditos e empréstimos. Sua dívida externa era, pois, sobretudo para com os banqueiros ingleses. Mas não obtinha das transações comerciais com a Inglaterra receitas suficientes para pagar as importações dela provenientes e atender aos compromissos da dívida.

O avanço da produção cafeeira e sua importância para o comércio exterior do Brasil podem ser medidos por um simples dado. No decênio 1821-1830, o café correspondia a 18% do valor das exportações brasileiras; no decênio 1881-1890, passara a corresponder a 61%.

Do ponto de vista socioeconômico, o complexo cafeeiro abrangia um leque de atividades que deslocou definitivamente o polo dinâmico do país para o centro-sul. Em função do café, aparelharam-se portos, criaram-se novos mecanismos de crédito, empregos, revolucionaram-se os transportes. Isso não ocorreu da noite para o dia. Houve um processo relativamente longo de decadência do nordeste e de fortalecimento do centro-sul, que se tornou irreversível por volta de 1870.

Os grandes fazendeiros do Vale do Paraíba receberam benefícios do poder central e sua vaidade foi afagada com a concessão de títulos de nobreza. A aventura do grande fazendeiro fluminense Joaquim de Sousa Breves, colocando-se à frente dos rebeldes liberais em 1842, tornou-se coisa do passado. Em meados do século XIX, o império lograra uma base de apoio nos grandes comerciantes e proprietários rurais, entre os quais se incluíam, com destaque, os barões do café da província do Rio de Janeiro. A afirmação não deve ser entendida no sentido de que esses setores sociais se tenham apropriado do Estado. Entre o Estado e os grupos dominantes na sociedade existiam diferenças. Um indício disso se encontra no fato de que os presidentes de província eram em regra escolhidos fora dos quadros da elite provincial. Esse procedimento evitava a identificação pura e simples do nomeado com os interesses regionais. Desse modo, o governo central conservava maior independência em cada província para realizar sua política.

O imperador e a burocracia imperial atendiam à essência dos interesses dominantes ao promover a ordem em geral, ao dar tratamento gradativo ao problema da escravidão etc. Mas assim

agiam contrariando, às vezes, os pontos de vista de sua base de apoio. A Lei do Ventre Livre, proposta pelo imperador apesar da oposição quase generalizada dos fazendeiros, é um exemplo disso. O núcleo de uma visão estatista do Brasil se concentrava nos membros vitalícios do Conselho de Estado. Na imagem de José Murilo de Carvalho, para os conselheiros do império o Brasil era como um sistema heliocêntrico, dominado pelo sol do Estado, em torno do qual giravam os grandes planetas do que chamavam as classes conservadoras e, muito longe, a miríade de estrelas da grande massa do povo.

“O Brasil é o café e o café é o negro.” Essa frase, comum nos círculos dominantes da primeira metade do século XIX, só em parte é verdadeira. O Brasil não era só café como não fora só açúcar. Além disso, a produção cafeeira prosseguiria, no futuro, sem o concurso do trabalho escravo. Mas não há dúvida de que nesse período boa parte da expansão do tráfico se deveu às necessidades da lavoura do café.

Após a Independência, o governo brasileiro encontrava-se em uma situação complicada. Afora vozes isoladas, não apenas os grandes proprietários e traficantes como toda a população livre estavam convencidos de que o fim do tráfico de escravos, a curto prazo, provocaria um colapso na sociedade. Entretanto, a Inglaterra – de quem o país dependia – pressionava cada vez mais em sentido contrário. As desavenças e os acordos entre Brasil e Inglaterra nessa questão mostram como, apesar da dependência brasileira, nem tudo podia ser resolvido de acordo com os objetivos ingleses, de uma hora para outra.

No decênio da Independência, o tráfico aumentou com relação ao período anterior. Segundo as estatísticas oficiais, a média anual de ingresso de escravos no Brasil foi de 32.700 cativos no período de 1811 a 1820 e de 43.100 no período de 1821 a 1830. A concentração da entrada de escravos pelos portos ao sul da Bahia, com amplo destaque para o Rio de Janeiro, cresceu enormemente. Esses portos receberam 53% do total de escravos importados entre 1811 e 1820 e 69% do total entre 1821 e 1830. A maioria dos cativos foi enviada para as lavouras cafeeiras do Vale do Paraíba ou ficou no Rio de Janeiro. Foi aliás a importação, e não o deslocamento de escravos da região de Minas Gerais, como se pensava há alguns anos, a principal fonte de suprimento de cativos nessa fase da economia cafeeira.

Em 1826, a Inglaterra arrancou do Brasil um tratado pelo qual três anos após sua ratificação seria declarado ilegal o tráfico de escravos para o Brasil de qualquer proveniência. A Inglaterra se reservou ainda o direito de inspecionar em alto-mar navios suspeitos de comércio ilegal. O acordo entrou em vigor em março de 1827, devendo, pois, ter eficácia a partir de março de 1830. Uma lei de 7 de novembro de 1831 buscou pôr em andamento o tratado, ao prever a aplicação de severas penas aos traficantes e declarar livres todos os cativos que entrassem no Brasil após aquela data. A lei foi aprovada em um momento de temporária queda no fluxo de escravos. Logo o fluxo voltou a crescer e os dispositivos da lei não foram praticamente aplicados.

Os traficantes ainda não eram malvistas nas camadas dominantes e se beneficiaram também das reformas

descentralizadoras realizadas pela Regência. Os júris locais, controlados pelos grandes proprietários, absolviam os poucos acusados que iam a julgamento. A lei de 1831 foi considerada uma lei “para inglês ver” . Daí para a frente essa expressão, hoje fora de moda, tornou-se comum para indicar alguma atitude que só tem aparência e não é para valer.

São várias as razões pelas quais os grupos dominantes se apegavam ao trabalho escravo. Destaquemos dentre elas o fato de que não havia ainda uma alternativa viável ao trabalhador cativo na grande propriedade e a inexistência de rebeliões generalizadas de escravos. Uma exceção parcial, sob este último aspecto, foram o Recôncavo Baiano e a cidade de Salvador. Desde o início do século XIX a rebeldia de escravos instalou-se na região, incorporando-se à vida cotidiana. Mas os negros nascidos no Brasil estiveram em regra ausentes dos vários movimentos, o que indica seus limites. A revolta mais significativa ocorreu em 1835, quando centenas de negros africanos, escravos e libertos, adeptos da religião muçulmana, levantaram-se em Salvador. Os negros muçulmanos eram conhecidos como malês, e vem daí o nome dado à rebelião. O Levante dos Malês foi reprimido com violência, ocasionando a morte de cerca de setenta participantes. Mais de quinhentos africanos sofreram violências, desde a pena de morte, em pequeno número, até a prisão, açoites e deportação.

A situação da Bahia era excepcional, e mesmo aí não ocorreram outras rebeliões significativas depois de 1835. No Rio de Janeiro, onde existia uma massa escrava superior a 40% da população, nada ocorreu de semelhante. A repressão, as esperanças de obter a

liberdade, as divisões entre escravos em melhor e pior situação, entre libertos e escravos, entre crioulos e africanos foram os vários fatores que concorreram para isso.

A Inglaterra não cruzou os braços diante da inércia do governo brasileiro. Muitos navios que transportavam escravos foram apreendidos. Em 1846 deveria terminar o acordo concedendo à Inglaterra o direito de visita, e o Brasil não se dispunha a prorrogá-lo. Diante disso, o Parlamento inglês aprovou um ato que no Brasil ficou conhecido como Bill Aberdeen , em uma referência a lorde Aberdeen , ministro das Relações Exteriores do governo britânico. O ato autorizou a Marinha inglesa a tratar os navios negreiros como navios de piratas, com direito à sua apreensão e ao julgamento dos envolvidos pelos tribunais ingleses. No Brasil, o Bill Aberdeen foi alvo de ataques com um recheio nacionalista. Mesmo na Inglaterra, muitas vozes se levantaram contra o papel que o país se atribuía de “guardião moral do mundo” .

Em setembro de 1848 subiu ao poder no Brasil um gabinete conservador presidido, a partir de outubro de 1849, pelo marquês de Monte Alegre. O gabinete representava uma aliança de burocratas, magistrados e grandes proprietários, em especial os fazendeiros de café fluminenses. Para ministro da Justiça foi indicado Eusébio de Queirós. Filho de um juiz luso-angolano, Eusébio de Queirós nascera em Angola e se casara com uma moça proveniente de uma família ligada aos negócios urbanos do Rio de Janeiro. Partiu do Ministério da Justiça um projeto de lei ao Parlamento para que fossem tomadas medidas mais eficazes contra o tráfico, reforçando-se a lei de 1831. Entre outros pontos, o Brasil reconheceria que o tráfico

equivalia à pirataria e tribunais especiais julgariam os infratores. O projeto se converteu em lei em setembro de 1850. Dessa vez a lei “pegou” . A entrada de escravos no país caiu de cerca de 54 mil cativos em 1849 para menos de 23 mil em 1850 e em torno de 3.300 em 1851, desaparecendo praticamente a partir daí.

O que teria acontecido entre 1831 e 1850? Por que a segunda lei “pegou” e a primeira não? A resposta liga-se às condições existentes no fim da década de 1840, destacando-se o incremento da pressão da Inglaterra. Com base no Bill Aberdeen , a Marinha inglesa não se limitou a apreender em alto-mar os navios suspeitos de contrabandear escravos. Navios britânicos penetraram em águas territoriais brasileiras, ameaçando mesmo bloquear os principais portos. A escalada britânica provocou incidentes ao longo da costa; o mais sério consistiu na troca de tiros entre um navio da esquadra inglesa e o forte de Paranaguá, no Paraná. As possibilidades de resistência do governo imperial diante dessa grande pressão eram bem reduzidas. Tanto mais que o Brasil se via ameaçado ao sul por uma invasão argentina e necessitava da proteção inglesa.

O movimento de fora para dentro foi assim um dado essencial da extinção do tráfico. Ao mesmo tempo, depois de anos de intensa importação de escravos, o mercado brasileiro se encontrava abastecido no final da década de 1840. Fazendeiros fluminenses tinham hipotecado suas propriedades para grandes traficantes com o objetivo de obter recursos destinados à compra de escravos. Os traficantes passavam a ser vistos com ressentimento. A frente interna antibritânica se quebrara.

Além disso, o reforço do governo central, alcançado por iniciativa dos conservadores, facilitou a ação repressiva. Por exemplo, Nabuco de Araújo, ministro da Justiça de 1853 a 1857, chegou a forçar a substituição do presidente da província de Pernambuco por outro, mais decidido, quando ocorreu naquela província uma das últimas tentativas de desembarque de escravos.

Após a tomada de medidas efetivas de combate ao tráfico, a escravidão estava destinada a acabar. Os proprietários de escravos no Brasil nunca se preocuparam com sua reprodução, ficando na dependência do fluxo das importações. Estancadas as importações, o número de cativos tendia a tornar-se insuficiente para prestar os variados serviços a que se destinavam. Além disso, o fim do tráfico constituía um divisor de águas, do ponto de vista político e ideológico. Se o Brasil tornava ilegal a importação de escravos, a manutenção do escravismo no país perdia legitimidade. Mas, a partir daí, várias perguntas surgiam. Em que prazo e de que forma acabaria a escravidão no Brasil? Quem substituiria a mão de obra escrava?

Um início de resposta pode ser encontrado na Lei de Terras, aprovada em 1850, duas semanas após a extinção do tráfico. A lei tentou pôr ordem à confusão existente em matéria de propriedade rural. Determinou que, no futuro, as terras públicas seriam vendidas e não doadas, como acontecera com as antigas sesmarias, estabeleceu normas para legalizar a posse de terras e procurou forçar o registro das propriedades. A legislação foi concebida como uma forma de evitar o acesso à propriedade da terra por parte de futuros imigrantes. As terras públicas deveriam ser vendidas por um

preço suficientemente elevado para afastar posseiros e imigrantes pobres. Estrangeiros que tivessem passagens financiadas para vir ao Brasil ficariam proibidos de adquirir terras antes de três anos após a chegada. Em resumo, os grandes fazendeiros queriam atrair imigrantes para começar a substituir a mão de obra escrava, tratando de evitar que logo eles se convertessem em proprietários. Porém a grande imigração ainda estava distante. A opção largamente utilizada pelos fazendeiros do centro-sul seria a de abastecer-se de escravos no mercado interno, comprando-os nas regiões em decadência.

2.4 A MODERNIZAÇÃO E A EXPANSÃO CAFEEIRA

O ano de 1850 não assinalou no Brasil apenas a metade do século. Foi também o ano da extinção do tráfico de escravos, da Lei de Terras, da centralização da Guarda Nacional e da aprovação do primeiro Código Comercial. O Código Comercial trazia inovações e ao mesmo tempo integrava os textos dispersos que vinham do período colonial. Entre outros pontos, definiu os tipos de companhias que poderiam ser organizadas no país e regulou suas operações. Assim como ocorreu com a Lei de Terras, tinha como ponto de referência a extinção do tráfico.

A liberação de capitais resultante do fim da importação de escravos deu origem a uma intensa atividade de negócios e de especulação para as condições da época. Surgiram bancos, indústrias, empresas de navegação a vapor etc. Graças a um

aumento nas tarifas dos produtos importados, decretado em meados da década anterior (1844), as rendas governamentais cresceram. Em 1852-1853, elas representavam o dobro do que tinham sido em 1842-1843.

No plano político, liberais e conservadores chegaram provisoriamente a um acordo nacional, expresso no Ministério de Conciliação (1853-1856), presidido pelo marquês de Paraná. De algum modo, o acordo perdurou nos ministérios seguintes até 1861.

Esboçavam-se assim, nas áreas dinâmicas do país, mudanças para uma modernização capitalista; ou seja, nasciam as primeiras tentativas para criar um mercado de trabalho, da terra e dos recursos disponíveis.

A modernização devia passar pela melhora do precário sistema de transportes. Em meados do século XIX, transportes modernos eram sinônimos de navegação a vapor e, principalmente, de ferrovias. Mesmo assim, data dessa época o empreendimento rodoviário mais importante de todo o século, a Estrada União e Indústria, construída por iniciativa de Mariano Procópio, ligando Petrópolis, na província do Rio de Janeiro, a Juiz de Fora, em Minas Gerais. Iniciada em 1856, só em 1861 alcançou Juiz de Fora, tendo uma extensão de 144 quilômetros. Era uma via pavimentada com pedra britada, macadamizada, como se dizia na época, pois o sistema fora inventado pelo engenheiro escocês John Loudon McAdam. Impressionava ainda por suas pontes metálicas, estações de cavalos para uma linha regular de diligências que nela corria. A União e Indústria teve, porém, um custo muito alto e era de difícil conservação. Logo seria vencida pela concorrência da ferrovia.

As maiores iniciativas de construção de estradas de ferro decorreram da necessidade de melhorar as condições de transporte das principais mercadorias de exportação para os portos mais importantes do país. Era preciso superar os inconvenientes resultantes dos caminhos precários, das cargas em lombo de burro que encareciam custos e dificultavam um fluxo adequado dos produtos.

No nordeste do Brasil, os empreendimentos mais importantes se concentraram em Pernambuco, tendo como função básica o escoamento da safra de açúcar. Surgiram aí empresas de capital inglês: a pioneira Recife-São Francisco, cuja construção foi iniciada em 1855, e, bem mais tarde, já na década de 1880, a Great Western. No centro-sul, o objetivo maior das ferrovias seria o do transporte do café, problema cada vez mais premente na medida em que as plantações se afastavam da Corte, estendendo-se à Zona da Mata em Minas Gerais e depois ao chamado Oeste Paulista.

A construção de ferrovias e a navegação a vapor revolucionaram a economia inglesa entre 1840 e 1880, incrementando a produção da indústria pesada do ferro, do aço e do carvão. A acumulação de capitais tornou possível a concessão de empréstimos e investimentos do exterior, sendo as inversões em ferrovias um setor privilegiado. Muitas delas foram construídas com recursos financeiros, materiais, equipamentos e contratantes ingleses.

Por volta de 1850 a economia cafeeira do Vale do Paraíba chegou ao auge. O problema do transporte foi em grande parte solucionado com a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, mais tarde denominada Central do Brasil. A construção começou em 1855,

sendo inaugurados, ao longo dos anos, trechos sucessivos da linha que chegou a Cachoeira, em território paulista, somente em 1875. Posteriormente, uma empresa organizada em São Paulo faria a união entre Cachoeira e a capital da província, completando assim a ligação entre o Rio de Janeiro e São Paulo.

Enquanto isso, o café começava a se implantar em uma nova zona, no interior de São Paulo – o chamado Oeste Paulista. O cafeeiro foi introduzido aí em parte pela substituição da produção de cana nas antigas fazendas. São Paulo fora sempre um produtor marginal de açúcar no conjunto da economia brasileira. A tendência à queda de preço do produto, em contraste com o do café, impulsionou a mudança de uma cultura para a outra. O êxito da economia cafeeira do Oeste Paulista dependia essencialmente de transportes e de um porto viável de exportação, pois o Rio de Janeiro ficava muito distante. A dificuldade maior consistia em atravessar a escarpa da serra do Mar e chegar ao litoral. Ela foi vencida com a construção da estrada de ferro de Santos a Jundiaí por uma companhia concessionária inglesa – a São Paulo Railway (SPR) –, que começou a funcionar em 1868. Santos exportava em pequenas quantidades o café plantado no litoral paulista desde fins do século XVIII. A instalação da ferrovia representou um salto na afirmação da cidade como centro exportador.

A SPR tinha concessão para prolongar a linha de Jundiaí até Rio Claro. Desinteressou-se, porém, do trecho, alegando dificuldades no mercado de capitais de Londres. É possível que tenham prevalecido

considerações estratégicas, pois a companhia monopolizava na prática o acesso do interior ao porto de Santos. Surgiu então, a partir das primeiras medidas tomadas em 1868, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, empresa formada com capitais brasileiros ligados aos negócios do café. A ela se seguiram a Mogiana, a Ituana, a Sorocabana. Esta última foi uma exceção, por não se vincular ao café, e sim à produção algodoeira, que se desenvolveu na década de 1860 na área de Sorocaba.

As economias cafeeiras do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista seguiram trajetórias opostas. A partir das duas últimas décadas do Império, seria possível constatar que, enquanto a primeira declinava, a segunda seguia em franca expansão. Praticava-se a agricultura extensiva, tanto no Vale do Paraíba quanto no Oeste Paulista. Mas no Oeste Paulista existia uma grande disponibilidade de terras, permitindo a incorporação contínua de novas áreas; o Vale do Paraíba tinha limites geográficos claros e não havia muito por onde avançar. Como resultado, as terras cansadas, atingidas pela erosão, tornaram-se de baixa rentabilidade e seu valor declinou. Às vésperas da Abolição, o grande investimento dos fazendeiros da região era constituído de escravos, fato que por si só demonstra o impacto aí causado pela extinção do sistema escravista.

Além da disponibilidade de terras, outros fatores concorreram para explicar a trajetória ascendente do Oeste Paulista, dizendo respeito ao meio físico, à tecnologia e ao momento histórico. No grande planalto do interior de São Paulo reuniam-se as condições mais favoráveis de solo e de clima para a lavoura do café. Aí se encontra a terra roxa, de alta produtividade, onde o rendimento do

cafeeiro podia chegar a trinta anos, enquanto em outras terras não ia além de um quarto de século. Trata-se na realidade de terra vermelha, chamada de *rossa* (vermelha) pelos imigrantes italianos. Embora não devamos exagerar os avanços tecnológicos, foi no Oeste Paulista que se introduziram o arado e o despoldador. Este significou uma verdadeira revolução na técnica de descascamento dos grãos.

Por último, lembremos o momento histórico. Na nova região, a acumulação de capitais se deu em uma fase da vida do país em que era clara a necessidade de buscar alternativas para substituir a força de trabalho escrava. A área cafeeira do Vale do Paraíba nasceu mais cedo, tendo como horizonte o sistema escravista. Só quando ela chegou ao apogeu veio a extinção do tráfico. À medida que a produtividade declinava, a dificuldade de encontrar uma alternativa para o problema da mão de obra tornou-se maior e não foi superada.

Formaram-se assim duas classes regionais com um destino diverso. Os fazendeiros do Vale sustentaram a monarquia e dela se foram separando quando se aprovaram medidas tendentes a abolir gradualmente a escravatura. Esse processo de afastamento completou-se com a Abolição, em 1888, mas já aí os barões do Vale do Paraíba não tinham grande peso social e político.

A economia do Oeste Paulista deu origem a uma nova classe que se costuma denominar burguesia do café. A partir das últimas décadas do século XIX, a região de São Paulo entrou em um processo de

transformações para a constituição de uma economia capitalista. Isso não ocorreu de um momento para outro. Sob certos aspectos, a introdução do capitalismo só se completou em anos recentes. Ao longo de várias décadas, ocorreu um processo de acumulação de capitais, de diversificação da economia, de formação de um mercado de terras, de produção e de consumo.

A acumulação de capitais se deu em um primeiro momento através da produção cafeeira e foi se combinando com as inversões em ferrovias, em bancos e no comércio. A expansão do café gerou uma rede de núcleos urbanos que se tornaram centros de pequena produção e de consumo, começando a diversificar a economia. A entrada em massa de imigrantes, a partir da década de 1880, viria impulsionar a formação de um mercado de produção e consumo e de mão de obra.

Seria ilusório pensar que os grupos sociais do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista fossem inteiramente diversos, um representando o “velho” , a aristocracia decadente, e o outro o “novo” , a burguesia empreendedora. Os dois grupos partiram de pressupostos comuns e se diversificaram em razão de realidades diferentes do meio físico e social. Ambos praticaram a agricultura extensiva e utilizaram amplamente a mão de obra escrava. Os fazendeiros paulistas não se voltaram para o imigrante porque acreditassem nas virtudes ou na maior rentabilidade do trabalho livre, mas porque a alternativa do escravo desaparecia e era preciso dar uma resposta para o problema. Em 1887, menos de um ano antes da Abolição, São Paulo figurava em terceiro lugar na população escrava das províncias, com

107 mil cativos, vindo em primeiro Minas Gerais (192 mil) e em segundo o Rio de Janeiro (162 mil).

O suprimento de cativos após 1850 se deu por meio do tráfico interprovincial. As migrações internas começaram, pois, no Brasil, sob a triste forma da transferência forçada de escravos de uma região para outra. Surgiram novos traficantes e uma nova profissão: a de viajante comprador de escravos, que percorria as províncias, convencendo os fazendeiros mais pobres ou moradores das cidades a lhes venderem escravos. Transportavam-se cativos não só por via marítima para as regiões cafeeiras. Possivelmente com o objetivo de escapar ao pagamento do imposto devido nos portos de embarque, muitos escravos eram obrigados a viajar por terra, pelo interior da Bahia e de Minas Gerais, até chegar às regiões do café.

Não existem dados seguros sobre o volume do tráfico interprovincial. Estimativas globais indicam que, entre 1850 e 1888, de 100 mil a 200 mil cativos foram deslocados das zonas açucareiras do nordeste no sentido centro-sul. Entre 1864 e 1874, o número de escravos no nordeste declinou de 774 mil (45% do total de escravos existentes no Brasil) para 435 mil (28% do total). No mesmo período, nas regiões cafeeiras, a população escrava aumentou de 645 mil (43% do total de escravos) para 809 mil (56% do total), e só na província de São Paulo mais do que dobrou o número de cativos, passando de 80 mil a cerca de 174 mil.

Com a alta de preços dos escravos resultante da extinção do tráfico, mesmo zonas produtoras tradicionais como a Bahia e Pernambuco exportaram escravos em grande número. A partir de 1874 houve declínio da população escrava em todas as regiões do

país, acentuando-se essa tendência a partir de 1885. Ainda assim, a queda foi muito mais nítida no nordeste do que no centro-sul. Enquanto a média geral de declínio foi de 19% entre 1874 e 1884, ela correspondeu a 9% no centro-sul e a 31% no nordeste. O sul apresentou também uma forte queda, com o Rio Grande do Sul à frente, onde a população escrava decresceu quase 39% no período.

2.5 O INÍCIO DA GRANDE IMIGRAÇÃO

A dependência regional maior ou menor da mão de obra escrava teve reflexos políticos importantes no encaminhamento da extinção da escravatura. Mas a possibilidade e a habilidade de lograr uma solução alternativa – caso típico de São Paulo – desempenharam, ao mesmo tempo, um papel relevante.

A solução alternativa consistiu na atração de mão de obra europeia para vir trabalhar nas fazendas de café. Por que não se tentou transformar escravos em trabalhadores livres, ou ainda, por que não se incentivou a vinda de gente das áreas pobres do nordeste?

A primeira pergunta tem uma resposta mista. De um lado, o preconceito dos grandes fazendeiros dificultava ou mesmo impedia que eles imaginassem a hipótese de mudança de regime de trabalho da massa escrava; de outro, é duvidoso que, após anos de servidão, os escravos estivessem dispostos a ficar em uma situação não muito diversa da que tinham. Lembremos, nesse sentido, o fato de que os imigrantes se viram forçados a pressionar os fazendeiros, sobretudo

quando ainda existia o regime servil, para alcançar uma condição melhor relativamente aos escravos.

A resposta à segunda pergunta tem um ponto de contato com a primeira. A argumentação racista que ganhou a mentalidade dos círculos dirigentes do império, a partir de autores como Henry Thomas Buckle e o conde de Gobineau , não desvalorizava apenas escravos ou ex-escravos. Os mestiços, nascidos ao longo da colonização portuguesa, eram também considerados seres inferiores e a única salvação para o Brasil consistiria em europeizá-lo o mais depressa possível. Ao lado desse fator cultural, outros devem ser considerados. Os senhores de engenho e plantadores de algodão do nordeste haviam-se desfalcado recentemente de mão de obra escrava e não viam com bons olhos a transferência de uma força de trabalho sob seu controle para o centro-sul.

É certo que a seca atingia periodicamente alguns estados do nordeste, gerando uma massa de flagelados. Porém muitos ficaram ao abandono e outros foram recrutados para trabalhar na extração de borracha no norte do país ou nos cacauais da Bahia. O sonho de riqueza ou pelo menos de uma vida melhor, nos últimos anos do século XIX , não se localizava, pois, no distante centro-sul, e sim na Amazônia e em certas regiões do próprio nordeste do Brasil.

A história da imigração em grandes proporções para as zonas cafeeiras de São Paulo não se enquadra na periodização da história política. Começa no Segundo Reinado, mas tem maior impacto nos anos posteriores à Proclamação da República. O incentivo à vinda de imigrantes passou por alguns ensaios e erros. Em 1847, Nicolau de Campos Vergueiro, antigo regente do império e fazendeiro, cuja

fortuna provinha em boa parte do comércio de importação de escravos, tentou uma primeira experiência. Com recursos do governo imperial, trouxe imigrantes alemães e suíços para trabalhar em suas fazendas e outras do Oeste Paulista pelo regime de parceria.

A experiência resultou em inúmeros atritos. Mesmo sendo provenientes de regiões da Europa batidas pela crise de alimentos, os parceiros não se conformaram com as condições de existência encontradas no Brasil. Eles eram submetidos a uma disciplina estrita, incluindo a censura de correspondência e o bloqueio da locomoção nas fazendas. Por fim uma revolta explodiu em 1856, na Fazenda Ibicaba, de propriedade de Vergueiro. Daí para a frente, as tentativas de parceria cessaram.

Uma retomada dos esforços para atrair imigrantes ocorreu a partir de 1871, coincidindo com a aprovação da Lei do Ventre Livre. Dessa vez, a iniciativa partiu do governo provincial, além dos proprietários rurais. Uma lei de março de 1871 autorizou o governo paulista a tomar dinheiro do público para emprestá-lo aos fazendeiros, com o fim de introduzir nas fazendas trabalhadores agrícolas. Com o fim de atrair imigrantes, previu-se um auxílio para as despesas de viagem. Começava assim a imigração subvencionada para São Paulo, isto é, a vinda de imigrantes com auxílios concedidos pelo Estado. Ao longo dos anos a subvenção variou, incluindo a hospedagem por oito dias na capital, em um prédio construído pelo governo, e o transporte para as fazendas.

O número de pessoas que entraram em São Paulo como imigrantes foi pequeno até os primeiros anos da década de 1880.

Entre 1875 e 1879, registrou-se o ingresso de apenas 10.455 pessoas, cifra muito abaixo das necessidades da produção cafeeira. Os italianos, que haviam começado a chegar, pouco a pouco, a partir de 1874, não se conformavam com as condições de vida existentes no Brasil e muitos retornaram a sua terra. Em 1885 o governo italiano divulgou uma circular, descrevendo São Paulo como uma região inóspita e insalubre, e desaconselhou a emigração para o Brasil.

As figuras mais proeminentes da elite paulista reagiram a esse estado de coisas, em um momento sensível, quando a desorganização do sistema escravista se tornava evidente. A Sociedade Promotora da Imigração, fundada em 1886 por iniciativa, entre outros, dos irmãos Martinho Prado Júnior e Antônio da Silva Prado, tomou uma série de providências a fim de atrair imigrantes para as fazendas de café.

A entidade publicou folhetos em português, alemão e italiano, salientando as vantagens da imigração para São Paulo. Fazia comparações favoráveis relativamente a outros países receptores de imigrantes, como os Estados Unidos e a Argentina, cuja atração era maior. Não mencionava, entre outros males, a existência da escravidão. Martinho Prado Júnior realizou uma viagem ao norte da Itália para estudar formas de aliciar imigrantes, e um escritório da Sociedade Promotora da Imigração foi aberto em Gênova.

Vários fatores, de um lado e do outro do oceano, favoreceram afinal o afluxo de imigrantes em grande número. A crise na Itália, que se abateu com mais força sobre a população pobre, resultante da unificação do país e das transformações capitalistas, foi um fator

fundamental. Ao mesmo tempo, o pagamento de transporte e a possibilidade de alojamento representaram, bem ou mal, um incentivo.

A maioria dos emigrantes que chegou a São Paulo até os primeiros anos do século XX era formada por trabalhadores do campo ou pequenos proprietários rurais do norte da Itália – das regiões do Vêneto e da Lombardia sobretudo – sem condições de sobreviver com o cultivo de seu pedaço de terra.

Nos últimos anos do Império, a emigração para São Paulo, de qualquer procedência, saltou de 6.500 pessoas em 1885 para quase 92 mil em 1888. Neste último ano, os italianos constituíam quase 90% do total. Significativamente, a colheita do café de 1888, que se seguiu à abolição da escravidão, em maio daquele ano, pôde ser feita sem problemas de mão de obra disponível.

2.6 A GUERRA DO PARAGUAI

Enquanto o café seguia sua marcha no Oeste Paulista e as propostas de abolição gradual da escravidão davam os primeiros passos, um acontecimento internacional marcaria profundamente a história do Segundo Império. Esse acontecimento foi a Guerra do Paraguai, travada por mais de cinco anos, entre 11 de novembro de 1864, quando ocorreu o primeiro ato de hostilidade, e 1º de março de 1870.

Para bem situar o conflito, comecemos definindo os traços mais gerais das nações nele envolvidas e seu inter-relacionamento. O

Vice-reinado do Rio da Prata não sobreviveu como unidade política ao fim do colonialismo espanhol, nas primeiras décadas do século XIX . Naquele espaço territorial, após longos conflitos, nasceram a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia. O nascimento da República Argentina ocorreu depois de muitos vaivéns e guerras em que se opunham as correntes unitária e federalista.

Os unitários representavam principalmente os comerciantes de Buenos Aires, defendendo um modelo de Estado centralizado, sob o comando da capital do antigo vice-reinado. Os setores comerciais, através do porto de Buenos Aires, poderiam assim assegurar o controle do comércio exterior argentino e apropriar-se das rendas provenientes dos impostos alfandegários sobre as importações.

Os federalistas reuniam as elites regionais, os grandes proprietários, pequenos industriais e comerciantes mais voltados para o mercado interno. Defendiam o Estado descentralizado para que suas rendas fossem garantidas e não se submetessem a impostos estabelecidos pela burguesia comercial de Buenos Aires.

O Uruguai nasceu em 1828, após três anos de luta entre argentinos, brasileiros e partidários da independência. A Inglaterra viu com bons olhos a criação do país, que deveria servir para estabilizar a área do estuário do rio da Prata, onde os ingleses tinham interesses financeiros e comerciais. Entretanto, a história uruguaia no século XIX não teve nada de pacífica. As facções dos *blancos* e dos *colorados* disputaram o poder a ferro e fogo. Os *colorados* ligavam-se aos comerciantes e às potências europeias, simpatizando com as ideias liberais. Os *blancos* , compostos principalmente de proprietários rurais, herdaram a velha tradição

autoritária espanhola e viam com suspeita os avanços das novas potências europeias no país.

Os habitantes da antiga província do Paraguai, descendentes em grande número de índios guaranis, não aceitaram submeter-se à burguesia portenha e passaram a agir de forma autônoma desde a década de 1810. A autonomia não foi reconhecida pelos portenhos, que em 1813 praticamente impediram o comércio paraguaio com o exterior. Bloquearam a via natural de acesso ao mar pelo estuário do Prata, alcançada pelos paraguaios através da navegação dos rios Paraguai e Paraná. O bloqueio levou o líder paraguaio José Gaspar de Francia a isolar o país e a converter-se em seu ditador perpétuo. O Estado expropriou terras pertencentes à Igreja e a um setor da elite favorável ao entendimento com Buenos Aires, tornando-se o principal agente da produção e do comércio.

A definição do Paraguai como um país de pequenos proprietários sob o comando de um Estado clarividente, comum na historiografia de esquerda da década de 1970, refere-se sobretudo à época de Francia . É verdade que ele tomou medidas excepcionais no contexto da América do Sul. Mas catalogá-las de progressistas simplifica seu conteúdo. Nas terras confiscadas, o governo organizou as estâncias da pátria, exploradas por ele ou por pequenos arrendatários. Nas estâncias do governo utilizava-se mão de obra escrava ou prisioneiros. A economia deixou de ser monetária: tanto a renda da terra como os impostos eram pagos em produtos, não se utilizando a moeda.

Após a morte de Francia foi designado presidente Carlos Antonio López , que proclamou formalmente a independência do Paraguai

em 1842. López procurou romper o isolamento do país, instalando uma ferrovia e estimulando o comércio exterior. Seu filho Francisco Solano López foi enviado à Inglaterra, onde comprou material de guerra e recrutou técnicos europeus para auxiliarem na modernização do país. Gradativamente, o Paraguai buscou crescer vinculando-se ao mercado externo. Aumentou seu interesse pelo controle da navegação fluvial dos rios Paraguai e Paraná e pelo livre trânsito através do porto de Buenos Aires. Foi nesse quadro que Solano López ascendeu ao poder em 1862, depois da morte de seu pai.

Na primeira metade do século XIX , a posição do Brasil diante de seus vizinhos pode ser assim resumida. A maior preocupação do governo imperial se concentrava na Argentina. Temia-se a unificação do país, que poderia transformar-se em uma república forte, capaz de neutralizar a hegemonia brasileira e atrair a inquieta província do Rio Grande do Sul.

No que diz respeito ao Uruguai, houve sempre uma política de influência brasileira no país. Os gaúchos tinham interesses econômicos no Uruguai como criadores de gado e viam com maus olhos as medidas de repressão ao contrabando na fronteira. O Brasil colocou-se ao lado dos *colorados* , cuja linha política se aproximava de seus interesses. O governo imperial chegou mesmo a um acordo secreto com os *colorados* , adversários de Rosas , pelo qual se comprometeu a lhes fornecer uma contribuição mensal em dinheiro.

As relações do Brasil com o Paraguai, na primeira metade do século XIX , dependeram do estado das relações entre o Brasil e a Argentina. Quando as rivalidades entre os dois países aumentavam,

o governo imperial tendia a aproximar-se do Paraguai. Quando as coisas se acomodavam, vinham à tona as diferenças entre o Brasil e o Paraguai. As divergências diziam respeito a questões de fronteira e à insistência brasileira na garantia da livre navegação pelo rio Paraguai, principal via de acesso a Mato Grosso.

Aparentemente, as possibilidades de uma aliança Brasil-Argentina-Uruguai contra o Paraguai e, mais ainda, uma guerra com esse tipo de configuração pareceriam remotas. Mas foi o que aconteceu. A aproximação entre os futuros aliados teve início em 1862, quando Bartolomé Mitre chegou ao poder na Argentina, derrotando os federalistas. O país foi reunificado sob o nome de República Argentina e Mitre foi eleito presidente. Ele começou a realizar uma política bem-vista pelos liberais brasileiros que haviam assumido o governo naquele mesmo ano. Aproximou-se dos *colorados* uruguaios e se tornou um defensor da livre negociação dos rios.

Esses acertos deram espaço para as rivalidades entre Brasil e Paraguai. Embora houvesse competição entre os dois países pelos mercados de erva-mate, as disputas, sob o ângulo do governo brasileiro, tinham um conteúdo predominantemente geopolítico (fronteiras, livre navegação dos rios). Buscando romper de vez o isolamento do Paraguai e ter uma presença na região, Solano López aliou-se aos *blancos* e aos adversários de Mitre, líderes das províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes.

Longe de agir no início da década de 1860 como um instrumento dos interesses ingleses, o governo imperial envolveu-se em vários incidentes com a Inglaterra, conhecidos como Questão Christie,

nome do embaixador britânico no Brasil. Após a apreensão de navios mercantes brasileiros pela Marinha britânica estacionada no Rio de Janeiro, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra no início de 1863. Criou-se no país um clima de exaltação patriótica, incentivado também pelas notícias de que cidadãos brasileiros estavam sofrendo violências no Uruguai, onde os *blancos* se encontravam no poder. O governo do império invadiu o Uruguai, em setembro de 1864, com o objetivo de ajudar a colocar os *colorados* no governo.

López decidiu então tomar a iniciativa. Em 11 de novembro de 1864, uma canhoneira paraguaia aprisionou no rio Paraguai o navio brasileiro Marquês de Olinda, seguindo-se a esse ato o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países. As operações de guerra começaram efetivamente a 23 de dezembro de 1864, quando López lançou uma ofensiva contra Mato Grosso. Logo depois, pediu autorização à Argentina para passar com tropas pela província de Corrientes , visando atacar as forças brasileiras no Rio Grande do Sul e no Uruguai. O pedido foi negado.

Especula-se muito sobre as razões que teriam levado Solano López a iniciar o conflito, com o risco de provocar a união contra o Paraguai de dois velhos rivais – o Brasil e a Argentina. Aparentemente, esperava neutralizar as ameaças de seus poderosos vizinhos e transformar o Paraguai em uma força no jogo político do continente. Contava para isso com uma vitória no desguarnecido Mato Grosso – que levasse o Brasil a um acordo – e com o apoio dos *blancos* uruguaios e das províncias argentinas adversárias de Mitre .

Essas expectativas não se realizaram. O suporte das províncias falhou; no Uruguai, o governo imperial forçou a ascensão ao poder do *colorado* Venancio Flores . Em março de 1865 o Paraguai declarou guerra à Argentina e em 1º de maio daquele ano os governos argentino, brasileiro e uruguaio assinaram o Tratado da Tríplice Aliança. O presidente argentino Mitre assumiu o comando das forças aliadas.

O peso econômico e demográfico dos três países da aliança era muito superior ao do Paraguai. No Brasil e na Argentina, acreditava-se – como é comum no início de muitos conflitos – que a guerra seria um passeio. Mas isso não ocorreu. López , ao contrário de seus adversários, estava bem preparado militarmente. Ao que parece, pois não há números seguros, no início da guerra os efetivos dos exércitos eram de 18 mil homens no Brasil, 8 mil na Argentina e mil no Uruguai, enquanto no Paraguai eles chegavam a 64 mil, afora uma reserva de veteranos, calculada em 28 mil homens. O Brasil tinha, porém, ampla superioridade naval para o combate nos rios.

No correr dos anos, as forças da Tríplice Aliança cresceram, com predominância dos brasileiros, que representavam pelo menos dois terços do total. Calcula-se entre 135 mil e 200 mil o número geral de brasileiros mobilizados para uma população masculina estimada de 4,9 milhões em 1865. As tropas foram organizadas com o Exército, os batalhões da Guarda Nacional e gente recrutada em sua maioria segundo os velhos métodos de recrutamento forçado que vinham da colônia. Apesar disso, muitos foram integrados no corpo dos Voluntários da Pátria.

Senhores de escravos cederam também cativos para lutar como soldados. Uma lei de 1866 concedeu liberdade aos “escravos da nação” que servissem no Exército. A lei se referia aos africanos entrados ilegalmente no país após a extinção do tráfico que haviam sido apreendidos e se encontravam sob a guarda do governo imperial.

O Exército brasileiro foi-se consolidando no correr da guerra. Até então, o império contara com um reduzido corpo profissional de oficiais e encontrara muitas dificuldades para ampliar os efetivos militares. Não havia serviço militar obrigatório, e sim um sorteio muito restrito para servir no Exército. Os componentes da Guarda Nacional, que eram a grande maioria da população branca, estavam isentos desse serviço. Até a Guerra do Paraguai, a milícia gaúcha dera conta das campanhas militares do Brasil no Prata, mas revelou-se incapaz de enfrentar um exército moderno como o paraguaio.

Na história da guerra, feitos militares de ambos os lados combinam-se com as imagens de privações, de mortes em combate e por doenças, especialmente o cólera. No início do conflito, em junho de 1865, a Marinha brasileira destroçou a paraguaia, em território argentino, na Batalha de Riachuelo. Com isso os aliados bloquearam o Paraguai, impedindo sua única via de acesso ao exterior, através do rio Paraná. A vantagem, entretanto, não foi inteiramente aproveitada. Temerosos das fortificações inimigas ao longo do rio Paraguai – especialmente em torno de Humaitá –, os aliados permaneceram por vários anos imobilizados pelo sistema defensivo terrestre dos paraguaios.

Também no mês de junho de 1865, as forças paraguaias já instaladas em Corrientes, na Argentina, invadiram o Rio Grande do Sul, sendo pouco depois derrotadas. A partir de novembro daquele ano, com exceção de Mato Grosso, que se tornara uma frente secundária de luta, o conflito se desenvolveu no território do Paraguai. Travou-se em Tuiuti, em maio de 1866, a maior batalha campal da guerra. Apesar da derrota paraguaia, os aliados não conseguiram tirar proveito da situação, sofrendo a seguir um sério revés em Curupaiti. Esses combates tinham por objetivo tomar a fortaleza de Humaitá.

Um fato importante nos rumos da guerra foi a nomeação de Caxias para o comando das forças brasileiras, em outubro de 1866. Ela se deu por pressão do Partido Conservador, na oposição, que responsabilizava os liberais pelas incertezas do conflito. No início de 1868, Caxias assumiu também o comando das forças aliadas. Mitre fora obrigado a retornar a Buenos Aires para enfrentar problemas de política interna, dentre os quais se destacava a oposição das províncias ao envio de tropas ao Paraguai. Daí para a frente, o Brasil prosseguiu no conflito praticamente sozinho.

Antes de atacar Humaitá, Caxias concentrou-se na tarefa de dotar o Exército de uma infraestrutura adequada. Só então partiu para a ofensiva. Humaitá capitulou em agosto de 1868, e em janeiro de 1869 os brasileiros entraram em Assunção. Doente, desejando a paz, pois a continuação da guerra era motivada agora apenas por uma política de destruição, Caxias retirou-se do comando. Foi substituído pelo conde d'Eu, marido da princesa Isabel, herdeira do trono imperial.

Após vários combates, as tropas brasileiras derrotaram um último e pequeno exército de paraguaios, formado por velhos, meninos e enfermos. Solano López foi afinal cercado em seu acampamento e morto por soldados brasileiros, em 1º de março de 1870.

O Paraguai saiu arrasado do conflito, perdendo partes de seu território para o Brasil e a Argentina e seu próprio futuro. O processo de modernização tornou-se coisa do passado e o Paraguai se converteu em um país exportador de produtos de pouca importância. Os cálculos mais confiáveis indicam que metade da população paraguaia morreu, caindo de um total em torno de 406 mil habitantes em 1864 para 231 mil em 1872. A maioria dos sobreviventes era de velhos, mulheres e crianças.

O Brasil terminou a guerra mais endividado com a Inglaterra, tendo sido restauradas as relações diplomáticas entre os dois países no início das hostilidades. Mas a maior consequência do conflito foi a afirmação do Exército como uma instituição com fisionomia e objetivos próprios. Entre outros pontos, as queixas contra o governo do império, que vinham de longe, ganharam outra expressão. Afinal de contas, o Exército sustentara a luta na frente de batalha, com seus acertos e erros. Enquanto isso, as elites civis – os casacas, como passaram a ser desdenhosamente chamados – haviam ficado a salvo e em certos casos enriquecido com os negócios de fornecimentos para a tropa.

2.7 A CRISE DO SEGUNDO REINADO

A partir da década de 1870, começou a surgir uma série de sintomas de crise no Segundo Reinado, como o início do movimento republicano e os atritos do governo imperial com o Exército e a Igreja. Além disso, o encaminhamento do problema da escravidão provocou desgastes nas relações entre o Estado e suas bases sociais de apoio. Esses fatores não tiveram um peso igual na queda do regime monárquico, explicável por um conjunto de razões nas quais estão presentes as transformações socioeconômicas, que deram origem a novos grupos sociais, e a receptividade às ideias de reforma.

A extinção da escravatura foi encaminhada por etapas até o final, em 1888. A maior controvérsia quanto às medidas legais não ocorreu em 1888, mas quando o governo imperial propôs a chamada Lei do Ventre Livre, em 1871. A proposta declarava de condição livre os filhos de mulher escrava nascidos após a lei, os quais ficariam em poder dos senhores de suas mães até a idade de 8 anos. A partir dessa idade, os senhores podiam optar entre receber do Estado uma indenização ou utilizar os serviços do menor até ele completar 21 anos.

O projeto partiu de um gabinete conservador, presidido pelo visconde do Rio Branco, arrebatando desse modo a bandeira do abolicionismo das mãos dos liberais. O que teria levado o governo a propor uma lei que, embora sem ter nada de revolucionária, criava problemas nas relações com sua base social de apoio?

A explicação mais razoável é que a iniciativa se deveu a uma opção do imperador e de seus conselheiros. Embora não estivessem ocorrendo insurreições de escravos, considerava-se nos círculos dirigentes, logo após a Guerra do Paraguai, que o Brasil sofria de uma fraqueza básica em sua frente interna porque não podia contar com a lealdade de uma grande parcela da população. O encaminhamento da questão servil, mesmo ferindo interesses econômicos importantes, era visto como um mal menor diante desse problema e do risco potencial de revoltas de escravos.

A classe social dominante, pelo contrário, via no projeto um grave risco de subversão da ordem. Libertar escravos, por um ato de generosidade do senhor, levava os beneficiados ao reconhecimento e à obediência. Abrir caminho à liberdade por força da lei gerava nos escravos a ideia de um direito, conduzindo o país à guerra entre as raças.

As posições dos deputados em torno do projeto afinal aprovado são bastante reveladoras. Enquanto os representantes do nordeste votaram maciçamente a favor da proposta (39 votos a favor e seis contra), os do centro-sul inverteram essa tendência (trinta votos contra e doze a favor). Isso refletiu em parte o fato de que o tráfico interprovincial vinha diminuindo a dependência do nordeste com relação à mão escrava.

Há também outro dado importante, relativo à profissão. Um número significativo de deputados era constituído de funcionários públicos, especialmente magistrados. Esse grupo, que em sua maioria provinha do nordeste e do norte, seguia a orientação do governo e votou em peso com ele. Do ponto de vista partidário, não

houve uma nítida divisão do voto de liberais e conservadores. Deputados dos dois partidos votaram, conforme o caso, a favor ou contra o projeto. Na prática, a lei de 1871 produziu escassos efeitos. Poucos meninos foram entregues ao poder público e os donos de escravos continuaram a usar seus serviços.

A partir da década de 1880 o movimento abolicionista ganhou força, com a aparição de associações, jornais e o avanço da propaganda em geral. Gente de condição social e percepções diversas participou das campanhas abolicionistas. Entre várias figuras de elite destacou-se Joaquim Nabuco, importante parlamentar e escritor, oriundo de uma família de políticos e grandes proprietários rurais de Pernambuco. Negros e mestiços de origem pobre, como José do Patrocínio, André Rebouças e Luís Gama, foram também figuras centrais do abolicionismo.

Patrocínio era filho de um padre e fazendeiro, dono de escravos, e de uma negra vendedora de frutas. Foi proprietário da *Gazeta da Tarde*, jornal abolicionista do Rio de Janeiro, ficando famoso por seus discursos emocionados.

O engenheiro Rebouças representava o tipo oposto, uma figura retraída, professor de botânica, cálculo e geometria da Escola Politécnica da Corte. Ele ligava o fim da escravidão ao estabelecimento de uma “democracia rural”, defendendo a distribuição das terras para os escravos libertados e a criação de um imposto territorial que forçasse a venda e a subdivisão dos latifúndios.

Luís Gama tem uma biografia de novela. Seu pai pertencia a uma rica família portuguesa da Bahia e sua mãe, Luísa Mahin, na

afirmação orgulhosa do filho, “era uma negra africana livre que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã” . Gama foi vendido ilegalmente como escravo pelo pai empobrecido, sendo enviado para o Rio e depois para Santos. Junto com outros cem escravos, descalço e faminto, subiu a serra do Mar. Fugiu da casa de seu senhor, tornou-se soldado e, mais tarde, poeta, advogado e jornalista em São Paulo.

Enquanto o abolicionismo crescia, as províncias do norte se desinteressavam da manutenção do sistema escravista, a ponto de o Ceará ter declarado extinta a escravidão por conta própria, em 1884. Nesse quadro, ocorreu em 1885 a aprovação da Lei dos Sexagenários, também chamada de Lei Saraiva-Cotegipe. Proposta por um gabinete liberal presidido pelo conselheiro Saraiva, a medida foi aprovada no Senado quando os conservadores, tendo à frente o barão de Cotegipe, haviam voltado ao poder. Em linhas gerais, ela concedia liberdade aos cativos maiores de 60 anos e estabelecia normas para a libertação gradual de todos os escravos mediante indenização. A lei foi pensada como forma de deter o abolicionismo radical e não alcançou seu objetivo.

Entre 1885 e 1888, após uma breve parada, a campanha abolicionista ganhou ímpeto. O fato mais importante agora era a desorganização do trabalho nas fazendas paulistas, provocada pela fuga em massa de escravos. Ativistas liderados por Antônio Bento, membro de uma família rica de São Paulo, partiam para as fazendas e cidades do interior incentivando os atos de rebeldia. Em pouco tempo, Santos converteu-se no centro onde se abrigavam os escravos fugidos. Nesse ínterim, a elite cafeeira paulista apressou o

funcionamento do plano de imigração, percebendo que o sistema escravista se desagregava rapidamente.

No ano de 1888, apegavam-se à escravidão apenas os representantes das velhas zonas cafeeiras do Vale do Paraíba, cujas fortunas em declínio se concentravam nos escravos. Um projeto preparado pelo senador conservador de São Paulo, Antônio Prado, ligado ao Oeste Paulista, tentou ainda contemporizar. Previa a imediata libertação dos escravos, sujeita a indenização e prestação de serviços por três meses, de modo a assegurar a próxima colheita. Diante da oposição dos liberais, o presidente do Conselho, o conservador João Alfredo, decidiu propor a abolição sem restrições. A iniciativa foi aprovada por grande maioria parlamentar, sendo sancionada em 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel, que se encontrava na regência do trono. Dos nove deputados que votaram contra o projeto, oito representavam a província do Rio de Janeiro. No Senado, o barão de Cotegipe chefiou a frágil resistência, lançando uma ameaça: "Daqui a pouco se pedirá a divisão das terras e o Estado poderá decretar a expropriação sem indenização."

O destino dos ex-escravos variou de acordo com a região do país. No nordeste, transformaram-se, em regra, em dependentes dos grandes proprietários. O Maranhão representou uma exceção, pois aí os libertos abandonaram as fazendas e se instalaram nas terras desocupadas como posseiros.

No Vale do Paraíba, os antigos escravos viraram parceiros nas fazendas de café em decadência e mais tarde pequenos sitiantes ou peões no trato do gado. No Oeste Paulista, a fuga em massa foi característica dos últimos anos que antecederam a Abolição. Mas o

fluxo de negros para a cidade de São Paulo e outras regiões durou pelo menos dez anos. Nos centros urbanos de São Paulo e do Rio de Janeiro, a situação variou. Enquanto em São Paulo os empregos estáveis foram ocupados pelos trabalhadores imigrantes, relegando-se os ex-escravos aos serviços irregulares e mal pagos, no Rio de Janeiro o quadro foi algo diverso. Tendo em vista a tradição de emprego de negros escravos e livres nas oficinas artesanais e manufaturas, assim como o menor peso da imigração, o trabalhador negro teve aí oportunidades relativamente maiores. Por exemplo, eram negros cerca de 30% dos trabalhadores fabris cariocas em 1891, ao passo que só os imigrantes ocupavam 84% dos empregos na indústria paulistana em 1893.

No Rio Grande do Sul ocorreu, como em São Paulo, um processo de substituição de escravos ou ex-escravos por imigrantes nas oportunidades de trabalho regular.

Apesar das variações de acordo com as diferentes regiões do país, a abolição da escravatura não eliminou o problema do negro. A opção pelo trabalhador imigrante nas áreas regionais mais dinâmicas da economia e as escassas oportunidades abertas ao ex-escravo em outras áreas resultaram em uma profunda desigualdade social da população negra. Fruto em parte do preconceito, essa desigualdade acabou por reforçar o próprio preconceito contra o negro. Sobretudo nas regiões de forte imigração, ele foi considerado um ser inferior, útil quando subserviente ou perigoso por natureza, ao ser visto como vadio e propenso ao crime.

Poucos temas da história brasileira têm sido tão discutidos e investigados como a escravidão. Há apaixonadas controvérsias sobre os índices de mortalidade de escravos na travessia do Atlântico, sobre as possibilidades de estabelecimento da família escrava, sobre o significado das alforrias, ou seja, da libertação de cativos anterior a 1888, sobre a chamada brecha camponesa, sobre a condição do escravo em diversas situações de trabalho etc.

A controvérsia permitiu dar maior substância à constatação de que o sistema escravista não se sustentou apenas pela violência aberta, embora esta fosse fundamental. Ele teve uma longa vida também por sua abrangência, pela diferenciação entre escravos, pelas expectativas reais ou imaginárias de alcançar a liberdade. Dois temas, a esse respeito, ganham destaque: o da chamada brecha camponesa e o das alforrias.

A existência de uma “brecha camponesa” é sustentada pelos autores, Ciro Cardoso à frente, que destacam a importância do setor dedicado ao mercado interno na economia brasileira colonial e do século XIX. A tese parte da constatação de que nas fazendas de cana e sobretudo de café os escravos tiveram permissão de trabalhar em quintais próximos a suas cabanas ou em pequenos lotes de terra, produzindo gêneros alimentícios para seu sustento e para venda no mercado. Essa permissão se teria generalizado a ponto de se converter em um costume. Desse modo, afirma-se que, ao produzir por conta própria para o mercado, o escravo se tornou também um camponês, abrindo uma brecha no sistema escravista. A

constatação aponta ainda para o fato de que, embora o escravo fosse juridicamente uma coisa, acabava na prática das relações sociais por ter certos direitos derivados do costume.

O problema da alforria é suscitado pela existência de um grande número de escravos libertos nas colônias espanholas e no Brasil, em comparação com as possessões inglesas e francesas. Já tocamos no assunto ao tratar do Brasil colonial, especialmente com referência ao caso mineiro. De fato, apesar da precariedade dos números, constatamos que, no fim do período colonial, os libertos ou livres representavam 42% da população de origem africana (negros ou mulatos) e 28% do total da população brasileira, enquanto os escravos correspondiam a 38% desse total. Segundo os dados do recenseamento de 1872, libertos ou livres eram 73% da população de origem africana e 43% do total da população brasileira, sendo escravos 15% desse total.

As alforrias ocorriam quando o escravo ou um terceiro comprava sua liberdade, ou quando o senhor decidia libertá-lo. O fato de que o maior número de alforrias mediante pagamento tenha ocorrido nas cidades indica que nelas existia maior possibilidade de o escravo juntar economias.

Uma explicação fácil para os atos de libertação por iniciativa dos senhores seria que eram libertados apenas velhos e doentes, por razões econômicas. Entretanto, alguns estudos põem em dúvida essa hipótese. Por exemplo, uma pesquisa abrangendo 7 mil libertos em Salvador entre 1684 e 1785 revelou que a idade média dos beneficiados era de apenas 15 anos.

Isso não quer dizer que se devam eliminar as considerações econômicas entre as causas do grande número de alforrias. Os estudos existentes sugerem que, na comparação entre zonas de economia em expansão e zonas em decadência, havia mais alforrias nestas do que nas primeiras. Mas as razões afetivas podem ter pesado fortemente nos atos de libertação, pois na divisão entre sexos constata-se uma nítida predominância de mulheres. Assim, na cidade do Rio de Janeiro, entre 1807 e 1831, as mulheres constituíram 64% dos alforriados. Essa proporção é bastante alta se considerarmos que a proporção de homens na população escrava era bem superior à de mulheres.

Por último, lembremos que os libertos não tinham condição idêntica à da população livre. Até 1865, a alforria mediante pagamento ou gratuita podia ser revogada pelo antigo senhor, alegando simplesmente ingratidão. Além disso, no papel ou na prática, a libertação, em muitos casos, era acompanhada de uma série de restrições, especialmente a de prestar serviços ao dono. A legislação posterior a 1870 incorporou aliás esse costume ao determinar a liberdade de crianças e velhos sob condição.

Embora encontremos libertos em ações rebeldes da população negra, essa categoria ficou em uma posição intermediária entre livres e escravos, aproximando-se socialmente dos brancos pobres. As alforrias suavizaram assim o choque racial direto. Além disso, em certas condições de forte presença da população negra, os alforriados tiveram um papel importante de preservação comunitária. O caso mais típico é o da Bahia, onde os libertos no século XIX

asseguraram a existência de uma comunidade que combinou culturas africanas e europeias.

2.8 O REPUBLICANISMO

O republicanismo tivera curso nos dois movimentos pela independência, a partir de fins do século XVIII , associando-se à ideia de revolução e de algum tipo de reforma da sociedade. Alguns membros do movimento republicano, que nasceu em 1870 no Rio de Janeiro, herdaram essa concepção. Homens como Lopes Trovão, signatário do manifesto republicano de 1870, e Silva Jardim – este já nos últimos anos do Império – eram defensores de uma revolução popular como caminho para chegar à república. A grande maioria seguia a opinião de Quintino Bocaiuva, partidário de uma transição pacífica de um regime para o outro, aguardando-se, se possível, a morte de dom Pedro II .

A base social do republicanismo urbano era constituída principalmente de profissionais liberais e jornalistas, grupo cuja emergência resultou do desenvolvimento das cidades e da expansão do ensino, além dos militares. Os republicanos do Rio de Janeiro associavam a república à maior representação política dos cidadãos, aos direitos e garantias individuais, à federação, ao fim do regime escravista.

A novidade da década de 1870 foi o surgimento de um movimento republicano conservador nas províncias, tendo como maior expressão o Partido Republicano Paulista (PRP), fundado em

1873. Os quadros do PRP provinham majoritariamente da burguesia cafeeira. O ponto fundamental do programa do partido consistia na defesa da federação, assegurando ampla autonomia às províncias. Embora um dos grandes inspiradores do federalismo – Tavares Bastos – sustentasse a ideia de uma monarquia federativa, os republicanos de São Paulo convenceram-se de que o império seria incompatível com a federação. Entre outras coisas, a federação significaria o controle pelas províncias da política bancária e de imigração, assim como a descentralização das rendas.

O republicanismo paulista se diferenciava do existente no Rio de Janeiro pela maior ênfase dada à ideia de federação, pelo menor interesse na defesa das liberdades civis e políticas e pela forma de lidar com o problema da escravidão. Não por acaso, tendo em vista sua composição social, o PRP evitou tomar uma posição clara acerca da escravatura ou mesmo discutir o problema até as vésperas da Abolição. As queixas dos republicanos paulistas contra o governo central diziam respeito, entre outros pontos, à sub-representação de São Paulo no Parlamento e nos órgãos executivos. Havia também reclamações na aplicação das rendas governamentais. Salientava-se que São Paulo, cuja economia estava em expansão, contribuía cada vez mais para a receita do império, sem receber benefícios proporcionais.

Apesar de muito ativo na propaganda e na edição de jornais, o movimento republicano do Rio de Janeiro não conseguiu organizar-se em partido político. Os partidos republicanos com significação até o fim do império foram os de São Paulo e Minas Gerais, especialmente o primeiro. Em 1884, aliado aos conservadores na

oposição, o PRP elegeu para a Câmara dos Deputados Prudente de Moraes e Campos Sales, que seriam mais tarde os dois primeiros presidentes civis da república. Segundo estimativas de 1889, um quarto do eleitorado paulista (3.600 pessoas) era republicano, ficando, porém, atrás dos liberais (6.600) e dos conservadores (3.900).

Na década de 1870, as relações entre o Estado e a Igreja se tornaram tensas. A união entre “o trono e o altar” , prevista na Constituição de 1824, representava em si mesma uma fonte potencial de conflito. Se a religião católica era oficial, a própria Constituição reservava ao Estado o direito de conceder ou negar validade a decretos eclesiásticos, desde que não se opusessem à Constituição.

O conflito teve origem nas novas diretrizes do Vaticano, a partir de 1848, no pontificado de Pio IX . O pontífice condenou “as liberdades modernas” e tratou de afirmar o predomínio espiritual da Igreja no mundo. Em 1870, o poder do papa foi reforçado quando um Concílio Vaticano proclamou o dogma de sua infalibilidade. Essa postura da Igreja teve repercussões em vários países. Nos Estados Unidos, por exemplo, ela coincidiu com o ingresso de um grande número de imigrantes católicos irlandeses. Temia-se nos círculos dirigentes protestantes que os Estados Unidos se convertessem em um país católico. No Brasil, a política do Vaticano incentivou uma atitude mais rígida dos padres em matéria de disciplina religiosa e uma afirmação de autonomia perante o Estado.

O conflito nasceu quando o bispo de Olinda, dom Vital, em obediência à determinação do papa, decidiu proibir o ingresso de maçons nas irmandades religiosas. Apesar de numericamente pequena, a maçonaria tinha influência nos círculos dirigentes. O visconde do Rio Branco, que presidia então o Conselho de Ministros, era maçom. A partir dos desentendimentos, dom Vital, tratado como “funcionário rebelde”, foi preso e condenado, ocorrendo depois a prisão e a condenação de outro bispo. A tempestade só amainou graças a um arranjo (1874-1875) que resultou na substituição do gabinete Rio Branco, na anistia dos bispos e na suspensão pelo papa das proibições aplicadas aos maçons.

A participação de oficiais do Exército no governo foi significativa até a abdicação de dom Pedro I. A partir daí ocorreu um decréscimo cada vez maior dessa participação. A presença da tropa nas agitações populares após a Independência contribuiu para que a instituição fosse olhada com desconfiança. Os liberais do período regencial, com Feijó à frente, reduziram os efetivos militares e criaram a Guarda Nacional. Argumentava-se que um grande exército permanente levaria ao surgimento de pequenos Bonapartes, como já acontecia na Argentina e no México.

A Marinha, pelo contrário, recebeu muitas atenções, sendo vista como uma corporação nobre, até porque havia incorporado oficiais ingleses nos primeiros anos após a Independência.

Apesar dessa desigualdade de tratamento, o quadro de oficiais do Exército teve características de elite até 1850. Essa composição

social mudou bastante nas décadas seguintes. A baixa remuneração, as más condições de vida e a lentidão das promoções tendiam a desencorajar os filhos das grandes famílias a dedicar-se à carreira militar. Cresceu o número de filhos de militares ou de burocratas como aspirantes ao oficialato.

Do ponto de vista regional, a maioria dos novos oficiais provinha de municípios do interior do nordeste e do Rio Grande do Sul. Em geral, os do nordeste eram originários de famílias tradicionais em declínio que não podiam pagar o estudo de seus filhos. No Rio Grande do Sul, região de fronteira onde se concentravam contingentes militares, a carreira no Exército se apresentava como relativamente prestigiosa. Uma indicação disso é o fato de que, em 1853, o governo criou naquela província uma academia militar para oficiais de infantaria e cavalaria.

A mudança de composição social do Exército contribuiu para afastar os oficiais da elite política do império, especialmente dos bacharéis formados pelas faculdades de direito. Os lecionistas, como eram chamados na visão militar, sintetizavam a cultura inútil, a corrupção eleitoral e impediam com sua teia de leis e regulamentos o desenvolvimento do país.

Na década de 1850, em um período de prosperidade, o governo tomou algumas medidas para reformar o Exército. Uma lei de setembro daquele ano transformou a estrutura do corpo de oficiais, atribuindo aos portadores de diploma na Academia Militar privilégios em relação aos que não o possuísem, em especial nos ramos técnicos da corporação. A Academia Militar, existente na Corte desde 1810, abrangia um currículo de engenharia civil, combinado com

outro de ensino militar estrito. Em 1858, o ministro da Guerra separou o curso de engenharia do curso militar, transferido para a praia Vermelha, onde permaneceu até 1904.

Antes da Guerra do Paraguai já haviam surgido, entre os oficiais, críticas contra o governo do império. Essas críticas se referiam tanto a questões específicas da corporação, como o critério de promoções, o direito de casar-se sem pedir consentimento ao ministro da Guerra, quanto a outras mais gerais, referentes à vida do país. Os jovens militares defendiam a ênfase na educação, na indústria, a construção de estradas de ferro e o fim da escravatura.

Com a reorganização da Academia Militar e após a guerra, o Exército se reforçou como corporação. Ao intervir na área política, muitos oficiais passaram a se expressar como militares, e não como militares que eram também políticos. Os exemplos mais notáveis, marcando as diferenças entre duas gerações, são os de Caxias e Floriano. Caxias era sem dúvida uma figura de grande prestígio no Exército, mas era também um dos líderes do Partido Conservador, a ponto de chegar já antes da Guerra do Paraguai à presidência do Conselho de Ministros. Floriano, apesar de suas conexões com a cúpula do Partido Liberal, que o ajudaram a progredir na carreira, falava como militar e como cidadão. Sua lealdade básica se localizava no Exército.

A Escola Militar da Praia Vermelha, pensada na origem como instituição de ensino militar, converteu-se na prática em um centro de estudos de matemática, filosofia e letras. Foi no seu ambiente que os ataques ao governo passaram a ter como alvo o próprio regime monárquico. Ganhava terreno a ideia da república. Para isso

foi muito importante a influência do positivismo, que teve crescente aceitação depois de 1872, quando Benjamin Constant se tornou professor da escola.

A doutrina comtiana teve ampla influência na América Latina, em países como o México, o Chile, a Argentina e o Brasil, parecendo dar uma resposta científica e dentro da ordem aos impasses políticos e sociais a que conduzia o liberalismo oligárquico. Ao valorizar as inovações técnicas e a indústria, atraiu particularmente as elites emergentes que criticavam o conhecimento formal dos bacharéis em direito.

No caso brasileiro, o positivismo continha uma fórmula de modernização conservadora, centrada na ação do Estado e na neutralização dos políticos tradicionais, que teve forte ressonância nos meios militares. Nesses meios, sua influência raramente se deu pela aceitação ortodoxa dos princípios. Em geral os oficiais do Exército absorveram os aspectos mais afinados com suas percepções. A ditadura republicana assumiu a forma da defesa de um Executivo forte e intervencionista, capaz de modernizar o país, ou simplesmente da ditadura militar.

Afora a abolição da escravatura, uma das medidas mais importantes do império na década de 1880 foi a aprovação de uma reforma eleitoral conhecida como Lei Saraiva, em janeiro de 1881. A reforma eleitoral estabeleceu o voto direto para as eleições legislativas, acabando assim com a distinção restritiva entre votantes e eleitores. Manteve-se a exigência de um nível mínimo de renda – o censo

econômico – e introduziu-se, a partir de 1882, o censo literário, isto é, o voto restrito aos alfabetizados. O direito ao voto foi estendido aos não católicos, aos brasileiros naturalizados e aos libertos.

Justificada como instrumento de moralização das eleições e de ampliação da cidadania, a Lei Saraiva começou a ser aplicada com êxito nas eleições de 1881. As unanimidades pareciam ter acabado, pois o Partido Conservador, embora ficasse em minoria, elegeu uma expressiva bancada de 47 deputados. Nos anos seguintes, porém, voltaram os velhos vícios, as fraudes e pressões sobre os eleitores. A esperança de alcançar a “verdade eleitoral” , desejada nos meios urbanos e letrados do império, acabou assim se apagando. Ao mesmo tempo, devemos notar que, ao proibir o voto do analfabeto, em um país de analfabetos, a Lei Saraiva reduziu drasticamente o corpo eleitoral. Por exemplo, nas eleições de 1872 os votantes representavam 10,8% da população do país. A porcentagem caiu para 0,8% nas eleições de 1886.

A partir de 1883, surgiram vários desentendimentos entre o governo, deputados e oficiais do Exército. Um dos mais expressivos atritos ocorreu quando, em 1884, o tenente-coronel Sena Madureira, oficial de prestígio e amigo do imperador, convidou um dos jangadeiros que havia participado da luta pela libertação dos escravos no Ceará a visitar a escola de tiro do Rio de Janeiro, da qual era comandante. Transferido para o Rio Grande do Sul, Sena Madureira publicou no jornal republicano *A Federação* um artigo narrando o episódio do Ceará.

Ao lado do caso Sena Madureira havia outros gerando polêmicas nos jornais. O ministro de Guerra assinou então uma ordem proibindo os militares de discutir pela imprensa questões políticas ou da corporação.

Os oficiais sediados no Rio Grande do Sul realizaram uma grande reunião em Porto Alegre, protestando contra a proibição do ministro. Deodoro da Fonseca, na presidência da província do Rio Grande do Sul, recusou-se a punir os oficiais e foi chamado ao Rio de Janeiro. Afinal surgiu uma fórmula conciliatória, favorável aos militares. A proibição foi revogada e o gabinete censurado pelo Congresso.

A essa altura, em junho de 1887, os oficiais organizaram o Clube Militar como associação permanente para defender seus interesses, sendo Deodoro eleito presidente. No mesmo mês de fundação do clube, Deodoro solicitou ao ministro da Guerra que o Exército não fosse mais obrigado a caçar escravos fugidos. Isso aconteceu na prática, apesar da recusa do ministro em atender ao pedido.

A insatisfação militar e a propaganda republicana cresciam quando, em junho de 1889, o imperador convidou um liberal – o visconde de Ouro Preto – para formar um novo gabinete. Ouro Preto propôs uma série de reformas, mas contribuiu para acender os ânimos ao nomear, para a presidência do Rio Grande do Sul, um inimigo pessoal de Deodoro.

Contatos entre alguns líderes republicanos paulistas e gaúchos e os militares, visando derrubar a monarquia, vinham acontecendo esporadicamente desde 1887. Em 11 de novembro de 1889, figuras civis e militares, como Rui Barbosa, Benjamin Constant, Aristides Lobo e Quintino Bocaiuva, reuniram-se com o marechal Deodoro,

tratando de convencê-lo a liderar um movimento contra o regime. Uma série de boatos espalhados pelos jovens militares, falando da prisão de Deodoro, da redução dos efetivos ou mesmo da extinção do Exército, levou Deodoro a decidir-se pelo menos a derrubar Ouro Preto.

Nas primeiras horas da manhã de 15 de novembro de 1889, assumiu o comando da tropa e marchou para o Ministério da Guerra, onde se encontravam os líderes monarquistas. Seguiu-se um episódio confuso, para o qual existem versões diversas, não se sabendo ao certo se naquele dia Deodoro proclamou a República ou apenas considerou derrubado o ministério. Seja como for, no dia seguinte a queda da monarquia estava consumada. Alguns dias mais tarde, a família real partia para o exílio.

2.9 A QUEDA DA MONARQUIA

O fim do regime monárquico resultou de uma série de fatores cujo peso não é idêntico. Duas forças, de características muito diversas, devem ser ressaltadas em primeiro lugar: o Exército e um setor expressivo da burguesia cafeeira de São Paulo, organizado politicamente no PRP . O episódio de 15 de novembro nasceu da iniciativa quase exclusiva do Exército, que deu um pequeno mas decisivo empurrão para apressar a queda da monarquia. Por outro lado, a burguesia cafeeira permitiria à República contar com uma base social estável, que nem o Exército nem a população urbana do Rio de Janeiro podiam por si mesmos proporcionar.

Há ainda fatores humanos a considerar. A doença do imperador, atacado de diabetes, tirou do centro das disputas um importante elemento estabilizador. Com seu prestígio pessoal e o derivado do trono, Pedro II servia de amortecedor das queixas militares. Sua ausência colocou os oficiais do Exército em confronto direto com a elite imperial, para a qual faziam muitas restrições. A elite, por sua vez, não abriu mão de sua crença no predomínio da autoridade civil, revelada, entre tantos exemplos, na nomeação de civis para o Ministério da Guerra, em momentos em que a prudência não recomendava esse procedimento.

Outro problema consistia na falta de uma perspectiva animadora para um Terceiro Reinado. Por morte de dom Pedro, subiria ao trono a princesa Isabel, cujo marido – o conde d’Eu – era francês e uma personalidade, no mínimo, muito discutível.

Foi comum, no passado, atribuir papel importante na queda da monarquia a dois outros fatores: a disputa entre a Igreja e o Estado, e a Abolição. O primeiro deles contribuiu em alguma medida para o desgaste do regime, mas seu peso não deve ser exagerado. A queda da monarquia restringiu-se a uma disputa entre elites divergentes: nem entre os monarquistas nem entre os republicanos a Igreja tinha forte influência; pelo contrário, os positivistas, ortodoxos ou não, distanciavam-se dela.

Quanto à Abolição, as iniciativas do imperador de extinguir gradualmente o sistema escravista provocaram fortes ressentimentos entre proprietários rurais, e não só entre eles. Os fazendeiros de café do Vale do Paraíba desiludiram-se do império, do qual esperavam uma atitude de defesa de seus interesses. Com isso, o

regime perdeu sua principal base social de apoio. Mas o episódio em si da Abolição não teve maior significado no fim do regime. Os barões fluminenses, únicos adversários frontais da medida, tinham-se tornado inexpressivos, em 1888, como força social.

2.10 ECONOMIA E DEMOGRAFIA

No período que estamos considerando, realizaram-se os dois primeiros recenseamentos gerais da população, em 1872 e 1890. Admitidos todos os seus defeitos, os censos começaram a apresentar números mais confiáveis do que os até então existentes. De uma população calculada em torno de 4,6 milhões de pessoas, incluindo-se 800 mil índios em 1819, chegou-se a 9,9 milhões em 1872 e a 14,3 milhões em 1890. Segundo os dados de 1872, Minas Gerais continuava a ser a província mais povoada, com aproximadamente 2,1 milhões de habitantes, vindo a seguir a Bahia com 1,38 milhão. Pernambuco e São Paulo tinham populações muito semelhantes, em torno de 840 mil pessoas. As alterações mais relevantes eram a ascensão de São Paulo e a queda da província do Rio de Janeiro, que passou do segundo para o quinto lugar.

Do ponto de vista racial, os mulatos perfaziam cerca de 42% da população, os brancos 38% e os negros 20%. Cresceu assim a proporção de brancos, estimada em menos de 30% em 1819. Isso se liga ao ingresso de imigrantes. Pouco mais de 300 mil entraram no país entre 1846 e 1875, em uma média de 10 mil por ano, metade dos quais era constituída de portugueses.

Os primeiros dados gerais sobre instrução mostram as enormes carências nessa área. Em 1872, entre os escravos, o índice de analfabetos atingia 99,9% e entre a população livre aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% quando consideradas apenas as mulheres. Mesmo descontando-se o fato de que os percentuais se referem à população total, sem excluir crianças nos primeiros anos de vida, eles são bastante elevados. Apurou-se ainda que somente 17% da população entre 6 e 15 anos frequentava escolas. Havia apenas 12 mil alunos matriculados em colégios secundários. Entretanto, calcula-se que chegava a 8 mil o número de pessoas com educação superior no país.

Um abismo separava, pois, a elite letrada da grande massa de analfabetos e gente com educação rudimentar. Escolas de cirurgia e outros ramos da medicina surgiram na Bahia e no Rio de Janeiro por ocasião da vinda de dom João VI . Essas escolas, assim como a de engenharia, estavam vinculadas em sua origem a instituições militares. Do ponto de vista da formação da elite, o passo mais importante foi a fundação das faculdades de direito de São Paulo e de Olinda/Recife, ambas fundadas em 11 de agosto de 1827. Delas saíram os bacharéis que, como magistrados e advogados, formaram o núcleo dos quadros políticos do império.

O Brasil continuava a ser um país essencialmente agrícola. Considerando-se as pessoas em atividade em 1872, 80% se dedicavam ao setor agrícola, 13% aos serviços e 7% à indústria. Observemos que na categoria "serviços" mais da metade se refere a empregados domésticos. Vê-se como ainda era incipiente a indústria, tanto mais que nesse item está incluída a mineração.

O Rio de Janeiro, com seus 522 mil habitantes em 1890, constituía o único grande centro urbano. A capital do império concentrava a vida política, as diversões e um grande número de investimentos em transportes, iluminação, embelezamento da cidade. Vinham a seguir Salvador, Recife, Belém e só então São Paulo, com modestos 65 mil habitantes. Mas a cidade, que se convertia no centro dos negócios cafeeiros e atraía cada vez mais imigrantes, começara uma arrancada de longo alcance, crescendo a uma taxa geométrica anual de 3% entre 1872 e 1886 e de 8% entre 1886 e 1890.

Por volta de 1870, consolidou-se a tendência de desenvolvimento econômico do centro-sul e de declínio do nordeste. Isso, em grande medida, resultou dos estímulos diversos provenientes do exterior para a produção agrícola. Nos países consumidores de café, o número de habitantes e sua renda aumentaram enormemente. A população dos Estados Unidos – maior país consumidor – quase triplicou entre 1850 e 1900, e o hábito de tomar café se ampliou. Esse fato, ao lado de outras circunstâncias, permitiu aos produtores absorver as flutuações de preço, ou seja, dada a expansão da demanda, foi possível enfrentar eventuais perdas nos períodos em que o preço do café caía no mercado internacional.

A principal atividade econômica do nordeste não teve o mesmo destino do café, embora continuasse a ser relevante. O açúcar manteve o segundo lugar na pauta das exportações brasileiras após ser superado pelo café, com exceção do período de 1861 a 1870, em que foi ultrapassado pelo algodão.

Mas a situação do açúcar brasileiro no mercado mundial não era fácil. O produto tinha dois fortes concorrentes: o açúcar extraído da beterraba, que em meados do século XIX passou a ser produzido em larga escala na Alemanha, e o proveniente do Caribe, aí se destacando Cuba. Ao contrário do Brasil, a ilha enfrentava dificuldades de mão de obra. Entretanto, a fertilidade das terras e os capitais disponíveis – espanhóis e depois norte-americanos – deram a Cuba uma posição de liderança não só na produção como na modernização da indústria açucareira. Outro fator a ser lembrado é a maior proximidade de Cuba dos centros consumidores. Em torno de 1860, 70% dos engenhos cubanos usavam máquinas a vapor, em comparação com apenas 2% dos engenhos pernambucanos.

No nordeste brasileiro, os esforços de modernização, com auxílio governamental, foram lentos e os resultados bem mais restritos. Não é assim de surpreender que, em torno de 1875, a participação do Brasil no mercado mundial de açúcar, tradicionalmente de 10%, caísse para 5%.

O cultivo de algodão estendia-se desde o período colonial pelas províncias do norte e do nordeste, concentrando-se em Pernambuco, no Maranhão, em Alagoas e na Paraíba. Era produzido por pequenos e médios lavradores, em combinação com culturas de alimentos para a própria subsistência e a venda nos mercados locais.

Desde o início do século XIX, a concorrência do algodão norte-americano começou a desbancar a produção brasileira no principal mercado importador, a indústria têxtil inglesa. A guerra civil nos Estados Unidos, entre 1861 e 1865, deu um súbito alento às exportações brasileiras, a ponto de o algodão figurar em segundo

lugar na pauta das exportações no decênio 1861-1870. Mas esta foi uma situação efêmera e logo se seguiu o declínio. O impulso posterior da produção algodoeira estaria vinculado ao mercado interno, com a expansão das indústrias têxteis no país.

Na região amazônica a extração da borracha começou a ganhar importância, atraindo a esparsa população local e os trabalhadores disponíveis do nordeste. A demanda mundial pelo produto surgiu a partir de 1839, quando Charles Goodyear aperfeiçoou o processo de vulcanização. Graças a ele, a borracha se tornou resistente ao calor e ao frio, sendo utilizada, a princípio, em produtos diversos como correias, mangueiras, sapatos, capas de chuva.

Até 1850, as exportações brasileiras eram insignificantes. Elas cresceram ao longo dos anos, figurando na década de 1880 em terceiro lugar, com 8% do valor das exportações, porcentagem muito próxima à do açúcar (10%). A grande expansão – o *boom* da borracha – começa nessa época. Não só as exportações aumentaram como ocorreu a formação de um polo econômico regional. Até aí, os negócios se concentravam nas mãos de um pequeno grupo de intermediários portugueses e de algumas casas exportadoras estrangeiras. Com a expansão surgiu uma rede bancária, cresceu o número de intermediários e de casas importadoras de bens de consumo, daí resultando o crescimento de Belém e Manaus. Só a sorte do trabalhador e do pequeno seringueiro não melhorou.

Apesar de os Estados Unidos serem o principal país importador do café brasileiro, a Inglaterra até a década de 1870 figurou em primeiro lugar entre os países de destino das mercadorias

exportadas pelo Brasil. Entre 1870 e 1873, correspondeu à Inglaterra quase 40% do valor das exportações brasileiras, vindo a seguir os Estados Unidos, com 29%. Tomando-se os mesmos anos como referência, verificamos que o Brasil importava bens predominantemente da Inglaterra (53% do valor total), situando-se a França em um distante segundo lugar (12%).

Assim como ocorrera na colônia, nem toda a produção do país se destinava à exportação. Várias áreas dedicaram-se à criação de gado e outros animais e à produção de alimentos, tanto para subsistência própria quanto para venda no mercado interno. Duas delas se destacaram nesse aspecto: Minas Gerais e o sul do país, especialmente o Rio Grande do Sul.

O território mineiro se dividia em várias regiões muito diversas e fracamente integradas por vias de comunicação deficientes. A Zona da Mata produzia café e estava ligada ao Rio de Janeiro. O Vale do São Francisco era uma zona de criação de gado que tinha relações mais estreitas com a Bahia e Pernambuco do que com o resto da província. O sul da província ligava-se a São Paulo e à capital do império.

Apesar do crescimento da produção cafeeira, exportada pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais não se vinculava predominantemente ao mercado externo. A base de sua economia consistia na criação de animais e no cultivo de alimentos. Ao que parece, grande parte dos alimentos vegetais, como o milho, o feijão e a farinha de mandioca, era consumida na própria província, enquanto bovinos, porcos e seus derivados representavam o item mais importante das exportações para outras regiões.

Até a Abolição, Minas Gerais foi a província com a maior população do país e o maior número de escravos, embora proporcionalmente a província do Rio de Janeiro a superasse em número de cativos. A expansão do café absorveu um grande número de escravos, mas a maior concentração ficou ainda nas regiões não cafeeiras de Minas. Manteve-se assim uma característica que vinha do período colonial, ou seja, a combinação de relações escravistas com uma economia voltada principalmente para o mercado interno.

No sul do país, a produção para esse mercado liga-se ao setor tradicional dos criadores de gado e ao ingresso de imigrantes. A atração de imigrantes nasceu aí mais cedo do que em São Paulo e teve características bem diferentes. Enquanto em São Paulo tinha por objetivo fornecer trabalhadores para a grande lavoura, no sul ela esteve ligada aos planos de colonização baseados na pequena propriedade.

Pouco antes da Independência, José Bonifácio e dom Pedro, por razões socioeconômicas e militares, realizaram os primeiros esforços a fim de atrair colonos alemães para o sul, especialmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul. José Bonifácio esperava incentivar a formação no Brasil de uma classe média rural.

Perto de Porto Alegre, surgiu a colônia mais bem-sucedida de todas – a colônia alemã de São Leopoldo (1824). A colonização alemã se estendeu pelo nordeste de Santa Catarina, onde surgiram as colônias de Blumenau (1850), Brusque e Dona Francisca, atual Joinville.

Os imigrantes dedicaram-se à criação de porcos, galinhas, vacas leiteiras, batatas, verduras e frutas até então inexistentes no Brasil,

como a maçã. Tiveram também um papel importante na instalação de oficinas e de estabelecimentos industriais. Surgiram assim, a princípio modestamente, a indústria de banha, de laticínios, de conserva de carne, de cerveja e outras bebidas.

Graças sobretudo ao fluxo para o sul, os alemães figuraram em segundo lugar na imigração de estrangeiros para o Brasil entre 1846 e 1875. Entretanto, desde 1860 o fluxo começou a diminuir. Isso se deveu a uma série de razões, entre elas as más condições de tratamento dos colonos, especialmente dos suíços e alemães engajados na experiência de parceria do senador Vergueiro, em São Paulo. Em 1871, o império alemão unificado suspendeu o apoio à imigração para o Brasil. Os dados referentes ao Rio Grande do Sul mostram a diferença entre duas épocas: os alemães representaram em torno de 93% dos imigrantes recebidos de 1824 a 1870 e apenas 15% dos que entraram entre 1889 e 1914.

Depois de 1870, o governo imperial incentivou a vinda de colonos italianos para o Rio Grande do Sul. Pequenos cultivadores procedentes em sua maioria do Tirol, do Vêneto e da Lombardia estabeleceram uma série de colônias, das quais a de Caxias foi a mais importante. A atividade econômica dos italianos, além de seguir alguns caminhos semelhantes aos alemães, especializou-se no cultivo da uva e na produção de vinho. Entre 1882 e 1889, em um total de 41 mil imigrantes que ingressaram no Rio Grande do Sul, 34 mil eram italianos.

A única semelhança entre a economia dos imigrantes e a dos criadores de gado residia no fato de que ambos produziam para o mercado interno. No mais tudo era diferente, desde a época de

ocupação da terra até a estrutura da propriedade. Os estancieiros concentravam-se e ainda hoje se concentram na Campanha Gaúcha e em território uruguaio, sendo proprietários de grandes extensões de terra. Do gado utilizavam o couro processado nos curtumes e, em especial, a carne. A carne era consumida localmente ou transformada em charque nas charqueadoras estabelecidas na região do litoral. O charque se destinava a alimentar a população pobre e escrava do centro-sul. Os criadores e charqueadores gaúchos produziam assim essencialmente para o mercado interno. Sua constante dor de cabeça nascia da concorrência da carne platina, capaz de competir em melhores condições no próprio mercado brasileiro.

A escassa integração territorial e econômica do país que vinha dos tempos coloniais persistiu no Brasil independente, apesar do relativo avanço dos transportes. Tal como sucedera no período colonial, a administração imperial centralizada estava muito presente nas regiões próximas à Corte e em algumas capitais de província, esfarelando-se nas áreas mais distantes. Mesmo no âmbito de cada província havia regiões diversas e dispersas. A República assumiu na sua organização política essa marca regional que esteve na base do regime federativo.

3.

A Primeira República (1889-1930)

3.1 OS ANOS DE CONSOLIDAÇÃO

Como episódio, a passagem do Império para a República foi quase um passeio. Em compensação, os anos posteriores ao Quinze de Novembro se caracterizaram por uma grande incerteza. Os vários grupos que disputavam o poder tinham interesses diversos e divergiam em suas concepções de como organizar a República. Os representantes políticos da classe dominante das principais províncias – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – defendiam a ideia da república federativa, que asseguraria um grau considerável de autonomia às unidades regionais.

Distinguiam-se, porém, em outros aspectos da organização do poder. O Partido Republicano Paulista (PRP) e os políticos mineiros sustentavam o modelo liberal. Os republicanos gaúchos eram positivistas. Não são claras as razões pelas quais, sob o comando de Júlio de Castilhos, o Rio Grande do Sul se tornou a principal região

de influência do positivismo. É possível que para isso tenha concorrido a tradição militar naquela área e o fato de que os republicanos eram aí uma minoria, em busca de uma doutrina capaz de lhes dar forte coesão. Eles teriam de se impor a uma corrente política tradicional, representada no Império pelo Partido Liberal.

Outro setor a ser considerado é o militar. Os militares tiveram bastante influência nos primeiros anos da República. O marechal Deodoro da Fonseca tornou-se chefe do Governo Provisório e algumas dezenas de oficiais foram eleitos para o Congresso Constituinte. Mas não constituíam um grupo homogêneo. Havia rivalidades entre o Exército e a Marinha: enquanto o Exército tinha sido o artífice do novo regime, a Marinha era vista como ligada à monarquia.

Existiam ainda diferenças pessoais e de concepções, separando os partidários de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto. Em torno do velho marechal reuniam-se veteranos da Guerra do Paraguai. Muitos desses oficiais não haviam frequentado a Escola Militar e distanciavam-se das ideias positivistas. Tinham ajudado a derrubar a monarquia “para salvar a honra do Exército” e não possuíam uma visão elaborada da república, a não ser a de que o Exército deveria ter um papel maior do que o desempenhado no Império.

Embora Floriano não fosse positivista e tivesse participado também da Guerra do Paraguai, os oficiais que se reuniam à sua volta possuíam outras características. Eram os jovens que haviam frequentado a Escola Militar e recebido a influência do positivismo. Concebiam sua inserção na sociedade como soldados-cidadãos, com

a missão de dar um sentido aos rumos do país. A república deveria ter ordem e também progresso. Progresso significava a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do industrialismo, da expansão das comunicações.

Apesar da profunda rivalidade existente entre os grupos no interior do Exército, eles se aproximavam em um ponto fundamental. Não expressavam os interesses de uma classe social, como era o caso dos defensores da república liberal. Eram, sim, antes de mais nada, os porta-vozes de uma instituição que era parte do aparelho do Estado. Pela natureza de suas funções, pelo tipo de cultura desenvolvida no interior da instituição, os oficiais do Exército, positivistas ou não, situavam-se como adversários do liberalismo. Para eles, a república deveria ser dotada de um Poder Executivo forte ou passar por uma fase mais ou menos prolongada de ditadura. A autonomia das províncias tinha um sentido suspeito, não só por servir aos interesses dos grandes proprietários rurais como por envolver o risco de fragmentar o país.

Os partidários da república liberal apressaram-se em garantir a convocação de uma Assembleia Constituinte, temerosos do prolongamento de uma semiditadura sob o comando pessoal de Deodoro. O novo regime fora recebido com desconfianças na Europa e era necessário dar uma forma constitucional ao país para garantir o reconhecimento da república e a obtenção de créditos no exterior.

A primeira Constituição republicana, promulgada em fevereiro de 1891, inspirou-se no modelo norte-americano, consagrando a república federativa liberal. Os estados – designação dada daí para a

frente às antigas províncias – ficaram implicitamente autorizados a exercer atribuições diversas, como as de contrair empréstimos no exterior e organizar forças militares próprias: as forças públicas estaduais. As atribuições eram do interesse dos grandes estados e, sobretudo, de São Paulo. A possibilidade de contrair empréstimos no exterior seria vital para que o governo paulista pudesse pôr em prática os planos de valorização do café.

Uma atribuição expressa importante para os estados exportadores – e portanto para São Paulo – foi a de decretar impostos sobre a exportação de suas mercadorias. Desse modo, garantiam uma importante fonte de renda que possibilitava o exercício da autonomia. Os estados ficaram também com a faculdade de organizar uma justiça própria.

O governo federal (União) não ficou destituído de poderes. A ideia de um ultrafederalismo, sustentada pelos positivistas gaúchos, foi combatida tanto pelos militares quanto pelos paulistas. O esfacelamento do poder central era um risco que, por razões diversas, esses setores não queriam correr. A União ficou com os impostos de importação, com o direito de criar bancos emissores de moeda, de organizar as Forças Armadas nacionais etc. Ficou ainda com a faculdade de intervir nos estados para restabelecer a ordem, para manter a forma republicana federativa.

A Constituição inaugurou o sistema presidencialista de governo. O Poder Executivo, que antes coubera ao imperador, seria exercido por um presidente da República, eleito por um período de quatro anos. Como no Império, o Legislativo foi dividido em Câmara de Deputados e Senado, mas os senadores deixaram de ser vitalícios.

Os deputados seriam eleitos em cada estado, em número proporcional ao de seus habitantes, por um período de três anos. A eleição dos senadores se dava para um período de nove anos, em número fixo: três senadores representando cada estado e três representando o Distrito Federal, isto é, a capital da República.

Fixou-se o sistema do voto direto e universal, suprimindo-se o censo econômico. Foram considerados eleitores todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, excluídas certas categorias, como os analfabetos, os mendigos, os praças militares. A Constituição não fez referência às mulheres, mas considerou-se implicitamente que elas estavam impedidas de votar. Excepcionalmente, os primeiros presidente e vice-presidente da República seriam eleitos pelo voto indireto da Assembleia Constituinte, transformada em Congresso ordinário.

O texto constitucional consagrou o direito dos brasileiros e estrangeiros residentes no país à liberdade, à segurança individual e à propriedade. Extinguiu a pena de morte, aliás raramente aplicada no império. Estado e Igreja passaram a ser instituições separadas. Deixou assim de existir uma religião oficial no Brasil. Importantes funções até então monopolizadas pela Igreja católica foram atribuídas ao Estado. A república só reconheceria o casamento civil e os cemitérios passaram às mãos da administração municipal. Neles seria livre o culto de todas as crenças religiosas. Uma lei veio completar em 1893 esses preceitos constitucionais, criando o registro civil para o nascimento e a morte das pessoas. As medidas refletiam a convicção laica dos dirigentes republicanos, a necessidade de aplinar os conflitos entre o Estado e a Igreja, e o

objetivo de facilitar a integração dos imigrantes alemães, que eram em sua maioria luteranos. Outra medida destinada a integrar os imigrantes foi a chamada grande naturalização. Por ela, tornaram-se cidadãos brasileiros os estrangeiros que, achando-se no Brasil em 15 de novembro de 1889, não declararam dentro de seis meses após entrar em vigor a Constituição o desejo de conservar a nacionalidade de origem.

Recebida com restrições na Inglaterra, a Proclamação da República foi saudada com entusiasmo na Argentina e aproximou o Brasil dos Estados Unidos. A mudança de regime se deu quando estava em curso, em Washington, a I Conferência Pan-americana, convocada por iniciativa dos Estados Unidos. O representante brasileiro à conferência foi substituído por Salvador de Mendonça, republicano histórico, que coincidiu com muitos dos pontos de vista norte-americanos.

O nítido deslocamento do eixo da diplomacia brasileira de Londres para Washington se deu com a entrada do barão do Rio Branco para o Ministério das Relações Exteriores, onde permaneceu por longos anos, entre 1902 e 1912, atravessando várias sucessões presidenciais. A política de Rio Branco não representou um alinhamento automático com os Estados Unidos, mas uma forte aproximação com o objetivo de alcançar para o Brasil a posição de primeira potência sul-americana.

Os tempos de euforia nas relações Brasil-Argentina haviam passado, e os dois países entraram em aberta competição na esfera

militar. O Brasil tratou de captar a simpatia de nações menores, como o Uruguai e o Paraguai, e de aproximar-se do Chile para limitar a influência argentina. Mesmo assim, sobretudo nos últimos anos de sua gestão, Rio Branco tentou sem êxito implantar um acordo estável entre Argentina, Brasil e Chile, conhecido como ABC .

No período de Rio Branco, o Brasil definiu questões de limites com vários países da América do Sul, entre eles o Uruguai, o Peru e a Colômbia. Um conflito armado opôs brasileiros e bolivianos na disputa pelo Acre, na região amazônica, subitamente valorizado pela exploração da borracha. A área, considerada território boliviano, era ocupada, em grande parte, por migrantes brasileiros. Uma solução negociada resultou no Tratado de Petrópolis (1903), pelo qual a Bolívia reconheceu a soberania brasileira no Acre, recebendo em troca uma indenização de 2,5 milhões de libras esterlinas.

O primeiro ano da República foi marcado por uma febre de negócios e de especulação financeira, como consequência de fortes emissões e facilidade de crédito. De fato, o meio circulante era incompatível com as novas realidades do trabalho assalariado e do ingresso em massa de imigrantes. Formaram-se muitas empresas, algumas reais e outras fantásticas. A especulação cresceu nas bolsas de valores e o custo de vida subiu fortemente. No início de 1891 veio a crise, com a derrubada do preço das ações, a falência de estabelecimentos bancários e empresas. O valor da moeda brasileira, cotado em relação à libra inglesa, começou a despencar. É possível que para isso tenha concorrido um refluxo na aplicação de capitais britânicos

na América Latina, após uma grave crise financeira na Argentina (1890).

Em plena crise, o Congresso elegeu Deodoro da Fonseca para a presidência da República e Floriano Peixoto para a vice-presidência. Deodoro entrou em choque com o Congresso ao pretender reforçar o Poder Executivo, tendo como modelo o extinto Poder Moderador. Fechou o Congresso, prometendo para o futuro novas eleições e uma revisão da Constituição visando fortalecer o Poder Executivo e reduzir a autonomia dos estados. O êxito dos planos de Deodoro dependia da unidade das Forças Armadas, o que não ocorria. Ante a reação dos florianistas, da oposição civil e de setores da Marinha, Deodoro acabou renunciando em 23 de novembro de 1891. Subia ao poder o vice-presidente Floriano Peixoto.

O marechal Floriano encarnava uma visão da república não identificada com as forças econômicas dominantes. Pensava construir um governo estável, centralizado, vagamente nacionalista, baseado sobretudo no Exército e na mocidade das escolas civis e militares. Essa visão chocava-se com a da chamada “república dos fazendeiros”, liberal e descentralizada, que via com suspeitas o reforço do Exército e as manifestações da população urbana do Rio de Janeiro.

Mas, ao contrário do que se poderia prever, houve na presidência de Floriano um acordo tático entre o presidente e o PRP. As razões básicas para isso foram os riscos reais e às vezes imaginários que corria o regime republicano. A elite política de São Paulo via na figura de Floriano a possibilidade mais segura de garantir a

sobrevivência da república. Este, por sua vez, percebia que sem o PRP não teria base política para governar.

Uma das regiões politicamente mais instáveis do país nos primeiros anos da República era o Rio Grande do Sul. Entre a Proclamação da República e a eleição de Júlio de Castilhos para a presidência do estado, em novembro de 1893, dezessete governos se sucederam no comando do estado. Opunham-se, de um lado, os republicanos históricos adeptos do positivismo, organizados no Partido Republicano Rio-grandense (PRR); de outro, os liberais. Em março de 1892 estes fundaram o Partido Federalista, aclamando como seu líder Silveira Martins, prestigiosa figura do Partido Liberal no Império.

As bases sociais dos federalistas encontravam-se principalmente entre os estancieiros da Campanha, região localizada no sul do estado, na linha de fronteira com o Uruguai. Eles constituíam a elite política tradicional, com raízes no Império. Os republicanos baseavam-se na população do litoral e da serra, onde se encontravam muitos imigrantes. Formavam uma elite mais recente, que irrompia na política disposta a monopolizar o poder.

A guerra civil entre os dois grupos, conhecida como Revolução Federalista, começou em fevereiro de 1893 e só terminou mais de dois anos e meio depois, já na presidência de Prudente de Moraes. A luta foi implacável, dela resultando milhares de mortos. Muitos deles não morreram em combate: foram degolados após terem caído prisioneiros.

Desde o início do confronto, Floriano teve o apoio financeiro de São Paulo e de sua bem organizada milícia estadual. Ao mesmo tempo, a influência dos militares no governo foi declinando. No Ministério da Fazenda estava Rodrigues Alves, de uma família paulista do Vale do Paraíba, antigo conselheiro do império convertido à república. A presidência da Câmara e a do Senado encontravam-se também em mãos do PRP .

O acordo tático entre Floriano e a elite política de São Paulo terminou por ocasião da escolha de seu sucessor. Dispondo de poucas bases de apoio, entre as quais se encontravam os ruidosos mas pouco eficazes jacobinos, Floriano não teve condições de designar seu candidato a sucessor. Prevaleceu o nome do paulista Prudente de Moraes, eleito em 1º de março de 1894. O marechal demonstrou sua contrariedade não comparecendo à posse. Segundo as crônicas, preferiu ficar em sua casa modesta, cuidando das rosas de seu jardim.

A sucessão presidencial marcou o fim da presença de figuras do Exército na presidência da República, com exceção do marechal Hermes da Fonseca, eleito para o período de 1910 a 1914. Além disso, a atividade política dos militares como um todo declinou. O Clube Militar, que coordenava essas atividades, ficou fechado entre 1896 e 1901.

No governo de Prudente de Moraes, tornou-se aguda a oposição já existente na época de Floriano entre a elite política dos grandes estados e o republicanismo jacobino, concentrado no Rio de Janeiro. Os jacobinos formavam um contingente de membros da baixa classe média, alguns operários e militares atingidos pela carestia e as más

condições de vida. Suas motivações não eram apenas materiais. Acreditavam em uma república forte, capaz de combater as ameaças monarquistas, que para eles estavam em toda parte. Adversários da república liberal, assumiam também a velha tradição patriótica e antilusitana. Os “galegos”, em cujas mãos estava grande parte do comércio carioca, eram alvo de violentos ataques. Os jacobinos apoiaram Floriano e o transformaram em uma bandeira depois de sua morte, ocorrida em junho de 1895.

Um acontecimento muito distante do Rio de Janeiro, mas com consequências na política da república, assinalou os anos do governo de Prudente de Moraes. No sertão norte da Bahia formara-se, em 1893, em uma fazenda abandonada, uma povoação conhecida como arraial de Canudos. Seu líder era Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro. Conselheiro nascera no Ceará, filho de um comerciante que pretendia fazer dele um padre. Depois de ter problemas financeiros e complicações domésticas, exerceu várias profissões, como professor e vendedor ambulante, até se converter em beato – um misto de sacerdote e chefe de jagunços.

Levou uma vida nômade pelo sertão, congregando o povo para construir e reconstruir igrejas, erguer muros de cemitério e seguir o caminho de uma vida ascética. Fixou-se depois em Canudos, atraindo a população sertaneja, em número que alcançou de 20 mil a 30 mil habitantes.

A pregação do Conselheiro concorria com a da Igreja; um incidente sem maior importância, em torno do corte de madeira, levou o governador da Bahia à decisão de dar uma lição nos “fanáticos”. Surpreendentemente, a força baiana foi derrotada. O governador apelou então para as tropas federais. A derrota de duas expedições municiadas com canhões e metralhadoras, em uma das quais morreu seu comandante, provocou uma onda de protestos e de violência no Rio de Janeiro.

Os jacobinos viam o dedo oculto dos políticos monarquistas em um episódio ligado às condições de vida do sertão e ao universo mental dos sertanejos. Essa fantasia era alimentada pelo fato de Conselheiro pregar a volta da monarquia. A república – segundo ele – só podia ser coisa de ateus e maçons, como comprovavam a introdução do casamento civil e uma suposta interdição da Companhia de Jesus.

Uma expedição sob o comando do general Artur Oscar, constituída de 8 mil homens e dotada de equipamento moderno, arrasou o arraial em agosto de 1897, após um mês e meio de luta. Seus defensores morreram em combate e, quando prisioneiros, foram degolados. Para os oficiais positivistas e os políticos republicanos, foi uma luta da civilização contra a barbárie. Na verdade, havia “barbárie” em ambos os lados e mais entre aqueles homens instruídos que tinham sido incapazes de pelo menos tentar entender a gente sertaneja.

A consolidação da república liberal-oligárquica foi completada com a sucessão de Prudente por outro paulista, Campos Sales (1898-1902). O movimento jacobino esfacelou-se depois de alguns de seus membros terem-se envolvido em uma tentativa de assassinar Prudente de Moraes. Os militares voltaram em sua maioria para os quartéis.

A elite política dos grandes estados, São Paulo à frente, tinha triunfado. Faltava, porém, criar instrumentos para que a república oligárquica pudesse assentar-se em um sistema político estável. O grande papel atribuído aos estados provocou em alguns deles lutas de grupos rivais. O governo federal aí intervinha, usando de seus controvertidos poderes estabelecidos na Constituição. Isso tornava incerto o controle do poder em alguns estados e reduzia as possibilidades de um acerto duradouro entre a União e os estados. Acrescente-se o fato de que o Poder Executivo encontrava dificuldades em impor-se ao Legislativo como pretendia, embora a Constituição dissesse que “os poderes eram harmônicos e independentes entre si”.

Baseando-se nessas questões, Campos Sales concebeu um arranjo conhecido como política dos governadores. Por meio de uma alteração artificiosa do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, assegurou-se que a representação parlamentar de cada estado corresponderia ao grupo regional dominante. Ao mesmo tempo, garantiu-se maior subordinação da Câmara ao Poder Executivo. O propósito da política dos governadores, só em parte

alcançado, foi o de eliminar as disputas faccionais nos estados e, ao mesmo tempo, reforçar o Poder Executivo, considerado por Campos Sales o “poder por excelência” .

No plano financeiro, a grave situação que vinha dos tempos da monarquia tornou-se dramática. O governo republicano herdara do império uma dívida externa que consumia anualmente grande parte do saldo da balança comercial. O quadro tendeu a se agravar no curso da década de 1890, com o aumento do déficit público. Muitas despesas relacionavam-se com os custos das operações militares naquele incerto período. O apelo ao crédito externo foi utilizado com frequência e a dívida cresceu em cerca de 30% entre 1890 e 1897, gerando novos compromissos de pagamento.

Por outro lado, a extensão das plantações de café no início da década resultaram em grandes colheitas em 1896 e 1897. A ampliação da oferta do produto no mercado internacional provocou acentuada queda de preços e uma redução do ingresso de divisas. No fim de seu governo, quando se tornou clara a impossibilidade de continuar o serviço da dívida, Prudente de Moraes iniciou conversações para chegar a um acordo com os credores internacionais. Houve entendimentos no Rio de Janeiro com o London and River Plate Bank , enquanto Campos Sales – presidente eleito, mas ainda não empossado – foi a Londres para se entender com a Casa Rothschild . Os Rothschild desempenhavam desde a Independência o papel de agente financeiro do Brasil na Europa.

Afinal, já no governo de Campos Sales, foi acertado um penoso *funding loan* , em junho de 1898, como um esquema para dar folga e garantir por meio de um novo empréstimo o pagamento dos juros

e do montante de empréstimos anteriores. O Brasil deu em garantia aos credores as rendas da Alfândega do Rio de Janeiro e ficou proibido de contrair novos empréstimos até junho de 1901. Comprometeu-se ainda a cumprir um duro programa de deflação, incinerando parte do papel-moeda em circulação. O país escapava assim da insolvência. Mas, nos anos seguintes, pagaria um pesado tributo por essas medidas e outras que se seguiram no governo de Campos Sales, gerando a queda da atividade econômica e a quebra de bancos e outras empresas.

3.2 AS OLIGARQUIAS E OS CORONÉIS

A república concretizou a autonomia estadual, dando plena expressão aos interesses de cada região. Isso se refletiu, no plano da política, na formação dos partidos republicanos restritos a cada estado. As tentativas de organizar partidos nacionais foram transitórias ou fracassaram. Controlados por uma elite reduzida, os partidos republicanos decidiam os destinos da política nacional e fechavam os acordos para a indicação de candidatos à presidência da República.

O que representavam as diversas oligarquias estaduais? O que significava falar em nome de São Paulo, Rio Grande do Sul ou Minas Gerais, para ficar nos exemplos mais expressivos? Se havia um traço comum na forma pela qual essas oligarquias monopolizavam o poder político, havia também diferenças nas suas relações com a sociedade. Em São Paulo a elite política oligárquica esteve mais

próxima dos interesses dominantes, ligados à economia cafeeira e, com o correr do tempo, também à indústria. O que não quer dizer que ela fosse um simples preposto de grupos. A oligarquia paulista soube organizar o estado de São Paulo com eficiência, tendo em vista os interesses mais gerais da classe dominante.

Tanto a oligarquia gaúcha quanto a mineira, que controlavam respectivamente o PRR e o Partido Republicano Mineiro (PRM) , tiveram bastante autonomia em suas relações com a sociedade. O PRR impôs-se como uma máquina política forte, inspirada em uma versão autoritária do positivismo, arbitrando os interesses de estancieiros e imigrantes em ascensão. A oligarquia mineira não foi também pau-mandado de cafeicultores ou criadores de gado. Tendo de levar em conta esses setores da sociedade, constituiu uma máquina de políticos profissionais que, em grande medida, originava dela própria a fonte do poder, nomeando funcionários, legalizando a posse de terras, decidindo sobre investimentos em educação, transportes etc.

À primeira vista, pareceria que o domínio das oligarquias poderia ser quebrado pela massa da população por meio do voto. Entretanto, o voto não era obrigatório e o povo, em regra, encarava a política como um jogo entre os grandes ou uma troca de favores. Seu desinteresse crescia quando nas eleições para presidente os partidos estaduais se acertavam, lançando candidaturas únicas, ou quando os candidatos de oposição não tinham qualquer possibilidade de êxito. A porcentagem de votantes oscilou entre um mínimo de 1,4% da população total do país (eleição de Afonso Pena em 1906) e um máximo de 5,7% (eleição de Júlio Prestes em 1930).

Outro aspecto a ser ressaltado é o de que os resultados eleitorais não espelhavam a realidade. O voto não era secreto e a maioria dos eleitores estava sujeita à pressão dos chefes políticos, a quem tratava também de agradar. A fraude eleitoral constituía prática corrente, através da falsificação de atas, do voto dos mortos, dos estrangeiros etc. Essas distorções não eram, aliás, novidade, representando o prolongamento de um quadro que vinha da monarquia.

Apesar de tudo, comparativamente, o comparecimento eleitoral cresceu em relação ao Império. Confrontando-se as eleições para a última legislatura do parlamento imperial (1886) com a primeira eleição para a presidência da República em que votaram eleitores de todos os estados (1898), verificamos que a participação eleitoral aumentou em 400%. Além disso, nem todas as eleições para presidente da República foram uma simples ratificação de um nome. Houve bastante disputa nas eleições de 1910, 1922 e 1930, quando se elegeram, respectivamente, Hermes da Fonseca, Artur Bernardes e Júlio Prestes.

É comum denominar a Primeira República de República dos Coronéis, em uma referência aos coronéis da antiga Guarda Nacional, que eram em sua maioria proprietários rurais, com uma base local de poder. O coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo –, existente tanto no campo quanto nas cidades. Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem

seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado, da inexistência de uma carreira no serviço público. Todas essas características vinham dos tempos coloniais, mas a república criou condições para que os chefes políticos locais concentrassem maior soma de poder. Isso resultou principalmente da ampliação da parte dos impostos atribuída aos municípios e da eleição dos prefeitos.

Do ponto de vista eleitoral, o “coronel” controlava os votantes em sua área de influência. Trocava votos, em candidatos por ele indicados, por favores tão variados como um par de sapatos, uma vaga no hospital ou um emprego de professora. Mas os “coronéis” não monopolizaram a cena política na Primeira República. Outros grupos, expressando diversos interesses urbanos, tiveram um papel significativo na condução da política. Além disso, apesar de serem importantes para a sustentação da base do sistema oligárquico, os “coronéis” dependiam de outras instâncias para manter o seu poder. Entre essas instâncias destacava-se, nos grandes estados, o governo estadual, que não correspondia a um ajuntamento de “coronéis” . Estes forneciam votos aos chefes políticos do respectivo estado, mas dependiam deles para proporcionar muitos dos benefícios esperados pelos eleitores, sobretudo quando os benefícios eram coletivos.

O coronelismo teve marcas distintas, de acordo com a realidade sociopolítica de cada região do país. Um exemplo extremo de poder dos “coronéis” se encontra em áreas do interior do nordeste, em torno do rio São Francisco, onde surgiram verdadeiras “nações de coronéis” , com suas forças militares próprias. Em contraste, nos estados mais importantes os “coronéis” dependiam de estruturas

mais amplas, ou seja, a máquina do governo e o Partido Republicano.

3.3 RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO E OS ESTADOS

A Primeira República é conhecida, no senso comum, como a época do “café com leite” . A frase exprime a ideia de que uma aliança entre São Paulo (café) e Minas Gerais (leite) comandou, no período, a política nacional. A realidade, porém, é mais diversificada. Para entendê-la, devemos olhar de perto as relações entre a União e pelo menos três estados – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul –, bastante diversos entre si.

Sem pretender esfacelar o governo federal, São Paulo tratou de assegurar sua autonomia, garantida pelas rendas de uma economia em expansão e por uma poderosa força militar. Mas os paulistas não podiam se dar ao luxo de contar apenas consigo mesmos. Para ficar no exemplo mais relevante, cabia à União o papel fundamental de definir a política monetária e cambial, que, além de decidir os rumos financeiros do país, tinha reflexos na sorte dos negócios cafeeiros.

Na esfera federal, os políticos paulistas concentraram-se nesses assuntos e nas iniciativas para obter o apoio do governo aos planos de valorização do café. Desse modo, embora a economia de São Paulo se tenha diversificado no curso da Primeira República, sua elite política agiu principalmente no interesse da burguesia do café, de onde se originavam, aliás, muitos de seus membros.

A política de valorização do café constitui um dos exemplos mais nítidos do papel de São Paulo na federação e das relações entre os vários estados. A partir da década de 1890, a produção cafeeira de São Paulo cresceu enormemente, gerando problemas para a renda da cafeicultura. Esses problemas tinham duas fontes básicas: a grande oferta do produto fazia o preço baixar no mercado internacional; a valorização da moeda brasileira, a partir do governo Campos Sales, impedia a compensação da queda de preços internacionais por uma receita maior em moeda nacional.

Para garantir a renda da cafeicultura, surgiram em São Paulo, no começo do século XX, vários planos de intervenção governamental no mercado cafeeiro. Afinal, chegou-se em fevereiro de 1906 a um acordo, chamado de Convênio de Taubaté, por ter sido celebrado nessa cidade paulista. Assinaram o acordo os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Os termos básicos do convênio eram os seguintes: negociação de um empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas para custear a intervenção do Estado no mercado, através da compra do produto por um preço conveniente à cafeicultura; criação de um mecanismo destinado a estabilizar o câmbio, impedindo a valorização da moeda brasileira. O governo deveria comprar com os recursos externos as safras abundantes, fazendo estoques da mercadoria para vendê-la no mercado internacional no momento oportuno. O plano se baseava assim na ideia correta da alternância entre boas e más colheitas e na expectativa de que as compras governamentais reduziram a oferta de café, fazendo subir os preços.

As resistências opostas pelo governo federal ao plano e as reticências dos demais estados integrantes do convênio levaram o estado de São Paulo a agir por conta própria, associando-se a um grupo de importadores dos Estados Unidos liderados por Hermann Sielcken . O financiamento desse grupo e empréstimos bancários possibilitou a retirada do café do mercado. Entretanto, era impossível manter a situação por muito tempo sem a obtenção de um financiamento a longo prazo, de maior vulto.

No segundo semestre de 1908, o presidente Afonso Pena obteve do Congresso autorização para que a União fosse fiadora de um empréstimo de até 15 milhões de libras que São Paulo pretendia contrair. A partir daí, o estado de São Paulo pôde prosseguir a operação valorizadora, entregando o controle da operação aos banqueiros internacionais. Os primeiros resultados do esquema surgiram em 1909. Os preços internacionais do café começaram a subir e se mantiveram em alta até 1912, graças à retração da oferta provocada pela estocagem e à diminuição do volume das safras. Em junho de 1913, o empréstimo foi pago.

Houve duas outras operações valorizadoras, sob responsabilidade da União até 1924, quando o presidente Artur Bernardes, preocupado com o orçamento federal, abandonou a defesa do café e o estado de São Paulo assumiu diretamente a defesa permanente do produto.

Este breve relato ilustra o tipo de relações existente entre São Paulo e a União. Os paulistas tiveram meios de garantir sua autonomia e até certo ponto levar seus planos econômicos adiante mesmo sem contar com o apoio do governo federal. Mas a política

cambial da União repercutia em sentido desfavorável na cafeicultura paulista quando eram tomadas medidas de valorização do câmbio. Além disso, a garantia do governo federal podia ser imprescindível ou, pelo menos, podia facilitar a obtenção de empréstimos no exterior.

A postura dos políticos mineiros era diferente. Eles representavam um estado economicamente fragmentado entre o café, o gado e, de certo modo, a indústria, sem ter um polo dominante. Além disso, Minas não tinha o potencial econômico de São Paulo e dependia dos benefícios da União. Esse quadro levou a elite política mineira a guardar certa distância dos interesses específicos do “café” e do “leite”, acumulando poder como políticos profissionais. Os mineiros exerciam forte influência na Câmara dos Deputados, onde tinham uma bancada de 37 membros, enquanto os paulistas eram apenas 22. Essa proporção foi estabelecida de acordo com o censo de 1890. Depois do censo realizado em 1920, demonstrando o grande crescimento populacional de São Paulo, os paulistas tentaram inutilmente obter uma revisão da proporcionalidade.

Os políticos de Minas controlaram o acesso a muitos cargos políticos federais e tiveram êxito em um de seus objetivos prioritários: a construção de ferrovias em território mineiro, que atendia aos interesses gerais de seu estado. Nos anos 1920, quase 40% das novas construções de estradas de ferro federais aí se concentraram. Ao mesmo tempo, buscaram a proteção aos produtos

de Minas consumidos no mercado interno e apoiaram, de acordo com as circunstâncias, a valorização do café.

A presença dos gaúchos na política nacional teve a peculiaridade de relacionar-se com a presença militar. A aproximação não significa que houvesse identidade entre os militares e o PRR . Entre 1894 e 1910, os gaúchos – assim como a cúpula do Exército – estiveram quase ausentes da administração federal. Aí reapareceram quando da eleição do marechal Hermes da Fonseca.

Há várias razões para a afinidade apontada. Desde os tempos do Império, o Rio Grande do Sul concentrava os maiores efetivos do Exército, variando na Primeira República entre um terço e um quarto dos efetivos nacionais. A III Região Militar, criada em 1919, constituiu uma ponte para a alta administração, pois vários de seus comandantes foram para o Ministério da Guerra. A importância do setor militar incentivou os gaúchos de certo nível social a seguir a carreira das armas, contribuindo com o maior número de ministros da Guerra e de presidentes do Clube Militar na Primeira República.

Por outro lado, a intermitente luta armada na região favoreceu o contato entre os oficiais e os partidos políticos. Da Revolução Federalista, por exemplo, nasceram os laços de vários oficiais com o PRR .

Certos traços ideológicos e peculiaridades políticas concorreram também para a aproximação. O positivismo, cuja importância difusa se manteve no interior do Exército, foi o principal traço ideológico. Além disso, a política econômica e financeira defendida pelos

republicanos gaúchos tendeu a coincidir com a visão do grupo militar. O PRR defendia uma política conservadora de gastos do governo federal e a estabilização dos preços. A inflação criaria problemas para o mercado de carne-seca. Como o produto era consumido principalmente pelas classes populares do nordeste e do Distrito Federal, qualquer redução do poder aquisitivo dessas classes resultava em restrição da demanda. Essa perspectiva, apesar da diferença de motivações, estabelecia uma ponte com os militares, que viam com bons olhos a adoção de uma política financeira conservadora.

Um bloco das oligarquias do nordeste poderia ter sido influente na política nacional. Mas uma coalizão de estados da região era muito dificultada por existirem interesses conflitantes. Por exemplo, como os recursos obtidos pelo imposto de exportação em cada estado eram escassos, os estados competiam uns com os outros pelos favores do governo federal; envolviam-se também em intermináveis disputas acerca do direito de cobrar impostos interestaduais sobre mercadorias que circulavam de um estado para o outro.

A união das oligarquias paulista e mineira foi um elemento fundamental da história política da Primeira República. A união foi feita com a preponderância de uma ou de outra das duas forças. Com o tempo, surgiram as discussões e um grande desacerto final.

Apesar da influência militar, São Paulo saiu à frente nos primeiros anos da República. Os paulistas alcançaram seus objetivos na Constituinte com o apoio dos mineiros e prepararam o caminho para as presidências civis. Foram eleitos seguidamente três presidentes

paulistas – Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves – entre 1894 e 1902, fato que nunca mais se repetiria. A preponderância política de São Paulo nesses anos se explica não apenas por sua importância econômica mas também pela coesão partidária de sua elite. A grande maioria da elite paulista abandonou rapidamente suas antigas divergências e cerrou fileiras em torno do PRP .

A situação foi diversa em Minas Gerais, onde as divergências de grupos só se acalmaram com a chamada segunda fundação do PRM , em 1897. Daí para a frente, a presença mineira na política nacional cresceu cada vez mais.

Um acordo entre São Paulo e Minas Gerais perdurou, a partir de Campos Sales, até 1909. Naquele ano, abriu-se a dissidência entre os dois estados que facilitou a volta provisória dos militares e a volta permanente do Rio Grande do Sul à cena política nacional. A campanha para a presidência da República de 1909-1910 foi a primeira disputa eleitoral efetiva da vida republicana. O marechal Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro da Fonseca, saiu candidato com o apoio do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e dos militares. São Paulo, na oposição, lançou a candidatura de Rui Barbosa, em aliança com a Bahia.

Rui procurou atrair o voto da classe média urbana, defendendo os princípios democráticos e o voto secreto. Deu à campanha um tom de reação contra a intervenção do Exército na política. Atacou os chefes militares e contrapôs a Força Pública estadual ao Exército como modelo a ser seguido. Embora a base política mais importante de Rui Barbosa fosse naquela altura a oligarquia de São Paulo, sua

campanha se apresentou como a luta da inteligência pelas liberdades públicas, pela cultura, pelas tradições liberais, contra o Brasil inculto, oligárquico e autoritário. A vitória de Hermes produziu grandes desilusões na restrita intelectualidade da época.

A estrela do Rio Grande do Sul começou a dar sinais de vida por ocasião dos entendimentos que levaram à candidatura do mineiro Afonso Pena (1906). A partir do governo Hermes, ela passou a brilhar como estrela de terceira grandeza na constelação do “café com leite”. Esse fato levou São Paulo e Minas a evitar novas dissensões. Um pacto não escrito foi concluído em 1913, na cidade mineira de Ouro Fino, pelo qual mineiros e paulistas tratariam de se revezar na presidência da República. Entretanto, a presença gaúcha na política nacional não desapareceu. Mesmo sem dar as cartas nas sucessões do presidente da República, a oligarquia gaúcha ascendeu após 1910, com grande presença nos ministérios, enquanto a de São Paulo tendeu a se entrincheirar em seu estado.

Por fim, o não cumprimento das regras do jogo por parte do presidente Washington Luís, indicando para sua sucessão o paulista Júlio Prestes (1929), foi um fator central da ruptura política ocorrida em 1930.

A análise dos acordos entre as várias oligarquias indica que o governo federal não foi um simples clube dos fazendeiros de café. O Poder Central se definiu como articulador de uma integração nacional que, mesmo frágil, nem por isso era inexistente. Tinha de garantir certa estabilidade no país, conciliar interesses diversos,

atrair investimentos estrangeiros, cuidar da questão da dívida externa.

Mas os negócios do café foram o eixo da economia do período. Ao longo da Primeira República, o café manteve de longe o primeiro lugar na pauta das exportações brasileiras, com uma média em torno de 60% do valor total. No fim do período, representava em média 72,5% das exportações. Dependiam dele o crescimento e o emprego nas áreas mais desenvolvidas do país. Fornecia também a maior parte das divisas necessárias para as importações e o atendimento dos compromissos no exterior, especialmente os da dívida externa.

Na formulação de sua política, o governo federal não podia ignorar o peso do setor cafeeiro, qualquer que fosse a origem regional do presidente da República. Mas o aspecto mais significativo encontra-se no fato de que governantes supostamente ligados aos interesses do café nem sempre agiram como seus defensores. Curiosamente, três presidentes provenientes de São Paulo – Campos Sales, Rodrigues Alves e Washington Luís – desagradaram o setor cafeeiro ou se chocaram com ele. Esse comportamento na aparência estranho se deve principalmente ao fato de que o presidente da República tinha de ter uma preocupação pelo que acreditava ser os interesses gerais do país. Esses interesses passavam pela estabilização das finanças e pelo acordo com os credores externos, notadamente os Rothschild – principais agentes financeiros do Brasil no exterior.

3.4 AS MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS

A imigração em massa foi um dos traços mais importantes das mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil a partir das últimas décadas do século XIX . O Brasil foi um dos países receptores dos milhões de europeus e asiáticos que vieram para as Américas em busca de oportunidade de trabalho e ascensão social. Ao lado dele figuram entre outros os Estados Unidos, a Argentina e o Canadá.

Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930. O período de 1887 a 1914 concentrou o maior número de imigrantes, com a cifra aproximada de 2,74 milhões, cerca de 72% do total. Essa concentração se explica, além de outros fatores, pela forte demanda de força de trabalho naqueles anos para a lavoura de café. A Primeira Guerra Mundial reduziu muito o fluxo de imigrantes. Após o fim do conflito constatamos uma nova corrente imigratória, que se prolonga até 1930.

A partir de 1930, a crise mundial iniciada em 1929, assim como as mudanças políticas no Brasil e na Europa, fizeram com que o ingresso de imigrantes como força de trabalho deixasse de ser significativo. O japoneses constituíram a única exceção, pois, tomando-se períodos de tempo de dez anos, foi entre 1931 e 1940 que eles entraram no país em maior número.

As regiões centro-sul, sul e leste foram as que receberam imigrantes maciçamente. Em 1920, 93,4% da população estrangeira vivia nessas regiões. O estado de São Paulo se destacou no conjunto, concentrando sozinho a maioria de todos os residentes estrangeiros no país (52,4%). Essa preferência se explica pelas

facilidades concedidas pelo estado (passagens, alojamento) e pelas oportunidades de trabalho abertas por uma economia em expansão.

Considerando-se o período de 1887 a 1930, os italianos formaram o grupo mais numeroso, com 35,5% do total, vindo a seguir os portugueses (29%) e os espanhóis (14,6%). Grupos relativamente pouco numerosos em termos globais foram qualitativamente importantes.

O caso mais expressivo é o dos japoneses, que vieram sobretudo para o estado de São Paulo. Em 1920, 87,3% dos japoneses moravam nesse estado. A primeira leva chegou a Santos em 1908, com destino às fazendas de café. Apesar da dificuldade em fixar os japoneses nas fazendas, a administração paulista, até 1925, concedeu, em vários anos, subsídios à imigração japonesa. No curso da Primeira Guerra Mundial, com a interrupção do fluxo europeu, havia o temor de que “faltassem braços para a lavoura” . A partir de 1925, o governo japonês passou a financiar as viagens. Os japoneses, por essa época, já não eram encaminhados para as fazendas de café. Eles se fixaram no campo, por mais tempo do que qualquer outra etnia, mas como pequenos proprietários, tendo um papel expressivo na diversificação das atividades agrícolas.

Outros grupos minoritários importantes foram os sírio-libaneses e os judeus, os quais tiveram algumas características semelhantes. Ao contrário dos japoneses, dos italianos e dos espanhóis, ambos se concentraram desde sua chegada principalmente nas cidades. Ambos constituíram também uma imigração espontânea, não subsidiada, pois o auxílio governamental só era fornecido a quem fosse encaminhado às fazendas.

Os italianos vieram principalmente para São Paulo e para o Rio Grande do Sul. Em 1920, 71,4% dos italianos existentes no Brasil viviam no estado de São Paulo e representavam 9% de sua população total. A origem regional se alterou no curso dos anos. Enquanto os italianos do norte predominaram até a virada do século, os do sul – sobretudo calabreses e napolitanos – passaram a chegar em maior número a partir do século XX.

Os italianos foram a principal etnia que forneceu mão de obra para a lavoura de café. Entre 1887 e 1900, 73% dos imigrantes que entraram no estado de São Paulo eram italianos, embora nem todos se tenham fixado na agricultura. A pobreza dessa gente se revela, entre outros dados, pelo fato de que os subsídios oferecidos pelo governo paulista representaram uma forte atração. Problemas nesse esquema repercutiram diretamente no volume do fluxo de imigrantes.

As más condições de recepção dos recém-chegados levaram o governo italiano a tomar medidas contra o recrutamento de imigrantes. Isso aconteceu, provisoriamente, entre março de 1889 e julho de 1891. Em março de 1902, uma decisão das autoridades italianas conhecida como Decreto Prinetti – nome do ministro das Relações Exteriores da Itália, Giulio Prinetti – proibiu a imigração subsidiada para o Brasil. Daí para a frente, quem quisesse emigrar para o Brasil poderia continuar a fazê-lo livremente, mas sem obter passagens e outras pequenas facilidades. A medida resultou de crescentes queixas dos italianos residentes no Brasil a seus cônsules sobre a precariedade de sua condição de vida, agravada pela crise

do café. É possível que a melhora do quadro socioeconômico na Itália tenha também concorrido para ela.

O fluxo da imigração italiana não se interrompeu. Entretanto, o Decreto Prinetti , a crise do café e a situação no país de origem contribuíram para reduzi-lo. Considerando as entradas e saídas de imigrantes, sem distinção de nacionalidade, pelo porto de Santos, verificamos que, em vários anos, o número dos que saíram foi maior do que as entradas naquele porto. Por exemplo, em plena crise do café, em 1900, entraram cerca de 21 mil imigrantes e saíram 22 mil. Logo após o Decreto Prinetti , em 1903, entraram 16.500 imigrantes e saíram 36.400. O ano seguinte também registrou saldo negativo.

Durante o período de 1901 a 1930, a proveniência étnica dos imigrantes para São Paulo se tornou bem mais equilibrada. A proporção de italianos caiu para 26%, seguidos pelos portugueses (23%) e pelos espanhóis (22%). A imigração portuguesa concentrou-se no Distrito Federal e em São Paulo. A capital da república continha o maior contingente de portugueses, mesmo quando a comparação é feita com estados. Uma característica da imigração portuguesa foi sua maior concentração nas cidades. Em 1920 havia 65 mil portugueses na cidade de São Paulo, representando 11% da população total; os números subiam a 172 mil no Rio de Janeiro, correspondendo a 15% da população. Esses dados não significam que imigrantes portugueses não se tenham destinado à lavoura do café e à agricultura em geral. Mas eles ficaram mais conhecidos por seu papel no pequeno e grande comércio, assim como na indústria, sobretudo no Rio de Janeiro.

O maior fluxo de imigrantes espanhóis concentrou-se entre 1887 e 1914. Mas houve uma diferença. Enquanto os italianos predominaram largamente sobre os espanhóis de 1887 a 1903, estes os superaram entre 1906 e 1920. Após os japoneses, foram os imigrantes espanhóis os que proporcionalmente mais se concentraram no estado de São Paulo. Assim, em 1920, 78% dos espanhóis aí residiam. Em alguns aspectos, a imigração espanhola tem traços semelhantes aos da japonesa. Como ocorreu com os japoneses, vieram para o Brasil sobretudo famílias com vários filhos, e não homens solteiros. Os espanhóis aproximaram-se também dos japoneses pelo longo tempo de permanência nas atividades agrícolas e pela preferência por viver nas pequenas cidades do interior, e não na capital de São Paulo.

A mobilidade social ascendente dos imigrantes nas cidades é incontestável, como atesta seu êxito em atividades comerciais e industriais em estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina. O caso do campo é mais complicado. Tomemos o exemplo do estado de São Paulo. Nos primeiros anos da imigração em massa, os imigrantes foram submetidos a uma dura existência, resultante das condições gerais de tratamento dos trabalhadores no país, onde eles quase equivaliam aos escravos. Atesta esse quadro o grande número de retornados, as queixas dos cônsules, as medidas tomadas pelo governo italiano.

Com o correr do tempo, muitos imigrantes escalaram posições na sociedade. Uns poucos tornaram-se grandes fazendeiros. A maioria passou à condição de pequenos e médios proprietários, abrindo caminho para que seus descendentes viessem a ser figuras centrais

da agroindústria paulista. O censo agrícola de São Paulo realizado em 1934 revelou que 30,2% das terras estavam em mãos de estrangeiros, cabendo aos italianos 12,2%, aos espanhóis 5,2%, aos japoneses 5,1%, aos portugueses 4,3% e o restante a outras nacionalidades. Esses números exprimem apenas parte da ascensão dos imigrantes, pois os proprietários de terras descendentes de estrangeiros foram logicamente considerados brasileiros.

No curso das últimas décadas do século XIX até 1930, o Brasil continuou a ser um país predominantemente agrícola. Segundo o censo de 1920, de 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura, 1,2 milhão (13,8%) à indústria e 1,5 milhão (16,5%) aos serviços.

A rubrica "serviços" engloba atividades urbanas de baixa produtividade, como os serviços domésticos remunerados. O dado mais revelador é o do crescimento do número de pessoas em atividade na área industrial, que pelo censo de 1872 não ultrapassava 7% da população ativa. Ressalvemos, porém, que muitas "indústrias" não passavam de pequenas oficinas.

O predomínio das atividades agroexportadoras, durante a Primeira República, não foi absoluto. Não só a produção agrícola para o mercado interno teve significação como a indústria foi-se implantando com força crescente. O estado de São Paulo esteve à frente de um processo de desenvolvimento capitalista caracterizado pela diversificação agrícola, pela urbanização e pelo surto industrial. O café continuou a ser o eixo da economia e constituiu a base inicial

desse processo. Um ponto importante que assegurou a produção cafeeira se encontra na fórmula encontrada para resolver o problema do fluxo de mão de obra e estabilizar as relações de trabalho. O primeiro aspecto foi resolvido pela imigração; o segundo, pelo colonato.

O colonato veio substituir a experiência fracassada da parceria. Os colonos, ou seja, a família de trabalhadores imigrantes, responsabilizavam-se pelo trato do cafezal e pela colheita, recebendo basicamente dois pagamentos em dinheiro: um anual, pelo trato de tantos mil pés de café, e outro por ocasião da colheita. Este último pagamento variava de acordo com o resultado da tarefa, em termos de quantidade colhida. O fazendeiro fornecia moradia e cedia pequenas parcelas de terra onde os colonos podiam produzir gêneros alimentícios. O colonato era distinto da parceria porque, entre outras características, não existia divisão de lucros da venda do café. Não constituía, por outro lado, uma forma pura de trabalho assalariado, pois envolvia outros tipos de retribuição.

No caso das plantações novas, que eram objeto dos chamados contratos de formação, os colonos plantavam o café e cuidavam da planta durante um período de quatro a seis anos, pois era em geral no quarto ano que os cafeeiros começavam a produzir. Os formadores praticamente não recebiam salários, podendo, porém, dedicar-se à produção de gêneros alimentícios, entre as filas de cafezais novos. Como esse tipo de relação de trabalho tinha a preferência dos colonos, infere-se que a produção de gêneros abrangia não apenas o consumo dos trabalhadores mas também a venda para os mercados locais.

O colonato estabilizou as relações de trabalho, mas não eliminou os problemas entre colonos e fazendeiros. Ocorreram constantes atritos individuais e mesmo greves. Além disso, os colonos não eram escravos e realizavam uma intensa mobilidade espacial, deslocando-se de uma fazenda para outra, ou para os centros urbanos, em busca de melhores oportunidades. Porém, como um todo, de um lado, a oferta de mão de obra imigrante e, de outro, certas possibilidades de ganho abertas pelo colonato garantiram a produção cafeeira e a relativa estabilidade das relações de trabalho na cafeicultura.

Ao mesmo tempo que a produção cafeeira tendeu a aumentar, ocorreu em São Paulo uma diversificação agrícola que se liga à ascensão dos imigrantes. Estimulada pela demanda das cidades em crescimento, a produção de arroz, feijão e milho expandiu-se. No começo do século XX, São Paulo importava parte desses produtos de outros estados, destacando-se o arroz do Rio Grande do Sul. Por volta da Primeira Guerra Mundial, o estado se tornara autossuficiente nesses itens, começando a exportar. Comparando-se as médias de 1901-1906 com as de 1925-1930, constatamos que a produção de arroz cresceu quase sete vezes, a de feijão três vezes e a de milho duas vezes.

O algodão também se implantou. Em torno de 1919, São Paulo se tornou o maior estado produtor do país, com aproximadamente um terço do total. Ficava assim assegurado o fornecimento de matéria-prima para a indústria têxtil. Além disso, o plantio combinado de café e algodão, com maior ênfase no café, chegou a ser providencial para os fazendeiros. Quando, em 1918, a geada

devastou as plantações de café, muitos deles se salvaram da ruína graças à produção algodoeira.

Todas as cidades cresceram, e o salto mais espetacular se deu na capital do estado de São Paulo. A razão principal desse salto se encontra no afluxo de imigrantes espontâneos e de outros que trataram de sair das atividades agrícolas. A cidade oferecia um campo aberto ao artesanato, ao comércio de rua, às fabriquetas de fundo de quintal, aos construtores autodenominados “mestres italianos”, aos profissionais liberais. Como opção mais precária, era possível empregar-se nas fábricas nascentes ou no serviço doméstico. A capital paulista era também o grande centro distribuidor dos produtos importados, o elo entre a produção cafeeira e o porto de Santos e a sede do governo. Aí se encontravam a sede dos maiores bancos e os principais empregos burocráticos.

A partir de 1886, São Paulo começou a crescer em ritmo acelerado. A grande arrancada se deu entre 1890 e 1900, período em que a população paulistana passou de 64 mil habitantes para 239 mil, registrando uma elevação de 268% em dez anos, a uma taxa geométrica de 14% de crescimento anual.

Em 1890, São Paulo era a quinta cidade brasileira, abaixo do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém. No início do século XX, chegaria ao segundo lugar, embora ainda muito distante dos 688 mil habitantes da capital da república. Em comparação com o Rio de Janeiro, São Paulo continuava a ser apenas a capital de uma grande província.

O crescimento industrial deve ser visto em uma perspectiva geográfica mais ampla, abrangendo várias regiões, especialmente o Rio de Janeiro e São Paulo.

As poucas fábricas que surgiram no Brasil em meados do século XIX destinavam-se principalmente a produzir tecidos de algodão de baixa qualidade, consumidos pela população pobre e pelos escravos. A Bahia foi o primeiro núcleo das atividades do ramo, reunindo cinco das nove fábricas existentes no país em 1866. Por volta de 1885, a produção industrial se deslocara para o centro-sul. Considerando-se o número de unidades fabris, Minas Gerais assumira o primeiro lugar, mas o Distrito Federal concentrava as fábricas mais importantes. Excluindo-se a agroindústria do açúcar, em 1889 ele detinha 57% do capital industrial brasileiro. A instalação de fábricas na capital da república deveu-se a vários fatores. Entre eles, a concentração de capitais, um mercado de consumo de proporções razoáveis e a energia a vapor, que veio substituir antigas fabriquetas movidas pela força hidráulica.

O crescimento industrial paulista data do período posterior à Abolição, embora se esboçasse desde a década de 1870. Originou-se de pelo menos duas fontes inter-relacionadas: o setor cafeeiro e os imigrantes. A última fonte diz respeito não apenas a São Paulo mas também a outras áreas de imigração, notadamente o Rio Grande do Sul.

Os negócios do café lançaram as bases para o primeiro surto da indústria por várias razões: em primeiro lugar, ao estimular as

transações em moeda e o crescimento da renda, criou um mercado para produtos manufaturados; em segundo, ao promover o investimento em estradas de ferro, ampliou e integrou esse mercado; em terceiro, ao desenvolver o comércio de exportação e importação, contribuiu para a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados; em quarto, ao promover a imigração, assegurou a oferta de mão de obra. Por último, o café fornecia, através das exportações, os recursos para importar maquinaria industrial.

Os imigrantes surgem nas duas pontas da indústria, como donos de empresas e operários. Além disso, vários deles foram técnicos especializados. A história dos trabalhadores estrangeiros é parte da história dos imigrantes que vieram “fazer a América” e viram seus sonhos se desfazerem na nova terra. Tiveram papel fundamental na indústria manufatureira da capital de São Paulo, onde, em 1893, 70% de seus integrantes eram estrangeiros. Os números com relação ao Rio de Janeiro são menos expressivos, mas mesmo assim correspondiam, em 1890, a 39% do total.

O caminho dos imigrantes para a condição de industrial variou. Alguns partiram quase do nada, beneficiando-se das oportunidades abertas pelo capitalismo em formação em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Outros vislumbraram oportunidades na indústria por serem, a princípio, importadores. Essa posição facilitava contatos para importar maquinaria e era uma fonte de conhecimento sobre onde se encontravam as possibilidades de investimento mais lucrativo no país. Os dois maiores industriais italianos de São Paulo começaram como importadores.

Considerando-se o valor da produção industrial, em 1907 o Distrito Federal surgia na frente dos estados com 33% da produção, seguido de São Paulo com 17% e do Rio Grande do Sul com 15%. Em 1920, o estado de São Paulo passara para o primeiro lugar com 32% da produção, o Distrito Federal caíra para 21%, vindo em terceiro o Rio Grande do Sul com 11%. Estamos comparando estados com uma cidade. Em termos de cidades, os dados são imprecisos. De qualquer forma, é certo que São Paulo superou o Rio de Janeiro em algum momento entre 1920 e 1938.

Os principais ramos industriais da época foram o têxtil em primeiro lugar e a seguir a alimentação, incluindo bebidas e vestuário. A indústria têxtil, sobretudo a de tecidos de algodão, foi a verdadeiramente fabril pela concentração do capital nela investido e pelo número de operários. Várias delas chegaram a ter mais de mil trabalhadores. Já por volta da Primeira Guerra Mundial, 80% dos tecidos consumidos no país eram nacionais, indicando uma melhora de sua qualidade. Apesar desse relativo avanço na produção industrial, havia profunda carência de uma indústria de base (cimento, ferro, aço, máquinas e equipamentos). Desse modo, grande parte do surto industrial dependia de importações.

É comum a referência à Primeira Guerra Mundial como um período de incentivo às indústrias, dada a interrupção da concorrência de produtos importados. Mas a década de 1920 foi tão significativa quanto o conflito europeu, pois nela começaram a aparecer tentativas de superar os limites de expansão industrial. Incentivadas pelo governo, surgiram duas empresas importantes: em Minas Gerais, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, que

começou a produzir em 1924; em São Paulo, a Companhia Brasileira de Cimento Portland , cuja produção foi iniciada em 1926. Ao mesmo tempo, a partir da experiência e dos lucros acumulados durante a guerra, pequenas oficinas de consertos foram-se transformando em indústrias de máquinas e equipamentos.

Teria o Estado facilitado ou dificultado o crescimento industrial? A principal preocupação do Estado não estava voltada para a indústria, mas para os interesses agroexportadores. Entretanto, não se pode dizer que o governo tenha adotado um comportamento anti-industrialista. A tendência de longo prazo das finanças brasileiras, que visava à queda da taxa de câmbio, teve efeitos contraditórios com relação à indústria. A desvalorização da moeda encarecia a importação dos bens de consumo e restringia assim a concorrência. Ao mesmo tempo, tornava mais cara a importação das máquinas de que o parque industrial dependia. Em certos períodos houve proteção governamental à importação de maquinaria, reduzindo-se as tarifas da alfândega. Em alguns casos, o Estado concedeu empréstimos e isenção de impostos para a instalação de indústrias de base. Resumindo, se o Estado não foi um adversário da indústria, esteve longe de promover uma política deliberada de desenvolvimento industrial.

No Rio Grande do Sul, acentuou-se ao longo da Primeira República a diversificação da atividade econômica destinada ao próprio estado e ao mercado interno nacional. Os protagonistas dessa diversificação foram os imigrantes que se instalaram como pequenos proprietários

na região serrana e, a partir daí, expandiram-se para outras regiões. No setor agrícola, destacaram-se a produção de arroz, em primeiro lugar, milho, feijão e fumo.

Tal como acontecia em outras partes do país em termos de capital investido, a indústria têxtil liderava na área industrial, vindo a seguir a de bebidas. Nesta última salientava-se a produção de vinho, que datava do período colonial, ganhando impulso com a chegada dos imigrantes italianos e alemães.

A instalação de frigoríficos representou uma transformação nos processos precários de conservação de carne e possibilitou a sua estocagem. Em 1917 as empresas norte-americanas Armour e Wilson estabeleceram-se no estado. Uma tentativa de manter um frigorífico por parte dos criadores gaúchos fracassou por falta de recursos. A empresa foi vendida em 1921 ao Frigorífico Anglo.

Todas essas iniciativas ocorreram no quadro de uma relativa decadência da pecuária, do charque e principalmente dos couros. Em 1890, charque e couros juntos representavam cerca de 55% do valor das exportações. Em 1927 não passavam de 24%, tendo os couros caído de 37% para apenas em torno de 7% do valor das exportações. Nesse ano, individualmente, a banha ficou em primeiro lugar (20%), seguida do charque (18%) e do arroz (13%).

Embora tanto em São Paulo como no Rio Grande do Sul tenha havido uma diversificação das atividades econômicas, São Paulo teve como centro de suas atividades a agricultura de exportação; o Rio Grande do Sul desenvolveu-se quase inteiramente em função do mercado interno.

A Amazônia viveu um sonho transitório de riqueza graças à borracha. O avanço da produção, que vinha ocorrendo em décadas anteriores, tomou grande impulso a partir de 1880. A verdadeira mania pela bicicleta nos anos 1890 e a gradativa popularização do automóvel, a partir da virada do século, incentivaram ainda mais a produção.

Em toda a época de seu apogeu, a borracha ocupou folgadoamente o segundo lugar entre os produtos brasileiros de exportação, alcançando o ponto máximo entre 1898 e 1910. Nesse período, correspondeu a cerca de 26% do valor das exportações, sendo superada apenas pelo café (53%). Ficou muito à frente do item que vinha abaixo dela – os couros, com apenas 4%.

O *boom* da borracha foi responsável por uma significativa migração para a Amazônia. Calcula-se que entre 1890 e 1900 a migração líquida para a região foi de cerca de 110 mil pessoas. Elas provieram sobretudo do Ceará, um estado periodicamente batido pela seca.

A economia da borracha trouxe como consequência o crescimento da população urbana e a melhora das condições de vida de pelo menos uma parte dela, em Belém e Manaus. Entre 1890 e 1900, a população de Belém quase dobrou, passando de 50 mil a 96 mil pessoas. As duas maiores cidades da Amazônia contaram com linhas elétricas de bonde, serviços de telefone, água encanada, iluminação elétrica nas ruas, quando tudo isso, em muitas cidades, era ainda um luxo. Entretanto, essas mudanças não conduziram à modificação das miseráveis condições de vida dos seringueiros que

extraíam borracha no interior. Não levaram também a uma diversificação das atividades econômicas, capaz de sustentar o crescimento em uma situação de crise.

A crise veio, avassaladora, a partir de 1910, tendo como sintoma a forte queda de preços. Sua razão básica era a concorrência internacional. A borracha nativa do Brasil sempre sofrera a concorrência da exportada pela América Central e pela África, que era, porém, de qualidade inferior. As plantações realizadas principalmente por ingleses e holandeses em suas colônias da Ásia mudaram esse quadro. A borracha era de boa qualidade, de baixo custo e seu cultivo podia estender-se por uma grande área. Enquanto isso, tornava-se cada vez mais dispendioso extrair borracha nativa nas regiões distantes da Amazônia.

Em 1910, a borracha asiática representava pouco mais de 13% da produção mundial; em 1912 subira para 28% e em 1915 chegava a 68%. As tentativas de plantio da borracha na Amazônia não foram para a frente, sendo as plantas atingidas com frequência pelas pragas. Um exemplo disso foi a experiência realizada pela Ford – a Fordlândia – em fins da década de 1920, que resultou em um imenso fracasso.

Ao longo da Primeira República ocorreram algumas mudanças significativas nas relações internacionais do Brasil no plano econômico-financeiro. A maioria dos empréstimos e investimentos continuou a se originar da Grã-Bretanha; os Estados Unidos mantiveram também sua posição de principal mercado para o mais

importante produto brasileiro de exportação – o café. Entretanto, houve no correr dos anos uma tendência a um maior relacionamento com os Estados Unidos que se tornou mais nítido na década de 1920. Desde a Primeira Guerra Mundial, o valor das importações provenientes daquele país já superara o das importações da Grã-Bretanha.

Em 1928 o Brasil era o país com a maior dívida externa da América Latina, com cerca de 44% do total, vindo a seguir a Argentina com 27% e o Chile com 12%. Calcula-se que em 1923 o serviço da dívida consumia 22% da receita da exportação. A dívida se originara das necessidades de manter o Estado, financiar a infraestrutura de portos e ferrovias, valorizar o café ou, simplesmente, cobrir a dívida existente.

Nas últimas décadas do Império, os investimentos estrangeiros concentravam-se nas ferrovias. Na República, esses investimentos tenderam a passar para um segundo plano, sendo superados pelo capital inicial das companhias de seguros, empresas de navegação, bancos e empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

Os serviços básicos das maiores cidades estiveram em mãos de companhias estrangeiras. O caso mais notável foi o da Light & Power, empresa canadense fundada em Toronto em 1899. Ela atuou a princípio em São Paulo e, a partir de 1905, na capital da república. A Light desbancou na cidade de São Paulo uma empresa local de transporte por bondes e assumiu também o controle do fornecimento e distribuição de energia elétrica. O surto de industrialização da cidade esteve estreitamente associado a seus investimentos de infraestrutura.

No que diz respeito à economia exportadora, houve poucos investimentos estrangeiros na produção. Mas eles estiveram presentes de várias formas: financiavam a comercialização, controlavam parte do transporte ferroviário, praticamente toda a exportação, o transporte marítimo e o seguro das mercadorias.

Não há dados seguros sobre o lucro das empresas estrangeiras. Ao que parece, os maiores lucros foram realizados pelos bancos, que ganhavam especulando com a instabilidade da moeda brasileira ou com a recessão. Após o *funding loan* de 1898, muitos bancos nacionais faliram e a posição dos estrangeiros se tornou mais forte. O maior banco inglês – o London and Brazilian Bank – tinha muito mais recursos do que o Banco do Brasil. Dados de 1929 revelam que os estabelecimentos bancários estrangeiros eram responsáveis por metade das transações.

Os investidores estrangeiros tenderam a controlar as áreas de sua atuação e a desalojar os capitais nacionais. Levaram vantagens derivadas do vulto dos investimentos, tiveram advogados poderosos e olharam com desdém para um país atrasado. Seus métodos não foram, porém, diferentes dos da elite local. De qualquer modo, o capital estrangeiro teve um papel importante na criação de uma estrutura básica de serviços e transportes, contribuindo assim para a modernização do país.

3.5 OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Ao longo da Primeira República os movimentos sociais de trabalhadores ganharam certo ímpeto, tanto no campo quanto nas cidades. No primeiro caso eles podem ser divididos em três grandes grupos: 1º os que combinaram conteúdo religioso com carência social; 2º os que combinaram conteúdo religioso com reivindicação social; 3º os que expressaram reivindicações sociais sem conteúdo religioso.

Canudos, cuja história já foi brevemente relatada, é um exemplo do primeiro grupo. O movimento do Contestado constituiu um exemplo do segundo. O Contestado era uma região limítrofe entre o Paraná e Santa Catarina cuja posse vinha sendo reivindicada por ambos os estados. O movimento aí surgido em 1911 não tinha, porém, por objeto essa disputa. Nasceu reunindo seguidores de um “coronel” tido como amigo dos pobres e pessoas de diversas origens atingidas pelas mudanças que vinham ocorrendo na área. Entre elas, trabalhadores rurais expulsos da terra pela construção de uma ferrovia e uma empresa madeireira e gente que tinha sido recrutada na construção da ferrovia e ficado desempregada no fim de seus contratos.

Os rebeldes se agruparam em torno de José Maria, uma figura que morreu nos primeiros choques com a milícia estadual e foi santificada. Estabeleceram vários acampamentos, organizados na base da igualdade e fraternidade entre os membros. Reivindicaram a posse da terra enquanto esperavam a ressurreição de José Maria.

Fustigados por tropas estaduais e do Exército, os rebeldes foram liquidados em 1915.

O terceiro grupo de movimentos sociais no campo tem como exemplo mais expressivo as greves por salários e melhores condições de trabalho ocorridas nas fazendas de café de São Paulo. Houve centenas de greves localizadas que deixaram um registro escasso. A mais importante ocorreu em 1913, reunindo milhares de colonos da região de Ribeirão Preto por ocasião da safra. Os colonos pretendiam a revisão de seus contratos de trabalho e paralisaram as grandes fazendas. Houve intervenção da polícia e do cônsul da Itália, que procurou servir como intermediário nas negociações. Afinal, os objetivos dos colonos não foram alcançados.

O crescimento das cidades e a diversificação de suas atividades foram os requisitos mínimos de constituição de um movimento da classe trabalhadora. As cidades concentraram fábricas e serviços, reunindo centenas de trabalhadores que participavam de uma condição comum. Sob este último aspecto, não havia muita diferença com relação às grandes fazendas de café. Mas nos centros urbanos a liberdade de circulação era muito maior, assim como era maior a circulação das ideias, por significativas que fossem as diferenças de instrução e a ausência de veículos de ampla divulgação.

Mesmo assim o movimento da classe trabalhadora urbana, no curso da Primeira República, foi limitado e só excepcionalmente alcançou êxitos. As principais razões desse fato se encontram no significado relativo da indústria, sob o aspecto econômico, e da classe operária, sob o aspecto sociopolítico. As greves só tinham

forte repercussão quando eram gerais ou quando atingiam setores-chave do sistema agroexportador, como as ferrovias e os portos. Por sua vez, o jogo político oligárquico podia ser feito sem necessidade de agradar a massa operária nascente. Os operários se dividiam por rivalidades étnicas e estavam pouco propensos a organizar-se, pois a simples sindicalização já os colocava na "lista negra" dos industriais. Além disso, muitos deles eram imigrantes que ainda não tinham abandonado as esperanças de "fazer a América" e voltar para a Europa.

Na capital da república, quando do surgimento dos primeiros partidos operários, no fim do século XIX, predominaram um vago socialismo e um sindicalismo pragmático, tendente a buscar o atendimento de reivindicações imediatas, como aumento de salário, limitação da jornada de trabalho, salubridade, ou de médio alcance, como o reconhecimento dos sindicatos pelos patrões e pelo Estado.

Contrastando com esse quadro, em São Paulo predominou o anarquismo, ou melhor, uma versão dele: o anarcossindicalismo. Na prática, tendo em vista a distância entre seu programa e a realidade social brasileira, os anarquistas, apesar de assumirem uma ideologia revolucionária, foram levados a concentrar esforços nas mesmas reivindicações sustentadas por seus adversários. Isso não impediu que as duas tendências se guerreassem, debilitando o já frágil movimento operário.

As diferenças ideológicas e de método de ação entre o movimento operário do Rio de Janeiro e o de São Paulo se devem a um conjunto de fatores. Eles dizem respeito às características das duas cidades e à composição da classe trabalhadora.

Em fins do século XIX , a capital da república tinha uma estrutura social muito mais complexa do que a existente em São Paulo. Ali se concentravam setores sociais menos dependentes das classes agrárias, onde se incluíam a classe média profissional e burocrática, militares de carreira, alunos da Escola Militar, estudantes das escolas superiores. A presença dos jovens militares e a menor dependência da classe média com relação às classes agrárias favoreceu até certo ponto uma política de colaboração de classes. Os movimentos de protesto no Rio de Janeiro até 1917 tiveram um conteúdo mais popular do que especificamente operário. Um exemplo disso, além do jacobinismo, foi a Revolta da Vacina ocorrida em 1904, no governo de Rodrigues Alves, contra a introdução da vacina contra a varíola.

Do ângulo da composição da classe trabalhadora, devemos lembrar que ela se concentrava principalmente em setores vitais dos serviços (ferroviários, marítimos, doqueiros), tratados com certa consideração pelo governo. Havia também no Rio de Janeiro um maior contingente de trabalhadores nacionais, imbuídos de uma tradição paternalista nas relações com os patrões e o governo.

Apesar do crescimento, São Paulo tinha ainda uma estrutura social menos diversificada. A classe média girava em torno da burguesia do café e não havia grupos militares inquietos, dispostos a se aliar com “os de baixo” . A maior presença de operários estrangeiros, sem raízes na nova terra, favorecia a influência difusa do anarquismo: os patrões e o governo, principalmente este último, eram o “outro” , o inimigo.

Desde o início da Primeira República surgiram expressões da organização e mobilização dos trabalhadores: partidos operários, aliás com poucos operários, que logo desapareceram, sindicatos, greves. Os anarquistas tentaram mesmo organizar a classe operária no nível nacional, com a criação da Confederação Operária Brasileira em 1906. Mas o movimento era esparso e raramente despertava a atenção e a preocupação da elite. Obtinham-se direitos pressionando os patrões, sem que eles fossem assegurados em lei. Passado o momento de pressão, os direitos se perdiam.

Esse quadro foi interrompido entre 1917 e 1920, quando um ciclo de greves de grandes proporções surgiu nas principais cidades do país, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na raiz desse ciclo estavam dois fatores: primeiro, o agravamento da carestia, em consequência das perturbações causadas pela Primeira Guerra Mundial e pela especulação com gêneros alimentícios; segundo, a existência de uma vaga revolucionária na Europa, aberta com a Revolução de Fevereiro, seguida da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia czarista. O movimento operário passou a ser objeto de preocupações e ganhou a primeira página dos jornais.

Os trabalhadores não pretendiam revolucionar a sociedade, mas melhorar suas condições de vida e conquistar um mínimo de direitos. O que não quer dizer que muitos não fossem embalados pelo sonho de uma sociedade igualitária. Entre as três greves gerais do período, a de junho-julho de 1917 em São Paulo permaneceu mais forte na memória histórica. A tal ponto que a atenção tende a se concentrar nela, esquecendo-se o quadro mais amplo das mobilizações.

A onda grevista arrefeceu a partir de 1920, seja pela dificuldade de alcançar êxitos, seja pela repressão. Esta se abateu principalmente sobre os dirigentes operários estrangeiros, que tinham papel importante como organizadores. Muitos deles foram expulsos do país.

Seria exagerado dizer que, antes da onda grevista de 1917-1920, o Estado se tenha desinteressado inteiramente de regular as relações de trabalho ou a sindicalização operária. Foi, entretanto, só no curso da vaga de greves que se cogitou consistentemente de aprovar uma legislação. As principais propostas surgiram no Congresso Nacional, reunidas em um projeto de Código de Trabalho que previa a jornada de oito horas, o limite ao trabalho de mulheres e menores, a licença para as mulheres grávidas. O projeto foi bombardeado pelos industriais e pela maioria dos congressistas. Restou apenas a lei que regulava a indenização por acidentes de trabalho, aprovada em 1919.

Na década de 1920, enquanto o movimento operário arrefecia, surgiram claros indícios de uma ação do Estado no sentido de intervir nas relações de trabalho mediante uma legislação concessiva de direitos mínimos aos trabalhadores. Duas leis foram importantes nesse sentido: a lei concedendo quinze dias de férias aos trabalhadores do comércio e da indústria (1925) e a que limitava o trabalho dos menores. Entretanto, a lei de férias dependia de regulamentação e até 1930 não foi aplicada na área da indústria, por pressão dos industriais.

No começo dos anos 1920, surgiu uma crise no interior do anarquismo. Os poucos resultados obtidos pelas greves, apesar de seu ímpeto, abriram caminho para as dúvidas sobre as concepções dessa corrente. Ao mesmo tempo, no plano internacional, chegavam ao Brasil notícias da ruptura entre os anarquistas e os comunistas, que tinham triunfado na Rússia.

A Revolução de Outubro de 1917 parecia anunciar a “aurora de novos tempos”, e os agrupamentos de esquerda que lhes faziam restrições, aparentemente, “iam contra a marcha da História”. Nasceu assim, em março de 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB), cujos fundadores, em sua maioria, provinham do anarquismo. Essa origem foi excepcional na América Latina, onde praticamente todos os partidos comunistas resultaram de cisões do Partido Socialista. O PCB esteve na ilegalidade em quase toda a sua história. Até 1930, foi um partido de quadros predominantemente operários, cujo número nunca ultrapassou mil membros. Subordinou-se à estratégia da III Internacional, com sede em Moscou, que pregava para os países coloniais e semicoloniais a revolução democrático-burguesa, etapa preliminar da revolução socialista.

3.6 O PROCESSO POLÍTICO NOS ANOS 1920

Após a Primeira Guerra Mundial, a presença da classe média urbana na cena política tornou-se mais visível. De um modo geral, esse setor da sociedade tendia a apoiar figuras e movimentos que

levantassem a bandeira de um liberalismo autêntico, capaz de levar à prática as normas da Constituição e as leis do país, transformando a república oligárquica em república liberal. Isso significava, entre outras coisas, eleições limpas e respeito aos direitos individuais. Falava-se nesses meios de reforma social, mas a maior esperança era depositada na educação do povo, no voto secreto, na criação de uma Justiça Eleitoral.

Um indício claro da maior participação política da população urbana foi a eleição de 1919. Rui Barbosa, candidato derrotado em 1910 e 1914, apresentou-se à eleição, enfrentando Epitácio Pessoa, para realizar um protesto. Mesmo não tendo o apoio de qualquer máquina eleitoral, obteve cerca de um terço dos votos e venceu no Distrito Federal.

Os ajustes e desgastes entre as oligarquias nas sucessões presidenciais ganharam novos contornos. Um bom exemplo é a disputa pela sucessão do presidente Epitácio Pessoa. O eixo São Paulo-Minas Gerais lançou como candidato, nos primeiros meses de 1921, o governador mineiro Artur Bernardes. Contra essa candidatura levantou-se o Rio Grande do Sul, sob a liderança de Borges de Medeiros, denunciando o arranjo político como uma forma de garantir recursos para os esquemas de valorização do café, quando o país necessitava de finanças equilibradas. Os gaúchos temiam também que se concretizasse uma revisão constitucional – realizada efetivamente por Bernardes em 1926 – limitando a autonomia. Uniram-se ao Rio Grande do Sul outros estados, formando a Reação Republicana, que lançou o nome de Nilo

Peçanha como candidato de oposição. Nilo era um político fluminense, de origem plebeia e defensor do florianismo.

Foi no curso da disputa eleitoral que veio à tona a insatisfação militar. A impressão corrente nos meios do Exército de que a candidatura Bernardes era antimilitar ganhou dramaticidade com uma carta publicada no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em outubro de 1921. Aparentemente, tratava-se de cartas – pois havia duas – enviadas por Bernardes a um líder político de Minas Gerais, contendo pesadas ofensas aos militares. As cartas falsas puseram lenha na fogueira. O objetivo de seus autores de indispor ainda mais as Forças Armadas contra a candidatura Bernardes tinha sido alcançado quando, pouco antes das eleições de 1º de março de 1922, dois falsários assumiram a autoria dos “documentos”.

A situação continuou a se complicar em junho de 1922, época em que Bernardes já era vitorioso, mas ainda não tomara posse na presidência, o que só ocorreria em 15 de novembro. O Clube Militar lançou um protesto contra a utilização pelo governo de tropas do Exército para intervir na política local de Pernambuco. Como resposta, o governo determinou o fechamento do Clube Militar, com fundamento em uma lei contra as associações nocivas à sociedade.

Esses fatos precipitaram a eclosão do movimento tenentista, assim conhecido porque teve como suas principais figuras oficiais de nível intermediário do Exército – tenentes em primeiro lugar e capitães.

O primeiro ato de rebeldia foi a Revolta do Forte de Copacabana, ocorrida no Rio de Janeiro em 5 de julho de 1922. O clima de ofensas falsas ou verdadeiras ao Exército e a repressão contra o

Clube Militar levaram os jovens “tenentes” a se rebelar, como um protesto destinado a “salvar a honra do Exército” . A revolta não se estendeu a outras unidades. Depois de lançar os primeiros tiros de canhão, os rebeldes sofreram bombardeios e ficaram cercados. No dia seguinte, centenas deles se entregaram, atendendo a um apelo do governo. Um grupo, porém, dispôs-se a resistir. O forte voltou a ser bombardeado por mar e por aviões. Dezesete militares, com a adesão ocasional de um civil, decidiram sair pela praia de Copacabana, indo de encontro às forças governamentais. Na troca de tiros morreram dezesseis, ficando feridos os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Os Dezoito do Forte começaram a criar a legenda do tenentismo.

Dois anos depois, explodiu o chamado Segundo Cinco de Julho em São Paulo. A data foi escolhida para homenagear o primeiro movimento e o local, pela importância do estado de São Paulo. A Revolução de 1924 foi mais bem preparada, tendo como objetivo expresso derrubar o governo de Artur Bernardes. Nos anos 1920, Bernardes personificou o ódio que os “tenentes” tinham da oligarquia dominante. A liderança formal do movimento foi atribuída ao general reformado Isidoro Dias Lopes – um oficial gaúcho que se colocara ao lado dos federalistas na época de Floriano. Entre os oficiais mais atuantes encontravam-se os irmãos Távora (Juarez e Joaquim), Eduardo Gomes, Estillac Leal, João Cabanas, Miguel Costa. A presença de Miguel Costa – oficial de prestígio da Força Pública paulista – trazia para os rebeldes o apoio de uma parte da milícia estadual.

Iniciado o movimento com a tomada de alguns quartéis, desenvolveu-se uma batalha pelo controle de São Paulo e os revolucionários assumiram o comando da cidade. A presença dos “tenentes” na capital paulista durou até o dia 27 de julho. Nessa data, abandonaram a capital e deslocaram-se pelo interior de São Paulo na direção oeste. Formou-se assim a chamada Coluna Paulista, que se fixou no oeste do Paraná, em um lugarejo próximo à foz do rio Iguaçu. Ali as tropas vindas de São Paulo enfrentaram os legalistas, à espera de outra coluna proveniente do Rio Grande do Sul.

Naquele estado, estourara uma revolta tenentista em outubro de 1924 na qual se destacaram o tenente João Alberto e o capitão Luís Carlos Prestes. Ela contara com o apoio da oposição gaúcha ao PRR, mesclando assim o tenentismo com as divergências da política estadual. Depois de vários combates, os gaúchos se deslocaram em direção ao Paraná, indo ao encontro das forças paulistas. Juntaram-se em abril de 1925 e decidiram percorrer o Brasil para propagar a ideia de revolução e levantar a população contra as oligarquias. Tinham também a esperança de chamar para si a atenção do governo, facilitando o surgimento de novas revoltas nos centros urbanos.

Assim nasceu a Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes, que acabou ficando conhecida como Coluna Prestes. A coluna realizou uma incrível marcha pelo interior do país, percorrendo cerca de 24 mil quilômetros até fevereiro-março de 1927, quando seus remanescentes deram o movimento por terminado e se internaram na Bolívia e no Paraguai. Seus componentes nunca passaram de

1.500 pessoas, oscilando muito com a entrada e saída de participantes transitórios. A coluna evitou entrar em choque com forças militares ponderáveis, deslocando-se rapidamente de um ponto para outro. O apoio da população rural não passou de uma ilusão. As possibilidades de êxito militar da coluna eram praticamente nulas. Entretanto, ela teve um efeito simbólico entre os setores da população urbana insatisfeitos com a elite dirigente. Fosse como fosse, a seus olhos havia esperanças de mudar os destinos da república, como mostravam aqueles heróis que corriam todos os riscos para salvar a nação.

O tenentismo foi sobretudo um movimento do Exército. Na Marinha, o único episódio de ressonância envolvendo quadros intermediários foi a revolta do encouraçado São Paulo, liderada pelo tenente Herculino Cascardo, em novembro de 1924. Depois de trocar tiros com as fortalezas da baía de Guanabara, o São Paulo partiu para o alto-mar até chegar a Montevideú, onde os rebelados se exilaram.

A maior revolta ocorrida na Marinha durante a Primeira República teve como protagonistas os marinheiros, quase todos negros e mulatos, recrutados entre as camadas mais pobres da população. Foi a chamada Revolta da Chibata, iniciada em 22 de novembro de 1910. Os participantes não queriam derrubar o governo, mas acabar com os maus-tratos e a violência dos castigos físicos a que eram submetidos.

O movimento começou quase simultaneamente em vários navios de guerra fundeados na Guanabara, com a morte de surpresa de vários oficiais. Um de seus principais líderes era o marinheiro João

Cândido. Sob ameaça da esquadra revoltada, o Congresso decretou uma anistia se os revoltosos se submetessem às autoridades, estabelecendo-se um compromisso de acabar com a chibata como castigo físico constante do regimento disciplinar da Marinha.

Os rebelados aceitaram as condições e o movimento se encerrou. Seguiu-se uma revolta de fuzileiros navais e uma intensa repressão de que não escaparam João Cândido e os outros líderes da Revolta da Chibata, apesar de não estarem envolvidos com os fuzileiros navais. Um “navio da morte” – o Satélite – saiu do Rio de Janeiro com destino à Amazônia, levando marinheiros revoltados, ladrões, exploradores de mulheres e prostitutas. Muitos morreram ou foram fuzilados no caminho. Os integrantes da revolta de novembro foram julgados sob a alegação de envolvimento no episódio dos fuzileiros navais. Acabaram sendo absolvidos, mas passaram dezoito meses na prisão, incomunicáveis e sofrendo violências físicas.

O que representou o tenentismo? Quais eram seus objetivos? Para responder a essas questões, devemos lembrar o que se passava no interior do Exército e na sociedade.

A formação dos oficiais mudou muito desde os primeiros tempos da República. A Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada definitivamente em 1904, quando ocorreu sua última revolta. Até 1911 o governo manteve apenas a Escola de Guerra de Porto Alegre. Nessa data criou-se no Rio de Janeiro a Escola Militar do Realengo. O ensino no Realengo era muito diverso do que existira em sua antecessora. O currículo concentrava-se em matérias de conhecimento militar, sem a diversidade da velha escola influenciada pelo positivismo. O propósito da escola não era formar soldados-

cidadãos, com um pé no Exército e o outro na sociedade civil e na política. Agora tratava-se de formar soldados profissionais.

O treinamento dos oficiais melhorou, com a ida de três turmas à Alemanha entre 1906 e 1910. Hermes da Fonseca era um entusiasta da organização militar alemã, tendo assistido às grandes manobras militares daquele país em 1910. Anos depois, em 1920, a renovação do Exército se ampliou com a vinda da Missão Francesa. A Alemanha perdera a guerra e era inevitável a procura de outro modelo.

Apesar de sua maior profissionalização, os oficiais do Exército não poderiam deixar de ter uma concepção sobre a sociedade e sobre o sistema de poder existente. Durante a presidência do marechal Hermes, um grupo de militares e civis formara uma espécie de grupo de pressão em torno do presidente. Foram chamados de salvacionistas, por pretenderem salvar as instituições republicanas. Em que consistia a “salvação”? Tratava-se de reduzir o poder das oligarquias nas áreas onde isso parecia mais fácil e onde eram mais chocantes as desigualdades sociais. Os “tenentes” podem ser vistos como herdeiros dos “salvacionistas”, em um contexto de agravamento de problemas no interior do Exército e fora dele. Além disso, quando surgiu o tenentismo já não havia um presidente militar, mas presidentes civis encarados com muitas restrições.

No que diz respeito ao Exército, uma das principais razões de queixa dos quadros intermediários residia na rigidez da carreira, dificultando a abertura de vagas para atingir os postos mais altos. Havia também críticas quanto ao comportamento dos quadros superiores, acusados de conivência com governos corrompidos.

Desse modo, os “tenentes” queriam purificar não apenas a sociedade mas também a instituição de onde provinham.

Nos anos 1920, os militares rebeldes não tinham uma proposta clara de reformulação política. Pretendiam dotar o país de um poder centralizado, com o objetivo de educar o povo e seguir uma política vagamente nacionalista. Tratava-se de reconstruir o Estado para construir a nação. Sustentavam que um dos grandes males do domínio oligárquico consistia na fragmentação do Brasil, na sua transformação “em vinte feudos” cujos senhores são escolhidos pela política dominante.

Embora não chegassem nessa época a formular um programa antiliberal, os “tenentes” não acreditavam que o “liberalismo autêntico” fosse o caminho para a recuperação do país. Faziam restrições às eleições diretas, ao sufrágio universal, insinuando a crença em uma via autoritária para a reforma do Estado e da sociedade.

Seria o tenentismo, como é comum afirmar-se, um movimento representativo da classe média? Embora contasse com ampla simpatia desse setor social nos anos 1920, seria uma simplificação reduzi-lo a uma expressão da classe média. Do ponto de vista da origem social, os “tenentes” provinham em sua maioria de famílias militares ou de ramos empobrecidos de famílias de elite do nordeste do país. Poucos foram os recrutados entre a população urbana do Rio ou de São Paulo. Acima de tudo, devemos lembrar que os “tenentes” eram tenentes, ou seja, integrantes do Exército. Sua visão de mundo formou-se sobretudo por sua socialização no interior

das Forças Armadas. Essa visão era específica deles, assim como eram específicas as queixas contra a instituição de que faziam parte.

Descontados alguns apoios, os “tenentes” acabaram enfrentando o governo praticamente sozinhos. Não conseguiram arrastar o Exército atrás de si. Nenhum setor ponderável da elite civil até 1930 mostrou-se disposto a jogar uma cartada tão radical. O radicalismo não vinha do conteúdo das ações tenentistas, mas de seu método: a confrontação armada.

O presidente Artur Bernardes (1922-1926), originário de Minas Gerais, governou em meio a uma situação difícil, recorrendo a seguidas decretações do estado de sítio. Extremamente impopular nas áreas urbanas, especialmente no Rio de Janeiro, lançou-se a uma dura repressão para os padrões da época. A insatisfação popular tinha raízes em um quadro financeiro complicado. As emissões maciças de moeda feitas por Epitácio Pessoa entre 1921 e 1923 para realizar a terceira valorização do café foram responsáveis pela desvalorização do câmbio e pela inflação.

No governo Bernardes ocorreu um fato importante no plano da política cafeeira. Entre as preocupações centrais do presidente estavam os pagamentos da dívida externa, que se elevariam com a retomada do pagamento não só dos juros como do principal, a partir de 1927. Uma missão financeira inglesa, chefiada por lorde Montagu, esteve no Brasil em fins de 1924 e fez um exame da situação do país. Em seu relatório à presidência da República, apontou os sérios riscos decorrentes das operações valorizadoras e das emissões de

papel-moeda. Obviamente, os credores internacionais receavam que o Brasil não pudesse cumprir seus compromissos.

Nesse contexto, o governo federal mostrava pouca disposição de arcar com a defesa do café. Ao mesmo tempo, as críticas do setor cafeeiro contra uma “situação de abandono” cresciam. A saída foi transferir a defesa do café da União para o estado de São Paulo, que assumiu a defesa permanente do produto. A defesa permanente mudava a orientação da política do café. Daí para a frente, o governo não se dispunha a abrir o guarda-chuva para o setor cafeeiro apenas nos momentos de crise. O guarda-chuva deveria ficar permanentemente aberto. O governo paulista assumia a atribuição de regular a entrada de café no porto de Santos e de efetuar compras da mercadoria quando julgasse necessário. Aparentemente, a ação do estado acabaria para sempre ou pelo menos suavizaria as crises do café.

A sucessão de Bernardes foi tranquila. A rotação entre São Paulo e Minas se cumpriu com a eleição de Washington Luís, embora Washington fosse um “paulista de Macaé”, por ter nascido naquela cidade fluminense. O grande sonho do novo presidente consistia na estabilização da moeda, tendo como objetivo final a conversibilidade de todo o papel-moeda em circulação.

Na década de 1920, a evolução política do Rio Grande do Sul e de São Paulo teve sentidos opostos. Enquanto no Rio Grande do Sul a elite tendeu à aproximação, depois de um grande confronto armado, em São Paulo deu-se a ruptura do monopólio partidário detido pelo PRP . Após a guerra civil no Rio Grande do Sul, elegeu-se governador do estado, em 1927, um ex-ministro da Fazenda de

Washington Luís: Getúlio Vargas. Getúlio incentivou um acordo definitivo entre o PRP e a oposição que teve repercussões na presença gaúcha no plano federal. Ela se reforçou bastante, como os acontecimentos de 1929-1930 demonstrariam.

Em São Paulo, a diferenciação da sociedade, entre outros fatores, tornou inviável abrigar no PRP todos os interesses – muitos deles pessoais – e as várias concepções políticas. As dissidências no partido não eram novidade, mas seu impacto foi reduzido até os anos 1920. Foi então que, em 1926, surgiu o Partido Democrático (PD), com um programa liberal. Seu objetivo básico era a reforma política através do voto secreto e obrigatório, a representação da minoria, a independência dos Três Poderes, a atribuição ao Judiciário da fiscalização eleitoral.

Pelo menos até 1930, os quadros dirigentes do PD, em sua maioria, constituíam-se de profissionais liberais de prestígio e jovens filhos de fazendeiros de café. Para presidir o partido foi escolhido o respeitado conselheiro Antônio Prado, representante da grande burguesia paulista e velho adversário do perrepismo. O PD atraiu alguns imigrantes, mas a linha de seu jornal – o *Diário Nacional* – indica que suas bases estavam na classe média tradicional. Os imigrantes, especialmente os “plutocratas da indústria”, foram alvo de violentas críticas.

O PD se diferenciava do PRP pelo seu liberalismo, que o partido no poder repudiara na prática, e pela maior juventude relativa de seus integrantes. Despertou entusiasmo em uma parcela ponderável da classe média que não era contemplada pelos favores do perrepismo e aspirava a ampliar suas oportunidades na sociedade e na

administração pública. O PD não poderia ser definido como um partido moderno que controlava as grandes cidades, enquanto o arcaico PRP controlava o campo. Os democráticos tinham redutos na área rural, onde se utilizavam das mesmas práticas coronelistas de seus adversários.

No plano da política nacional, a divisão partidária em São Paulo contribuiu para tornar problemática a presença paulista, em uma evolução oposta à do Rio Grande do Sul.

3.7 A REVOLUÇÃO DE 1930

No início de 1929, após a presidência relativamente tranquila de Washington Luís, surgiu uma cisão entre as elites dos grandes estados que acabaria por levar ao fim da Primeira República.

Os desentendimentos começaram quando, de forma surpreendente, Washington Luís insistiu na candidatura de um paulista à sua sucessão. Como se isso não bastasse, fechou questão em torno do presidente de São Paulo, Júlio Prestes. A atitude de Washington Luís empurrou mineiros e gaúchos para um acordo, reproduzindo até certo ponto o alinhamento de forças da campanha de 1909-1910.

Em meados de 1929, após várias conversações, as oposições lançaram as candidaturas de Getúlio Vargas à presidência e de João Pessoa à vice-presidência. João Pessoa era sobrinho de Epitácio Pessoa e presidente da Paraíba. Formaram a Aliança Liberal, em nome da qual seria feita a campanha. Getúlio recebeu o apoio dos

democráticos de São Paulo, enquanto em Minas uma cisão do PRM apoiou Júlio Prestes.

O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de incentivar a produção nacional em geral, e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e, por isso mesmo, não discordava nesse ponto da política de Washington Luís. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores. Sua insistência maior concentrava-se na defesa das liberdades individuais, da anistia (com o que se acenava para os tenentes) e da reforma política para assegurar a chamada verdade eleitoral.

Apesar das reticências de Getúlio, que, por algum tempo, procurou um acordo com o presidente, a campanha ganhou ímpeto. As caravanas liberais, formadas pelos elementos mais jovens, percorreram as principais cidades do nordeste. O candidato foi recebido com entusiasmo nos comícios realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em plena campanha eleitoral, estourou em outubro de 1929 a crise mundial, lançando a cafeicultura em uma situação complicada. A defesa permanente gerara a expectativa de lucros certos, garantidos pelo Estado. Em consequência, as plantações se estenderam no estado de São Paulo. Muita gente tomou empréstimos a juros elevados para plantar café. A crise provocou a queda brusca dos preços internacionais. Como houve retração do consumo, tornou-se impossível compensar a queda de preços com a

ampliação do volume de vendas. Os fazendeiros que se tinham endividado, contando com a realização de lucros futuros, ficaram sem saída.

O setor cafeeiro e o governo federal se desentenderam. Os cafeicultores solicitaram a Washington Luís o enfrentamento da crise pela concessão de novos financiamentos e de uma moratória de seus débitos. Preocupado em manter o plano de estabilidade cambial, que, aliás, acabou indo por água abaixo, o presidente recusou. Uma onda de descontentamento se levantou em São Paulo. Não houve, porém, uma ruptura entre o setor cafeeiro e o governo federal. O rendimento eleitoral da crise foi escasso. Embora o PD estivesse integrado na Aliança Liberal, não havia razões para acreditar que a vitória da oposição levaria a uma atenção maior aos interesses cafeeiros.

Júlio Prestes venceu as eleições de 1º de março de 1930. Os recursos políticos imperantes, condenados verbalmente pela Aliança Liberal, foram utilizados também por ela. As “máquinas eleitorais” produziram votos em todos os estados, inclusive no Rio Grande do Sul, onde Getúlio teria vencido por 298.627 votos contra 982.

O resultado das eleições não foi bem-aceito entre os quadros jovens da oposição. Estes dispunham-se a seguir o caminho que os “tenentes” haviam tomado praticamente sozinhos. Embora derrotado, o movimento tenentista continuava sendo uma força de importância por sua experiência militar e seu prestígio no interior do Exército. A aproximação entre os políticos mais jovens e os militares rebeldes tinha agora condições de realizar-se, o que de fato, apesar das restrições recíprocas, acabou ocorrendo.

A única exceção importante foi Luís Carlos Prestes. Em maio de 1930, o nome de maior prestígio entre os “tenentes” lançou um manifesto no qual se declarava socialista revolucionário e condenava o apoio às oligarquias dissidentes. Na sua concepção, as forças em luta eram apenas um joguete da luta maior entre o imperialismo britânico e o norte-americano pelo controle da América Latina.

Prestes vinha sendo influenciado pelos comunistas desde um encontro que tivera com um dos fundadores do PCB – Astrojildo Pereira – quando estava exilado na Bolívia. A influência cresceu através de leituras e de contatos com líderes comunistas argentinos e uruguaios. Ele não entrou imediatamente no PCB . Com um pequeno grupo, fundou a Liga de Ação Revolucionária (LAR). Por alguns anos, o PCB condenou o “personalismo prestista” até que uma ordem vinda de Moscou garantiu o ingresso de Prestes no partido, em 1934.

Em meados de 1930, a conspiração revolucionária andava mal. Um acontecimento inesperado veio dar-lhe alento. Em 26 de julho, João Pessoa foi assassinado em uma confeitaria do Recife por um de seus adversários políticos – João Dantas. O crime combinava razões privadas e públicas. Na época, só se deu destaque às últimas, pois as primeiras arranhariam a figura de João Pessoa como mártir da revolução. A morte de João Pessoa teve grande ressonância e foi explorada politicamente. Seu enterro na capital da república, para onde o corpo foi transladado, reuniu uma grande massa. Os opositores recebiam de presente uma grande arma. Daí em diante, tornou-se mais fácil desenvolver a articulação revolucionária.

Um ponto importante foram os ganhos conseguidos no interior do Exército. Tanto assim que o comando-geral do movimento armado foi entregue a um homem considerado representante de setores responsáveis das Forças Armadas. Era o então tenente-coronel Góis Monteiro, nascido em Alagoas, cuja carreira estava ligada ao Rio Grande do Sul. Desde 1906, quando cursava a Escola Militar, Góis conhecia Getúlio e outros políticos gaúchos, com os quais colaborara nas disputas internas do estado. Na década de 1920, não tinha sido um revolucionário. Pelo contrário, combatera a Coluna Prestes nos estados do nordeste.

A revolução estourou em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul em 3 de outubro de 1930. Em São Paulo o PD esteve praticamente à margem das articulações revolucionárias e a situação não se alterou. Em Minas houve alguma resistência. No nordeste o movimento foi desfechado na madrugada do dia 4, sob o comando de Juarez Távora, tendo a Paraíba como centro de operações. Para garantir o êxito da revolução em Pernambuco, Juarez contou com o apoio da população de Recife. O povo ocupou prédios federais e um depósito de armas, enquanto os ferroviários da Great Western entraram em greve.

A situação no nordeste logo pendeu para os revolucionários e as atenções se concentraram nos contingentes militares que, tendo assumido o controle do sul do país, preparavam-se para invadir o estado de São Paulo. Porém, antes do confronto decisivo, em 24 de outubro, integrantes da cúpula militar, em nome do Exército e da Marinha, depuseram o presidente da República no Rio de Janeiro, constituindo Junta Provisória de governo.

A Junta Provisória tentou permanecer no poder, mas recuou diante das manifestações populares e da pressão dos revolucionários vindos do sul. Getúlio Vargas deslocou-se de trem para São Paulo e daí seguiu para o Rio, onde chegou precedido por 3 mil soldados gaúchos. O homem que, no comando da nação, insistiria no tema da unidade nacional fez questão de fazer transparecer, naquele momento, seus traços regionais. Desembarcou na capital da república em uniforme militar, ostentando um grande chapéu dos pampas. O simbolismo do triunfo regional se completou quando os gaúchos foram amarrar seus cavalos em um obelisco existente na avenida Rio Branco. A posse de Getúlio Vargas na presidência, em 3 de novembro de 1930, marcou o fim da Primeira República e o início de novos tempos, naquela altura ainda mal definidos.

O movimento revolucionário de 1930 no Brasil insere-se em uma conjuntura de instabilidade, gerada pela crise mundial aberta em 1929, que caracterizou toda a América Latina. Ocorreram aí onze episódios revolucionários, predominantemente militares, entre 1930 e 1932. O golpe militar do general Uriburu na Argentina, em setembro de 1930, teve um efeito de demonstração no Brasil, onde foi saudado, nos meios de oposição, como um exemplo a ser seguido.

A Revolução de 1930 não foi feita por representantes de uma suposta nova classe social, fosse ela a classe média, fosse ela a burguesia industrial. A classe média deu lastro à Aliança Liberal, mas

era por demais heterogênea e dependente das forças agrárias para que no plano político se formulasse um programa em seu nome.

Quanto aos industriais, devemos lembrar que a formação social na Primeira República acentuou em um primeiro momento a marca regional dos diferentes setores de classe. Tomando-se o exemplo de São Paulo, é verdade que ao longo dos anos começou a ocorrer uma diferenciação entre a burguesia industrial e o setor agrário, expressa na formação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), em 1928. Mas a diferenciação não chegou a ponto de romper o acordo da classe dominante em nome dos interesses paulistas. Os grandes industriais contavam com a proteção do PRP , que os representava. Não tinham também razões para simpatizar com a oposição, pois eram um dos alvos de suas críticas. Por isso, não é de estranhar que as associações industriais tenham apoiado abertamente a candidatura de Júlio Prestes.

No Rio de Janeiro, os industriais estavam organizados no Centro Industrial do Brasil (CIB). Nos últimos anos da década de 1920 havia nomes representativos da burguesia industrial carioca nos postos de governo. Por exemplo, em 1929, em meio à crise econômica, o grande industrial têxtil Manuel Guilherme da Silveira foi eleito presidente do Banco do Brasil. Quando estourou a Revolução de 1930, o CIB expressou sua solidariedade a Washington Luís e considerou a insurreição um “fato muito prejudicial à situação econômica do país” . É bem verdade que, logo após a vitória dos revolucionários, os industriais do Rio de Janeiro trataram de se aproximar do governo. Mas isso não indica a percepção de que Getúlio Vargas seria o representante do empresariado. Mostra, sim,

a percepção de que, antes ou depois de 1930, a aproximação com o Estado era fator decisivo para o fortalecimento da burguesia industrial.

Os vitoriosos de 1930 compunham um quadro heterogêneo, tanto do ponto de vista social quanto político. Tinham-se unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas: os velhos oligarcas, representantes típicos da classe dominante regional, desejavam apenas um maior atendimento à sua área, maior soma pessoal de poder, com um mínimo de transformações; os quadros civis mais jovens inclinavam-se a reformular o sistema político e se associaram transitoriamente com os tenentes, formando o grupo dos chamados “tenentes civis” ; o movimento tenentista – visto como uma ameaça pelas altas patentes das Forças Armadas – defendia a centralização do poder e a introdução de algumas reformas sociais; o PD pretendia o controle do governo do estado de São Paulo e a efetiva adoção dos princípios do Estado liberal, que aparentemente asseguraria seu predomínio.

A partir de 1930 ocorreu uma troca da elite do poder sem grandes rupturas. Caíram os quadros oligárquicos tradicionais; subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais.

Desde cedo, o novo governo tratou de centralizar em suas mãos tanto as decisões econômico-financeiras quanto as de natureza política. Desse modo, passou a arbitrar os diversos interesses em jogo. O poder de tipo oligárquico, baseado na força dos estados, perdeu terreno. As oligarquias não desapareceram, nem o padrão de relações clientelistas deixou de existir. Mas a irradiação agora vinha

do centro para a periferia, e não da periferia para o centro. Um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos: 1º a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2º a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3º o papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército – como suporte da criação de uma indústria de base e como fator de garantia da ordem interna.

O Estado getulista promoveu o capitalismo nacional, tendo dois suportes: no aparelho de Estado, as Forças Armadas; na sociedade, uma aliança entre a burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana. Foi desse modo, e não porque tivesse atuado na Revolução de 1930, que a burguesia industrial foi promovida, passando a ter vez e força no interior do governo. O projeto de industrialização foi, aliás, muito mais dos quadros técnicos governamentais do que dos empresários.

As transformações apontadas não ocorreram da noite para o dia, nem corresponderam a um plano de conjunto do governo revolucionário. Foram sendo realizadas ao longo dos anos, com ênfase maior neste ou naquele aspecto. Desse modo, uma visão de conjunto só se tornou clara com a perspectiva dada pelo tempo.

4.

O Estado Getulista (1930-1945)

4.1 A AÇÃO GOVERNAMENTAL

Subindo ao poder em outubro de 1930, Getúlio Vargas nele permaneceu como chefe do Governo Provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador pelo espaço de quinze anos. Voltaria à presidência pelo voto popular em 1950, não chegando a completar o mandato por suicidar-se em 1954.

A figura de maior expressão da história política brasileira do século XX provinha de uma família de estancieiros de São Borja, na região gaúcha da Campanha. Seu pai – líder local do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) – envolveu-se nas lutas contra os federalistas. Getúlio fez até 1930 uma carreira tradicional nos quadros do PRR, sob a proteção de Borges de Medeiros. Foi promotor público, deputado estadual, líder da bancada gaúcha na Câmara Federal, ministro da Fazenda de Washington Luís e presidente do Rio Grande do Sul. Em 1930 saltou para a presidência

da República, personificando uma linha de ação muito diversa da política oligárquica.

No início dos anos 1930, o Governo Provisório tratava de se firmar em meio a muitas incertezas. A crise mundial trazia como consequência uma produção agrícola sem mercado, a ruína de fazendeiros, o desemprego nas grandes cidades. As dificuldades financeiras cresciam: caía a receita das exportações e a moeda conversível se evaporara.

No plano político, as oligarquias dos estados vitoriosos em 1930 procuravam reconstruir o Estado nos velhos moldes. Os “tenentes” se opunham a essa perspectiva e apoiavam Getúlio em seu propósito de reforçar o poder central. Ao mesmo tempo, porém, representavam uma corrente difícil de controlar, que colocava em risco a hierarquia no interior do Exército.

Uma importante base de apoio do governo foi a Igreja católica. A colaboração entre a Igreja e o Estado não era nova, datando dos anos 1920, especialmente a partir da presidência de Artur Bernardes. Agora ela se tornava mais estreita. Marco simbólico da colaboração foi a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado, em 12 de outubro de 1931 – data do descobrimento da América. Getúlio e todo o ministério concentraram-se na estreita plataforma da estátua pairando sobre o Rio de Janeiro. Ali o cardeal Leme consagrou a nação “ao Coração Santíssimo de Jesus, reconhecendo-o para sempre seu Rei e Senhor” . A Igreja levou a massa da população católica ao apoio do novo governo. Este, em troca, tomou medidas importantes em seu favor, destacando-se um

decreto de abril de 1931 que permitiu o ensino da religião nas escolas públicas.

As medidas centralizadoras do Governo Provisório surgiram desde cedo. Em novembro de 1930, ao dissolver o Congresso Nacional, Vargas assumiu não só o Poder Executivo como o Legislativo, os estaduais e os municipais. Todos os antigos governadores, com exceção do novo governador eleito de Minas Gerais, foram demitidos e em seu lugar nomearam-se interventores federais. Em agosto de 1931, o chamado Código dos Interventores estabeleceu as normas de subordinação destes ao poder central. Limitava também a área de ação dos estados, que ficaram proibidos de contrair empréstimos externos sem a autorização do governo federal, gastar mais de 10% da despesa ordinária com os serviços da polícia militar, dotar as polícias estaduais de artilharia e aviação ou armá-las em proporção superior ao Exército.

A centralização estendeu-se também ao campo econômico. O governo Vargas não abandonou nem poderia abandonar o setor cafeeiro. Tratou, porém, de concentrar a política do café em suas mãos, o que ocorreu a partir de 1933, com a criação do Departamento Nacional do Café (DNC).

Mas o problema de fundo subsistia. Que fazer com a parte dos estoques atuais e futuros que não encontravam colocação no mercado internacional? A resposta veio em julho de 1931. O governo compraria o café com a receita derivada do imposto de exportação e do confisco cambial, ou seja, de uma parte da receita das exportações, e destruiria fisicamente uma parcela do produto. Tratava assim de reduzir a oferta e sustentar os preços. Essa opção

era semelhante às opções que levaram à eliminação da uva na Argentina ou à morte de rebanhos de carneiros na Austrália. O esquema brasileiro teve longa duração, embora alguns de seus aspectos tenham sido alterados no correr dos anos. A destruição de café só terminou em julho de 1944. Em treze anos foram eliminados 78,2 milhões de sacas, uma quantidade equivalente ao consumo mundial de três anos.

A situação financeira do país tornou-se insustentável em meados de 1931. Em setembro daquele ano, os pagamentos relativos à dívida pública externa foram suspensos e se reintroduziu o monopólio cambial do Banco do Brasil. A última medida tinha sido decretada nos últimos meses da presidência de Washington Luís e revogada pelo governo revolucionário.

Um dos aspectos mais coerentes do governo Vargas foi a política trabalhista. Entre 1930 e 1945 ela passou por várias fases, mas desde logo se apresentou como inovadora com relação ao período anterior. Teve por objetivos principais reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo.

No que diz respeito ao primeiro objetivo, a repressão se abateu sobre partidos e organizações de esquerda, especialmente o Partido Comunista do Brasil (PCB), logo após 1930, tornando-se mesmo mais sistemática do que a existente na Primeira República. Quanto ao segundo objetivo, a esporádica atenção ao problema da classe trabalhadora urbana na década de 1920 deu lugar a uma política governamental específica. Isso se anunciou desde novembro de 1930, quando foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e

Comércio. Seguiram-se leis de proteção ao trabalhador, de enquadramento dos sindicatos pelo Estado, criação de órgãos para arbitrar conflitos entre patrões e operários – as Juntas de Conciliação e Julgamento.

O enquadramento dos sindicatos foi estabelecido por um decreto de março de 1931. Ele dispunha sobre a sindicalização das classes operárias e patronais, mas eram as primeiras o foco de interesse. O sindicato foi definido como órgão consultivo e de colaboração com o poder público. Adotou-se o princípio da unidade sindical, ou seja, do reconhecimento pelo Estado de um único sindicato por categoria profissional. A sindicalização não seria obrigatória. O governo se atribuiu um papel de controle da vida sindical, determinando que funcionários do ministério assistiriam às assembleias dos sindicatos. A legalidade de um sindicato dependia do reconhecimento ministerial e este poderia ser cassado quando se verificasse o não cumprimento de uma série de normas. O decreto vigorou até julho de 1934, quando foi substituído por outro. A principal alteração consistiu na adoção do princípio da pluralidade sindical, mas na prática a pluralidade não existiu, embora só viesse a desaparecer da legislação em 1939. As associações de industriais e comerciantes acabaram por aceitar a legislação trabalhista, embora a princípio combatessem as medidas governamentais, especialmente aquelas que concediam direitos aos trabalhadores.

As organizações operárias sob controle das correntes de esquerda tentaram opor-se ao seu enquadramento pelo Estado. Mas a tentativa fracassou. Além do governo, a própria base dessas organizações pressionou pela legalização. Vários benefícios, como as

férias e a possibilidade de postular direitos perante as Juntas de Conciliação e Julgamento, dependiam da condição de ser membro de sindicato reconhecido pelo governo. Em fins de 1933, o velho sindicalismo autônomo desaparecera e os sindicatos, bem ou mal, tinham-se enquadrado na legislação.

Os vencedores de 1930 preocuparam-se desde cedo com o problema da educação. Seu objetivo principal era o de formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada. As tentativas de reforma do ensino vinham da década de 1920, caracterizando-se nesse período por iniciativas no nível dos estados, o que correspondia ao figurino da república federativa. A partir de 1930, as medidas tendentes a criar um sistema educativo e promover a educação tomaram outro sentido, partindo principalmente do centro para a periferia. A educação entrou no compasso da visão geral centralizadora. Um marco inicial desse propósito foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em novembro de 1930.

As iniciativas do governo Vargas na área educativa, como em outros campos, tinham uma inspiração autoritária. O Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo, sem envolver uma grande mobilização da sociedade, mas sem promover também, consistentemente, uma formação escolar totalitária, abrangendo todos os aspectos do universo cultural.

Mesmo no curso da ditadura do Estado Novo, a educação esteve impregnada de uma mistura de valores hierárquicos, de conservadorismo nascido da influência católica, sem tomar a forma de uma doutrinação fascista. A política educacional ficou sobretudo

nas mãos de jovens políticos mineiros cuja carreira se iniciara na velha oligarquia de seu estado para tomar outros rumos a partir de 1930. É o caso de Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde entre novembro de 1930 e setembro de 1932, e de Gustavo Capanema, que o substituiu, com uma longa permanência no ministério, de 1934 a 1945. Entre 1930 e 1932, Francisco Campos realizou uma intensa ação no ministério, preocupando-se essencialmente com o ensino superior e secundário.

No plano do ensino superior, o governo procurou criar condições para o surgimento de verdadeiras universidades, dedicadas ao ensino e à pesquisa. Na esfera do ensino secundário, tratava-se de começar a implantá-lo, pois até então, na maior parte do país, não passara de cursos preparatórios para ingresso nas escolas superiores. A Reforma Campos estabeleceu definitivamente um currículo seriado, o ensino em dois ciclos, a frequência obrigatória, a exigência de diploma de nível secundário para ingresso no ensino superior.

As principais medidas de criação de universidades surgiram no Distrito Federal e em São Paulo, neste último caso à margem da participação federal. Assim nasceram em 1934 a Universidade de São Paulo (USP) e, em 1935, a Universidade do Distrito Federal.

4.2 O PROCESSO POLÍTICO

Dois pontos inter-relacionados são importantes na definição do processo político entre 1930 e 1934: a questão do tenentismo e a

luta entre o poder central e os grupos regionais.

Com a vitória da Revolução de 1930, os “tenentes” passaram a fazer parte do governo e formularam um programa mais claro. Propunham maior uniformização no atendimento das necessidades das várias regiões do país, alguns planos econômicos, a instalação de uma indústria básica (especialmente a siderúrgica) e um programa de nacionalizações que incluía as minas, os meios de transporte e de comunicação e a navegação de cabotagem. Para a realização dessas reformas era necessário contar com um governo federal centralizado e estável. Dissociando-se claramente dos pontos de vista liberais, os “tenentes” defendiam o prolongamento da ditadura e a elaboração de uma Constituição que estabelecesse a representação por classe, ao lado da representação individual. Na última hipótese, haveria o mesmo número de representantes para cada estado.

Getúlio tratou de utilizar os quadros tenentistas como instrumento da luta contra o predomínio das oligarquias estaduais em duas regiões muito diferentes: o nordeste do país e São Paulo. O nordeste foi um campo de ação predileto dos “tenentes”. Muitos deles provinham dessa área marcada pela extrema pobreza, onde a violência exercida pelo pequeno círculo dominante era flagrante.

Vários interventores nomeados para os estados nordestinos eram militares; em novembro de 1930, o governo criou uma delegacia regional do norte, entregando-a a Juarez Távora. O movimento tenentista tentou introduzir certas melhorias e atender a algumas reivindicações populares, retomando em outro contexto a tradição do “salvacionismo”. Juraci Magalhães – interventor da Bahia –

nomeou comissões para desenvolver a agricultura, procurou ampliar os serviços de saúde e decretou uma redução compulsória dos aluguéis. Távora pretendeu expropriar os bens dos oligarcas mais comprometidos com a República Velha.

Entretanto, sem ter condições nem a intenção de realizar grandes transformações, os “tenentes” acabariam por chegar a um entendimento com setores da classe dominante regional. As medidas de baixa de aluguéis e de expropriação de bens foram, por sua vez, bloqueadas pelo governo federal e não tiveram seguimento. A ação tenentista no nordeste – apesar de seus limites – despertou o ataque dos grupos dominantes nas áreas mais desenvolvidas do país. Juarez foi chamado ironicamente de Vice-rei do Norte e violentamente combatido por sua tentativa de criar um bloco de pequenos estados.

Em São Paulo, a inabilidade do governo federal concorreu para a deflagração de uma guerra civil. Negando as pretensões do Partido Democrático (PD), Getúlio marginalizou a elite paulista, nomeando interventor o “tenente” João Alberto. O interventor não resistiu às pressões de São Paulo e do interior do próprio governo e demitiu-se em julho de 1931. Outros três interventores se sucederiam no cargo até meados de 1932, em uma demonstração da gravidade do chamado caso de São Paulo.

No comando do estado de São Paulo, ou a partir de sua influência, os “tenentes” procuraram estabelecer uma base de apoio para suas iniciativas. O alvo foram associações sem muita expressão da cafeicultura e os sindicatos operários. Sob este último aspecto destacou-se Miguel Costa, secretário da Segurança Pública e

comandante da Força Pública. Dele se dizia que tinha o comunismo no coração e os comunistas na cadeia. O antigo líder da Coluna Prestes promoveu o ressurgimento de sindicatos, como o Centro dos Estivadores de Santos, cuja diretoria ficou sob sua influência.

Os “tenentes” tiveram contra si a grande maioria da população de São Paulo que, ideologicamente, girava em torno da elite regional. Esta defendia a constitucionalização do país, a partir dos princípios da democracia liberal. Como medida transitória, exigia a nomeação de um interventor civil e paulista. A bandeira da constitucionalização e da autonomia sensibilizou amplos setores da população e facilitou a aproximação do Partido Republicano Paulista (PRP) e do PD. Isso ocorreu com a formação da Frente Única Paulista (FUP), em fevereiro de 1932. Naquele mesmo mês, o Governo Provisório dispôs-se a atender às pressões contra o prolongamento da ditadura, que vinham não só de São Paulo como do Rio Grande do Sul e de Minas, promulgando o Código Eleitoral. O código trouxe algumas importantes inovações. Estabeleceu a obrigatoriedade do voto e seu caráter secreto, abrangendo ambos os sexos. Pela primeira vez, reconhecia-se o direito ao voto das mulheres. A lei eleitoral do Rio Grande do Norte, de 1927, tinha sido pioneira, mas ficara restrita àquele estado.

A eleição para o Legislativo seria proporcional, garantindo-se assim a representação das minorias. Embora a representação profissional se inspirasse nas ideias corporativas e fascistas, seu objetivo era mais imediato. A bancada de quarenta constituintes classistas – maior do que a de Minas Gerais – seria previsivelmente controlável pelo governo. Ela serviria para contrabalançar o peso dos

maiores estados, notadamente São Paulo e Rio Grande do Sul, que constituíam naquela altura os principais núcleos de oposição.

Por último, o Código Eleitoral contribuiu bastante para estabilizar o processo das eleições e pelo menos reduzir as fraudes, com a criação da Justiça Eleitoral, incumbida de organizar e fiscalizar as eleições e de julgar recursos.

Em março de 1932, Vargas deu aparentemente mais um passo na tentativa de pacificar São Paulo, nomeando um interventor civil e paulista – Pedro de Toledo. Toledo não era, porém, um nome de grande prestígio no estado. Permaneciam as dúvidas acerca da convocação de eleições e do controle dos “tenentes”. O governo era muito criticado por contemporizar na punição de um grupo tenentista que empastelara, no Rio de Janeiro, o *Diário Carioca*, logo após ser promulgado o Código Eleitoral.

A Frente Única Gaúcha – formada pelos partidos regionais – rompeu com Vargas. Esse fato levou os grupos que já conspiravam em São Paulo, em sua maioria ligados ao PD, a acelerar preparativos para uma revolução que afinal estourou em 9 de julho de 1932. O plano dos revolucionários era realizar um ataque fulminante sobre a capital da república, colocando o governo federal diante da necessidade de negociar ou capitular. Mas o plano falhou. Embora a “guerra paulista” despertasse muita simpatia na classe média carioca, ficou militarmente confinada ao território de São Paulo. Por sua vez, a Marinha bloqueou o porto de Santos.

A verdade é que, apesar das divergências com o Poder Central, as elites regionais do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais não se dispunham a correr o risco de enfrentar, pelas armas, um governo

que haviam ajudado a colocar no poder menos de dois anos antes. São Paulo ficou praticamente sozinho, contando sobretudo com a milícia estadual e uma intensa mobilização popular para enfrentar as forças federais.

O movimento de 1932 uniu diferentes setores sociais, da cafeicultura à classe média, passando pelos industriais. Só a classe operária organizada, que se lançara em algumas greves importantes no primeiro semestre de 1932, ficou à margem dos acontecimentos. A luta pela constitucionalização do país e os temas da autonomia e da superioridade de São Paulo diante dos demais estados eletrizaram boa parte da população paulista. Uma imagem muito eficaz, na época, associava São Paulo a uma locomotiva que puxava vinte vagões vazios – os vinte outros estados da federação. O rádio, utilizado pela primeira vez em grande escala, contribuiu também para incentivar a presença do povo nos comícios e o fluxo de voluntários à frente de combate. Muitas pessoas doaram joias e outros bens de família, atendendo ao apelo da campanha do “ouro para o bem de São Paulo” .

Os revolucionários tentaram suprir suas notórias deficiências em armamento e munições utilizando os recursos do parque industrial paulista. Enviaram também emissários aos Estados Unidos, na tentativa de comprar armas e aviões. Mas a superioridade militar dos governistas era evidente. Apesar do desequilíbrio de forças, a luta durou quase três meses, terminando com a rendição de São Paulo, em outubro de 1932.

A “guerra paulista” teve um lado voltado para o passado e outro voltado para o futuro. A bandeira da constitucionalização abrigou

tanto os que esperavam retroceder às formas oligárquicas de poder quanto os que pretendiam estabelecer uma democracia liberal no país. O movimento trouxe consequências importantes. Embora vitorioso, o governo percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez, compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o Poder Central.

Em agosto de 1933, Getúlio nomeou afinal um interventor civil e paulista, no pleno sentido da expressão: Armando de Sales Oliveira, com vínculos no PD . Naquele mesmo ano, em agosto, baixou o decreto do chamado Rejustamento Econômico, reduzindo o débito dos agricultores atingidos pelo crise. Por sua vez, a elite política de São Paulo adotou uma atitude mais cautelosa daí para a frente.

No curso de 1933 o tenentismo foi-se desagregando como movimento. Não conseguira transformar o Estado no seu partido, fracassara ou fora cortado nas tentativas de obter uma base social, perdera forças no interior do Exército, onde ameaçava a hierarquia. Entre 1932 e 1933, vários interventores tenentistas do nordeste se demitiram. O Clube 3 de Outubro – principal centro de organização dos “tenentes” – tendeu a transformar-se em um “órgão doutrinário, livre de demagogia” , como disse com satisfação o general Góis Monteiro. Uma parte dos “tenentes” subordinou-se ao governo Vargas, enquanto outros foram engrossar os partidos de direita e de esquerda.

O Governo Provisório decidiu constitucionalizar o país, realizando eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em maio de 1933. A campanha eleitoral revelou um impulso na participação popular e

na organização partidária. Muitos partidos, das mais diferentes tendências, surgiram nos estados; alguns com bases reais e outros de fachada. Com exceção dos comunistas, na ilegalidade, e da Ação Integralista, não se chegou, porém, a formar partidos nacionais.

O resultado das urnas mostrou a força das elites regionais. No Rio Grande do Sul, os eleitos eram em sua maioria partidários de Flores da Cunha; em Minas, venceram os seguidores do velho governador Olegário Maciel; em São Paulo, a vitória da Frente Única foi esmagadora. Os "tenentes", em contrapartida, obtiveram magros resultados.

Após meses de debates, a Constituinte promulgou a Constituição, em 14 de julho de 1934. Ela se assemelhava à de 1891, ao estabelecer uma república federativa, mas apresentava vários aspectos novos, como reflexo das mudanças ocorridas no país. O modelo inspirador era a Constituição alemã de Weimar.

Três títulos inexistentes nas Constituições anteriores tratavam da ordem econômica e social, da família, educação e cultura e da segurança nacional. O primeiro deles tinha intenções nacionalistas. Previa a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas-d'água, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do país. Os dispositivos de caráter social asseguravam a pluralidade e a autonomia dos sindicatos, dispondo também sobre a legislação trabalhista. Esta deveria prever no mínimo: proibição de diferença de salários para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; salário mínimo; regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores; descanso semanal; férias remuneradas; indenização na despedida sem justa causa.

No título referente à família, à educação e à cultura, a Constituição estabelecia o princípio do ensino primário gratuito e de frequência obrigatória. O ensino religioso seria de frequência facultativa nas escolas públicas, sendo aberto a todas as confissões, e não apenas à católica.

Aparecia pela primeira vez o tema da segurança nacional. Todas as questões referentes a ela seriam examinadas pelo Conselho Superior de Segurança Nacional, presidido pelo presidente da República e integrado pelos ministros e os chefes dos Estados-maiores do Exército e da Marinha. O serviço militar foi considerado obrigatório, uma norma já existente na Primeira República, mas que pouco funcionara na prática.

Em 15 de julho de 1934, pelo voto indireto da Assembleia Nacional Constituinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República, devendo exercer o mandato até 3 de maio de 1938. Daí para a frente haveria eleições diretas para a presidência.

Parecia enfim que o país viveria sob um regime democrático. Entretanto, pouco mais de três anos após ser promulgada a Constituição, o golpe do Estado Novo frustrou essas esperanças. Concorreram para o desfecho grupos situados no interior do governo, em especial no Exército, as vacilações dos liberais e a irresponsabilidade da esquerda.

A partir do fim da Primeira Guerra Mundial, os movimentos e ideias totalitários e autoritários começaram a ganhar força na Europa. Em 1922, Benito Mussolini assumiu o poder na Itália; Josef Stalin foi construindo seu poder absoluto na União Soviética; o nazismo se tornou vitorioso na Alemanha em 1933. A crise mundial

concorreu também para o desprestígio da democracia liberal, associada no plano econômico ao capitalismo. O capitalismo, que prometera igualdade de oportunidades e abundância, caíra em um buraco negro do qual parecia incapaz de livrar-se. Em vez de uma vida melhor, trouxera empobrecimento, desemprego e desesperança.

A democracia liberal, com seus partidos e suas lutas políticas aparentemente inúteis, levando à divisão do organismo nacional, era vista pelos ideólogos totalitários como um regime incapaz de encontrar soluções para a crise. A época do capitalismo e da liberal-democracia parecia pertencer ao passado.

No Brasil, surgiram algumas pequenas organizações fascistas na década de 1920. Um movimento expressivo nasceu nos anos 1930, quando em outubro de 1932 Plínio Salgado e outros intelectuais fundaram em São Paulo a Ação Integralista Brasileira (AIB). O integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista cujo conteúdo era mais cultural do que econômico. Sem dúvida, combatia o capitalismo financeiro e pretendia estabelecer o controle do Estado sobre a economia. Mas sua ênfase maior se encontrava na tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentado em princípios unificadores: “Deus, Pátria e Família” era o lema do movimento.

Do ponto de vista das relações entre a sociedade e o Estado, o integralismo negava a pluralidade dos partidos políticos e a representação individual dos cidadãos. O Estado integral seria constituído do chefe da nação, abrigando em seu interior órgãos representativos das profissões e entidades culturais.

A AIB identificava como seus inimigos o liberalismo, o socialismo e o capitalismo financeiro internacional, em mãos dos judeus. O

integralismo foi muito eficaz na utilização de rituais e símbolos: o culto da personalidade do chefe nacional, as cerimônias de adesão, os desfiles dos camisas-verdes ostentando o sigma (Σ) em uma braçadeira.

O recrutamento dos dirigentes nacionais e regionais da AIB se fez principalmente entre profissionais urbanos de classe média e, em menor grau, entre os militares. O integralismo atraiu para suas fileiras um número considerável de aderentes. Estimativas moderadas calculam esse número entre 100 mil e 200 mil pessoas, no período de auge, em fins de 1937, o que não é pouco, considerando-se o baixo grau de mobilização política existente no país.

Integralistas e comunistas se enfrentaram mortalmente ao longo dos anos 1930. Os dois movimentos tinham, entretanto, pontos em comum: a crítica ao Estado liberal, a valorização do partido único, o culto da personalidade do líder. Não por acaso, houve certa circulação de militantes que passaram de uma organização para a outra.

A guerra entre os dois grupos não resultou, porém, de um mal-entendido. Na realidade, cada um deles mobilizou sentimentos muito diversos. Os integralistas baseavam seu movimento em temas conservadores, como a família, a tradição do país, a Igreja católica. Os comunistas apelavam para concepções e programas que eram revolucionários em sua origem: a luta de classes, a crítica às religiões e aos preconceitos, a emancipação nacional obtida através da luta contra o imperialismo e da reforma agrária. Essa maneira diversa de recortar as relações sociais era mais do que suficiente

para produzir o antagonismo entre os dois movimentos. Além disso, eles refletiam a oposição existente na Europa entre seus inspiradores: o fascismo de um lado e o comunismo soviético de outro.

Sem o mesmo colorido, mas com maior eficácia, ganhou força, no Brasil dos anos 1930, a corrente autoritária. A dificuldade de organização das classes, da formação de associações representativas e de partidos fez das soluções autoritárias uma atração constante não só entre os conservadores como entre os liberais e a esquerda. Esta tendia a associar liberalismo com o domínio das oligarquias; a partir daí, não dava muito valor à chamada democracia formal. Os liberais contribuíam para justificar essa visão. Temiam as reformas sociais e aceitavam ou mesmo incentivavam a interrupção do jogo democrático toda vez que ele parecia ameaçado pelas forças subversivas.

A corrente autoritária assumiu, com toda a consequência, a perspectiva do que se denomina modernização conservadora; ou seja, o ponto de vista de que, em um país desarticulado como o Brasil, cabia ao Estado organizar a nação para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral. Nesse percurso, o Estado autoritário poria fim aos conflitos sociais, às lutas partidárias, aos excessos da liberdade de expressão, que só serviam para enfraquecer o país.

Havia traços comuns entre a corrente autoritária e o integralismo totalitário, mas eles não eram idênticos. O integralismo pretendia alcançar seus objetivos através de um partido que mobilizaria as massas descontentes e tomaria de assalto o Estado. A corrente

autoritária não apostava no partido, e sim no Estado; não acreditava na mobilização em grande escala da sociedade, mas na clarividência de alguns homens. O partido fascista levaria no limite à crise do Estado; o estatismo autoritário, ao seu reforço. Os autoritários se localizavam no interior do Estado. Aí tiveram sua expressão maior na cúpula das Forças Armadas.

O fortalecimento das Forças Armadas, especialmente do Exército, caracterizou a história dos anos 1930-1945. Ele se expressou pelo crescimento do número de efetivos, pelo reequipamento e pela obtenção de posições de prestígio. Comparativamente, as milícias estaduais perderam terreno. Entretanto, o Exército não surgiu, nos primeiros meses após a Revolução de 1930, como uma força coesa. Não só o tenentismo era um problema mas também a existência na ativa de muitos integrantes da alta hierarquia simpáticos à Velha República. O próprio chefe militar da revolução tinha apenas o posto de tenente-coronel. Foi necessário lhe dar três promoções em pouco mais de um ano para conduzi-lo ao generalato. A Revolução de 1932 contribuiu para a depuração do Exército. Naquele ano, 48 oficiais foram exilados, entre eles sete generais. No fim de 1933, 36 dos quarenta generais na ativa tinham sido promovidos ao posto pelo novo governo.

Assim se consolidou um grupo leal a Getúlio Vargas, no qual se destacaram duas figuras: Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Góis era um formulador da política do Exército e Dutra o principal executor. Os dois monopolizaram os principais cargos militares depois de 1937. Góis foi chefe de Estado-maior de 1937 a 1943; Dutra foi ministro da Guerra de 1937 a 1945, quando se afastou

para concorrer à presidência da República, sendo substituído por Góis Monteiro. Góis esteve aliás à frente do Ministério da Guerra entre 1934 e 1935. A lealdade do novo grupo no comando do Exército ao governo Vargas, apesar de arranhada por alguns episódios, não se quebrou até 1945.

O ano de 1934 foi marcado por reivindicações operárias e pela fermentação em áreas de classe média. Uma série de greves explodiram no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belém e no Rio Grande do Norte, destacando-se as paralisações no setor de serviços: transportes, comunicações, bancos. As campanhas contra o fascismo ganharam ímpeto, culminando com um violento choque entre antifascistas e integralistas em São Paulo, em outubro de 1934.

O governo respondeu propondo, no início de 1935, uma Lei de Segurança Nacional (LSN), aprovada pelo Congresso com o voto dos liberais. A lei definiu os crimes contra a ordem política e social, incluindo entre eles: a greve de funcionários públicos; a provocação de animosidade nas classes armadas; a incitação de ódio entre as classes sociais; a propaganda subversiva; a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política ou social por meios não permitidos em lei.

Paralelamente à discussão da LSN , os comunistas e os “tenentes” de esquerda muito próximos a eles preparavam o lançamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Ela veio a público no Rio de Janeiro em 30 de março de 1935. Nessa ocasião, um jovem estudante de direito – Carlos Lacerda – leu o manifesto do movimento e indicou para ser seu presidente de honra Luís Carlos

Prestes, escolhido por aclamação. Na presidência ostensiva da ANL ficou o capitão da Marinha Hercolino Cascardo, que em 1924 liderara a revolta do encouraçado São Paulo.

O programa básico da ANL tinha conteúdo nacionalista. Nenhum de seus cinco itens se dirigia especificamente aos problemas operários. Eram eles a suspensão definitiva do pagamento da dívida externa; a nacionalização das empresas estrangeiras; a reforma agrária; a garantia das liberdades populares; a constituição de um governo popular, do qual poderia participar "qualquer pessoa na medida da eficiência de sua colaboração" .

A formação da ANL se ajustou à nova orientação dada ao PCB que vinha do Comintern, defendendo a criação de frentes populares, em todo o mundo contra a ameaça fascista. A ANL seria o exemplo de uma frente popular adaptada às características do chamado mundo semicolonial, reunindo vários setores sociais dispostos a enfrentar o fascismo e o imperialismo.

Ao mesmo tempo, a criação da ANL foi facilitada pela transformação que ocorreu no PCB a partir do ingresso de Prestes no partido, em agosto de 1934. A organização deixou de ser um pequeno agrupamento dirigido essencialmente à classe operária para se converter em um organismo mais forte do ponto de vista numérico e com uma composição social mais variada. Entraram para o PCB os militares seguidores de Prestes e membros da classe média. A temática nacional passou a predominar sobre a temática de classe, coincidindo com a orientação vinda do Comintern.

Em poucos meses, a ANL ganhou bastante projeção. Cálculos conservadores indicam que em julho de 1935 ela contava entre 70

mil a 100 mil pessoas. Na condução do movimento, seus dirigentes oscilaram entre a tentativa de consolidação de uma aliança de classes e a perspectiva de insurreição para a conquista do poder. Pelo menos nas palavras, esta última se revelou mais forte. Na comemoração do 5 de julho de 1935, Carlos Lacerda leu um manifesto de Prestes, que se encontrava clandestino no Brasil, apelando para a derrubada do “governo odioso” de Vargas e a tomada do poder por um governo popular, nacional e revolucionário.

O governo, que já vinha reprimindo as atividades da ANL, obteve uma excelente razão para fechá-la. Isso ocorreu por um decreto de 11 de julho. Daí para a frente, enquanto se sucediam muitas prisões, o PCB começou os preparativos para uma insurreição, resultando na tentativa de golpe militar de novembro de 1935.

O levante de 1935 – que lembra as revoltas tenentistas da década de 1920 – foi um fracasso. Começou em 23 de novembro, no Rio Grande do Norte, antecipando-se a uma iniciativa coordenada a partir do Rio de Janeiro. Uma junta de governo tomou o poder em Natal por quatro dias, até ser dominada. Seguiram-se rebeliões em Recife e no Rio, esta última de maiores proporções. Houve ali um confronto entre os rebeldes e as forças legais de que resultaram vários mortos até a rendição.

O que teria levado o PCB, com o apoio decisivo do Comintern, a embarcar na aventura de novembro de 1935, quando aparentemente a estratégia de frentes populares já estava estabelecida? Ao que tudo indica, a tentativa de golpe no Brasil representava o canto de cisne da linha política anterior. Ele foi alentado pelas informações fantasiosas dos comunistas brasileiros,

dando conta da existência de um clima pré-revolucionário no país. A influência dos métodos tenentistas pesou também localmente na decisão.

O episódio de 1935 teve sérias consequências, pois abriu caminho para amplas medidas repressivas e para a escalada autoritária. O fantasma do comunismo internacional ganhou enormes proporções, tanto mais porque o Comintern havia enviado ao Brasil alguns quadros dirigentes estrangeiros para coordenar os preparativos da insurreição.

Durante o ano de 1936, o Congresso aprovou todas as medidas excepcionais solicitadas pelo Poder Executivo para reprimir os comunistas e a esquerda em geral. Em março de 1936 a polícia invadiu o Congresso e prendeu cinco parlamentares que tinham apoiado a ANL ou simplesmente demonstrado simpatia por ela. O Congresso aceitou a justificação para as prisões e autorizou o processo contra os presos. Ao mesmo tempo, criaram-se órgãos específicos para a repressão. Em janeiro de 1936, o ministro da Justiça e Negócios Interiores anunciou a formação de uma Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, encarregada de investigar a participação de funcionários públicos e outras pessoas em atos ou crimes contra as instituições políticas e sociais. Um tribunal de exceção – o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) – começou a funcionar em fins de outubro de 1936. A princípio, o TSN se destinava apenas a julgar os comprometidos na insurreição de 1935, mas acabou se transformando em um órgão permanente, que existiu durante todo o Estado Novo.

Em fins de 1936 e nos primeiros meses de 1937, definiram-se as candidaturas à sucessão presidencial nas eleições previstas para janeiro de 1938. O Partido Constitucionalista, formado pelo PD e alguns partidos menores, lançou o nome de Armando de Sales Oliveira. Foi escolhido como candidato oficial José Américo de Almeida, político do nordeste que tinha sido ministro da Viação e Obras Públicas do governo Vargas. Por último surgiu a candidatura de Plínio Salgado, pelos integralistas. O candidato oficial contava com o apoio da maioria dos estados do nordeste e de Minas Gerais, além dos setores pró-Vargas em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

A abertura da disputa política facilitou um afrouxamento das medidas repressivas. Por ordem do ministro da Justiça e Negócios Interiores, cerca de trezentas pessoas foram soltas em junho de 1937. Um pedido de prorrogação do estado de guerra em vigor deixou de ser concedido pelo Congresso. Entretanto, Getúlio e o círculo dos íntimos não se dispunham a abandonar o poder, tanto mais que nenhuma das três candidaturas tinha sua confiança. José Américo inclinara-se cada vez mais a uma campanha populista, apresentando-se como “candidato do povo” e denunciando a exploração imperialista. Um observador próximo ao governo chegou a dizer que a questão social estava no centro da campanha presidencial, com o risco de o Brasil converter-se em uma Espanha dilacerada pela guerra civil.

Ao longo de 1937, para apagar possíveis dificuldades regionais, o governo interveio em alguns estados e no Distrito Federal. Faltava, porém, um pretexto para reacender o clima golpista. Ele surgiu com o Plano Cohen, cuja verdadeira história tem muitos aspectos

obscuros. Um oficial integralista – o capitão Olímpio Mourão Filho – foi surpreendido ou deixou-se surpreender, em setembro de 1937, datilografando no Ministério da Guerra um plano de insurreição comunista. O autor do documento seria um certo Cohen – nome marcadamente judaico, que poderia ser também uma corruptela de Béla Kun , líder comunista húngaro.

Aparentemente o “plano” era uma fantasia, a ser publicada em um boletim da AIB , mostrando como seria uma insurreição comunista e como reagiriam os integralistas diante dela. A insurreição provocaria massacres, saques e depredações, desrespeito aos lares, incêndios de igrejas etc. O fato é que de obra de ficção o documento foi transformado em realidade, passando das mãos dos integralistas à cúpula do Exército. Em 30 de setembro era transmitido em programa oficial pelo rádio e publicado em parte nos jornais.

Os efeitos da divulgação do Plano Cohen foram imediatos. Por maioria de votos, o Congresso aprovou às pressas o estado de guerra e a suspensão das garantias constitucionais por noventa dias. O comandante da III Região Militar decretou a federalização da Brigada Militar rio-grandense. Sem condições de resistir, Flores da Cunha abandonou o cargo e exilou-se no Uruguai.

Em fins de outubro, o deputado Negrão de Lima percorreu os estados do norte e do nordeste para garantir o apoio dos governadores ao golpe, recebendo adesões quase unânimes. Somente no início de novembro de 1937 a oposição se mobilizou. Armando de Sales Oliveira lançou um manifesto aos chefes militares, apelando para que impedissem a execução do golpe. O gesto só

serviu para apressá-lo. Sob a alegação de que o texto estava sendo distribuído nos quartéis, Vargas e a cúpula militar decidiram antecipar o golpe, marcado para o dia 15 de novembro.

4.3 O ESTADO NOVO

No dia 10 de novembro de 1937, tropas da polícia militar cercaram o Congresso e impediram a entrada dos congressistas. O ministro da Guerra – general Dutra – opusera-se a que a operação fosse realizada por forças do Exército. À noite, Vargas anunciou uma nova fase política e a entrada em vigor de uma Carta constitucional elaborada por Francisco Campos. Era o início da ditadura do Estado Novo.

O regime foi implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações. O movimento popular e os comunistas tinham sido abatidos e não poderiam reagir; a classe dominante aceitava o golpe como coisa inevitável e até benéfica. O Congresso dissolvido submeteu-se, a ponto de oitenta de seus membros levarem solidariedade a Getúlio em 13 de novembro, quando vários de seus colegas estavam presos.

Restavam os integralistas, que haviam apoiado o golpe e esperavam ver Plínio Salgado no Ministério da Educação e Saúde – um degrau importante na escalada para o poder. Vargas cortou suas esperanças. Em maio de 1938, um grupo de integralistas assaltou o palácio residencial do presidente, na tentativa de depô-lo. Os assaltantes acabaram sendo cercados e no choque com a guarda

vários deles morreram, aparentemente fuzilados nos jardins do palácio.

O Estado Novo não representou um corte radical com o passado. Muitas de suas instituições e práticas vinham tomando forma no período de 1930 a 1937. Mas, a partir de novembro de 1937, elas se integraram e ganharam coerência no âmbito do novo regime. A inclinação centralizadora, revelada desde os primeiros meses após a Revolução de 1930, realizou-se plenamente. Os estados passaram a ser governados por interventores, nomeados pelo governo central e escolhidos segundo diferentes critérios. Parentes de Vargas, militares, receberam a designação. De um modo geral, porém, nos maiores estados algum setor da oligarquia regional foi contemplado.

A centralização do Estado não significa que ele se descolou da sociedade. A representação dos diversos interesses sociais mudou de forma, mas não deixou de existir. Até novembro de 1937, esses interesses se expressavam no Congresso e através de alguns órgãos governamentais. A partir do Estado Novo desapareceu a representação via Congresso, reforçando-se a que se fazia nos órgãos técnicos no interior do aparelho do Estado.

Sob o aspecto socioeconômico, o Estado Novo representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. A burocracia civil defendia o programa de industrialização, por considerar que ele era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares, porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia, um componente importante de segurança nacional; os

industriais, porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado. A aproximação entre a burguesia industrial e o governo Vargas ocorreu principalmente a partir de 1933, após a derrota da revolução paulista.

A aliança dos setores apontados não significa identidade de opiniões. Ao contrário dos técnicos governamentais, os industriais eram menos radicais no apoio ao intervencionismo do Estado e na ênfase contra o capital estrangeiro. Reivindicavam, principalmente, medidas no setor de câmbio e das tarifas sobre as importações que resultassem em uma proteção da indústria instalada no país.

O crescente interesse do governo Vargas em promover a industrialização do país a partir de 1937 refletiu-se no campo educacional. Embora o ministro Capanema tenha promovido uma reforma do ensino secundário, sua maior preocupação se concentrou em organizar o ensino industrial, com o objetivo de preparar mão de obra fabril qualificada.

No comando do Estado, o poder pessoal de Getúlio representava a instância decisiva nas resoluções fundamentais. As relações de confiança entre o presidente e seus ministros eram acentuadas. Entre março de 1938, quando Osvaldo Aranha entrou no Ministério das Relações Exteriores, e junho de 1941 não houve uma só mudança no ministério. A influência das Forças Armadas se exerceu através dos vários organismos técnicos que proliferaram no Estado Novo, através dos Estados-maiores e do Conselho de Segurança Nacional (CSN). A atribuição dada ao CSN de estudar todas as questões relativas à segurança nacional foi tomada em sentido

amplo. Com isso o conselho assumiu um papel importante nas decisões econômicas.

As Forças Armadas foram as responsáveis pela instalação de uma indústria estatal do aço, apesar de nem todas as recomendações de seus representantes terem sido acolhidas. No setor do petróleo, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), criado em julho de 1938 como órgão especial da presidência da República, ficou nas mãos do general Horta Barbosa. O governo aprovou os planos militares para a compra de armas, que incluíam a artilharia fornecida pela empresa alemã Krupp , navios de guerra da Grã-Bretanha e da Itália, armas de infantaria da então Tchecoslováquia e aviões dos Estados Unidos.

Embora o poder formal e informal das Forças Armadas fosse muito extenso, ele não era absoluto. Os militares não desejavam nem tinham condições para substituir simplesmente as elites civis. Isso já ficara claro no momento do golpe. O ponto de vista favorável à candidatura militar não tivera maior expressão, e mesmo o envolvimento ostensivo do Exército no episódio foi evitado pelo ministro da Guerra.

A coesão das Forças Armadas era dada pelo acordo em torno de um objetivo geral: a modernização do país pela via autoritária. Mas os pontos de vista dos militares, no que diz respeito às relações com as grandes potências e a um projeto de desenvolvimento econômico com maior ou menor autonomia, variavam de acordo com os grupos e as inclinações pessoais.

O presidente podia assim manipular as pretensões do Exército e coordená-las aos interesses mais gerais do governo. Podia também enfrentar a cúpula militar, quando necessário. Quando, logo após o

golpe de 1937, Vargas tomou a decisão de interromper o pagamento do serviço da dívida, mobilizou o apoio dos militares, colocando a decisão nos seguintes termos: ou pagamos a dívida externa ou reequipamos as Forças Armadas e o sistema de transporte. Anos mais tarde, no início de 1942, a decisão do presidente de solidarizar-se com os Estados Unidos, após o ataque japonês a Pearl Harbour , provocou reservas por parte dos generais Dutra e Góis Monteiro. Ambos apresentaram demissão, recusada pelo presidente. Segundo o subsecretário de Estado norte-americano Sumner Welles , Getúlio chegou a dizer aos dois militares que contava com o povo e não precisava das Forças Armadas para conter atividades subversivas.

A política econômico-financeira do Estado Novo representou uma mudança de orientação relativamente aos anos 1930-1937. Nesse primeiro período não houve uma linha clara de incentivo ao setor industrial. O governo equilibrou-se entre os diferentes interesses, inclusive agrários, sendo também bastante sensível às pressões externas. A partir de novembro de 1937, o Estado embarcou com maior decisão em uma política de substituir importações pela produção interna e de estabelecer uma indústria de base. Os defensores dessa perspectiva ganharam força, tanto pelos problemas críticos do balanço de pagamentos, que vinham desde 1930, quanto pelos riscos crescentes de uma guerra mundial; a guerra imporia, como impôs, grandes restrições às importações.

Até 1942, a política de substituição de importações se fez sem um planejamento geral, considerando-se cada setor como um caso específico. Em agosto daquele ano, com a entrada do Brasil na guerra e o prosseguimento do conflito, o governo tomou a si a

supervisão da economia. Com esse fim criou a Coordenação da Mobilização Econômica, dirigida pelo antigo “tenente” João Alberto.

O incentivo à industrialização foi muitas vezes associado ao nacionalismo, mas Getúlio evitou mobilizar a nação em uma cruzada nacionalista. A Carta de 1937 reservava aos brasileiros a exploração das minas e quedas-d’água. Determinava que a lei regularia a sua nacionalização progressiva, assim como a das indústrias consideradas essenciais à defesa econômica ou militar. Dispunha também que no país só poderiam funcionar bancos e companhias de seguros cujos acionistas fossem brasileiros. Concedia-se às empresas estrangeiras um prazo a ser fixado em lei para que se transformassem em nacionais.

Essas normas estiveram sujeitas a vários decretos-leis que expressaram a pressão dos diferentes grupos e a ausência de uma orientação estrita por parte do governo. As empresas de energia elétrica, por exemplo, não foram tocadas e em outubro de 1941 Vargas negou-se a aceitar um projeto de decreto determinando que, até agosto de 1946, os bancos e empresas de seguros deveriam estar em mãos de nacionais. A própria solução estatal para o caso do aço não resultou de choques, mas de um acordo com o governo norte-americano.

Os casos do aço e do petróleo são particularmente significativos para compreender a política de investimentos estatais na indústria de base. Cada um deles teve tratamento diverso por parte do governo. A história da implantação inicial da grande indústria siderúrgica se contém nos limites do Estado Novo; quanto ao

petróleo, a história se prolonga e encontra um desfecho na segunda presidência Vargas.

A implantação da usina de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, e a forma de sua constituição ficaram definidas em julho de 1940. Foi financiada por créditos norte-americanos, concedidos pelo Export-Import Bank of the United States (Exim Bank) , e por recursos do governo brasileiro. Seu controle ficou nas mãos de uma empresa de economia mista, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), organizada em janeiro de 1941. Essa solução não resultou de uma clara definição do governo, desde o início do Estado Novo, nem houve na máquina governamental um pensamento uniforme acerca do assunto. Os diferentes grupos concordavam apenas em reconhecer a necessidade de ampliar e diversificar a produção de aço. A expansão dos serviços de transporte e a instalação de uma indústria pesada dependiam da solução do problema; além disso, as importações de aço representavam um peso cada vez maior para um balanço de pagamentos continuamente desfavorável.

Os grupos privados e o próprio Vargas inclinavam-se por uma associação com capitais estrangeiros, alemães ou norte-americanos. A maior pressão para instalar uma indústria fora do controle externo vinha das Forças Armadas. Mas os militares não tiveram condições de impor imediatamente a solução final alcançada. Pelo contrário, durante o ano de 1939 os entendimentos do governo brasileiro com a United States Steel Corporation dominaram a cena e um plano chegou a ser estabelecido para a instalação de uma indústria em que participariam a empresa norte-americana, grupos privados e o governo brasileiro. Entretanto, a empresa norte-americana desistiu

do plano, apesar dos esforços conciliatórios de Vargas e do Departamento de Estado. A partir daí a opção estatal tornou-se vitoriosa.

Ao contrário do aço, o desenvolvimento de uma indústria petrolífera não era uma questão premente nos anos 1930. As importações de petróleo só se ampliaram depois da Segunda Guerra Mundial e não causaram maiores problemas ao balanço de pagamentos por muito tempo. Até meados de 1939, quando se descobriu petróleo no estado da Bahia, a instalação de uma indústria petrolífera parecia restrita às refinarias. Mesmo depois da descoberta, a produção foi insignificante e as dúvidas quanto às reservas permaneceram até os anos 1950. Por essas razões, as divergências a respeito da política do petróleo eram maiores do que no caso do aço, e o próprio Exército esteve bem mais dividido. De qualquer forma, partiram dele as principais iniciativas nessa área.

A partir de 1935, alguns industriais começaram a se interessar pela instalação de refinarias. Isso levou a Standard (1936), a Texaco, a Atlantic Refining Company e a Anglo-Mexican (todas em 1938) a propor a instalação de grandes refinarias no país. Iniciaram-se as discussões em torno das opções possíveis e a política de intervenção do governo se assentou com um decreto-lei, de abril de 1938, que nacionalizava a indústria de refinação do petróleo importado ou de produção nacional. A nacionalização significava que o capital, a direção e a gerência das empresas deveriam ficar nas mãos de brasileiros. Não correspondia, portanto, ao monopólio estatal. O mesmo decreto criou o CNP, constituído de pessoas designadas pelo presidente da República, representando os vários ministérios e os

grupos de interesse. Os setores do Exército favoráveis a uma orientação que ampliasse o controle do Estado dominaram o CNP entre 1938 e meados de 1943. Esse foi o período de gestão do engenheiro militar general Júlio Caetano Horta Barbosa. As tentativas de Horta de estabelecer grandes refinarias estatais falharam. O CNP foi bloqueado pelos grupos de interesse, por ministros e pelo próprio Vargas.

A política norte-americana no setor do petróleo foi diversa da seguida no setor do aço, pois defendeu os interesses das grandes empresas que tradicionalmente controlavam a área. Pressionado por vários lados, Horta Barbosa demitiu-se em meados de 1943, quando se iniciou um período em que os interesses privados se tornaram dominantes.

Na verdade, as realizações do Estado Novo no setor petrolífero foram reduzidas. Nem por isso deixaram de ser importantes, sob dois aspectos. De um lado, a política do CNP bloqueou as iniciativas das grandes empresas estrangeiras, ainda que não conseguisse uma resposta alternativa às suas propostas. De outro, a ação do general Horta Barbosa representou um ponto de apoio e uma referência para os grupos que nos anos 1950 pressionariam pela adoção de uma linha semelhante à sua, vitoriosa com a criação de uma empresa estatal, a Petróleo Brasileiro (Petrobras), em outubro de 1953.

No campo financeiro, o Estado Novo procurou fixar-se em concepções conservadoras, encarnadas pelo ministro da Fazenda Artur de Sousa Costa, que Getúlio manteve no cargo praticamente durante todo o período. A necessidade levou, porém, a algumas

medidas drásticas, ainda que consideradas sempre como excepcionais. Para enfrentar a crise no balanço de pagamentos, Getúlio suspendeu logo após o golpe o serviço da dívida externa, decretou o monopólio da venda de divisas e impôs um tributo sobre todas as operações cambiais. O controle do comércio exterior permaneceu; quanto à dívida externa, chegou-se a um entendimento com os credores e o pagamento foi reiniciado em 1940, apesar das resistências dos militares, temendo que o serviço da dívida viesse a reduzir os investimentos públicos.

A política trabalhista do Estado Novo pode ser vista sob dois aspectos: o das iniciativas materiais e o da construção simbólica da figura de Getúlio Vargas como protetor dos trabalhadores. Quanto ao primeiro aspecto, o governo levou adiante e sistematizou práticas que vinham desde o início da década de 1930. A legislação inspirou-se na Carta del Lavoro , vigente na Itália fascista. A Carta de 1937 voltou a adotar o princípio da unidade sindical, que não fora abandonado na prática. A greve e o *lockout* foram proibidos. Em agosto de 1939 um decreto-lei estabeleceu as linhas da organização sindical, tornando o sindicato ainda mais dependente do Estado. Também se reforçou a estrutura sindical vertical, já existente, com a criação de federações regionais e confederações nacionais.

Em julho de 1940 foi criado o imposto sindical – instrumento básico de financiamento do sindicato e de sua subordinação ao Estado. O imposto surgia como uma contribuição anual obrigatória, correspondente a um dia de trabalho, paga por todo empregado, sindicalizado ou não. Caberia ao Banco do Brasil efetuar a arrecadação, destinando-se 60% ao sindicato, 15% à federação, 5%

à confederação e 20% ao Fundo Social Sindical. O dinheiro do Fundo Social Sindical foi utilizado frequentemente como uma “verba secreta” para financiar ministérios e, mais adiante, campanhas eleitorais.

O imposto sindical deu suporte à figura do pelego. A expressão deriva de um de seus significados: pelego é uma cobertura de pano ou couro colocada sob a sela de um animal de montaria para amortecer o choque produzido pelo movimento do animal no corpo do cavaleiro. A ideia de amortecedor se mostrou bastante adequada. Pelego passou a ser o dirigente sindical que na direção do sindicato atua mais no interesse próprio e do Estado do que no interesse dos trabalhadores, agindo como amortecedor dos atritos. Sua existência foi facilitada na medida em que não precisava atrair para o sindicato uma grande massa de trabalhadores. O imposto garantia a sobrevivência do sindicato, sendo o número de sindicalizados, nesse aspecto, um fator de importância secundária.

Para decidir as questões trabalhistas o governo organizou, em maio de 1939, a Justiça do Trabalho, cuja origem eram as Juntas de Conciliação e Julgamento. A sistematização e a ampliação da legislação trabalhista se deram com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em junho de 1943.

No campo da política salarial, o Estado Novo introduziu uma importante inovação. Em maio de 1940 estabeleceu-se um salário mínimo que deveria ser capaz de satisfazer às necessidades básicas do trabalhador. Quando da fixação inicial, o salário mínimo correspondia a seus objetivos expressos. Com o correr dos anos deteriorou-se, ficando muito distante de suas finalidades expressas.

A construção da imagem de Getúlio como protetor dos trabalhadores ganhou forma através de várias cerimônias e do emprego intensivo dos meios de comunicação. Entre as cerimônias, destacam-se as comemorações de Primeiro de maio, realizadas a partir de 1939 em estádios de futebol. Nesses encontros, reunindo grande massa de operários e do povo em geral, Getúlio iniciava seu discurso com a exortação “Trabalhadores do Brasil” e anunciava alguma medida muito aguardada de alcance social. Houve também a utilização sistemática do rádio como instrumento de aproximação entre o governo e os trabalhadores. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio fazia palestras radiofônicas semanais. Nelas contava a história das leis sociais, apresentava casos concretos e se dirigia, por vezes, a audiências determinadas: os aposentados, as mulheres, os pais de menores operários, os migrantes etc.

Com esses e outros elementos construiu-se a figura simbólica de Getúlio Vargas como dirigente e guia dos brasileiros, em especial dos trabalhadores, como amigo e pai, semelhante na esfera social ao chefe de família. O guia e pai doava benefícios a sua gente e dela tinha o direito de esperar fidelidade e apoio. Os benefícios não eram fantasia. Mas sua grande rentabilidade política se deve não só a ganhos materiais como à eficácia da construção da figura presidencial que ganhou forma e conteúdo no curso do Estado Novo.

O regime de 1937 não se dirigiu apenas aos trabalhadores. Pelo contrário, tratou de formar uma opinião pública a seu favor, censurando críticas e informações independentes e elaborando sua versão da fase histórica que o país vivia. A preocupação do governo Vargas nessa área vinha desde seus primeiros tempos, quando em

1931 surgiu o Departamento Oficial de Publicidade. Em 1934, foi criado no Ministério da Justiça e Negócios Interiores um Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que funcionou até dezembro de 1939. Nessa data, o Estado Novo constituiu um verdadeiro Ministério da Propaganda – o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) –, diretamente subordinado ao presidente da República. O DIP recebeu funções bastante extensas, incluindo o cinema, o rádio, o teatro, a imprensa, a literatura “social e política”, a organização do programa de rádio oficial do governo, a proibição da entrada no país de “publicações nocivas aos interesses brasileiros”, a colaboração com a imprensa estrangeira a fim de evitar que fossem divulgadas “informações nocivas ao crédito e à cultura do país”. Foi responsável pela transmissão diária do programa *Hora do Brasil*, que atravessaria os anos como instrumento de propaganda e de divulgação das obras do governo.

O Estado Novo perseguiu, prendeu, torturou, forçou ao exílio intelectuais e políticos, sobretudo de esquerda e alguns liberais. Mas não adotou uma atitude de perseguições indiscriminadas. Seus dirigentes perceberam a importância de atrair setores letrados a seu serviço. Católicos, integralistas autoritários, esquerdistas disfarçados vieram ocupar os cargos e aceitar as vantagens que o regime oferecia.

Nas várias manifestações dirigidas ao grande público ou nas páginas de publicações como *Cultura Política*, destinadas a um círculo mais restrito, o Estado Novo procurou transmitir sua versão da história do país. No âmbito da história mais recente, apresentava-se como a consequência lógica da Revolução de 1930. Fazia um

corte radical entre o velho Brasil desunido, dominado pelo latifúndio e pelas oligarquias, e o Brasil que nasceu com a revolução. O Estado Novo teria realizado os objetivos revolucionários, promovendo, através da busca de nossas raízes, da integração nacional, de uma ordem não dilacerada pelas disputas partidárias, a entrada do país nos tempos modernos.

Na Primeira República, o serviço público ajustara-se à política clientelista. Salvo raras exceções, não existia o concurso público e os quadros especializados se restringiam a uma pequena elite. O Estado Novo procurou reformular a administração pública, transformando-a em um agente de modernização. Buscou-se criar uma elite burocrática, desvinculada da política partidária, que se identificasse com os princípios do regime. Devotada apenas aos interesses nacionais, essa elite deveria introduzir critérios de eficiência, economia e racionalidade.

A principal instituição responsável pela reforma da administração pública foi o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), criado em 1938, como órgão ligado à presidência da República. Do ponto de vista do recrutamento do pessoal, houve certo esforço para estabelecer uma carreira, em que o mérito era a qualificação básica para o ingresso. Esse critério abriu oportunidades para profissionais de classe média, mas sua utilização teve muitas restrições. A própria legislação e a realidade se encarregaram de limitar a possibilidade de formação de um grande estrato burocrático, submetido a regras formais de ingresso e promoção, de acordo com o mérito. Na cúpula do aparelho burocrático, a maioria das indicações continuaram a ser feitas de acordo com as preferências do presidente da República ou

de seus ministros para os chamados cargos de confiança, cujos ocupantes podiam ser demitidos a qualquer tempo. A escolha dependia de um mínimo de habilitação, porém não era feita necessariamente entre os elementos da carreira do serviço público.

A política externa pode ser mais bem entendida considerando-se globalmente o período de 1930 a 1945. Os alinhamentos e realinhamentos resultaram da interação de posições entre o Brasil e as grandes potências, sendo o Estado Novo apenas um dos elementos dessa interação.

A crise mundial acentuou o declínio da hegemonia inglesa e a emergência dos Estados Unidos. Isso se deu sobretudo a partir do momento em que as medidas do presidente Franklin Roosevelt, de combate à crise, começaram a surtir efeito. Ao mesmo tempo, surgiu outro competidor na cena internacional – a Alemanha nazista, a partir de 1933. Diante desse quadro, o governo brasileiro adotou uma orientação pragmática; tratou de negociar com quem lhe oferecesse melhores condições e de tirar vantagem da rivalidade entre as grandes potências.

O período de 1934 a 1940 caracterizou-se pela crescente participação da Alemanha no comércio exterior do Brasil. Ela se tornou a principal compradora do algodão brasileiro e o segundo mercado para o café. Foi sobretudo no setor de importações que a influência alemã cresceu. Em 1929, cerca de 13% das importações brasileiras vinham da Alemanha e 30% dos Estados Unidos; em 1938, os alemães chegaram a superar ligeiramente os norte-americanos, com 25% das importações contra 24%. Naquele mesmo ano de 1938, iam para os Estados Unidos 34% e para a Alemanha

19% das exportações. As transações com a Alemanha eram atraentes não só para certos grupos exportadores como também para os que defendiam a necessidade de modernizar e industrializar o país. Os alemães acenaram sempre com a possibilidade de romper a linha tradicional do comércio exterior das grandes nações, oferecendo material ferroviário, bens de capital etc.

Alguns fatores, por outro lado, pesavam negativamente no comércio com a Alemanha: o Reich insistiu sempre no comércio em moeda não conversível, os chamados “marcos de compensação” , procurando transformar as transações com o Brasil em acordos bilaterais que afastassem outros concorrentes. Os representantes alemães buscavam controlar todo o comércio, impondo cotas, preço para os produtos e o valor de seus marcos de compensação.

Os Estados Unidos adotaram uma política combinada de pressão e cautela diante do avanço da Alemanha. Grupos econômicos norte-americanos – investidores, banqueiros, importadores – desejavam a adoção de represálias contra o Brasil. Franklin Roosevelt preferiu evitar medidas extremas que poderiam levar o Brasil a aliar-se com a Alemanha ou a seguir um caminho nacionalista radical.

Em círculos do governo e na área econômica, chegou a existir uma clara opção pelo maior entendimento com os Estados Unidos ou com a Alemanha. Osvaldo Aranha, embaixador em Washington a partir de 1934, e Valentim Bouças, representante da empresa International Business Machines (IBM) no Brasil, alinharam-se no campo norte-americano; elementos da cúpula militar, como Dutra e Góis Monteiro, revelaram simpatia pela Alemanha.

Após o golpe de 1937, saudado com entusiasmo na Alemanha e na Itália, a linha pragmática não se modificou. Os militares pressionaram por um entendimento com os alemães e obtiveram um grande contrato para o fornecimento de artilharia, com a Krupp, em março de 1938. Mas, pouco antes Vargas mostrara sua disposição de não promover alterações essenciais na política externa, ao nomear Osvaldo Aranha para o Ministério das Relações Exteriores.

Paradoxalmente, apesar de certa afinidade ideológica, que poderia facilitar a maior aproximação com os alemães, as relações entre Brasil e Alemanha sofreram um abalo em 1938. Nesse ano o regime estabilizou-se, eliminando da cena política a única força que ainda escapava a seu controle: o integralismo. Ao mesmo tempo que marcava sua distância com o fascismo nacional, o Estado Novo investia contra os grupos nazistas existentes no sul do país. Um agente alemão, líder do Partido Nazista no Rio Grande do Sul, foi preso. O embaixador da Alemanha foi declarado *persona non grata* e viu-se forçado a deixar o Brasil. Depois superou-se o atrito, mas suas marcas ficaram.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial foi mais importante do que a implantação do Estado Novo para a definição dos rumos da política externa brasileira. O bloqueio inglês levou ao recuo comercial da Alemanha na América Latina, mas a Inglaterra não tinha condições de se aproveitar desse vazio. Emergiu então com mais força a presença norte-americana. Antes mesmo de começar a guerra, Roosevelt já se convencera de que ela teria uma escala mundial e envolveria os Estados Unidos. Essa perspectiva levou os estrategistas norte-americanos a ampliar o que consideravam o círculo de

segurança do país, incluindo a América do Sul e, em especial, a região do nordeste brasileiro mais projetada para o oceano Atlântico. Os norte-americanos se lançaram também a uma ofensiva político-ideológica ao promover, entre outras iniciativas, as Conferências Pan-americanas em torno de um objetivo comum: a defesa das Américas, independentemente do regime político vigente em cada país, sob o comando dos Estados Unidos. No plano econômico, trataram de estabelecer uma política bastante conservadora. Seu interesse maior voltou-se para materiais estratégicos, como borracha, minério de ferro e manganês, tentando obter o controle da compra desses materiais.

A resposta brasileira a esse conjunto de iniciativas consistiu em se aproximar cada vez mais do “colosso do norte” , procurando extrair vantagens da nova situação. A entrada dos Estados Unidos na guerra, em dezembro de 1941, forçou uma definição. Vargas começou a falar mais claramente a linguagem do pan-americanismo, ao mesmo tempo que insistia no reequipamento econômico e militar do Brasil como condição de apoio aos Estados Unidos.

Em fins de 1941, sem esperar a concordância do governo brasileiro, tropas norte-americanas estacionaram no nordeste do Brasil. O primeiro semestre de 1942 foi marcado por um clima ambíguo, apesar da ocorrência de duas decisões de importância: em janeiro daquele ano, não obstante as reticências de Góis Monteiro e de Dutra, o Brasil rompeu relações com o Eixo; em maio, Brasil e Estados Unidos assinaram um acordo político-militar de caráter secreto.

Entretanto, os norte-americanos demoravam a entregar encomendas de equipamento militar porque consideravam que boa parte da oficialidade brasileira era simpatizante do Eixo. A indefinição foi superada quando, entre 5 e 17 de agosto de 1942, cinco navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães. Sob pressão de grandes manifestações populares, o Brasil entrou na guerra ainda naquele mês.

O alinhamento brasileiro ao lado da frente antifascista completou-se com o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar na Europa, a partir de 30 de junho de 1944. A FEB não foi uma iniciativa imposta pelos Aliados. Pelo contrário, representou uma decisão do governo brasileiro, que teve de superar as restrições dos norte-americanos e a franca oposição dos ingleses. Alguns dirigentes desses dois países consideravam problemático integrar tropas brasileiras, com sucesso, ao esforço de guerra. Mais de 20 mil homens lutaram na Itália, até o fim do conflito naquele país, em 2 de maio de 1945, poucos dias antes do término da guerra. Morreram em combate 454 brasileiros. A volta dos “pracinhas” da FEB ao Brasil, a partir de maio de 1945, provocou um grande entusiasmo popular, contribuindo para acelerar as pressões pela democratização do país.

4.4 O FIM DO ESTADO NOVO

O Estado Novo foi arquitetado como um Estado autoritário e modernizador que deveria durar muitos anos. No entanto seu tempo de vida acabou sendo curto, pois não chegou a oito anos. Os

problemas do regime resultaram mais da inserção do Brasil no quadro das relações internacionais do que das condições políticas internas do país. Essa inserção impulsionou as oposições e abriu caminho para divergências no interior do governo.

Após a entrada na guerra, personalidades da oposição começaram a explorar a contradição existente entre o apoio do Brasil às democracias e a ditadura de Vargas. No âmbito do governo, pelo menos uma figura se mostrou francamente favorável a uma abertura democrática: Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores.

Fato mais grave foi o gradativo afastamento do Estado Novo de um de seus idealizadores e sustentáculos militares. Convencido de que o regime não sobreviveria aos novos tempos, o general Góis Monteiro abandonou na mesma época o cargo que ocupava em Montevideu como embaixador do Brasil junto ao Comitê de Emergência e Defesa Política da América, regressando ao Brasil. Góis iria para o Ministério da Guerra, em agosto de 1945, muito mais para encaminhar a saída de Vargas do que para tentar garantir sua permanência no poder.

Em torno de 1943, os estudantes universitários começaram a se mobilizar contra a ditadura, organizando a União Nacional dos Estudantes (UNE) e suas seções estaduais. Em São Paulo, destacavam-se os acadêmicos da Faculdade de Direito. Uma passeata realizada em dezembro de 1943, na qual os estudantes caminhavam de braços dados e com um lenço na boca, simbolizando a supressão da palavra, foi dissolvida violentamente pela polícia.

Morreram duas pessoas e mais de vinte ficaram feridas, provocando uma onda de indignação.

O governo procurou enfrentar as diferentes pressões, justificando a continuidade da ditadura pela existência da guerra. Ao mesmo tempo, prometia realizar eleições quando a paz voltasse. Uma jogada da oposição liberal forçou, em fins de 1944, uma mudança de atitude: o surgimento da candidatura do major-brigadeiro da Aeronáutica Eduardo Gomes à presidência da República. O brigadeiro não era uma figura qualquer. Militar da ativa, associava seu nome ao tenentismo e ao episódio legendário da Revolta do Forte de Copacabana. Por sua vez, a imprensa burlava a censura cada vez mais, publicando reportagens e entrevistas favoráveis à realização de eleições.

Nesse quadro, em fevereiro de 1945, Vargas baixou o chamado Ato Adicional à Carta de 1937, fixando um prazo de noventa dias para a marcação da data das eleições gerais. Exatamente noventa dias depois era decretado o novo Código Eleitoral, que regulava o alistamento eleitoral e as eleições. Estabelecia a data de 2 de dezembro de 1945 para a eleição do presidente e de uma Assembleia Constituinte e a de 6 de maio de 1946 para a realização dos pleitos estaduais.

A essa altura, Getúlio declarava que não se candidataria à presidência da República. Do interior do governo nascia a candidatura do general Dutra, ainda ministro da Guerra, em oposição a Eduardo Gomes.

No ano decisivo de 1945 surgiram também os três principais partidos que existiriam no período de 1945 a 1964. A antiga

oposição liberal, herdeira da tradição dos partidos democráticos estaduais, adversária do Estado Novo, formou, em abril, a União Democrática Nacional (UDN). A princípio, a UDN reuniu também o reduzido grupo dos socialistas democráticos e uns poucos comunistas.

A partir da máquina do Estado, por iniciativa da burocracia, do próprio Getúlio e dos interventores nos estados, surgiu o Partido Social Democrático (PSD), em junho de 1945. Afinal, em setembro daquele ano foi fundado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob a inspiração também de Getúlio, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e da burocracia sindical. Seu objetivo era reunir as massas trabalhadoras urbanas sob a bandeira getulista. A UDN se organizou em torno da candidatura de Eduardo Gomes. O PSD , em torno da candidatura de Dutra. O PTB aparecia na cena política sem grandes nomes e, aparentemente, sem candidato presidencial.

À oposição não agradava a ideia de um processo de transição para a democracia, encaminhado pelo chefe de um governo autoritário. De sua parte, Getúlio adotou um comportamento surpreendente aos olhos da oposição liberal conservadora e das altas patentes militares. Percebendo a perda de sustentação do regime na cúpula militar, tratou de se apoiar mais amplamente nas massas populares urbanas, através da ação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dos pelegos sindicais e da iniciativa dos comunistas.

O apoio do PCB ao governo Vargas explica-se sobretudo pela orientação vinda de Moscou. Aí se traçou a diretiva de que os partidos comunistas de todo o mundo deveriam apoiar os governos

de seus países, integrantes da frente antifascista, fossem eles ditaduras, fossem eles democracias. O Brasil não só entrara na guerra contra o Eixo como em abril de 1945 estabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética pela primeira vez em sua história. Saindo da cadeia pouco após o estabelecimento dessas relações e em consequência da decretação da anistia, Prestes confirmou o que o partido já decidira sob sua influência. Era preciso estender a mão ao inimigo da véspera, em nome das “necessidades históricas” .

As greves operárias, reprimidas no Estado Novo, começaram a reaparecer em 1945. Os trabalhadores se mobilizavam graças à gradativa restauração das liberdades democráticas e pressionados pelo agravamento da inflação nos últimos anos da guerra. No curso do ano, os comunistas trataram de frear essas mobilizações. Segundo eles, a época não era de greves, mas de “apertar os cintos” para não causar problemas ao governo.

Em meados de 1945, uma iniciativa promovida pelos círculos trabalhistas ligados a Getúlio, com o apoio dos comunistas, mudou os rumos da sucessão presidencial. Foi a campanha queremista, assim chamada porque seu objetivo se sintetizava na palavra de ordem “queremos Getúlio” . Os queremistas saíram às ruas defendendo a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, com Vargas no poder. Só posteriormente deveriam ser realizadas eleições diretas para presidente, nas quais Getúlio deveria concorrer.

O efeito causado pela campanha na oposição liberal e nos meios militares foi profundamente negativo. Parecia claro que Vargas pretendia manter-se no poder como ditador ou presidente eleito,

liquidando no percurso os dois candidatos já lançados. O clima emocional da disputa se elevou quando, em 29 de setembro, o embaixador norte-americano Adolph Berle Jr. expressou sua confiança de que haveria eleições em 2 de dezembro de 1945. Os queremistas denunciaram a ingerência norte-americana nos assuntos brasileiros e descreveram as eleições na forma prevista como “manipulação dos reacionários” .

Por outro lado, acontecimentos ocorridos na vizinha Argentina repercutiram no Brasil. Desde a revolução de junho de 1943, crescia naquele país a influência do coronel Juan Domingo Perón . Peronismo e getulismo se aproximariam em muitos pontos. Ambos pretendiam promover, no plano econômico, um capitalismo nacional, sustentado pela ação do Estado. Ambos pretendiam, no plano político, reduzir as rivalidades entre as classes, chamando as massas populares e a burguesia nacional a uma colaboração promovida pelo Estado. Desse modo, o Estado encarnaria as aspirações de todo o povo e não os interesses particulares desta ou daquela classe.

Definia-se assim o populismo latino-americano, que teve raízes e matizes variados, de acordo com o país. Em um país cuja estrutura de classes era bem mais articulada do que no Brasil, o peronismo foi levado a promover a organização sindical em maior profundidade; ao mesmo tempo, tratou de cortar os interesses da classe dominante rural. No caso brasileiro, os apelos simbólicos e as concessões econômicas às massas populares seriam a tônica do getulismo, ou pelo menos do primeiro governo Vargas. O favorecimento da burguesia industrial não importaria também em choque aberto com o setor dominante no campo.

No curso de 1945, enquanto Vargas procurava equilibrar-se no comando do Estado, tentando uma política populista, Perón ensaiava os passos que o conduziriam à presidência. Em outubro daquele ano, uma conspiração militar levou-o da vice-presidência da República à prisão. Uma enorme mobilização popular, com apoio em setores do Exército, resultou, em apenas oito dias, na sua libertação. Estava aberto o caminho para a vitória eleitoral peronista, ocorrida em fevereiro de 1946.

Esses feitos levaram antigetulistas a apressar sua queda, com a simpatia do governo norte-americano. Nem o Getúlio dos meses mais recentes nem Perón mereciam a confiança dos Estados Unidos, embora os norte-americanos mantivessem pontes de contato com Perón .

A queda de Getúlio não foi, porém, uma conspiração externa, mas o resultado de um jogo político complexo. Não faltou também um fator desencadeante. Em 25 de outubro de 1945, o chefe do governo realizou uma manobra errada, ao afastar João Alberto do cargo estratégico de chefe de polícia do Distrito Federal. Tanto mais que o substituto era um irmão do presidente – o truculento Benjamim Vargas. A partir daí, o general Góis, no Ministério da Guerra, mobilizou as tropas do Distrito Federal. Dutra tentou inutilmente um compromisso, pedindo a Vargas que revogasse a nomeação de seu irmão. O pedido foi recusado.

Afinal, a queda de Getúlio Vargas se fez a frio. Forçado a renunciar, retirou-se do poder, fazendo uma declaração pública de que concordara com sua saída. Não chegou a ser exilado do país e pôde retirar-se para São Borja, sua cidade natal.

A transição entre os dois regimes dependeu assim da iniciativa militar. Mais ainda, uma figura importante da Revolução de 1930, que levava Getúlio ao poder – o general Góis Monteiro –, tivera papel decisivo na sua deposição, quinze anos depois. Essas e outras circunstâncias fizeram com que a transição para o regime democrático representasse não uma ruptura com o passado mas uma mudança de rumos, em meio a muitas continuidades.

4.5 O QUADRO SOCIOECONÔMICO

Entre os censos de 1920 e 1940, a população brasileira passou de 30,6 milhões de habitantes a 41,1 milhões. Havia praticamente um equilíbrio, nos dados obtidos nos dois censos, entre população masculina e feminina. Tratava-se de uma população jovem, correspondendo os menores de 20 anos a algo em torno de 54% do total, tanto em 1920 quanto em 1940.

Considerando-se as diferentes regiões fisiográficas adotadas no censo de 1940, o Norte concentrava apenas 3,5% da população; o Nordeste, 24%; o Este, 38,5%; o Centro-Oeste, 3,0%; e o Sul, 31,0%.

Uma importante mudança consistiu na redução do significado da imigração internacional e no crescente volume das migrações internas. Os acontecimentos dos anos posteriores a 1929 tiveram bastante importância na afirmação dessa tendência. A crise mundial e o dispositivo da Constituição de 1934, estabelecendo cotas para o

ingresso de imigrantes, concorreram para a redução do fluxo externo, com a exceção já apontada dos japoneses.

Os deslocamentos internos da população tiveram um sentido diferente conforme a região. O Norte apresentou uma elevada taxa negativa de migração interna (cerca de -14%) como resultado da crise da borracha. Foi, em grande medida, um movimento de retorno de nordestinos para sua região de origem. O centro-sul do país como um todo apresentou, ao contrário, altas taxas positivas (11,7%). É significativo lembrar que até 1940 os migrantes para o Sul do país provinham principalmente de Minas Gerais e não do Nordeste. O núcleo de maior atração era o Distrito Federal. A migração para São Paulo só se tornou relevante a partir de 1933, contribuindo para ela a retomada do surto industrial e as restrições impostas à imigração estrangeira.

Os historiadores da economia costumam tomar a data de 1930 como marco inicial do processo de substituição de importação de produtos manufaturados pela produção interna. Há certo exagero nessa afirmativa, pois esse processo começara em décadas anteriores. Não há dúvida, porém, de que as dificuldades de importação decorrentes da crise mundial de 1929 e a existência de uma indústria de base e de capacidade ociosa das indústrias, principalmente no setor têxtil, impulsionaram o processo de substituição.

Se tomarmos o valor da produção agrícola e da produção industrial, veremos o nítido avanço da indústria. Em 1920, a agricultura detinha 79% do valor da produção total e a indústria 21%. Em 1940, as proporções correspondiam a 57% e 43%,

respectivamente, como resultado de taxas anuais de crescimento da indústria bem superiores às da agricultura.

O período que começa em 1929-1930 aparece como muito relevante, tanto do ponto de vista da produção agrícola quanto da industrial. Naqueles anos abriu-se a crise do café, cujo papel na agricultura de exportação começou a declinar. A produção do algodão cresceu, destinando-se tanto à exportação quanto à indústria têxtil nacional. Entre 1929 e 1940, a participação do Brasil na área plantada de algodão em todo o mundo aumentou de 2% para 8,7%. Nos anos 1925-1929, a participação do café no valor total das exportações brasileiras era de 71,7% e a do algodão de apenas 2,1%. No período de 1935 a 1939, a participação do café caiu para 41,7% e a do algodão aumentou para 18,6%.

Além da produção industrial, devemos ressaltar o aumento da produção agrícola destinada ao mercado interno. Arroz, feijão, carne, açúcar, mandioca, milho e trigo passaram a representar, entre 1939 e 1943, 48,3% do valor da produção das lavouras. Em 1925-1929, não iam além de 36% desse valor.

As taxas de crescimento anual da indústria permitem entender melhor o processo de industrialização posterior a 1930. Elas indicam um considerável avanço entre 1933 e 1939 e um ímpeto menor entre 1939 e 1945. Isso significa que a indústria se recuperou rapidamente dos anos de depressão iniciados em 1929. A não renovação do equipamento industrial e as perturbações no comércio internacional, resultantes do início da Segunda Guerra Mundial, concorreram para que as taxas de crescimento caíssem entre 1939 e 1943. Porém esse foi um período importante, do ponto de vista

qualitativo, para a sustentação do processo de industrialização e sua expansão no pós-guerra. É provável que os investimentos públicos de infraestrutura tenham contribuído para eliminar ou atenuar estrangulamentos sérios.

Gradativamente, a importância dos diferentes ramos industriais foi-se alterando entre 1919 e 1939. As indústrias básicas – metalurgia, mecânica, material elétrico e material de transporte – praticamente dobraram sua participação no total do valor adicionado da indústria. As indústrias tradicionais – principalmente têxtil, de vestuários e calçados, alimentos, bebidas, fumo e mobiliário –, apesar de constituírem ainda 60% do valor adicionado da indústria, tiveram sua participação relativa diminuída, pois em 1919 representavam 72% desse valor. O crescimento das indústrias química e farmacêutica foi extraordinário, triplicando sua participação entre 1919 e 1939.

No setor educativo, entre 1920 e 1940 houve algum declínio do índice de analfabetos. Ele continuou a ser, porém, muito elevado. Considerando-se a população de 15 anos ou mais, o índice de analfabetos caiu de 69,9% em 1920 para 56,2% em 1940. Os números são indicativos de que o esforço pela expansão do sistema escolar produziu resultados a partir de índices muitos baixos de frequência à escola em 1920. Estima-se que naquela época o índice de escolarização de meninos e meninas entre 5 a 19 anos que frequentavam a escola primária ou média era de cerca de 9%. Em 1940, o índice chegou a pouco mais de 21%. No que diz respeito ao ensino superior, houve um incremento de 60% do número total de alunos entre 1929 e 1939, passando de 13.200 para 21.200.

5.

A Experiência Democrática (1945-1964)

5.1 AS ELEIÇÕES E A NOVA CONSTITUIÇÃO

Após a queda de Getúlio Vargas, os militares e a oposição liberal, com a concordância dos dois candidatos à presidência da República, decidiram entregar o poder transitoriamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Ficou mantido o calendário que previa eleições em 2 de dezembro.

Pelo comparecimento aos comícios, parecia que a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes ia em franca expansão, enquanto a de Dutra marcava passo. A campanha do brigadeiro atraiu setores da classe média dos grandes centros urbanos em torno da bandeira da democracia e do liberalismo econômico. Dutra não entusiasmava ninguém e chegou-se mesmo a pensar em substituir sua candidatura por outro nome que tivesse maior apelo eleitoral. Quase nas vésperas da eleição, Getúlio acabou por fazer uma declaração pública de apoio à candidatura Dutra. Mesmo assim, ressaltou que

ficaria ao lado do povo contra o presidente se ele não cumprisse as promessas de candidato.

As eleições de 1945 despertaram um grande interesse na população. Depois de anos de ditadura, a Justiça Eleitoral ainda não ajustara o processo de recepção e contagem de votos.

Pacientemente, os brasileiros formaram longas filas para votar. Nas últimas eleições diretas para a presidência da República, em março de 1930, tinham votado 1,9 milhão de eleitores, representando 5,7% da população total; em dezembro de 1945 votaram 6,2 milhões, representando 13,4% da população.

Em uma época em que não existiam pesquisas eleitorais, a oposição foi surpreendida pela nítida vitória de Dutra. Tomando-se como base de cálculo os votos dados aos candidatos, com exclusão dos nulos e brancos, o general venceu com 55% dos votos contra 35% atribuídos ao brigadeiro. O resultado mostrou a força da máquina eleitoral montada pelo Partido Social Democrático (PSD) a partir dos interventores e o prestígio de Getúlio entre os trabalhadores. Mostrou também o repúdio da grande massa ao antigetulismo, associado ao interesse dos ricos.

A vitória de Dutra se explica pela combinação desses fatores. Não foi assim uma vitória do atraso contra a modernidade, ou do campo contra a cidade. Dutra venceu bem nos três grandes estados – Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. O brigadeiro alcançou seu melhor resultado no Nordeste, onde perdeu por pequena diferença.

A votação do Partido Comunista do Brasil (PCB), agora na legalidade, foi bastante expressiva. Lançando um candidato

desconhecido – o engenheiro Iedo Fiúza –, o PCB alcançou uma votação correspondente a 10% do total, com uma significativa concentração em eleitores das grandes cidades. Os comunistas se beneficiaram, internamente, do prestígio de Luís Carlos Prestes e, externamente, do prestígio da União Soviética.

Getúlio foi um dos grandes vencedores das eleições de 1945, e isso não apenas pelo seu papel na vitória de Dutra. Beneficiando-se da lei eleitoral, elegeu-se deputado e senador por vários estados, optando por ser senador pelo Rio Grande do Sul.

As eleições legislativas foram realizadas para a Câmara e o Senado. As duas casas se reuniram conjuntamente como Congresso Constituinte até ser aprovada uma Constituição. Depois se separaram, funcionando como Congresso ordinário. A votação mostrou claramente como a máquina política montada pelo Estado Novo, com o objetivo de apoiar a ditadura, podia ser também muito eficiente para captar votos sob regime democrático. Para uma considerável parcela do eleitorado importavam mais as relações pessoais clientelistas do que a opção entre partidários do Estado Novo e liberais. A opção não tinha significado na vida cotidiana dos eleitores e era abstrata demais para ser apreendida por pessoas de educação rudimentar. O PSD garantiu a maioria absoluta dos assentos, tanto na Câmara quanto no Senado, seguido pela União Democrática Nacional (UDN).

No fim de janeiro de 1946, Dutra tomou posse e começaram os trabalhos da Constituinte. Em setembro era promulgada a nova Constituição brasileira, que se afastava da Carta de 1937, optando

pelo figurino liberal-democrático. Em alguns pontos, entretanto, abria caminho para a continuidade do modelo corporativo.

O Brasil foi definido como uma república federativa, com um sistema de governo presidencialista. O Poder Executivo seria exercido pelo presidente da República, eleito por voto direto e secreto para um período de cinco anos.

Por outro lado, suprimiu-se a representação profissional na Câmara dos Deputados prevista na Constituição de 1934, que trazia a marca do corporativismo de inspiração fascista.

No capítulo referente à cidadania, o direito e a obrigação de votar foram conferidos aos brasileiros alfabetizados, maiores de 18 anos, de ambos os sexos. Completou-se assim, no plano dos direitos políticos, a igualdade entre homens e mulheres. A Constituição de 1934 determinava a obrigatoriedade do voto apenas para as mulheres que exercessem função pública remunerada.

O capítulo sobre a ordem social e econômica estabeleceu, na parte econômica, critérios de aproveitamento dos recursos minerais e de energia elétrica. Na parte social, enumeraram-se os benefícios mínimos que a legislação deveria assegurar, muito semelhantes aos previstos na Constituição de 1934.

O capítulo sobre a família deu origem a longos e acalorados debates entre partidários e adversários do divórcio. Prevaleceu, afinal, a pressão da Igreja católica e a opinião dos mais conservadores. Ficou definido que a família se constituía pelo casamento, de vínculo indissolúvel.

Foi na parte referente à organização dos trabalhadores que os constituintes revelaram seu apego ao sistema corporativista do

Estado Novo. Não se suprimiu o imposto sindical, suporte principal dos pelegos. O direito de greve foi reconhecido em princípio, mas a legislação ordinária tornou-o inoperante. A legislação definiu o que eram “atividades essenciais” , onde as paralisações não seriam permitidas, abrangendo quase todos os ramos. O professor de direito do trabalho Cesarino Júnior observou que, se o decreto fosse obedecido, só seriam legais as greves nas perfumarias.

Começou no governo Dutra a repressão ao PCB . Ela derivou do peso das concepções conservadoras, do crescimento desse partido e da modificação das relações internacionais entre as grandes potências. O PCB surgiu em 1946 como o quarto partido do país, calculando-se que contava, em 1946, entre 180 mil e 200 mil militantes.

Por outro lado, a festa de confraternização dos vencedores do nazifascismo durou muito pouco tempo. A China e a Grécia se tornaram o campo de confrontação de uma guerra civil. A hegemonia dos Estados Unidos e o equilíbrio europeu eram ameaçados pela ocupação direta ou indireta dos países do Leste Europeu pela União Soviética. Confirmavam-se desse modo as suspeitas pessimistas sobre as intenções de Stalin. Em resumo, as esperanças de paz mundial desembocaram na Guerra Fria.

Em maio de 1947, com base em denúncias apresentadas por dois obscuros deputados, o STF decidiu cassar o registro do PCB . A controvertida decisão foi tomada por apenas um voto de diferença. No mesmo dia do fechamento do PCB , o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ordenou a intervenção em catorze sindicatos e

fechou uma central sindical controlada pelos comunistas. Seguiram-se, nos meses seguintes, novas ações repressivas, a ponto de haver mais de duzentos sindicatos sob intervenção no último ano do governo Dutra. Embora fosse real a influência dos comunistas em muitos sindicatos, era evidente que, em nome do combate ao comunismo, o governo tratava de quebrar a espinha das organizações de trabalhadores contrárias a sua orientação.

Em janeiro de 1948 completaram-se as medidas que levaram o PCB à clandestinidade. Uma lei aprovada pelo Congresso Nacional determinou a cassação dos mandatos dos deputados, senadores e vereadores eleitos pela legenda do partido.

Do ponto de vista da política econômica, o governo Dutra se iniciou seguindo um modelo liberal. A intervenção estatal foi condenada e os controles estabelecidos pelo Estado Novo foram sendo abolidos. Acreditava-se que o desenvolvimento do país e o fim da inflação gerada nos últimos anos da guerra dependiam da liberdade dos mercados em geral e, principalmente, da livre importação de bens. A situação do Brasil no plano financeiro era favorável, pois o país acumulara divisas no exterior, resultantes das exportações nos anos de guerra. Apesar disso, a política liberal acabou fracassando. A onda de importações de bens de toda espécie, favorecida pela valorização da moeda brasileira, levou praticamente ao esgotamento das divisas, sem trazer consequências positivas.

Como resposta, em junho de 1947 o governo mudou de orientação, estabelecendo um sistema de licenças para importar. Na

prática, o critério das licenças favoreceu a importação de itens essenciais, como equipamento, maquinaria e combustíveis, e restringiu a importação de bens de consumo. Levando-se em conta que a moeda brasileira foi mantida em níveis altos na sua relação com o dólar, houve um desestímulo às exportações e um estímulo à produção para o mercado interno.

A nova política econômica surgiu sobretudo como resposta aos problemas do balanço de pagamentos e da inflação, mas acabou por favorecer o avanço da indústria. Em seus últimos anos, o governo Dutra alcançou resultados expressivos. A partir de 1947, o crescimento começou a ser medido mais eficientemente através da apuração anual do produto interno bruto (PIB). Tomando-se como base o ano de 1947, o PIB cresceu em média 8% ao ano entre 1948 e 1950.

Em contrapartida, a repressão do movimento sindical facilitou a imposição de uma redução dos salários reais. Calcula-se que, entre 1949 e 1951, o aumento do custo de vida foi de 15% em São Paulo e de 23% no Rio de Janeiro, enquanto o salário médio cresceu 10,5% em São Paulo e 12% no Rio de Janeiro.

As manobras para a sucessão presidencial começaram antes de Dutra completar a metade de seu mandato. Getúlio aparecia como um polo de atração. Praticamente ausente do Senado, fez algumas viagens estratégicas aos estados e recebeu em São Borja o beijamão dos políticos. Sua estratégia era clara: garantir a lealdade dos

chefes da máquina política montada pelo PSD no campo e, ao mesmo tempo, construir uma base sólida de apoio.

Em São Paulo, surgia uma nova força. Nas eleições estaduais de 1947, apoiado pelos comunistas, Ademar de Barros elegeu-se governador. Ademar começou sua carreira no Partido Republicano Paulista (PRP), foi interventor em São Paulo durante o Estado Novo e soube adaptar-se aos novos tempos, em que o êxito político dependia da capacidade de captar votos de uma grande massa eleitoral.

Ademar montou uma máquina partidária, o Partido Social Progressista (PSP), cuja razão de ser concentrava-se em sua pessoa. Sem desenvolver nada que se assemelhasse a um programa ideologicamente consistente, divulgou a imagem de uma suposta capacidade administrativa e de ausência de moralismo político. Odiado pelos partidários da UDN , que insistiam no tema da moralidade dos negócios públicos, atraiu elementos das camadas populares e parcelas da pequena e média burguesia da capital e sobretudo do interior de São Paulo.

No começo dos anos 1950, Ademar não tinha força para disputar a presidência da República, mas podia valorizar seu apoio a um dos candidatos. Ao sustentar a candidatura em curso de Getúlio Vargas, engrossou a corrente getulista com uma importante base eleitoral em São Paulo, que começava a se estender pelo Distrito Federal.

Dutra negou-se a apoiar a candidatura Vargas, que não representaria uma continuidade de sua linha de governo. Manobrou o PSD , obtendo o lançamento de um político mineiro quase

desconhecido, o advogado Cristiano Machado. Na realidade, a maioria dos grandes chefes do PSD abandonou essa candidatura.

A UDN voltou a apresentar o nome do brigadeiro Eduardo Gomes, que já não tinha o apelo do ano de 1945. Ele obteve o apoio dos antigos integralistas e teve a insensibilidade de defender a revogação da lei do salário mínimo.

Getúlio baseou sua campanha na defesa da industrialização e na necessidade de ampliar a legislação trabalhista. Modulou seu discurso de acordo com o estado que percorria. No Rio de Janeiro, onde a influência comunista era real, chegou a dizer que, se fosse eleito, o povo subiria com ele os degraus do Palácio do Catete e ficaria no poder. Além de contar com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o PSP , teve o apoio aberto ou velado de uma parte do PSD e mesmo da UDN .

Apesar disso, a divisão entre PSD e PTB não permitiu que Vargas chegasse ao índice de votação de Dutra em 1945. Mesmo assim, nas eleições realizadas em 3 de outubro de 1950, obteve uma grande vitória. Alcançou 48,7% do total de votos, enquanto o brigadeiro não passou de 29,7% e Cristiano Machado, de 21,5%.

5.2 O RETORNO DE GETÚLIO

Getúlio Vargas tomou posse em 31 de janeiro de 1951. A UDN tentou sem êxito impugnar sua eleição, alegando que só poderia ser considerado vencedor o candidato que obtivesse maioria absoluta de votos. Essa exigência não existia na legislação da época. Desse

modo, os liberais punham a nu suas contradições. Defensores em princípio da legalidade democrática, não conseguiram atrair o voto da grande massa nas eleições mais importantes. A partir daí, passaram a contestar os resultados eleitorais com argumentos duvidosos ou, cada vez mais, a apelar para a intervenção das Forças Armadas.

Getúlio iniciou seu governo tentando desempenhar, nas condições de um regime democrático, um papel que já desempenhara: o de árbitro diante das diferentes forças sociais e políticas. Tentou atrair a UDN e escolheu um ministério bastante conservador, com ampla predominância de figuras do PSD . Entretanto, para o cargo estratégico de ministro da Guerra, nomeou o general Estillac Leal – um antigo “tenente” , presidente do Clube Militar, ligado à corrente nacionalista do Exército.

No âmbito das Forças Armadas, uma divisão ideológica se cristalizara entre nacionalistas e seus adversários, chamados depreciativamente de entreguistas. Ela abrangia tanto os temas da política econômica interna quanto a posição do Brasil no quadro das relações internacionais.

Os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de criar um sistema econômico autônomo, independente do sistema capitalista internacional. Isso significava dar ao Estado um papel importante como regulador da economia e como investidor em áreas estratégicas – petróleo, siderurgia, transportes, comunicações. Sem recusar o capital estrangeiro, os nacionalistas o encaravam com muitas restrições, seja por razões econômicas, seja porque

acreditavam que o investimento de capital estrangeiro em áreas estratégicas poria em risco a soberania nacional.

Os adversários dos nacionalistas defendiam uma menor intervenção do Estado na economia, não davam tanta prioridade à industrialização e sustentavam que o progresso do país dependia de uma abertura controlada ao capital estrangeiro. Sustentavam ainda uma postura de rígido combate à inflação, por meio do controle da emissão de moeda e dos gastos do governo.

No quadro das relações internacionais, os nacionalistas eram favoráveis a uma posição de distanciamento ou mesmo de oposição relativamente aos Estados Unidos. Seus adversários defendiam a necessidade de o Brasil se alinhar irrestritamente com os norte-americanos no combate mundial ao comunismo, em uma época de agravamento das tensões resultantes do início da Guerra da Coreia. Um sintoma claro de que a tendência favorável ao alinhamento com os Estados Unidos tornava-se majoritária, no âmbito da oficialidade do Exército, foi a vitória dos adversários dos nacionalistas nas eleições para a diretoria do Clube Militar, realizadas em maio de 1952.

No início da década de 1950, o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. Foram tomadas providências para se realizarem investimentos públicos no sistema de transportes e de energia, contando-se com a abertura de um crédito externo de 500 milhões de dólares. Tratou-se de ampliar a oferta de energia para o Nordeste e equacionou-se o problema do carvão nacional. Ocorreu também o reequipamento parcial da marinha mercante e do sistema

portuário. Em 1952 foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), diretamente orientado para o propósito de acelerar o processo de diversificação industrial. Um dos principais responsáveis por essa criação foi o primeiro ministro da Fazenda do governo Vargas: Horácio Lafer.

Ao mesmo tempo que tratava de dinamizar a economia, o governo se via diante de um problema com fortes repercussões sociais – o avanço da inflação. Em 1947, a inflação, que vinha dos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, perdeu intensidade. Mas logo tomou ímpeto. Passou de 2,7% em 1947 a uma média anual de 13,8% entre 1948 e 1953, apresentando, só neste último ano, uma variação de 20,8%.

Getúlio era forçado a manobrar em um mar de correntes contraditórias. De um lado, não podia deixar de se preocupar com as reivindicações dos trabalhadores atingidos pela alta do custo de vida; de outro, precisava tomar medidas impopulares a fim de controlar a inflação. Entre junho e julho de 1953 modificou seu ministério. Para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio nomeou um jovem político e estancieiro gaúcho – João Goulart , mais conhecido como Jango. Jango começara sua ascensão política favorecido pelas ligações entre sua família e a de Getúlio no município de São Borja. Ligara-se aos meios sindicais do PTB e surgia como uma figura capaz de conter a crescente influência comunista nos sindicatos. Apesar do papel que poderia desempenhar, Jango foi transformado em um personagem odioso pela UDN , cuja influência

em um setor da classe média era ponderável, e pelos militares antigetulistas. Nesses círculos, era visto como o defensor de uma “república sindicalista” e como a personificação do peronismo no Brasil.

A essa altura, Vargas nomeou para o Ministério da Fazenda seu velho colaborador Osvaldo Aranha, que já se destacara no cargo no início dos anos 1930. O programa do novo ministro, chamado de Plano Aranha, tinha por objetivo controlar a expansão do crédito e o câmbio nas transações com o exterior. Sob o último aspecto, era uma continuação de medidas tomadas a partir de janeiro de 1953. Essas medidas estabeleceram um câmbio flexível, de acordo com os bens a serem exportados ou importados. A maior flexibilidade cambial destinava-se a restaurar a capacidade de competir das mercadorias exportadas e a favorecer importações de bens considerados básicos para o desenvolvimento econômico do país.

Em outubro de 1953 introduziu-se o chamado confisco cambial. A medida fixou um valor mais baixo para o dólar recebido pelos exportadores de café, ao ser convertido em cruzeiros. Graças ao confisco cambial, o governo pôde deslocar receitas derivadas da exportação de café para outros setores econômicos, especialmente a indústria. Provocou, com essa iniciativa, reações do setor cafeeiro, que tentou realizar marchas de protesto com conteúdo político, impedidas pelo Exército. Foram as chamadas marchas da produção, já no governo do presidente Juscelino Kubitschek – JK . Seria exagero, porém, dizer que o governo Vargas abandonou simplesmente a cafeicultura. Embora sem alcançar êxitos, tratou de realizar uma política de sustentação de preços altos no exterior,

provocando irritação nos Estados Unidos. Uma comissão do Senado norte-americano chegou mesmo a investigar os “preços exorbitantes” mantidos pelo Brasil.

A partir de 1953, a política norte-americana em relação aos países do Terceiro Mundo começou a mudar de rumo. O presidente Harry Truman (1945-1952) forçara uma definição desses países com relação ao comunismo, sobretudo após o início da Guerra da Coreia. Mas mantivera uma política de assistência às nações incluídas na órbita norte-americana. Em janeiro de 1953, o general Dwight Eisenhower assumiu o mandato presidencial, chamando para as secretarias do Tesouro e do Estado, respectivamente, George Humphrey e John Foster Dulles . Além de converter o anticomunismo em uma verdadeira cruzada, o governo dos Estados Unidos adotou uma postura rígida diante dos problemas financeiros dos países em desenvolvimento. A linha dominante consistiria em abandonar a assistência estatal e dar preferência aos investimentos privados. As possibilidades de o Brasil obter créditos públicos para obras de infraestrutura e para cobrir os déficits do balanço de pagamentos encolheram sensivelmente.

A mudança de orientação dificultou a execução do significativo Plano de Reaparelhamento e Fomento da Economia Nacional, conhecido como Plano Lafer. Boa parte de seus projetos seria integrada ao Programa de Metas, no governo JK .

Desde o início de seu governo, quando tentara unir em torno de si todas as forças conservadoras, Vargas não esquecera uma de suas

principais bases de apoio – os trabalhadores urbanos. No comício de 1º de maio de 1951, deu um passo na direção do estabelecimento de laços mais sólidos com a classe operária. Não se limitou às palavras genéricas e apelou para a organização dos trabalhadores nos sindicatos para ajudá-lo na luta contra “os especuladores e os gananciosos”. Ao mesmo tempo, aboliu a exigência do chamado atestado de ideologia para a participação na vida sindical. Com isso favoreceu o retorno dos comunistas e dos excluídos em geral durante o período Dutra.

Mas o governo não conseguiria controlar inteiramente o mundo do trabalho. A liberalização do movimento sindical e os problemas decorrentes da alta do custo de vida levaram a uma série de greves em 1953. Destacaram-se, dentre elas, a greve geral de março em São Paulo e a greve dos marítimos no Rio de Janeiro, em Santos e Belém, no mês de junho. Ambas tinham sentido muito diferente.

Começando pelo setor têxtil, a greve paulista chegou a abranger 300 mil trabalhadores, com a adesão de marceneiros, carpinteiros, operários do setor de calçados, gráficos e vidreiros. Tinha como reivindicação principal um aumento de 60% dos salários, mas assumiu também um conteúdo de desafio à legislação restritiva do direito de greve. Entremeada de choques com a polícia, a greve se estendeu por 24 dias. Afinal, terminou com acordos em separado, feitos por cada setor.

O movimento representou uma derrota para o getulismo em São Paulo. O presidente mantinha pessoalmente parte de seu prestígio, mas o PTB e os pelegos sindicais tinham sido ultrapassados na condução do movimento. Os comunistas, que na época estavam em

oposição ferrenha a Getúlio, acusando-o de “lacaio do imperialismo” , desempenharam o papel principal na articulação da paralisação.

A greve dos marítimos abrangeu cerca de 100 mil trabalhadores. Os sindicatos envolvidos solicitavam aumento salarial, melhora das condições de trabalho e o afastamento da diretoria da Federação dos Marítimos, acusada de vinculações com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Esta última reivindicação vinha ao encontro dos objetivos de Getúlio de substituir o ministro.

De fato, João Goulart assumiu o ministério com a greve em curso e atuou como intermediário eficaz. Como a greve ocorria em um setor de interesse público, submetido à regulação econômica do Estado, pôde impor o atendimento da maioria das reivindicações dos grevistas. Ao mesmo tempo, forçou a renúncia da diretoria da Federação dos Marítimos, abrindo caminho para outra, mais próxima dos trabalhadores e dele próprio.

No mesmo mês de março de 1953 em que eclodiu a Greve dos Trezentos Mil, sobreveio em São Paulo um acontecimento político visto na ocasião como importante, mas cujo real alcance só seria possível perceber no correr de alguns anos. Um vereador e ex-professor secundário venceu as eleições para prefeito de São Paulo pela legenda do Partido Democrata Cristão (PDC) e do minúsculo Partido Socialista Brasileiro (PSB), derrotando os candidatos dos outros partidos, presumivelmente mais fortes. Jânio Quadros baseou seu êxito em uma campanha populista – a do tostão contra o milhão –, associada à bandeira da luta contra a corrupção. Percebeu que

este último tema teria grande rentabilidade política se deixasse de ser vinculado à elite udenista e se expressasse através de imagens eficazes. O símbolo da vassoura foi o melhor exemplo dessas imagens. O desejo de inovar derrotando as máquinas partidárias e a crença nos poderes mágicos de um homem providencial no combate à corrupção uniram diferentes setores sociais – da massa trabalhadora à classe média – em torno do nome de Jânio.

Enquanto isso, no cenário federal Jango era o alvo preferencial dos ataques provenientes das áreas civis e militares antigetulistas. De um lado, seu nome era ligado aos supostos planos de implantação de uma república sindicalista e, de outro, a um possível aumento de 100% no nível do salário mínimo. Entre os adversários civis do governo estava a maioria dos integrantes da UDN e de partidos menores, bem como grande parte da imprensa. Pelo seu radicalismo e poder verbal, destacava-se o ex-comunista Carlos Lacerda. Com o correr dos anos, Lacerda não só rompera com os antigos companheiros como se transformara em um de seus mais ferrenhos inimigos. O populismo e o comunismo eram seus alvos preferenciais. Com seu jornal *Tribuna da Imprensa*, iniciou uma violenta campanha antigetulista, pregando a renúncia do presidente. Esta deveria vir acompanhada da decretação do estado de emergência, durante o qual as instituições democráticas seriam reformadas para impedir o que Lacerda considerava ser sua perversão pelos políticos populistas.

Entre os militares adversários do governo encontravam-se os oficiais anticomunistas, os inimigos do populismo, alguns identificados com a UDN e outros adversários dos políticos em geral.

Os nomes mais conhecidos eram os de generais como Cordeiro de Farias e Juarez Távora e o do brigadeiro Eduardo Gomes. Logo a força da oficialidade jovem se revelaria. O grau de efervescência nos meios militares pode ser medido pelo lançamento do chamado memorial dos coronéis, em fevereiro de 1954, com a assinatura de 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis do Exército, protestando contra o que consideravam a deterioração dos padrões materiais e morais do Exército. O manifesto criticava também a elevação do salário mínimo em nível elevado, incompatível com a realidade do país.

5.3 A QUEDA DE GETÚLIO

Em fevereiro de 1954, Getúlio reformulou o ministério. João Goulart foi substituído por um nome sem expressão, mas antes apresentou a proposta de aumento de 100% do salário mínimo. Deixava a imagem de um ministro que saía por querer conceder benefícios aos trabalhadores. Na esperança de acalmar as Forças Armadas, Getúlio nomeou para o Ministério da Guerra o general Zenóbio da Costa, homem de sua confiança e também conhecido adversário do comunismo.

Apesar desses cuidados, o presidente optou cada vez mais por um discurso e por medidas que se chocavam com os interesses dos setores sociais conservadores. Adotou uma linha nacionalista na área econômica, responsabilizando o capital estrangeiro pelos problemas do balanço de pagamentos. Diante da hesitação das empresas canadenses e norte-americanas produtoras de energia elétrica em

realizar novos investimentos, respondeu com o projeto de lei que criava uma empresa estatal para o setor, a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), em abril de 1954.

Naquele mesmo mês, o ex-ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, concedeu uma entrevista dando maior consistência às críticas da oposição. João Neves acusou o presidente e João Goulart de terem assinado um acordo secreto com a Argentina e o Chile com o objetivo de barrar a presença norte-americana no Cone Sul do continente. A suposta aliança, especialmente com a Argentina de Perón, soava como mais um passo na instalação da “república sindicalista”. No terreno das relações de trabalho, o anúncio de aumento de 100% do salário mínimo, feito por Vargas em 1º de maio, provocou uma tempestade de protestos.

Apesar das pressões e da inexistência a essa altura de uma sólida base de apoio a seu governo, Getúlio se equilibrava no poder. Faltava à oposição um acontecimento suficientemente traumático que levasse as Forças Armadas a ultrapassar os limites da legalidade e depor o presidente. Esse acontecimento foi proporcionado pelo círculo dos íntimos do presidente. Aí se instalara a convicção de que era preciso remover Lacerda da cena política para garantir a permanência de Getúlio no poder. Segundo mais tarde se apurou, figuras próximas a Getúlio sugeriram ao chefe da guarda presidencial do Palácio do Catete – Gregório Fortunato – que ele deveria “dar um jeito” em Lacerda. Fiel servidor de Vargas por mais de trinta anos, Gregório armou o assassinato da figura mais ostensiva da oposição.

Se a ideia criminosa era desastrada, mais desastrada foi sua execução. Na madrugada de 5 de agosto de 1954, um pistoleiro tentou matar Lacerda a tiros quando ele se aproximava da porta de entrada do prédio onde residia, no Rio de Janeiro. Acabou assassinando o acompanhante de Lacerda – o major da Aeronáutica Rubens Vaz –, enquanto Lacerda ficou apenas levemente ferido. Vargas tinha agora contra si um ato criminoso que provocou indignação geral, um adversário com maiores trunfos para lançar-se contra ele e a Aeronáutica em estado de rebelião. As investigações policiais sobre o crime e a que a Aeronáutica realizou por sua própria conta começaram a revelar os lados sombrios do governo Vargas, embora fosse impossível comprometer pessoalmente o presidente com o que ele próprio chamou de “mar de lama” .

O movimento pela renúncia tomou grandes proporções. Vargas resistia, insistindo no fato de que ele representava o princípio da legalidade constitucional. Em 23 de agosto, tornou-se claro que o governo perdera o apoio das Forças Armadas. Um manifesto à nação assinado por 27 generais do Exército foi lançado nesse dia, exigindo a renúncia do presidente. Entre os signatários estavam não apenas conhecidos adversários de Getúlio mas generais distantes da oposição sistemática, como Henrique Lott, que, pouco mais de um ano depois, se converteria em porta-voz da legalidade.

Quando o cerco se apertou ainda mais, Vargas respondeu com um último e trágico ato. Na manhã de 24 de agosto, suicidou-se em seus aposentos no Palácio do Catete, desfechando um tiro no coração. O suicídio de Vargas exprimia desespero pessoal, mas tinha também um profundo significado político. O ato em si continha uma

carga dramática capaz de eletrizar a grande massa. Além disso, o presidente deixava como legado uma mensagem comovente aos brasileiros – a chamada carta-testamento – em que se apresentava como vítima e ao mesmo tempo acusador de forças impopulares, apontando como responsáveis pelo impasse a que chegara os grupos internacionais aliados a seus inimigos internos.

Seu gesto teve consequências imediatas. A massa urbana saiu às ruas em todas as grandes cidades, atingindo os alvos mais expressivos de seu ódio, como jornais da oposição e a representação diplomática dos Estados Unidos no Rio de Janeiro. Nessas manifestações estiveram presentes os comunistas. Depois de passar todo o governo Vargas na oposição, a ponto de se inclinar pela renúncia, deram uma reviravolta da noite para o dia. Daí para a frente, abandonaram uma linha radical que frequentemente resultava em beneficiar seus maiores inimigos e passaram cada vez mais a apoiar o esquema do nacionalismo populista.

A preferência por uma saída legal para a crise na cúpula do Exército e o impacto provocado pelas manifestações populares impediram que se concretizasse um golpe contra as instituições. O vice-presidente Café Filho assumiu o poder. Formou um ministério com maioria udenista, assegurando ao país que garantiria a realização das eleições presidenciais marcadas para outubro de 1955.

O primeiro partido a apresentar candidato foi o PSD . Em fevereiro daquele ano, lançou a candidatura de JK . Este fizera carreira nos

quadros do PSD de Minas Gerais e se elegera governador do estado. Encarnava bem uma das vertentes do getulismo e tinha condições de obter o apoio do PTB , como de fato aconteceu. Restaurava-se assim a aliança PSD -PTB que, em 1945, dera a Dutra uma extraordinária votação. Em maio, Ademar decidiu concorrer, apesar de ter sido derrotado por Jânio nas eleições para o governo de São Paulo em outubro de 1954.

Um mês depois a UDN lançou mais uma vez um candidato militar. Não era possível insistir no nome do brigadeiro Eduardo Gomes, desgastado por duas derrotas. Outro antigo integrante do movimento tenentista – o general Juarez Távora – surgiu como candidato do partido.

Em sua campanha, Juscelino martelou na necessidade de avançar no rumo do desenvolvimento econômico, com apoio no capital público e privado. Juarez insistiu na moralização dos costumes políticos. Ao mesmo tempo, mostrou-se contrário a uma excessiva intervenção do Estado na economia, que estava levando o país a um desequilíbrio ameaçador.

Não faltaram jogadas sujas na campanha. Os adversários de Jango e Juscelino fizeram publicar nos jornais, em setembro de 1955, a chamada Carta Brandi, supostamente enviada a João Goulart em 1953, quando ele era ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, pelo deputado argentino Antonio Jesús Brandi. A carta se referia a articulações entre Jango e Perón para deflagrar no Brasil um movimento armado que instalaria a república sindicalista. Uma investigação realizada pelo Exército comprovou, logo após as

eleições, ter sido a carta forjada por falsários argentinos e vendida aos opositores de Jango.

Em 3 de outubro de 1955 as urnas deram a vitória a Juscelino, mas por margem estreita. Ele obteve 36% dos votos, enquanto Juarez alcançou 30%, Ademar 26% e Plínio Salgado, pelos antigos integralistas, 8% dos votos. Era possível votar em nomes integrantes de chapas diferentes para a presidência e a vice-presidência. João Goulart elegeu-se vice-presidente com uma votação ligeiramente superior à de Juscelino. O êxito de Jango mostrou o avanço crescente do PTB .

Após a vitória de Juscelino e João Goulart , desencadeou-se uma campanha contra a posse. No início de novembro de 1955, Café Filho sofreu um ataque cardíaco que o obrigou a abandonar provisoriamente o poder. Em seu lugar assumiu o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, acusado de favorecer abertamente os partidários de um golpe militar. A partir daí ocorreu o chamado “golpe preventivo” , ou seja, uma intervenção militar para garantir a posse do presidente eleito, e não para impedi-la.

O principal personagem da ação ocorrida em 11 de novembro de 1955 foi o general Lott, que mobilizou tropas do Exército no Rio de Janeiro. As tropas ocuparam edifícios governamentais, estações de rádio e jornais. Os comandos do Exército se colocaram ao lado de Lott, enquanto os ministros da Marinha e da Aeronáutica denunciavam a ação como “ilegal e subversiva” . As forças do Exército cercaram as bases navais e da Aeronáutica, impedindo um

confronto das Forças Armadas. Deposto da presidência, Carlos Luz refugiou-se no cruzador Tamandaré, acompanhado de seus ministros e outras figuras políticas, entre elas Carlos Lacerda, tentando inutilmente organizar a resistência.

Rapidamente, ainda em 11 de novembro, o Congresso Nacional reuniu-se para apreciar a situação. Contra os votos da UDN, os parlamentares decidiram considerar Carlos Luz impedido; a presidência da República passava ao presidente do Senado, Nereu Ramos, na linha da sucessão constitucional. Dez dias mais tarde, aparentemente recuperado, Café Filho pretendeu reempossar-se como presidente da República. Foi considerado impedido pelo Congresso, que confirmou Nereu Ramos na chefia do Executivo. A pedido dos ministros militares, logo depois o Congresso aprovou o estado de sítio por trinta dias, prorrogado por igual período. Essa série de medidas excepcionais garantiu a posse de Juscelino e Jango, em 31 de janeiro de 1956.

5.4 DO NACIONALISMO AO DESENVOLVIMENTISMO

Em comparação com o governo Vargas e os meses que se seguiram ao suicídio do presidente, os anos JK podem ser considerados de estabilidade política. Mais do que isso, foram anos de otimismo, embalados por altos índices de crescimento econômico, pelo sonho realizado da construção de Brasília. Os “cinquenta anos em cinco” da propaganda oficial repercutiram em amplas camadas da população.

A alta oficialidade das Forças Armadas – especialmente do Exército – estava disposta, em sua maioria, a garantir o regime democrático dentro de certos limites, dizendo respeito à preservação da ordem interna e ao combate ao comunismo. O getulismo só recebia restrições dessa maioria quando enveredava pelo terreno de um nacionalismo agressivo ou quando apelava para a organização dos trabalhadores.

Havia setores das Forças Armadas que não seguiam a maioria. De um lado, estavam os oficiais nacionalistas – alguns deles próximos dos comunistas –, os quais optavam por um nacionalismo radical, em confronto com o chamado imperialismo norte-americano. De outro lado, estavam os “purificadores da democracia”, convencidos de que só através de um golpe, a partir do qual as instituições seriam renovadas, seria possível impedir o avanço da república sindicalista e do comunismo.

Nem todos os golpistas eram entreguistas. Alguns deles combinavam a ideia do golpe com a defesa dos interesses nacionais. Por exemplo, os oficiais da Aeronáutica rebelados em janeiro de 1956 denunciavam, além da infiltração comunista nos postos militares de comando, supostos entendimentos entre o governo e grupos financeiros internacionais para a entrega do petróleo e a venda de minerais estratégicos.

Ao iniciar-se o governo JK, a cúpula militar se acalmara. Os partidários do golpe jogaram uma cartada alta na renúncia de Vargas e na tentativa de impedir a posse de Juscelino, mas tinham perdido. Juscelino começou a governar enfatizando a necessidade de promover “desenvolvimento e ordem”, objetivos gerais compatíveis

com os das Forças Armadas. O presidente tratou de atender a reivindicações específicas da corporação militar no plano dos vencimentos e equipamento. Tratou também de manter, tanto quanto possível, o movimento sindical sob controle. Além disso, acentuou-se a tendência de indicar militares para postos governamentais estratégicos. Por exemplo, na estatal Petróleo Brasileiro (Petrobras), assim como no Conselho Nacional do Petróleo (CNP), os principais cargos ficaram em mãos de membros das Forças Armadas.

Um dos principais expoentes do apoio militar ao governo JK foi o general Lott – ministro da Guerra durante praticamente os cinco anos de mandato presidencial. Sem ter no âmbito do Exército uma grande liderança, Lott reunia duas qualidades importantes: tinha uma folha de serviços impecável e era um homem sem partido. Este último fator facilitava bastante seu trabalho de amenizar as divisões nas Forças Armadas.

No plano da política partidária, o acordo entre PSD e PTB garantiu o apoio aos principais projetos do governo no Congresso. Os partidos tinham assentado suas feições no curso de dez anos. Não deixaram de ser veículos de disputa pessoal e uma forma de acomodação de grupos rivais em busca de privilégios. Mas, ao mesmo tempo, cada um deles passou a representar aspirações e interesses mais gerais.

Um traço comum aproximava PSD e PTB , apesar de suas divergências: esse traço era o getulismo. Havia, porém, um

getulismo do PSD e outro do PTB . O getulismo do PSD reunia uma parte dos setores dominantes no campo, a burocracia de governo que nascera com o Estado Novo, uma burguesia industrial e comercial beneficiária do desenvolvimento e dos negócios propiciados pela inflação. O getulismo do PTB abrangia a burocracia sindical e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que controlava a estrutura vertical do sindicalismo e áreas importantes como a previdência social, uma parte da burguesia industrial mais inclinada ao nacionalismo e a maioria dos trabalhadores urbanos organizados.

Para que a aliança dos dois partidos funcionasse, era necessário que tanto um quanto outro não radicalizassem suas características. Era preciso, de um lado, que o PSD não se tornasse tão conservador a ponto de se chocar com a burocracia sindical e as reivindicações operárias; era preciso, de outro lado, que o PTB não fosse muito longe nessas reivindicações, no avanço sobre os postos mais disputados do Estado, e não convertesse o nacionalismo em bandeira de agitação social.

Em boa parte de seu governo, Juscelino conseguiu sintetizar os limites de ação dos dois partidos. O princípio de “desenvolvimento e ordem” era adequado aos quadros do PSD , de onde provinha. No plano social, não se opôs aos interesses da burocracia sindical e tratou de limitar as explosões grevistas. Desse modo não cortou os passos do PTB e de Jango, embora não se possa dizer que fizesse o jogo desse partido.

A política econômica de Juscelino foi definida no Programa de Metas. Ele abrangia 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília, chamada de metassíntese.

Buscando vencer a rotina burocrática, o governo criou órgãos paralelos à administração pública existente ou novas entidades. Por exemplo, paralelamente ao inútil e corrompido Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), surgiu – cercada de esperanças em sua maioria não concretizadas – a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), destinada a promover o planejamento da expansão industrial da região nordestina. Para empreender a construção de Brasília, surgiu a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap).

O governo JK promoveu uma ampla atividade do Estado tanto no setor de infraestrutura como no incentivo direto à industrialização. Mas assumiu também abertamente a necessidade de atrair capitais estrangeiros, concedendo-lhes inclusive grandes facilidades. Desse modo a ideologia nacionalista perdia terreno para o desenvolvimentismo. O governo permitiu a larga utilização de uma legislação, baixada no governo Café Filho, autorizando as empresas a importar equipamentos estrangeiros sem cobertura cambial, ou seja, sem depositar moeda estrangeira para pagamento dessas importações. A condição para gozar da regalia era possuir, no exterior, os equipamentos a serem transferidos para o Brasil ou recursos para pagá-los. As empresas estrangeiras, que podiam

preencher esses requisitos com facilidade, ficaram em condições vantajosas para transferir equipamentos de suas matrizes e integrá-los a seu capital no Brasil. A legislação facilitou os investimentos estrangeiros em áreas consideradas prioritárias pelo governo: indústria automobilística, transportes aéreos e estradas de ferro, energia elétrica e aço.

Os resultados do Programa de Metas foram impressionantes, sobretudo no setor industrial. Entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu em 80%, com altas porcentagens nas indústrias do aço (100%), mecânicas (125%), de energia elétrica e comunicações (380%) e de material de transporte (600%). De 1957 a 1961, o PIB cresceu a uma taxa anual de 7%, correspondendo a uma taxa *per capita* de quase 4%. Se considerarmos toda a década de 1950, o crescimento do PIB brasileiro *per capita* foi aproximadamente três vezes maior do que o do resto da América Latina.

O governo JK ficou associado à instalação da indústria automobilística, embora antes dele existissem montadoras e fábricas de autopeças no Brasil, em proporções limitadas. O governo incentivou a produção de automóveis e caminhões com capitais privados, especialmente estrangeiros. Estes foram atraídos para o Brasil graças às facilidades concedidas e graças também às potencialidades do mercado brasileiro.

As grandes empresas multinacionais, como a Willys Overland , a Ford, a Volkswagen e a General Motors (GM), concentraram-se no ABC paulista – área da Grande São Paulo que abrange os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul –,

mudando completamente a fisionomia daquela região. Entre outras consequências, a indústria automobilística passou a concentrar operários em proporções inéditas no país. Em 1960, último ano do governo JK , só as quatro empresas antes mencionadas produziram em torno de 78% do total de 133 mil veículos, suficientes para abastecer a demanda brasileira. As empresas estrangeiras continuaram se expandindo. Em 1968, a Volkswagen , a Ford e a GM eram responsáveis por quase 90% dos veículos produzidos.

Vista em termos numéricos e de organização empresarial, a instalação da indústria automobilística representou um inegável êxito. Porém ela se enquadrava no propósito de criar uma “civilização do automóvel” em detrimento da ampliação de meios de transporte coletivo para a grande massa. A partir de 1960 a tendência a fabricar automóveis cresceu, a ponto de representar quase 58% da produção de veículos em 1968. Como as ferrovias foram na prática abandonadas, o Brasil se tornou cada vez mais dependente da extensão e conservação das rodovias e do uso dos derivados do petróleo na área de transportes.

Na memória coletiva, os cinco anos do governo JK são lembrados como um período de otimismo associado a grandes realizações, cujo maior exemplo é a construção de Brasília. Na época, a fundação de uma nova capital dividiu as opiniões e foi considerada um tormento pelo funcionalismo público da antiga capital da república, obrigado a transferir-se para o Planalto Central.

A ideia não era nova, pois a primeira Constituição republicana de 1891 atribuía ao Congresso competência para “mudar a Capital da União” . Coube, porém, a Juscelino levar o projeto à prática, com

enorme entusiasmo, mobilizando recursos e a mão de obra constituída principalmente por migrantes nordestinos – os candangos. À frente do planejamento de Brasília ficaram o arquiteto Oscar Niemeyer e o urbanista Lúcio Costa, duas figuras de renome internacional.

O projeto de lei encaminhado pelo Executivo ao Congresso para a construção de Brasília foi aprovado em setembro de 1956, apesar da forte resistência da UDN . Alegavam os udenistas que a iniciativa era demagógica, resultando em mais inflação e no isolamento da sede do governo. No curso dos trabalhos, Carlos Lacerda encabeçou o pedido de constituição de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar irregularidades na contratação das obras, sem conseguir êxito. Afinal, na data simbólica de 21 de abril, em 1960, Juscelino inaugurou solenemente a nova capital.

No período JK , o sindicalismo passou por mudanças que se revelariam mais claramente nos primeiros anos da década de 1960, durante o governo João Goulart . Lideranças sindicais de diferentes tendências começaram a perceber a dificuldade de articular o movimento dos trabalhadores, que ganhava amplitude, na apertada estrutura oficial. Nasceram assim organismos que passaram a atuar paralelamente à estrutura oficial. Exemplos desses organismos foram o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), criado em São Paulo em 1955, e o Pacto de Unidade e Ação (PUA), instituído no Rio de Janeiro. Ao contrário do PUI , o PUA atuava no setor público ou em setores de utilidade pública controlados por empresas do Estado e

concessionárias de serviço público. O organismo preparou o caminho para a formação do Comando-geral dos Trabalhadores (CGT), que desempenharia um papel relevante nas greves do período Goulart .

A criação do PUA acentuou uma tendência já existente em anos anteriores e que dizia respeito à área de atuação dos sindicatos. Ela foi-se concentrando cada vez mais no setor público ou de utilidade pública. Além disso, no setor de mercado, o relativo peso da organização sindical foi maior nos ramos tradicionais em declínio, caso típico dos produtos têxteis.

Nessa época, o sindicalismo teve dificuldades em penetrar em um setor de ponta – a indústria automotora. Esse fato parece explicar-se por dois fatores básicos. De um lado, pela tradição de enraizamento do movimento sindical e sobretudo dos comunistas na área das empresas ligadas ao Estado. De outro, pela desorientação diante das novas técnicas de relações de trabalho implantadas pelas empresas multinacionais.

Ao mesmo tempo que constituíram organizações paralelas, os dirigentes sindicais trataram de politizar os sindicatos. Isso significava que eles deveriam apoiar a corrente nacionalista e as propostas de reformas sociais – as chamadas reformas de base –, entre as quais se incluía a reforma agrária.

Nem tudo eram flores no período JK . Os problemas maiores se concentraram nas áreas interligadas do comércio exterior e das finanças do governo. Os gastos governamentais para sustentar o programa de industrialização e a construção de Brasília e um sério

declínio dos termos de intercâmbio com o exterior resultaram em crescentes déficits do orçamento federal. O déficit passou de menos de 1% do PIB em 1954 e 1955 para 2% em 1956 e 4% em 1957. Esse quadro veio acompanhado de um avanço da inflação, excetuado o ano de 1957, atingindo seu nível mais alto no governo JK em 1959, com a variação de 39,5%.

Eram várias as razões do crescimento da inflação. Entre as principais estavam os gastos governamentais com a construção de Brasília e para atender a aumentos salariais de setores do funcionalismo, aprovados pelo Congresso; a queda dos termos de intercâmbio; a compra de café através de emissão de papel-moeda para sustentar os preços em declínio; o crédito fácil concedido ao setor privado.

Em junho de 1958, o ministro da Fazenda – José Maria Alkmin – demitiu-se, desgastado pela dificuldade em enfrentar os problemas apontados. Para substituí-lo, Juscelino nomeou o engenheiro Lucas Lopes, primeiro presidente do BNDE em seu governo; Roberto Campos assumiu a presidência do banco. Ambos elaboraram um plano de estabilização da economia que tentava compatibilizar o combate à inflação e ao déficit público com os objetivos do Programa de Metas.

O plano não previa grandes sacrifícios, mas mesmo assim provocou fortes reações contrárias. Em primeiro lugar, nenhum grupo social se dispunha a perder o mínimo que fosse em troca da estabilidade, embora esperasse que algum outro grupo viesse a aceitar essa perda. Em segundo lugar, a inflação representava para muitos setores sociais um excelente negócio: na medida em que os

salários não conseguiam acompanhar os preços, ela abria a perspectiva de ganhos excepcionais no reajuste de preços e na especulação com estoques de mercadorias por parte de industriais e comerciantes. Além disso, como as dívidas ainda não estavam sujeitas a correção monetária, a inflação tornava extremamente atraente o recurso aos empréstimos, sobretudo os obtidos em condições privilegiadas nos bancos e órgãos de financiamento do Estado.

No setor dos trabalhadores organizados, as resistências decorriam de dois fatores principais. O programa de estabilização vinha associado a suspeitas de “arranjos com o imperialismo” que provocavam arrepios no PTB e na esquerda. Ao mesmo tempo, qualquer plano dessa natureza importava no início em restrições adicionais. Os dirigentes sindicais e os trabalhadores sob sua influência temiam que os assalariados fossem arrastados a essas novas restrições, enquanto outros setores sociais continuariam a não aceitá-las. Os assalariados ficariam assim no pior dos mundos, diante de uma inflação igual ou crescente e salários reais mais reduzidos.

As tentativas de restringir o crédito para os industriais provocaram protestos em São Paulo, com o apoio do presidente do Banco do Brasil. Os cafeicultores organizaram em outubro de 1958 uma marcha da produção contra o confisco cambial e contra as novas medidas do governo limitando as compras dos estoques de café.

Na medida em que tinha a ver com as contas externas do Brasil, o programa de estabilização dependia, para funcionar, da

concordância do Fundo Monetário Internacional (FMI). O Brasil consultou o órgão internacional, até porque ele previa um empréstimo norte-americano de 300 milhões de dólares. Ao contrário do que diziam os adversários do plano, o FMI não estava por trás dele. O órgão internacional fazia restrições ao seu gradualismo, criticando, por exemplo, os gastos governamentais para subsidiar a importação de trigo e petróleo.

A indecisão nas relações entre o Brasil e o FMI durou quase um ano, chegando ao fim em junho de 1959. Naquela altura, Juscelino estava no final do mandato e tinha os olhos voltados para a sucessão presidencial. Os nacionalistas e os comunistas vinham atacando o presidente pela sua disposição em “vender a soberania nacional aos banqueiros internacionais e ao FMI ” . Um acordo com o órgão só era visto com bons olhos pela UDN , mas mesmo que Juscelino optasse por esse caminho não poderia contar com o apoio político da oposição.

Dessas circunstâncias resultou a ruptura do governo com o FMI , o que equivalia ao abandono final do plano de estabilização. Em agosto de 1959, Lucas Lopes e Roberto Campos deixaram seus postos. A ruptura provocou uma onda de apoio a Juscelino. O PTB aplaudiu a decisão, como era de esperar. Os comunistas estiveram presentes em uma manifestação a favor do presidente realizada nos jardins do Palácio do Catete. Entre os manifestantes estava Luís Carlos Prestes, que desde 1958 saíra da clandestinidade. Pouco a pouco, o PCB encontrava canais de expressão, apesar de continuar formalmente na ilegalidade. Mas os apoios não vieram apenas do

PTB e da esquerda. O rompimento recebeu apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da cúpula militar.

O entusiasmo não alcançava, entretanto, a grande massa, como a eleição presidencial de 3 de outubro de 1960 revelaria. Já no curso de 1959 surgiram as candidaturas. Após ter sido eleito governador de São Paulo, Jânio Quadros era lançado em abril por um pequeno partido, com o apoio de Lacerda. Ademar saiu pelo PSP , animado pelos bons resultados da eleição de 1955. O PSD e o PTB uniram-se mais uma vez, em torno da candidatura do general Lott, tendo João Goulart como candidato a vice-presidente.

A UDN hesitava entre o lançamento de uma candidatura própria e o apoio a Jânio. Jânio corria em faixa própria, criticando a corrupção do governo e a desordem financeira. Sem ter um programa definido e desprezando os partidos políticos, atraía o povo com sua figura popularesca e ameaçadora que prometia castigo implacável aos beneficiários de negociatas e de qualquer tipo de corrupção. Estava longe do figurino bem-comportado da UDN , mas ao mesmo tempo incorporava, a seu modo, algo do discurso udenista. Representava sobretudo uma grande oportunidade de o partido chegar afinal ao poder, embora por um atalho desconhecido. Na convenção realizada pela UDN , em novembro de 1959, o apoio a Jânio acabou por prevalecer.

Desde os primeiros tempos da campanha, o favoritismo de Jânio se tornou evidente. Ele reunia as esperanças da elite antigetulista, do setor da classe média que esperava a chamada moralização dos costumes políticos e se via atingida pela alta do custo de vida, assim como da maioria dos trabalhadores.

Lott foi um candidato desastroso. O general tivera um papel importante nos círculos restritos do poder, onde personificara a garantia da continuidade do regime democrático. Exposto a uma audiência mais ampla, suas fraquezas se tornaram evidentes. Falava mal em público e tentava assumir artificialmente o discurso getulista. Desagradava o PSD com sua defesa da concessão de voto aos analfabetos; desagradava o PTB e principalmente a esquerda com suas críticas a Cuba e ao comunismo.

Nas quatro eleições presidenciais desde 1945 o eleitorado crescera bastante, como resultado da urbanização e do maior interesse pela participação política. De 5,9 milhões em 1945 passou a 7,9 milhões em 1950, 8,6 milhões em 1955 e, finalmente, 11,7 milhões em 1960, na última eleição direta para presidente da República que o país conheceu até 1989.

Jânio venceu as eleições de outubro de 1960, com 48% desses 11,7 milhões de votos, enquanto Lott obteve 28% e Ademar 23%. Seu êxito só não superou, em termos percentuais, o de Dutra em 1945. João Goulart elegeu-se vice-presidente da República apesar da nítida derrota de Lott.

Pela primeira vez um presidente tomou posse em Brasília, encarnando as esperanças do futuro. Em menos de sete meses essas esperanças seriam desfeitas pela renúncia que atiraria o país em uma grave crise política.

Jânio começou a governar de forma desconcertante. Ocupou-se de assuntos desproporcionais à importância do cargo que ocupava,

como a proibição do lança-perfume, do biquíni e das brigas de galos. No plano das medidas mais sérias, combinou iniciativas simpáticas à esquerda com medidas simpáticas aos conservadores. De algum modo, desagradava assim a ambos. A política externa provocou a oposição dos conservadores, especialmente da maioria da UDN . Coincidiu com a breve gestão de Jânio Quadros o lançamento, pelo governo norte-americano, da Aliança para o Progresso, um plano de reformas que envolvia a promessa de destinar 20 bilhões de dólares para a América Latina ao longo de dez anos. Essa aliança foi aprovada em uma reunião dos países americanos realizada em Punta del Este, no Uruguai. A delegação cubana, chefiada por Ernesto Che Guevara, não assinou a Carta de Punta del Este . Ao retornar a Cuba, Che Guevara fez uma escala em Brasília, onde recebeu das mãos de Jânio uma significativa condecoração – a Ordem do Cruzeiro do Sul. Não havia nesse gesto qualquer intenção de demonstrar apoio ao comunismo. Ele simbolizava para o grande público a política externa independente que Jânio começara a pôr em prática, buscando uma terceira via para o Brasil, entre os dois grandes blocos em confronto.

No terreno financeiro, Jânio anunciou um plano para enfrentar os problemas herdados do governo JK , acentuando em seu discurso de posse as dificuldades do país. Optou por um pacote ortodoxo de estabilização, envolvendo uma forte desvalorização cambial, contenção de gastos públicos e de expansão monetária. Os subsídios para a importação de trigo e petróleo foram reduzidos, o que provocou uma elevação de 100% no preço do pão e dos combustíveis.

As medidas foram bem recebidas pelos credores do Brasil e pelo FMI . O Clube de Haia, constituído dos credores europeus, assim como os norte-americanos, reescalou a dívida brasileira em 1961. Novos empréstimos foram contraídos nos Estados Unidos, com o apoio do presidente John Kennedy . Jânio era encarado como uma via para impedir que o maior país da América Latina escorregasse pelo caminho da instabilidade e do comunismo.

Em agosto de 1961, Jânio começara a afrouxar as medidas de contenção financeira, mas não chegou a pôr em prática uma possível mudança de rumos. Nesse mês de agosto, com um gesto, pôs fim a seu governo.

O presidente vinha administrando o país sem contar com uma base política de apoio. O PSD e o PTB dominavam o Congresso; Lacerda passara-se para a oposição, martelando suas críticas a Jânio com a mesma veemência com que o apoiara. A UDN tinha várias razões de queixa. O presidente agia praticamente sem consultar a liderança udenista no Congresso. Além disso, a política externa independente, assim como a simpatia presidencial pela reforma agrária, causava preocupações.

Na noite de 24 de agosto de 1961, Lacerda – que tinha sido eleito governador da Guanabara – fez um discurso, transmitido pelo rádio, denunciando uma tentativa de golpe janista articulado pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Oscar Pedroso Horta. Estranhamente, teria sido convidado a aderir a ele. Pedroso Horta negou a acusação. Logo no dia seguinte, Jânio renunciou à presidência da República, comunicando a decisão ao Congresso Nacional.

A renúncia não chegou a ser esclarecida. O próprio Jânio negou-se a dar uma versão clara dos fatos, aludindo sempre às “forças terríveis” que o levaram ao ato. A hipótese explicativa mais provável combina os dados de uma personalidade instável com um cálculo político equivocado. Segundo essa hipótese, Jânio esperava obter, com um lance teatral, maior soma de poderes para governar, livrando-se até certo ponto do Congresso e dos partidos. Ele se considerara imprescindível para os partidos na campanha presidencial e se julgava imprescindível para o Brasil como presidente. Acaso os conservadores e os militares entregariam o país a João Goulart ?

Jânio partiu apressadamente de Brasília e desceu em São Paulo, em uma base militar. Aí recebeu um apelo de alguns governadores dos estados para que reconsiderasse seu gesto. Mas, afora isso, não houve nenhuma outra ação significativa pelo retorno do presidente. Cada grupo tinha razões de queixa contra ele e começava a tomar pé na nova situação. Como renúncias não são votadas, e sim simplesmente comunicadas, o Congresso tomou apenas conhecimento do ato de Jânio. A partir daí, a disputa pelo poder começou.

A Constituição não deixava dúvidas quanto à sucessão de Jânio; deveria assumir o vice-presidente João Goulart . Entretanto, a posse ficou em suspenso, diante da iniciativa de setores militares que viam nele a encarnação da república sindicalista e a brecha por onde os comunistas chegariam ao poder. Por um acaso carregado de

simbolismo, Jango se encontrava ausente do país, em visita à China comunista.

Enquanto o presidente da Câmara dos Deputados assumia provisoriamente a presidência da República, os ministros militares de Jânio vetaram a volta de Jango ao Brasil, por razões de segurança nacional. O grupo favorável ao impedimento não contava, porém, com a unanimidade da cúpula militar. No Rio Grande do Sul, o comandante do III Exército declarou seu apoio à posse de Goulart , abrindo o que se chamou de Batalha da Legalidade. A figura principal do movimento foi o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de Jango. Brizola contribuiu para a organização do esquema militar de resistência e promoveu grandes manifestações populares em Porto Alegre. Quando o ministro da Marinha anunciou o envio de uma força naval para o Sul, Brizola ameaçou bloquear a entrada de Porto Alegre, afundando vários navios.

Afinal, o Congresso adotou uma solução de compromisso. O sistema de governo passou de presidencialista a parlamentarista e João Goulart tomou posse, com poderes diminuídos, em 7 de setembro de 1961. Utilizado como simples expediente para resolver uma crise, o parlamentarismo não poderia durar muito, como de fato não durou.

5.5 A CRISE DO REGIME E O GOLPE DE 1964

Ao iniciar-se o governo Jango, era claro o avanço dos movimentos sociais e o surgimento de novos atores. Os setores esquecidos do campo – verdadeiros órfãos da política populista – começaram a se mobilizar. O pano de fundo dessa mobilização encontra-se nas grandes mudanças estruturais ocorridas no Brasil entre 1950 e 1964, caracterizadas pelo crescimento urbano e uma rápida industrialização.

Essas mudanças ampliaram o mercado para os produtos agrícolas e a pecuária, levando a uma alteração nas formas de posse da terra e de sua utilização. A terra passou a ser mais rentável do que no passado e os proprietários trataram de expulsar antigos posseiros ou agravaram suas condições de trabalho. Isso provocou forte descontentamento entre a população rural. Além disso, as migrações aproximaram campo e cidade, facilitando a tomada de consciência de uma situação de extrema submissão por parte da gente do campo.

O movimento rural mais importante do período foi o das Ligas Camponesas, tendo como líder ostensivo uma figura da classe média urbana – o advogado e político pernambucano Francisco Julião. Julião promoveu as ligas à margem dos sindicatos e tratou de organizar os camponeses, acreditando que era mais viável atrair os camponeses do que os assalariados rurais para um movimento social significativo.

As ligas começaram a surgir em fins de 1955, propondo-se entre outros pontos defender os camponeses contra a expulsão da terra, a

elevação do preço dos arrendamentos e a prática do “cambão” , pela qual o colono – chamado no Nordeste de morador – deveria trabalhar um dia por semana de graça para o dono da terra.

Julião buscou dar às ligas uma organização centralizada e estabeleceu suas sedes na capital de um estado ou no núcleo urbano mais importante de uma região. Justificava essa estratégia com base na convicção de que na grande cidade estavam as classes e os grupos aliados dos camponeses – os operários, os estudantes, os intelectuais revolucionários, a pequena burguesia – e de que havia aí uma justiça menos reacionária. Surgiram ligas em vários pontos do país, sobretudo no Nordeste, em estados como Pernambuco e a Paraíba.

Em novembro de 1961 realizou-se em Belo Horizonte o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, no qual se expressaram as várias linhas propostas para a organização da massa rural. A reunião foi planejada conjuntamente por Julião e outros membros das ligas e pelos dirigentes comunistas, cuja base maior se encontrava entre os assalariados agrícolas de São Paulo e do Paraná. No encontro, as duas correntes se dividiram. Enquanto os líderes das ligas sustentavam que a primeira demanda da gente do campo deveria ser a expropriação de terras sem indenização prévia, os comunistas preferiam concentrar-se nos objetivos de promover a sindicalização rural e a extensão da legislação trabalhista ao campo.

Um avanço importante na esfera legislativa se deu em março de 1963, quando Jango sancionou uma lei dispondo sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. A lei instituiu a carteira profissional para o

trabalhador do campo, regulou a duração do trabalho, a observância do salário mínimo e previu direitos como o repouso semanal e as férias remuneradas.

Cresceu também no governo Jango a mobilização de outros setores da sociedade. Os estudantes, através da UNE , radicalizaram suas propostas de transformação social e passaram a intervir diretamente no jogo político.

Ocorreram ainda mudanças importantes no comportamento da Igreja católica. A partir da década de 1950, muitos de seus integrantes começaram a se preocupar, preferencialmente, com as camadas populares, que constituíam sua base social. O anticomunismo cerrado foi dando lugar a uma atitude matizada: combatia-se o comunismo, mas reconhecia-se que os males do capitalismo tinham provocado a revolta e daí a expansão comunista.

A Igreja se dividiu entre diversas posições, indo do ultraconservadorismo de alguns bispos às aberturas à esquerda, típicas da Juventude Universitária Católica (JUC). Tocada pelo clima de radicalização do movimento estudantil, a JUC foi assumindo posições socialistas e entrou em choque com a hierarquia eclesiástica. Dela nasceu em 1962 a Ação Popular (AP), organização com objetivos revolucionários, desligada da hierarquia. A AP participou ativamente das lutas políticas da época e foi duramente reprimida após a instauração do governo militar em 1964.

A Igreja católica promoveu no Nordeste a sindicalização rural, ao mesmo tempo que se opôs frontalmente às Ligas Camponesas. A publicação, em maio de 1961, da encíclica Mater et Magistra do papa João XXIII – a primeira a tratar explicitamente dos problemas

do Terceiro Mundo – foi um importante incentivo para o catolicismo reformista.

A posse de João Goulart na presidência significou a volta do esquema populista, em um contexto de mobilizações e pressões sociais muito maiores do que no período Vargas. Os ideólogos do governo e os dirigentes sindicais trataram de fortalecer o esquema. Este deveria assentar-se na colaboração entre o Estado, em que se incluíam os oficiais nacionalistas das Forças Armadas, e os intelectuais formuladores da política, a classe operária organizada e a burguesia nacional. O Estado seria o eixo articulador dessa aliança cuja ideologia básica eram o nacionalismo e as reformas sociopolíticas denominadas reformas de base.

Elas abrangiam um amplo leque de medidas. No plano social, estava a reforma agrária, com o objetivo de eliminar conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores do campo. Para isso, propunha-se a mudança de um dispositivo da Constituição, prevendo a desapropriação da propriedade por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mas somente mediante prévia indenização em dinheiro. Ao lado da reforma agrária surgiu a referência à reforma urbana, cujo objetivo principal consistia em criar condições pelas quais os inquilinos poderiam tornar-se proprietários das casas alugadas.

No plano dos direitos políticos, sustentava-se a necessidade de estender o direito de voto a dois setores diversos: os analfabetos e os inferiores das Forças Armadas, de sargento para baixo, no caso

do Exército. Desse modo, esperava-se ampliar a sustentação do governo populista, contando com a grande massa dos desvalidos e setores marginalizados da base da instituição militar.

Ao lado disso as reformas continham medidas nacionalistas, prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica. Entre essas medidas estavam a nacionalização das empresas concessionárias de serviço público, dos frigoríficos e da indústria farmacêutica, a estreita regulamentação da remessa de lucros para o exterior e a extensão do monopólio da Petrobras.

As reformas de base não se destinavam a implantar uma sociedade socialista. Eram uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país a partir da ação do Estado. Isso, porém, implicava uma grande mudança, à qual as classes dominantes opuseram forte resistência. O governo e os grupos de intelectuais de classe média que se mobilizavam pelas reformas de base supunham poder contar com o apoio da burguesia nacional no combate contra o imperialismo e pela reforma agrária. Nessa óptica, os investidores estrangeiros seriam competidores desleais do capitalismo nacional; por sua vez, a reforma agrária incentivaria a integração da população do campo à economia de mercado, gerando assim uma nova demanda para os produtos industriais. Na realidade, os membros da burguesia nacional preferiram seguir outro caminho, separando-se cada vez mais do governo, diante do clima de mobilização social e da incerteza para os investimentos.

As direções sindicais foram fiéis ao esquema populista. Elas eram compostas principalmente de trabalhistas e comunistas que atuavam

rente ao Estado, mas sem a subserviência dos velhos pelegos. A tática de criar organizações paralelas prosseguiu, resultando na formação do CGT , em 1962. Nesse quadro, os sindicatos canalizaram cada vez mais as demandas de caráter político. As reivindicações especificamente operárias não foram esquecidas, mas passaram a ser consideradas de menor importância.

Três fatores devem ser assinalados com relação aos movimentos grevistas: 1º o número de greves aumentou bastante; 2º as paralisações tenderam a se concentrar no setor público; 3º espacialmente, elas se deslocaram de São Paulo para outras regiões do país.

Enquanto em 1958 foram registrados 31 movimentos grevistas, eles chegaram a 172 em 1963. Nada menos do que 80% das paralisações em 1958 se concentraram no setor privado; em 1963, o setor público passou a ser majoritário (58%).

O crescimento das greves indica o avanço da mobilização social. O deslocamento do setor privado para o público liga-se ao caráter político de várias greves, incentivadas pelo governo para forçar a aceitação de medidas de seu interesse.

Quanto ao deslocamento espacial, lembremos primeiramente que em São Paulo se concentrava a empresa privada, com destaque para as multinacionais. Era mais difícil obter vantagens nessa área, onde os dirigentes das empresas tinham de pensar em termos de lucro e não pretendiam associar a classe operária a seus desígnios políticos. A coloração nacionalista dos sindicatos repercutia pouco em São Paulo, pois era problemático traduzi-la aí em vantagens concretas. Existia ainda o fato de que, enquanto o governo federal se abria aos

dirigentes sindicais, o governador paulista Ademar de Barros reprimia duramente as greves.

De tudo isso resultou uma ilusão de penosas consequências por parte dos dirigentes sindicais. A aproximação com o poder, a escalada grevista, a presença nos comícios produziam uma euforia e ocultavam ao mesmo tempo os pontos fracos do movimento operário. Estes, como mais tarde se pôde ver com maior clareza, residiam em dois dados inter-relacionados. De um lado, o declínio proporcional do movimento operário no estado que concentrava o setor mais dinâmico da economia; de outro, a excessiva dependência do movimento com relação ao regime. De fato, a queda do regime arrastaria com ele o sindicalismo populista.

Na esfera política, paralelamente à mobilização da sociedade, tornou-se mais nítida a crescente definição ideológica dos agrupamentos, que em vários casos vinha do período JK , ultrapassando os limites dos partidos. Cresceu o PTB , beneficiando-se da ilegalidade do PC , ao recolher muitos votos destinados antes aos comunistas, e do avanço da industrialização, por ser um partido essencialmente urbano. Ganhou ainda com o clima favorável ao nacionalismo e à mudança social.

Se já não havia homogeneidade no interior dos partidos, as divisões se tornaram maiores no período Goulart . Elas passaram a dizer respeito mais a diferenças ideológicas e menos a disputas pessoais. Em grau diverso, a formação de tendências no âmbito de cada partido apontava para o avanço das posições nacionalistas e de

esquerda. No PTB, formou-se o Grupo Compacto, que sustentava uma linha nacionalista agressiva e medidas concretas de reforma social. Na UDN, surgiu a Bossa Nova, corrente favorável às reformas de base e aos planos financeiros do governo.

Entretanto, a maioria udenista se aproximou da corrente militar inimiga de Jango e vários de seus membros integraram a ultraconservadora Ação Democrática Parlamentar. Esses círculos incentivaram e promoveram o golpe de Estado que poria fim ao regime instituído em 1945.

A divisão de águas no PSD surgiu mais cedo, com a formação da Ala Moça em 1955, durante a campanha de Juscelino. Nela se destacavam, entre outras, as figuras de Renato Archer e Ulysses Guimarães. A Ala Moça enfrentou com cautela as velhas raposas do PSD e adotou uma posição nacionalista. Ela se dissolveu com a derrota de Lott, mas seus membros contribuíram para o surgimento da Frente Parlamentar Nacionalista.

Ocorreu também uma ruptura na esquerda, decorrente sobretudo de fatos ocorridos na União Soviética, onde o stalinismo entrou em crise a partir da divulgação do Relatório Krushev. Um setor do PCB opôs-se às medidas de liberação promovidas no interior do partido e à linha de franca colaboração com o governo Jango. Dessa dissidência nasceu o Partido Comunista do Brasil (PC doB), que foi encontrar na China e mais tarde na Albânia seu suposto modelo de fidelidade aos princípios marxistas-leninistas. A denominação Partido Comunista do Brasil retomava o nome original do PCB , que em 1961, na onda do nacionalismo, passara a se chamar Partido Comunista Brasileiro.

Enquanto ocorria o realinhamento nos meios civis, ganhava impulso, em setores das Forças Armadas, uma visão das relações internacionais enquadrada na perspectiva da guerra revolucionária. Essa noção foi formulada no contexto da Guerra Fria e ganhou contornos mais nítidos após a ascensão de Fidel Castro ao poder. A vitória da Revolução Cubana demonstrava aos olhos de determinados setores militares a implantação, no mundo subdesenvolvido, de uma guerra revolucionária que corria paralelamente ao confronto entre os dois grandes blocos de poder.

A guerra revolucionária, cujo objetivo final seria a implantação do comunismo, abrangia todos os níveis da sociedade e usava como instrumentos desde a doutrinação e a guerra psicológica até a luta armada. Por isso mesmo, era necessário opor a ela uma ação com a mesma amplitude. As Forças Armadas, nesse contexto, passavam a ter um papel permanente e ativo, tendo por objetivo derrotar o inimigo, garantindo a segurança e o desenvolvimento da nação. Nascia assim a doutrina de segurança nacional.

Sob influência externa, ela foi gerada no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em agosto de 1949 com a assistência de conselheiros franceses e norte-americanos. A missão dos Estados Unidos permaneceu no Brasil de 1948 a 1960. Entre os brasileiros, a principal figura, como técnico e organizador, foi o general Golbery do Couto e Silva. Os cursos da ESG foram abertos não apenas a militares como também a civis. A participação de civis

foi importante para que se estabelecesse um entrelaçamento entre civis e militares, identificados com a visão imperante na ESG .

A partir da ESG e de órgãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), financiado pela Central Intelligence Agency (CIA), foram surgindo as linhas definidoras de um regime político considerado capaz de impedir a subversão da ordem e garantir certo tipo de desenvolvimento econômico. À medida que o governo Goulart se radicalizava e se instabilizava, firmava-se nos círculos associados da ESG -Ipes-Ibad a convicção de que só um movimento armado poria fim à anarquia populista, contendo o avanço do comunismo.

Goulart começou a governar com poderes restringidos pelo sistema parlamentarista. O primeiro gabinete foi chefiado por Tancredo Neves, político mineiro que tinha sido ministro da Justiça e Negócios Interiores de Getúlio em 1954. A linha do presidente, nesses primeiros tempos, foi de moderação, procurando demonstrar sua adesão aos princípios democráticos e repulsa ao comunismo. Em viagem aos Estados Unidos, falou ao Congresso norte-americano e obteve recursos para ajudar o Nordeste.

Logo se colocou a questão dos poderes presidenciais. O ato que estabeleceu o parlamentarismo previa a realização de um plebiscito em 1965, ocasião em que a população deveria decidir em definitivo sobre o sistema de governo. Nos meios ligados a Goulart , começou uma campanha pela antecipação da consulta popular.

Tinha-se quase certeza do triunfo do presidencialismo. Nas condições em que tinha sido implantado, o parlamentarismo era claramente um arranjo para limitar a ação de Jango. Além disso, existia a convicção de que um presidente com maior soma de poderes poderia estabilizar o país e promover as reformas de base. A cúpula militar, em sua maioria, inclinava-se também por um Poder Executivo fortalecido.

Tancredo Neves demitiu-se do cargo de primeiro-ministro em junho de 1962. Vários ministros e ele próprio tinham de sair do gabinete a fim de poder candidatar-se às eleições de outubro daquele ano para a Câmara Federal e o governo dos estados. Além disso, o próprio Tancredo não acreditava no parlamentarismo. O presidente indicou para suceder-lhe San Tiago Dantas. Como ministro das Relações Exteriores do gabinete chefiado por Tancredo, San Tiago Dantas defendera a neutralidade do Brasil no caso cubano, incorrendo na ira da direita. A Câmara dos Deputados rejeitou a indicação, e o nome do presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, apareceu como alternativa.

Em oposição à figura conservadora de Auro, foi desfechada a primeira greve política do período. Decretada em 5 de julho, como greve geral de 24 horas por um gabinete nacionalista, a paralisação não chegou a ser geral, afetando sobretudo empresas estatais ou sob controle do governo. Os portuários pararam praticamente todos os portos do país. Em vários lugares, os grevistas tiveram o apoio do Exército. Por exemplo, no Rio de Janeiro o I Exército deu cobertura aos trabalhadores contra as ameaças de repressão do governador Lacerda.

Afinal, o Congresso aprovou para chefiar o ministério a indicação de uma figura pouco conhecida do PSD gaúcho, Brochado da Rocha. Coube a ele propor e obter do Congresso a antecipação do plebiscito para janeiro de 1963.

Antes do plebiscito, as eleições de outubro de 1962, realizadas para o governo dos estados e o Congresso, mostraram que as forças do centro e da direita tinham bastante peso no país. É certo que elas se beneficiaram dos recursos fornecidos pelo Ibad e órgãos semelhantes, mas o governo utilizou também sua máquina. Em São Paulo, Ademar derrotou Jânio por estreita margem. No Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, apoiado pela UDN e pelo PSD, bateu o candidato de Brizola. Os nacionalistas e a esquerda puderam festejar a vitória de Miguel Arraes em Pernambuco e o extraordinário êxito de Brizola no Rio de Janeiro. Candidatando-se a deputado federal, recebeu a maior soma de votos obtidos até então por um candidato em eleições legislativas, ou seja, 269 mil votos.

Entretanto, tendo-se em conta que em 1960 Carlos Lacerda e Magalhães Pinto haviam sido eleitos, respectivamente, governadores da Guanabara (Rio de Janeiro) e de Minas Gerais, Jango tinha contra si os governadores dos maiores estados.

Em janeiro de 1963, cerca de 9,5 milhões de um total de 12,3 milhões de votantes responderam “não” ao parlamentarismo.

Retornava assim o sistema presidencialista, com João Goulart na chefia do governo.

O ministério por ele escolhido era bem indicativo de sua estratégia. Buscava enfrentar os problemas econômico-financeiros com seriedade, através de figuras da chamada “esquerda positiva” , como era o caso de San Tiago, no Ministério da Fazenda, e do ministro do Planejamento, Celso Furtado. Tratava, ao mesmo tempo, de reforçar o que na época se chamava de “dispositivo sindical” e “dispositivo militar” , como bases de sustentação de seu governo. Para o Ministério do Trabalho e Previdência Social foi escolhido Almino Afonso, um nome com boa receptividade na esquerda do PTB e entre os comunistas. No Ministério da Guerra permaneceu o general moderado Amauri Kruel, que vinha do gabinete parlamentarista. Mas os oficiais nacionalistas Osvino Alves, comandante do I Exército, com sede no Rio de Janeiro, e Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército, com sede no Rio Grande do Sul, reforçaram aparentemente o dispositivo militar.

A situação financeira era grave. Houve uma escalada da inflação, cujo índice anual passou de 26,3% em 1960 para 33,3% em 1961 e 54,8% em 1962. Com o objetivo de enfrentar esse e outros problemas, Celso Furtado lançou o Plano Trienal, que pretendia combinar o crescimento econômico, as reformas sociais e o combate à inflação.

O plano dependia da colaboração dos setores que dispunham de voz na sociedade. Essa colaboração mais uma vez faltou. Os

beneficiários da inflação não tinham interesse no êxito das medidas; os inimigos de Jango desejavam a ruína do governo e o golpe; o movimento operário se recusava a aceitar restrições aos salários; a esquerda via o dedo do imperialismo por toda parte. Os credores externos mostraram-se reticentes na viagem que San Tiago Dantas realizou a Washington em março de 1963, alcançando magros resultados.

Em meados daquele ano, tornou-se claro que o plano tinha fracassado. A pá de cal foi um aumento de 70% no salário do funcionalismo, em meio a uma inflação que já chegara a 25% nos cinco primeiros meses do ano. Além disso, a economia como um todo dava sinais de declínio. O crescimento do PIB , que fora de 5,3% em 1962, caiu para 1,5% em 1963.

A essa altura, Jango reformulou o ministério. San Tiago Dantas, executor do plano, deixou o governo, atacado por um câncer no pulmão. Almino Afonso saiu do Ministério do Trabalho e Previdência Social; o general Dantas Ribeiro foi para o Ministério da Guerra. Em uma demonstração de que não pretendia seguir um caminho radical na política financeira, Goulart nomeou uma figura conservadora para o Ministério da Fazenda – o ex-governador de São Paulo, Carvalho Pinto.

A partir de meados de 1963, a radicalização das diferentes posições cresceu. No campo, os proprietários rurais, que encaravam a reforma agrária como uma catástrofe, começaram a se armar. Por outro lado, o movimento das ligas, a sindicalização rural e a invasão de terras ganharam ímpeto. A opção por iniciativas à margem da legalidade se reforçou quando, em outubro de 1963, o Congresso

rejeitou a emenda constitucional que autorizava a desapropriação de terras sem prévia indenização.

A esquerda do PTB , com Brizola à frente, queixava-se das vacilações de Jango na área das reformas sociais e das relações com o imperialismo. Ainda em 1963, Brizola começou a organizar grupos que deveriam articular-se em todo o país para resistir às tentativas golpistas e ajudar a implantar medidas como a convocação de uma Assembleia Constituinte e a moratória da dívida externa.

Nos meios militares cresceu a conspiração contra Jango, fortalecida pelos partidários de uma "intervenção defensiva" contra os excessos governamentais. Entre eles estava agora o próprio chefe do Estado-maior do Exército, o general Humberto de Alencar Castelo Branco. Uma revolta de sargentos e cabos da Aeronáutica e da Marinha, ocorrida em Brasília em setembro de 1963, ajudou a empurrar esse grupo para a conspiração. A rebelião foi um protesto contra uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que confirmava a impossibilidade de eleição dos sargentos. Os rebelados chegaram a ocupar edifícios públicos e a controlar as comunicações, prendendo também vários oficiais, até serem vencidos.

A tragédia dos últimos meses do governo Goulart pode ser apreendida pelo fato de que a resolução dos conflitos pela via democrática foi sendo descartada como impossível ou desprezível por todos os atores políticos. A direita ganhou os conservadores moderados para sua tese: só uma revolução purificaria a democracia, pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo.

Jango tomou um caminho que passava pela adoção de medidas excepcionais. Em outubro de 1963, inspirado pelo dispositivo militar, sob a justificativa da necessidade de conter a agitação no campo e restabelecer a ordem, propôs ao Congresso a decretação do estado de sítio por trinta dias. A proposta fracassou, sendo mal recebida tanto pela direita quanto pela esquerda, e acresceu as suspeitas sobre as intenções do governo.

Na esquerda, a “democracia formal” era vista como um simples instrumento a serviço dos privilegiados. Como aceitar seu jogo difícil de marchas e contramarchas se havia todo um mundo a ganhar através da implantação das reformas de base “na lei ou na marra” ?

Em outubro de 1963 ocorreu a última grande paralisação operária em São Paulo, antes da queda de Jango, desligada de motivos estritamente políticos. A chamada Greve dos Setecentos Mil durou alguns dias, abrangendo sobretudo os setores metalúrgico, químico de papel e papelão.

No início de 1964, aconselhado por seu círculo de íntimos, Jango optou por um rumo que se revelou desastroso. Ele consistia aproximadamente no seguinte. Com apoio nos dispositivos militar e sindical, o presidente deveria contornar o Congresso, começando a realizar por decreto as reformas de base. Para mostrar a força do governo, reuniria grandes massas em uma série de atos em que anunciaria as reformas. O primeiro grande comício foi realizado em 13 de março, no Rio de Janeiro. Cerca de 150 mil pessoas aí se reuniram, sob a proteção de tropas do I Exército, para ouvir as palavras de Jango e Brizola, que aliás já não se entendiam.

As bandeiras vermelhas pedindo a legalização do PC , as faixas exigindo a reforma agrária etc. foram vistas pela televisão, causando arrepios nos meios conservadores. Jango assinou na ocasião dois decretos. O primeiro deles era sobretudo simbólico e consistia na desapropriação das refinarias de petróleo que ainda não estavam nas mãos da Petrobras. O segundo – chamado de Decreto da Supra (Superintendência da Reforma Agrária) – declarava sujeitas a desapropriação propriedades subutilizadas, especificando a localização e a dimensão das que estariam sujeitas a essa medida.

O presidente revelou também que estavam em preparo a reforma urbana – um espantinho para a classe média, temerosa de perder seus imóveis para os inquilinos – e propostas a serem encaminhadas ao Congresso prevendo mudanças nos impostos e a concessão de voto aos analfabetos e aos inferiores das Forças Armadas.

O primeiro ato das reformas de Jango marcou na realidade o começo do fim de seu governo. Um sinal de tempestade veio com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada em São Paulo a partir das associações das senhoras católicas ligadas à Igreja conservadora. Cerca de 500 mil pessoas desfilaram pelas ruas da cidade em 19 de março, em uma demonstração de que os partidários de um golpe poderiam contar com uma significativa base social de apoio.

Um grave acontecimento militar ajudou a criar um clima ainda mais favorável aos conspiradores. A Associação dos Marinheiros vinha-se destacando na luta pela garantia de direitos aos marinheiros e por melhores vencimentos. Seu líder mais importante

era o cabo Anselmo, que se tornaria mais tarde, ou já era nessa época, segundo alguns, informante do Centro de Informações da Marinha (Cenimar).

Em 24 de março, o ministro Sílvio Mota ordenou a prisão dos dirigentes da associação, acusados de subverter a hierarquia. No dia seguinte, cerca de 2 mil praças da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos, com a presença dos dirigentes contra quem existia a ordem de prisão, para comemorar o segundo aniversário da entidade e promover novas reivindicações. O ministro Sílvio Mota cercou o local com um contingente de fuzileiros e solicitou ajuda do I Exército. Afinal, chegou-se a uma solução negociada.

Sob pressão e sentindo-se desprestigiado, o ministro da Marinha demitiu-se. Para seu lugar Jango nomeou uma figura apagada, o almirante reformado Paulo Rodrigues, escolhido com o apoio do CGT . O novo ministro quis acalmar os ânimos, anunciando que os revoltosos não seriam punidos. Na realidade, lançou mais lenha na fogueira: o Clube Militar e um grupo de altas patentes da Marinha denunciaram seu ato como um incentivo à quebra da hierarquia militar.

Quando Jango realizou um último gesto perigoso, indo discursar no Rio em uma assembleia de sargentos, o golpe já estava em marcha. Ele foi precipitado pelo general Olímpio Mourão Filho, envolvido no sombrio episódio do Plano Cohen em 1937. Com o apoio do governador Magalhães Pinto, Mourão mobilizou em 31 de março as tropas sob seu comando sediadas em Minas Gerais e deslocou-se em direção ao Rio de Janeiro.

A situação se definiu com rapidez inesperada. No Rio de Janeiro, Lacerda armou-se no interior do palácio do governo, à espera de um ataque dos fuzileiros navais que não ocorreu. Em 1º de abril, Goulart voou para Brasília e evitou qualquer ação que pudesse resultar em derramamento de sangue. As tropas do II Exército, sob o comando do general Amauri Kruel, que se deslocavam de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro, confraternizaram-se com as do I Exército.

Na noite de 1º de abril, quando Goulart rumara de Brasília para Porto Alegre, o presidente do Senado declarou vago o cargo de presidente da República. Assumiu o cargo, na linha constitucional, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Mas o poder já não estava nas mãos dos civis, e sim dos comandantes militares.

Brizola tentou ainda mobilizar tropas e população no Rio Grande do Sul, repetindo a façanha de 1961. Mas não teve êxito. Em fins de abril, acabou se exilando no Uruguai, onde Jango já se encontrava.

Era o fim da experiência democrática do período de 1945 a 1964. Pela primeira vez na história do país os militares assumiam o poder com a perspectiva de aí permanecer, instaurando um regime autoritário.

O governo Goulart, aparentemente assentado em forças poderosas, esfacelara-se. O que acontecera com os dispositivos militar e sindical? Na realidade, João Goulart e a cúpula que o apoiava tinham uma visão equivocada do quadro político. Tomavam o que se passava nas esferas do poder como expressão do que se passava na sociedade. Acreditavam também que, em sua maioria, o Exército era partidário das reformas propostas pelo governo, pois expressava, por sua história e pela origem de seus integrantes, a

vontade popular. Existiam, sim, os golpistas, mas eles eram uma minoria, controlada pelo dispositivo militar e pela ação dos quadros inferiores.

É certo que a maioria da oficialidade preferira, ao longo dos anos, não quebrar a ordem constitucional. Mas havia outros princípios mais importantes para a instituição militar: a manutenção da ordem social, o respeito à hierarquia, o controle do comunismo. Quebrados esses princípios, a ordem se transformava em desordem e a desordem justificava a intervenção.

A perda da legitimidade de Jango, a seguida quebra da disciplina e a aproximação entre inferiores das Forças Armadas e trabalhadores organizados acabaram por levar os moderados das Forças Armadas a engrossar a conspiração, em um deslocamento semelhante ao que ocorreu nos meios civis. Quanto ao chamado dispositivo sindical, tinha a capacidade de mobilizar setores da classe operária, especialmente na área do Estado, mas não muito mais do que isso.

A grande massa dos assalariados, fustigada pela inflação, praticamente ignorou a ordem de greve geral decretada pelo CGT . De qualquer forma, uma mobilização operária pouco poderia obter de prático, a não ser que as Forças Armadas se dividissem, o que não aconteceu.

Desse modo, embora fosse expressivo o avanço dos movimentos sociais no país, politicamente Jango ficou suspenso no ar. A seu redor ficaram apenas um ministro da Guerra que já não comandava, líderes sindicais alvos da repressão e com escassos liderados e amigos responsáveis por fomentar ilusões.

6.

O Regime Militar e a Transição para a Democracia (1964-1990)

6.1 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado, aparentemente, para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia.

O novo regime começou a mudar as instituições do país através dos chamados atos institucionais (AI), justificados como decorrência “do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções” . O AI-1 foi baixado, em 9 de abril de 1964, pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Formalmente, manteve a Constituição de 1946 com várias modificações, assim como o funcionamento do Congresso.

Esse último aspecto seria uma das características do regime militar. Embora o poder real se deslocasse para outras esferas e os princípios básicos da democracia fossem violados, o regime quase

nunca assumiu expressamente sua feição autoritária. Exceto por pequenos períodos de tempo, o Congresso continuou funcionando e as normas que atingiam os direitos dos cidadãos foram apresentadas como temporárias. O próprio AI-1 limitou sua vigência até 31 de janeiro de 1966.

Várias das medidas do AI-1 tinham por objetivo reforçar o Poder Executivo e reduzir o campo de ação do Congresso. O presidente da República ficava autorizado a enviar ao Congresso projetos de lei que deveriam ser apreciados no prazo de trinta dias na Câmara e em igual prazo no Senado; do contrário, seriam considerados aprovados. Como era fácil obstruir votações no Congresso e seus trabalhos normalmente se arrastavam, a aprovação de projetos do Executivo “por decurso de prazo” se tornou um fato comum. Passou também para a competência do presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que viessem a criar ou aumentar a despesa pública.

As imunidades parlamentares foram suspensas, autorizando-se o Comando Supremo da Revolução a cassar mandatos e a suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos. As garantias de vitaliciedade e de estabilidade, conferidas aos demais servidores públicos, foram suspensas por seis meses para facilitar o expurgo no serviço público.

O AI-1 criou também as bases para a instalação dos inquéritos policial- -militares (IPM s), a que ficaram sujeitos os responsáveis “pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio, contra a ordem política e social, ou por atos de guerra revolucionária” .

Com esses poderes excepcionais, desencadearam-se perseguições aos adversários do regime, envolvendo prisões e torturas. Mas o sistema ainda não era inteiramente fechado. Existia a possibilidade

de utilizar o recurso do *habeas corpus* perante os tribunais e a imprensa se mantinha relativamente livre.

Foi sobretudo graças às denúncias do jornal carioca *Correio da Manhã* que o presidente Castelo Branco determinou uma investigação sobre a prática de torturas, a cargo do então chefe da Casa Militar, general Ernesto Geisel . A investigação foi arquivada “por insuficiência de provas” , mas de qualquer forma, por algum tempo, a tortura deixou de ser uma prática sistemática.

Os estudantes que tinham tido um papel de relevo no período Goulart foram especialmente visados pela repressão. Logo em 1º de abril, a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro foi invadida e incendiada. Após sua dissolução, a UNE passou a atuar na clandestinidade. As universidades constituíram outro alvo privilegiado. A Universidade de Brasília (U NB), criada com propósitos renovadores e considerada subversiva pelos militares, sofreu também invasão um dia após o golpe.

A repressão mais violenta concentrou-se no campo, especialmente no Nordeste, atingindo sobretudo gente ligada às Ligas Camponesas. Nas cidades, houve intervenção em muitos sindicatos e federações de trabalhadores, além da prisão de dirigentes sindicais. As intervenções visaram em regra aos sindicatos mais expressivos, abrangendo 70% das organizações que tinham mais de 5 mil membros.

Os expurgos atingiram, em 1964, 49 juízes. No Congresso, cinquenta parlamentares tiveram o mandato cassado. Dos quarenta deputados que perderam o mandato em uma primeira lista, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) vinha na frente, com dezoito deputados; nenhuma cassação atingiu a União Democrática Nacional (UDN).

Calcula-se, em números conservadores, que mais de 1.400 pessoas foram afastadas da burocracia civil e em torno de 1.200 das Forças Armadas. Eram especialmente visadas as pessoas que se haviam destacado em posições nacionalistas e de esquerda.

Alguns governadores perderam o mandato. Entre as figuras mais conhecidas que tiveram mandatos cassados ou sofreram a suspensão de seus direitos políticos, além de nomes óbvios como os de Jango e Brizola, figuravam Jânio e Juscelino, este último senador por Goiás. No caso de Juscelino, era nítida a intenção de cortar um candidato civil de prestígio às próximas eleições presidenciais.

Todas essas indicações não chegam a dar conta do clima de medo e das delações que gradativamente se foram instalando no país. Em junho de 1964, o regime militar deu um passo importante no controle dos cidadãos com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). Seu principal idealizador e primeiro chefe foi o general Golbery do Couto e Silva. O SNI tinha como principal objetivo expresso “coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contrainformação e à informação sobre questões de subversão interna”. Na prática, transformou-se em um centro de poder quase tão importante quanto o Executivo, agindo por conta própria na “luta contra o inimigo interno”. O general Golbery chegou mesmo a tentar justificar-se, anos mais tarde, dizendo que sem querer tinha criado um monstro.

O AI-1 estabeleceu a eleição de um novo presidente da República, por votação indireta do Congresso Nacional. Em 15 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito presidente, com mandato até 31 de janeiro de 1966.

O grupo castelista tinha, no plano político, o objetivo de instituir uma “democracia restringida” depois de realizar as cirurgias previstas no AI-1 ; no plano da economia, visava reformar o sistema econômico capitalista, modernizando-o como um fim em si mesmo e como forma de conter a ameaça comunista. Para atingir esses propósitos, era necessário enfrentar a caótica situação econômico-financeira que vinha dos últimos meses do governo Goulart , controlar a massa trabalhadora do campo e da cidade, promover uma reforma do aparelho do Estado.

Tendo em vista o primeiro desses fins, foi lançado o Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), sob responsabilidade dos ministros do Planejamento e Coordenação Econômica, Roberto Campos, e da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões.

O Paeg tratou de reduzir o déficit do setor público, contrair o crédito privado e comprimir os salários. Buscou controlar os gastos dos estados ao propor uma lei proibindo que eles se endividassem sem autorização federal. O reequilíbrio das finanças da União foi obtido através da melhora da situação das empresas públicas, do corte dos subsídios a produtos básicos como o trigo e o petróleo e do aumento da arrecadação de impostos. As duas primeiras medidas produziram de início um impacto no custo de vida, pois foi necessário aumentar as tarifas de serviços de energia elétrica, telefones etc. e elevar o preço da gasolina e do pão.

Obteve-se o aumento da arrecadação de impostos por um melhor aparelhamento da máquina do Estado que era notoriamente

deficiente. A introdução da correção monetária para o pagamento de impostos em atraso contribuiu também para que, pelo menos em parte, ser devedor do Estado deixasse de ser um excelente negócio.

A compressão dos salários começou a ser feita pela fixação de fórmulas de reajuste inferiores à inflação. Ela veio acompanhada de medidas destinadas a impedir as greves e a facilitar a rotatividade da mão de obra, no interesse das empresas. A lei de greve, aprovada em junho de 1964 pelo Congresso, criou exigências burocráticas que tornaram praticamente impossível a realização de paralisações legais. É bom lembrar, porém, que, em quase vinte anos de regime democrático, o Congresso não aprovara nenhuma lei cumprindo o preceito constitucional que garantia o direito de greve, embora na prática ele fosse exercido livremente nos últimos anos daquele período.

O governo liquidou também um dos direitos mais valorizados pelos assalariados urbanos – a estabilidade no emprego após dez anos de serviço, garantida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A fórmula surgiu em setembro de 1966 quando foi criado um mecanismo compensatório, em substituição à estabilidade, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Com relação ao campo, a política repressiva do governo Castelo Branco contra os chamados agitadores veio acompanhada de medidas que procuravam encaminhar soluções para o problema da terra. Em novembro de 1964, o Congresso aprovou o Estatuto da Terra para os fins de execução da reforma agrária e da promoção de uma política agrícola. Mas a lei, assim como outros instrumentos que se seguiram a ela, ficou em grande medida no papel.

Uma das mudanças de enfoque importantes dos ministros Campos e Bulhões se deu na área do comércio exterior. Eles romperam com a ideia então corrente do “estrangulamento das exportações” , ou seja, de que existiam limites estruturais rígidos a elas pela concorrência internacional. Os ministros consideravam que o potencial do Brasil fora subestimado. Lançaram assim uma campanha de exportação não apenas para explorar as enormes reservas naturais do país e vender produtos agrícolas como para promover os bens manufaturados.

Esperavam contar com a entrada de capital estrangeiro, especialmente no setor de exportação. Para incentivar seu afluxo, em agosto de 1964 foi aprovada por decurso de prazo uma nova lei regulando os investimentos estrangeiros e a remessa de lucros. Ficou revogada uma lei restritiva de 1962 que provocara protestos dos norte-americanos e dos investidores externos em geral.

O Paeg alcançou seus objetivos. A combinação do corte de despesas e do aumento de arrecadação reduziu o déficit público anual de 4,2% do produto interno bruto (PIB) em 1963 para 3,2% em 1964 e 1,6% em 1965. A forte inflação de 1964 tendeu a ceder gradativamente e o PIB voltou a crescer a partir de 1966.

Por que o Paeg obteve êxito, ao contrário de planos anteriores? Campos e Bulhões fizeram um diagnóstico adequado da situação, mas isso não explica tudo. A implantação de um regime autoritário no país facilitou a ação do governo. Para poder funcionar, qualquer plano de estabilização dependia de sacrifícios por parte da sociedade. Nas condições da sociedade brasileira e da percepção dos atores políticos, isso era coisa difícil de alcançar no âmbito da democracia.

O regime autoritário permitiu que Campos e Bulhões tomassem medidas que resultaram em sacrifícios forçados especialmente para a classe trabalhadora, sem que esta tivesse condições de resistir. O problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido graças ao sinal verde do Fundo Monetário Internacional (FMI) e à maciça ajuda do governo norte-americano através da Aliança para o Progresso.

No plano internacional, o governo Castelo Branco alinhou-se claramente com a política norte-americana. Um exemplo desse alinhamento se deu durante a guerra civil que explodiu na República Dominicana nos primeiros meses de 1965. Os Estados Unidos intervieram no conflito, enviando à ilha 42 mil *marines* . Ao lado de Honduras e do Paraguai, o Brasil aceitou enviar tropas também, sob a cobertura da chamada Inter-American Peace Force (IAPF).

Em outubro de 1965, realizaram-se eleições diretas em onze estados. A essa altura, grande parte do entusiasmo pela revolução tinha declinado. Era difícil iludir-se com a propaganda sobre o fim da corrupção, e os bolsos da classe média estavam vazios.

Apesar do veto a determinados candidatos por parte da chamada linha dura das Forças Armadas, a oposição triunfou em estados importantes, como Guanabara e Minas Gerais. O resultado das urnas alarmou os meios militares. Os grupos de linha dura, adversários dos castelistas, viram nele a prova de que o governo era muito complacente com seus inimigos. Pregavam a implantação de um regime autoritário, com controle militar estrito do sistema de

decisões, para levar mais longe a luta contra o comunismo e a corrupção.

Sob pressão desses setores, Castelo Branco baixou o AI-2 em outubro de 1965, apenas 24 dias após as eleições estaduais. O AI-2 estabeleceu em definitivo que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria realizada pela maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal. Reforçou ainda mais os poderes do presidente da República ao estabelecer que ele poderia baixar decretos-leis em matéria de segurança nacional. O governo passou a legislar sobre assuntos relevantes através de decretos-leis, ampliando até onde quis o conceito de segurança nacional.

Outra medida importante do AI-2 foi a extinção dos partidos políticos. Os militares consideravam que o sistema multipartidário era um dos fatores responsáveis pelas crises políticas. Desse modo, deixaram de existir os partidos criados no fim do Estado Novo que bem ou mal exprimiam diferentes correntes da opinião pública.

A legislação partidária forçou na prática a organização de apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), agrupando os partidários do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), reunindo a oposição. A maior parte dos políticos que se filiaram à Arena tinham pertencido à UDN e em número quase igual ao Partido Social Democrático (PSD); o MDB foi formado por figuras do PTB , vindo a seguir o PSD .

O governo Castelo Branco completou as mudanças nas instituições do país fazendo aprovar pelo Congresso uma nova Constituição em janeiro de 1967. Submetido a novas cassações, o Congresso fora fechado por um mês em outubro de 1966 e reconvocado para se reunir extraordinariamente a fim de aprovar o novo texto constitucional.

A Constituição de 1967 incorporou a legislação que ampliara os poderes conferidos ao Executivo, especialmente em matéria de segurança nacional. Mas não manteve as figuras excepcionais que permitiriam novas cassações de mandatos, perda de direitos políticos etc.

O grupo castelista não conseguiu fazer o sucessor de Castelo Branco. Foram eleitos para presidente o general Artur da Costa e Silva e para vice-presidente um civil, o udenista Pedro Aleixo, que tomaram posse em março de 1967.

Apesar de ter sido ministro da Guerra de Castelo Branco, Costa e Silva era uma figura estranha ao grupo. O Tio Velho, como era chamado pelos conspiradores de 1964, fizera uma carreira militar sólida, incluindo desde meses de treinamento nos Estados Unidos até o comando do IV Exército nos anos tensos de 1961-1962. Seu estilo, porém, não coincidia com o do intelectualizado Castelo Branco. Não se interessava por leituras complicadas sobre estratégia militar, preferindo coisas leves e as corridas de cavalos. Mais significativo do que essa diferença de personalidades era o fato de que Costa e Silva

concentrava as esperanças da linha dura e dos nacionalistas autoritários das Forças Armadas, descontentes com a política castelista de aproximação com os Estados Unidos e de facilidades concedidas aos capitais estrangeiros.

Entretanto, ele não foi, no poder, um simples instrumento da linha dura. Levando em conta as pressões existentes na sociedade, estabeleceu pontes com setores da oposição e tratou de ouvir os discordantes. Ao mesmo tempo, iniciou uma ofensiva na área trabalhista, incentivando a organização de sindicatos e a formação de lideranças sindicais confiáveis. Os acontecimentos atropelariam essa política de liberalização restrita.

6.2 O FECHAMENTO POLÍTICO E A LUTA ARMADA

Desde 1966, passado o primeiro impacto da repressão, a oposição vinha se rearticulando. Muitos membros da hierarquia da Igreja se defrontraram com o governo, destacando-se no Nordeste a atuação do arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara. Os estudantes começaram também a se mobilizar em torno da UNE .

No cenário político, colocado à margem, Lacerda se aproximou de seus inimigos tradicionais – Jango e Juscelino – para formar a Frente Ampla. Reunidos em Montevideú, seus líderes se propuseram a lutar pela redemocratização do país e a afirmação dos direitos dos trabalhadores.

Em 1968 as mobilizações ganharam ímpeto, no contexto daquele ano carregado de significação em todo o mundo. O catalisador das

manifestações de rua foi a morte de um estudante, morto pela Polícia Militar durante um pequeno protesto realizado no Rio de Janeiro, no mês de março. Seu enterro foi acompanhado por milhares de pessoas. A indignação cresceu com a ocorrência de novas violências. Esses fatos criaram condições para uma mobilização mais ampla, reunindo não só os estudantes como setores representativos da Igreja e da classe média. O ponto alto da convergência dessas forças que se empenhavam na luta pela democratização foi a chamada Passeata dos Cem Mil, realizada em junho de 1968.

Ao mesmo tempo ocorreram duas greves operárias agressivas – as de Contagem, perto de Belo Horizonte, e de Osasco, na Grande São Paulo. Enquanto a de Contagem foi até certo ponto espontânea, a de Osasco resultou de um trabalho conjunto de trabalhadores e de estudantes, começando com a ocupação de uma grande empresa. A prova de força deu mau resultado. O Ministério do Trabalho e Previdência Social interveio no Sindicato dos Metalúrgicos e um pesado aparato militar realizou, com emprego de violência, a desocupação da empresa.

A greve de Osasco sofreu a influência de grupos de esquerda que tinham assumido a perspectiva de que só a luta armada poria fim ao regime militar. Esses grupos foram muito influenciados pelo exemplo da Revolução Cubana e pelo surgimento de guerrilhas em vários países da América Latina, como Guatemala, Colômbia, Venezuela e Peru.

No Brasil, o agora Partido Comunista Brasileiro (PCB), organização tradicional de esquerda, opunha-se à luta armada. Em 1967, um grupo liderado pelo veterano comunista Carlos Marighella rompeu

com o partido e formou a Aliança Libertadora Nacional (ALN). A Ação Popular (AP) já optara pela luta armada e novos grupos foram surgindo, entre eles a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), com forte presença de militares de esquerda.

Os grupos de luta armada começaram suas primeiras ações em 1968. Uma bomba foi colocada no consulado norte-americano em São Paulo; surgiram também as “expropriações” , ou seja, assaltos para reunir fundos. Esses fatos eram suficientes para reforçar a linha dura em sua certeza de que a revolução estava se perdendo e era preciso criar novos instrumentos para acabar com os subversivos. O pretexto para pôr fim à liberalização restrita foi um fato aparentemente sem expressão – um discurso proferido no Congresso pelo deputado Márcio Moreira Alves, considerado ofensivo às Forças Armadas.

O texto do discurso – ignorado pelo grande público – foi distribuído nas unidades das Forças Armadas. Criado o clima de indignação, os ministros militares requereram ao Superior Tribunal Federal (STF) que fosse aberto um processo criminal contra Moreira Alves, por ofensas à dignidade das Forças Armadas. O processo dependia de licença do Congresso. Em uma decisão inesperada, este se negou a suspender as imunidades parlamentares do deputado. Menos de 24 horas depois, em 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva baixou o AI-5 , fechando o Congresso.

O AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou de uma contrarrevolução dentro da contrarrevolução. Ao contrário dos atos anteriores, não tinha prazo de vigência. O presidente da República voltou a ter poderes para fechar provisoriamente o

Congresso, o que a Constituição de 1967 não autorizava.

Restabeleciam-se os poderes presidenciais para cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como para demitir ou aposentar servidores públicos.

A partir do AI-5 , o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e de expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo.

Um dos muitos aspectos trágicos do AI-5 consistiu no fato de que ele reforçou a tese dos grupos de luta armada, cujas ações se multiplicaram a partir de 1969. O regime parecia incapaz de ceder a pressões sociais e de se reformar, seguindo cada vez mais o curso de uma ditadura brutal.

Em agosto de 1969, Costa e Silva foi vítima de um derrame que o deixou paralisado. Os ministros militares decidiram substituí-lo, violando a regra constitucional que apontava como substituto o vice-presidente Pedro Aleixo.

A esquerda radical começou a sequestrar membros do corpo diplomático estrangeiro para trocá-los por prisioneiros políticos. A ação de maior ressonância foi o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, realizado no Rio de Janeiro. Os sequestradores

conseguiram a libertação de quinze presos políticos que foram transportados para o México, em troca da liberdade do embaixador Charles Burke Elbrick .

A Junta Militar criou a pena de banimento do território nacional, aplicável a todo brasileiro que “se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional” . Os primeiros banidos foram os prisioneiros trocados pelo embaixador norte-americano. Estabeleceu-se também a pena de morte para os casos de “guerra subversiva” . A pena de morte nunca foi aplicada formalmente, preferindo-se a ela as execuções sumárias ou no correr de torturas, apresentadas como resultantes de choques entre subversivos e as forças da ordem, ou como desaparecimentos misteriosos.

Até 1969, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) foi o órgão mais em evidência como responsável pela utilização da tortura. A partir daquele ano surgiu em São Paulo a Operação Bandeirantes (Oban), vinculada ao II Exército, cujo raio de ação se concentrou no eixo São Paulo-Rio de Janeiro. A Oban deu lugar aos DOI -C odi, siglas do Destacamento de Operações de Informações e do Centro de Operações de Defesa Interna. Os DOI -C odi se estenderam a vários estados e foram os principais centros de tortura do regime militar.

Enquanto o país vivia um dos seus períodos políticos mais tenebrosos, o governo alcançava êxitos na área econômica. Reequilibradas as finanças por Campos e Bulhões através de uma recessão relativamente curta, o ministro da Fazenda, Delfim Netto, tratou de incentivar o crescimento econômico, facilitando a expansão do crédito. Ao mesmo tempo, estabeleceu controles de preços para

refrear a inflação que, a partir de um patamar de 25,4% de elevação em 1968, começou a declinar.

Houve uma forte recuperação industrial em 1968, liderada pelas indústrias automobilística, de produtos químicos e de material elétrico. A construção civil expandiu-se bastante, graças principalmente aos recursos fornecidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Em 1968 e 1969 o país cresceu em ritmo impressionante, registrando variações, respectivamente, de 11,2% e 10% do PIB , o que corresponde a 8,1% e 6,8% no cálculo *per capita* . Começava assim o período do chamado milagre econômico.

Em meados de outubro de 1969, Costa e Silva ainda vivia, mas sem possibilidades de recuperação. Diante disso, a Junta Militar declarou vagos os cargos de presidente e vice-presidente da República, marcando eleições para esses cargos, pelo Congresso Nacional, a serem realizadas no dia 25 de outubro. O alto-comando das Forças Armadas escolheu para presidente o general Emílio Garrastazu Médici e para vice-presidente o ministro da Marinha, Augusto Rademaker.

Médici era um militar gaúcho como Costa e Silva. Descendia de italianos na linha paterna e sua mãe era de origem basca. Na década de 1950, fora chefe do Estado-maior de Costa e Silva, então comandante da III Região Militar, tornando-se amigo íntimo deste. Apoiou o movimento de 1964 e, após a queda de Goulart , foi nomeado adido militar do Brasil em Washington . Quando Costa e Silva assumiu a presidência da República, tornou-se chefe do SNI .

Para o grande público, Médici era um nome desconhecido. Além disso, não tinha gosto pelo exercício do poder, tendo delegado a seus ministros o exercício do governo. Daí resultou o paradoxo de um comando presidencial dividido em um dos períodos mais repressivos, se não o mais repressivo, da história brasileira.

Os grupos armados urbanos, que a princípio deram a impressão de desestabilizar o regime com suas ações espetaculares, declinaram e praticamente desapareceram. Esse desfecho resultou, em primeiro lugar, da eficácia da repressão, que abrangeu os ativistas da luta armada e seus simpatizantes, constituídos estes últimos sobretudo por jovens profissionais. Outro fator foi o isolamento dos grupos da massa da população, cuja atração por suas ações foi mínima, para não dizer nenhuma. A esquerda radical equivocara-se completamente, pensando poder criar no Brasil um novo Vietnã.

Restou um foco de guerrilha rural que o Partido Comunista do Brasil (PC doB) começou a instalar em uma região banhada pelo rio Araguaia, próxima a Marabá, situada no leste do estado do Pará. Nos anos de 1970-1971, os guerrilheiros, em número aproximado de setenta pessoas, estabeleceram ligações com os camponeses, ensinando-lhes métodos de cultivo e cuidados com a saúde. O Exército descobriu o foco em 1972, mas não se revelou tão apto na repressão como fora com a guerrilha urbana. Foi só em 1975, após transformar a região em zona de segurança nacional, que as forças do Exército conseguiram liquidar ou prender o grupo do PC doB . Tudo isso não chegou ao conhecimento do grande público, pois a divulgação do assunto era proibida. Quando muito, corriam boatos desencontrados sobre a guerrilha do Araguaia.

Por outro lado, a oposição legal chegou a seu nível mais baixo no governo Médici, como resultado das condições econômicas favoráveis, da repressão e, em menor escala, da campanha pelo voto nulo. Nas eleições legislativas de 1970, quando se renovaram dois terços das cadeiras do Senado, a Arena alcançou ampla vitória.

O governo Médici não se limitou à repressão. Distinguiu claramente entre um setor significativo, mas minoritário da sociedade, adversário do regime, e a massa da população que vivia um dia a dia aceitável nesses anos de prosperidade econômica. A repressão se dirigiu ao primeiro grupo, enquanto a propaganda se destinou a pelo menos neutralizar o segundo.

Após 1964, houve um grande avanço das telecomunicações no país. As facilidades de crédito pessoal permitiram a expansão do número de residências que possuíam televisão. Em 1960, apenas 9,5% das residências urbanas tinham televisão; em 1970, a porcentagem chegava a 40%. Por essa época, beneficiada pelo apoio do governo, do qual se transformou em porta-voz, a TV Globo expandiu-se até se tornar rede nacional e alcançar praticamente o controle do setor. A propaganda governamental passou a ter um canal de expressão como nunca existira na história do país. A promoção do “Brasil grande potência” produziu resultados no imaginário da população. Foi a época em que muitos brasileiros idosos, de classe média, lamentavam não ter condições biológicas para viver até o novo milênio, quando o Brasil se equipararia ao Japão.

O período do chamado milagre estendeu-se de 1969 a 1973, combinando o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. O PIB cresceu na média anual de 11,2% no período, tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%.

O milagre tinha uma explicação terrena. Os técnicos que o planejaram, com Delfim Netto à frente, beneficiaram-se, em primeiro lugar, de uma situação da economia mundial caracterizada pela ampla disponibilidade de recursos. Os países em desenvolvimento mais avançados aproveitaram as novas oportunidades para tomar empréstimos externos. O total da dívida externa desses países, não produtores de petróleo, aumentou de menos de 40 bilhões de dólares em 1967 para 97 bilhões em 1972 e 375 bilhões em 1980.

Ao lado dos empréstimos, cresceu no Brasil o investimento de capital estrangeiro. Em 1973, os ingressos de capital tinham alcançado o nível anual de 4,3 bilhões de dólares, quase o dobro do nível de 1971 e mais de três vezes o de 1970.

Um dos setores mais importantes do investimento estrangeiro foi o da indústria automobilística, que liderou o crescimento industrial com taxas anuais acima de 30%. A ampliação do crédito ao consumidor e a revisão das normas de produção, autorizando a fabricação de carros de tamanho médio, atraíram fortes investimentos da General Motors (GM), da Ford e da Chrysler.

Houve uma grande expansão do comércio exterior. A importação ampliada de determinados bens era necessária para sustentar o crescimento econômico. As exportações se diversificaram, com o

incentivo à exportação de produtos industriais por meio da concessão de créditos em condições favoráveis, isenção ou redução de tributos e outras medidas de subsídio às exportações. O esforço pela diversificação, visando tornar o Brasil menos dependente de um único produto, deu resultados. Entre 1947 e 1964, o café representava 57% do valor das exportações brasileiras. Passou a representar 37% entre 1965 e 1971 e apenas 15% entre 1972 e 1975. Por sua vez, cresceu a capacidade de arrecadar tributos por parte do governo, contribuindo para a redução do déficit público e da inflação.

Mas o milagre tinha pontos vulneráveis e pontos negativos. O principal ponto vulnerável estava na excessiva dependência do sistema financeiro e do comércio internacional, que eram responsáveis pela facilidade dos empréstimos externos, pela inversão de capitais estrangeiros, pela expansão das exportações etc. O crescimento econômico resultou também na necessidade cada vez maior de contar com determinados produtos importados, dos quais o mais importante era o petróleo.

Os aspectos negativos do milagre foram principalmente de natureza social. A política econômica de Delfim Netto privilegiou a acumulação de capitais, através das facilidades apontadas e da criação de um índice prévio de aumento de salários em nível que subestimava a inflação. Do ponto de vista do consumo pessoal, a expansão da indústria, notadamente no caso dos automóveis, favoreceu as classes de renda alta e média, mas os salários dos trabalhadores de baixa qualificação foram comprimidos.

Isso resultou em uma concentração de renda acentuada que vinha já de anos anteriores. Tomando-se como 100 o índice do salário mínimo de janeiro de 1959, ele caíra para 39 em janeiro de 1973. Esse dado é bastante expressivo se levarmos em conta que, em 1972, 52,5% da população economicamente ativa recebia menos de um salário mínimo e 22,8% entre um e dois salários. O impacto social da concentração de renda, entretanto, foi atenuado. A expansão das oportunidades de emprego permitiu que o número de pessoas que trabalhavam, por família urbana, aumentasse bastante.

Outro aspecto negativo do milagre, que perdurou depois dele, foi a desproporção entre o avanço econômico e o retardamento ou mesmo o abandono dos programas sociais pelo Estado. O Brasil se notabilizaria no contexto mundial por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação, habitação, que medem a qualidade de vida de um povo.

O “capitalismo selvagem” caracterizou aqueles anos e os seguintes, com seus imensos projetos, que não consideravam nem a natureza nem as populações locais. A palavra “ecologia” mal entrara nos dicionários e a poluição industrial e dos automóveis parecia uma bênção. No governo Médici, o projeto da rodovia Transamazônica representou um bom exemplo desse espírito. Foi construída para assegurar o controle brasileiro da região – um eterno fantasma na óptica dos militares – e para assentar em agrovilas trabalhadores nordestinos. Após provocar muita destruição e engordar as empreiteiras, a obra resultou em um fracasso.

Tal como acontecera com Castelo Branco, Médici não conseguiu fazer seu sucessor. O nome escolhido pelas Forças Armadas para lhe suceder, em meados de 1973, foi o do general Ernesto Geisel .

Geisel nasceu no Rio Grande do Sul, filho de um alemão protestante luterano que emigrou para o Brasil em 1890. Ao lado da carreira no Exército, o general ocupara postos administrativos, sendo o mais importante o de presidente da estatal Petróleo Brasileiro (Petrobras). Tinha também os olhos postos na política. Colaborou com o governo Dutra e ajudou a formular o compromisso que garantiu a posse de João Goulart em 1961. Suas ligações com o grupo castelista eram notórias, como membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra (ESG) e chefe da Casa Militar de Castelo Branco. Nesse cargo, contribuiu para manter a linha dura a distância. No âmbito da corporação militar, Geisel não foi escolhido por ser favorável à liberalização do regime, mas pela valorização de sua capacidade de comando e suas qualidades administrativas. Pesou também na escolha o fato de ser irmão do ministro do Exército, Orlando Geisel . Em oposição a Geisel , o MDB decidiu lançar a candidatura simbólica de seu presidente Ulysses Guimarães para denunciar as eleições indiretas, a supressão das liberdades e a concentração de renda resultante do modelo econômico.

Uma emenda à Constituição de 1967 modificou a forma de escolha do presidente da República. Previu-se a criação de um Colégio Eleitoral, composto de membros do Congresso e delegados das assembleias legislativas dos estados. Geisel foi o primeiro

presidente escolhido pelo colegiado. Eleito em janeiro de 1974, tomou posse em 15 de março daquele ano.

6.3 O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA

O governo Geisel se associa ao início da abertura política, que o general-presidente definiu como lenta, gradual e segura. Na prática, a liberalização do regime, chamada a princípio de distensão, seguiu um caminho difícil, cheio de pequenos avanços e recuos. Isso se deveu a vários fatores. De um lado, Geisel sofria pressões da linha dura, que mantinha muito de sua força. De outro, ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de uma indefinida democracia conservadora, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. Assim, a abertura foi lenta, gradual e insegura, pois a linha dura se manteve como uma contínua ameaça de retrocesso até o fim do governo Figueiredo.

A estratégia da distensão foi formulada pelo presidente e pelo general Golbery, chefe do Gabinete Civil da Presidência. Por que Geisel e Golbery decidiram promover a liberalização do regime? Teria sido ela fruto de pressões da oposição? Sem dúvida, em 1973 a oposição começara a dar claros sinais de vida independente; o confronto entre a Igreja católica e o Estado era também muito desgastante para o governo. A equipe de transição de Geisel tratou de estabelecer pontes com a Igreja com base em um ponto comum de entendimento – a luta contra a tortura.

Mas a oposição e a Igreja não eram o termômetro mais sensível a indicar a necessidade da distensão. Esse termômetro se localizava nas relações entre as Forças Armadas e o poder. O poder fora tomado pelos órgãos de repressão, produzindo reflexos negativos na hierarquia das Forças Armadas. As funções e os princípios básicos da instituição eram assim distorcidos, trazendo riscos à sua integridade. Para restaurar a hierarquia, tornava-se necessário neutralizar a linha dura, abrandar a repressão e, ordenadamente, promover a “volta dos militares aos quartéis” .

O governo começou a travar nos bastidores uma luta contra a linha dura. Ao mesmo tempo, permitiu que as eleições legislativas de novembro de 1974 se realizassem em um clima de relativa liberdade, com acesso dos partidos ao rádio e à televisão. Esperava-se um triunfo fácil da Arena, mas os resultados eleitorais surpreenderam o governo, ao assinalarem um considerável avanço do MDB , sobretudo nas grandes cidades e nos estados mais desenvolvidos. No curso de 1975, Geisel combinou medidas liberalizantes com medidas repressivas. Suspendeu a censura aos jornais e autorizou uma forte repressão ao PCB , acusado de estar por trás da vitória do MDB .

Um confronto importante entre o governo e a linha dura ocorreu afinal às claras em São Paulo. Embora a guerrilha tivesse sido eliminada, os militares de linha dura continuavam a enxergar subversivos por toda parte. Continuava também a prática da tortura, seguida do “desaparecimento” de várias pessoas assassinadas pela repressão.

Em outubro de 1975, no curso de uma onda repressiva, o jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura de São

Paulo, foi intimado a comparecer ao DOI -C odi, por suspeita de ter ligações com o PCB . Herzog apresentou-se ao DOI -C odi e dali não saiu vivo. Sua morte foi apresentada como suicídio por enforcamento, uma forma grosseira de encobrir a realidade: tortura seguida de morte.

O fato provocou grande indignação em São Paulo, sobretudo nos meios da classe média profissional e da Igreja católica. A Igreja e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) mobilizaram-se, denunciando o emprego sistemático da tortura e os assassinatos encobertos.

Poucos meses mais tarde, em janeiro de 1976, o operário metalúrgico Manuel Fiel Filho foi morto em circunstâncias semelhantes às da morte de Herzog. Mais uma vez, a versão oficial era de suicídio por enforcamento. O presidente Geisel resolveu agir. Um poder paralelo se instalara em São Paulo, com as bênçãos ou, no mínimo, a omissão do comandante do II Exército. Geisel substituiu-o por um general de sua inteira confiança, que começou a usar outra linguagem e a estabelecer pontes de contato com a sociedade. A tortura nas dependências do DOI -C odi cessou, embora as violências em São Paulo não tenham terminado.

Após o resultado do pleito de novembro de 1974, os confrontos eleitorais passaram a ser uma preocupação para o governo. Haveria eleições municipais em novembro de 1976, e a possibilidade de uma derrota da Arena era real.

Meses antes, em julho de 1976, uma lei modificadora da legislação eleitoral barrou o acesso dos candidatos ao rádio e à

televisão. Embora a Lei Falcão, engendrada pelo ministro da Justiça, atingisse em princípio tanto a Arena como o MDB , era o partido da oposição o grande prejudicado, pois perdia uma oportunidade única para divulgar suas ideias. Mesmo assim, o MDB venceu as eleições para prefeito e conquistou maioria nas Câmaras Municipais em 59 das cem maiores cidades do país.

Geisel apertou o cerco, introduzindo em abril de 1977 uma série de medidas que ficaram conhecidas como o Pacote de Abril, após colocar o Congresso em recesso. Entre as medidas do pacote, estava a criação da figura do senador biônico, cujo objetivo era impedir que o MDB viesse a ser majoritário no Senado. Os senadores biônicos foram eleitos, ou, melhor, “fabricados” , por eleição indireta de um colégio eleitoral.

Ao mesmo tempo, em 1978, o governo iniciou encontros com líderes da oposição e da Igreja para encaminhar a restauração das liberdades públicas. A partir de 1979, o AI-5 deixou de ter vigência, restaurando-se assim os direitos individuais e a independência do Congresso.

O MDB alcançou bons resultados nas eleições legislativas de 1978. O partido se tornara o canal político de expressão de todos os descontentamentos da população, integrando em seus quadros desde liberais até socialistas. A campanha eleitoral de 1978 contou com o apoio dos militantes de diferentes grupos da sociedade civil: estudantes, sindicalistas, advogados, membros das organizações de base da Igreja católica. Esses grupos estabeleceram uma ponte entre o MDB e a grande massa, reduzindo o grave inconveniente da impossibilidade de ter livre acesso ao rádio e à televisão. O MDB

obteve 57% dos votos válidos para o Senado, mas não ficou com a maioria daquela casa. Isso se explica porque a representação no Senado não é proporcional, e sim por estados. Além disso, havia a presença dos biônicos. A Arena continuou majoritária na Câmara Federal, conquistando 231 cadeiras contra 189 do MDB . Manteve-se a concentração de votos do MDB nos estados mais desenvolvidos e nas grandes cidades. O partido recebeu, na votação para o Senado, cerca de 83% dos votos em São Paulo, 63% no estado do Rio de Janeiro e 62% no Rio Grande do Sul. De qualquer forma, o governo continuava a ter maioria no Congresso.

Em outubro de 1973, ainda no período Médici, ocorreu a primeira crise internacional do petróleo, como consequência da chamada Guerra do Yom Kippur, movida pelos Estados árabes contra Israel. A crise afetou profundamente o Brasil, que importava mais de 80% do total de seu consumo.

Mas quando o general Geisel tomou posse, em março de 1974, algo do clima de euforia proveniente dos anos do milagre ainda persistia. A condução da política econômica ficou nas mãos do economista Mário Henrique Simonsen, que substituiu Delfim Netto no Ministério da Fazenda, e de João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento e Coordenação-geral. Reis Velloso vinha do ministério de Médici.

O novo governo lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O I PND tinha sido formulado por Roberto Campos, em 1967, para reequilibrar as finanças e combater a inflação. O II PND buscava

completar o processo de substituição de importações, instalado havia décadas no país, mudando seu conteúdo. Já não se tratava agora de substituir a importação de bens de consumo, mas de avançar no caminho da autonomia no terreno dos insumos básicos (petróleo, aço, alumínio, fertilizantes etc.) e da indústria de bens de capital.

A preocupação do II PND com o problema energético era evidente, pois se propunha o avanço na pesquisa de petróleo, o programa nuclear, a substituição parcial da gasolina pelo álcool, a construção de hidrelétricas, cujo exemplo mais expressivo foi a de Itaipu, construída no rio Paraná, na fronteira Brasil-Paraguai, graças a um convênio firmado entre os dois governos. A usina de Itaipu começou a funcionar em 1984, destacando-se como a maior usina hidrelétrica do mundo.

O II PND tratou de incentivar os investimentos da grande empresa privada na produção de bens de capital. Todo o sistema de incentivos e créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi lançado nesse esforço. Entretanto, a nova política colocava no centro do palco da industrialização brasileira a grande empresa estatal. Os gigantescos investimentos a cargo do sistema da Eletrobras, da Petrobras, da Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações) e de outras empresas públicas eram, a rigor, o sustentáculo do programa.

A opção pelo crescimento em 1974, em vez de frear o carro da economia, representou uma decisão baseada em avaliações tanto econômicas quanto políticas. A insistência no crescimento mostrou como era forte a crença nos círculos dirigentes de que o Brasil era um país predestinado a crescer. Essa crença não vinha apenas dos

anos do milagre, mas de tempos mais distantes, situados nos anos 1950.

Por outro lado, a estratégia da distensão não convidava o governo a optar por uma política recessiva, cujo maior peso recairia sobre a massa assalariada. Se a oposição crescia em condições econômicas relativamente favoráveis, o que aconteceria caso a economia entrasse em recessão?

As dúvidas de muitos empresários, em especial de São Paulo, sobre os rumos da política econômica deram origem a uma campanha contra o excessivo intervencionismo do Estado. Um setor social dominante tratava assim de intervir na cena política, que até ali fora monopolizada por militares e tecnocratas.

Existe muita controvérsia entre os economistas sobre as consequências do II PND . Em um extremo estão os que veem nele uma tentativa inoportuna de crescimento acelerado, que serviu para adiar o ajuste da economia e agravar o problema da dívida externa. No outro extremo situam-se os que consideram ter sido o II PND uma verdadeira mutação no rumo da industrialização brasileira, pela qual se avançou qualitativamente no processo de substituição de importações.

Em uma análise retrospectiva, podemos ver com maior clareza que o plano sofreu os azares da recessão internacional e da elevação da taxa de juros, tendo também um problema de fundo. Ele se adequava a um esquema de industrialização em via de ser superado nos países do Primeiro Mundo, por suas consequências negativas. Indústrias como a do aço, do alumínio e da soda-cloro consomem energia em elevado grau e são altamente poluentes. Com todas

essas ressalvas, é importante assinalar que, a partir do II PND , alguns ganhos importantes foram alcançados na substituição de importações, especialmente do petróleo.

Um problema existente desde a fase do milagre residia no fato de que o crescimento econômico acelerado tinha como alavanca importante a capacidade ociosa das empresas. Para continuar crescendo, seria necessário ampliar o investimento, contando com novos e maiores recursos externos, pois a poupança interna era insuficiente. Esses recursos não faltaram. Eles entraram no país principalmente sob a forma de empréstimos. Daí resultou, porém, o aumento da dívida externa, tanto pública quanto privada. No fim de 1978 ela era de 43,5 bilhões de dólares, mais do que o dobro do nível de três anos antes.

Além disso, o pagamento dos juros da dívida passou a pesar mais fortemente sobre o balanço de pagamentos, uma vez que a maioria dos empréstimos foi contraída a taxas flexíveis de juros. Como o período se caracterizou por uma elevação da taxa internacional de juros, o Brasil passou a arcar com compromissos cada vez mais pesados, correspondentes ao serviço da dívida. A elevação da taxa internacional de juros resultou da política dos Estados Unidos, que tratou de cobrir o déficit de seu balanço de pagamentos atraindo investimentos de outros países.

Não se pode dizer que os recursos obtidos através dos empréstimos tenham sido jogados pela janela ou servido apenas para engordar intermediários. Essas coisas ocorreram, mas o problema maior resultou da utilização de recursos em projetos dispendiosos, mal administrados, de longo ou duvidoso retorno.

Em números brutos, o período de Geisel apresentou resultados satisfatórios. O PIB cresceu na média anual em 6,7% e em 4,2% no cálculo *per capita*, entre 1974 e 1978. A inflação subiu em média 37,9% no mesmo período. Porém os perigos eram muitos. A relativa contenção da inflação vinha sendo feita à custa de artifícios, entre eles o da oferta de bens produzidos pelas empresas estatais a preço abaixo do custo, o que tornava essas empresas cada vez mais deficitárias. A dívida externa crescia sem que fosse possível encontrar outra saída para seu serviço, além da obtenção de novos empréstimos. Outro problema surgia no horizonte: a dívida interna começava a pesar pelo mecanismo da correção monetária e o pagamento de juros elevados, comprometendo o orçamento da União.

A indexação anual dos salários, isto é, a sua correção apenas de ano em ano, contribuía para agravar o descontentamento dos assalariados.

O regime militar reprimiu as direções sindicais ligadas ao esquema populista, mas não desmantelou os sindicatos. No campo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) já em 1968 começou a agir independentemente do governo e a incentivar a organização de federações de sindicatos rurais em todo o país. O número de sindicatos rurais, que era de 625 em 1968, passou a 1.154 em 1972, 1.745 em 1976 e 2.144 em 1980. O grande aumento de trabalhadores rurais sindicalizados depois de 1973 – de pouco mais 2,9 milhões em 1973 para mais de 5,1 milhões em 1979

– foi estimulado pela administração dos programas de previdência social por meio dos sindicatos.

Lideranças combativas surgiram sob influência da Igreja, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Criou-se assim no campo uma situação curiosa, em que a política assistencialista do governo favoreceu a emergência de um atuante movimento social.

As alternativas de luta pela posse da terra ou da extensão ao campo dos direitos trabalhistas, que haviam dividido as lideranças do movimento rural antes de 1964, tomaram conteúdo mais definido. Na dependência da região em que atuavam, os sindicatos enfatizaram uma ou outra dessas alternativas. A luta pela posse da terra se manteve e até se ampliou; ao mesmo tempo, greves como a dos cortadores de cana em Pernambuco, iniciadas em 1979, chamaram a atenção para novas realidades do mundo rural.

Por outro lado, surgiram sindicatos de trabalhadores de “colarinho branco” , abrangendo não apenas as áreas tradicionais de bancários e professores mas também médicos, sanitaristas e outras categorias. A organização sindical dessas categorias correspondeu a uma mudança de caráter das profissões, em que o profissional autônomo crescentemente deu lugar ao assalariado com diploma.

O movimento operário veio à tona, no governo Geisel , com novo ímpeto e novas feições. O sindicalismo ressurgiu, adotando formas independentes do Estado, a partir muitas vezes da vivência no interior das empresas, onde os trabalhadores organizaram e ampliaram as comissões de fábrica. O eixo mais combativo se deslocou das empresas públicas para a indústria automobilística. A grande concentração de trabalhadores em um pequeno número de

unidades e a concentração geográfica no ABC paulista foram fatores materiais importantes para a organização do novo movimento operário. Por exemplo, em 1978 existiam em São Bernardo do Campo em torno de 125 mil operários na indústria mecânico-metalúrgica, com forte predominância da indústria automobilística; desse total, 67,2% se concentravam em empresas com mais de mil operários. Em 1976, na capital de São Paulo, existiam no mesmo ramo industrial 421 mil operários, mas apenas 20,8% se concentravam em empresas com mais de mil operários.

Essas condições necessárias não são, entretanto, suficientes para explicar o surgimento do novo sindicalismo. Ele nasceu a partir do trabalho dos organizadores, em que se destacaram lideranças operárias, várias vezes ligadas à Igreja. Tiveram também papel importante os advogados sindicais. A aparição do movimento operário à luz do dia relacionou-se ainda com o clima criado pela abertura política, embora a abertura tenha demorado muito tempo para se estender às manifestações coletivas dos trabalhadores.

Em agosto de 1977, o governo admitiu que tinham sido manipulados os índices oficiais de inflação referentes a 1973 e 1974. Como eles regulavam os índices de reajuste salarial, verificou-se que os assalariados haviam perdido 31,4% de seu salário real naqueles anos. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo iniciou uma campanha para a correção dos salários que abriu caminho para as grandes greves de 1978 e 1979, reunindo milhões de trabalhadores. A liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do sindicato, afirmou-se no dia a dia e nas grandes assembleias realizadas em São Bernardo do Campo.

Os metalúrgicos estiveram à frente dos movimentos que abrangeram também outros setores. Em 1979, cerca de 3,2 milhões de trabalhadores entraram em greve no país. Houve 27 paralisações de metalúrgicos, abrangendo 958 mil operários; ao mesmo tempo, ocorreram vinte greves de professores, reunindo 766 mil assalariados. As greves tinham por objetivo um amplo leque de reivindicações: aumento de salários, garantia de emprego, reconhecimento das comissões de fábrica, liberdades democráticas.

A extensão das greves de 1979 mostrou que a afirmativa dos setores conservadores, segundo a qual São Bernardo do Campo constituía um mundo à parte, em grande medida não era verdadeira. O que se passava em São Bernardo do Campo tinha repercussão no resto do país. Não há dúvida, porém, de que o sindicalismo do ABC nasceu e cresceu com marcas próprias. As mais importantes são a maior independência com relação ao Estado, o elevado índice de organização – por volta de 1978, 43% dos operários eram sindicalizados – e a afirmação de seus líderes fora da influência da esquerda tradicional, ou seja, do PCB .

O general Geisel conseguiu fazer seu sucessor. Foi ele o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, que derrotou o candidato do MDB na reunião do Colégio Eleitoral de 14 de outubro de 1978. A indicação do general Figueiredo passara por uma séria prova de força, pois o ministro do Exército, Sílvio Frota, lançara sua própria candidatura, nos meios militares e em sondagens no Congresso, como porta-voz da linha dura. Frota desencadeou uma ofensiva contra o governo,

acusando-o de ser complacente com os subversivos. O presidente demitiu-o do ministério e cortou sua escalada.

O general Figueiredo fora chefe do Gabinete Militar no período Médici e era chefe do SNI no governo Geisel . Parecia assim bem talhado para prosseguir no lento processo de abertura e ao mesmo tempo tratar de neutralizar a linha dura. De qualquer forma, era um dos paradoxos da abertura o fato de que o homem indicado para continuar a promovê-la fosse o responsável pela chefia de um órgão repressivo.

O período Figueiredo combinou dois traços que muitos consideravam de convivência impossível: a ampliação da abertura política e o aprofundamento da crise econômica. O novo general-presidente tomou posse em março de 1979, mantendo Simonsen no comando da economia, como secretário da então Secretaria de Planejamento (Seplan), que tinha *status* de ministério. Após uma temporada como embaixador na França, Delfim Netto voltou ao ministério, designado para ocupar a pasta da Agricultura, na qual ficava bastante deslocado.

A tentativa de Simonsen de impor uma política de restrições sofreu a oposição de vários setores. Dentre eles destacavam-se os empresários nacionais, que se beneficiavam do crescimento com inflação, e muitos componentes do próprio governo interessados em ter condições de gastar e mostrar realizações. Em agosto de 1979, Simonsen deixou a Seplan. Delfim Netto assumiu o cargo, prestigiado como o homem do milagre. Agora, porém, a situação era outra, tanto no plano interno quanto no internacional. O segundo choque do petróleo, com a consequente elevação de preços, agravou o

problema do balanço de pagamentos. As taxas internacionais de juros continuaram subindo, complicando ainda mais a situação. A obtenção de novos empréstimos era cada vez mais difícil e os prazos para pagamento se estreitavam.

A sonhada experiência de crescimento com controle da inflação durou pouco. Sob pressão dos credores externos, Delfim optou por uma política recessiva em fins de 1980. A expansão da moeda foi severamente limitada; os investimentos das empresas estatais foram cortados; as taxas de juros internos subiram e o investimento privado também declinou.

A recessão de 1981-1983 teve pesadas consequências. Pela primeira vez desde 1947, quando os indicadores do PIB começaram a ser estabelecidos, o resultado em 1981 foi negativo, assinalando queda de 3,1%. Nos três anos, o PIB teve um declínio médio de 1,6%. Os setores mais atingidos foram as indústrias de bens de consumo durável e de capital, concentradas nas áreas mais urbanizadas do país, gerando o desemprego.

Apesar da imposição desses sacrifícios, a inflação não baixou significativamente. Tendo alcançado o índice anual de 110,2% em 1980, caiu para 95,2% em 1981 para voltar a subir em 1982 (99,7%). Desenhou-se naqueles anos um quadro de estagflação, combinando estagnação econômica e inflação.

O Estado brasileiro já era tecnicamente insolvente, mas o governo bateu no peito quando, em agosto de 1982, o México declarou-se em moratória e pediu socorro ao FMI. O Brasil – diziam os porta-vozes do governo, com ar de superioridade – não era o México. Na verdade, a moratória mexicana jogou uma pá de cal nas já escassas

possibilidades de conseguir empréstimos externos. Afinal, com suas reservas em dólares esgotadas, o Brasil teve de recorrer ao FMI , em fevereiro de 1983.

Em troca de uma modesta ajuda financeira e da tentativa de restaurar sua credibilidade internacional, o país aceitou a receita do FMI . Ela consistia sobretudo em um esforço para melhorar as contas externas do país, mantendo-se o serviço da dívida. Internamente, previam-se cortes de despesas e a compressão ainda maior dos salários.

Seguiu-se uma série de discordâncias entre o Brasil e o FMI . No Brasil, havia pressões contra as medidas restritivas e o pagamento dos juros da dívida; o FMI mostrava-se insatisfeito porque o acordo não era cumprido. Nesse clima, os credores internacionais não concederam ao país novos prazos para o pagamento da dívida nem taxas mais favoráveis de juros, como ocorreu no México.

Apesar dos pesares, o esforço para melhorar as contas externas deu resultados. A partir de 1984 a economia se reativou, puxada principalmente pelo crescimento das exportações, com destaque para os produtos industrializados. A queda do preço do petróleo fez com que ele não pesasse tanto no conjunto das importações. Além disso, houve uma redução da importação do petróleo e outros produtos, graças aos investimentos realizados a partir do II PND , mas a inflação continuava subindo.

No início de 1985, quando Figueiredo deixou o governo, a situação financeira era de temporário alívio e o país voltara a crescer. Mas o balanço daqueles anos se revela bastante negativo. A inflação se acelerara de 40,8% em 1978 para 223,8% em 1984. No mesmo

período, a dívida externa subira de 43,5 bilhões para 91 bilhões de dólares.

Figueiredo prosseguiu no caminho da abertura iniciada pelo governo Geisel . O comando das iniciativas ficou nas mãos do general Golbery e do ministro da Justiça, Petrônio Portella. Em agosto de 1979, Figueiredo tirou das mãos da oposição uma de suas principais bandeiras: a luta pela anistia. A lei de anistia aprovada pelo Congresso continha, entretanto, restrições e fazia uma importante concessão à linha dura, ao abranger os responsáveis pela prática da tortura. De qualquer forma, ela possibilitou a volta dos exilados políticos e foi um passo importante na ampliação das liberdades públicas.

O processo de abertura continuou a ser perturbado pela ação da linha dura. Uma série de atos criminosos culminou com a tentativa de explodir bombas em um centro de convenções do Rio de Janeiro, em abril de 1981, onde se realizava um festival de música, com a presença de milhares de jovens. Uma das bombas não chegou a ser colocada. Explodiu no interior de um carro ocupado por dois militares; um deles morreu no local e o outro ficou gravemente ferido. O governo conduziu uma investigação que confirmou uma absurda versão dos fatos, isentando os responsáveis. O pedido de demissão de Golbery da chefia da Casa Civil, em agosto de 1981, teve certamente a ver com a manipulação do inquérito.

A legislação eleitoral aprovada em 1965 tinha-se convertido em armadilha para os detentores do poder. Cada vez mais, as eleições se transformavam em plebiscitos em que se votava pró ou contra o governo. Para tentar quebrar a força da oposição, o governo obteve do Congresso, em dezembro de 1979, a aprovação de uma nova lei de organização partidária que extinguiu o MDB e a Arena, obrigando as novas organizações a serem criadas a conter em seu nome a palavra “partido” . A Arena, que carregava um nome impopular, tratou de mudar de fachada, transformando-se no Partido Democrático Social (PDS). Os dirigentes do MDB tiveram a habilidade de acrescentar apenas a palavra “partido” à sua sigla; assim, o MDB se converteu no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Os tempos de uma oposição unida tinham passado. Suas diferentes tendências ficaram juntas enquanto existia um inimigo comum todo-poderoso. À medida que o regime autoritário foi se abrindo, as diferenças ideológicas e pessoais começaram a emergir. A partir do sindicalismo urbano e rural, de setores da Igreja e da classe média profissional, surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT). O PT propunha-se representar os interesses das amplas camadas de assalariados existentes no país, com base em um programa de direitos mínimos e transformações sociais que abrissem caminho para o socialismo. Adotando uma postura contrária ao PCB e ao culto da União Soviética, o PT evitou definir-se sobre a natureza do socialismo. Esse fato tinha muito a ver com a existência, em seu interior, de correntes opostas. Em uma das pontas ficavam os simpatizantes da

social-democracia; na outra, os partidários da ditadura do proletariado. No campo sindical, estabeleceram-se laços íntimos entre o partido e o sindicalismo do ABC . Esse movimento foi um dos centros mais importantes na constituição do PT , com destaque crescente da figura de Lula.

Brizola não se acomodou no PMDB , preferindo correr por conta própria, na tentativa de capitalizar o prestígio do trabalhismo de esquerda. Uma decisão judicial tirou-lhe, porém, a sigla PTB e ele fundou então o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

A diferenciação de posições ocorreu também no campo sindical. Em agosto de 1981, realizou-se a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I Conclat), que reuniu representantes das várias tendências do sindicalismo brasileiro. Duas correntes principais aí se definiram. Uma delas, muito próxima do PT , apostava em uma linha reivindicatória agressiva, na qual a mobilização dos trabalhadores era definida como mais importante do que o processo sinuoso de abertura. Seu núcleo impulsionador encontrava-se no sindicalismo do ABC .

A outra corrente defendia a necessidade de limitar a ação sindical a lutas que não pusessem em risco o processo de abertura. Não assumia uma clara definição ideológica, sustentando a importância de alcançar ganhos concretos imediatos para os trabalhadores. Essa corrente abrangia sindicatos importantes, como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, controlados por sindicalistas menos definidos politicamente e por integrantes dos dois PC s.

Em 1983, o sindicalismo identificado com o PT fundou a Central Única dos Trabalhadores (CUT), sem a participação dos chamados

moderados. Estes, em março de 1986, formaram a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). Estabeleceram-se assim duas centrais sindicais no país, com perspectivas opostas que, ao longo dos anos, se combateriam frontalmente.

Figueiredo manteve o calendário eleitoral, que previa eleições para novembro de 1982. Apesar das restrições existentes, entre elas a da Lei Falcão, ainda em vigor, a campanha eleitoral possibilitou um amplo debate. Em novembro de 1982, mais de 48 milhões de brasileiros foram às urnas para eleger de vereadores a governadores dos estados. Estes seriam eleitos pelo voto direto pela primeira vez desde 1965.

Os resultados para o Congresso marcaram uma vitória do PDS , tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. Na eleição para governador, as oposições conseguiram vitórias expressivas, embora o PDS tenha vencido na maioria dos estados. Venceu em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, onde Brizola conseguiu eleger-se apesar de uma tentativa de fraude, dando continuidade a um prestígio que vinha dos anos 1960.

No curso de 1983, o PT assumiu como uma de suas prioridades promover uma campanha pelas eleições diretas para a presidência da República. Pela primeira vez, sua direção dispôs-se a entrar em uma frente com outros partidos, visando alcançar esse objetivo. Após várias manifestações, um grande comício foi realizado em São Paulo, em janeiro de 1984, reunindo mais de 200 mil pessoas.

Daí para a frente, o movimento pelas diretas foi além das organizações partidárias, convertendo-se em uma quase unanimidade nacional. Milhões de pessoas encheram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro, com um entusiasmo raramente visto no país. A campanha das Diretas Já expressava, ao mesmo tempo, a vitalidade da manifestação popular e a dificuldade dos partidos para exprimir reivindicações. A população punha todas as suas esperanças nas diretas: a expectativa de uma representação autêntica e também a resolução de muitos problemas (salário insuficiente, segurança, inflação) que apenas a eleição direta de um presidente da República não poderia solucionar.

Havia, porém, uma distância entre a manifestação de rua e o Congresso, com maioria do PDS . A eleição direta dependia de uma emenda constitucional, aprovada pelo voto de dois terços dos congressistas. A emenda foi votada sob grande expectativa popular. Em Brasília, Figueiredo impôs o estado de emergência, temendo manifestações. Mas, apesar de aprovada, a emenda não obteve os votos necessários para uma alteração constitucional.

A rejeição das eleições diretas para presidente provocou uma grande frustração popular. A batalha sucessória fixou-se no Colégio Eleitoral. Três figuras apareciam como candidatos prováveis do PDS : o vice-presidente Aureliano Chaves, o ministro do Interior Mário Andreazza, que era coronel do Exército, e Paulo Maluf. Maluf tinha sido prefeito e governador de São Paulo pelo voto indireto, elegendo-se à Câmara dos Deputados com uma grande votação.

A escolha do candidato do governo, em 1984, já não passava pela corporação militar, embora os militares tivessem algum peso na

decisão. Maluf realizou uma intensa campanha entre os convencionais do PDS e conseguiu ser indicado candidato em agosto de 1984, vencendo Mário Andreazza. Sua vitória provocou a cisão final dos setores do PDS que apoiavam os outros candidatos. Já em julho, Aureliano Chaves retirara sua candidatura e passara a trabalhar na organização de uma dissidência que deu origem a um novo partido, o Partido da Frente Liberal (PFL). O PFL aproximou-se do PMDB , que lançara o nome de Tancredo Neves para a presidência da República. As duas forças chegaram a um acordo, formando a Aliança Democrática, em oposição a Maluf. Tancredo Neves foi indicado para a presidência e José Sarney para a vice-presidência.

Sarney era visto com muitas restrições pelo PMDB , pois até recentemente tinha sido uma das principais figuras políticas do PDS , partido pelo qual fora eleito senador e de que fora presidente. Seu nome pouco ou nada tinha a ver com a bandeira da democratização levantada pelo PMDB . Mas o PFL fechou questão em torno de Sarney e o PMDB cedeu. Ninguém poderia imaginar, em 1984, o alcance dessa decisão.

Apesar de ser candidato em uma eleição indireta, Tancredo apareceu na televisão e nos comícios, reforçando seu prestígio e a pressão popular favorável a sua candidatura. Maluf tratou de utilizar velhas técnicas de sedução pessoal, na tentativa de ganhar um a um os membros do Colégio Eleitoral, mas sua estratégia falhou.

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo e Sarney obtiveram uma vitória nítida no Colégio Eleitoral. Por caminhos complicados e utilizando-se do sistema eleitoral imposto pelo regime autoritário, a oposição chegava ao poder.

Quais os principais traços do regime instaurado no país após 31 de março de 1964?

Pela primeira vez, a cúpula das Forças Armadas assumiu diretamente o poder e muitas funções de governo. Os militares raramente atuaram em bloco na arena política, dividindo-se entre diversas correntes, embora com pontos de contato: os castelistas, os linhas-duras, os nacionalistas. O poder de cada um desses grupos variou, assim como variou o apelo à opinião mais ampla das Forças Armadas, abrangendo a média oficialidade, para tentar impor candidaturas ou dar legitimidade a determinadas orientações.

O regime implantado em 1964 não foi uma ditadura pessoal. Poderíamos compará-lo a um condomínio em que um dos chefes militares – general de quatro estrelas – era escolhido para governar o país com prazo definido. A sucessão presidencial se realizava de fato no interior da corporação militar, com audiência maior ou menor da tropa conforme o caso e a decisão final do alto-comando das Forças Armadas. Na aparência, de acordo com a legislação, era o Congresso quem elegia o presidente da República, indicado pela Arena. Mas o Congresso, descontados os votos da oposição, apenas sacramentava a ordem vinda de cima.

Os militares não governaram sozinhos e muitas vezes não controlaram de perto os civis que com eles partilharam o poder. O regime instalado em 1964 deu bastante campo de ação e pôs em destaque os formuladores da política econômica, homens como

Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen. Privilegiou setores da burocracia do Estado, em especial os dirigentes das empresas estatais, a ponto de ser possível falar de um condomínio do poder entre os militares, como grupo decisório final mais importante, e a burocracia técnica do Estado.

O regime teve características autoritárias, distinguindo-se, porém, do fascismo. Não se realizaram esforços para organizar as massas em apoio ao governo; não se tentou construir o partido único acima do Estado nem uma ideologia capaz de ganhar os setores letrados. Pelo contrário, a ideologia de esquerda continuou a ser dominante nas universidades e nos meios culturais em geral.

As diferenças entre o regime representativo, vigente entre 1945 e 1964, e o regime militar são claras. Quem manda neste não são os políticos profissionais, nem o Congresso é uma instância decisória importante. Mandam a alta cúpula militar, os órgãos de informação e repressão, a burocracia técnica de Estado.

O populismo deixou de ser utilizado como recurso de poder. Os grupos que tinham obtido voz no período anterior – a classe operária organizada, os estudantes e os camponeses – perderam força. Mas os sindicatos, apesar da repressão contra muitos dirigentes, não foram materialmente destruídos. O imposto sindical permaneceu em vigor, garantindo a sobrevivência e, com o correr do tempo, a expansão dos organismos sindicais.

O regime não correspondeu a um simples instrumento da classe dominante. Ela foi beneficiária – com vantagens desiguais para os diferentes setores – da política do governo. Mas por muitos anos não

participou da condução da política econômica, nas mãos dos poderosos ministros da Fazenda e do Planejamento.

No campo da política econômica, nem tudo mudou após 1964. Permaneceu o princípio da forte presença do Estado na atividade econômica e na regulação da economia. Esse traço não foi sempre igual, variando com os governos, sendo, por exemplo, mais típico do governo Geisel do que do de Castelo Branco. Mas, se nem tudo mudou, muita coisa mudou. O modelo que se esboçara no período JK tomou ampla dimensão. Os empréstimos externos e o estímulo ao ingresso do capital estrangeiro tornaram-se elementos essenciais para financiar e promover o desenvolvimento econômico, privilegiando as grandes empresas, multinacionais ou nacionais, públicas ou privadas. Desse modo, o regime militar rompeu claramente com a prática do governo Goulart , baseada no esquema populista, que incluía a tentativa fracassada de promover o desenvolvimento autônomo por meio da burguesia nacional.

Com a eleição de Tancredo Neves, a transição para o regime democrático não terminou e estaria sujeita ainda a imprevistos. A posse do novo presidente, marcada para 15 de março de 1985, não ocorreu. Depois de uma viagem ao exterior, Tancredo foi internado às pressas em um hospital de Brasília, sofrendo uma primeira e discutida operação, com políticos e amigos presentes na sala de cirurgia. Nesse ínterim, Sarney subiu a rampa do Planalto, tomando posse no lugar do presidente eleito, em uma situação que se acreditava ser transitória.

Seguiu-se a agonia de Tancredo, com seu traslado para São Paulo e uma série de operações a que foi submetido. O país ficou pendente de boletins médicos, alguns dos quais alimentavam um falso otimismo. Tancredo morreu em 21 de abril, na data simbólica da morte de Tiradentes. Multidões foram às ruas para acompanhar o corpo na saída de São Paulo, na passagem por Brasília e Belo Horizonte, até o enterro em sua cidade natal. Uma parte das manifestações resultava da comoção provocada pela morte de um presidente, ainda mais em condições tão dolorosas. Mas havia também a sensação de que o país perdera uma figura política importante em um momento delicado. Essa sensação tinha fundamento. Tancredo possuía algumas qualidades raras no mundo político: honestidade, equilíbrio, coerência de posições. Essas virtudes se sobrepunham às preferências ideológicas de direita ou de esquerda.

Para agravar a falta de Tancredo, seu substituto era um opositorista de última hora que carecia de autoridade na Aliança Democrática. Sarney começou a governar sob forte presença da figura de Tancredo Neves, nomeando o ministério escolhido por este. Do ângulo político, as atenções se fixavam em dois pontos: na revogação das leis que vinham do regime militar, estabelecendo ainda limites às liberdades democráticas – o chamado “entulho autoritário” ; na eleição de uma Assembleia Constituinte, incumbida de elaborar uma nova Constituição. Sarney respeitou as liberdades públicas, mas não cortou

alguns elos com o passado. Por exemplo, o SNI foi mantido e continuou a receber recursos substanciais.

Em maio de 1985 a legislação restabeleceu as eleições diretas para a presidência da República e aprovou o direito de voto dos analfabetos, assim como a legalização de todos os partidos políticos. Tornaram-se legais o PCB e o PC doB . Esses partidos converteram-se em organizações minoritárias, diante da crise do stalinismo e o crescente prestígio do PT nos meios de esquerda.

As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte foram marcadas para novembro de 1986. Nessa data haveria eleições para o Congresso e o governo dos estados. Os deputados e senadores eleitos seriam encarregados de elaborar a nova Constituição.

Quando Sarney assumiu o governo, em 1985, o quadro econômico era menos grave do que em anos anteriores. O grande impulso proveniente das exportações permitira a retomada do crescimento. A queda das importações e o avanço das exportações resultaram em um saldo da balança comercial de 13,1 bilhões de dólares. Esse saldo permitia pagar os juros da dívida. Além disso, o Brasil acumulara reservas que chegavam a 9 bilhões de dólares no fim de 1984. Havia assim folga para negociar com os credores externos e o governo podia dar-se ao luxo de dispensar o mal-estar causado pelas idas ao FMI , concentrando-se no acordo direto com os bancos credores privados. Mas o problema da dívida externa e interna subsistia a longo prazo, assim como o da inflação, que chegou aos níveis dramáticos de 223,8% em 1984 e 235,5% em 1985.

O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles – sobrinho de Tancredo Neves –, adotou uma receita ortodoxa para combater a inflação. As pressões contra uma política de austeridade nos gastos públicos e a disputa de cargos estratégicos no governo levaram, entretanto, à demissão de Dornelles, em fins de agosto de 1985. Seu substituto foi o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dílson Funaro. Empresário paulista e ex-secretário da Fazenda do governo de São Paulo, Dílson tinha contato com economistas ligados às universidades e pouca simpatia pelas receitas de acabar com a inflação pela via recessiva. Quando Dílson e o secretário da Seplan, João Sayad, assumiram o comando da economia, a situação do governo Sarney era das mais difíceis. As disputas partidárias cresciam; as acusações de favoritismo a amigos e a grupos econômicos se tornavam cada vez maiores; a imagem de um presidente imóvel, a não ser para favorecer interesses particulares, instalara-se na população.

Um grupo de economistas ligados à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) vinha criticando a tese de que a contenção das atividades econômicas e a redução do déficit do Estado resultariam necessariamente em queda da inflação. Apontava para o exemplo da recessão de 1981-1983, quando o país regredira com elevado custo social e a inflação não chegara a baixar significativamente. Esse exemplo contrastava com o de países do mundo desenvolvido, onde a recessão, apesar de seus inconvenientes, era uma arma eficaz no combate à inflação.

Por que no Brasil não ocorria isso? O argumento central consistia em afirmar que, em uma economia indexada como a do Brasil, a

inflação passada ficava embutida na futura, como “inflação inercial” . Estaria assim formado um círculo vicioso, do qual só seria possível sair quebrando-se o mecanismo da indexação. A quebra só poderia ser eficaz através de uma terapia de choque, que acabaria com a correção monetária e estabeleceria uma nova moeda forte, em substituição ao desmoralizado cruzeiro. A forma de implementação da proposta – uma terapia de choque lançada com grande ressonância – servia aos interesses políticos do governo, na busca de restaurar o seu prestígio.

Em 28 de fevereiro de 1986, Sarney anunciou ao país o Plano Cruzado, por uma rede nacional de rádio e televisão. O cruzeiro seria substituído por uma nova moeda forte – o cruzado – na proporção de 1.000 por 1; a indexação foi abolida; os preços e a taxa de câmbio foram congelados por prazo indeterminado e os aluguéis por um ano. Houve preocupação em não se agravar e até em melhorar a situação dos trabalhadores. Reajustou-se o salário mínimo pelo valor médio dos últimos seis meses, mais um abono de 8%. Os reajustes posteriores seriam automáticos, sempre que a inflação chegasse a 20%.

Sarney convocou o povo a colaborar na execução do plano e a travar uma guerra de vida ou morte contra a inflação. Da noite para o dia, o presidente ganhou enorme prestígio. O congelamento de preços teve um profundo eco na população, que não podia acompanhar os complicados meandros da economia e preferia acreditar nos atos de vontade de um dirigente. As medidas no campo

salarial proporcionaram certa folga às camadas pobres. Um clima de otimismo ilimitado se instalou no país. O trânsito se tornou insuportável e, em compensação, muita gente bebeu cerveja à larga pela primeira vez na vida.

Passado o primeiro impacto de entusiasmo, o Plano Cruzado começou a fazer água. Ele fora lançado em um momento de expansão das atividades econômicas e resultou em muitos casos em aumentos reais de salário. Como os preços estavam congelados, houve uma verdadeira corrida ao consumo, desde a carne e o leite até os automóveis e as viagens ao exterior. Em consequência, o congelamento começou a ser violado. Outro problema sério era o do desequilíbrio das contas externas, provocado por um impulso às importações decorrente do fortalecimento artificial da moeda brasileira.

Quando em novembro se realizaram eleições, o Plano Cruzado já fracassara, mas isso ainda não era perceptível para o grande público. Os candidatos do PMDB podiam culpar este ou aquele setor pelos problemas do plano. Passadas as eleições, os aumentos adiados de tarifas públicas e dos impostos indiretos contribuíram para que a inflação explodisse. A crise das contas externas levou o Brasil a declarar uma moratória em fevereiro de 1987, recebida com indiferença tanto no país quanto no exterior. À euforia do Plano Cruzado seguia-se um clima de decepção e de desconfiança, por parte da população, quanto aos rumos da economia.

As eleições de novembro de 1986 mostraram que o PMDB e o governo mantinham ainda àquela altura um grande prestígio. O PMDB elegeu os governadores de todos os estados, menos o de Sergipe, e

conquistou a maioria absoluta das cadeiras da Câmara dos Deputados e do Senado. Naquele momento, chegou-se a dizer que o Brasil corria o risco de uma "mexicanização". O PMDB poderia vir a ser uma espécie de PRI, o Partido Revolucionário Institucional, que alcançou o monopólio do poder por longos anos no México.

A Assembleia Nacional Constituinte começou a se reunir em 1º de fevereiro de 1987. As atenções e as esperanças do país voltaram-se para a elaboração da nova Constituição. Havia um anseio de que ela não só fixasse os direitos dos cidadãos e as instituições básicas do país como resolvesse muitos problemas fora de seu alcance.

Os trabalhos da Constituinte foram longos, tendo-se encerrado formalmente em 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a nova Constituição. O texto, muito criticado, desde o início de sua vigência, por entrar em assuntos que tecnicamente não são de natureza constitucional, refletiu as pressões dos diferentes grupos da sociedade. Em um país cujas leis valem pouco, os vários grupos trataram de fixar o máximo de regras no texto constitucional para maior garantia de seu cumprimento.

A Constituição de 1988 refletiu o avanço ocorrido no país na área da extensão dos direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias, aí se incluindo os índios. Cuidou também de outras medidas inovadoras, como a criação do *habeas data*, que assegura às pessoas o direito de obter dados de seu interesse constantes dos arquivos de entidades governamentais, bem como a previsão de um código de defesa do consumidor.

Ao mesmo tempo consagrou um quadro que já vinha sendo superado, dadas as novas realidades de um mundo globalizado, especialmente no campo econômico. O monopólio outorgado ao Estado nos setores de petróleo, telecomunicações, energia elétrica, portos e transporte rodoviário logo revelou-se um obstáculo ao fornecimento de bens e serviços e uma carga que um Estado em crise não poderia suportar. As várias emendas constitucionais, aprovadas ao longo de poucos anos, são uma clara demonstração disso.

Com todas essas ressalvas, a Constituição de 1988 pode ser vista como o marco que pôs fim aos últimos vestígios formais do regime autoritário. A abertura, iniciada pelo general Geisel em 1974, levava mais de treze anos para desembocar em um regime democrático.

A transição do regime militar para a democracia insere-se em um contexto mais amplo, abrangendo quase todos os países da América do Sul. O Brasil saiu na frente, com relação a seus vizinhos mais importantes. A ditadura argentina caiu bruscamente em 1983, como consequência da desastrosa Guerra das Malvinas. O fim do regime de Augusto Pinochet ocorreria em 1987-1988. Pela possibilidade de ocorrência de agudos conflitos sociais nesses países, eles pareciam exemplos a serem evitados. Tanto os promotores da abertura no interior do governo quanto muitas figuras da oposição buscavam um modelo de transição concertada, não em países da América Latina, mas na Espanha.

Entretanto, havia mais diferenças do que semelhanças entre o quadro brasileiro e o espanhol. O grau de articulação dos agrupamentos sociais na Espanha é maior do que no Brasil, conferindo aos que assumem a direção desses agrupamentos um acentuado grau de representatividade. Isso facilitou o grande entendimento alcançado pelo Pacto da Moncloa, tentado sem êxito no Brasil. No plano dos personagens políticos, faltou ao Brasil uma figura como a do rei Juan Carlos , que, além de ser rei, fizera carreira no Exército, com prestígio suficiente para aproximar diferentes forças políticas e encaminhar a transição.

Por que a transição brasileira foi tão longa e quais são as consequências da forma como se realizou? A estratégia da transição “lenta, gradual e segura” partiu do próprio governo. Ela só poderia ser modificada, em seu ritmo e em sua amplitude, se a oposição tivesse força suficiente para tanto ou se o desgaste do próprio regime autoritário provocasse seu colapso. Nem uma coisa nem outra aconteceram.

A transição brasileira teve a vantagem de não provocar grandes abalos sociais. Mas teve também a desvantagem de não colocar em questão problemas que iam muito além da garantia de direitos políticos à população. Seria inadequado dizer que esses problemas nasceram com o regime autoritário. A desigualdade de oportunidades, a ausência de instituições do Estado confiáveis e abertas aos cidadãos, a corrupção, o clientelismo são males arraigados no Brasil. Certamente esses males não seriam curados da noite para o dia, mas poderiam começar a ser enfrentados no momento crucial da transição.

O fato de que tenha havido um aparente acordo geral pela democracia, por parte de quase todos os atores políticos, facilitou a continuidade de práticas contrárias a uma verdadeira democracia. Desse modo, o fim do autoritarismo levou o país mais a uma “situação democrática” do que a um regime democrático consolidado. A consolidação foi uma das tarefas centrais do governo e da sociedade nos anos posteriores a 1988.

As primeiras eleições diretas para a presidência da República desde 1960 foram realizadas em 1989. A nova Constituição determinara que seria considerado eleito, em primeiro turno, o candidato que obtivesse mais de 50% dos votos válidos. Caso nenhum candidato obtivesse maioria absoluta de votos, os dois mais votados disputariam um segundo turno.

A última hipótese foi a que ocorreu, enfrentando-se Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva. Lula enfatizou o tema da desigualdade social e apelou para os setores populares organizados. Collor insistiu na necessidade de combater a corrupção, modernizar o país e reduzir os gastos públicos, concentrando-se na crítica aos salários muito elevados de alguns funcionários públicos, apelidados de marajás.

Concorrendo praticamente sem o apoio de partidos políticos, mas contando com o suporte da mídia e, especialmente, da poderosa TV Globo, Collor derrotou Lula, obtendo cerca de 36 milhões de votos contra 31 milhões de seu adversário.

As eleições mostraram duas coisas importantes. O Brasil estava se convertendo em uma democracia de massas, com cerca de 100 milhões de eleitores, os quais compareceram às urnas em um

percentual em torno de 85%, que se repetiu em eleições posteriores. Esse elevado comparecimento resulta não apenas do fato de que o voto é obrigatório na idade entre 18 e 70 anos mas também do forte valor simbólico atribuído ao voto pelos cidadãos brasileiros. O outro dado significativo das eleições de 1989 foi a expressiva votação de Lula, que se firmou como líder popular.

O candidato vencedor, apesar de apoiado pela elite como alternativa à vitória de um candidato de esquerda, era uma figura vista com restrições. Governador do pequeno estado de Alagoas, onde era proprietário de uma empresa de comunicações, tinha poucos vínculos com os círculos financeiros e a grande indústria do centro-sul do país.

Quando Collor tomou posse, em março de 1990, a inflação chegara a 80% e ameaçava escalar ainda mais. Collor anunciou um plano econômico radical que bloqueou todos os depósitos bancários existentes, por dezoito meses, permitindo apenas saques até um limite de 50 mil cruzeiros. O plano estabelecia também o congelamento de preços, o corte de despesas públicas e a elevação de alguns impostos. Ao mesmo tempo, Collor começou a tomar medidas destinadas a modernizar o país, iniciando a privatização de empresas estatais, a maior abertura ao comércio exterior, a redução do número de funcionários públicos, feita, entretanto, sem nenhum critério qualitativo.

Em pouco tempo, as acusações de uma corrupção governamental avassaladora, com base em denúncias formuladas pelo próprio irmão do presidente – Pedro Collor de Mello –, levaram a Câmara dos Deputados a votar o afastamento de Collor, em setembro de 1992,

até que o Senado julgasse um pedido de *impeachment*. O andamento das investigações, acompanhado pela TV em todo o país, e a mobilização dos jovens de classe média, que saíram às ruas para exigir o *impeachment*, renunciaram que Collor nunca mais voltaria à presidência. Certo da derrota, ele renunciou ao cargo em dezembro de 1992. Mesmo assim foi julgado culpado, pelo Senado, por crime de responsabilidade e teve os direitos políticos suspensos por oito anos.

A queda de um presidente da República, por corrupção, em um país que não se caracteriza propriamente pela lisura tanto nos negócios públicos quanto nos privados explica-se por algumas razões básicas. De um lado, Collor portou-se desastrosamente no curso das investigações, minimizando os riscos que corria. Isso contribuiu para a perda de apoios no Congresso, onde não tinha maioria. Ao mesmo tempo, a elite econômica, com quem nunca mantivera boas relações, foi-se afastando dele. De outro lado, o inesperado ímpeto da mobilização da juventude de classe média – indicador da repulsa ao grau de corrupção nos círculos do poder – sensibilizou o Congresso e foi um elemento importante na queda do presidente.

Assumiu a presidência da República o vice-presidente Itamar Franco, antigo opositor moderado do regime militar e ex-senador pelo estado de Minas Gerais. O principal problema que teve de enfrentar foi o do retorno da inflação, diante do fracasso das medidas tomadas por Collor. No primeiro mês do novo governo, em janeiro de 1993, a inflação beirava já os 29%, chegando a mais de 36% em dezembro daquele ano.

Nos primeiros meses de 1994, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso – FHC –, começou a tomar medidas preparatórias de mais um plano de estabilização econômica. Com as primeiras iniciativas já implementadas, afastou-se do ministério para disputar a presidência da República. Intelectual altamente respeitado, que transitara, com êxito, da vida acadêmica para a vida política, era ainda relativamente desconhecido do grande público quando tomou a decisão de candidatar-se, com base em uma aliança entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o PFL. O Plano Real foi lançado em julho de 1994, apresentando nítidas diferenças com relação a esquemas anteriores. A população não foi tomada de surpresa, como acontecera em anos recentes. O plano criou uma nova moeda – denominada real –, sobrevalorizada com relação ao dólar. Essa iniciativa foi facilitada pelo saneamento da dívida externa e pelo fato de que o Brasil acumulara reservas em torno de 40 bilhões de dólares. Não se estabeleceu uma relação fixa entre o real e o dólar, prevendo-se a oscilação da moeda dentro de certos limites. O exemplo da Argentina, onde a paridade provocou graves problemas de liquidez, serviu para que o Brasil não repetisse a mesma fórmula.

O plano de estabilização não congelou preços e propôs-se desindexar gradativamente a economia. A operação de troca da moeda – cruzeiros reais por reais – não foi apenas simbólica. Em alguns meses, toda a moeda do país foi trocada pelo real, em uma operação significativa tanto pelo grau de organização quanto pela receptividade da população.

Nas eleições realizadas em outubro de 1994, FHC elegeu-se presidente no primeiro turno, alcançando cerca de 54% dos votos

válidos. Lula, novamente candidato, ficou em segundo lugar. Esse resultado foi produto de vários fatores, mas o Plano Real desempenhou um papel decisivo. A oposição, sobretudo o PT, cometeu um sério erro de avaliação, insistindo em afirmar que o Plano Real era apenas “um engodo eleitoreiro” que, a curto prazo, provocaria uma grave recessão. Lançado em um momento estratégico, facilitando a vitória de FHC nas eleições presidenciais, o plano não se reduzia a isso. Na realidade, não houve recessão e a grande massa teve um aumento de seu poder de compra, graças à sensível queda da inflação, por anos seguidos.

6.4 O QUADRO ESTRUTURAL DE 1950 EM DIANTE

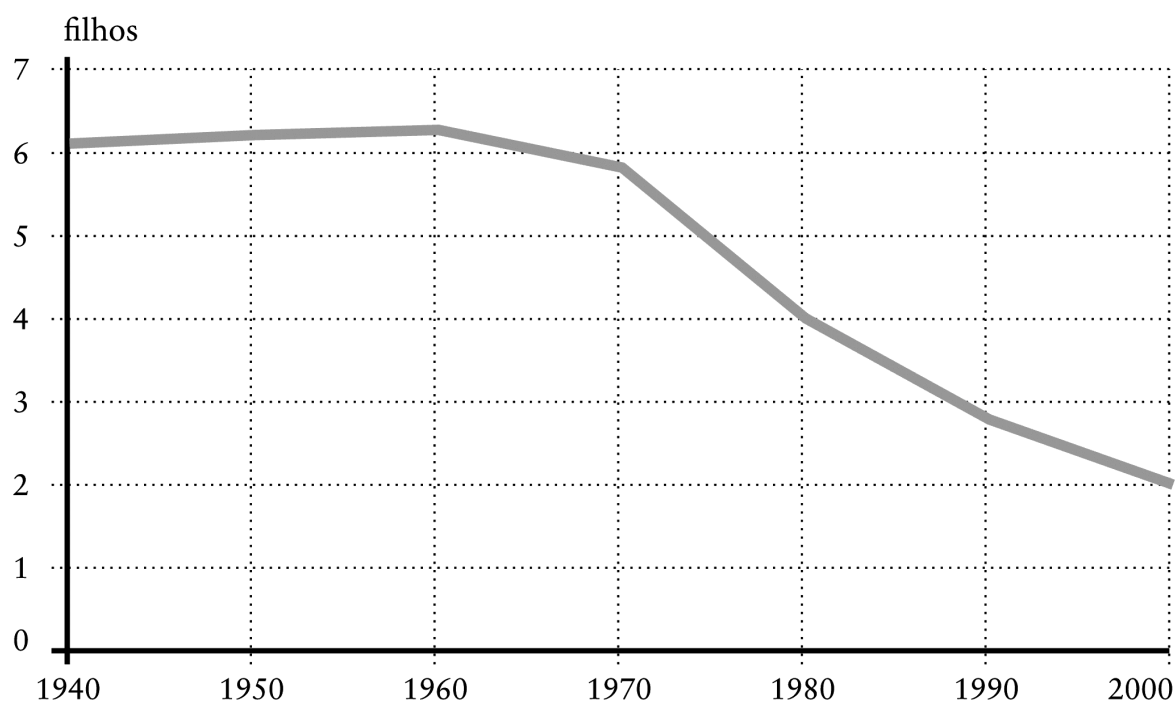
Em números globais, a população brasileira passou de 51,9 milhões de habitantes em 1950 a cerca de 164 milhões em 1999. Aumentou assim mais de duas vezes no curso de quarenta anos. Segundo os dados do censo de 1980, a distribuição populacional, de acordo com o sexo, era quase paritária: 59,8 milhões de mulheres e 59,1 milhões de homens. Desse total, os brancos constituíam maioria (54,2%), vindo a seguir os mestiços – sobretudo mulatos (38,8%) –, os negros (6,0%), os amarelos (0,6%) e os sem declaração de cor (0,4%). É possível que o número de brancos esteja exagerado por causa da interiorização do preconceito por parte de pessoas que preferiram declarar-se brancas em vez de mestiças.

Tratava-se de uma população essencialmente jovem, pois quase metade dela (49,6%) tinha menos de 20 anos. Mas, como vinha

ocorrendo desde 1960, cresceu o índice de envelhecimento, isto é, o número de velhos (65 anos e mais) para cada 100 jovens (15 anos e menos). Esse índice, que era de 6,4% em 1960, passou a ser de 7,5% em 1970 e 10,5% em 1980.

O fenômeno demográfico mais significativo foi a redução da taxa de fecundidade, sobretudo a partir dos anos 1970. Até a década de 1960, as mulheres brasileiras apresentavam uma taxa de fecundidade de cerca de seis filhos. Essa taxa caiu fortemente, a partir dos anos 1970, chegando a dois filhos por ano em 2000, como revelam os dados do gráfico 1.

GRÁFICO 1. TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL (1940-2000)



Fonte: IBGE , *Brasil em Números* , p. 78, 1999, vol. 7.

[Descrição para acessibilidade.](#)

Aparentemente, a queda da taxa de fecundidade resultou sobretudo das campanhas pelo uso de preservativos e de esterilização das mulheres. Como o aborto é considerado crime, exceto em casos excepcionais, não é possível dizer se houve também uma ampliação dessa prática. Seja como for, a utilização de métodos anticoncepcionais reflete não só uma política governamental, muito criticada pela Igreja católica, como um desejo das mulheres e dos casais de ter um número menor de filhos. Dentre as razões desse desejo destaca-se a consciência da impossibilidade de sustentar e educar minimamente um grande número de filhos.

Apesar da redução da taxa de fecundidade, a taxa de crescimento da população permaneceu elevada, por ter havido sensível declínio da taxa de mortalidade. A taxa anual de crescimento da população, no começo da década de 1980 (2,3%), correspondia aproximadamente à média dos países menos desenvolvidos (2,4%) e superava em quase quatro vezes a média dos países desenvolvidos (0,6%). Mas, como não é provável que a taxa de mortalidade volte a diminuir muito, as futuras reduções da taxa de fecundidade deverão resultar em maior queda do crescimento populacional. Os dados para 1996 revelam que esse crescimento caíra para 1,2%.

Na distribuição regional da população, tiveram significado os grandes deslocamentos do Nordeste e de Minas Gerais rumo ao centro-sul e a ocupação da fronteira agrícola. A fronteira situou-se a princípio no Paraná e depois na região Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso) e no noroeste do país (Rondônia). A forte migração de nordestinos para o

centro-sul resultou, de um lado, do ímpeto da industrialização e, de outro, das dramáticas secas que atingiram o Nordeste, em especial nos anos 1950.

O deslocamento de população para o Centro-Oeste e o noroeste do país constituiu, ao longo do tempo, o segundo grande fenômeno migratório. O impulso inicial foi dado pelas oportunidades abertas direta ou indiretamente pelo governo federal. A construção de Brasília pode ser tida como um marco da chamada Marcha para o Oeste, uma antiga aspiração proclamada já no Estado Novo pelo governo Vargas. O movimento migratório ultrapassou as fronteiras do país em direção ao Paraguai, onde se fixou um grande número de trabalhadores independentes, dedicados principalmente à produção de soja e café, os chamados “brasiguaios” .

É importante lembrar que a migração populacional rumo aos espaços vazios teve um importante efeito sociopolítico. Ao criar novas oportunidades, a fronteira contribuiu para amenizar as pressões sobre a terra nas regiões de ocupação mais antiga. Sem a sua existência, os conflitos pela posse da terra teriam tido proporções ainda maiores do que as existentes.

A população urbana cresceu consideravelmente. Tomando-se a definição restritiva de só considerar como cidades as aglomerações com 20 mil ou mais habitantes, constatamos que em 1980 a maioria da população (51,5%) passara a ser urbana, em contraste com os 16% de habitantes que viviam em cidades em 1940. Essa taxa alcançou 76% em 1996.

A transição foi extremamente rápida a partir dos anos 1950. Para termos uma ideia comparativa, nos Estados Unidos a parcela urbana da população levou oitenta anos – de 1870 a 1950 – para aumentar de 25% para 64%. Por volta de 1980, o percentual de norte-americanos que viviam em cidades era de 61%, não sendo assim muito superior ao de brasileiros já naquele ano. A comparação fica por aqui. A distribuição da renda e da qualidade de vida nas cidades dos Estados Unidos e do Brasil indica as profundas diferenças qualitativas que os dados apenas quantitativos tenderiam a ocultar.

O incremento da urbanização resultou de vários fatores. De um lado, a partir dos anos 1950, ampliaram-se as oportunidades de emprego no setor industrial e especialmente no setor heterogêneo de serviços. De outro lado, não obstante a existência da fronteira agrícola, a expulsão de posseiros, a tendência à mecanização, a mudança de atividades rurais, com menor absorção de mão de obra, empurraram a população do campo para as cidades.

Em 1980, nove capitais de estados tinham já mais de 1 milhão de habitantes; esse número subiu para 11 milhões em 1990, com São Paulo à frente, vindo a seguir Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e depois as demais.

Apesar do avanço da industrialização ao longo de várias décadas, em 1950 o Brasil ainda podia ser considerado um país predominantemente agrícola. Em trinta anos o quadro se modificou muito, a ponto de essa definição deixar de ser verdadeira. Enquanto 59,9% da população economicamente ativa (PEA) se concentrava nas

atividades primárias em 1950, esse percentual caía para 29,2% em 1980. A contribuição do setor primário para o PIB era de 24,2% em 1950 e de apenas 9,8% em 1980. Os indicadores para 1998 sobre a distribuição setorial do PIB revelam que os serviços geravam 59,7% do produto; a indústria, 32,3%; e a agricultura, 8% do produto.

Outro dado indicativo da mudança se encontra na estrutura das exportações brasileiras. No correr dos anos, os produtos primários – por exemplo, o café e o minério de ferro –, com exceção da soja, tenderam a perder importância em comparação com os produtos industrializados. A partir de 1978, estes ultrapassaram em valor os produtos primários exportados. Porém entre os produtos industrializados se encontram muitos cujo grau de processamento industrial é reduzido, como o suco de laranja.

O fato de a indústria ter-se expandido em proporção maior do que a agricultura não significa que esta estagnou. Pelo contrário, uma série de modificações ocorreu na estrutura da produção agrícola, afetando profundamente as relações de trabalho.

Após conhecer um último surto nos primeiros anos da década de 1950, o café foi perdendo importância entre os produtos de exportação. Seu auge se deu precisamente em 1950, quando representou 63,9% do valor das exportações. A partir daí, diante da concorrência internacional e da tendência à queda dos preços, o café foi declinando, a ponto de ter representado em 1980 apenas 12,3% do valor das exportações. Dados de 1996-1998 mostram que nesses anos a soja já superava o café como principal item de exportação dos produtos agrícolas.

Grandes plantações de café foram erradicadas e em seu lugar surgiram culturas como a da soja no Paraná e a da laranja no interior de São Paulo. Sobretudo a partir da criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), expandiu-se também o plantio de cana em São Paulo e no Nordeste.

Embora tanto no caso da produção de cana quanto no da laranja os produtores independentes continuassem a existir, houve uma tendência à instalação de agroindústrias – ao mesmo tempo produtoras e processadoras – em ambos os setores. Considerando-se o volume de capital necessário à instalação da agroindústria, ocorreu uma forte tendência à criação de oligopólios.

Uma das principais consequências da substituição do café por outras culturas e do avanço das pastagens foi a queda do número de trabalhadores necessários à produção. Além disso, a racionalização das atividades agrícolas, buscando-se maior produtividade e maior lucro, provocou a crise do velho sistema de colonato no centro-sul ou do morador do Nordeste. Colonos ou moradores desapareceram, surgindo em seu lugar os “boias-frias” – trabalhadores assalariados contratados para fazer serviços em épocas específicas nas fazendas, por exemplo, por ocasião do corte da cana ou da colheita da laranja. Ao contrário dos colonos, só em parte eles integram a vida rural. Moram em cidades próximas às grandes fazendas, onde são recrutados para trabalhar, diretamente pela agroindústria ou por intermediários, chamados no centro-sul de “gatos” . O surgimento de favelas em cidades do interior paulista, embora sem a mesma magnitude das da capital, deve-se em grande parte à formação desse contingente pobre de trabalhadores.

Seria apressado dizer que o boia-fria é a variante rural do operário urbano, correspondendo à introdução de relações capitalistas no campo. A forma típica de modernização em grandes propriedades consiste na introdução de máquinas e na consequente substituição de grande número de trabalhadores desqualificados por um número reduzido de trabalhadores semiqualeificados. O tempo dirá se esse processo vai reduzir a importância ou mesmo fazer desaparecer a figura do boia-fria.

O avanço da relação de trabalho assalariado no campo trouxe como uma de suas consequências o crescimento de reivindicações ligadas à natureza desse trabalho. Para os boias-frias, a posse da terra passou a ser quando muito um sonho. Por meio de greves e negociações, eles trataram de obter vantagens e direitos característicos do trabalhador assalariado.

Em período mais recente, a questão social dos boias-frias cedeu terreno com a entrada em cena do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Dirigido por pessoas que têm como horizonte uma espécie de socialismo agrário, contando com o apoio dos setores chamados progressistas da Igreja católica, o MST conseguiu inegável êxito na organização dos deserdados da terra. Sobretudo em seus primeiros tempos, foi um poderoso instrumento de pressão para que o governo FHC acelerasse o seu programa de reforma agrária.

Entretanto, ao longo dos anos o MST acentuou suas ações radicais – ocupação de terras, de prédios públicos, destruição de pedágios –, revelando sua inclinação para a violência no caminho de uma pretendida revolução social. Converteu-se assim em fator de

permanente instabilidade, o que justifica medidas defensivas por parte do Estado, mas não as violências cometidas pelas polícias militares estaduais.

É preciso levar em conta que a modernização do campo e a concentração da propriedade são fatores importantes das mobilizações agrárias. Em 1980 os minifúndios, assim considerados os estabelecimentos agrícolas com menos de 10 hectares, representavam 50,4% do número de estabelecimentos, mas ocupavam apenas 2,5% da área total de terras. No outro extremo, os latifúndios – unidades com mais de 10 mil hectares – constituíam apenas 0,1% dos estabelecimentos, mas detinham 16,4% da área total de terras.

Desse modo a bandeira da reforma agrária não desapareceu, mas mudou de ênfase. Até meados dos anos 1960, ela combinou objetivos sociais e econômicos. Seus defensores insistiam tanto no direito à propriedade por parte dos trabalhadores do campo quanto na importância que a reforma teria para incentivar a oferta de alimentos e integrar massas marginalizadas ao mercado. A ampliação do mercado consumidor era considerada indispensável para avançar no processo de industrialização.

Após a implantação do regime militar, a industrialização cresceu consideravelmente, prescindindo da reforma agrária. Esse fato não foi ocasional, mas consequência de uma escolha. Os governos militares abandonaram a perspectiva de ampliar a demanda através da maior capacidade de consumo da população pobre. Preferiram, em vez disso, incentivar a produção de bens de consumo durável – caso típico dos automóveis –, destinados às classes de renda média e alta.

Essa opção e as transformações ocorridas no campo tornaram o aspecto econômico da reforma agrária relativamente secundário nos dias de hoje. Tem-se insistido também no fato de que a produtividade de novos assentamentos rurais depende de investimentos e da assistência de um Estado em crise. Desse modo, a reforma agrária se converteu sobretudo em uma questão de justiça social para com a massa dos deserdados.

A massa de produtores pobres ou miseráveis continua a ser enorme. Em 1975, cerca de 3,64 milhões de estabelecimentos agrícolas, ou 73% do total, cultivavam a terra sem o uso do arado, fosse ele mecânico, fosse ele de tração animal. A mesma proporção de famílias rurais (73%) tinha uma renda monetária *per capita* de metade do salário mínimo, ou menos, em 1980. Contrastam com esse quadro as lavouras familiares rentáveis, dedicadas principalmente à produção de trigo e de soja no Sul e Sudeste do país e, em menor escala, à produção de frutas no Nordeste.

No curso dos anos 1950-1980 o Brasil se tornou um país semi-industrializado, com o produto industrial mais elevado de todos os países do chamado Terceiro Mundo. Cresceu também consideravelmente o grau de autonomia da indústria. Segundo dados de 1985, quatro quintos das necessidades de bens de capital (máquinas e equipamentos) eram atendidos localmente, sem ter-se de recorrer às importações. A partir de 1981, definiu-se uma fase fortemente recessiva, que se vem prolongando tendencialmente no

correr dos anos, apesar de um período de recuperação entre 1984 e 1987.

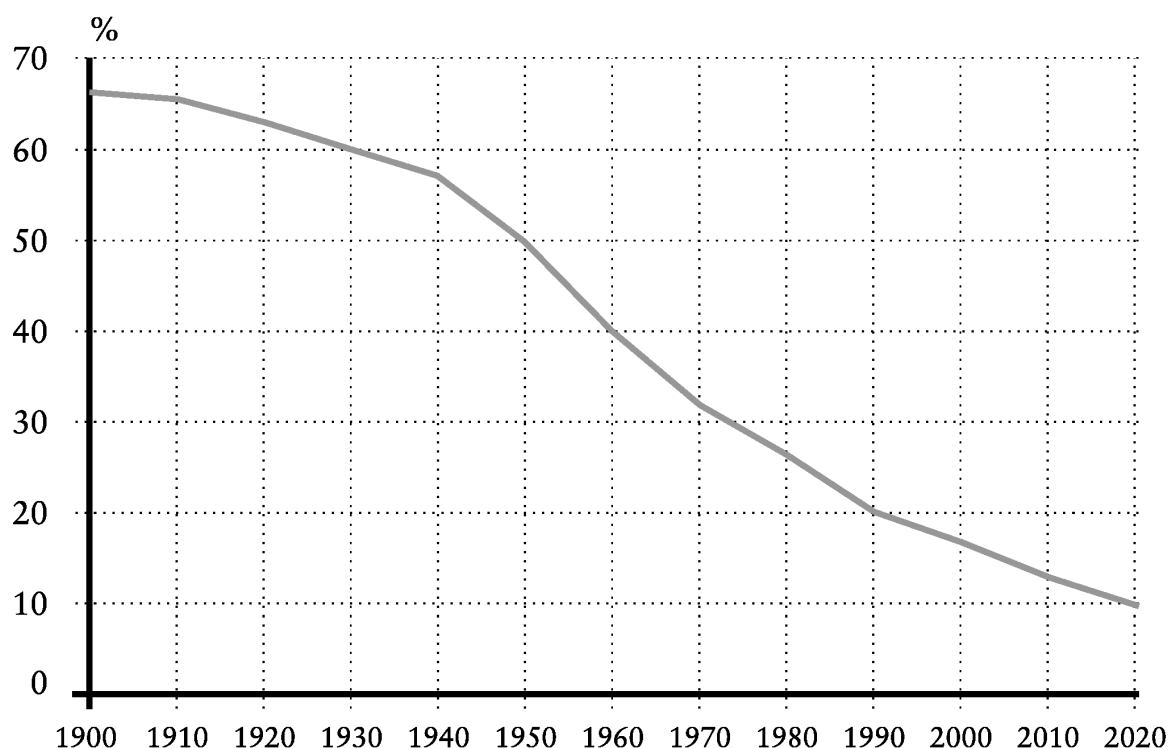
Ao longo do período de 1950 a 1980, a tendência ao declínio dos ramos tradicionais se acentuou, ocorrendo a queda dos bens de consumo não duráveis, por exemplo, alimentos e bebidas, no valor da produção industrial. Por outro lado, cresceram os demais, em especial os bens de consumo durável e os de capital. O setor de ponta dos bens de consumo durável foi a indústria automobilística, que passou a representar em torno de 10% do PIB . A mudança da estrutura industrial ocorreu em todas as regiões do país, inclusive no Nordeste. O par clássico da indústria nordestina – produtos alimentares e indústria têxtil – foi substituído pelo par indústria química-produtos alimentares, vindo a indústria química em primeiro lugar. Ganhou destaque, no complexo agroindustrial formado pelas usinas, não só a produção do açúcar como a do álcool, insumo ligado à indústria automobilística. As empresas estrangeiras não são em grande número, mas são qualitativamente muito importantes. Considerando-se as quinze maiores empresas privadas, por vendas, no ano de 1991, apenas duas eram brasileiras.

Ao longo dos anos, houve uma diversificação da procedência dos investimentos estrangeiros. O predomínio tradicional dos capitais norte-americanos se manteve, mas em menor proporção, destacando-se a grande ampliação dos investimentos provenientes da Espanha.

No setor educativo, considerando-se a população de 15 anos ou mais de idade, as taxas de analfabetismo vêm caindo consistentemente

desde os anos 1950, conforme mostra o gráfico 2. Não obstante, levando-se em conta principalmente o peso regional de certas áreas, como o Nordeste, o Brasil ainda tem muito por fazer nesse campo, como indicam os dados comparativos por países selecionados (gráfico 3).

GRÁFICO 2. TAXAS DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE (1900-2020)



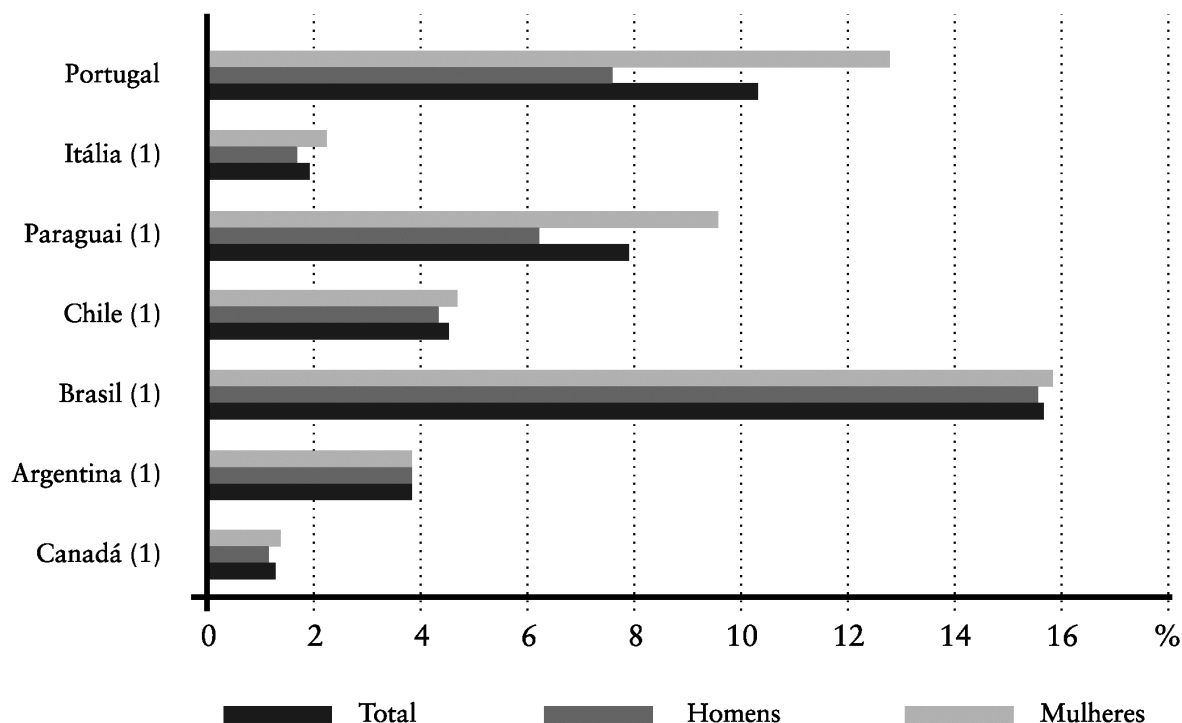
Fonte: IBGE , *Brasil em Números* , 1999, vol. 7, p. 127.

As taxas de 1910 e 1930 são interpoladas. Os dados entre 1992 e 2020 são estimativas projetadas.

[Descrição para acessibilidade.](#)

GRÁFICO 3. TAXAS DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE

IDADE POR PAÍSES SELECIONADOS (1995)



Fonte: IBGE , *Brasil em Números* , 1999, vol. 7, p. 133.

(1) Dados estimados pela Divisão de Estatísticas da Unesco em 1994.

[Descrição para acessibilidade.](#)

No que diz respeito ao percentual de pessoas de 7 a 14 anos matriculadas nas escolas, os dados recentes, graças a um esforço realizado nos últimos anos, são bastante positivos. Esse avanço é muito importante porque projeta uma melhora dos índices de escolaridade dos jovens. Os dados da tabela 1 revelam também que a defasagem entre cidade e campo existe, mas é menor do que se poderia supor.

TABELA 1. TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO DAS PESSOAS DE 7 A 14 ANOS POR

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (1997)

<i>GRANDES REGIÕES e Unidades da Federação</i>	<i>Total</i>	<i>Urbano</i>	<i>Rural</i>
<i>BRASIL</i>	93,0	94,5	88,0
<i>NORTE</i>	91,9	91,9	-
<i>Tocantins</i>	92,6	93,9	90,7
<i>NORDESTE</i>	89,4	91,7	85,8
<i>Maranhão</i>	89,1	93,1	86,2
<i>Piauí</i>	90,6	94,6	85,3
<i>Ceará</i>	92,0	93,0	90,2
<i>Rio Grande do Norte</i>	89,6	91,1	87,6
<i>Paraíba</i>	91,1	92,0	89,7
<i>Pernambuco</i>	87,4	90,0	80,0
<i>Alagoas</i>	80,9	86,0	72,8
<i>Sergipe</i>	91,7	92,2	90,4
<i>Bahia</i>	90,0	92,4	86,4
<i>SUDESTE</i>	95,5	96,2	91,2
<i>Minas Gerais</i>	94,5	96,1	90,0
<i>Espírito Santo</i>	93,6	95,2	88,7
<i>Rio de Janeiro</i>	95,0	95,2	92,5
<i>São Paulo</i>	96,3	96,6	94,9
<i>SUL</i>	94,9	95,5	92,7
<i>Paraná</i>	93,7	94,7	90,4

<i>GRANDES REGIÕES e Unidades da Federação</i>	<i>Total</i>	<i>Urbano</i>	<i>Rural</i>
<i>Santa Catarina</i>	94,1	95,9	93,2
<i>Rio Grande do Sul</i>	95,9	96,1	94,9
<i>CENTRO-OESTE</i>	93,2	95,2	84,5
<i>Mato Grosso do Sul</i>	91,1	93,4	79,1
<i>Mato Grosso</i>	91,1	93,5	84,3
<i>Goiás</i>	93,4	95,8	84,7
<i>Distrito Federal</i>	97,8	97,8	98,1

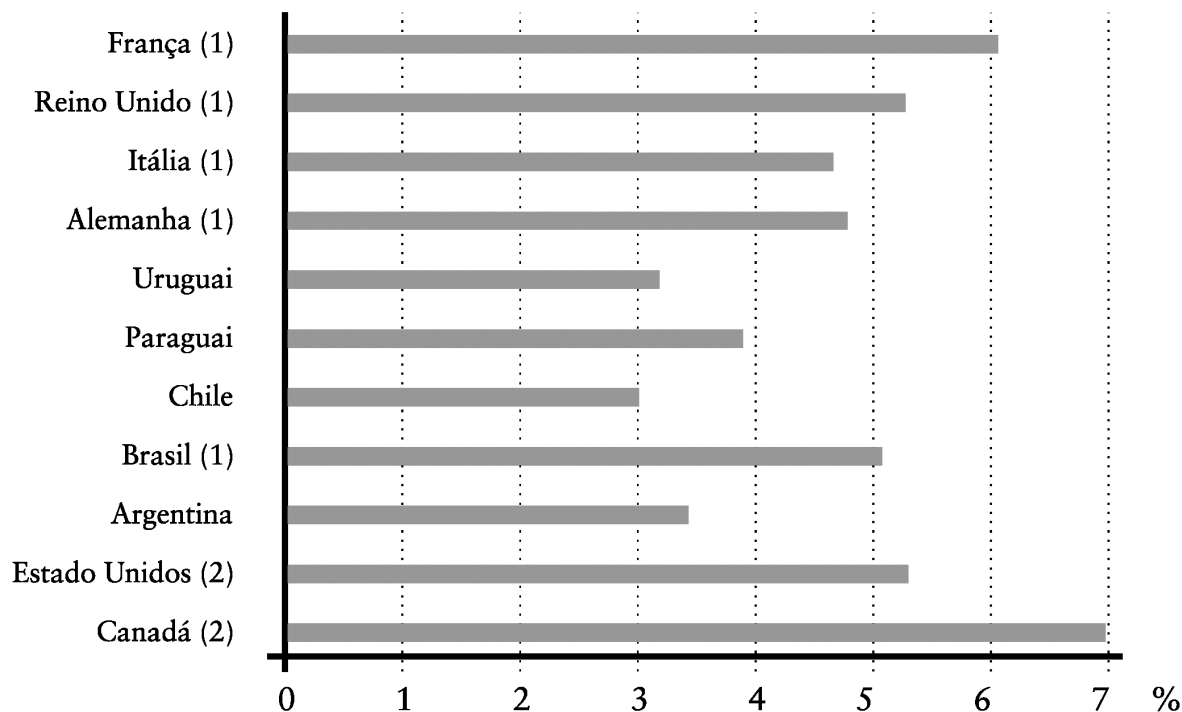
Fonte: IBGE , *Brasil em Números* , p. 131, 1999, vol. 7.

Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

É preciso considerar que, em anos recentes, o Brasil ficou à frente de vários países da Europa e da América Latina nos gastos totais com

educação, como percentual do PIB , tratando de superar um atraso secular (gráfico 4).

GRÁFICO 4. GASTOS TOTAIS COM EDUCAÇÃO COMO PERCENTUAL DO PRODUTO NACIONAL BRUTO, POR PAÍSES SELECIONADOS (1996)



Fonte: IBGE , *Brasil em Números* , 1999, vol. 7, p. 131.

(1) Dados de 1995. (2) Dados de 1994.

[Descrição para acessibilidade.](#)

Isso não significa a inexistência de problemas, dentre os quais se destacam a repetência e a qualidade do ensino. No ensino fundamental, algumas escolas privadas se destacam pela qualidade, em contraste com as deficiências do ensino público. A situação se inverte nas universidades públicas, onde o ensino é gratuito.

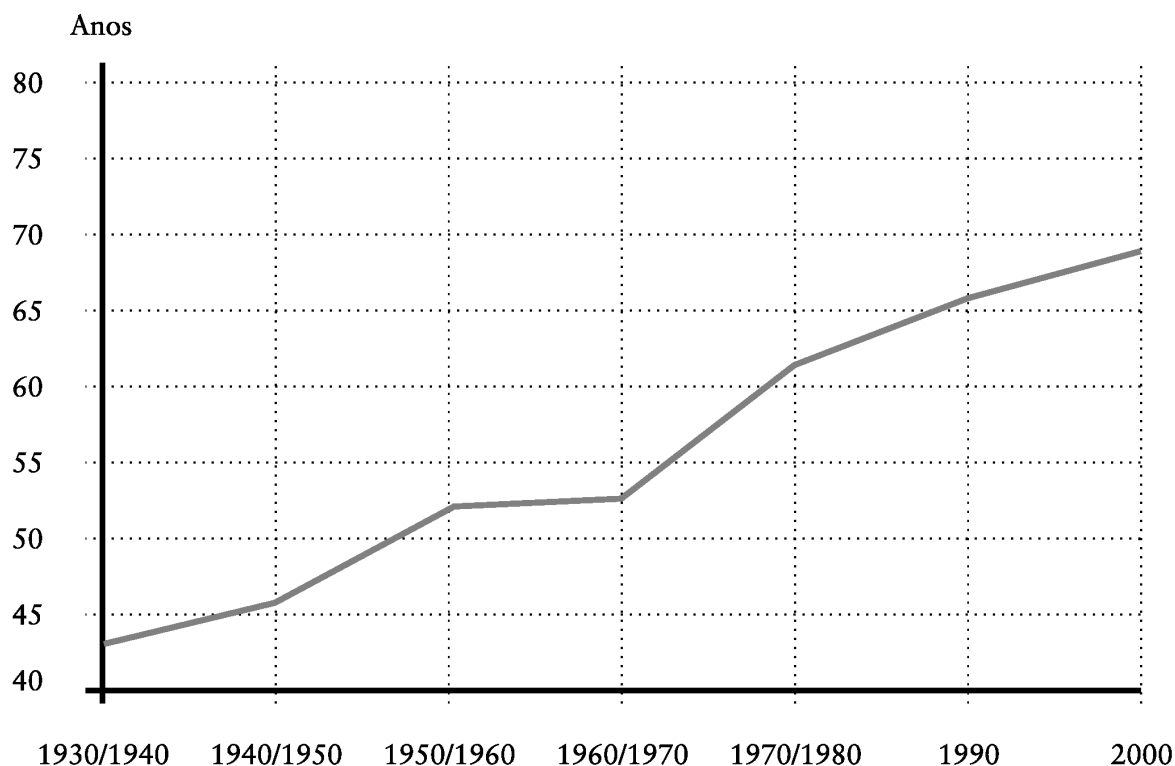
A maior possibilidade de ingresso nessas universidades é condicionada pelo currículo formado em escolas de ensino médio e fundamental de bom nível e pelo conhecimento adquirido em casa e na rede de relações sociais – o chamado currículo oculto. Desse modo, o acesso de camadas pobres e da baixa classe média aos cursos mais prestigiosos das universidades públicas se torna bastante difícil. Esses setores sociais constituem a clientela preferencial das escolas privadas de nível superior. Ressalvadas algumas exceções, o ensino aí é de qualidade comparativamente inferior.

O crescimento do ensino superior privado pode ser apreendido quando se considera que, em 1960, 44% dos alunos do ensino superior estavam matriculados em instituições privadas. Esse número aumentou para 50% em 1970 e chegou a 65% em 1980.

Outros indicadores apontam, ao mesmo tempo, para progressos e carências. A média da esperança de vida ao nascer, expressando condições gerais de saúde e de atendimento médico, cresceu significativamente entre 1950 e 1980, passando de 46 para 60 anos. O crescimento ocorreu em todas as regiões. Tomando-se a região Sul no extremo positivo e a Nordeste no extremo negativo, verifica-se o seguinte: no Sul, a expectativa média de vida em 1950 era de 53 anos e em 1980 de cerca de 67 anos; no Nordeste o índice correspondia em 1950 a 38 anos e em 1980 a 51 anos. Os índices continuaram avançando em anos mais recentes. Dados de 1999

indicam, por estimativa, que a média geral de esperança de vida, ao nascer, chegara a quase setenta anos (gráfico 5).

GRÁFICO 5. ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (1930-2000)



Fonte: IBGE , *Brasil em Números* , 1999, vol. 7, p. 77.

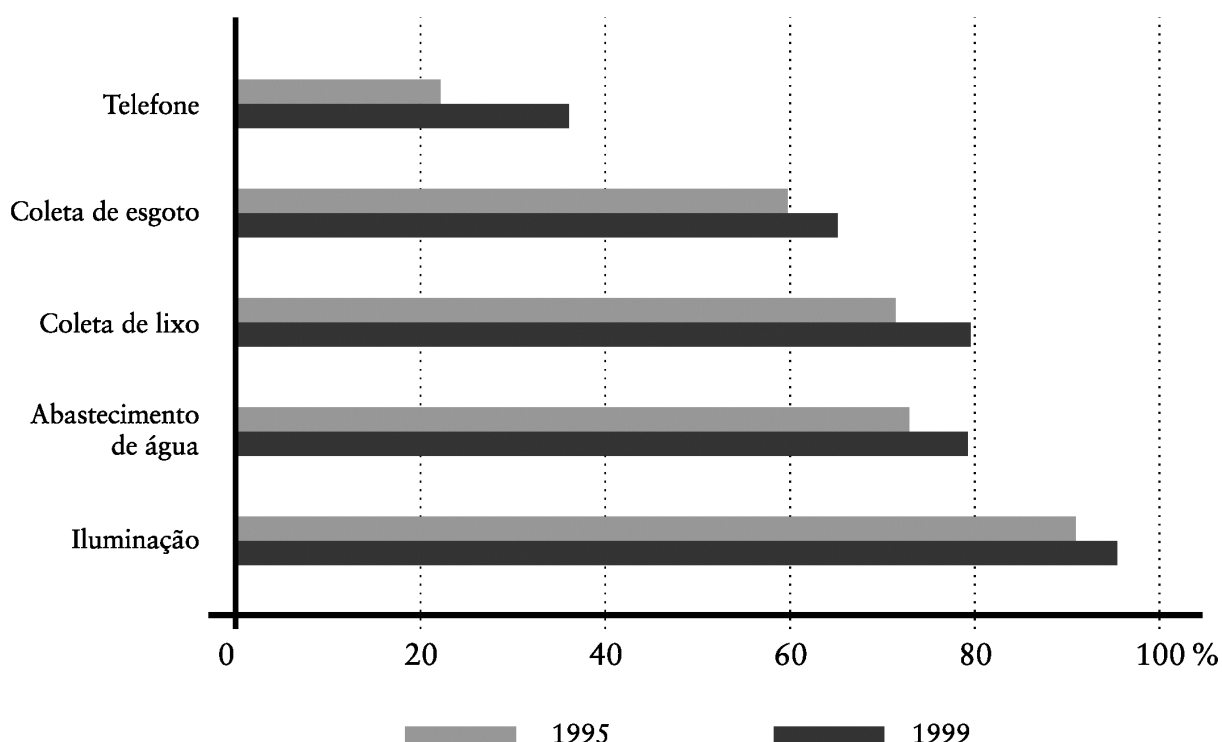
Nota: Indicadores implícitos na projeção preliminar da população brasileira, pelo método das componentes, para o período de 1980 a 2000.

[Descrição para acessibilidade.](#)

Também caiu a taxa de mortalidade infantil, que é medida pela porcentagem de cada mil crianças mortas até 1 ano de vida. No Brasil como um todo ela declinou de 130 em 1950 para 86 em 1980, chegando a 35,6 em 1999.

Os principais indicadores que medem a qualidade de vida demonstram avanços e carências. O gráfico 6 discrimina esses indicadores, tendo vários deles reflexos na melhora das taxas de mortalidade infantil e das condições de saúde.

GRÁFICO 6. QUALIDADE DE VIDA. INFRAESTRUTURA. PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS BRASILEIROS ATENDIDOS POR ALGUNS SERVIÇOS



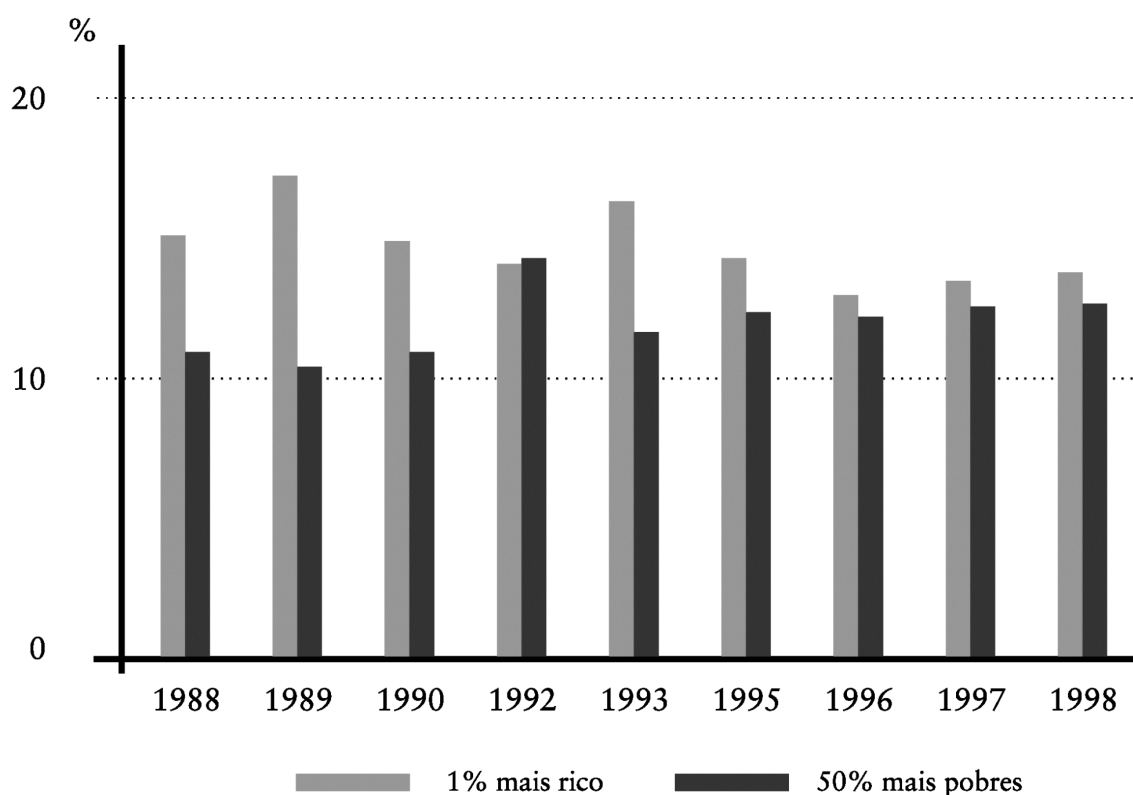
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, p. A 13, 21 jul. 2000.

Descrição para acessibilidade.

Um dos problemas mais sérios do país é o da distribuição de renda e da pobreza absoluta. No que diz respeito à distribuição de renda, o Brasil se encontra em uma das piores posições em todo o mundo. Esse fato é ainda mais revelador quando se considera que o

Brasil se define, pelo seu PIB tomado em conjunto, como um país de renda média superior. O gráfico 7 dá uma ideia clara da gravidade do problema.

GRÁFICO 7. CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL. RENDIMENTOS SOBRE O TOTAL DA RENDA DO PAÍS, EM PORCENTAGEM



Fonte: *Folha de S.Paulo*, 29 abr. 2000 (Folha Campinas/ Cotidiano, p. 3).

[Descrição para acessibilidade.](#)

Na década de 1990, o número de pessoas pobres ou miseráveis, segundo os critérios nacionais, diminuiu consideravelmente. No período entre 1993 e 1998, graças sobretudo ao fim de uma inflação devastadora e à estabilização dos preços, esse número caiu de 59,4 milhões (41,7%) para 50,1 milhões (32,7%). O fato é em si mesmo

muito positivo, mas é preciso notar que a desigualdade de renda permaneceu quase a mesma, como aliás vem ocorrendo pelo menos desde 1980.

Há também fortes disparidades em função de variáveis como sexo e cor. A partir de 1970, as mulheres ingressaram em número crescente no mercado de trabalho, como resultado de vários fatores. Dentre eles, destaque-se o grande crescimento econômico – dando origem a uma maior oferta de empregos –, acompanhado do incentivo ao consumo. Muitas mulheres passaram também a buscar trabalho fora de casa, visando suplementar o orçamento familiar. No plano das relações sociais, a sociedade foi gradativamente considerando normal o trabalho feminino na maioria das profissões.

Entretanto, a discriminação sexual no mercado de trabalho não desapareceu. As mulheres ficaram, em sua maioria, confinadas nos chamados empregos femininos, que absorviam, em 1980, 70% das trabalhadoras. Esses empregos são os de empregadas domésticas, lavradoras e operárias para as menos instruídas; secretárias, balconistas e profissionais da enfermagem para as que possuem nível médio de instrução.

As profissões consideradas femininas tendem a ser desvalorizadas como “trabalho de mulher”. Mas, mesmo quando comparamos homens e mulheres exercendo funções idênticas, constatamos a desvalorização do salário da mulher. Curiosamente, as diferenças salariais entre os sexos tendem a se acentuar nas ocupações de nível superior e de chefia em que os rendimentos são mais elevados.

Nas últimas décadas, uma mudança significativa ocorreu na esfera das filiações religiosas. O Brasil foi sempre um país de população

esmagadoramente católica. Segundo dados de 1994, os católicos continuam a ser majoritários, abrangendo em torno de dois terços da população adulta. Mas é nítido o avanço de outras religiões.

Tais religiões, ou ramos de religiões em ascenso, caracterizam-se por apelar para a emocionalidade, utilizando, em seus rituais, técnicas que, segundo pretendem, permitiriam curas coletivas milagrosas e a "exorcização do demônio". O exemplo mais nítido dessa tendência são as igrejas pentecostais, inspiradas no modelo norte-americano dos grandes cerimoniais, conduzidos pelos chamados padres eletrônicos. Os pentecostais correspondem a 10% da população adulta, ou seja, cerca de 10 milhões de pessoas, e são recrutados nas camadas pobres da sociedade, ao contrário dos chamados protestantes históricos, que correspondem a 3,3% da população.

Mesmo no âmbito da Igreja católica, surgiu um movimento de renovação carismática inspirado em modelo análogo, existente nos Estados Unidos. Em 1994, os carismáticos abrangiam 3,8% da população adulta. Eles representam uma reação às tendências que enfatizam o papel da Igreja católica na luta por reformas sociais, voltando-se para a esfera da intimidade, das relações familiares, da leitura dos textos religiosos, realizada em grandes cerimônias, tudo com uma forte marca conservadora.

6.5 CONCLUSÃO

O subtítulo “Conclusão”, antes de mais nada, precisa ser explicado. Uma história geral de um país nunca pode ser tida como concluída. Isso não só pela razão óbvia de que ninguém conhece os desdobramentos de fatos e processos que ainda estão em curso e, muito menos, a natureza de outros que ainda estão por acontecer. É preciso levar em conta também que análises do passado, por mais objetivas que procurem ser, estão sempre sujeitas a revisões e a visões diversas de interpretar o passado. Com todas essas ressalvas, um fecho é sempre necessário e suponho que útil para um livro da natureza deste que o leitor tem em mãos.

Nos últimos trinta anos ocorreram no mundo transformações radicais cujos desdobramentos ainda estão em curso.

No plano da economia, deixou em grande medida de existir a divisão do trabalho entre países dominantes industrializados e países dependentes, produtores de matérias-primas e gêneros agrícolas. Em busca de mão de obra barata, pelo menos em um primeiro momento, e como resposta às medidas protecionistas dos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, as grandes empresas transferiram parte de seu parque produtivo para esses países. Ocorreu assim uma internacionalização do processo produtivo. Em consequência, abriram-se em algumas regiões oportunidades para novas ondas industrializantes. A mais importante delas deu origem, na Ásia, aos Tigres Asiáticos.

Como parte desse processo, o mundo atravessou e ainda atravessa uma revolução tecnológica que deixou para trás a

Revolução Industrial. Cada vez mais a informação se tornou vital; cada vez mais velhos processos produtivos foram sendo abandonados e o progresso se concentrou na capacidade científica, no conhecimento e na criação de novas técnicas e novos produtos.

As transformações puseram fim ao antigo tipo de dependência dos países periféricos com relação ao centro dominante. Não desapareceram os elos de subordinação no plano internacional, mas eles mudaram de caráter. Com a revolução tecnológica, alguns países detentores de matérias-primas entraram em acentuado declínio, passando de “vítimas do imperialismo” a órfãos abandonados, à margem de uma nova ordem econômica.

Nos últimos vinte anos, o papel hegemônico dos Estados Unidos, tanto no plano da economia como no das opções ideológicas, para bem ou para mal, tornou-se avassalador. Ao mesmo tempo, os demais países do Primeiro Mundo buscaram uma integração sem precedentes, de que resultou um polo significativo constituído pela União Europeia.

Ao mesmo tempo, nos últimos anos da década de 1980 e nos primeiros da de 1990 ocorreu a impressionante derrocada do Leste Europeu, que liquidou o mundo da Guerra Fria e mostrou a falência da economia estatizada sob controle totalitário. As concepções derivadas da divisão do mundo entre dois blocos ideologicamente opostos perderam a base de sustentação. O ideário liberal, no plano da economia como da política, ganhou enorme projeção. Em alguns casos, chegou-se a vender a ideia de que a mão invisível do mercado, com um mínimo de intervenção estatal, seria capaz de superar desajustes econômicos e mesmo sociais.

Nesse quadro, os chamados países emergentes, entre os quais se encontra o Brasil, enfrentam novos desafios. A constituição de um bloco de países da América Latina tornou-se uma necessidade imperiosa. O Mercado Comum do Sul (Mercosul) – pacto formado pela Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai –, com todos os seus impasses e dificuldades, representou um importante passo para o estreitamento de laços econômicos e culturais entre esses países. Quando levamos em conta a história de rivalidades que chegou a rupturas nas relações entre Brasil e Argentina, podemos medir a importância do caminho até aqui trilhado.

No plano interno do Brasil, uma boa pergunta de um livro de história consiste em indagar até que ponto o passado histórico torna impossível, ou quase impossível, a superação de muitos dos males atuais. Uma resposta sintética consiste em dizer que, apesar de todos os fatores negativos do passado que ainda se refletem no presente – a escravidão, o clientelismo, a exclusão social das camadas mais pobres –, os obstáculos, sem dúvida difíceis, não são impossíveis de superar.

Um breve olhar sobre os últimos anos permite encarar o futuro com um cauteloso otimismo. A cautela deriva do fato de que ninguém pode garantir a continuidade de rumos, assim como da constatação de que os tempos que estão por vir sempre reservam boas ou más surpresas. Se essa constatação sempre foi verdadeira, nos tempos atuais ela o é ainda mais, pois em um mundo globalizado a bonança, de um lado, e as tempestades, de outro, muitas vezes são trazidas pelos ventos que sopram de fora para dentro do país.

No plano econômico, o Brasil tem tratado de atuar no compasso das novas realidades, abrindo-se para o comércio internacional e os investimentos estrangeiros pela via das privatizações, mas não apenas por elas. As privatizações, passada uma fase inicial de ajustes, proporcionaram uma melhora do acesso da população a muitos serviços, como é o caso da telefonia, cuja utilização tornou-se plenamente viável.

Ao mesmo tempo, o país passou a encarar algumas questões, revendo o pressuposto do passado de que era possível ampliar ao infinito o gasto público recorrendo ao milagre da inflação. Desse modo, aquilo que se chama de responsabilidade fiscal entrou na ordem do dia e deu origem a muitas medidas nesse sentido que alcançam a União, os estados e os municípios.

Seria equivocado pensar, como se ouve frequentemente, que a política governamental adotou o figurino neoliberal, o qual, entre outras coisas, tende a reduzir, ao menos em teoria, o papel do Estado. Na verdade, o Estado mudou seu papel de agente produtivo, que teve sentido no passado, passando a atuar – com problemas e êxitos – como centro de políticas de desenvolvimento social e regulador da atuação de empresas privadas nas áreas sensíveis da energia elétrica, das comunicações etc.

A drástica queda da inflação, alcançada após anos e anos de um perverso “festival” inflacionário, não teve efeitos saudáveis apenas no plano financeiro. A estabilidade de preços livrou as camadas mais pobres da população de um verdadeiro imposto que comia seus salários no curso do mês e tornava impossível qualquer previsão quanto ao futuro. Índices de maior acesso a serviços básicos, à

educação, à saúde etc. são também reais, embora persistam desigualdades regionais e de classe social. Tudo isso deve ser valorizado, o que não significa pintar um quadro róseo do país. A desigualdade social e, mais do que ela, a exclusão de milhões de brasileiros de um mínimo indispensável a uma existência digna constituem graves problemas que só podem ser resolvidos a médio prazo.

A insegurança, sobretudo nas grandes cidades, como ninguém ignora, tornou-se alarmante nos últimos anos. O mais grave é que esse quadro não poderá ser sensivelmente alterado apenas com a redução da pobreza e do desemprego, ainda que esse fator tenha um peso importante. A associação entre o consumo de droga e o crime, vinculada a uma quebra geral de valores, deu origem a um fenômeno novo, ou seja, o crescimento do número de jovens de classe média que se tornam delinquentes.

É necessário lembrar também o problema do desemprego, que tem várias causas. O desemprego tem a ver com a introdução de novas tecnologias poupadoras de trabalho, com o avanço da informática, que exige níveis mais altos de escolaridade por parte dos trabalhadores. Tem a ver também com a redução do crescimento econômico como um subproduto da contenção de gastos e da necessidade de baixar drasticamente a inflação.

O problema do desemprego se torna mais grave no Brasil, quando comparado ao dos países europeus, pelo fato de medidas protetoras, como o seguro-desemprego, não chegarem a representar, nem de longe, o guarda-chuva dos benefícios sociais proporcionados por esses países. O problema da previdência social permanece,

combinando a existência de privilégios com a massa de trabalhadores que se aposentam com proventos claramente insuficientes, obrigando-os à busca difícil de um novo emprego.

Um objetivo primordial para o futuro consiste na afirmação da democracia e na elevação das condições de vida. Esse objetivo, expresso em poucas palavras, não é fácil de ser alcançado, dependendo de conjunturas favoráveis e de uma ação tanto do Estado quanto da sociedade civil.

Devemos entender por democracia não apenas a participação nas eleições, de tempos em tempos, sem negar com isso a importância da transformação do Brasil em uma democracia de massas. Trata-se de abrir espaços para a participação democrática em diferentes níveis de atividade, que vão desde o enfrentamento dos problemas específicos dos bairros aos orçamentos participativos. Trata-se ainda, no comportamento do dia a dia, de ter atitudes que reduzam um individualismo egoísta em favor de esforços comuns, de promover a tolerância, que passa pelo respeito das diferenças e das diversas opiniões.

A sociedade civil tem dado passos significativos nesse caminho, não só incentivando a tomada de consciência dos problemas como encontrando formas organizatórias para enfrentá-los, ainda que com resultados desiguais. Os movimentos em favor da igualdade de gêneros, dos direitos indígenas, contra a discriminação racial, pela preservação da natureza etc. falam por si mesmos. Tudo indica que esses movimentos tendem a crescer, não sendo, pois, um fenômeno passageiro.

As questões da afirmação e ampliação da democracia e do acesso dos excluídos à plena cidadania estão interligadas. O regime democrático só terá condições de se transformar, em nosso país, em um “valor universal” quando estiver associado a um maior bem-estar dos cidadãos e à perspectiva de um futuro melhor.

Esse objetivo não está ao alcance da mão nem de mágicas providenciais. Ele depende de muitos fatores, em que se combinam limites estruturais e as possibilidades da ação humana. Seria ilusório ter do futuro uma “visão do paraíso” . Mas, em compensação, nada indica que o Brasil esteja condenado ao fracasso.

DESCRIÇÕES DOS GRÁFICOS PARA ACESSIBILIDADE

GRÁFICO 1. TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL (1940-2000)

Observação: Os valores indicados são aproximados.

- 1940. Taxa: 6,1 filhos
- 1950. Taxa: 6,2 filhos
- 1960. Taxa: 6,3 filhos
- 1970. Taxa: 5,9 filhos
- 1980. Taxa: 4 filhos
- 1990. Taxa: 2,9 filhos
- 2000. Taxa: 2 filhos

GRÁFICO 2. TAXAS DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE (1900-2020)

Observação: Os valores indicados são aproximados.

- 1900. Taxa: 67%
- 1910. Taxa: 66%
- 1920. Taxa: 64%
- 1930. Taxa: 60%
- 1940. Taxa: 57%
- 1950. Taxa: 50%
- 1960. Taxa: 40%
- 1970. Taxa: 32%
- 1980. Taxa: 27%
- 1990. Taxa: 20%
- 2000. Taxa: 17%
- 2010. Taxa: 13%
- 2020. Taxa: 10%

GRÁFICO 3. TAXAS DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE POR PAÍSES SELECIONADOS (1995)

Observações: Os valores indicados são aproximados. Os dados referentes a todos os países, exceto Portugal, são estimados pela Divisão de Estatísticas da Unesco em 1994.

	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Total</i>
Portugal	13%	7,5%	10,2%
Itália	2,3%	1,7%	2,0%
Paraguai	9,5%	6%	8%
Chile	4,8%	4,4%	4,6%
Brasil	15,9%	15,6%	15,7%
Argentina	3,9%	3,9%	3,9%
Canadá	1,5%	1,1%	1,3%

GRÁFICO 4. GASTOS TOTAIS COM EDUCAÇÃO COMO PERCENTUAL DO PRODUTO NACIONAL BRUTO, POR PAÍSES

SELECIONADOS (1996)

Observação: Os valores indicados são aproximados.

- França (dados de 1995): 6%
- Reino Unido (dados de 1995): 5,2%
- Itália (dados de 1995): 4,5%
- Alemanha (dados de 1995): 4,7%
- Uruguai (dados de 1996): 3,1%
- Paraguai (dados de 1996): 4%
- Chile (dados de 1996): 3%
- Brasil (dados de 1995): 5%
- Argentina (dados de 1996): 3,5%
- Estados Unidos (dados de 1994): 5,3%
- Canadá (dados de 1994): 7%

GRÁFICO 5. ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (1930-2000)

Observação: Os valores indicados são aproximados.

- 1930-1940: 43 anos
- 1940-1950: 45 anos
- 1950-1960: 52 anos
- 1960-1970: 53 anos
- 1970-1980: 61 anos
- 1990: 65 anos
- 2000: 69 anos

GRÁFICO 6. QUALIDADE DE VIDA. INFRAESTRUTURA. PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS BRASILEIROS ATENDIDOS POR ALGUNS SERVIÇOS

Observação: Os valores indicados são aproximados.

	<i>1995</i>	<i>1999</i>
Telefone	20%	35%

	<i>1995</i>	<i>1999</i>
Coleta de esgoto	60%	65%
Coleta de lixo	70%	80%
Abastecimento de água	70%	80%
Iluminação	90%	95%

GRÁFICO 7. CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL.
RENDIMENTOS SOBRE O TOTAL DA RENDA DO PAÍS, EM
PORCENTAGEM

Observação: Os valores indicados são aproximados.

	<i>1% mais rico</i>	<i>50% mais pobres</i>
1988	15%	11%
1989	17%	10%
1990	15%	11%
1992	14%	14%
1993	16%	12%
1995	14%	13%
1996	13%	12%
1997	13%	13%
1998	14%	13%

7.

A Modernização pela Via Democrática (1990-2010)

SÉRGIO FAUSTO

7.1 INTRODUÇÃO

As últimas décadas foram plenas de mudanças no Brasil. Do ângulo político, em sentido amplo, a maior delas consistiu no desafio de encontrar meios e modos de compatibilizar as aspirações inscritas na Constituição de 1988 com as exigências da integração do Brasil na economia global.

O Brasil chegou ao início da década de 1990 como uma das economias mais fechadas do mundo capitalista. Estruturalmente, o fechamento da economia era fruto do modelo de industrialização forjado ainda nos anos 1950. A economia se fechara mais ainda, no início dos anos 1980, na esteira da chamada crise da dívida externa. A necessidade de gerar superávits comerciais crescentes levou o

último governo militar a desvalorizar a moeda e acirrar os controles administrativos sobre as importações.

Fez-se o ajuste externo com sucesso, mas os custos econômico e social foram enormes. A economia praticamente não cresceu ao longo da década de 1980. Sob os efeitos fiscais da crise da dívida externa – a maior parte da dívida brasileira com credores externos era pública – e das desvalorizações cambiais, a inflação acelerou, os mecanismos de indexação da economia passaram a operar em intervalos cada vez mais curtos, reforçando o componente inercial da inflação. As tentativas de debelar o processo inflacionário com terapias de choque fracassaram e empurraram a inflação para patamares cada vez mais altos. O temor de encontrar um novo congelamento de preços no dobrar da próxima esquina levava ao reajuste preventivo dos preços. Assim o país chegou à beira da hiperinflação.

Nesse processo, cresceram a pobreza e a desigualdade social, pois os mais pobres não contavam com proteção contra os efeitos corrosivos da inflação – nem salários indexados nem acesso a aplicações financeiras indexadas. Com isso ganhavam os bancos, grandes empresas e o Estado, porque a inflação corroía o valor das despesas programadas nos orçamentos públicos, enquanto a receita estava protegida pela indexação dos tributos.

Nada mais contraditório com as aspirações sociais inscritas na Constituição de 1988 do que o quadro descrito. A inflação alta, crônica e crescente levava ao aumento da pobreza e da desigualdade social e impedia o Estado de colocar em prática políticas públicas condizentes com os dispositivos constitucionais. Por

outro lado, vários desses dispositivos, em particular os referentes à ordem econômica, não contribuíam para que o país pudesse sair da crise estrutural em que se encontrava.

Se foi progressista na área social, a Constituição de 1988 mostrou-se anacrônica em relação à organização e regulação da economia – reforçou e estendeu monopólios estatais e discriminações ao capital estrangeiro –, além de inconsistente no campo fiscal, ao criar despesas sem a necessária contrapartida em fontes de receita. Sob esse aspecto, o ônus maior recaiu sobre a União, que se viu privada de fontes de receita, transferidas parcial ou integralmente para estados e municípios, ao mesmo tempo que viu aumentarem seus encargos na área de seguridade social, em particular na previdência.

Definitivamente, o Brasil ingressou na década de 1990 em posição desvantajosa para retomar sua trajetória de crescimento e progredir na direção de uma sociedade mais justa. Ao espectro da regressão socioeconômica juntava-se o fantasma da ingovernabilidade. Após o governo Sarney e o breve governo Collor, concluído com o *impeachment* do presidente, tinha-se a impressão de que o sistema político brasileiro era irremediavelmente incapaz de produzir governos estáveis e eficazes.

A história das duas décadas subsequentes desmente o pessimismo que predominava no país naqueles anos. É desse período que se ocupa este capítulo.

7.2 O GOVERNO SARNEY: DEMOCRATIZAÇÃO E DESCONTROLE INFLACIONÁRIO

O fim do governo do presidente José Sarney foi melancólico. O fracasso dos planos econômicos e a moratória do pagamento dos juros da dívida externa levaram o Brasil a uma situação de grande instabilidade, enquanto se acumulavam denúncias de toda espécie contra o governo. Restaram, como elementos positivos de seu período de governo, o respeito às regras democráticas – o que, àquela altura, não era pouco – e algumas decisões no plano internacional. Entre estas, a mais importante foi a iniciativa conjunta com o presidente Raúl Alfonsín, da Argentina, que pretendia fortalecer os laços políticos e econômicos entre os dois países.

Essa iniciativa pôs fim à tensão surda predominante nas relações bilaterais por décadas, se não séculos, e reforçou os regimes democráticos recém-restabelecidos na região. Começou a nascer então o Mercado Comum do Sul (Mercosul), que viria a ser constituído em Assunção, Paraguai, em março de 1991, com a adesão de quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A aproximação entre Brasil e Argentina resultou também em um acordo pelo qual os dois países se comprometeram a abandonar os objetivos bélicos de seus programas nucleares.

Para a população em geral, no curso dos anos Sarney, pesaram as dificuldades econômicas e as denúncias de privilégios, em um clima que favoreceu a emergência da candidatura de Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989. Collor apresentou-se como herói salvador, combatente destemido da

corrupção e dos assim chamados marajás – servidores públicos privilegiados com altos salários. Collor associou a essa roupagem popular um programa de reformas do Estado e da economia influenciado pelos ventos liberais que sopravam no mundo na segunda metade dos anos 1980, em especial após o colapso do socialismo real no Leste Europeu, que antecedeu o fim da União Soviética. Os ventos também sopravam no Brasil, dada a crise do modelo nacionalista autárquico, cujo sintoma mais nítido era o descontrole inflacionário.

7.3 A CRISE POLÍTICA E A MUDANÇA ECONÔMICA: O BREVE MANDATO DE FERNANDO COLLOR

Filho de um ex-senador da República, Collor pertencia à oligarquia de um dos estados mais atrasados e pobres da federação, Alagoas, do qual se tornara governador em 1986. Era um *outsider* com relação às elites econômicas do centro-sul, embora tivesse se criado na cidade do Rio de Janeiro e se casado, em primeiras núpcias, com a herdeira de um dos maiores grupos empresariais do país. Seus principais adversários, no primeiro turno das eleições, foram Leonel Brizola, herdeiro político de Vargas e membro do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Collor não obteve o apoio das grandes formações partidárias e, por isso, candidatou-se por um partido modesto, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN). No entanto, contou com a simpatia da TV Globo, pertencente ao maior

grupo de comunicações do país, a qual não via com bons olhos a possibilidade de uma vitória de Brizola ou de Lula. Como candidato à vice-presidência, Collor escolheu Itamar Franco, um político sem expressão nacional à época que era senador por Minas Gerais.

No primeiro turno, nenhum candidato logrou alcançar maioria absoluta. A disputa foi decidida em segundo turno entre os dois primeiros colocados, Collor e Lula. Explorando o temor de que Lula viesse a tomar medidas radicais, incluindo o confisco de depósitos bancários da população, Collor venceu com cerca de 43% dos votos contra 38% obtidos por Lula.

Tão logo assumiu a presidência, em 15 de março de 1990, anunciou um programa de estabilização monetária que incluía uma medida drástica: o bloqueio de todos os ativos financeiros existentes acima de 50 mil cruzados novos. O chamado confisco foi a pedra angular do Plano Collor, lançado como terapêutica extrema para curar uma inflação que chegara a 80% ao mês e ameaçava subir ainda mais. Pela surpresa e por seu alcance, a medida traumatizou a população brasileira durante anos. Os recursos permaneceram bloqueados por dezoito meses e perderam valor nesse período. A medida extrema, acompanhada de congelamento de preços e salários, do corte de gastos públicos e da elevação de alguns impostos, não produziu os resultados esperados. Ao final de 1990, já era claro que a inflação retomava impulso. No início do ano seguinte, o presidente trocou sua jovem e heterodoxa equipe econômica por outra, de linha ortodoxa. A adoção de uma política de juros altos, contenção de gastos e rejeição de novos choques econômicos evitou que a inflação explodisse, mas não se mostrou capaz de quebrar a

inércia inflacionária. A inflação se estabilizou em patamar muito elevado, cerca de 20% ao mês.

O governo Collor foi um misto de aventuras políticas e rupturas fundamentais com o modelo de desenvolvimento que, com algumas modificações, se mantinha desde os anos 1940-1950. Entre essas rupturas estão a abertura comercial e a privatização de empresas estatais do setor industrial. Collor aboliu de uma só vez muitos dos controles administrativos sobre o comércio exterior e estabeleceu um cronograma de abertura comercial que reduziria a tarifa média sobre importações de mais de 50% em 1990 a cerca de 15% em 1994. As privatizações, até então limitadas a empresas de menor importância, passaram a ocorrer em setores essenciais da matriz industrial brasileira, como a siderurgia e a petroquímica. Alterou-se a lei que criava a reserva de mercado para os bens de informática, aprovada no governo Sarney e tida como o exemplo máximo do nacionalismo autárquico. A nova lei acabou com a virtual impossibilidade de importação nessa área.

O lado reformista do governo Collor explica por que ele chegou a contar com nomes de peso em alguns dos altos postos da administração, inclusive em nível ministerial, e a despertar entusiasmo em certos setores da elite, a despeito do trauma causado pelo plano de estabilização. O Partido da Frente Liberal (PFL) integrou-se a seu governo no segundo ano do mandato, depois da saída da equipe responsável pelo confisco. Em seguida, o presidente empenhou-se em obter o apoio do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que concordava com as linhas gerais do programa de abertura e desestatização da economia.

Criado em 1988, a partir de uma cisão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sob a liderança de Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso – FHC –, José Serra e Franco Montoro, o PSDB surgiu como um partido de centro-esquerda (suas principais lideranças, oriundas do estado de São Paulo, haviam se destacado na luta contra a ditadura e o modelo de desenvolvimento concentrador da renda) com o propósito de representar uma renovação no campo progressista. Sem o enraizamento do PT no mundo sindical e nos movimentos sociais, o PSDB apareceu como um partido da classe média ilustrada com boa aceitação entre o empresariado mais moderno.

Em meados de 1992, surgiram acusações sobre um esquema de corrupção no governo Collor, que buscava afirmar-se rápida e vorazmente, prevalecendo sobre outros esquemas já estabelecidos. O autor das denúncias foi ninguém menos do que o irmão mais novo do presidente, em entrevista a uma das maiores revistas do país. Elas atingiam diretamente o tesoureiro da campanha presidencial, Paulo César Farias, mais conhecido como PC Farias, e indiretamente o presidente, acusado de ser o beneficiário último das ações do ex-tesoureiro. Após a queda do presidente Collor, Farias seria assassinado em um episódio não elucidado.

Uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) começou a realizar investigações na Câmara dos Deputados, a princípio sob a descrença da maioria dos políticos e da opinião pública. Mas logo as investigações ganharam conteúdo e surgiu um movimento popular exigindo o *impeachment* de Collor. Era, sobretudo, um movimento de jovens de classe média – os caras pintadas, chamados assim por

causa das cores cobrindo seu rosto, com destaque para o verde e o amarelo da bandeira nacional. Sem outra saída, Collor decidiu renunciar em fins de 1992. Mesmo assim, o Parlamento votou o *impeachment* e suspendeu por oito anos seus direitos políticos.

Embora a atuação de Collor tenha desfeito muitas esperanças, o episódio do *impeachment* revelou a estabilidade das instituições democráticas e a capacidade de pressão da sociedade civil, ainda que sem a amplitude demonstrada anos antes, na campanha pelas eleições diretas à presidência da República.

7.4 O GOVERNO ITAMAR FRANCO: DA CRISE POLÍTICA AO PLANO REAL

De novo, um vice-presidente assumia o poder, a exemplo do que sucedera como consequência da morte do presidente eleito Tancredo Neves, em abril de 1985. O Brasil agora seria governado por uma figura provinciana, de temperamento instável e de propensões nacionalistas. O governo reuniu vários partidos, tendo o PMDB e o PSDB assumido as posições de maior destaque. O PT se recusou a apoiá-lo e manteve-se na oposição, para a qual foi também o PFL , que ficara com Collor até o fim.

Ao contrário das expectativas, o governo de Itamar Franco não interrompeu o programa de privatizações – a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), símbolo da industrialização sob controle do Estado, foi privatizada em 1993. O governo seria marcado pelo lançamento do Plano Real, conduzido por FHC , à frente do Ministério da Fazenda

a partir de maio daquele ano, depois de alguns meses como ministro das Relações Exteriores do presidente Itamar Franco.

Era enorme o ceticismo quanto à possibilidade de realizar um plano de estabilização bem-sucedido em um governo que, em pouco mais de sete meses, já havia trocado três vezes de ministro da Fazenda. O presidente comprovava a fama de personalidade mercurial. Para piorar, o governo não contava com maioria sólida no Congresso. Como se não bastasse, este se encontrava mergulhado em uma crise motivada pela descoberta de um esquema de corrupção na comissão encarregada de elaborar o orçamento federal.

A desconfiança não era só interna. O Fundo Monetário Internacional (FMI) também era cético quanto às possibilidades de estabilização da economia brasileira naquelas circunstâncias, não obstante a bem-sucedida renegociação da dívida externa do país, processo concluído, depois de mais de dez anos, poucos meses antes do lançamento da nova moeda.

Em 1993, a inflação anual chegou a quase 2.000%, com aceleração no segundo semestre. Cresceu a pressão para que o ministro da Fazenda agisse. FHC , no entanto, recusou-se a adotar um novo plano de choque. Seis haviam sido adotados, sem sucesso, desde o Plano Cruzado, uma média de quase um por ano. Apostou que a única maneira de recuperar a confiança no governo e ter sucesso duradouro no combate à inflação era formular um programa de estabilização que pudesse ser conhecido de antemão pela população e que operasse mais por meio de mecanismos voluntários de adesão do que por meio de medidas compulsórias.

FHC reuniu em torno de si uma equipe liderada por economistas que haviam participado do Plano Cruzado e refletido sobre as razões de seu fracasso. Além de congregar uma equipe respeitada dentro e fora do país, FHC desempenhou papel central na conquista do apoio político necessário à realização do Plano Real, não só no Congresso e na sociedade mas também dentro do próprio Executivo. Entre os principais integrantes do governo, não faltava quem preferisse a reedição de um plano nos moldes do Plano Cruzado.

Oficializada em 28 de fevereiro de 1994, a Unidade Real de Valor (URV) foi o instrumento que tornou possível derrubar a inflação sem o recurso do congelamento de salários e preços, os quais passaram a ser designados em URV s, embora continuassem a ser pagos em cruzeiros, segundo uma taxa de conversão que variava diariamente. Os salários foram convertidos compulsoriamente pela média dos quatro meses anteriores. Já a conversão dos preços deu-se gradual e voluntariamente, por meio da negociação entre os agentes econômicos, com a mediação do governo, quando necessário. Por quatro meses, a nova moeda em embrião conviveria com a velha moeda em extinção. A URV representava uma referência estável de valor, enquanto o cruzeiro era dia a dia corroído pelo efeito da inflação.

Preparou-se assim o terreno para que a nova moeda viesse à luz sem necessidade de mais um congelamento. Evitou-se com isso a reutilização de uma ferramenta que, empregada nos planos anteriores, se havia desmoralizado pela ineficácia no combate à inflação, pela desorganização causada na economia e pelas numerosas ações geradas contra o governo no Poder Judiciário.

Antes do lançamento da URV , o governo havia conseguido aprovar no Congresso um ajuste fiscal de emergência. Dele fazia parte a criação de um novo tributo sobre transações financeiras, o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), e uma lei que desobrigava o governo de gastar 20% da arrecadação com despesas previamente definidas na Constituição. Esse mecanismo de desvinculação de receitas recebeu o nome de Fundo Social de Emergência (FSE) e, assim como o IPMF , seria prorrogado sucessivamente nos anos seguintes, com outros nomes. FHC utilizou todo o seu peso político para a aprovação do FSE , conseguindo atrair o apoio do PFL , que se encontrava na oposição. Começou a nascer ali a aliança que daria sustentação à sua candidatura à presidência.

O aumento das receitas e sua desvinculação parcial de despesas obrigatórias eram essenciais ao governo para compensar os efeitos negativos da queda da inflação sobre as contas públicas. Essa era outra das lições aprendidas com o fracasso do Plano Cruzado. Tratava-se, de toda forma, de um ajuste fiscal mínimo, de emergência. Enfrentar as causas estruturais do déficit público seria um dos grandes desafios do futuro governo FHC .

Foi maciça a adesão à URV . Assim, em maio, o governo pôde anunciar que, no dia 1º de julho seguinte, haveria a troca completa do cruzeiro pelo real, a nova moeda, segundo a taxa de conversão de cruzeiros em URV s naquela data. A engenhosa convergência de preços e salários para uma unidade estável de valor, que não era o dólar, mas estava ligada à taxa de câmbio, abriu caminho para uma queda abrupta da inflação. O fato de a abertura da economia ter

avанçado anteriormente foi essencial para o sucesso do real. Dessa maneira, um programa de estabilização sem sustos e sem surpresas restabeleceu a confiança no governo e produziu dividendos políticos para seu principal condutor.

Para as eleições de 3 de outubro de 1994, FHC apresentou-se acompanhado pelo senador Marco Maciel. A chapa selava a aliança entre o PSDB e o PFL . FHC sofreu críticas por fazer essa aliança, vindas inclusive de alguns de seus militantes ou simpatizantes. Isso porque o PFL tinha origens na ditadura militar e era visto como representante de antigas práticas coronelistas. Prevaleceu, no entanto, a avaliação da liderança do partido, a começar por seu candidato à presidência da República. Para FHC , a aliança com o PFL era essencial, se não para ganhar a eleição, certamente para realizar as reformas estruturais que pretendia fazer. O PFL era partidário de uma economia mais aberta ao exterior e com menor participação do Estado no setor produtivo.

De seu lado, o PT apresentou mais uma vez a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. Novamente, o companheiro de chapa de Lula veio dos partidos de esquerda. Dessa feita, o escolhido foi Leonel Brizola. O partido optou por fazer oposição absoluta ao Plano Real. Mobilizou o movimento sindical ligado ao partido para esse fim e denunciou o plano como estelionato eleitoral. A opção custou caro ao PT e a seu candidato. À frente das pesquisas até junho, Lula foi ultrapassado por FHC logo após o lançamento da nova moeda e acabou derrotado no primeiro turno.

Com a inflação em queda e a renda dos mais pobres em alta, FHC venceu as eleições em primeiro turno com cerca de 54% do total

dos votos. Lula obteve 27,04%, a despeito de seu favoritismo inicial. A presidência de FHC abrangeria dois mandatos – ou seja, oito anos seguidos. Nas eleições de outubro de 1998, voltaria a vencer por maioria absoluta (pouco mais de 53% dos votos válidos), derrotando Lula mais uma vez, novamente em primeiro turno.

7.5 O GOVERNO FHC: ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA E REFORMAS ESTRUTURAIS

A coalizão de partidos pela qual se elegeu FHC não era suficiente para assegurar ao governo a maioria de que necessitava para levar a cabo a agenda de reformas que o candidato havia sustentado em seu programa de campanha. Isso porque muitas delas requeriam emendas à Constituição. E, portanto, não saíam do papel sem os votos de dois terços dos deputados e dos senadores. Assim, ao PSDB , ao PFL e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), integrantes da coalizão eleitoral, somaram-se o PMDB e posteriormente o Partido Progressista (PP) – partido pequeno, que, como o PFL , remontava à Aliança Renovadora Nacional (Arena), agremiação partidária que sustentara a ditadura militar.

Dessa heterogênea coalizão, todos os partidos ganharam postos ministeriais, mas coube ao PSDB , e principalmente a pessoas de confiança do presidente, a maior parte dos cargos de primeiro escalão. Buscou-se blindar a área econômica contra pressões políticas. Os membros da equipe que havia formulado o Plano Real

ocuparam os principais cargos no Ministério da Fazenda e no Banco Central (BC), que ganhou autonomia *de facto* , embora não *de jure* .

A agenda não se resumia a mudanças na esfera econômica. O novo governo propunha-se também a realizar reformas na área social para dar consequência prática aos direitos assegurados pela Constituição Cidadã, como a havia chamado Ulysses Guimarães. Ao lado da agenda liberal, havia, pois, uma agenda de orientação social-democrata.

Não eram agendas incompatíveis, como mostravam países europeus como Espanha e França desde os anos 1980. Até porque o liberalismo presente no programa do novo governo era brando e restrito às formas de participação do Estado na economia, não implicando a reorganização (e redução) dos serviços sociais prestados pelo Estado, como tipicamente ocorreu na Inglaterra, sob os governos de Margaret Thatcher . No Brasil, na visão do novo governo, tratava-se de reduzir o peso da intervenção direta do Estado na economia para fortalecer sua capacidade de atuação na área social. Maior divergência se constituiria em torno das novas funções econômicas do Estado, entre os chamados desenvolvimentistas, favoráveis à promoção de setores considerados estratégicos para o desenvolvimento, e os liberais, adeptos de políticas que reduzissem custos e melhorassem a eficiência da economia, em geral. Os primeiros se filiavam à tradição do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), muito influente na região, em especial nos anos 1960 e 1970, à qual o próprio FHC estivera estreitamente associado. Sem romper com a tradição cepalina, o presidente se aproximara

progressivamente dos economistas liberais, reunidos na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), a partir dos anos 1980 o centro do pensamento mais inovador sobre a inflação brasileira e as terapias para combatê-la.

Se não eram incompatíveis, as agendas liberal e social-democrata tampouco se encaixavam perfeitamente. A dificuldade era real, já que nem sempre o que era melhor para os objetivos de uma era igualmente melhor para os objetivos da outra, pelo menos no curto prazo. A realização da agenda social-democrata, por exemplo, nas difíceis condições da consolidação da estabilidade econômica, exigiria um acentuado aumento da carga tributária, que resultaria em prejuízo do investimento privado. A compatibilização entre as duas agendas nem sempre foi possível, e essa dificuldade foi fator de tensão interna ao governo e dentro do próprio partido do presidente. Em geral, desenvolvimentistas e social-democratas sobrepunham-se politicamente, diferenciando-se dos liberais.

Além da dificuldade real de compatibilizar essas duas agendas, havia uma dificuldade simbólica para o governo, uma vez que, na tradição política brasileira, pesava sobre o liberalismo econômico a suspeita de ser insensível às mazelas sociais do país e estar associado aos interesses de grandes grupos estrangeiros. A oposição exploraria intensamente esse elemento ideológico. Para todos os fins, tratava-se de pintar o retrato de FHC como presidente de um governo neoliberal, refém da lógica econômica imposta de fora para dentro do país pelo Consenso de Washington .

Contra essa interpretação, lançou-se o próprio FHC . Contra-argumentava que havia uma esquerda moderna e uma esquerda

arcaica. Para a primeira não era possível nem mesmo desejável recusar a economia de mercado, já que esta se mostrara superior à economia socialista; a globalização era um fato inescapável: tratava-se de se globalizar ou ser globalizado; e o Brasil deveria inspirar-se no exemplo de países como a Espanha, que, sob a liderança do primeiro-ministro Felipe González , integrara sua economia à Europa e ao mundo, consolidara a democracia e, ao mesmo tempo, tornara-se uma sociedade próspera e mais justa. Já a esquerda arcaica, segundo o presidente, com o colapso da utopia revolucionária, agarrava-se a formas ultrapassadas de nacionalismo e à nostalgia do Estado como líder da nação.

Para a oposição, FHC embarcara na onda neoliberal que se levantara no mundo todo a partir dos governos de Ronald Reagan , nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher , na Inglaterra, e se fortalecera com a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética. O presidente teria abandonado o campo da esquerda para realizar o programa da nova direita brasileira, que politicamente se valia das velhas práticas do clientelismo e economicamente enxergava nas privatizações e na internacionalização da economia as vias mais promissoras de uma nova rodada de acumulação.

7.5.1 O Encerramento da Era Vargas

A presença de vários partidos no ministério não garantia vida tranquila para o governo no Congresso. A maior dificuldade estava em assegurar o apoio em bloco dos parlamentares do PMDB , maior partido no Senado e segundo maior na Câmara. Nas votações de

emendas constitucionais, em média 30% dos deputados do partido votariam contra o governo. Dificultava também a vida do governo o fato de o rito legislativo ser especialmente complexo no caso de emendas constitucionais.

Embora francamente minoritários no Congresso, o PT e as agremiações menores de esquerda mobilizaram aguerrida oposição ao governo, valendo-se de todos os instrumentos legalmente disponíveis. O partido contava ainda com simpatizantes no Ministério Público (MP) para mover sua guerra de atrito e desgaste contra o governo.

A BATALHA DAS PRIVATIZAÇÕES

Apesar de tudo, o governo não teve maior dificuldade para aprovar, ainda em 1995, as emendas constitucionais da ordem econômica e outras leis conexas, que puseram fim aos monopólios de empresas estatais e abriram vários setores da infraestrutura ao capital privado sob o regime de concessão (telecomunicações, petróleo e gás, energia elétrica, portos etc.), além de eliminar diferenças no tratamento que a Constituição dispensava às empresas brasileiras de capital nacional e de capital estrangeiro.

A aprovação relativamente tranquila das emendas da ordem econômica expressava o fato de que se havia formado um relativo consenso da opinião pública sobre a necessidade de atualizar o Estado e a economia do país à luz do que vinha acontecendo no mundo desenvolvido. A emenda que encontrou maior resistência foi a que flexibilizou o monopólio estatal nos setores de petróleo e gás.

Uma greve dos petroleiros irrompeu nos primeiros meses do governo, com ocupações de refinarias da estatal Petróleo Brasileiro (Petrobras). O governo não cedeu, temendo que a vitória do movimento estimulasse outras greves no setor público em torno de reivindicações por salário maior e nenhuma reforma. Depois de a greve ter sido decretada ilegal pela Justiça do Trabalho, o presidente ordenou a desocupação das instalações da empresa por forças do Exército. Dada a estreita relação entre a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), central sindical ligada ao PT , o fim da greve foi considerado uma vitória política do governo. No Congresso, a aprovação da emenda do petróleo requereu de FHC o envio de uma carta aos senadores assegurando que não pretendia privatizar a Petrobras.

Aprovadas as emendas constitucionais e a legislação complementar correspondente, tiveram início as privatizações de empresas estatais e concessões de serviços ao setor privado nas áreas afetadas pelas mudanças na Constituição. Sem conseguir mobilizar grande número de manifestantes para se opor às privatizações, os partidos e movimentos nacionalistas e de esquerda engajaram-se em verdadeiras batalhas judiciais contra os leilões de empresas estatais. No caso da estatal Telecomunicações Brasileiras (Telebras), privatizada em junho de 1998, 140 ações judiciais foram impetradas por organizações sindicais ligadas aos partidos da oposição com a finalidade de suspender a privatização. Antes disso, o PT já havia protocolado no Supremo Tribunal Federal (STF) duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI s) contra a privatização. A Telebras foi vendida por mais de 22 bilhões de reais, valor 60%

superior ao preço mínimo fixado. Não obstante, as oposições acusaram o governo de ter vendido a Telebras por preço vil, pois questionavam o próprio preço mínimo fixado para o leilão.

Debate semelhante ocorreu quando da privatização, no ano anterior, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), grande empresa mineradora nacional, um dos ícones da arrancada da industrialização brasileira a partir dos anos 1940. A oposição à venda da companhia ao setor privado reuniu forças que iam dos partidos de esquerda à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), órgão de cúpula da Igreja católica no Brasil, passando por vários advogados de renome que buscaram bloquear o processo judicialmente.

As críticas à venda da CVRD se condensavam no seguinte argumento: a companhia era muito mais do que uma mineradora, era um instrumento do desenvolvimento científico e econômico nacional e um fator de poder do Brasil no mundo. Por essas razões, deveria permanecer em mãos do Estado. Para o governo, a soberania nacional não estava em jogo, a mineração já não era mais uma atividade estratégica e o controle sobre os recursos naturais do subsolo brasileiro estava assegurado pelas leis do país, às quais estariam submetidos os futuros controladores da CVRD , fossem eles grupos privados nacionais, fossem eles estrangeiros. Sob controle privado, seguia o argumento, a companhia teria melhores condições para competir com outras gigantes globais e o Estado receberia mais em tributos do que recebia em dividendos com a empresa sob seu controle.

Vendida em maio de 1997, a CVRD foi arrematada por um consórcio liderado por um grupo nacional, o mesmo que havia

adquirido o controle da CSN , privatizada em 1993. Do consórcio também faziam parte o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e fundos de pensão de empresas estatais, que, junto com uma grande instituição financeira privada nacional e um grupo siderúrgico japonês, assumiriam o controle da companhia alguns anos depois. Esse padrão de composição societária não prevaleceu apenas no caso da CVRD . Na verdade, os fundos de pensão das empresas estatais adquiriram posições relevantes em muitas das empresas privatizadas. O capital estrangeiro respondeu por cerca da metade dos 87 bilhões de dólares apurados com a venda de empresas estatais no período de 1991 a 2002. Grandes grupos privados nacionais se fortaleceram e ganharam musculatura para se internacionalizar nos anos seguintes.

Considerando a trajetória posterior da CVRD , cujo desempenho, sob qualquer critério, melhorou extraordinariamente depois da privatização, o debate travado à época pode parecer irracional. O mesmo se pode dizer do embate em torno da privatização do sistema Telebras, à luz da inegável expansão e modernização dos serviços de telefonia que se seguiram à sua transferência para o setor privado.

Um dos paradoxos aparentes da política brasileira das duas últimas décadas diz respeito à distância que separa os resultados em geral positivos do processo de privatizações da percepção majoritariamente negativa que dela faz a população brasileira. Parte da explicação pode estar na fracassada tentativa de mudança no setor elétrico, que ficou associada ao racionamento de energia decretado em 2001. O episódio ficou conhecido como o Apagão de

FHC , e representou um dos maiores revezes políticos de seu governo.

Deve-se considerar também que os opositores das privatizações lançaram sobre o processo a suspeição de favorecimento a grupos privados por parte do governo. Ganhou especial destaque uma suposta articulação dos dois principais responsáveis diretos pelos leilões do sistema Telebras para a formação de um consórcio liderado pelo Banco Opportunity de Investimento, do qual se tornara sócio, após deixar o BC , um dos formuladores do Plano Real. O caso ganhou ares de escândalo político quando escutas ilegais vieram à tona no final de 1998. Ao fim e ao cabo, a Justiça concluiu pela inocência dos acusados. Prevaleceu a tese de que eles agiram com o intuito de criar maior competição no leilão de uma das empresas do sistema Telebras, de modo a vendê-la por preço maior. No entanto, restou o dano político à imagem do governo e do processo de privatização.

AS BATALHAS NO CONGRESSO

Mais difíceis do que as emendas da ordem econômica foram as emendas relativas à reforma da administração pública e da previdência social. Aprová-las só se tornou possível ao final de 1998, depois de muitas idas e vindas, e sob a pressão de uma crise internacional que ameaçava levar de roldão a estabilidade monetária conquistada com o real. Já a reforma tributária, a despeito da concordância genérica quanto à necessidade de racionalizar o sistema e aliviar a carga sobre as exportações e o investimento, não

conseguiu avançar no Congresso, em meio a disputas entre União, estados e municípios pela divisão do futuro bolo tributário.

Outra área em que as reformas se mostraram inviáveis foi a legislação trabalhista, cujas origens remontam ao Estado Novo, no final dos anos 1930. Avaliava o governo que era conveniente ampliar o espaço da negociação direta entre patrões e empregados, de modo a permitir que algumas regras da legislação geral pudessem ser adaptadas a situações específicas, em uma economia que se diversificava. Para tanto, encaminhou-se ao Congresso um projeto de lei. Embora reservasse aos sindicatos poder de veto sobre os acordos negociados e assegurasse os direitos sociais previstos na Constituição, o projeto encontrou resistência no movimento sindical, em especial por parte da CUT , e não prosperou.

As reformas previdenciária e administrativa sofreram igualmente a resistência organizada dos sindicatos, em particular dos servidores públicos, que se haviam tornado a principal base de apoio da CUT . A par da oposição organizada, havia a relutância dos próprios parlamentares em apoiar reformas que poderiam lhes custar o voto dos servidores públicos e seus familiares, um contingente eleitoral significativo, em especial nos municípios menores dos estados menos desenvolvidos, sobrerrepresentados no Congresso. A população em geral também via com temor mudanças no regime do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), responsável pela aposentadoria dos trabalhadores do setor privado. O governo defendia a adoção de idades mínimas para conter a tendência de déficits crescentes no INSS e para reduzir as despesas com os já significativos déficits dos regimes especiais dos servidores públicos.

Para os opositores da reforma, o governo pretendia subtrair direitos adquiridos e favorecer instituições financeiras interessadas em ampliar o mercado da previdência complementar privada. Ao lado das privatizações, a reforma da previdência foi um dos alvos principais da oposição ao governo FHC .

Depois de muito desgaste e derrotas parciais no Congresso, o governo conseguiu aprovar medidas que se revelaram importantes, embora não suficientes, para controlar o ritmo de crescimento dos déficits previdenciários e eliminar alguns dos privilégios existentes no setor público. Já em relação à reforma administrativa, o pouco que dela restou, depois da tramitação no Congresso, foi posteriormente bloqueado no Judiciário por ação dos partidos de oposição e sindicatos dos servidores públicos. Em sua proposta original, ela procurava modernizar as formas de organização e gestão do setor público e diferenciar, de um lado, carreiras típicas de Estado e, de outro, empregos públicos para os quais não fosse necessário o regime de estabilidade. De importante, sobrou apenas uma norma, fixando um percentual máximo de despesas com o pagamento de pessoal, que seria aproveitada na Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000.

Em meio às idas e vindas para a aprovação das reformas da previdência e da administração pública, deu-se a disputa em torno de outra mudança constitucional. A emenda permitindo a reeleição de prefeitos, governadores e presidente da República foi apresentada, ainda em 1995, por um deputado do PFL de Pernambuco, José Mendonça Filho, membro da base aliada do governo. O encurtamento do mandato presidencial, de cinco para

quatro anos, havia sido aprovado na revisão constitucional do final de 1993. Já o instituto da reeleição, por receio da candidatura de Lula, à época o favorito nas pesquisas para as eleições de outubro de 1994, não foi examinado. O tema voltou à pauta política no começo de 1996.

FHC deixou que a iniciativa prosperasse. Enfrentava resistências no Congresso para a aprovação das reformas e pressões em favor de uma CPI sobre o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), sobre o qual falaremos adiante. Avaliava que a simples possibilidade de aprovação da emenda da reeleição evitaria a perda de poder que sofrem todos os presidentes, em maior ou menor grau, conforme se aproxima o final de seu mandato. As oposições, à direita e à esquerda, viram na possibilidade da reeleição uma manobra continuísta, prejudicial às candidaturas de Paulo Maluf e Lula, respectivamente.

A emenda da reeleição acabou aprovada por larga margem na Câmara, no início de 1997, e no Senado, meses depois. Ainda naquele ano surgiram na imprensa denúncias de que teria havido compra de votos para a aprovação da reeleição na Câmara. A acusação de que o governo teria patrocinado a compra de alguns deputados do pequeno estado do Acre não produziu provas suficientes do envolvimento de membros do governo. Não obstante, o escândalo da compra de votos, tal como foi qualificado pelas oposições em geral e pelo PT em particular, representou um dos ingredientes do desgaste político que marcaria o segundo mandato de FHC na presidência.

Nesse período, as reformas perderiam ímpeto. Além do desgaste sofrido nos quatro anos anteriores, pesou, decisivamente, a perda de popularidade do governo após a desvalorização do real, em janeiro de 1999, ocorrida um mês após a sua posse para um novo mandato de quatro anos. O PT chegou a ensaiar uma campanha nacional exigindo a saída do presidente. Com o *slogan* “Fora FHC ” , ela foi derrotada por apenas um voto na direção do partido. A alegação era de que o novo mandato não teria legitimidade, pois o presidente mudara a política cambial meses após a sua vitória. A esse quadro se somaram atritos cada vez maiores na própria base de sustentação do governo, opondo líderes do PFL e do PMDB . Em 2001, o PFL afastou-se da base governista. Começava a desenhar-se o caminho que levaria Lula à presidência em outubro de 2002.

7.5.2 A Sinuosa Estrada da Estabilização

O governo FHC iniciou-se com a expectativa de que a consolidação da estabilidade levaria à aceleração do crescimento econômico. Essa expectativa foi em grande medida frustrada. Se as reformas aprovadas revelaram-se fundamentais para dar solidez fiscal e financeira e maior eficiência à economia, seus efeitos sobre o crescimento econômico mostraram-se pouco expressivos. No período de 1995 a 2002, o produto interno bruto (PIB) cresceu em média 2,4% ao ano, mais do que ao longo do período entre a crise da dívida externa (1982) e a adoção do Plano Real (1994), mas menos do que era necessário para absorver no mercado de trabalho um contingente cada vez maior de pessoas em busca de emprego.

Para o fraco desempenho do PIB , contribuíram crises internacionais que atingiram a economia brasileira com intensidade cada vez maior: a crise do México em 1995 – com o chamado efeito tequila –, a crise da Ásia em 1997 e a crise da Rússia em 1998. Todas elas foram desencadeadas em países determinados e se espalharam pela via dos mercados financeiros globalmente interligados. O contágio alcançava aqueles países que, aos olhos dos investidores, apresentavam problemas semelhantes ou eram afetados por suas relações econômicas com o país foco da crise.

As crises internacionais atingiram o Brasil de modo crescente, não apenas porque elas foram se tornando cada vez mais severas mas também porque a economia brasileira se tornou mais vulnerável a choques externos entre 1995 e 1998.

O DEBATE SOBRE A POLÍTICA ECONÔMICA

A valorização do real nos primeiros seis meses do Plano Real – a moeda brasileira chegou a valer mais do que o dólar nesse período – havia sido útil para derrubar a inflação e colocá-la em trajetória de queda. No entanto, já no início do governo FHC , parte da equipe econômica e o próprio presidente convenceram-se de que as consequências negativas da valorização excessiva do real não compensavam mais seus benefícios imediatos. O nervo sensível era a balança comercial, que passara rapidamente de um resultado positivo para um saldo negativo, indicando uma tendência de deterioração progressiva da conta em transações correntes (além da

balança comercial, as transações correntes abrangem a balança de serviços, tradicionalmente deficitária no caso do Brasil).

Para estimular as exportações e frear as importações, uma tentativa de corrigir rapidamente a valorização cambial foi feita em março de 1995. E fracassou. Vivia-se ainda sob o efeito tequila e a nova política cambial anunciada pelo governo provocou uma fuga em massa de capitais. Estancada a sangria, fez-se uma pequena desvalorização e firmou-se a opção pela gradual desvalorização da taxa de câmbio. O BC passou a operar com um regime de bandas, restringindo o intervalo de variação da taxa de câmbio. O câmbio, porém, não era fixo. Sofreria desvalorização de cerca de 20% nos quatro anos seguintes.

Mesmo depois da tentativa fracassada de corrigir rapidamente o atraso cambial, o tema continuou a suscitar divergências dentro e fora do governo, pelo menos até meados de 1996, quando o então ministro do Planejamento e Orçamento José Serra deixou o governo para disputar as eleições à prefeitura do município de São Paulo. Serra apontava os danos do dólar barato à indústria e às exportações.

Fora do governo, a crítica à política cambial provinha principalmente do empresariado do estado de São Paulo, berço da industrialização a partir dos anos 1950. Na visão dos críticos, a estratégia gradualista seria insuficiente para resolver o “pecado original” do plano de estabilização. A evolução do resultado da balança comercial reforçava esse ponto de vista. De um superávit de 10,5 bilhões de dólares, em 1994, o saldo se tornara negativo em 3,5 bilhões de dólares, em 1995, e 5,6 bilhões de dólares, em 1996.

Prevaleceu, no entanto, o gradualismo defendido pelo BC e pelo Ministério da Fazenda, sob o comando de Pedro Malan. Se por um lado a balança comercial se mantinha negativa e o déficit em transações correntes se ampliava, por outro lado crescia o investimento estrangeiro em ativos produtivos. Dessa maneira, cobria-se o déficit em transações correntes com capital de boa qualidade. Onde os críticos da política cambial viam se armar uma bomba de efeito retardado, os seus defensores enxergavam um processo sustentável de absorção de poupança externa em favor do desenvolvimento do país. Dessa perspectiva, o crescimento das importações não representava uma ameaça, mas um vetor de modernização do sistema produtivo. Antes acomodadas em um ambiente protegido, as empresas se viam obrigadas a competir no mercado doméstico com produtos importados. A redução das tarifas de importação e o dólar barato permitiam que elas importassem novas máquinas e equipamentos para enfrentar esse novo ambiente. Era o meio mais rápido de o país superar o atraso tecnológico acumulado em décadas de economia fechada. O momentâneo desequilíbrio externo se resolveria com ganhos de eficiência e produtividade das empresas já instaladas e por instalar-se no Brasil, e não com manipulações artificiais da taxa de câmbio, como no passado.

Embora compartilhasse as linhas gerais dessa visão, o presidente aprovou proposta de seu ministro do Planejamento e Orçamento em sentido contrário. Ainda no primeiro semestre de 1995, adotaram-se medidas para conter o crescimento das importações em alguns setores como veículos e eletrodomésticos. No mesmo passo,

implantou-se um regime especial de incentivo às montadoras de automóveis, com o propósito de atrair novos investimentos para o setor, uma intervenção típica de política industrial em um setor considerado estratégico porque importante para o emprego e para a difusão de progresso técnico.

Explicitou-se ali a diferença de visões entre um grupo dito liberal e outro chamado desenvolvimentista. Com nuances e exceções, a diferença coincidia com a divisão de opiniões sobre a política econômica. A distinção entre um e outro grupo se dava em torno do papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico. No grupo desenvolvimentista, estavam os principais quadros do PSDB no alto escalão do governo, a começar por José Serra, que liderou a iniciativa de adoção de um regime especial para o setor automotivo. Serra era o herdeiro mais destacado do pensamento cepalino dentro do governo.

Em geral, os desenvolvimentistas compartilhavam com os liberais a defesa das privatizações, da abertura e da estabilidade, mas deles diferiam ao sustentar que o Estado deveria adotar políticas industriais específicas para setores que o governo avaliasse como estratégicos para o desenvolvimento do país. Acreditavam que a decisão de produzir localmente, inovar e exportar não poderia ser deixada exclusivamente a critério das empresas. O Estado deveria criar incentivos setoriais para induzi-las a tomar as decisões corretas do ponto de vista do desenvolvimento do país.

De seu lado, os liberais eram mais céticos quanto à capacidade de o governo saber o que era melhor para o desenvolvimento do país. Insistiam em que a melhor política industrial consistia na

redução dos custos de produção e logística para todos os setores da economia. E enfatizavam os erros das políticas industriais do passado, e seus custos para a sociedade. Não havia políticos entre os liberais. Tratava-se de um grupo de economistas de alta qualificação acadêmica, formado nas principais universidades norte-americanas, a maioria com experiência em governos anteriores, que compuseram o núcleo duro da equipe econômica desde as origens do real. Seu poder derivava do sucesso do plano.

O primeiro mandato de FHC foi marcado pelo empenho do presidente em contar com esses dois grupos dentro do governo e arbitrar os conflitos entre eles. Embora os desenvolvimentistas tenham influenciado várias e importantes políticas setoriais, nas escolhas fundamentais da política macroeconômica os liberais prevaleceram.

FHC temia que uma mudança na estratégia de desvalorização gradual da taxa de câmbio poderia pôr a perder a estabilidade monetária, pedra angular de sua presidência e fonte do apoio social que lhe tornava possível fazer as reformas nas quais havia empenhado grande parte de seu capital político. A política econômica formulada pelo BC e pelo Ministério da Fazenda atendia ao objetivo prioritário de assegurar a queda contínua da inflação. Esta passou do patamar de 20% anuais ao final de 1995 para menos de 10% anuais ao final de 1996. Tratava-se, todavia, de um patamar elevado, avaliavam os formuladores da política econômica, com o respaldo do presidente.

Para o Ministério da Fazenda e o BC, se algo havia para corrigir era a política fiscal. Com maior contenção dos gastos, seria possível

reduzir mais rapidamente os juros, sem prejuízo para o combate à inflação. Politicamente, no entanto, o governo não se dispunha a arcar com o ônus de um ajuste fiscal. O componente social-democrata da plataforma política do candidato e depois presidente FHC atribuía importância aos programas sociais. Além disso, a concretização das aspirações fixadas na Constituição de 1988 era uma demanda generalizada na sociedade brasileira. Nesse contexto, o resultado primário do setor público em seu conjunto passou de um superávit de aproximadamente 3% do PIB , na média, entre 1991 e 1994, para resultados ligeiramente negativos na média dos quatro anos posteriores.

OS EFEITOS COLATERAIS DA QUEDA DA INFLAÇÃO

Ao mesmo tempo que buscava manter a inflação em queda, o governo tinha de lidar com os efeitos colaterais desse processo. Eles se fizeram sentir nos setores mais dependentes da inflação alta: os bancos públicos e privados e os estados e municípios, cujos desequilíbrios, antes latentes, vieram à tona.

Uma quebradeira de bancos tornou-se iminente no segundo semestre de 1995, quando dois bancos de médio para grande porte mostraram-se insolventes. Um deles era controlado por um grupo empresarial da Bahia, muito ligado ao senador Antônio Carlos Magalhães – ACM . Havia assim um problema político pela frente, além do financeiro. Para debelar a ameaça de uma crise sistêmica, que poderia lançar o país em recessão e desestabilizar toda

economia, o governo decidiu adotar um programa de reestruturação do sistema financeiro.

O Proer provou-se bem-sucedido em seu objetivo de evitar uma quebra dos bancos e suas consequências sobre a economia. Seu custo fiscal revelou-se baixo quando comparado a programas implementados em outros países para sanear o sistema financeiro depois de graves crises. E, com o tempo, firmou-se a convicção de que o programa ajudou a reforçar, de modo duradouro, as bases do sistema financeiro nacional, o que se revelaria decisivo em vários episódios de turbulência nas finanças internacionais nos anos seguintes. À época de sua adoção, no entanto, o Proer tornou-se o alvo preferido da oposição, que explorou contra o governo o escasso prestígio de bancos e banqueiros entre a população, embora o programa exigisse a saída dos sócios controladores dos bancos em dificuldade.

Maiores do que nos bancos privados eram os problemas nos bancos públicos, em especial nos bancos estaduais. Desde os anos 1980 o BC tentava em vão enquadrá-los em regras de comportamento prudente. Os desequilíbrios dos bancos estaduais refletiam os déficits dos orçamentos de seus controladores, os governos estaduais, pressionados principalmente pelas despesas de pessoal. Antes controladas pelo efeito corrosivo da inflação, essas despesas dispararam em 1995. Alguns estados passaram a tomar empréstimos bancários a taxas elevadas e prazos cada vez mais curtos. A continuidade do processo levaria à quebra financeira de governos estaduais.

Nesse quadro, lançou-se, no primeiro semestre de 1996, o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), cujo objetivo estava estampado no próprio nome. Com o Proes, ocorreu drástica redução do número de bancos estaduais, de mais de trinta para um punhado deles. Dessa maneira, cortaram-se pela raiz fontes de estímulo à indisciplina fiscal dos estados e perturbação da estabilidade do sistema financeiro nacional.

As receitas geradas com a venda de seus bancos ajudaram os governos estaduais a reduzir o estoque de seu endividamento. Este, no entanto, era muito elevado e tornava-se cada vez maior à medida que sobre ele incidiam as taxas cobradas pelo mercado. Para lidar com essa situação, em 1997 o governo federal propôs assumir as dívidas dos governos que se comprometessem com um programa de ajuste fiscal de longo prazo. As condições, dessa vez, seriam radicalmente diferentes das rolagens de dívidas estaduais ocorridas nos anos 1980. Agora, haveria sanções efetivas aos estados que descumprissem as condições contratuais.

Os programas de saneamento do setor financeiro e dos estados e municípios não surtiram resultados fiscais imediatos. Ao contrário, em um primeiro momento, provocaram um aumento da dívida pública do governo federal. Mas mostraram sua importância logo a seguir, quando uma mudança drástica do quadro financeiro internacional, com repercussões políticas internas, pôs em xeque a política econômica e a própria estabilidade monetária. Representaram, além disso, uma mudança na dinâmica do

federalismo, restituindo, na prática, parte dos poderes perdidos para estados e municípios na Constituição de 1988.

O FIM DO GRADUALISMO E O TESTE DA DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL

Entre meados de 1996 e a metade de 1997, serenou a controvérsia em torno da política econômica, à luz de resultados positivos: absorvidos os efeitos da crise do México, que obrigou o governo a elevar os juros e apertar o crédito, a economia retomou o crescimento, que chegou próximo a 4% em 1997; o poder de compra das famílias aumentava com a inflação e os juros em queda (os juros, embora elevados, caíram ininterruptamente de junho de 1995 a novembro de 1997, assim como a inflação, que atingiu 5% ao final desse período); as importações de bens de consumo cediam espaço às de insumos e máquinas, refletindo a modernização do parque produtivo; os investimentos estrangeiros diretos também aumentavam, cobrindo parcela cada vez maior do déficit em transações correntes, que crescia, mas não de forma explosiva; e o país acumulava reservas internacionais.

O quadro mudou quando em novembro de 1997 o Brasil foi atingido pelos impactos da crise iniciada em junho na Tailândia, que desde então tinha varrido vários países do Sudeste Asiático, levando as moedas locais a desvalorizações abruptas e os respectivos países a recessões profundas. Assim como muitos daqueles países, o Brasil apresentava déficit elevado em conta-corrente – este se aproximava de 4% do PIB, resultado que contrastava com o déficit inferior a 1%

do PIB , em 1994. O país passou a ser visto como a próxima peça do dominó que caía.

Não só o tamanho da crise internacional era maior do que fora em 1995, maior também era a fragilidade da economia brasileira pelo aumento do endividamento externo, contraído para cobrir os seguidos déficits em transações correntes, e do endividamento interno. O primeiro atingia principalmente as empresas, que se endividaram em dólares estimuladas pela perspectiva de sustentação da política cambial. O segundo atingia diretamente o setor público, cuja dívida vinha crescendo desde o início do Plano Real. A dívida pública interna aumentaria ainda mais com a elevação dramática da taxa de juros, a despeito de um ajuste fiscal de emergência, que se tentou implementar em resposta à crise. O choque de juros aplicado pelo BC surtiu efeito no curto prazo, interrompendo o ataque especulativo contra o real, mas não mudou o rumo da história, pois o cenário externo se alterara de maneira radical e prolongada.

Entre agosto de 1998 e janeiro de 1999, em pleno processo sucessório, escreveu-se o epílogo da estratégia de política econômica articulada a partir de março de 1995. Decretada em agosto, a moratória da dívida externa da Rússia espalhou um clima próximo ao pânico financeiro. Diferentemente das crises anteriores – México e Ásia –, dessa vez o contágio chegou ao coração do sistema, em especial depois que um banco de investimentos de Wall Street quebrou. Às vésperas do pleito presidencial de outubro de 1998, FHC , candidato à sua própria sucessão, anunciou ao país que tempos difíceis estavam por vir e que um duro ajuste fiscal se impunha. Um programa trienal de estabilidade fiscal com metas

anuais de superávit primário – receitas menos despesas antes do pagamento de juros –, sustentado em um conjunto de cortes de gastos e aumentos de tributos, foi aprovado no Congresso. As metas indicavam um esforço fiscal muito superior ao realizado desde 1995. O governo comprometia-se, em lei, com o cumprimento dessas metas. Fazia parte do programa de estabilidade fiscal a aprovação das reformas iniciadas nos anos anteriores, como a da previdência social. Só o espectro de uma crise iminente e percebida como potencialmente fatal para a estabilidade faria o Congresso aprovar medidas como aquelas. E deputados e senadores o fizeram.

Com base no programa, o país obteve empréstimo do FMI para reforçar suas reservas. Reeleito em primeiro turno, no mês de outubro, sob o sentimento majoritário de que estava mais preparado para enfrentar a crise do que Lula, FHC declarou em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 1999, ter sido reconduzido à presidência para superar a crise, não para administrá-la. Logo após a posse, porém, reiniciou-se o ataque contra o real. Com o mercado forçando a desvalorização, o governo se viu obrigado a deixar o câmbio flutuar, para proteger as reservas internacionais que se esvaíam rapidamente, e a renegociar o acordo com o FMI, elevando as metas do ajuste fiscal. O FMI queria a adoção do regime de convertibilidade, como na Argentina. O governo recusou-se a adotá-lo.

Nas semanas seguintes, o Brasil reviveu momentos de incerteza e sobressalto, com rumores sobre corrida bancária e temor de descontrole da inflação. A taxa de câmbio chegou a desvalorizar-se em cerca de 100%. Porém, os piores cenários não se confirmaram

nos meses à frente. Respalado por um programa fiscal crível e munido dos recursos do FMI , o BC , sob nova direção, com Armínio Fraga na presidência, usou os instrumentos de política monetária para suavizar a desvalorização cambial e impedir o descontrole da inflação. Ao final de 1999, o câmbio havia se desvalorizado em cerca de 40%. No mesmo ano, a inflação ao consumidor ficou pouco abaixo dos 10%, maior do que as taxas observadas nos dois anos anteriores, quando a inflação se aproximou de 1%, mas menor do que as variações verificadas em 1995 e 1996, e incomparavelmente menor do que a taxa média de inflação anual do período anterior ao Plano Real.

Já em meados de 1999 a ameaça do descontrole inflacionário estava afastada. O governo tratou então de estabelecer um regime de metas de inflação. Com isso, definia-se uma nova âncora para as expectativas de inflação e deixava-se a taxa de câmbio mais livre para ajustar as contas externas. Em maio de 2000, contra o voto do PT , o Congresso aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Sua aprovação estabeleceu regras abrangentes para a gestão fiscal e financeira nos três níveis de governo. Mais ou menos no mesmo período, concluíram-se as negociações em torno dos programas de ajuste fiscal dos estados e principais municípios. Formou-se assim o novo tripé da política econômica: câmbio flutuante, regime de metas de inflação e regras de responsabilidade fiscal.

No segundo semestre de 1999, já era clara a tendência de recuperação da economia, que cresceria mais de 4% em 2000. O crescimento não se sustentaria nesse patamar em 2001 e 2002 por uma combinação de fatores: em 2001, o principal foi o racionamento

de energia; em 2002, as incertezas sobre o futuro da política econômica decorrentes do favoritismo de Lula na disputa sucessória. Não obstante, a legitimidade e eficácia do tripé da política econômica se mantiveram em alta, produzindo resultados concretos: inflação em queda, dentro das metas estabelecidas; diminuição do déficit em transações correntes – reduzido a cerca de 1,5% do PIB em 2002 –; e estabilização do endividamento público como proporção do PIB .

Mesmo com o controle da inflação, a desvalorização cambial, como não poderia deixar de ser, teve impacto negativo sobre a renda do trabalhador e sobre o nível de emprego, como veremos mais à frente.

7.5.3 A Estabilização e a Modernização da Economia: Breve Balanço

Em que pesem as crises vividas pelo país, a economia brasileira que emergiu da bem-sucedida desvalorização do câmbio e dela se beneficiou mostrava sinais de renovada vitalidade, embora distribuída de modo desigual conforme os setores e o tamanho das empresas.

Já não produzíamos mais “carroças” , como havia dito o presidente Collor referindo-se aos veículos aqui fabricados antes da abertura. Novas montadoras chegaram ao país. Antes concentradas em São Paulo e Minas Gerais, elas se espalharam por diversos estados do centro-sul e uma delas fez importante investimento na Bahia. Igualmente bem-sucedida é a história da Empresa Brasileira

de Aeronáutica (Embraer), empresa produtora de jatos de médio porte, para uso civil e militar, que, privatizada em 1994, se tornou líder mundial em seu setor.

A participação da indústria no PIB , que caiu significativamente nos quinze anos anteriores, manteve-se praticamente estável no período do governo FHC . Além do bom desempenho da indústria extrativa, a indústria de transformação preservou seu núcleo, formado pelo complexo metalomecânico. A indústria ligada a bebidas e alimentos também prosperou no novo ambiente. Já setores como têxteis, móveis e calçados, intensivos em mão de obra, sofreram perdas importantes.

Quem mais se beneficiou da combinação de abertura e estabilidade foi o agronegócio. Nesse período, consolidou-se no Brasil a mais competitiva agricultura tropical do planeta. A safra de grãos praticamente dobrou de tamanho sem que praticamente houvesse acréscimo de área plantada. O país tornou-se também um dos maiores produtores e exportadores de proteína animal do mundo – carne bovina, de frango e suína. A melhoria do ambiente econômico fortaleceu produtores que se haviam modernizado em anos anteriores, em condições adversas. Emergiu com força o agronegócio, um sistema que incorpora e produz inovação, além de articular a produção primária com uma ampla gama de serviços e com a indústria de processamento. Nos anos subsequentes, o agronegócio passaria a ser o responsável pelos superávits da balança comercial brasileira ante a tendência deficitária da indústria.

Como tudo no Brasil, os novos mundos rural e industrial traziam a marca da heterogeneidade. Na indústria, um conjunto amplo de

médias empresas não resistiu à pressão da abertura econômica sob condições competitivas adversas – custo de capital elevado, carga tributária pesada etc. Micro e pequenas empresas, em que pesem condições especiais, como a adoção de um regime de tributação simplificada, encontraram muitas dificuldades para prosperar. Isso se refletiu na dinâmica do mercado de trabalho, como veremos mais à frente.

7.6 A DEMOCRACIA E OS DIREITOS SOCIAIS

Nos anos transcorridos desde a aprovação da Constituição Cidadã, em outubro de 1988, os direitos sociais ali previstos não se haviam refletido em políticas sociais concretas e resultados palpáveis. Debelada a inflação, criaram-se as condições para tanto. Antes, porém, cabe entender o quadro no qual o desafio se colocava.

Os constituintes definiram a oferta gratuita de educação – no nível básico – e de saúde como deveres do Estado. Na área da educação, previram percentuais mínimos de aplicação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o principal tributo estadual, mas não criaram instrumentos para ação do governo federal. Já na saúde a participação da União era direta, dentro de um sistema único, o Sistema Único de Saúde (SUS), criado com o propósito de articular as ações dos três níveis de governo em favor da oferta integral de serviços de saúde a todos os cidadãos brasileiros em todo o território nacional. Com o objetivo de garantir o financiamento à saúde, à assistência social e à

previdência, estabeleceu-se o orçamento da seguridade social, com fontes próprias de recursos, indicando a aspiração dos constituintes de criar um Estado de bem-estar social no Brasil. Na previdência e assistência social, definiram-se também novos direitos. Os constituintes previram, por exemplo, a concessão de um salário mínimo a todos os brasileiros idosos ou deficientes com insuficiência de renda comprovada. No entanto, as fontes de recursos criadas para o financiamento da seguridade social mostraram-se insuficientes. O cobertor era curto para cobrir gastos crescentes. Na saúde, tinha-se o caso mais grave, com problemas frequentes no pagamento de hospitais conveniados.

Na educação, não havia crise aguda, mas problemas crônicos. O Brasil continuava a apresentar índices de cobertura escolar muito aquém do nível de desenvolvimento econômico do país. No início dos anos 1990, cerca de 10% das crianças de 7 a 14 anos encontravam-se fora da escola, percentual duas ou três vezes maior nas regiões Norte e Nordeste, entre os mais pobres e entre os negros. Isso a despeito do que dizia a Constituição.

Em um país que se democratizava, havia pressão política para encurtar a distância que separava os direitos previstos em lei e sua efetiva realização. E também para melhorar a remuneração das categorias profissionais e instituições envolvidas na execução das políticas sociais. Na área da saúde, o governo federal sentia diretamente a demanda por mais recursos. O setor se havia organizado em grupos de pressão, nem sempre com objetivos coincidentes, a exemplo de parlamentares ligados aos hospitais conveniados ao SUS, de um lado, e movimentos pelo fortalecimento

da assistência básica à saúde, liderados por médicos sanitaristas, de outro. Na educação, as pressões recaíam sobre estados e municípios, aos quais cabia a gestão do ensino básico.

A mais importante categoria do funcionalismo em quantidade e influência eleitoral, os professores e demais profissionais de educação da rede pública organizaram-se em sindicatos, direito que os servidores públicos passaram a ter com a Constituição de 1988. Tornaram-se frequentes as greves de professores, assim como de outras categorias, em movimentos que combinavam reivindicações corporativas com bandeiras de alcance mais geral, como a defesa de mais recursos para a educação pública. O PT e a CUT cresceram junto com o processo de sindicalização de categorias de servidores públicos, tornando-se hegemônicos nessa área.

Inerente à democracia, a disputa política em torno da política social ganhava teor explosivo quando a questão era a reforma agrária, que se tornara uma prioridade, ao menos no discurso, desde o fim do regime autoritário. O presidente Sarney criara um ministério específico para tratar do tema, ainda em 1985, e os constituintes destacaram o tema na nova Carta. Condicionaram a propriedade da terra ao cumprimento de sua função social e previram a possibilidade de desapropriação das propriedades consideradas improdutivas, segundo critérios que foram estabelecidos em legislação posterior.

Nesse contexto, deu-se o crescimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), originário da região Sul do país, onde a pequena propriedade familiar vinha perdendo espaço na estrutura agrária, acossada pela modernização do campo. A partir

do final dos anos 1980, o MST ampliou o alcance geográfico e o número de suas ações, tipicamente a invasão de terras – ou a ocupação de terras, na linguagem adotada pelo movimento –, para forçar o processo de desapropriação e assentamento de trabalhadores sem terra. Apoiado pela ala da Igreja católica ligada à teologia da libertação e pelo PT, os sem-terra angariavam simpatia em setores mais amplos da sociedade, identificados com as causas progressistas.

Para contrapor-se ao crescimento do MST, fazendeiros organizaram a União Democrática Ruralista (UDR). A UDR acusava os sem-terra de desrespeito à propriedade privada no campo. Para defender-se ou a pretexto de se defender, alguns proprietários rurais organizaram milícias. Se a reforma agrária avançava a passos lentos, a violência no meio rural aumentava rapidamente.

Era este o quadro quando do início do governo FHC: financiamento insuficiente e grande pressão por aumento dos gastos sociais, sobretudo na área da saúde; falta de políticas nacionais de educação básica e intenso conflito no campo.

Para o financiamento da saúde, aprovou-se uma contribuição específica, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que atenuou os problemas financeiros do setor. Além de contar com mais recursos, o SUS passou a distribuí-los de forma a melhor atender às populações mais pobres. Antes o dinheiro era distribuído conforme o número de leitos hospitalares, o que favorecia os municípios mais ricos e prejudicava ações de prevenção à saúde nos municípios mais pobres. Com a introdução de uma nova regra de repartição dos recursos, o número de programas de

assistência direta à saúde das famílias de menor renda aumentou. A expansão dos programas de assistência direta à família, de caráter preventivo, contribuiu para a redução drástica da mortalidade infantil, levando o Brasil a cumprir, com antecipação, a meta fixada, para essa variável, nos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODU) da Organização das Nações Unidas (ONU), anunciados no ano 2000.

Ao final do governo, com José Serra de volta ao ministério, dessa vez na pasta da Saúde, aprovou-se uma emenda à Constituição obrigando União, estados e municípios à aplicação, na área, de percentuais preestabelecidos de seus orçamentos. A mesma emenda previu um mecanismo que assegura o aumento real dos gastos com a saúde. Como ficaria claro no governo Lula, a gestão e o financiamento do SUS continuariam a ser um tema pendente, de alta relevância política e social.

Assim como na saúde, na educação criaram-se políticas para ampliar a escolarização, especialmente deficiente entre os mais pobres. Contra o voto da oposição, aprovou-se o Fundo de Manutenção e Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), que redistribuiu recursos em favor dos municípios com maior número de matrículas e assegurou um gasto mínimo por aluno, com o complemento do governo federal se fosse necessário – o valor desse complemento foi objeto de intensa disputa política e judicial. O Fundef estimulou os municípios a ampliar as matrículas do ensino fundamental e permitiu o aumento dos salários dos professores nas regiões menos desenvolvidas do país. Por outro lado, instituiu-se o programa Bolsa-escola, com a oferta de uma

ajuda financeira às famílias pobres com filhos entre 7 e 14 anos, desde que eles estivessem frequentando a escola. A soma dessas políticas levou a que se atingisse o objetivo de colocar todas as crianças na escola.

Nessa faixa etária, o problema educacional deixou de ser de quantidade. Já a qualidade do ensino público continuou lamentável, conforme relevaram sistemas de avaliação introduzidos pelo governo. Algumas avaliações indicaram até mesmo piora na qualidade do ensino, medida pelo desempenho dos alunos. Foi um efeito não intencional, possivelmente inevitável, da incorporação de alunos de famílias mais pobres e menos instruídas no sistema escolar.

Na assistência social, o governo FHC rompeu com a tradição clientelista da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Criada por Vargas, a entidade esteve, no governo Collor, no centro de um escândalo ligado à distribuição politicamente orientada de seus recursos. FHC extinguiu a LBA . Em 1996, aprovou-se no Congresso a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Criaram-se também vários programas de transferência condicionada de renda, entre eles o Bolsa-escola, já mencionado, e o Bolsa-maternidade, pelos quais famílias pobres passaram a receber benefícios, tendo como contrapartida o cumprimento de algumas obrigações, como assegurar a frequência dos filhos na escola e, no caso das gestantes, realizar exames pré-natais. Tais programas marcaram uma mudança na relação do Estado com os pobres, na medida em que o benefício concedido passou a ser caracterizado como direito e não como favor.

Embora em escala pequena, o programa Comunidade Solidária, sob a liderança de Ruth Cardoso, antropóloga e esposa do presidente, também representou mudança importante na área social. O programa partia de dois pressupostos: o desafio social brasileiro é amplo e diversificado demais para ser enfrentado apenas pelo governo; existem recursos, conhecimentos e capacidades dispersos na sociedade que, se mobilizados, podem produzir soluções inovadoras para problemas sociais conhecidos. De início, alguns dentro do governo o viam como ineficaz – “masturbação sociológica” foi a expressão utilizada por um ministro para qualificá-lo. Na oposição ao governo, havia dúvidas sobre a neutralidade política do programa. No final, pelos resultados obtidos, mas principalmente pelas inovações conceituais, ganhou reconhecimento e legitimidade.

Entre as políticas sociais, a reforma agrária foi sem dúvida a mais carregada de conflitos. Considerando a quantidade de terra desapropriada ou comprada para assentamento de trabalhadores rurais sem terra, o programa obteve sucesso. O governo agilizou os procedimentos legais para a desapropriação de terras. Assentaram-se mais de 450 mil famílias, número muito superior ao total de assentados desde a promulgação do Estatuto da Terra, em 1964, legislação pela qual o primeiro governo militar procurou lidar com o tema da reforma agrária, pivô de intensa radicalização política desde 1961 até o golpe militar.

No governo FHC não houve radicalização semelhante. Mas os embates foram frequentes e, muitas vezes, agudos, envolvendo governo, fazendeiros e seus representantes políticos e movimentos

sociais do campo, com destaque para o MST , ligado ao PT . No início de 1996, em Eldorado do Carajás, no sul do Pará, região em que o conflito agrário assumia feições especialmente violentas, trabalhadores sem terra foram mortos por tropas da Polícia Militar (PM) mobilizadas para desobstruir uma estrada. O caso teve repercussão nacional e internacional. O Massacre de Carajás atraiu grande simpatia à causa do MST , dentro e fora do país. Ele condensava, em imagens, uma história de violência e injustiça social no campo.

Viu-se assim o governo pressionado a acelerar o programa de reforma agrária. De sua parte, o MST decidiu intensificar as invasões de propriedades rurais. Em reação, o governo determinou que terras invadidas ficavam impedidas de ser desapropriadas para fins de reforma agrária por pelo menos dois anos e que os participantes das invasões ficavam proibidos de integrar assentamentos criados pelo poder público. Foi por isso acusado, pelo PT e pelo MST , de criminalizar o movimento social.

A reação do governo mostrou-se eficaz para conter a onda de invasões a propriedades rurais. O MST respondeu então com ocupações de prédios públicos em áreas urbanas. Com isso, perdeu a simpatia angariada na opinião pública com o Massacre de Carajás.

O avanço do programa de reforma agrária levou ao esgotamento das propriedades improdutivas localizadas em áreas com solo de melhor qualidade e maior oferta de infraestrutura. Além disso, tornou-se clara a dificuldade de os assentamentos se viabilizarem comercialmente e dependerem menos de recursos públicos.

Com FHC , ampliaram-se as bases de financiamento, a abrangência e a diversidade das políticas sociais. Programas foram institucionalizados, na perspectiva de sua continuidade ao longo do tempo. Sobre seu governo, no entanto, recaiu a crítica de ter feito pouco pelo social, percepção que se tornou dominante. Em parte isso se explica pelo fato de que, apesar da melhora de um amplo leque de indicadores, da mortalidade infantil à cobertura escolar, as carências e desigualdades sociais no Brasil continuaram a ser severas. Outra parte da explicação pode ser encontrada na derrota sofrida pelo governo na batalha da comunicação política diante de uma oposição mais eficaz nessa matéria. No entanto, a percepção de que pouco se fez pelo social se deve, principalmente, ao aumento do desemprego e da insegurança em relação ao emprego, observado nas principais cidades do país ao longo da década de 1990.

7.7 A CRISE DAS METRÓPOLES: (IN)SEGURANÇA E (DES)EMPREGO

Entre 1994 e 2002, a taxa de desemprego apresentou grande variação, de um piso de 4% logo após o Plano Real a um teto de 8% em meio às crises financeiras de 1997 e 1998, fechando o período em torno de 7%. *Grosso modo* , esses foram os números para as seis principais regiões metropolitanas do país, onde vivem cerca de 40% da força de trabalho. Fora das regiões metropolitanas o quadro foi melhor, mas não inteiramente diferente.

O aumento do desemprego, em relação ao padrão histórico, deveu-se a um conjunto de fatores. O baixo crescimento do PIB isoladamente não o explica. Afinal, a economia vinha crescendo pouco havia uma década. Para entender o aumento do desemprego, é preciso considerar as transformações estruturais pelas quais passava o país.

Nos primeiros anos após a abertura, a indústria ajustou-se defensivamente a um ambiente de demanda interna fraca e à perspectiva de aumento da competição no mercado doméstico com produtos importados.

Com o Plano Real, o ambiente macroeconômico se alterou. Já na fase da URV os salários deixaram de ser corroídos pela inflação. Lançada a nova moeda, aumentou a capacidade de consumo dos mais pobres, os mais atingidos pela inflação alta. A economia passou a crescer aceleradamente, puxada pelo consumo interno. E o desemprego caiu a seu nível mais baixo em várias décadas. Terminou 1994 abaixo dos 4%.

Porém, a velocidade inicial do crescimento não se mostrou sustentável. O consumo corria na frente da oferta, fazendo disparar as importações, favorecidas pela valorização da taxa de câmbio. Viu-se assim o governo obrigado a frear o ritmo de crescimento para manter a inflação em trajetória de queda e impedir uma explosão de importações.

A desaceleração da economia, a partir do primeiro semestre de 1995, logo se refletiu no mercado de trabalho, em especial no emprego industrial. O arranjo da política econômica colocava grande pressão sobre um setor que se acostumara a operar com taxas de

câmbio desvalorizadas. Juros altos e câmbio valorizado não convidavam a grandes investimentos, com contratação de trabalhadores. Com o real, a modernização do parque produtivo intensificou-se. No entanto, ela se fez à custa da geração de emprego da indústria.

Protegido da competição externa e menos exposto às transformações tecnológicas, o setor de serviços compensou temporariamente a redução da oferta de emprego no setor industrial. A compensação, no entanto, foi parcial, e o desemprego ao final de 1996 já se havia elevado para 6%. A alta se exacerbaria nos anos finais da década, em meio à sequência de crises financeiras que levaria à desvalorização do real em janeiro de 1999. A mudança do regime de câmbio produziu efeito positivo sobre a produção, as exportações e o emprego industrial, mas não a ponto de reverter a piora do mercado de trabalho observada nos anos anteriores.

Para entender a insegurança em relação ao emprego, não basta analisar apenas as oscilações na taxa de desemprego. Junto com a tendência de aumento do desemprego, ocorreu o crescimento da informalidade nas relações de trabalho. Em 1990, cerca de 40% da força de trabalho se encontrava na informalidade. Dez anos depois, esse percentual superava os 50%. Nesse período, reduziu-se o emprego industrial, tipicamente respaldado por contratos de trabalho baseados na CLT , e cresceu o emprego informal, no geral desprovido dos direitos trabalhistas assegurados em lei.

Acresce que o mercado de trabalho se tornou mais seletivo na contratação de mão de obra. Em outras palavras, as empresas

passaram a exigir maior escolaridade para a contratação de funcionários, reflexo da introdução de novas tecnologias e da busca por ganhos de produtividade. Por um lado, isso levou a um aumento significativo do grau de escolaridade da mão de obra empregada e a uma permanência maior dos jovens no sistema escolar. Por outro lado, tornou mais difícil o ingresso e a recolocação no mercado de trabalho, aumentando o desemprego por desalento e o tempo médio de desemprego.

Não surpreende assim que a insegurança em relação ao emprego tenha-se tornado uma das principais preocupações da população e um dos principais alvos da crítica das oposições ao governo. O fato de que o desemprego e a precarização do emprego se faziam sentir especialmente nas regiões metropolitanas amplificava os efeitos políticos da crítica oposicionista. Pois é nessas regiões que se formam e de onde se irradiam as visões sobre a realidade nacional.

Outra fonte do mal-estar metropolitano encontra-se na criminalidade e na violência a ela associada. O grande salto dos crimes violentos deu-se na década de 1980, quando a taxa de homicídios praticamente duplicou. Mas foi nos anos 1990 que a violência se fixou no topo das preocupações da população brasileira – e passou a ter reflexos na agenda pública. É que então se tornou nítida a relação entre a escalada da violência e a proliferação do crime organizado na esteira da expansão do narcotráfico e do contrabando de armas.

A violência associada ao crime tornou-se a primeira causa de morte entre jovens de 15 a 24 anos, do sexo masculino, atingindo principalmente moradores pobres dos maiores centros urbanos,

vitimados em confrontos entre traficantes ou em ações policiais indiscriminadas ou pura e simplesmente de extermínio.

As polícias estaduais mostraram-se despreparadas para enfrentar a escalada da violência. Além disso, parte delas se havia tornado cúmplice do tráfico de drogas e de outras atividades ilícitas.

Nesse quadro, o governo federal foi obrigado a agir, embora a competência sobre a segurança pública recaísse, como até hoje recai, sobre os estados, exceto pelas funções atribuídas à Polícia Federal (PF), uma polícia judiciária restrita à investigação e repressão de crimes federais. Assim, em 2000, tardiamente segundo os críticos, criaram-se o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) e o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), com recursos para ajudar os estados no treinamento e equipamento de suas forças policiais. O emprego das Forças Armadas em situações específicas passou a ser discutido, mas esbarrou não apenas em restrições legais como também na relutância dos militares a ingressar no campo da segurança pública, receosos de que as Forças Armadas pudessem vir a ser contaminadas pela corrupção inerente ao crime organizado.

A crise metropolitana que explodiu nos anos 1990 é fruto de uma longa e complexa acumulação de problemas: o desordenado e intenso fluxo migratório, entre 1950 e 1980, que levou ao inchaço das cidades, sem a necessária contrapartida em matéria de infraestrutura urbana; a desindustrialização das áreas metropolitanas após a abertura da economia, sem o florescimento de um setor de serviços suficientemente dinâmico para compensar a saída das indústrias para outras regiões; e o aumento do consumo de drogas –

o Brasil deixou de ser apenas uma rota de passagem para se tornar um importante mercado consumidor.

7.8 A POLÍTICA EXTERNA: A AUTONOMIA PELA INSERÇÃO

Essa foi a ideia-força da política externa de FHC . No passado, o país havia preservado uma relativa autonomia de sua política externa mantendo-se a certa distância do mundo – opção condizente com um modelo de desenvolvimento voltado para dentro e com o objetivo de não se alinhar automaticamente aos Estados Unidos. Mas em meados dos anos 1990 a Guerra Fria havia terminado e o desenvolvimento requeria uma integração crescente aos fluxos internacionais de comércio, capital e tecnologia. Com democracia e estabilidade econômica, o Brasil adquiria condições melhores para participar da economia global e ter voz mais ativa nas organizações internacionais. Para assegurar aquelas conquistas e atingir esses objetivos, considerava-se essencial a consolidação do Mercosul.

A partir da segunda metade dos anos 1980, Brasil e Argentina haviam deixado para trás ditaduras militares, longos períodos de instabilidade econômica e décadas de desconfianças recíprocas no plano estratégico. A aproximação entre os dois principais países da América do Sul se intensificou com o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, assinado em 1988; o Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, firmado em 1991, passo inicial da adesão de ambos os países ao Tratado de Não

Proliferação Nuclear (TNP), poucos anos mais tarde; e, finalmente, o Tratado de Assunção, também de 1991, pelo qual Brasil e Argentina se comprometeram a zerar as alíquotas de importação entre os membros do bloco até 31 de dezembro de 1994. Naquela data, o Mercosul se transformaria em uma união aduaneira. Além do livre comércio interno, o bloco passaria a aplicar a mesma tarifa aos diversos itens importados, de terceiros países, pelos seus quatro integrantes: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Não eram pequenas as ambições da união aduaneira. Além da eliminação de barreiras ao comércio entre seus membros e da adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros países e blocos, o Mercosul visava à coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais de seus integrantes.

Brasil e Argentina formaram a espinha dorsal do bloco. Nas negociações para a fixação das alíquotas da tarifa externa comum (TEC) o governo argentino cedeu ao governo brasileiro: a TEC praticamente espelhou a estrutura tarifária do Brasil, então com uma economia mais fechada que a da Argentina. Admitiu-se a existência de uma lista de exceções à TEC para acomodar situações específicas de cada país. Mas a lista deveria ser reduzida ao longo do tempo, até sua eliminação total.

O país vizinho via no Mercosul uma porta de acesso ao grande mercado interno brasileiro. O Brasil enxergava na Argentina um mercado complementar ao seu e um espaço para que suas empresas pudessem se fortalecer e participar em melhores condições da competição global. Entre 1991 e 1994, com a progressiva redução das tarifas incidentes sobre o comércio entre os

países-membros, as transações de mercadorias e serviços dentro do Mercosul cresceram de 4 bilhões de dólares para 12 bilhões de dólares, criando otimismo em relação ao futuro da união aduaneira.

A realidade, porém, não confirmou integralmente o otimismo inicial. A redução da lista de exceções à TEC não se verificou. O Brasil utilizou-a para executar políticas industriais de seu interesse exclusivo nos setores de bens de capital e telecomunicações, por exemplo. Do seu lado, a Argentina aferiu-se à proteção do setor açucareiro. As instituições do Mercosul tampouco se desenvolveram conforme o esperado: os contenciosos comerciais continuaram a ser resolvidos de forma pontual e politizada. O maior problema, porém, decorreu do descompasso entre as políticas macroeconômicas dos dois principais sócios.

Entre 1995 e 1998, a corrente de comércio dentro do Mercosul cresceu de 12 bilhões de dólares para 20 bilhões de dólares, em um ambiente de esperanças renovadas quanto ao futuro da união aduaneira. Acreditava-se que o Mercosul seria um dos pilares de um futuro mercado comum sul-americano, confiança reforçada por acordos de livre comércio entre o bloco, o Chile e a Bolívia, firmados nesse período.

Naqueles anos, com o saldo comercial a seu favor, a Argentina beneficiou-se do comércio com o Brasil para obter parte importante dos dólares de que necessitava para sustentar a paridade de um para um, entre o peso e a moeda norte-americana, fixada em lei. A paridade era peça essencial do regime de convertibilidade, adotado com sucesso naquele país para debelar a hiperinflação no início da década.

O quadro mudou de figura depois de janeiro de 1999, com a desvalorização do real e a inversão do sinal da balança comercial, que passou a ser favorável ao Brasil. A partir de então, os contenciosos entre os dois vizinhos se multiplicaram, com a Argentina impondo entraves à entrada de importações brasileiras.

Diante do novo quadro, o governo brasileiro preferiu adotar uma atitude de paciência estratégica. Prevaleceu a convicção de que tensões comerciais localizadas e supostamente momentâneas não deveriam comprometer o futuro de uma integração considerada estratégica. Nas palavras do então chanceler Celso Lafer, o Mercosul “não era opção, era destino”. Porém, o período de 1998 a 2002 foi desalentador: nesses anos, o comércio entre os países-membros caiu à metade, mal superando os 10 bilhões de dólares, ao seu final.

Diante da crise no Mercosul, FHC convocou em meados de 2000 uma cúpula de presidentes da América do Sul, a primeira do gênero, com o propósito de deliberar sobre o tema da integração física da região, a qual resultaria na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA). Buscou com isso abrir um novo horizonte para a integração regional, tema que seria retomado por seu sucessor. O governo brasileiro havia reforçado suas credenciais na região. Entre outras razões, por haver mediado a resolução do conflito fronteiriço entre Peru e Equador, que se arrastava desde o século XIX e recrudesceu, com escaramuças bélicas, em 1995. No final de 1998, as partes assinaram um Acordo Global e Definitivo de Paz, em Brasília.

Apesar de percalços e frustrações, o Mercosul não causava divisões ideológicas no Brasil. O mesmo não se pode dizer da Área

de Livre Comércio das Américas (Alca), projeto lançado pelo governo norte-americano na I Cúpula das Américas, que teve lugar em Miami , Estados Unidos, em dezembro de 1994. Da perspectiva dos Estados Unidos, tratava-se de estender a abrangência do acordo de livre comércio firmado com Canadá e México, em 1993, conhecido como Tratado Norte-americano de Livre Comércio (em inglês, North American Free Trade Agreement , Nafta). Além da liberalização do comércio de bens e serviços, os Estados Unidos pretendiam estabelecer regras comuns de proteção aos investimentos e à propriedade intelectual.

O Brasil se engajou no processo de negociação da Alca. As negociações se iniciaram efetivamente em 1998, após a II Cúpula das Américas, em Santiago, Chile. No ano anterior, em Belo Horizonte, uma reunião ministerial da Alca havia definido três premissas da negociação: 1ª as decisões seriam tomadas por consenso; 2ª não haveria implementação de partes isoladas do acordo; 3ª as regras teriam de ser compatíveis com as dos blocos sub-regionais, entre eles o Mercosul. Em que pesem essas premissas, as oposições viam na Alca um projeto de dominação econômica dos Estados Unidos sobre os países da região. O sentimento era compartilhado pela esquerda nacionalista em vários outros países da região. A Alca não é integração, é anexação, dizia o bordão repetido aqui e alhures.

Na visão do governo brasileiro, a Alca poderia ou não ser favorável aos interesses do país, a depender do resultado das negociações. Abandoná-las, no entanto, estava fora de cogitação. Temia-se deixar o caminho livre para que os Estados Unidos

fizessem com os demais países da região acordos prejudiciais às exportações brasileiras. Especial preocupação havia com a Argentina, que não disfarçava sua intenção de estabelecer relações “carnais” com os Estados Unidos, no dizer de seu chanceler à época, mesmo que à custa do Mercosul.

Conforme avançavam as negociações, o Brasil tornou claro que sua eventual adesão à Alca não se faria sem condições. Estas foram estabelecidas na III Cúpula das Américas, na cidade canadense de Québec, em 2001, em discurso feito por FHC : igualdade no acesso a mercados, normas comuns para a adoção de medidas *antidumping* e equilíbrio entre o respeito à propriedade intelectual e as necessidades de avanço tecnológico dos países de menor grau relativo de desenvolvimento.

No mesmo ano, no Brasil, partidos de esquerda e entidades ligadas a movimentos sociais, desde a CNBB , órgão máximo da Igreja católica no país, até o MST , começaram a movimentar-se para a realização de um plebiscito sobre a conveniência de aderir à Alca ou mesmo permanecer nas negociações em torno de sua formação. De resultado previsível, o plebiscito ocorreu em setembro de 2002, às vésperas do pleito que escolheria Lula como sucessor de FHC . Sem efeito legal, ele mobilizou, no entanto, 10 milhões de pessoas, segundo os organizadores.

Não era só no Brasil que crescia a oposição à Alca. Com a eleição de Hugo Chávez , na Venezuela, em 1998, o agravamento da crise na Argentina, que resultaria na renúncia de Fernando de la Rúa , ao final de 2001, e o desencanto com a globalização após a crise financeira de 1997-1998, que surgiu na Ásia e espalhou-se pelo

mundo, o sentimento contrário ao livre comércio ganhava força nas Américas e em toda parte. Mesmo nos Estados Unidos, deu-se uma mudança importante após os atentados de 11 de setembro de 2001. Se com Bill Clinton a prioridade era conquistar mercados por meio de acordos de integração, com George W. Bush o foco passava a ser a guerra ao terrorismo. O processo de negociação da Alca seria interrompido definitivamente em 2005, como veremos no tópico sobre a política externa do governo Lula.

Ao mesmo tempo que movia suas peças no tabuleiro do Mercosul e da Alca, o Brasil manteve-se ativo na esfera multilateral, agora em novo contexto, dada a criação em 1994 da Organização Mundial do Comércio (OMC), em substituição ao General Agreement on Tariffs and Trade (GATT). Para o Brasil, o tabuleiro multilateral ocupava lugar central nas negociações com os países desenvolvidos. Avaliava-se que, ali, pela presença de muitos países e pelo amplo leque de alianças possíveis, havia melhores condições de negociação do que em fóruns mais restritos.

O principal interesse ofensivo do país residia na redução às barreiras contra a exportação de produtos agropecuários, em especial no muito protegido mercado europeu. A abertura desses mercados restou como tema pendente da Rodada Uruguai, apesar de os países em desenvolvimento terem concordado com a redução das tarifas de seus setores industriais. Na tecla dessa assimetria batiam os governos do Brasil e de outros países em desenvolvimento com exportações significativas de produtos agropecuários. Apesar da insistência, pouco se avançou nessa matéria. Formou-se desde então um impasse, que dura até hoje.

Ainda assim, a atuação do Brasil na OMC produziu resultados no período em foco. Na reunião que lançou a chamada Rodada Doha, em 2001, o Brasil obteve conquista importante na decisão tomada sobre as regras relativas ao direito de propriedade no caso de medicamentos essenciais à saúde pública. O caso em pauta eram retrovirais para o combate à aids, cujos altos custos oneravam o programa brasileiro de luta contra essa epidemia.

A dimensão política também teve importância na atuação da política externa nesse período. Além de assinar o TNP , o Brasil ingressou no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (Missile Technology Control Regime , MTCR) e subscreveu o Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares, bem como a Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas. Reafirmou assim externamente o compromisso de uso pacífico da tecnologia nuclear, já inscrito na Constituição de 1988.

O compromisso internacional com a democracia expressou-se no Protocolo de Ushuaia, firmado em 1998, mediante o qual uma cláusula democrática passou a integrar as regras do Mercosul. A mesma cláusula seria depois incluída nas decisões tomadas na I Cúpula Sul-americana, realizada em Brasília, em 2000, e incorporada à Alca, na III Cúpula das Américas, em Québec, em 2001. A defesa do regime democrático passou a ser requisito para a participação nos acordos de integração econômica e comercial.

7.9 UMA HERANÇA MALDITA OU BENDITA?

Uma avaliação isenta do governo FHC , em seus dois mandatos, não poderá lhe negar ao menos dois méritos.

O primeiro deles foi a estabilização da economia brasileira, depois de mais de uma década de inflação alta, crônica e crescente, processo que implicou a reestruturação do sistema bancário e a reordenação das finanças públicas, da qual a Lei de Responsabilidade Fiscal é a expressão mais visível e abrangente.

O segundo mérito inegável dos governos FHC foi a consolidação da democracia brasileira. A esse respeito, vale destacar três fatos: o reconhecimento, pelo Estado, dos crimes cometidos no período da ditadura militar; a criação do Ministério da Defesa, marco da subordinação das Forças Armadas ao poder civil; e a transição de poder de seu governo para o de seu sucessor, organizada de modo a facilitar o acesso da nova administração às informações necessárias à gestão do Estado.

Nos governos de FHC aprofundou-se o corte – prático e conceitual – com um modelo de economia fechada, com grande participação do Estado no setor produtivo e generalizada e discricionária intervenção estatal nas atividades econômicas.

Ao fim da Era Vargas não se seguiu, porém, um Estado mínimo, restrito a funções reguladoras no campo econômico. O governo FHC abriu o setor de petróleo e gás à participação do setor privado, mas não privatizou a Petrobras, criada no segundo governo Vargas. Ao contrário, deu-lhe condições para operar com maior liberdade e eficiência, o que a fez crescer no ambiente mais competitivo a que

foi submetida. Também criado no segundo governo Vargas, o BNDES recebeu atribuições crescentes nas políticas governamentais de apoio à reestruturação produtiva de setores industriais e às exportações de manufaturados. O Banco do Brasil foi capitalizado pelo Tesouro e permaneceu nas mãos do Estado, com linhas de apoio às exportações e à agricultura.

Por fim, embora poucas vezes lembrado, nos governos FHC ocorreu a institucionalização de um leque abrangente e variado de políticas sociais que deram maior efetividade aos direitos sociais inscritos na Constituição de 1988.

Esse conjunto de mudanças positivas resultou em melhora do prestígio e da posição do Brasil no mundo.

Em que pese ter feito essas mudanças, o governo de FHC legou a seu sucessor – além de uma enorme lista de desafios, própria de um país em desenvolvimento – problemas que representavam limitações ao crescimento.

Entre 1995 e 2002, a dívida pública cresceu de 30% para mais de 50% do PIB . Esse aumento se deu a despeito de uma grande elevação da carga tributária, de 26% para 35% do PIB , e da utilização de praticamente 100% dos recursos apurados com a privatização para o abatimento da dívida pública. Juros altos e carga tributária pesada e cumulativa mantiveram inibido o investimento privado.

O gasto crescente com juros e com políticas sociais travou a retomada do investimento público, que vinha em queda desde os anos 1980. O investimento privado em infraestrutura, estimulado pelas privatizações, não se mostrou suficiente para compensar a

falta de investimentos públicos. No setor elétrico, a mudança no modelo ficou pelo meio do caminho, com a privatização das empresas de distribuição e a não privatização das empresas geradoras, em um quadro de incertezas que desestimulou o investimento. Se e quando a economia voltasse a crescer mais rapidamente, era concreto o risco de repetição do racionamento de energia vivido em 2001.

Nesse quadro, o país cresceu pouco e a modernização da economia veio acompanhada de aumento do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho.

Da perspectiva do governo, o aumento da dívida pública e da carga tributária refletia os custos da bem-sucedida estabilização da economia, em condições externas adversas. Expressava também o compromisso com a área social. Parte significativa do aumento da dívida pública espelhava a assunção de passivos de estados e municípios, o saneamento do sistema financeiro e o reconhecimento de dívidas antes não contabilizadas, os chamados esqueletos. Na mesma linha, a maior parte do aumento da carga tributária encontrava correspondência no crescimento do gasto social.

Para o governo, FHC deixava ao sucessor um país preparado para acelerar o crescimento sem perder a estabilidade, desde que não se desfizessem as reformas realizadas e preservassem as linhas gerais da política econômica estabelecida a partir da desvalorização cambial.

A narrativa das oposições era bem outra. Para o PT, Lula receberia uma "herança maldita", fruto da orientação neoliberal e dos "erros" da política econômica do governo anterior. A orientação

neoliberal levaria ao enfraquecimento deliberado da capacidade do Estado de fazer políticas de desenvolvimento e à abertura irresponsável da economia. Na origem dos erros da política econômica, estaria a abertura da economia brasileira aos fluxos financeiros globais. Com ela, a economia teria ficado exposta aos humores cambiantes do mercado financeiro internacional. As privatizações fariam parte dessa lógica de subordinação aos interesses financeiros internacionais, à custa do patrimônio público e do Estado desenvolvimentista.

Nessa visão, os governos FHC eram o prolongamento radicalizado do governo Collor, ambos representantes da mesma orientação neoliberal, hegemônica no mundo desde a crise do socialismo, que culminou com o colapso da União Soviética e a afirmação dos Estados Unidos como única grande potência mundial, no final dos anos 1980. Se mantida, essa orientação condenaria o país a uma integração subordinada ao capitalismo global, com um alto custo econômico e social. Provas disso seriam os processos de desindustrialização, crescimento do desemprego e precarização do trabalho.

Em seu XII Encontro Nacional realizado em dezembro de 2001, o PT aprovou documento pregando a ruptura com o modelo neoliberal como condição para a retomada do desenvolvimento. Tal ruptura implicaria a denúncia do acordo com o FMI, a auditoria da dívida externa pública, a superação da política fiscal de superávits crescentes, a suspensão das privatizações e a investigação das já realizadas. O mesmo documento propunha a transição para um novo

modelo, no qual o “mercado interno de massas” seria o eixo dinâmico do crescimento.

É interessante notar que o mercado interno de massas de fato floresceria no governo Lula, mas sem a “ruptura necessária” apregoada por seu partido. O governo Lula não seria, porém, simples prolongamento do governo FHC . Se de um lado as linhas gerais da política econômica foram mantidas, se não houve reestatização de empresas privatizadas, tampouco renegociação da dívida externa, de outro lado o Estado como condutor do desenvolvimento reapareceu no discurso e, parcialmente, na realidade.

7.10 A ALTERNÂNCIA NO PODER: A VITÓRIA DE LULA

Em outubro de 2002, em sua quarta disputa consecutiva pela presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva elegeu-se presidente do Brasil. Bateu, em segundo turno, o candidato da aliança PSDB-PMDB , o senador tucano José Serra, ex-ministro do Planejamento e Orçamento e da Saúde de FHC . Lula obteve 61% dos votos válidos, enquanto Serra ficou com 39%.

O candidato do PT conseguiu agregar um novo contingente de eleitores a seu eleitorado fiel, que já o havia sufragado em 1989, 1994 e 1998. O novo contingente era composto de amplos setores de classe média, que se haviam mostrado receosos em votar no candidato do PT nas eleições anteriores. Lula soube atraí-los dessa

vez. Além do menor temor ao candidato do PT , pesou também a baixa popularidade do governo FHC ao final de seu mandato. No ano da eleição, seu índice de aprovação girava em torno de 30%.

O governo Lula é resultado da democratização da política e da sociedade brasileiras. Nesse processo, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos de esquerda, em especial o PT , tiveram um papel crucial, embora às vezes contraditório. Crucial porque essas forças sociais trouxeram à arena política atores que antes estavam ausentes. E esse alargamento da arena política, com a entrada de lideranças, partidos e movimentos não originários da elite tradicional, foi um aspecto essencial da redemocratização. Contraditório porque, com frequência, essas mesmas forças negaram a validade de avanços democráticos. Nada é mais eloquente a esse respeito do que o fato de o PT se ter recusado a aprovar o texto final da Constituição de 1988, por considerá-la, à época, “burguesa e conservadora” .

Todavia, nem o PT nem o Lula que chegaram ao poder em 2003 eram os mesmos de 1988. O partido havia deixado para trás a defesa de um “governo dos trabalhadores” , o rechaço a alianças com partidos que não fossem de esquerda e, se não na retórica, com certeza na prática, a utopia de uma sociedade socialista. Tornara-se um partido pragmático e reformista, que apostava mais na força das urnas do que na mobilização das ruas. Nesse percurso, acumulara experiências administrativas em vários governos municipais – em algumas capitais importantes, como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Fortaleza – e em um dos maiores estados da federação – o Rio Grande do Sul, além do Espírito Santo e do

Acre –, na maior parte dos casos bem avaliadas. E constituíra uma máquina partidária de peso, que mobilizava e consumia recursos e empregava pessoas. Seus laços iniciais com os movimentos sociais se enfraqueceram à medida que os próprios movimentos perdiam força e autonomia. Ao mesmo tempo, consolidaram-se suas raízes na estrutura sindical por meio da CUT , estreitamente ligada ao partido.

Embora cada vez mais inserido na política real, o PT conseguira manter a imagem de partido ético. Além disso, consolidara a imagem de um partido associado ao interesse dos assalariados e dos pobres, não obstante a extração de classe média ou a ascensão à classe média de seus principais quadros e lideranças.

Lula também mudara nesse período. Foi ele próprio quem, para ser novamente candidato em 2002, exigiu de seu partido liberdade para compor alianças mais amplas. Dessa determinação, resultou a escolha do senador mineiro José Alencar, político moderado e grande empresário do ramo têxtil, como candidato à vice-presidência em sua chapa – para participar da eleição, Alencar filiou-se ao Partido Liberal (PL).

Em que pesem essas mudanças no partido e especialmente no candidato, o PT ainda sustentava um discurso de ruptura com as diretrizes seguidas pelo governo FHC , o que despertava temores em amplos setores de classe média e mesmo populares, para não falar no mercado financeiro. Receavam que um eventual governo Lula interviesse nas aplicações financeiras para reduzir a dívida pública – ainda era vivo o trauma do confisco do Plano Collor 1 – e compromettesse a estabilidade monetária. Para assegurá-los de que

um governo Lula seria diferente, o candidato do PT assinou a Carta aos Brasileiros, lançada em junho de 2002. Ela conflitava com as teses aprovadas na convenção nacional do partido, apenas alguns meses antes, ao final de 2001, e publicadas no documento “A Ruptura Necessária”.

Inaugurava-se assim o governo Lula sob um difícil dilema: de um lado, o novo presidente tinha de responder às expectativas de mudança levantadas por sua eleição; de outro, precisava vencer os temores que subsistiam no mercado financeiro e na sociedade para assegurar a estabilidade econômica conquistada pelo Plano Real, vista pela população como a principal e positiva herança do governo FHC .

7.11 A FORMAÇÃO DO NOVO GOVERNO

As nomeações para os postos-chave da economia revelaram a opção preferencial do presidente pela estabilidade econômica. Para o Ministério da Fazenda foi indicado Antonio Palocci, que havia angariado a simpatia dos empresários como ex-prefeito da próspera cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo, no coração da moderna agroindústria do açúcar e do álcool. Deputado federal dedicado às questões tributárias, Palocci assumira a chefia da equipe de transição do presidente eleito. Era visto como um petista próximo ao setor privado.

A presidência do BC ficou nas mãos de Henrique Meirelles, um executivo das altas finanças que chegara à presidência global de um

grande banco norte-americano. Eleito deputado federal pelo PSDB , teve de desfiliar-se do partido para assumir o cargo. A Meirelles, Lula assegurou que não interferiria na autonomia do BC .

Ao mesmo tempo, Lula nomeou ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República um típico representante da máquina do PT e figura simbólica da esquerda brasileira, José Dirceu. Não restava dúvida de que as rédeas políticas do governo estavam nas mãos do PT .

Na composição dos demais ministérios, Lula seguiu a tradição do presidencialismo brasileiro de escolher representantes de setores sociais com interesses divergentes, quando não antagônicos.

Se de um lado essa heterogeneidade por vezes deu notas dissonantes às políticas governamentais, de outro ofereceu ao governo maior espaço de manobra política. A capacidade do governo de abrigar essas contradições reduziu o raio de ação das oposições.

Quando se analisa a origem social dos integrantes dos chamados primeiro escalão – ministérios, BC – e segundo escalão do governo, sobressai o fato de que houve uma mudança da elite no poder. As figuras vinculadas à grande burguesia ou à classe média profissional não desapareceram. É nítida, porém, a emergência de sindicalistas, alguns deles velhos companheiros de luta do presidente Lula.

7.12 LULA E O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

Além de conquistar a confiança dos mercados, o novo governo se viu desde logo diante da contingência de ampliar sua base de

sustentação no Congresso.

Lula foi eleito por uma coalizão formada, além do PT e do PL , pelos seguintes partidos: Partido Comunista do Brasil (PC doB) , Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido da Mobilização Nacional (PMN). Somados, os representantes desses partidos não ofereciam maioria ao presidente no Congresso. Para superar essa condição, Lula incorporou a seu ministério representantes de partidos que não o haviam acompanhado na disputa presidencial.

Receoso de se tornar refém do PMDB , Lula decidiu-se por não fazer desse partido seu parceiro preferencial. Para assegurar uma folgada maioria e preservar o PT de um inchaço artificial, como ocorrera com o PSDB após a vitória de FHC , Lula e seus operadores políticos incentivaram a migração de deputados e senadores eleitos pela oposição para partidos menores da coalizão governista em formação. Desse troca-troca partidário pós-eleitoral, saíram fortalecidos partidos como o PL e o PTB .

Além de acolher os pequenos partidos e o PMDB , Lula abrigou as várias correntes de seu partido em seu ministério. Resultaram dessa composição mais de trinta pastas ministeriais. As empresas estatais foram submetidas à ocupação político-partidária com maior intensidade que no governo anterior, fenômeno que alcançou também as agências reguladoras.

A crise política do mensalão, que analisaremos mais à frente, mostrou a vulnerabilidade de uma aliança política organizada em torno do apoio *ad hoc* de pequenos partidos que mais se assemelham a legendas de aluguel.

Aprendida a lição, em seu segundo mandato, Lula organizou sua base de apoio parlamentar em torno da aliança PT-PMDB , sem dispensar, no entanto, os demais partidos aliados. Isso resultou na maior coalizão de partidos governistas desde o retorno do país à democracia.

Se serviu para proteger o governo de novas crises políticas e armar uma robusta aliança eleitoral para o pleito presidencial de 2010, a aliança com o PMDB não resultou em produção legislativa de importância. Salvo por mudanças na previdência do setor público, ocorridas ao início do primeiro mandato e que levaram à cisão da ala esquerdista do PT e à formação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e por algumas iniciativas da chamada agenda microeconômica, herdada do governo anterior e abraçada pela equipe de Palocci, a agenda de reformas foi paralisada. Crítico da estrutura sindical quando presidente do então Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Lula a preservou intocada quando presidente. Para selar sua aliança com as centrais sindicais, apoiou projeto que lhes reservou parte dos recursos provenientes da contribuição sindical obrigatória, vetando o dispositivo que conferia ao Tribunal de Contas da União (TCU) poderes para auditar a utilização desses recursos.

7.13 A ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Quando Lula assumiu a presidência, a inflação encontrava-se em alta. As contas fiscais e externas do país haviam melhorado desde 1999, mas não eram robustas o suficiente para neutralizar as incertezas geradas, ao longo daquele ano, pela perspectiva de que, dessa vez, Lula chegaria ao poder. Diante da situação, em seus últimos meses de gestão, FHC negociou um empréstimo com o FMI de 30 bilhões de dólares. FHC deu conhecimento a todos os principais candidatos à sua sucessão dos termos do empréstimo firmado com o FMI e obteve de Lula o apoio tácito à iniciativa – uma das condições para a aprovação do empréstimo pelo FMI .

7.13.1 A Política Econômica no Primeiro Mandato

A política realizada por Palocci e Meirelles enfrentou a conjuntura econômica, realizando medidas de ajuste fiscal e monetário que foram além das adotadas por FHC . O ajuste se expressou em um aperto simultâneo na política monetária, com aumentos sucessivos das taxas de juros até meados de 2003, e a adoção, para o período de 2003 a 2006, de uma meta de resultado primário – saldo entre receitas e despesas governamentais antes do pagamento de juros – maior do que a que fora fixada pelo governo FHC . As medidas de ajuste lograram sucesso, refreando as pressões inflacionárias e proporcionando credibilidade para o governo nos mercados financeiros. Não obstante, Palocci e Meirelles foram alvo do fogo

amigo proveniente do PT e de seus principais representantes no alto escalão do governo. A intensidade do fogo amigo só arrefeceu quando os resultados da política econômica se consolidaram a partir de 2005. Palocci e Meirelles sobreviveram porque contaram com o respaldo de Lula.

A partir do segundo semestre de 2003, a inflação entrou em nítido declínio, baixando a menos de 4% em 2006. À redução da inflação seguiram-se a redução da taxa de juros e a retomada do crescimento. Seu motor principal foi, de início, o comércio exterior. A desvalorização do real acumulada entre 2001 e 2002 impulsionou as exportações brasileiras, que cresceram de aproximadamente 60 bilhões de dólares para 100 bilhões de dólares entre 2000 e 2004. Elas foram favorecidas também pela expansão da economia mundial e pela elevação dos preços das *commodities* agrícolas e minerais, decorrente, sobretudo, do acelerado crescimento da China.

Produtor competitivo de um amplo leque de *commodities*, o Brasil foi um dos países mais beneficiados pelo acelerado crescimento da demanda chinesa, que persistiria nos anos seguintes. Entre 2004 e 2008, as exportações brasileiras quase triplicaram de valor, passando do patamar de 100 bilhões de dólares para 200 bilhões de dólares anuais, com aumento da participação das *commodities* na pauta de exportações.

Ao mesmo tempo que as exportações cresciam, levando à geração de superávits maiores na balança comercial, a entrada de capitais recuperava a tendência ascendente observada nos anos 1990. Sobravam recursos disponíveis no mundo, que vivia relativamente um longo período de tranquilidade e otimismo que só

seria quebrado a partir de 2007. A verdade é que, entre 2003 e 2008, a economia mundial conheceu seu mais brilhante quinquênio desde o período de 1968 a 1973. Com superávits crescentes na balança comercial e farto ingresso de capitais, o Brasil apresentou superávits nas transações correntes do balanço de pagamentos, que contabiliza todos os ingressos e saídas de divisas do país, entre 2004 e 2007. Para mitigar a tendência à valorização da taxa de câmbio, o BC adotou uma política de acumulação de reservas. Em 2007, vinte anos depois da moratória da dívida externa, o Brasil se tornou credor externo líquido, ou seja, o valor de seus ativos – créditos a receber mais reservas internacionais – superou o valor de seus passivos em moeda estrangeira. O fato era a justificativa que faltava para o país receber, ao início de 2008, o laurel de *investment grade* das agências globais de avaliação de risco.

Progressivamente, a força motriz do crescimento da economia deixou de ser as exportações e passou a ser o consumo interno. Este foi impulsionado pela expansão do emprego formal, pela política de aumento do salário mínimo acima da inflação – o salário mínimo cresceu, em termos reais, cerca de 40% no governo FHC e 60% no governo Lula –, pela ampliação do acesso ao crédito e pelo fortalecimento dos programas de transferência direta de renda para as famílias mais pobres e de ampliação do acesso ao crédito.

O acesso ao crédito foi facilitado pelo ambiente econômico de inflação baixa e redução da taxa de juros doméstica. Entre 2003 e 2008, o crédito total no país cresceu de pouco mais de 25% para mais de 40% do PIB, mantendo-se em crescimento nos anos seguintes, a ponto de suscitar preocupação sobre a sua velocidade

de expansão e a eventual formação de bolhas de crédito. Os bancos públicos, sobretudo a Caixa Econômica Federal, sobressaíram no fornecimento de crédito ao consumidor de baixa renda, mantendo a concessão de empréstimos pessoais mesmo nos momentos de retração da economia.

Não menos importante foi a aceleração do ritmo de criação de empregos formais. A partir de 2004, observou-se uma criação anual líquida de mais de 1,5 milhão de postos de trabalho, em média, tendência apenas interrompida, em 2009, pelos efeitos da crise financeira global sobre a economia doméstica. Dessa forma, ao final de dois mandatos, seriam criados mais de 10 milhões de empregos formais, derrubando à metade a taxa de desemprego observada no início do período. Para a queda do desemprego, além da intensa criação de postos de trabalho, concorreu o menor crescimento do número de novos ingressantes no mercado de trabalho, fruto, entre outros fatores, de uma mudança demográfica iniciada a partir dos anos 1970: a redução acentuada do ritmo de crescimento da população brasileira. Os reflexos dessa mudança demográfica passaram a ser percebidos no mercado de trabalho ao longo da primeira década do século XXI .

7.13.2 O Surgimento de uma Nova Classe Média

No mesmo período, verificou-se significativa redução da pobreza e ascensão social de um amplo contingente de pessoas, estimado em mais de 30 milhões, à chamada classe C , que compreende famílias com renda entre 1.200 e 4.800 reais, aproximadamente. Essa ampla

mobilidade social ascendente resultou da combinação de inflação baixa, aumento do emprego e expansão do crédito. Houve também mobilidade social ascendente da classe E para a classe D . Na base da pirâmide social, a alavanca mais importante da ascensão foi o aumento da transferência de recursos por meio do programa Bolsa-família e de outros programas sociais do governo. Com mais renda e mais crédito, o consumo popular expandiu-se. À cesta de consumo da classe C , incorporaram-se itens antes acessíveis apenas às classes A e B , como computadores e automóveis. O uso de telefones celulares generalizou-se. Abriram-se ainda as portas do financiamento à casa própria, principal aspiração aquisitiva da nova classe média.

A emergência de uma nova classe média representou um fenômeno de grandes proporções e implicações socioeconômicas e políticas. A classe C passou a representar mais de 50% do eleitorado brasileiro e seu poder de compra superou o das classes A e B , somadas.

É discutível a designação de classe média para o amplo contingente populacional enquadrado na classe C . A classe média não se define apenas pela renda. No entanto, é indiscutível o fato de que o consumo da chamada classe C representou o principal motor do crescimento do PIB e fator de atração e geração de novos investimentos no período recente. Fenômeno semelhante se havia verificado nos primeiros anos após o Plano Real, até que as crises externas do final dos anos 1990 impusessem perdas de renda aos consumidores mais pobres. A partir de 2004, na ausência de crises externas, o fenômeno se repetiu em maior escala e intensidade. Ele

é um dos elementos que explica a percepção muito favorável que o Brasil passou a desfrutar no exterior nesse período: além de uma economia estável, em crescimento, com finanças arrumadas, e uma democracia consolidada, ao menos quando comparada à maioria dos países em desenvolvimento, o país projetou a imagem de uma sociedade com classes médias em expansão.

Esse fenômeno social tem implicações profundas. As novas classes médias geram demandas inéditas sobre o Estado. Sua emergência vem acompanhada da expansão da oferta privada nas áreas da saúde e da educação. Duplicou-se o número de clientes dos planos privados de saúde ao longo da primeira década do século XXI – hoje são cerca de 50 milhões de pessoas. Processo semelhante, embora em números mais modestos, verificou-se no ensino superior, em que as instituições privadas já respondem por quase 80% da oferta total de matrículas. Essa expansão da oferta privada de serviços sociais coloca exigências de regulação inéditas sobre o Estado, que já se tornaram temas da agenda política. Por outro lado, a ascensão de um novo e imenso contingente de pessoas a faixas de renda suscetíveis à tributação direta, via imposto sobre a renda, tende a reforçar a noção de *tax payer* no eleitorado e a aumentar o desconforto social diante da alta carga tributária, sem a contrapartida em serviços públicos tidos como aceitáveis para as novas classes médias.

7.13.3 A Política Econômica no Segundo Mandato

Em 2006, o crescimento superou os 6% e, no ano seguinte, manteve-se acima de 5%. Com o consumo interno aquecido, as importações passaram a aumentar em velocidade superior às exportações, reduzindo o superávit da balança comercial de mais de 45 bilhões de dólares, em 2005, para menos de 25 bilhões de dólares, em 2008. A conta em transações correntes voltou a apresentar um pequeno déficit, que cresceria nos anos seguintes, alcançando 2,5% do PIB no final do período em questão. Não faltaria, porém, financiamento externo para cobrir esse déficit. Ao contrário, salvo por um curto período entre o final de 2008 e 2009, a entrada de dólares no país se manteve incessantemente superior às saídas. As reservas internacionais não pararam de crescer, na medida em que o BC comprava dólares para suavizar a tendência à valorização da taxa de câmbio. Ainda assim a taxa de câmbio valorizou-se significativamente, mais do que se havia valorizado nos primeiros meses do Plano Real. Agora, porém, o Brasil desfrutava de uma economia estabilizada e contava com termos de intercâmbio muito favoráveis, dado o aumento da demanda e dos preços das *commodities* no mercado internacional.

Com a percepção de que poderia ser duradoura a tendência de valorização do real – em última instância ligada à demanda crescente por *commodities* decorrente do acelerado crescimento da China – ressurgiu o debate sobre os riscos de desindustrialização da economia brasileira, que permanecera latente desde a desvalorização cambial de janeiro de 1999.

A grande novidade em relação ao passado recente foi justamente a China, país que se tornaria o principal parceiro comercial do Brasil em 2010. Grande importadora de produtos primários, a China transformou-se ao longo da primeira década do século XXI em destacada exportadora de um amplo leque de manufaturas. A apreciação do câmbio acentuou as dificuldades encontradas pela indústria brasileira para competir com os produtos chineses, principalmente no mercado interno, mas também em mercados externos, em especial nos Estados Unidos. Em termos relativos, a presença das exportações brasileiras no mercado norte-americano se reduziu muito nas primeiras décadas do século XXI. O crescimento das exportações para a China e a redução das exportações para os Estados Unidos refletiram-se em uma queda importante da participação dos manufaturados nas vendas externas totais do Brasil, de aproximadamente 50%, em 2000, para cerca de 30%, dez anos depois.

A julgar pelo passado, o governo Lula reagiria a esse quadro com a adoção de medidas de fechamento da economia para a proteção da indústria brasileira. Não faltaram manifestações de líderes empresariais nesse sentido. O governo, porém, limitou-se a manter a política de compra de reservas internacionais para impedir uma valorização ainda maior do real.

O quadro internacional muito favorável permitia ao governo manter o crescimento acelerado, a inflação sob controle e a situação fiscal e das contas externas relativamente bem equilibradas, a despeito do ritmo forte de expansão dos gastos do governo e do crédito para o consumidor. Puxado pelo consumo das famílias e pelo

gasto do governo, o crescimento acelerado produzia grande otimismo e sensação de bem-estar, sobretudo entre os mais pobres. Entre 2002 e 2009, a renda desse grupo elevou-se em mais de 60%, ao passo que a dos mais ricos aumentou cerca de 12%. Na maré cheia da economia, todos os barcos subiam, mas o dos mais pobres em ritmo mais rápido do que os demais.

No segundo semestre de 2008, porém, o Brasil sentiu os efeitos que se espalharam pelo mundo financeiro global a partir da quebra do banco norte-americano Lehman Brothers , em setembro. A crise das hipotecas imobiliárias, que se processava nos Estados Unidos desde o ano anterior, tornou-se dramática e generalizada.

A contração geral dos empréstimos e investimentos no mundo produziu abalos em nossa economia. O governo agiu para impedir a recessão. Usou reservas internacionais para financiar o comércio exterior, expandiu a liquidez do sistema financeiro, reduzindo juros e depósitos compulsórios, aumentou o gasto público e concedeu incentivos fiscais a alguns setores, como o de automóveis. As medidas produziram o resultado esperado: depois de forte desaceleração no final de 2008, a economia voltou a dar sinais de vida no segundo trimestre de 2009. Em termos comparativos, o Brasil, assim como China e Índia, saiu-se bem – e antes – da crise, que se prolongaria na Europa e nos Estados Unidos.

Em um mundo com países desenvolvidos ainda em crise, o Brasil reforçou sua imagem de potência econômica emergente. Com juros internacionais muito baixos e crescimento reduzido nos países desenvolvidos, nosso país logo voltou a ser um poderoso ímã de atração de capitais externos em volume ainda maior do que antes.

Acresce que os preços das *commodities* não demoraram a se recuperar no mercado internacional, influenciados pela retomada do crescimento da China. Em resumo, para o Brasil, o quadro externo não tardou a ficar novamente favorável. A taxa de câmbio voltou a valorizar-se. Entre as moedas dos países emergentes, o real foi a que mais se valorizou entre todas nos dois anos subsequentes à crise.

No entanto, o governo preferiu prolongar a vigência das medidas de estímulo à economia. Havia obtido uma vitória econômica e política e se sentia confiante para sustentar a posição de que elas ainda eram necessárias, mesmo diante dos alertas de que, mantidas quando já superados os efeitos da crise, as medidas poderiam levar ao superaquecimento da economia e à aceleração da inflação. As oposições enxergaram motivações eleitorais na manutenção das medidas de estímulo, já que se aproximavam as eleições gerais de 2010.

Nesse ano, o Brasil cresceu mais de 7% e gerou 3 milhões de empregos formais. Com isso, a média do crescimento nos oito anos do governo Lula superou os 4%, acima dos 2,5% do período FHC, mas abaixo da média de vários outros países emergentes. A inflação, porém, acelerou-se, fechando o ano perto de 6%, com tendência de alta. Somada à contenção dos gastos, que no governo Lula subiram muito acima do crescimento do PIB, o controle da inflação representou o maior desafio deixado à sua sucessora.

7.14 A POLÍTICA SOCIAL: MAIS CONTINUIDADE DO QUE RUPTURA

Também na área social a continuidade prevaleceu sobre a ruptura com as políticas que se vinham estruturando desde o governo anterior, no caminho indicado pela Constituição de 1988.

Continuidade com mais recursos, proporcionados por ganhos expressivos de arrecadação, que foram canalizados em grande parte para a área social, indicando uma clara prioridade política.

Na educação, por exemplo, o Fundef transformou-se em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), alcançando também o ensino médio, além do ensino fundamental. O sistema de avaliação do ensino básico passou a contar com duas provas complementares e um índice de desenvolvimento do ensino básico foi estabelecido em 2007. No mesmo ano, lançou-se o Plano Nacional de Educação (PNE), com metas para a evolução daquele índice. O consenso na área da educação básica se expressou também na sociedade. Em 2006, com o apoio de grandes empresas, criou-se o movimento Todos pela Educação, com o propósito não apenas de acompanhar e discutir as políticas governamentais para o ensino básico mas também de lhe cobrar resultados e cooperar em sua formulação e execução nos três níveis de governo. Em que pesem o maior aporte de recursos públicos e a mobilização de parte da sociedade, os resultados em termos de melhoria da qualidade de ensino se mostraram modestos. O maior problema reside no ensino médio, para jovens entre 15 e 17 anos, e nas disciplinas de

matemática e ciências. No ensino médio, observou-se inclusive uma redução no número de matrículas e um aumento da taxa de desistência, resultado surpreendente diante da universalização do ensino fundamental.

Para a imagem do governo, a mais importante das políticas sociais foi, sem dúvida, o programa Bolsa-família, que resultou da unificação de quatro programas de transferência condicionada de renda criados no governo FHC . A decisão de unificá-los e transformá-los em carro-chefe das ações do governo na área social ocorreu após a breve e fracassada experiência do programa Fome Zero, baseado na ideia de fomentar a agricultura familiar pela distribuição local de alimentos à população carente, que havia sido uma das principais bandeiras eleitorais do candidato Lula.

Ao trocar o Fome Zero pelo Bolsa-família, o governo deixou em segundo plano um programa que tinha em seu DNA a marca da esquerda cristã, presente na formação do PT , para abraçar um programa que entrara em voga na América Latina nos anos 1990, sob os auspícios do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A troca produziu resultados vantajosos. Além de unificar os programas de transferência de renda, o governo Lula ampliou significativamente o número de beneficiados – de aproximadamente 4 milhões para 12 milhões de famílias, entre 2002 e 2009 –, aumentou o valor dos benefícios e estendeu o apoio a famílias com jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola. Crescendo em número de beneficiados e volume de recursos transferidos, o Bolsa-família desempenhou papel importante na redução da pobreza, em

especial no Nordeste, e contribuiu para consolidar a ampla maioria eleitoral de Lula na região.

Ao Bolsa-família somou-se a política de reajustes reais do valor do salário mínimo, como já mencionamos na seção sobre a economia e a política econômica. Além de seu efeito sobre os menores salários no mercado de trabalho, o aumento do salário mínimo refletiu-se no crescimento do volume de transferências feitas a famílias pobres por meio de outros programas sociais criados em governos anteriores. É que os benefícios desses programas estão constitucionalmente indexados ao salário mínimo. Para que se tenha uma ideia do impacto desse conjunto de programas, incluindo o Bolsa-família, vale citar os dados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2006. Segundo esses dados, quase 30% da população brasileira recebia, naquele ano, ao menos um tipo de benefício social prestado pelo governo, percentual que alcançava 45% em regiões mais pobres do país, como o Nordeste.

Em matéria de visibilidade política, o Bolsa-família suplantou em muito o programa de reforma agrária, uma das bandeiras históricas do PT . Não que o programa tenha sido interrompido. Ao contrário, com o esgotamento do estoque de terras passível de desapropriação, já ao final do governo FHC , o governo Lula recorreu crescentemente à compra de terras para fins de reforma agrária, o que levou a um desembolso maior de recursos, para o assentamento de 600 mil famílias, entre 2003 e 2010. Muito dinheiro gasto, nos dois governos, com pouco resultado obtido na fixação dessas famílias à terra e na viabilização econômica dos assentamentos. Não

por acaso, tornaram-se mais tensas as relações entre o governo e o MST .

As aspirações das novas classes médias não escaparam ao radar do governo. Um programa de aquisição da casa própria, chamado Minha Casa, Minha Vida, com recursos subsidiados para as faixas de menor renda, foi lançado em 2009 e ganharia fôlego nos anos seguintes. Além da casa própria, o governo se mostrou sensível à aspiração de ingresso no ensino superior. Para apoiar alunos de menor renda, concedeu incentivo fiscal às instituições privadas, responsáveis pela maior parte das matrículas no ensino superior, em troca da concessão de bolsas de estudo a estudantes mais pobres. Ações afirmativas, questão colocada já no governo anterior, ganharam fôlego nos níveis federal e estadual. Tais políticas, concentradas no ensino superior, provocaram aceso debate público, com a mobilização de intelectuais de lado a lado. O STF foi provocado a julgar a constitucionalidade da política de cotas por iniciativa de um dos partidos de oposição, os Democratas (DEM , nova sigla do antigo PFL). Essa ação judicial seria julgada no STF somente em 2012, com decisão favorável à constitucionalidade das cotas raciais. O debate público, porém, prosseguiu.

O governo Lula não descuidou também das velhas classes médias. Os salários dos funcionários federais e o número de concursos para ingresso no serviço público aumentaram significativamente. Atenção importante receberam os professores universitários, cujos salários-base foram recompostos. A propósito, a virtual ausência de aumentos salariais generalizados nas

universidades federais fora um dos motivos de insatisfação de uma significativa parte dos professores universitários com o governo FHC .

Se na prática as políticas econômica e social do novo governo se desenvolveram em continuidade com as políticas do anterior, retoricamente Lula e seu partido investiram desde seu início na estigmatização do governo de seu antecessor. Nasceu daí o bordão “herança maldita” . Ele veio acompanhado de outro, repetido nos discursos presidenciais de elogio às realizações de seu governo: “nunca antes na história deste país” . A expressão buscou difundir a ideia de que seu governo inaugurava uma nova etapa da história brasileira.

Das poucas referências positivas ao passado, Vargas foi de longe a mais importante na estratégia discursiva de Lula. Com isso, o presidente acentuava o contraste simbólico com o governo de FHC , que se havia proposto a superar a Era Vargas.

Mais do que a líderes políticos do passado, Lula recorreu a símbolos e expressões linguísticas da cultura popular para comunicar-se com a população e reforçar a identidade que sua biografia de homem do povo já lhe conferia. Nesse diapasão, construiu para si a imagem do pai de família benévolo, compreensivo e justo no tratamento dispensado a todos os seus filhos, mas especialmente atento aos mais necessitados. Críticos viram nisso um populismo regressivo, que reduzia os cidadãos a uma condição infantil e subordinada. A retórica presidencial, entretanto, teve receptividade em amplos contingentes da população, ainda majoritariamente pobre e não plenamente incorporada ao universo da cidadania. Não apenas pela eficácia comunicativa do presidente,

lastreada em sua biografia, mas pelo fato concreto de que à retórica presidencial correspondia uma efetiva extensão dos programas de transferência de renda e um significativo aumento do salário mínimo.

Essa combinação de atributos pessoais e resultados sociais de seu governo explica por que Lula sobreviveu politicamente a uma série de escândalos e alcançou níveis sem precedentes de popularidade em seu segundo mandato.

7.15 A CRISE POLÍTICA E A CRISE DA POLÍTICA: SUCESSÃO DE ESCÂNDALOS

Durante seus longos anos na oposição, o PT levantou a bandeira da ética na política, denunciando supostos ou comprovados atos de corrupção. Mesmo para quem não se identificava com o partido, havia a convicção de que ele teria uma conduta moralmente diferenciada. Essa convicção caiu por terra.

Escândalos de grande repercussão marcaram o governo Lula. Embora tenham existido em governos anteriores, tendo mesmo levado um presidente ao *impeachment*, os escândalos do período presidencial mais recente distinguiram-se pela atuação articulada de dirigentes partidários e membros do primeiro escalão do governo nos episódios expostos à opinião pública.

7.15.1 O Mensalão

De todos os escândalos surgidos no governo Lula, o chamado mensalão foi o único a ameaçar o governo e potencialmente a estabilidade política do país. O escândalo surgiu quando o deputado Roberto Jefferson (PTB), até então aliado do governo, proferiu um discurso acusatório, afirmando que o governo Lula, sem o conhecimento do presidente, vinha subornando deputados, mediante pagamentos mensais, com dinheiro público e privado, visando à aprovação de projetos do interesse do governo. O alvo principal da acusação era o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, cujo mandato acabaria cassado pela Câmara dos Deputados.

A estratégia de defesa do governo deu-se em duas frentes. Na frente política, consistiu em negar a existência de um esquema de compra de votos no Congresso, concentrar culpas e responsabilidades no tesoureiro do PT e caracterizar as denúncias como orquestração golpista de uma elite inconformada com o sucesso de um trabalhador na presidência da República. Segundo o discurso oficial, Lula nada sabia a respeito do suposto esquema. Na frente jurídica, o governo alegou que as movimentações financeiras identificadas pela CPI eram acertos de contas entre os partidos da coalizão governista feitos com recursos não incluídos na contabilidade oficial entregue à Justiça Eleitoral. Ou seja, não haveria um esquema organizado e centralizado na Casa Civil para compra de deputados, nutrido por recursos desviados dos cofres públicos, mas operações pontuais, com recursos do chamado caixa dois. Tal argumento visava caracterizar os eventuais delitos como

infrações à legislação eleitoral, imputáveis aos representantes dos partidos, para evitar a caracterização de crime de responsabilidade, em face do qual se poderia abrir processo de *impeachment* contra o presidente da República se surgissem indícios de seu envolvimento.

O governo venceu a batalha política. A oposição decidiu não lutar pelo afastamento do presidente, temerosa de apostar na polarização política, e perder, e receosa dos efeitos de longo prazo, para a convivência democrática, de uma eventual divisão ao meio da sociedade brasileira. Imaginou que o escândalo político seria suficiente para desgastar Lula e derrotá-lo nas eleições de outubro de 2006. A história, porém, foi outra.

É verdade que o presidente sofreu queda significativa de sua popularidade ao longo de 2005. No entanto, ela não se alastrou para além dos setores de renda e instrução mais elevadas e mostrou-se transitória. Ao iniciar-se a corrida eleitoral no final do primeiro semestre de 2006, o presidente já havia recuperado a popularidade perdida e despontava como franco favorito à sua própria sucessão, a despeito de um novo escândalo, de outra natureza, que levou à queda de seu ministro da Fazenda. Sobre os danos provocados pelas denúncias, prevaleceram os ganhos materiais decorrentes da continuada expansão da renda, do crédito, do emprego e das transferências governamentais por meio de programas como o Bolsa-família, aos quais os mais pobres eram naturalmente mais sensíveis. Lula perdeu momentaneamente a classe média, por assim dizer, mas consolidou seu apoio na base da sociedade.

No âmbito do PT, as vozes minoritárias que insistiam na “refundação” do partido silenciaram. As medidas moralizadoras

concentraram-se na expulsão do tesoureiro do partido e na substituição de seu presidente.

O procurador-geral da República, porém, ofereceu denúncia ao STF contra vários ministros do governo por envolvimento no suposto esquema do mensalão. A denúncia foi acolhida pelo tribunal, mas apenas seria julgada em 2012, resultando na condenação de 25 réus, entre parlamentares, ex-ministros, banqueiros e um publicitário, responsável pela orquestração financeira do esquema. Entre os condenados, aparecem duas figuras de proa do PT, José Dirceu e José Genoíno – este presidente do partido à época –, além do tesoureiro do partido, réu confesso e principal operador das transações financeiras do mensalão.

Lula emergiu desses episódios com arranhões e sem seus dois homens fortes no ministério, Dirceu e Palocci, substituídos, respectivamente, por Dilma Rousseff, até então ministra de Minas e Energia, e Guido Mantega, que ocupava a presidência do BNDES, depois de haver sido ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. Sua imagem pessoal sofreu menos do que a de seu partido, que empunhou por anos a bandeira da ética na política. Acentuou-se nessa conjuntura o que já era um dado estrutural do quadro político: Lula se havia erguido acima e se tornado maior do que o PT. O partido, no entanto, continuaria a ser a sigla com maior preferência no eleitorado. Pesquisas de identidade partidária mostram que, ao longo da última década, o PT obteve regularmente um percentual ao redor de 15% do eleitorado, duas vezes mais do que o segundo colocado, o PMDB, e três vezes mais do que o terceiro, o PSDB.

Os principais partidos da oposição não conseguiram capitalizar politicamente o prejuízo momentâneo sofrido pelo PT . Para tanto, contribuiu o surgimento de denúncias envolvendo partidos da oposição. No processo de investigação do mensalão, apareceram indícios de que esquema semelhante havia sido operado em Minas Gerais, em 1998, com a utilização de contratos de empresas públicas com uma agência de publicidade para levantamento de financiamento ilegal à campanha de reeleição do então governador Eduardo Azeredo, do PSDB . Já no segundo mandato de Lula, ao final de 2009, seria a vez do mensalão do DEM ganhar o noticiário político, tendo como protagonista o único governador eleito pelo antigo PFL , nas eleições de outubro de 2006.

A principal vítima dessa sequência de escândalos foi o já abalado prestígio da política, em geral, e do Congresso, em particular, embora, paradoxalmente, em todos eles sobressaísse a participação de membros de primeiro escalão do Poder Executivo.

Em reação a esse estado de coisas, entidades da sociedade civil apresentaram ao Congresso um projeto de iniciativa popular – para o qual recolheram 2 milhões de assinaturas – requerendo alteração na legislação eleitoral para impedir a inscrição da candidatura de políticos com “ficha suja” . O projeto Ficha Limpa acabou aprovado no primeiro semestre de 2010, a pouco menos de seis meses das eleições gerais de outubro. Na versão aprovada, considerou-se ficha suja o candidato que tivesse sido condenado por um tribunal, ainda que coubesse recurso a uma instância superior do Judiciário, ou renunciado ao mandato para evitar sua cassação pelo Legislativo.

7.16 UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO?

Com a saída de Palocci, o governo afastou-se da linha mais liberal adotada no primeiro mandato. A mudança se deu menos no manejo da política econômica e mais no papel atribuído ao Estado na regulação e no fomento da economia. Acentuou-se assim uma tendência já verificada desde o início do governo, com o enfraquecimento das agências reguladoras criadas por FHC .

No segundo mandato de Lula, fortaleceu-se a convicção de que a chave do desenvolvimento econômico estaria na aliança de empresas estatais com algumas grandes empresas privadas, de preferência controladas por capital nacional, com escala de produção suficiente para competir no mercado global. Criaram-se novas ou ressuscitaram-se antigas empresas estatais, aumentou-se a participação acionária do BNDES e dos fundos de pensão das empresas estatais em companhias privadas e em novos empreendimentos na área de infraestrutura e insumos básicos, e promoveu-se a fusão de empresas privadas para a formação de grandes companhias controladas por capital privado brasileiro.

Para impulsionar o investimento, criou-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Lançado em 2007, o PAC se tornou uma das principais bandeiras do governo no segundo mandato. Dilma Rousseff, que seria candidata à sucessão de Lula, ganhou as atribuições de coordenação do programa e o título de mãe do PAC , conferido pelo próprio presidente.

O deslocamento do pêndulo em direção a uma posição mais “estatista” representou um reencontro do governo com o

pensamento dominante no PT sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico. Isso se tornou possível porque a política econômica do primeiro mandato surtiu efeito e porque o Brasil, como já dissemos antes, beneficiou-se do crescimento da economia e do comércio mundiais, que no quinquênio de 2003 a 2007 apresentaram seu melhor desempenho desde o período de 1968 a 1973. Com mais recursos disponíveis, pelo aumento da arrecadação e da capacidade de captar recursos interna e externamente, o governo Lula ganhou maior liberdade de ação para pôr em prática o que, com certo exagero, denominou “um novo modelo de desenvolvimento” , apoiado no mercado interno de massas e na liderança do Estado no processo de investimento.

Já se desenhava claramente o novo modelo quando sobreveio a crise financeira global, que atingiu o Brasil no segundo semestre de 2008. O governo Lula aproveitou o novo clima ideológico global para reforçar a legitimidade da reorientação do modelo de desenvolvimento no Brasil e para forçar o contraste com o neoliberalismo atribuído ao governo de FHC .

A oposição a Lula, vocalizada principalmente por seu antecessor, apontou os riscos econômicos e políticos de retrocesso ao modelo de desenvolvimento nacional-estatista do governo do general Ernesto Geisel , quando, sob o regime autoritário, o Estado expandiu fortemente sua participação direta na economia. Além da expansão estatal, criticava-se a utilização de recursos subsidiados do Tesouro para, por meio do BNDES , oferecer empréstimos vultosos a um grupo restrito de empresas.

O empenho do governo por mobilizar recursos e promover o investimento demonstrou-se maior do que os resultados obtidos. No agregado, a taxa de investimento mostrou tendência de alta, mas terminou ao redor de 20% no encerramento do segundo mandato do governo Lula, patamar insuficiente para sustentar um crescimento de 5% ao ano sem maior pressão inflacionária ou desequilíbrio externo. Na infraestrutura, os gargalos se estreitaram com o crescimento econômico, levando portos e aeroportos à saturação e estradas à deterioração. Diante desse quadro, o governo mostrou hesitação sobre a conveniência de mobilizar o capital privado para investir nesses setores e dificuldades para realizar os investimentos públicos programados, o que se refletiu no decepcionante desempenho do PAC .

7.17 A CONTROVÉRSIA SOBRE O PRÉ-SAL

Por seu simbolismo e possíveis implicações futuras, nenhuma outra iniciativa marcou tanto a busca de um novo modelo de desenvolvimento quanto a proposta de mudança do marco regulador do setor de petróleo e gás natural.

Ela foi apresentada ao Congresso, em regime de urgência, ao final de 2009, às vésperas do início da sucessão presidencial. Referia-se à exploração do chamado pré-sal, reservas de petróleo descobertas, em 2006, na plataforma marítima brasileira, em águas ultraprofundas, a cerca de 300 quilômetros do litoral dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, na região Sudeste do

país. Estimativas da Petrobras indicam a disponibilidade, no pré-sal, de reservas de petróleo equivalentes a 36 bilhões de barris, mais do que o dobro das reservas identificadas até então. Se comprovadas, o Brasil ingressará no time dos dez países com maiores reservas de petróleo e gás.

Desde a confirmação das primeiras reservas do pré-sal, a descoberta foi intensamente utilizada pelo governo para reforçar a ideia de que o Brasil se projetava finalmente como um país-potência. Para sua exploração, o governo propôs a substituição do regime de concessão, vigente desde a aprovação da chamada Lei do Petróleo, em 1997. Apresentou como alternativa o regime de partilha, no qual o Estado recebe sua parte em barris de petróleo, e não em tributos. Para o governo, esse regime seria o único a garantir o controle do país sobre a exploração dessa riqueza natural.

Para os críticos, a proposta do governo não encontrava justificativa a não ser ideológica e política. Alegavam que o regime de concessão estabelecido pela chamada Lei do Petróleo, cujos resultados positivos o próprio governo não negava, já disporia de mecanismos que permitiriam ao Estado apropriar-se de uma fatia maior da renda petroleira. Além de desnecessária, a mudança de regime seria prejudicial, sobretudo porque veio acompanhada de regras que inibiriam a competição e a atração de maiores investimentos para o setor. A proposta do governo determinou que a Petrobras seria a única operadora dos campos do pré-sal e deveria ter uma participação mínima de 30% em todos os projetos realizados naquela área.

A mudança do marco regulador do setor acabou por ser aprovada no Congresso, no início de 2010, já em plena corrida sucessória. As incertezas criadas pelo novo marco legal, inclusive sobre a partilha dos *royalties* entre os estados da federação, somadas a uma política que impunha a compra local de grande parte dos equipamentos para exploração e distribuição do petróleo, levaram a uma virtual paralisação dos investimentos no setor. Em vez de autossuficiência, o que se observou foi o aumento das importações de combustíveis por parte do Brasil nos anos subsequentes.

7.18 O CRESCIMENTO E O MEIO AMBIENTE

Na discussão sobre um novo modelo, além do papel do Estado, ganhou peso crescente o tema ambiental, à medida que a economia se expandia mais rapidamente e o governo Lula passava a dar realce a grandes investimentos em energia e transportes. Outro foco de tensão crescente se formou em relação aos impactos ambientais do agronegócio, diante do aumento da demanda global por alimentos e das pressões por ampliação da área utilizada pela agricultura e pela pecuária.

A questão ambiental ultrapassou as fronteiras nacionais e converteu-se em um tema importante da agenda externa do país, tanto mais quanto mais crescia a percepção do Brasil como uma potência agropecuária e energética, com o desenvolvimento da indústria do etanol e a descoberta do pré-sal.

É dentro desse contexto mais amplo que se deu, no governo Lula, o processo de decisões e não decisões abrangendo o cada vez mais amplo e complexo leque de questões relativas ao uso dos abundantes recursos naturais brasileiros para o desenvolvimento do país. Presentes na sociedade, os conflitos em torno dessas questões se refletiram também dentro do governo. Na presidência, Lula buscava arbitrar o conflito, pendendo em geral para o lado dos que preferiam a aceleração do crescimento a precauções ambientais consideradas excessivas.

Nesse embate, sobressaíram Marina Silva e Dilma Rousseff, esta primeiro como ministra de Minas e Energia, depois como ministra-chefe da Casa Civil e responsável maior pelo PAC . Ambas seriam candidatas à sucessão de Lula.

Dilma Rousseff vocalizava posição amplamente majoritária entre o empresariado, em especial da construção pesada, governadores, prefeitos e grandes bancadas parlamentares, como a do agronegócio. Dessa óptica, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o MP , que passou a atuar intensamente na área ambiental desde a Constituição de 1988, criavam embaraços ao desenvolvimento do país sob o pretexto de proteger direitos coletivos difusos. Não tardou para o conflito aflorar em torno da concessão de licença ambiental para empreendimentos de transporte e energia.

Marina Silva recebia críticas pela lentidão do Ibama, órgão subordinado a seu ministério, para expedir essas licenças. Seus críticos acusavam-na de querer manter a região da Amazônia Legal, que incorpora também parte do Cerrado, como um "santuário

ecológico” . Criticavam-na também pela resistência à utilização de variedades transgênicas na agricultura, crítica que provinha não apenas do agronegócio mas também de membros da comunidade científica. Ela contava, entretanto, com respaldo de ONG s ambientalistas, nacionais e internacionais, que conquistaram espaço e influência no país ao longo dos anos 1990. Tinha ainda a seu favor o prestígio internacional angariado como militante das causas socioambientais.

Entrechoques sucessivos levaram Marina Silva a demitir-se do cargo em 2008. Atento ao equilíbrio de forças políticas e sociais constitutivo de seu governo, Lula escolheu para substituir Marina Silva outro veterano das lutas ambientais, Carlos Minc, então secretário do Meio Ambiente do estado do Rio de Janeiro. Com o novo ministro, tido como mais pragmático, os conflitos com a Casa Civil se reduziram.

Porém, o embate em torno da questão ambiental não cedeu. Apenas mudaram alguns dos personagens principais. A próxima batalha seria travada, dentro e fora do Congresso, em torno da proposta de mudança do Código Florestal Brasileiro, opondo os representantes do agronegócio, de um lado, e os ambientalistas, de outro, ambos representados na coalizão governista, embora os primeiros com maior peso, sobretudo na base de apoio parlamentar ao governo.

Criado inicialmente em 1934, o código sofreu várias modificações ao longo das décadas seguintes, em especial no governo FHC , quando regras mais rígidas para a proteção da cobertura vegetal foram introduzidas. Para os representantes do agronegócio, tais

regras, aplicadas a seu ver arbitrariamente por promotores públicos, criavam insegurança jurídica generalizada para os produtores. No limite, inviabilizavam grande parte da atividade agropecuária nas áreas onde ela já se havia consolidado, além de impedir sua expansão para novas áreas. Já para os ambientalistas, o código representava uma trincheira a ser defendida; e a tentativa de alterá-lo, uma manobra para abrir as portas a mais desmatamento. O governo Lula terminou com o projeto de lei de mudança do Código Florestal Brasileiro aguardando votação na Câmara dos Deputados.

Se não conseguiu definir políticas integradas de sustentação socioambiental do desenvolvimento, o governo Lula teve o mérito de reduzir significativamente o ritmo de desmatamento na Amazônia, principal trunfo de sua administração na área ambiental, interna e externamente. Em seu governo, o Brasil foi também o país do mundo que mais criou áreas de proteção ambiental.

Essa consideração nos remete à participação do Brasil nas negociações relativas à convenção global sobre o clima.

7.19 A POSIÇÃO DO BRASIL NAS NEGOCIAÇÕES SOBRE O CLIMA

A partir de 2007, intensificaram-se as negociações globais visando a um novo regime de mitigação do aquecimento global e adaptação a seus efeitos. Firmado dez anos antes, o Protocolo de Kyoto tinha vigência prevista até 2012.

As negociações se deram sob a influência da publicação do terceiro relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change , IPCC), em 2007, e com as vistas colocadas na XV Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Clima, a realizar-se ao final de 2009 em Copenhague, na Dinamarca – evento também conhecido como Cúpula de Copenhague. Naquele relatório, o IPCC apontou para o aumento da probabilidade de ocorrência de cenários críticos resultantes do aquecimento da temperatura na Terra e conclamou os governos a avançar em relação às metas e medidas previstas no Protocolo de Kyoto. A Cúpula de Copenhague se anunciava decisiva para essa finalidade.

Refletindo mudanças na opinião pública nacional e internacional, o Brasil fez ajustes em sua posição em relação ao tema. Desde a primeira reunião de cúpula, a chamada Rio-92, realizada naquele ano na cidade do Rio de Janeiro, o governo brasileiro se pautou pelo conceito das responsabilidades compartilhadas, mas diferenciadas, entre os membros da Convenção-quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (United Nations Framework Convention on Climate Change , UFCCC), assinada naquela ocasião. Elemento central dessa convenção, o conceito sustenta que unicamente os países desenvolvidos estariam obrigados a cumprir metas internacionais de redução de suas emissões, já que responsáveis historicamente pela maior parte do acúmulo de gases de efeito estufa existentes na atmosfera terrestre. A esses países caberia também oferecer assistência técnica e financeira aos países em desenvolvimento para que estes pudessem voluntariamente transitar

para uma economia de baixo carbono à medida de suas possibilidades e conveniências econômicas e sociais. Os países em desenvolvimento não ficariam obrigados a submeter-se ao cumprimento de metas definidas no âmbito da convenção internacional sobre o clima. O Protocolo de Kyoto deu concretude ao conceito de responsabilidades compartilhadas, mas diferenciadas.

No entanto, a divisão do mundo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento se tornou problemática com a generalizada aceitação da categoria dos países emergentes ao longo da primeira década do século XXI . A categoria passou a confundir-se com um acrônimo, formado pelas letras iniciais do Brasil, Rússia, Índia e China: BRIC . Festejados em geral pelo novo dinamismo emprestado à economia e ao comércio internacionais, esses países se viram pressionados a assumir novas responsabilidades quanto a temas relativos à governança global. No caso da convenção sobre o clima, tratava-se de submeter-se a metas de redução de emissões definidas internacionalmente em termos mensuráveis e verificáveis.

Ocupando o quarto lugar entre os maiores emissores do mundo, em volumes absolutos, o Brasil não escapou a essas pressões, embora o alvo principal dos países desenvolvidos, em especial dos Estados Unidos, fosse a China. Para o ajuste da posição do governo brasileiro nessa matéria, mais importantes foram, porém, as pressões internas. A questão tornou-se politicamente relevante à medida que crescia a sensibilidade social em relação à fonte principal das emissões brasileiras de gases de efeito estufa: o desmatamento da Amazônia. Para o aumento dessa sensibilidade, contribuíram inclusive os programas governamentais de

monitoramento e controle de queimadas e corte ilegal de madeira na região.

Assim, às vésperas da Cúpula de Copenhague, em 2009, o governo apresentou emenda ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), em tramitação final no Congresso, assumindo metas quantitativas de redução das emissões de gases de efeito estufa. Metas também foram estabelecidas para a redução do desmatamento na Amazônia. Ou seja, o Brasil mantinha a posição de não assumir obrigações internacionais nessa área, mas voluntariamente estabelecia metas nacionais verificáveis de redução de suas emissões de gases de efeito estufa.

Ao fazê-lo, o governo antecipou-se à iniciativa anunciada pela senadora Marina Silva. Após deixar o governo, ela havia se desligado do PT e se filiado ao pequeno Partido Verde (PV), despontando de imediato como provável candidata à presidência da República e adversária de Dilma Rousseff, já então informalmente ungida candidata à sucessão de Lula. Para os críticos, tratou-se de um movimento tardio e limitado. De toda forma, o Brasil diferenciou-se de tradicionais aliados nas negociações sobre o clima, como China e Índia, que chegaram a Copenhague com posições mais defensivas. Sintomaticamente, Dilma Rousseff foi escolhida para chefiar a delegação brasileira à capital dinamarquesa.

Em Copenhague, estiveram presentes aqueles que seriam os três principais candidatos à presidência nas eleições do ano seguinte. Além de Dilma Rousseff e Marina Silva, compareceu José Serra, como governador de São Paulo, estado que em sua gestão adotou um programa próprio com metas de redução de emissões de gases

de efeito estufa. Foi um indicativo claro de que o tema da mudança climática ganhara prioridade na agenda política nacional.

7.20 A IDENTIDADE DA POLÍTICA EXTERNA

A política externa contribuiu significativamente para definir a identidade do governo Lula. Além de marcar a imagem do governo no exterior, constituiu um dos elementos do embate com a oposição dentro do país.

No primeiro mandato, ela foi vista como uma compensação à política econômica. Enquanto nesta prevalecia a continuidade com o governo anterior, naquela sobressaíam as mudanças. De um lado, acalmavam-se os temores dos mercados; de outro, satisfaziam-se as demandas ideológicas da esquerda, em geral, e do PT, em particular.

No segundo mandato, com uma política macroeconômica menos ortodoxa e uma política de desenvolvimento mais “estatista”, passou a existir convergência da política econômica e da política externa em torno da ideia de um Estado desenvolvimentista e uma nação potente no plano internacional. Nesse passo, a área de defesa ganhou relevo inédito desde o período militar. A Estratégia Nacional de Defesa (END), lançada em 2008, sem se afastar da tradição pacifista do país, explicitou a visão segundo a qual o Brasil havia alcançado uma etapa de seu desenvolvimento que o projetava internacionalmente e, por isso, requeria o fortalecimento de suas Forças Armadas. No documento, mereceu destaque a necessidade

de proteção militar aos recursos naturais do país, em especial as recém-descobertas reservas petrolíferas do pré-sal, um tema caro ao imaginário estatal-desenvolvimentista e às Forças Armadas.

O diagnóstico geral que orientou a política externa no governo Lula pode ser assim resumido: com o declínio relativo dos Estados Unidos, salvo na esfera militar, e a emergência de novos polos de poder político e econômico, ampliavam-se os graus de liberdade para a inserção internacional do Brasil na economia global e no sistema internacional. Esse fenômeno foi reforçado pelos novos termos de intercâmbio no comércio internacional, favoráveis aos países produtores de *commodities*. Em suas linhas gerais, o diagnóstico não motivava discordância política. As divergências surgiram em sua tradução em ações concretas.

Com base na visão de que um novo balanço de forças se desenhava no mundo, o governo Lula procurou acentuar o contraste entre os interesses brasileiros e os interesses dos países dominantes do hemisfério Norte. Os nossos estariam mais bem atendidos por meio de alianças com os países emergentes do hemisfério Sul, nos diversos planos da vida internacional, do comércio ao ambiente. Primeiro, porque assim teríamos melhores condições de barganha imediata nos fóruns internacionais. Segundo, porque a emergência do Sul fortaleceria a pressão por redistribuição do poder nos organismos responsáveis pela governança global, principalmente nas áreas das finanças (FMI) e segurança (ONU).

Chamada Sul-Sul, tal política não resultou em antagonismo sistemático do Brasil em relação ao Norte. Significou antes a busca de diversificação das relações econômicas e políticas do país. Para os

defensores dessa política, executada pelo chanceler Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores nos oito anos do governo Lula, ela soube abrir espaços para a afirmação do Brasil na nova configuração multipolar da ordem internacional, com a devida dose de ousadia, sem a qual esses espaços não seriam conquistados. Para os críticos, a política externa se pautou pela procura de prestígio circunstancial e, não raro, por uma avaliação irrealista da capacidade efetiva de atuação no país no grande jogo de poder global. Exemplo disso teria sido o empenho em conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU , reivindicação que não era nova, mas que ganhou prioridade no governo Lula. Em busca dessa posição, o Brasil teria feito vistas grossas a violações de direitos humanos em países árabes e africanos.

Mesmo os críticos, porém, reconhecem como positiva a atuação no Brasil em fóruns multilaterais, a começar pela OMC . Embora a Rodada Doha não tenha evoluído e produzido resultados concretos, a atuação do Brasil à testa do G20 comercial, constituído em 2003 para fazer frente a uma proposta dos países desenvolvidos, fortaleceu a percepção sobre a efetividade do *soft power* brasileiro. Despertou igual percepção positiva, interna e externamente, a participação significativa do país no âmbito do G20 financeiro, reativado na esteira da crise econômica global de 2008. A atuação no primeiro grupo mostrou a capacidade do Brasil de construir alianças entre os países em desenvolvimento, ao passo que a participação no segundo indicou o reconhecimento de seu novo *status* pelos países desenvolvidos.

Mais controversas, interna e externamente, foram as ações de política externa adotadas para a América do Sul.

7.20.1 A América do Sul no Centro da Agenda

Desde o retorno à democracia, a América do Sul esteve no centro da política externa brasileira. A novidade no governo Lula consistiu no realce dado à dimensão política das relações com o entorno geográfico do país.

Incumbiram-se diretamente da formulação da política externa para a região o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães e o assessor especial para assuntos internacionais da presidência da República, Marco Aurélio Garcia. Pinheiro Guimarães formou-se na ala nacionalista do Itamaraty. Garcia vinha de longa trajetória na esquerda: primeiro na oposição clandestina à ditadura militar e depois no PT .

Logo ao início, ficou claro que o governo via a integração sul-americana em oposição à integração hemisférica. Não demorou para que se interrompesse a negociação visando à formação da área de livre comércio. Do lado brasileiro, avaliou-se que a Alca apenas serviria para cristalizar assimetrias desfavoráveis ao desenvolvimento do Brasil. A iniciativa foi definitivamente sepultada na IV Cúpula das Américas, em Mar del Plata , na Argentina, em 2005.

A controvérsia em torno da política externa para a América do Sul se elevou a partir da eleição de Evo Morales para a presidência da Bolívia e à medida que o presidente venezuelano, Hugo Chávez , passou a radicalizar sua “revolução bolivariana” , tanto no plano

interno como regional. Em relação à Bolívia, o episódio crucial ocorreu em maio de 2006, quando Morales decretou a nacionalização do setor de petróleo e gás e determinou a ocupação militar das instalações das empresas estrangeiras com operações na Bolívia, entre elas a Petrobras. A ação mereceu do governo brasileiro reação diplomática considerada tibia. Na visão oficial, a reação branda demonstrou que o Brasil não exerceria sua liderança regional com arrogância e sem compreensão pelas aspirações dos países vizinhos, mais pobres, ao desenvolvimento.

A radicalização do regime chavista a partir de 2005, quando Chávez ergueu a bandeira do "socialismo do século XXI", e sua busca por liderança regional, expressa na criação da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba), em 2004, representaram o maior desafio político para o Brasil na região. Em lugar da confrontação, o governo optou por conter dentro de certos limites o alcance das iniciativas regionais de Chávez e com isso a própria liderança do presidente venezuelano na América do Sul.

Para Chávez, a integração sul-americana representava a atualização do projeto de formação da Pátria Grande, acalentado por Simón Bolívar no século XIX, como culminância do processo de libertação das ex-colônias espanholas. Na visão do presidente venezuelano, o protagonismo cabia a ele, como herdeiro de Bolívar. Tratava-se de integrar os países sul-americanos sob a égide da República Bolivariana da Venezuela, em oposição aos Estados Unidos. Essa perspectiva era contrária aos interesses do Brasil, não obstante alguns membros do governo brasileiro fossem simpáticos a Chávez e brandamente antiamericanos.

Autor da iniciativa de criação da União das Nações Sul-americanas (Unasul), que recebeu esse nome em 2008, o Brasil agiu para que a nova instituição não tivesse as características desejadas pelo presidente venezuelano. Isso ficou claro na definição dos objetivos do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), ao qual Chávez pretendia atribuir a coordenação das Forças Armadas dos países-membros. Por ação do governo brasileiro, o órgão ganhou competências mais limitadas. Dessa forma, até mesmo a Colômbia, com suas relações especiais com os Estados Unidos, aceitou tomar assento no conselho.

A Unasul expressou a estratégia brasileira de afirmar sua influência preponderante na região por meio de instituições cujas regras não implicassem cessão importante de soberania por parte dos países-membros. Nessa estratégia, a agenda econômica perdeu espaço para a agenda política da integração. Essa perda refletia a divergência crescente entre as estratégias econômicas dos países que mantiveram a orientação liberal dos anos 1990, como Chile, Peru e Colômbia, e países que deram uma guinada em sentido contrário, a exemplo de Venezuela, Bolívia e Equador.

O Brasil preferiu apostar na incorporação dos “países bolivarianos” ao Mercosul. A incorporação da Venezuela representou para muitos a pá de cal na já cambaleante união aduaneira, debilitada pelo crescente protecionismo da Argentina sob as presidências sucessivas de Néstor e Cristina Kirchner . Ratificado pelos senados dos demais países-membros, o ingresso oficial da Venezuela no Mercosul ficou pendente da deliberação do Senado

paraguaio e não se consumou senão em 2012, em circunstâncias extraordinárias.

Em favor da estratégia brasileira, pode-se argumentar que ela ampliou a influência suave do Brasil em meio a tensões políticas latentes na região e ao crescente investimento de empresas brasileiras nos países vizinhos, tanto nos países de orientação liberal como nos de orientação antiliberal. Teria assim o país fortalecido sua condição política de poder moderador e, ao mesmo tempo, sua presença econômica na região. Para os críticos da política externa, no entanto, o governo brasileiro mostrou-se complacente com a exportação da “revolução bolivariana” para outros países da região – a intrusão de Chávez nos assuntos domésticos de vários países da América Latina – e com a importação de tensões globais para a América do Sul por meio das alianças internacionais de Chávez – em particular com o Irã. Ainda do ponto de vista dos críticos, a opção preferencial pela ampliação do Mercosul amarraria o Brasil a processos de integração com ganhos econômicos limitados.

7.20.2 As Relações com os Estados Unidos

À criação da Unasul sucedeu-se a instituição, em 2010, de mais uma instituição regional mais abrangente ainda: a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac). A iniciativa deu-se em meio a divergências no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) em torno da readmissão de Cuba na organização e das gestões diplomáticas em torno do golpe em Honduras. Nesses dois episódios, Brasil e Estados Unidos não estiveram do mesmo

lado. Foram, porém, atritos pontuais de uma relação bilateral que se manteve em padrões normais. A verdade é que a ascensão do PT ao poder não alterou a percepção positiva dos Estados Unidos a respeito da liderança brasileira na América do Sul. O mesmo não pode ser dito da incursão que o Brasil fez em um tema global considerado especialmente sensível para a segurança dos Estados Unidos.

Subscrito pelo Brasil no governo FHC , o TNP tornou-se um tema controverso da agenda externa brasileira no governo Lula. Críticas à assimetria do TNP surgiram já nos primeiros meses do governo. Pinheiro Guimarães, o segundo homem do Itamaraty, chegou a dizer que o Brasil poderia cogitar retirar-se do TNP . O governo jamais endossou essa posição, tampouco a desautorizou. Na END , lançada no final de 2008, estabeleceu-se oficialmente a recusa do Brasil em assinar o protocolo adicional do TNP .

No ano seguinte, o recém-eleito presidente norte-americano Barack Obama apertou o cerco contra o Irã, em face de novas evidências de que o programa nuclear do país prosseguia rumo ao enriquecimento de urânio a teores cada vez mais altos. Simultaneamente, o Brasil dava sinais de aproximação com aquele país, com visitas recíprocas de seus presidentes e chanceleres em curtos intervalos de tempo e o reconhecimento imediato, pelo governo brasileiro, da reeleição de Mahmoud Ahmadinejad à presidência do Irã, em pleito suspeito de ter sido fraudado.

O presidente e o chanceler brasileiros invocavam interesses comerciais para justificar a aproximação com o Irã e alertavam para o risco representado pela eventual imposição de sanções àquele

país. Invocavam o exemplo do Iraque, onde a suspeita, depois não confirmada, da existência de armas de destruição em massa havia servido de justificativa à invasão norte-americana.

Nas semanas que antecederam a uma esperada votação no Conselho de Segurança da ONU sobre a imposição de sanções ao Irã, Lula e Celso Amorim lançaram-se na mais ousada iniciativa diplomática brasileira no período. Sentindo-se autorizados pelos Estados Unidos e contando com a cooperação da Turquia, o Brasil firmou um acordo com base em proposta oferecida meses antes pelo grupo de países liderados pelos Estados Unidos e pela União Europeia. Em abril de 2010, o acordo foi anunciado em Teerã como um grande trunfo da diplomacia do Brasil e da Turquia. Jornais de todo o mundo estamparam a foto de Lula erguendo os braços de Ahmadinejad .

A ilusão de que se tratava de um grande trunfo durou apenas algumas horas. Na manhã seguinte, Hillary Clinton , chefe da diplomacia norte-americana, declarou inaceitáveis os termos do acordo apresentado na véspera – afirmou que eles estavam desatualizados, dado o aumento da produção de urânio enriquecido desde que a proposta de acordo havia sido inicialmente apresentada. Na mesma ocasião, Hillary Clinton anunciou que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança – Estados Unidos, França, Inglaterra, Rússia e China – haviam convergido para uma proposta comum de sanções ao Irã. Dessa maneira, frustrou-se a expectativa acalentada pela diplomacia brasileira de que Rússia e China apoiariam o acordo costurado por Brasil e Turquia.

Em que pesem os argumentos brasileiros de que a negociação era preferível às sanções e que estas se haviam mostrado contraproducentes no passado, prevaleceu a capacidade dos Estados Unidos de fazer valer seus interesses e sua visão do problema.

Para o governo, apesar de infrutífera, a iniciativa diplomática fortaleceu a imagem do Brasil como um – novo – ator relevante para a resolução de temas cruciais da governança global. Para os críticos, dentro e fora do país, ela confirmava os maiores defeitos da política externa sob Lula: a superestimação da capacidade de atuação do Brasil em regiões do mundo de alta complexidade e onde a influência real do país era escassa ou inexistente e a busca por oportunidades de prestígio circunstancial, sem avaliação correta dos interesses brasileiros.

7.21 A SUCESSÃO DE LULA

O mapa que emergiu das eleições presidenciais de outubro de 2006 – quando Lula foi reeleito derrotando em segundo turno o candidato do PSDB e ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, com percentual de votos praticamente idêntico ao da eleição anterior – mostrou um país dividido social e geograficamente. A oposição concentrou seus votos entre os estratos da população com renda mais alta, maior nível de educação e localizados nas regiões Sul e Sudeste – em especial no estado de São Paulo. Já o presidente Lula venceu por ampla margem entre os mais pobres e nas regiões Norte e Nordeste. André Singer, porta-voz da presidência no primeiro

mandato de Lula e cientista político, identificou nos dados da eleição presidencial de 2006 um realinhamento eleitoral em torno do fenômeno do lulismo: nas eleições anteriores, os votos de Lula provieram, em sua maioria, das bases sociais de seu partido, ou seja, o proletariado fabril e setores de classe média urbana; já na eleição de 2006, o grosso da votação de Lula veio dos setores mais pobres da população, ligados principalmente à economia informal.

Importa notar, no entanto, que em lugar de acirrar a polarização geográfica e social resultante das urnas, e com a qual havia flertado em meio à crise do mensalão, o governo buscou superá-la, com vistas a 2010. Adotou-se um conjunto de programas que, ademais de justificativas intrínsecas, atendiam a demandas das classes médias urbanas, tanto as tradicionais, abrigadas no serviço público, como as emergentes, cidadãos urbanos interessados em ter acesso ao ensino superior e à casa própria.

Afastada a hipótese de mudança na Constituição permitindo uma nova reeleição, tese ventilada por parlamentares de seu partido, mas nunca abraçada pelo presidente, Lula ungiu candidata à sua sucessão a ministra-chefe da Casa Civil. Sem ter jamais disputado cargo eletivo algum e sem ter atrás de si uma longa história dentro do PT, partido ao qual se filiara em 2001, Dilma Rousseff foi uma escolha pessoal de Lula, confiante em que poderia transferir-lhe o imenso cacife político e eleitoral que havia acumulado. De fato, superado o abalo provocado pelo escândalo do mensalão, a popularidade de Lula só fez subir ao longo de seu segundo mandato, atingindo níveis sem precedentes. O que parecia uma aposta arriscada – pois sua candidata defrontaria um oponente de larga

experiência política e administrativa, conhecido do eleitorado nacional, José Serra, então governador de São Paulo pelo PSDB – revelou-se bem-sucedida.

Para fortalecer sua candidata, Lula empenhou-se em trazer o PMDB para a vice-presidência, que coube ao deputado paulista Michel Temer. Ao mesmo tempo que costurou uma ampla aliança eleitoral, o presidente lançou-se em campanha aberta em favor de Dilma Rousseff, muito antes do início oficial da campanha, aproveitando ambiguidades e brechas presentes na legislação relativa à participação do chefe de Estado em campanhas eleitorais.

A estratégia de Lula deu resultado e a candidata oficial venceu o pleito. Mas não no primeiro turno. Um segundo turno se tornou necessário por causa do crescimento da candidatura de Marina Silva. Candidata do PV, ela angariou os votos de eleitores de classe média identificados com sua biografia e com sua plataforma em favor de “uma nova visão do desenvolvimento”, com ênfase na temática ambiental, e capturou o voto religioso, sobretudo de evangélicos assustados com o vaivém da candidata oficial em relação ao aborto. Assim, a candidata do PV, ela mesma evangélica, conquistou a surpreendente fatia de 20% dos votos válidos, a qual, somada aos 33% de José Serra, candidato do PSDB, obrigou à realização de um segundo turno, afinal vencido por Dilma Rousseff, com 56% dos votos válidos. Dessa forma, o Brasil elegeu, pela primeira vez em sua história, uma mulher como presidente da República.

Em que pese a vitória da candidata oficial e da redução da representação da oposição no Congresso, onde a coalizão eleitoral de Dilma obteve mais de dois terços dos votos na Câmara e no

Senado, o mapa eleitoral que resultou das eleições de outubro de 2010 revelou, mais uma vez, a existência de um país politicamente plural. As oposições venceram em dez estados da federação, incluindo os dois mais importantes, São Paulo e Minas Gerais. Comparando com o quadro que emergiu das eleições de 2006, quando analisados os votos dos candidatos do PT e do PSDB no segundo turno, segundo sua distribuição geográfica e social, percebe-se uma relativa estabilidade, com algumas modificações: o PT aumentou seus votos nos setores de classe média e reduziu a diferença em relação ao PSDB na região Sul. Ou seja, a clara divisão social e geográfica de 2006 tornou-se um pouco mais nuançada em 2010.

7.22 A DEMOCRACIA SOB LULA

O governo Lula comportou-se dentro das regras formais do jogo democrático. Mesmo com índices de popularidade sem precedentes no país, o presidente não apoiou a proposta de emenda constitucional, apresentada por um deputado do PT, seu amigo pessoal, que lhe permitiria disputar – e provavelmente obter – um terceiro mandato em sequência. A emenda da “rerreeleição” terminou sepultada na comissão do Congresso encarregada de apreciá-la inicialmente, em parecer de José Genoíno, também do PT, e foi considerada incompatível com a democracia brasileira.

Não obstante, o governo Lula foi visto por parte da oposição e da opinião pública como uma ameaça à democracia brasileira. Não

porque tivesse adotado uma estratégia deliberada com esse objetivo, mas por um conjunto de ações supostamente capazes de minar as instituições democráticas, em especial a liberdade de expressão e o equilíbrio dos poderes.

Em parte o temor expressou preconceito contra a origem de classe do presidente e da nova elite no poder. Revelou também a dificuldade de convivência, no sistema político, com um partido como o PT , a primeira e única organização partidária com quadros, ampla base de militantes e enraizamento social, a entrar no jogo real de poder depois da volta do país à democracia.

O temor, porém, encontrou respaldo em um diagnóstico e em interpretações plausíveis de fatos concretos. Quem melhor formulou o diagnóstico foi o ex-presidente FHC , a voz mais ouvida das oposições. Para ele, sob os auspícios do Estado e com a utilização de recursos públicos, deu-se início, sob o governo Lula, à formação de um bloco de forças com apetite e capacidade para desequilibrar o jogo político e perpetuar-se no poder. Nesse processo, as formas exteriores da democracia seriam preservadas – com a realização de eleições periódicas, inclusive para a presidência –, mas corria-se o risco de que viessem a ser esvaziadas de conteúdo real pela captura do Estado e pela progressiva limitação dos espaços sociais para o contraditório. Tal bloco de poder seria comandado pelo PT em aliança com as centrais sindicais, beneficiadas pela contribuição sindical compulsória, e com grandes grupos privados, favorecidos por empréstimos subsidiados do BNDES . Fariam parte também do bloco os fundos de pensão das empresas estatais, elo entre os mundos sindical e empresarial, dado o crescente domínio da CUT

sobre essas entidades, presentes em número cada vez maior de empreendimentos e empresas em associação com grandes grupos privados.

A propósito, o sociólogo Francisco de Oliveira, fundador do PT , que rompeu com o partido no correr do governo Lula, elaborou a ideia do surgimento de uma nova classe, formada na interseção entre partido, sindicato e fundos de pensão das empresas estatais. O personagem típico da nova classe seria o líder sindical e/ou partidário alçado à posição de dirigente de fundos estatais, em particular os fundos de pensão, entidades que passaram a ser atores centrais do capitalismo brasileiro.

O temor quanto aos efeitos de médio prazo do governo Lula sobre o funcionamento da democracia nutriu-se ainda de fatos que não requeriam interpretação sociológica mais elaborada. As relações entre o governo e a mídia foram marcadas pela tensão, em especial após o episódio do mensalão, embora jamais tenham alcançado, nem de longe, o grau de confrontação observada em países vizinhos.

Formou-se no governo, em geral, e no presidente, em particular, a noção de que eram vítimas de um cerco da mídia. Tal percepção combinou-se com uma posição historicamente sustentada pelo PT , segundo a qual a democratização não havia alcançado o setor de comunicações, carente de regras que impedissem a concentração de diversos veículos – TV , rádio e jornal – nas mãos dos mesmos grupos empresariais. Sob a expressão equívoca “controle social da mídia” , gerou-se uma agenda que, em seu espírito, quando não na letra das propostas, confundia a legítima regulação pública sobre os

veículos operados pela iniciativa privada sob regime de concessão – canais de TV e estações de rádio – com o controle sobre o conteúdo veiculado pelos diversos meios de comunicação, jornais inclusive.

Jamais implementada, a ambígua agenda do “controle social da mídia” tampouco desapareceu, nem ganhou feições mais claras. Só seria frontalmente repelida pela candidata e presidente eleita Dilma Rousseff depois que o tema havia gerado algum “desconforto eleitoral” .

7.23 CONCLUSÃO

Nesta conclusão, cabe um comentário sobre os desafios que o país tem pela frente para tornar-se uma sociedade mais próspera e justa.

A abertura da economia, a estabilização da moeda e o fortalecimento de políticas públicas, em particular na área social, estão na base do bom desempenho da maioria dos principais indicadores econômicos e sociais do Brasil nas últimas duas décadas. Será possível prosseguir na mesma trajetória sem novas reformas? Será suficiente manter o *statu quo* para fazer do Brasil uma sociedade mais próspera e justa nos próximos vinte anos?

Essa noção de tempo é importante. O país vive hoje o que se chama de janela de oportunidade demográfica, que deve começar a se fechar em 2030. A taxa de crescimento da população brasileira desacelerou rapidamente nas últimas duas décadas, e sua composição etária está mudando velozmente: cresce a proporção de adultos em relação à de crianças; a de idosos também aumenta,

mas em velocidade menor que a dos adultos em idade ativa. Enquanto durar esse processo, o Brasil viverá o mais auspicioso período para gerar maior riqueza – e melhor distribuí-la. Para aproveitar essa oportunidade, falta ao país aumentar sua taxa de investimento em capital físico e em capital humano.

Sob o regime militar, o país atingiu taxas de investimento elevadas – superiores a 25% do PIB – em equipamentos, máquinas e infraestrutura. O setor público era o principal responsável por esses investimentos. Tomava recursos da sociedade por meio de mecanismos de poupança forçada – como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a previdência, na época superavitária – e canalizava esses recursos por meio das empresas estatais. A inflação funcionava também como um mecanismo de transferência de recursos da sociedade para o Estado desenvolvimentista. Como o regime era autoritário, havia pouca pressão por gastos sociais. O PIB crescia vigorosamente, atingindo a média de quase 10% anuais entre 1968 e 1973, mas a renda concentrava-se ainda mais e praticamente inexisteriam políticas sociais universais. Esse modelo entrou em progressivo colapso com a crise da dívida externa e o retorno à democracia na primeira metade dos anos 1980. O sintoma mais evidente foi a hiperinflação latente, que só teria fim com o Plano Real.

A abertura da economia, a estabilização da moeda e as reformas introduzidas nos anos 1990, entre elas as privatizações, prenunciavam a retomada dos investimentos, agora realizados principalmente pelo setor privado. A realidade, no entanto, mostrou-se mais complexa. A drástica redução da inflação fez aumentar o

consumo de famílias e indivíduos, ao mesmo tempo que levou ao crescimento dos gastos públicos, em especial na área social. É que o Estado já não contava mais com a corrosão da inflação para lidar com as pressões de uma sociedade democrática em que vários atores e grupos sociais buscavam aumentar seu quinhão no orçamento público. Como a resistência de setores já bem aquinhoados com recursos públicos dificultava a redistribuição desses recursos que recebiam, a nova prioridade em favor de grupos antes menos favorecidos implicou forte aumento da carga tributária. Para fazer frente ao crescimento dos gastos sociais e com juros da dívida pública, a carga tributária total passou de 26% para 35% do PIB entre 1993 e 2002. O Brasil tornou-se o país de mais alta carga tributária entre os países de renda média. Ainda assim, o setor público continuou a “despoupar”, dada a rigidez das despesas do governo, incluídos os juros, que seguem anormalmente altos depois de dezesseis anos do fim da hiperinflação. À falta de poupança interna, o investimento mostrou-se dependente da poupança externa, que o país começou a atrair em quantidade depois do Plano Real. Mas o fez à custa do equilíbrio do balanço de pagamentos, levando à crise cambial do fim dos anos 1990. A inflação não retornou, mas o investimento, que se havia elevado, voltou a retrair-se, comprometendo o potencial de crescimento sustentado.

No governo Lula, com o *boom* das *commodities*, as contas externas deixaram de ser um obstáculo ao crescimento. Mas o nó do investimento não foi desatado. O crescimento se acelerou, puxado pelo consumo das famílias e do governo. O investimento total não ultrapassou os 20% do PIB. A insuficiência do investimento faz-se

sentir, sobretudo, nos setores de infraestrutura: portos, ferrovias, rodovias etc.

Não basta, porém, investir mais em capital físico. Falta investimento em capital humano. O gasto social cresceu, mas, além de problemas de eficiência, tem caráter menos progressivo do que deveria para reduzir as desigualdades sociais e elevar a base da pirâmide social brasileira. Parte significativa desse gasto beneficia os estratos de renda média. Isso se verifica, por exemplo, na educação, área em que o ensino superior, ao qual os mais pobres não têm acesso, absorve quantidade desproporcional de recursos, em prejuízo do financiamento da educação básica. Observa-se também na previdência social, área na qual o Brasil gasta um percentual anormalmente alto para um país ainda jovem – 12% do PIB , comparado com menos da metade em educação – e o Estado transfere recursos públicos vultosos em favor de regimes de aposentadoria especial dos servidores públicos. Esse quadro coloca restrições para ganhos de produtividade e eficiência na economia, bem como para tornar mais progressiva socialmente a alocação dos recursos públicos.

A oferta insuficiente de mão de obra qualificada, um ambiente de negócios ainda inibidor da tomada de risco, o elevado custo do dinheiro e a alta carga tributária limitam a capacidade do Brasil de gerar inovações. Em que pesem programas e políticas de incentivo adotadas nos últimos anos, a taxa de investimento em inovação das empresas brasileiras segue relativamente estagnada e abaixo das observadas em países desenvolvidos ou outros países emergentes, como China e Índia.

A produção eficiente de um amplo leque de *commodities* , que tem assegurado ao Brasil posição vantajosa nos últimos anos, não é o bastante para o país – e o futuro da indústria preocupa. O crescimento impulsionado pelo consumo também mostra seus limites, tornando urgente o aumento sustentável do investimento, o qual não poderá vir integralmente nem do Estado nem do setor privado, exigindo a cooperação entre ambos. E terá de incorporar, como nunca antes, a variável ambiental. Os limites também são evidentes para a continuidade da distribuição de renda feita sem avanço mais expressivo da produtividade, que não virá sem um salto na qualidade média da educação dos trabalhadores e uma maior abertura do mercado brasileiro à competição. Adaptações dos sistemas de saúde e previdência à mudança demográfica são igualmente essenciais. Trata-se de um conjunto complexo de desafios, exigente do ponto de vista das escolhas políticas, do debate ideológico e técnico, e da implementação de políticas públicas.

A relativa bonança recente amorteceu o ímpeto de mudança necessário à continuidade da trajetória positiva percorrida pelo país desde meados dos anos 1990. Se ceder à tentação de “deitar em berço esplêndido” , como diz um dos versos do Hino Nacional, o Brasil corre o risco de ficar aquém de suas possibilidades e das expectativas dos próprios brasileiros.

Referências Bibliográficas

1. O BRASIL COLONIAL (1500-1822)

A descrição das transformações socioeconômicas ocorridas na Europa antes da era da expansão marítima portuguesa baseiam-se em Immanuel Wallerstein , *The Modern World-system* (Nova York/São Francisco/Londres, Academic , 1974, 3 vols.), e em Fernand Braudel , *Civilisation matérielle, économie et capitalisme* (Paris, Armand Colin , 1979, 3 vols.). Para a descrição e análise da expansão marítima portuguesa, ver a síntese de José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal* (9. ed., Mem Martins, Europa-América, 1984).

O subtítulo referente aos índios se baseia em Carlos Fausto, “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: Da Etnologia como Instrumento Crítico de Conhecimento Etno-histórico” (em *História dos Índios do Brasil* , São Paulo, Companhia das Letras, 1992).

Várias partes do capítulo reproduzem observações constantes dos seguintes ensaios que integram a coleção *The Cambridge History of Latin America* , organizada por Leslie Bethell (Cambridge/Nova York/Melbourne, Cambridge University Press , 1984-2008, 11 vols.). Ensaio do vol. I : Frédéric Mauro , “Portugal

and Brazil: Political and Economic Structures of Empire, 1580-1750” ; André Mansuy-Diniz Silva, “Portugal and Brazil: Imperial Reorganization, 1750-1808” . Ensaios do vol. II : Stuart B. Schwartz , “Colonial Brazil, 1580-1750: Plantations and Peripheries” ; A. J. R. Russell-Wood , “Colonial Brazil: The Gold Cycle, c. 1690-1750” ; e Dauril Alden , “Late Colonial Brazil, 1750-1808” .

Para a discussão sobre o funcionamento e a crise do sistema colonial, ver Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* (3. ed., São Paulo, Brasiliense, 1948), e Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808* (São Paulo, Hucitec, 1979).

Uma obra clássica de interpretação do Brasil, abrangendo não só o período colonial, é a de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (5. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1969).

A descrição e análise da economia do açúcar baseia-se, essencialmente, em Stuart B. Schwartz , *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835* (São Paulo, Companhia das Letras, 1988).

As referências à economia paulista no século XVII encontram-se no trabalho de John Manuel Monteiro, *São Paulo in the Seventeenth Century: Economy and Society* (tese de doutorado, Chicago, University of Chicago , 1985).

As guerras holandesas e o sentimento nativista pernambucano têm como fontes, respectivamente, Evaldo Cabral de Mello, *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654* (São Paulo, Forense/Edusp, 1975); e, do mesmo autor, *Rubro Veio: O Imaginário*

da Restauração Pernambucana (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986).

Para a sociedade de Minas Gerais na época do ouro, ver Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no Século XVIII* (Rio de Janeiro, Graal, 1982). O texto sobre a Inconfidência Mineira extraiu muitos dados e observações de Kenneth Maxwell, *A Devassa da Devassa: A Inconfidência Mineira – Brasil-Portugal, 1750-1808* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978). Para os aspectos simbólicos do episódio, ver José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil* (São Paulo, Companhia das Letras, 1990). A referência à economia de Minas Gerais, após o apogeu da exploração do ouro, baseia-se em Roberto Borges Martins, "Minas Gerais, Século XIX : Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não Exportadora" (*Estudos Econômicos*, vol. 13, n. 1, pp. 181-209, jan.-abr. 1983).

A ênfase nos vínculos triangulares entre Brasil, Portugal e a costa da África no tráfico de escravos é de Luiz Felipe de Alencastro, *Le commerce des vivants: traite d'esclaves et "pax lusitana" dans l'Atlantique sud* (tese de doutorado, Paris, Université de Paris X, 1985-1986, 3 vols.). Outros dados e observações sobre o escravismo no Brasil derivam de Herbert S. Klein, *A Escravidão Africana: América Latina e Caribe* (São Paulo, Brasiliense, 1987); Kátia M. de Queirós Mattoso, *Ser Escravo no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1982); Manuela Carneiro da Cunha, *Negros, Estrangeiros: Os Escravos Libertos e Sua Volta à África* (São Paulo, Brasiliense, 1985); Pedro Carvalho de Mello, "Estimativas de Longevidade de Escravos no

Brasil na Segunda Metade do Século XIX " (*Estudos Econômicos* , vol. 13, n. 1, pp. 151-180, jan.-abr. 1983).

Para a controvérsia sobre a forma básica da colonização portuguesa, alinham-se de um lado Caio Prado Júnior e Fernando A. Novais, enfatizando os produtos primários destinados à exportação. De outro, a partir de Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial, 1500-1800* (5. ed., Rio de Janeiro, Livraria Briguiet, 1969), lembre-se Ciro Flamarion Santana Cardoso, pondo em realce a pequena produção camponesa voltada para o mercado interno. Uma síntese desse ponto de vista se encontra no capítulo "O Trabalho na Colônia", escrito pelo autor para *História Geral do Brasil* (Rio de Janeiro, Campus, 1988), obra organizada por Maria Yedda Linhares. A tese que enfatiza a importância do mercado interno foi desenvolvida por Jorge Caldeira em *A Nação Mercantilista: Ensaio sobre o Brasil* (São Paulo, Editora 34, 1999).

A análise do significado econômico e social do comércio de escravos como fonte de acumulação encontra-se principalmente em Manolo Florentino, *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro* (São Paulo, Companhia das Letras, 1997), e João Fragoso e Manolo Florentino, *O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840* (Rio de Janeiro, Diadorim, 1993). Para o caso da Bahia, ver Kátia M. de Queirós Mattoso, *Bahia, Século XIX : Uma Província no Império* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992).

No que diz respeito às interpretações divergentes das relações entre Estado e sociedade, ver Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder:*

Formação do Patronato Político Brasileiro (2. ed., Porto Alegre/São Paulo, Globo/Edusp, 1975); Oliveira Viana, *Instituições Políticas Brasileiras* (2. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1949, 2 vols.); Nestor Duarte, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional: Contribuição à Sociologia Política Brasileira* (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939).

Para o processo político que vai da abertura dos portos à Independência, ver Leslie Bethell, "The Independence of Brazil", no vol. III da coleção *The Cambridge History of Latin America*, já citada, e Emília Viotti da Costa, "Introdução ao Estudo da Emancipação Política", em *Brasil em Perspectiva* (São Paulo, Difusão Europeia do Livro [Difel], 1968), livro organizado por Carlos Guilherme Mota.

Cabe mencionar, como obras gerais utilizadas, o vol. 1: *Colônia de Brasil História, Texto e Consulta* (São Paulo, Brasiliense, 1976) e *História Geral do Brasil*, obra já citada.

2. O BRASIL MONÁRQUICO (1822-1889)

Ver, inicialmente, vários ensaios que integram a *História Geral da Civilização Brasileira*, organizada por Boris Fausto e Sérgio Buarque de Holanda (São Paulo, Difusão Europeia do Livro [Difel], 1960-1984, 11 vols.).

Especialmente, no tomo II, vol. 1, Amaro Quintas, "A Agitação Republicana no Nordeste"; no vol. 2, Amaro Quintas, "O Nordeste, 1825-1850"; no vol. 3, Maria Thereza Schorer Petrone, "Imigração

Assalariada”; no vol. 4, Odilon Nogueira de Matos, “Vias de Comunicação”; Alice P. Canabrava, “A Grande Lavoura”; John Schulz , “O Exército e o Império”.

Em *The Cambridge History of Latin America* , coleção organizada por Leslie Bethell (Cambridge/Nova York/Melbourne, Cambridge University Press , 1984-2008, 11 vols.), ver, no vol. IV , Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho, “Brazil from Independence to the Middle of the Nineteenth Century” , e Richard Graham , “Brazil from the Middle of the Nineteenth Century to the Paraguayan War” ; no vol. v , Emília Viotti da Costa, “Brazil: The Age of Reform, 1870-1889” .

A descrição e análise do processo político no Império devem muito a José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial* (Rio de Janeiro, Campus, 1980). Dados eleitorais foram obtidos em Walter Costa Porto, *O Voto no Brasil* (Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1989, vol. I).

Para a Guerra dos Farrapos, ver Spencer Leitman , *Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: Um Capítulo da História do Brasil no Século XIX* (Rio de Janeiro, Graal, 1979). Para a história do Levante dos Malês na Bahia, ver João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês, 1835* (São Paulo, Brasiliense, 1986). A interpretação da Guerra do Paraguai utiliza o livro *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990), de Ricardo Salles, e sobretudo *A Guerra do Paraguai* (São Paulo, Brasiliense, 1991), de Francisco Doratioto. Observações sobre a Guarda Nacional e o Exército derivam de *A Espada de Dâmocles: O Exército e a Crise do*

Império (tese de doutorado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas [Unicamp], 1990), de Wilma Peres Costa.

Para os anos finais da escravidão, ver Robert Conrad, *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888* (2. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978). Outras informações sobre a escravidão foram obtidas em *Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988* (Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 1987, vol. 3).

Os dados de população no período de 1822 a 1890 foram obtidos dos *Cadernos Cebrap* , n. 16, 1973 (Crescimento Populacional [Histórico e Atual] e Componentes do Crescimento [Fecundidade e Migrações]), que apresentam artigos de Maria Luiza Marcílio e outros. Referências ao café, açúcar e borracha no fim do quinto capítulo baseiam-se, respectivamente, em Antonio Delfim Netto, *O Problema do Café no Brasil* (Rio de Janeiro, Editora FGV , 1979); Peter L. Eisenberg , *Modernização sem Mudança: A Indústria Açucareira em Pernambuco – 1840-1910* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977); Barbara Weinstein , *The Amazon Rubber Boom: 1850-1920* (Stanford, Stanford University Press , 1983). Sobre as ferrovias, ver Flávio Azevedo Marques de Saes, *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira: 1850-1930* (São Paulo, Hucitec, 1986).

Interpretações divergentes sobre as razões da não fragmentação do Brasil após a Independência são as de José Murilo de Carvalho em *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial* , obra já citada, e Luiz Felipe de Alencastro em "La traite négrière et l'unité nationale

brésilienne" (*Revue Française d'Histoire d'Outre-mer*, vol. 66, n. 244, pp. 395-419, 1979).

Posições opostas na questão do escravismo e da "brecha camponesa" colocam de um lado, embora com diferenças entre si, Luiz Felipe de Alencastro, já citado, e Jacob Gorender, *A Escravidão Reabilitada* (São Paulo, Ática, 1990); de outro, Ciro Flamarion Santana Cardoso, *Escravo ou Camponês?: O Protocampesinato Negro nas Américas* (São Paulo, Brasiliense, 1987).

Para uma interpretação global do Império, ver Ilmar Rohloff de Mattos, *O Tempo Saquarema* (São Paulo, Hucitec, 1987).

Uma síntese da política externa, abrangendo desde o período imperial até anos recentes, encontra-se em Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, *História da Política Exterior do Brasil* (São Paulo, Ática, 1982).

3. A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Os principais dados econômicos para o período de 1889 a 1945 são de Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan, *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945* (Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas [Inpes]/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [Ipea], 1973). A discussão da política econômica e das alianças oligárquicas incorpora as análises contidas em *Difícil Hegemonia: Um Estudo sobre São Paulo na Primeira República* (tese de doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo [USP], 1986), de Eduardo Kugelmas. Dados comparativos sobre eleições no

Império e na República são de Joseph L. Love , “Political Participation in Brazil, 1881-1969” (*Luso-Brazilian Review* , vol. 7, n. 2, pp. 3-24, 1970). São também do mesmo autor as observações sobre a presença do Rio Grande do Sul na política federal em *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930* (São Paulo, Perspectiva, 1975).

Para uma análise global do período, reproduzem-se partes de Boris Fausto, *Cadernos Cebrap* , n. 10, 1972 (Pequenos Ensaio de História da República).

A parte referente à imigração deve muito a Thomas H. Holloway , *Imigrantes para o Café: Café e Sociedade em São Paulo, 1886-1934* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984); Maria Stella Ferreira Levy, “O Papel da Migração Internacional na Evolução da População Brasileira (1872-1972)” (*Revista de Saúde Pública* , vol. 8 [supl.], pp. 49-90, 1974); Herbert S. Klein , “A Integração Social e Econômica dos Imigrantes Espanhóis no Brasil” (*Estudos Econômicos* , vol. 19, n. 3, pp. 443-456, 1989), e, do mesmo autor, “The Social and Economic Integration of Portuguese Immigrants in Brazil in the Late Nineteenth and Twentieth Centuries” (*Journal of Latin American Studies* , vol. 23, n. 2, pp. 309-337, maio 1991); Maria Thereza Schorer Petrone, “Imigração” (em Boris Fausto e Sérgio Buarque de Holanda [orgs.], *História Geral da Civilização Brasileira* , São Paulo, Difusão Europeia do Livro [Difel], 1977, tomo III , vol. 2, pp. 95-133).

Sobre a industrialização, ver Wilson Suzigan, *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento* (São Paulo, Brasiliense, 1986); Paul Singer , *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: Análise da*

Evolução Econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre e Recife (São Paulo, Companhia Editora Nacional/Edusp, 1968). Observações sobre a burguesia industrial, que vão além da Primeira República, baseiam-se, entre outros, no livro de Maria Antonieta P. Leopoldi, *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: As Associações Industriais, a Política Econômica e o Estado* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000).

Dados sobre a economia gaúcha são de Pedro Cezar Dutra Fonseca, "A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul: A Economia Gaúcha na Primeira República" (*Estudos Econômicos* , vol. 15, n. 2, pp. 263-289, maio-ago. 1985). Sobre as migrações internas, ver Douglas H. Graham e Sérgio Buarque de Holanda Filho, *Migration, Regional and Urban Growth, and Development in Brazil: A Selective Analysis of the Historical Record, 1872-1970* (São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas [IPE], Universidade de São Paulo [USP], 1971).

As observações acerca do avanço das atividades agrícolas ligadas ao mercado interno em São Paulo têm como fundamento Mauricio A. Font, *Coffee, Contention and Change in the Making of Modern Brazil* (Cambridge [Estados Unidos], Basil Blackwell , 1990).

Para os temas dos investimentos estrangeiros e da dívida externa, ver Flávio Azevedo Marques de Saes e Tamás Szmrecsányi, "O Capital Estrangeiro no Brasil, 1880-1930" (*Estudos Econômicos* , vol. 15, n. 2, pp. 191-219, maio-ago. 1985); Warren Dean , "The Brazilian Economy, 1870-1930" (em *The Cambridge History of Latin America* , Cambridge/Nova York/Melbourne, Cambridge University Press , 1986, vol. 5, pp. 685-725); e Steven Topik , *The Political*

Economy of the Brazilian State, 1889-1930 (Austin, University of Texas Press , 1987).

4. O ESTADO GETULISTA (1930-1945)

A descrição dos movimentos revolucionários utiliza Edgard Carone, *Revoluções do Brasil Contemporâneo: 1922-1938* (São Paulo, Desalva, 1965). Para a descrição do processo político, usei mais diretamente Boris Fausto, *Cadernos Cebrap* , n. 10, 1972 (Pequenos Ensaio de História da República), e Robert M. Levine , *O Regime de Vargas: Os Anos Críticos, 1934-1938* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980). Muitas informações sobre o período de 1930 a 1983 foram obtidas em Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (coords.), *Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro, 1930-1983* (Rio de Janeiro, Editora FGV/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil [CPDOC]/Forense, 1984, 4 vols.).

A análise do integralismo se baseia em Héglio Trindade, *Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30* (São Paulo, Difusão Europeia do Livro [Difel], 1974). Sobre o papel dos industriais, ver Eli Diniz, *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978).

A análise da política externa tem como fonte principal Gerson Moura, "A Revolução de 1930 e a Política Externa Brasileira: Ruptura ou Continuidade" (em *A Revolução de 30: Seminário Internacional* , Brasília, Editora UnB , 1982). Sobre as Forças Armadas, ver José Murilo de Carvalho, "Forças Armadas e Política, 1930-1945", também

em *A Revolução de 30: Seminário Internacional* . As referências à formação da opinião pública no governo Vargas baseiam-se em Ângela Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo* (São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro [Iuperj], 1988). Para a questão da educação e a fundação da Universidade de São Paulo (USP), ver, respectivamente, Otaíza de Oliveira Romanelli, *História da Educação no Brasil: 1930-1973* (4. ed., Petrópolis, Vozes, 1978), e Fernando Limongi, "Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo" (em Sergio Miceli [org.], *História das Ciências Sociais no Brasil* , São Paulo, Vértice/Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo [Idesp], 1989, vol. 1). Sobre a política financeira no plano externo, ver Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil e a Economia Mundial, 1929-1945" (em Boris Fausto e Sérgio Buarque de Holanda [orgs.], *História Geral da Civilização Brasileira* , São Paulo, Difusão Europeia do Livro [Difel], 1984, tomo III , vol. 4).

5. A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1945-1964)

A análise geral do processo político se baseia em Thomas E. Skidmore , *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964* (Rio de Janeiro, Saga, 1969). Para o governo JK , ver Maria Victoria de Mesquita Benevides, *O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política, 1956-1961* (3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979). As referências à União Democrática Nacional (UDN) se baseiam principalmente no livro da autora acima citada *A*

UDN e o Udenismo: Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro, 1945-1965 (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981). A fonte principal para a análise do Exército é Alfred Stepan , *Os Militares na Política* (Rio de Janeiro, Artenova, 1971).

A análise do movimento operário se baseia em Leôncio Martins Rodrigues, "Sindicalismo e Classe Operária, 1930-1964" (em Boris Fausto e Sérgio Buarque de Holanda [orgs.], *História Geral da Civilização Brasileira* , São Paulo, Difusão Europeia do Livro [Difel], 1983, tomo III , vol. 3), e Francisco Correa Weffort, *Sindicatos e Política* (tese de livre-docência, São Paulo, Universidade de São Paulo [USP], 1972).

Para as relações econômicas internacionais, ver Pedro Sampaio Malan, "Relações Econômicas Internacionais do Brasil, 1945-1964" (em Boris Fausto e Sérgio Buarque de Holanda [orgs.], *História Geral da Civilização Brasileira* , São Paulo, Difusão Europeia do Livro [Difel], 1984, tomo III , vol. IV). Os dados sobre a indústria automobilística foram obtidos em Benedicto Heloiz Nascimento, *Formação da Indústria Automobilística Brasileira: Política de Desenvolvimento Industrial em uma Economia Dependente* (São Paulo, Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo [USP], 1976).

6. O REGIME MILITAR E A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA (1964-1990)

A descrição do processo político se baseia em Maria Helena Moreira Alves, *Estado e Oposição no Brasil, 1964-1984* (Petrópolis, Vozes, 1984), e principalmente em Thomas E. Skidmore, *Brasil: De Castelo a Tancredo – 1964-1985* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988). Para a análise do modelo político, ver Fernando Henrique Cardoso, *O Modelo Político Brasileiro: E Outros Ensaio* (São Paulo, Difusão Europeia do Livro [Difel], 1979). Do mesmo autor, ver uma análise das relações entre a economia e a política com o título de “Desenvolvimento Associado-dependente e Teoria Democrática” (em Alfred Stepan [org.], *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988).

Sobre os militares, ver Alfred Stepan, *Os Militares: Da Abertura à Nova República* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986). Resultados eleitorais e uma análise do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) se encontram em Maria D’Alva Gil Kinzo, *Oposição e Autoritarismo: Gênese e Trajetória do MDB, 1966-1979* (São Paulo, Vértice/Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo [Idesp], 1988).

Dados sobre trabalhadores no setor automobilístico do ABC paulista são de John Humprey, *Fazendo o “Milagre”: Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira* (Petrópolis, Vozes/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento [Cebrap], 1982).

Foram utilizados vários ensaios constantes de Edmar Bacha e Herbert S. Klein (orgs.), *A Transição Incompleta: Brasil desde 1945* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, 2 vols.). Ver especialmente, no vol. 1, para a população, Thomas W. Merrick , “A População Brasileira a partir de 1945”; para a questão agrária, David Goodman , “Economia e Sociedade Rurais a partir de 1945”. Para a educação, no vol. 2, Cláudio de Moura Castro, “O que Está Acontecendo com a Educação no Brasil?”.

A análise das migrações se baseia em Douglas H. Graham e Sérgio Buarque de Holanda Filho, *Migration, Regional and Urban Growth, and Development in Brazil: A Selective Analysis of the Historical Record, 1872-1970* (São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas [IPE]/Universidade de São Paulo [USP], 1971). A controvérsia sobre o significado do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do governo Geisel coloca de um lado, com uma interpretação negativa, Albert Fishlow , “Uma História de Dois Presidentes: A Economia Política da Gestão da Crise” (em Alfred Stepan [org.], *Democratizando o Brasil* , Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988), e Alkimar R. Moura, “Rumo à Entropia: A Política Econômica de Geisel a Collor” (em Bolivar Lamounier [org.], *De Geisel a Collor: O Balanço da Transição* , São Paulo, Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo [Idesp]/Sumaré, 1990); de outro lado, o trabalho mais significativo, contendo uma interpretação positiva, é o de Antonio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza, *A Economia Brasileira em Marcha Forçada* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985).

Para as observações sobre a estrutura do campo e a questão da reforma agrária, ver Francisco Graziano, *A Tragédia da Terra: O Fracasso da Reforma Agrária no Brasil* (São Paulo/Jaboticabal, Iglu/Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Extensão [Funep]/Universidade Estadual Paulista [Unesp], 1991).

Dados estatísticos foram obtidos, entre outros, em Wanderley Guilherme dos Santos (coord.), *Que Brasil é Este?* (Rio de Janeiro/São Paulo, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro [Iuperj]/Vértice, 1990), e em *Brasil em Números* (Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 1999, vol. 7).

7. A MODERNIZAÇÃO PELA VIA DEMOCRÁTICA (1990-2010)

Para uma visão abrangente do processo político desde a transição democrática até o governo Lula, ver Carlos Ranulfo Melo e Manuel Alcántara Sáez (orgs.), *A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século XXI* (Belo Horizonte, Editora UFMG , 2007).

Para uma análise político-institucional das reformas constitucionais no governo FHC , ver Marcus André Melo, *Reformas Constitucionais no Brasil: Instituições Políticas e Processos Decisórios* , Rio de Janeiro, Renavan, 2002. Para uma análise do significado político e eleitoral do lulismo, ver André Singer, *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador* (São Paulo, Companhia das Letras, 2012).

Para uma visão abrangente das mudanças econômicas e sociais ocorridas nos anos de 1990, ver Renato Baumann (org.), *Brasil, Uma Década em Transição* (Rio de Janeiro, Campus, 1999).

Para uma visão abrangente dos efeitos econômicos da dinâmica demográfica no Brasil a partir dos anos 2000, ver Fabio Giambiagi e Paulo Tafner, *Demografia: A Ameaça Invisível – O Dilema Previdenciário que o Brasil se Recusa a Encarar* (Rio de Janeiro, Campus/Elsevier, 2009).

Sobre os programas de privatização na década de 1990, ver Armando Castelar Pinheiro e Fabio Giambiagi, “Os Antecedentes Macroeconômicos e a Estrutura Institucional” (em Armando Castelar Pinheiro e Kiichiro Fukasaku [ed.], *A Privatização no Brasil: O Caso dos Serviços de Utilidade Pública*, Rio de Janeiro, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE]/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [BNDES], 2000).

Para uma avaliação crítica dos processos de abertura e privatização, ver Mariano Laplane, Luciano Coutinho e Célio Hiratuka (orgs.), *Internacionalização e Desenvolvimento da Indústria no Brasil* (São Paulo, Editora Unesp, 2004). Para uma breve visão histórica da evolução do sistema de proteção social no Brasil entre 1980 e 2000, ver Sônia Draibe, “Brasil, 1980-2000: Proteção e Insegurança Sociais em Tempos Difíceis” (em Taller Inter-Regional: Protección Social en una Era Insegura – Un Intercambio Sur-Sur sobre Políticas Sociales Alternativas en Respuesta a la Globalización, Santiago, 14-16 maio 2002). Para uma análise baseada em dados empíricos da evolução dos indicadores econômicos e sociais nas décadas de 1990 e 2000,

ver Marcelo Neri, "Desigualdade, Estabilidade e Bem-estar Social" (*Ensaio Econômico*, n. 637, dez. 2006).

Para uma análise econômica da emergência da nova classe média, ver Marcelo Neri, *A Nova Classe Média: O Lado Brilhante da Base da Pirâmide* (São Paulo, Saraiva, 2011). Para uma análise dos aspectos de inovação e continuidade da política externa brasileira no governo FHC, ver Celso Lafer, *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: Passado, Presente e Futuro* (2. ed. rev. ampl., São Paulo, Perspectiva, 2004).

Para uma análise da política externa brasileira do governo Sarney ao governo Lula, ver Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni, *A Política Externa Brasileira: A Busca da Autonomia, de Sarney a Lula* (São Paulo, Editora Unesp, 2011).

Lista de Nomes

ABERDEEN , lorde
ABREU , Capistrano de
AFONSO , Almino
AHMADINEJAD , Mahmoud
ALBERTO , João
ALBUQUERQUE , Matias de
ALCKMIN , Geraldo
ALEIJADINHO (Antônio Francisco Lisboa)
ALEIXO , Pedro
ALENCAR , José
ALFONSÍN , Raúl
ALFREDO , João
ALKMIN , José Maria
ALMEIDA , José Américo de
ALMEIDA , Matias Cardoso de
ALVES , Márcio Moreira
ALVES , Osvino
ALVES , Rodrigues
AMORIM , Celso
ANCHIETA , padre José de
ANDRADA , Antônio Carlos Ribeiro de
ANDRADA , Martim Francisco de

ANDRADE , Auro de Moura
ANDRADE , Manuel de Carvalho Pais de
ANDREAZZA , Mário
ANGELIM , Eduardo
ANSELMO , cabo
ANTONIL , padre André João
ARANHA , Osvaldo
ARAÚJO , Nabuco de
ARCHER , Renato
ARRAES , Miguel
ARTIGAS , José
AZEREDO , Eduardo

BARATA , Cipriano
BARBACENA , visconde de
BARBOSA , Júlio Caetano Horta
BARBOSA , Rui
BARROS , Ademar de
BARROSO , Sabino
BASTOS , Tavares
BENTO , Antônio
BERESFORD , marechal
BERLE JR. , Adolph
BERNARDES , Artur
BOCAIUVA , Quintino
BOLÍVAR , Simón
BONIFÁCIO (de Andrada e Silva), José
BOUÇAS , Valentim
BRANDI , Antonio Jesús
BREVES , Joaquim de Sousa

BRIZOLA , Leonel
BUCKLE , Henry Thomas
BULHÕES , Otávio Gouveia de
BUSH , George W.

CABANAS , João
CABRAL , Pedro Álvares
CAFÉ FILHO
CALABAR , Domingos Fernandes
CALDEIRA , Jorge
CÂMARA , dom Hélder
CAMARÃO , Filipe
CAMPOS , Francisco
CAMPOS , Roberto
CAMPOS , Siqueira
CANABARRO , Davi
CÂNDIDO , João
CANECA , Frei (frei Joaquim do Amor Divino)
CAPANEMA , Gustavo
CARDOSO , Ciro
CARDOSO , Fernando Henrique (FHC)
CARDOSO , Ruth
CARLOS X (França)
CARVALHO , José Murilo de
CARVALHO , Manuel de
CASCARDO , Hercolino
CASTELO BRANCO , Humberto de Alencar
CASTILHOS , Júlio de
CASTRO , dom João de
CASTRO , Fidel

CASTRO , ministro Melo e
CAVALCANTI , Holanda
CAXIAS , duque de (Luís Alves de Lima e Silva)
CESARINO JÚNIOR
CHAVES , Aureliano
CHÁVEZ , Hugo
CHE GUEVARA , Ernesto
CLEMENTE XIV , papa
CLINTON , Bill
CLINTON , Hillary
COELHO , Duarte
COLOMBO ,Cristóvão
CONSELHEIRO , Antonio (Antônio Vicente Mendes Maciel)
CONSTANT , Benjamin
CORREIA , Jorge Figueiredo
COSME
COSTA , Artur de Sousa
COSTA , Lúcio
COSTA , Miguel
COSTA , Zenóbio da
COSTA E SILVA , Artur da
COTEGIPE , barão de
COVAS , Mário
COVILHÃ , Pero da
CROMWELL , Oliver
CUNHA , Flores da

DANTAS , João
DANTAS , San Tiago
D'EU , conde

DE LA RÚA , Fernando
DEBRET , Jean-Baptiste
DIAS , Bartolomeu
DIAS , Fernão
DIAS , Henrique
DIRCEU , José
DORNELLES , Francisco
DULLES , John Foster
DUTRA , Eurico Gaspar

EANES , Gil
EISENHOWER , Dwight
ELBRICK , embaixador Charles Burke

FARIAS , Cordeiro de
FARIAS , Paulo César (PC Farias)
FEIJÓ , padre Diogo
FERREIRA , Francisco dos Anjos
FIEL FILHO , Manuel
FIGUEIREDO , Antônio Pedro de
FIGUEIREDO , João Baptista de Oliveira
FILIPE II (Espanha)
FIÚZA , Iedo
FLORENTINO , Manoel
FLORES , Venancio
FONSECA , Antônio Borges da
FONSECA , Deodoro da
FONSECA , Hermes da
FONTOURA , João Neves da
FORTUNATO , Gregório

FOURIER , Charles
FRAGA , Armínio
FRAGOSO , João Luis
FRANCIA , José Gaspar de
FRANCO , Itamar
FREYRE , Gilberto
FROTA , Sílvio
FUNARO , Dílson
FURTADO , Celso

GAMA , Luís
GAMA , Vasco da
GARCIA , Marco Aurélio
GARIBALDI , Giuseppe
GATO , Borba
GEISEL , Ernesto
GEISEL , Orlando
GENOINO , José
GIRALDES , Lucas
GOBINEAU , conde de
GODINHO , Vitorino Magalhães
GÓIS , Zacarias de
GOMES , Diogo
GOMES , Eduardo
GOMES , Raimundo
GONÇALVES , Bento
GONZÁLEZ , Felipe
GOODYEAR , Charles
GOULART , João (Jango)
GRAHAM , Maria

GUIMARÃES , Samuel Pinheiro
GUIMARÃES , Ulysses

HERZOG , Vladimir
HORTA , Oscar Pedroso
HUMPHREY , George

ISABEL , princesa
ITABORAÍ , visconde de

JARDIM , Silva
JEFFERSON , Roberto
JEFFERSON , Thomas
JOÃO , dom (Mestre de Avis)
JOÃO II , dom
JOÃO III , dom
JOÃO IV , dom
JOÃO V , dom
JOÃO VI , dom
JOÃO XXIII , papa
JOÃO , Preste
JOSÉ I , dom
JUAN CARLOS , rei (Espanha)
JULIÃO , Francisco

KENNEDY , John
KIRCHNER , Cristina
KIRCHNER , Néstor
KRUEL , Amauri
KUBITSCHKEK , Juscelino (JK)

KUN , Béla

LACERDA , Carlos

LAFER , Celso

LAFER , Horácio

LEAL , Estillac

LEDO , Gonçalves

LEME , cardeal

LEOPOLDINA , dona (princesa)

LIMA , José Inácio de Abreu e

LIMA , Negrão de

LIMA , Pedro de Araújo (marquês de Olinda)

LOBO , Aristides

LOPES , Fernão

LOPES , Isidoro Dias

LOPES , Lucas

LÓPEZ , Carlos Antonio

LÓPEZ , Francisco Solano

LOTT , Henrique

LUÍS , Washington

LUZ , Carlos

MACHADO , Cristiano

MACIEL , José Álvares

MACIEL , Marco

MACIEL , Olegário

MADUREIRA , Sena

MAGALHÃES , Antônio Carlos (ACM)

MAGALHÃES , Fernão de

MAGALHÃES , Juraci

MAHIN , Luísa
MAIA , José Joaquim da
MALAN , Pedro
MALUF , Paulo
MANTEGA , Guido
MANUEL , dom
MARIA , José
MARIA I , dona (rainha)
MARIGHELLA , Carlos
MARTINS , Silveira
MARTIUS , Karl von
MARX , Karl
MATTOSO , Kátia
MAWE , John
MAZZILLI , Ranieri
McADAM , John Loudon
MEDEIROS , Borges de
MÉDICI , Emílio Garrastazu
MEIRELLES , Henrique
MELLO , Fernando Collor de
MELLO , Pedro Collor de
MENDONÇA FILHO , José
MENDONÇA , Salvador de
MENEGHETTI , Ildo
MENESES , Luís da Cunha
MINC , Carlos
MITRE , Bartolomé
MONROE , James
MONTAGU , lorde
MONTEIRO , Góis

MONTIGNY , Grandjean de
MONTORO , Franco
MORAIS , Prudente de
MORALES , Evo
MOTA , Sílvio
MOURÃO FILHO , Olímpio
MUSSOLINI , Benito

NABUCO , Joaquim
NAPOLEÃO
NASSAU , Maurício de
NEGREIROS , André Vidal de
NETTO , Delfim
NEVES , Tancredo
NIEMEYER , Oscar
NÓBREGA , Manuel da
NORONHA (Loronha), Fernão

OBAMA , Barack
OLIVEIRA , Armando de Sales
OLIVEIRA , Francisco de
OSCAR , Artur
OURO PRETO , visconde de
OWEN , Robert

PAIVA , Afonso de
PALHETA , Francisco de Melo
PALOCCI , Antonio
PARANÁ , marquês de
PATROCÍNIO , José do

PEÇANHA , Nilo
PEDRO I , dom
PEDRO II , dom
PEIXOTO , Floriano
PENA , Afonso
PEREIRA , Astrojildo
PEREIRA , Duarte Pacheco
PERÓN , Juan Domingo
PESSOA , Epitácio
PESSOA , João
PINOCHET , Augusto
PINTO , Carvalho
PINTO , Magalhães
PIO IX , papa
PIRES , padre Francisco
POMBAL , marquês de (Sebastião José de Carvalho e Melo)
PORTELLA , Petrônio
POST , Frans
PRADO , Antônio da Cunha
PRADO JÚNIOR , Caio
PRADO JÚNIOR , Martinho
PRESTES , Júlio
PRESTES , Luís Carlos
PRETO , Manuel
PRINETTI , Giulio
PROCÓPIO , Mariano
PROUDHON , Pierre-Joseph
PTOLOMEU , Cláudio

QUADROS , Jânio

QUEIRÓS , Eusébio de

RADEMAKER , Augusto

RAMOS , Nereu

REAGAN , Ronald

REBOUÇAS , André

RIBEIRO , Jair Dantas

RIO BRANCO , barão do

RIO BRANCO , visconde do

ROCHA , Brochado da

RODRIGUES , Paulo

ROOSEVELT , Franklin

ROSAS , Juan Manuel de

ROTHSCHILD

ROUSSEFF , Dilma

SÁ , Mem de

SÁ , Salvador Correia de

SAINT-HILAIRE , Auguste de

SALES , Campos

SALGADO , Plínio

SALVADOR , frei Vicente do

SANTOS , Filipe dos

SARAIVA , conselheiro

SARNEY , José

SAYAD , João

SCHETZ , Erasmo

SEBASTIÃO , dom (rei)

SERRA , José

SIELCKEN , Hermann

SILVA , Golbery do Couto e
SILVA , Lima e (irmãos)
SILVA , Luiz Inácio Lula da
SILVA , Marina
SILVEIRA , Manuel Guilherme da
SIMONSEN , Mário Henrique
SINGER , André
SOUSA , Martim Afonso de
SOUSA , Tomé de
SPIX , Johann von
STALIN , Josef

TAUNAY , Nicolas-Antoine
TAVARES , Muniz
TAVARES , Raposo
TÁVORA , Joaquim
TÁVORA , Juarez
TEIXEIRA , bispo dom Marcos
TEIXEIRA , Pedro
TEMER , Michel
THATCHER , Margaret
TIRADENTES (Joaquim José da Silva Xavier)
TOLEDO , Pedro de
TOURINHO , Pero do Campo
TROVÃO , Lopes
TRUMAN , Harry

URIBURU , general

VARGAS , Benjamim

VARGAS , Getúlio

VASCONCELOS , Bernardo Pereira de

VAUTHIER , Louis

VAZ , Rubens

VEIGA , Evaristo da

VELHO , Domingos Jorge

VELOSO , João Paulo dos Reis

VERGUEIRO , Nicolau de Campos (senador Vergueiro)

VIEIRA , padre Antônio

VIEIRA , João Fernandes

VITAL , dom (bispo de Olinda)

WELLES , Sumner

Textos da Capa

Este livro destina-se a um público amplo, partindo de dois pressupostos básicos: de um lado, a convicção de que é possível levar ao conhecimento geral uma história escrita em linguagem acessível, sem perda de qualidade; de outro, a afirmação de que tratar de conhecer e interpretar o passado é uma condição indispensável para que os cidadãos – especialmente os jovens – possam se situar no presente e avaliar as possibilidades e os limites do futuro do país.

A obra não é um simples resumo da *História do Brasil*, publicada na coleção Didática da Editora da Universidade de São Paulo. Mantém a estrutura básica anterior, cujo objetivo é tornar compreensíveis as linhas principais da história brasileira, mas cumpre a tarefa de forma sintética, atualizando os dados estatísticos.

Esta nova edição atualizada e ampliada da obra conta com o acréscimo de um capítulo final de autoria do sociólogo Sérgio Fausto. Desse modo, o livro abrange agora também o período que vai até o final de 2010.

A História Concisa do Brasil abrange um período de mais de quinhentos anos, desde as origens da colonização portuguesa até os nossos dias. A obra tem o propósito de colocar ao alcance de um público amplo não só os fatos mais relevantes da história brasileira mas também as questões de interpretação que surgem ao longo do processo histórico.

São pressupostos básicos do livro, de um lado, a convicção de que é possível levar ao conhecimento do público uma história escrita em linguagem acessível, sem perda de qualidade; de outro, a afirmação de que buscar conhecer e interpretar o passado é uma condição indispensável para que os cidadãos – especialmente os jovens – possam se situar no presente e avaliar as possibilidades e os limites de nosso futuro.

Boris Fausto coloca-se na posição de quem expõe uma versão do desenrolar desses quinhentos anos, que considera naturalmente a mais adequada, sem rejeitar, entretanto, outras possíveis interpretações. Tanto assim que, em diferentes momentos – por exemplo, quando discute as razões de o Brasil ter mantido sua unidade após o fim da época colonial –, tratou de mencionar respostas diversas para as várias indagações. Com isso, quis mostrar que a historiografia, ou seja, a escritura da história, não pode ter a pretensão de ser um retrato fixo do passado, mas uma versão, exposta pelos diferentes autores, do que lhes parece ser a melhor interpretação dos tempos passados, apoiando-se em dados objetivos. Nesse sentido, é válido afirmar que a verdade de cada

historiador é sempre relativa, sujeita a ser ultrapassada, mas nunca pode ser arbitrária.

O livro não é um simples resumo da *História do Brasil*, publicada pelo autor na coleção Didática da Edusp. Aqui, o texto assume as mesmas concepções metodológicas da obra anterior, mas com algumas alterações significativas. Manteve-se a preocupação de revelar ao leitor as grandes linhas de força e as instituições que permitem compreender o sentido da formação histórica brasileira: o sistema colonial, a escravidão, o liberalismo, os regimes autoritários do século XX etc. Ao mesmo tempo, o livro incorporou interpretações recentes sobre questões essenciais de nossa história, como é o caso, por exemplo, do papel do escravismo no crescimento de fortunas urbanas. Além disso, a narrativa tornou-se mais sintética, os números foram atualizados e a conclusão avançou no tempo, abrangendo um balanço dos anos recentes e das perspectivas de futuro.



Outras obras do autor pela Edusp:

Crime e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)

História do Brasil

Copyright © 2001 by Boris Fausto

1ª edição (Edusp/Imprensa Oficial do Estado)
versão impressa, 2001

2ª edição (Edusp)
versão impressa, 2006

3ª edição atualizada e ampliada (Edusp)
versão impressa, 2015
versão impressa, 2018
versão eletrônica, 2022

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Rua da Praça do Relógio, 109-A , Cidade Universitária
05508-050 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: Tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Foi feito o depósito legal

Colaboração: Sérgio Fausto

Produção: Cristiane Silvestrin

Editoração de Texto: Alice Kyoko Miyashiro

Revisão de Texto: Antônio de Pádua Danesi, Claudia Agnelli, Luicy Caetano de
Oliveira, Arthur Glugoski, Hermelino Barboza, Bárbara Borges

Capa: Ricardo Assis

Imagens da Capa: Detalhes de peças de plumária indígena. Acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) . Fotografias: Wagner Souza e Silva.

Divulgação: Regina Brandão

LIVROS ELETRÔNICOS

Planejamento: Cristiane Silvestrin, Carla Fernanda Fontana, Carolina Sucheuski

Projeto da Conversão em EPUB 3.2 : Carolina Sucheuski

Conversão e Cotejo: Carolina Sucheuski

Publicação otimizada para leitura acessível de pessoas com deficiências visuais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP , Brasil). Adaptados conforme normas da Edusp.

Fausto, Boris, 1930-

História Concisa do Brasil / Boris Fausto; colaboração de Sérgio Fausto. – 3. ed. atual. e ampl. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

Inclui referências bibliográficas.

ISBN 978-85-314-1768-9 (edição digital)

ISBN 978-85-314-1582-1 (edição impressa)

1. Brasil - História I . Título.

00-4937 CDD -981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: História 981



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor
Vice-reitora

Carlos Gilberto Carlotti Junior
Maria Arminda do Nascimento Arruda



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente

Sergio Miceli Pessôa de Barros

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente
Vice-presidente

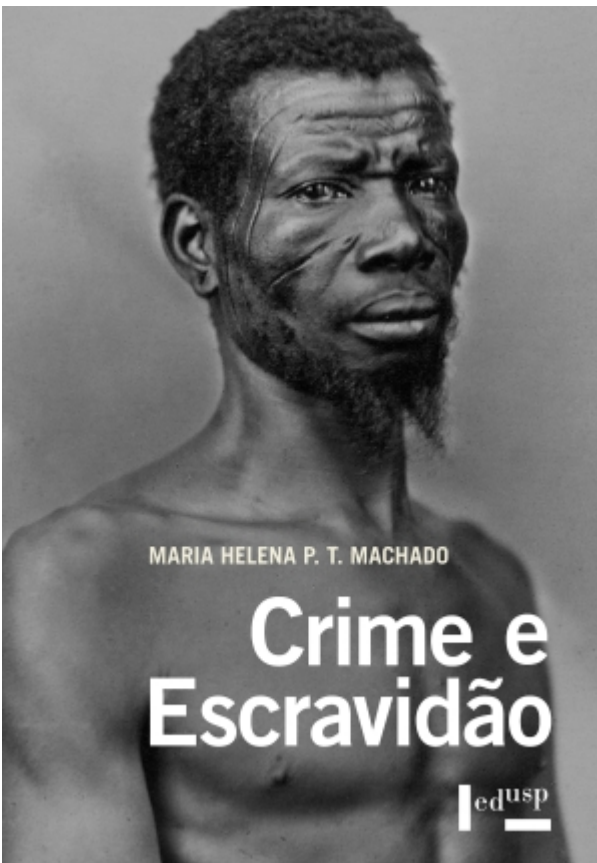
Rubens Ricupero
Maria Angela Faggin Pereira Leite
Carlos Alberto Ferreira Martins
Clodoaldo Grotta Ragazzo
Laura Janina Hosiasson
Miguel Soares Palmeira
Rubens Luis Ribeiro Machado Júnior

Suplentes

Marta Maria Geraldês Teixeira
Primavera Borelli Garcia
Sandra Reimão

Editora-assistente
Chefe Div. Editorial

Carla Fernanda Fontana
Cristiane Silvestrin



Crime e Escravidão

Machado, Maria Helena P. T.

9786557850589

224 páginas

[Compre agora e leia](#)

Maria Helena Machado detém-se sobre as relações entre senhores e escravos nos municípios paulistas de Campinas e Taubaté, pesquisadas com base nos processos criminais de escravos, no período entre 1830 e a Abolição. Procura, assim, resgatar os

comportamentos escravos em sua multiplicidade de formas e configurações históricas ao longo do tempo: enfocados como fato social, produto orgânico da vida cotidiana nas fazendas, determinados crimes recolocam o escravo como agente social e sujeito histórico, segundo a autora. Desgastar a dominação senhorial, onerá-la em sua amplitude e limitá-la através de resistências e confrontos revelaram-se como atos consequentes, pois permitiram aos escravos forjar espaços de sobrevivência e vida autônomas. Esta segunda edição vem acompanhada de três ensaios, nos quais a autora apresenta balanços da historiografia internacional e brasileira sobre o escravismo, e uma análise a respeito do cativo na cidade de São Paulo durante o Império.

[Compre agora e leia](#)



O Plano e o Pânico

Machado, Maria Helena P. T.

9788531417658

248 páginas

[Compre agora e leia](#)

Desvendar os aspectos mais nebulosos que encobriram a história dos movimentos, ideias e projetos a respeito da abolição, à revelia mesmo da censura oficial e informal, é um dos desafios a que se propõe este livro. O resultado é um estudo original sobre as vozes

dissonantes dos que viveram a abolição, compondo um trabalho sobre as forças e tensões sociais que se manifestaram na década de 1880. Maria Helena rompe com a imagem romântica reproduzida pela historiografia abolicionista, substituindo-a pela análise dos diferentes atores e movimentos que se articularam na década anterior à abolição, reunindo trabalhadores escravos, livres pobres e imigrantes, e lança luz sobre o papel social do negro liberto e dos desclassificados sociais em geral. Discute também a anatomia do abolicionismo urbano e as formas como esses ideais se espalharam nas fazendas e senzalas.

[Compre agora e leia](#)



Os Aprendizes do Poder

Adorno, Sérgio

9788531417603

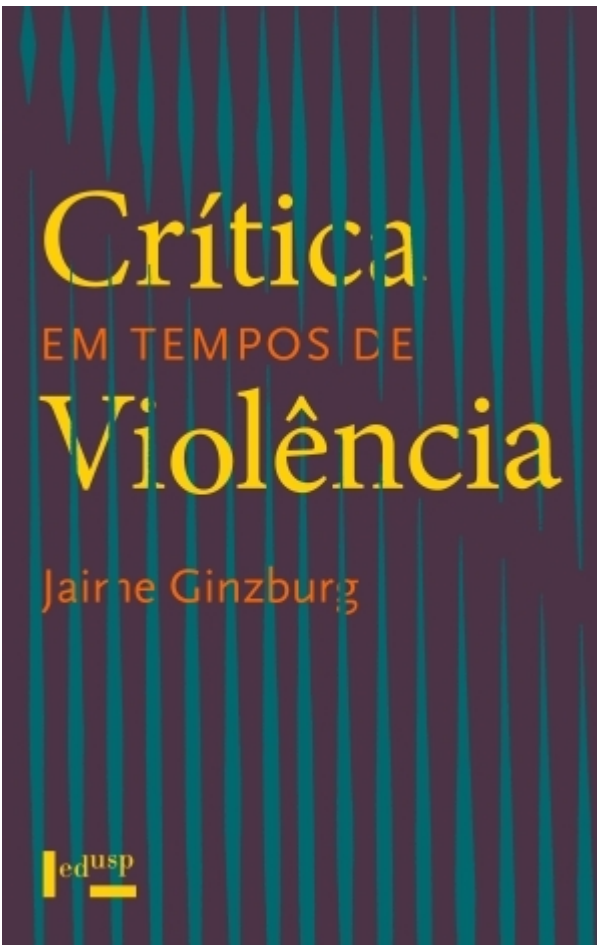
320 páginas

[Compre agora e leia](#)

Em *Os Aprendizes do Poder*, Sérgio Adorno pesquisa o processo de formação cultural e profissional dos bacharéis de direito em São

Paulo entre os anos de 1827 a 1883, momento de consolidação do liberalismo econômico e político na sociedade brasileira, destacando a importância desse ambiente cultural na formação do Estado e na organização jurídico-política do aparato estatal. Baseando-se em fontes diversas, o autor verificou a importância das discussões em institutos e associações estudantis, determinantes para a formação desses bacharéis e que transformaram o ambiente extracurricular na verdadeira sala de aula. Discute também o contraste entre os ideais liberais e os ideais democráticos na formação desses estudantes, enfocando o debate travado sobre questões liberais e igualitárias, entre liberalismo e democracia.

[Compre agora e leia](#)



Crítica em Tempos de Violência

Ginzburg, Jaime

9788531417627

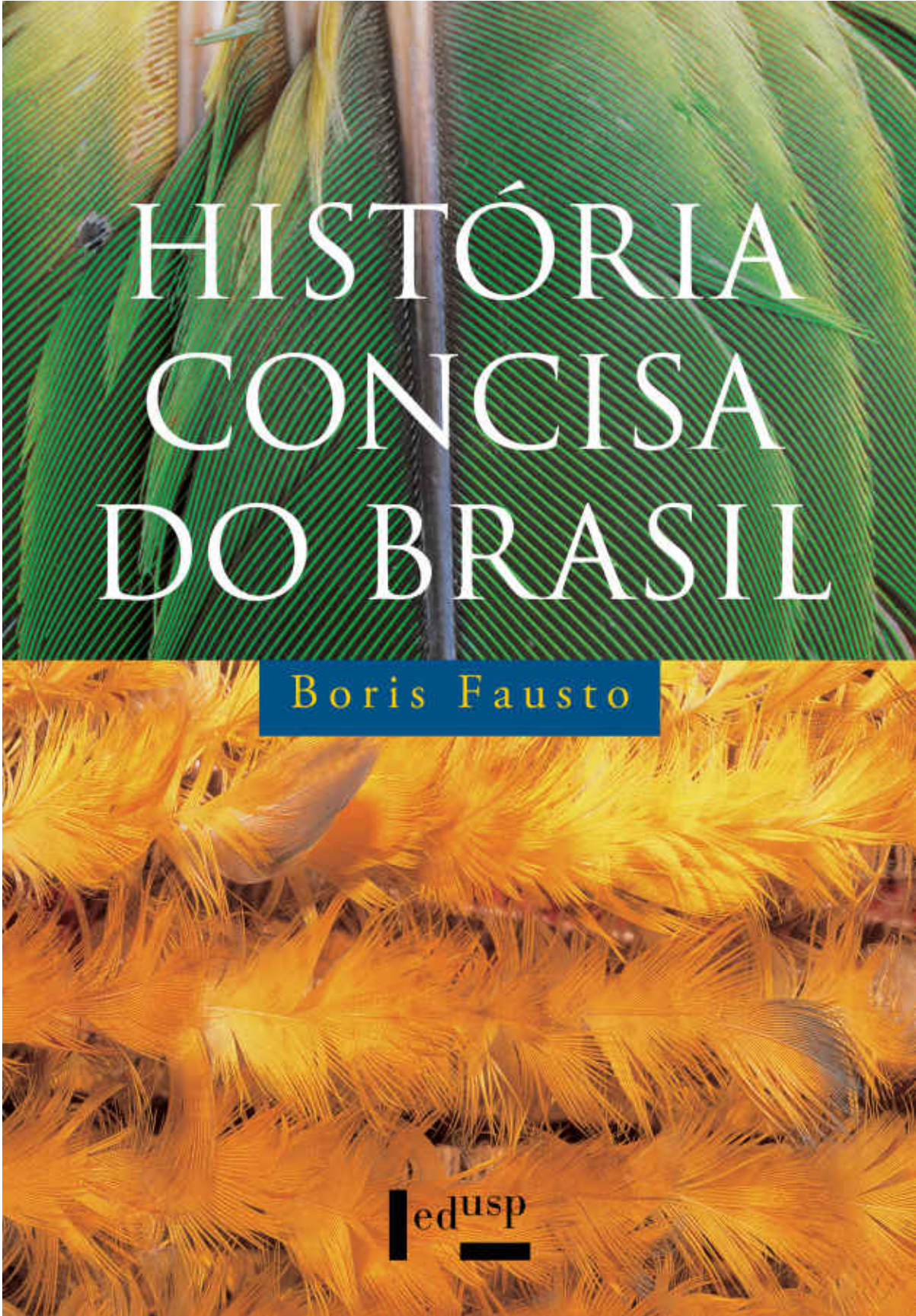
488 páginas

[Compre agora e leia](#)

Esta segunda edição de *Crítica em Tempos de Violência* foi revista pelo autor com base nas novas leituras sobre o tema que realizou. Jaime Ginzburg se propõe contribuir com a narrativa de uma história

da literatura brasileira sob a perspectiva da violência, analisando a relação entre literatura, autoritarismo e violência. O livro parte da premissa de que a sociedade brasileira foi construída com processos que incluíram episódios de genocídios, massacres, chacinas e políticas repressoras. Através de uma perspectiva teórica que combina, entre outros, Florestan Fernandes, Paulo Sérgio Pinheiro, Theodor Adorno e Ludwig Wittgenstein, Ginzburg propõe a articulação das categorias autoritarismo, violência e melancolia como referenciais para sistematizar os estudos. Os ensaios tentam colaborar para a reflexão sobre como a intensa presença de violência em nossa história está articulada com formas, temas, modos de produção, circulação e recepção de obras literárias.

[Compre agora e leia](#)



HISTÓRIA CONCISA DO BRASIL

Boris Fausto

edusp

